

Pessoas Forçadas a se Deslocar

História, Mudança
e Desafios



UNHCR
ACNUR

Agência da ONU para Refugiados

Pessoas Forçadas a se Deslocar

**História, Mudança
e Desafios**

Autora: Ninette Kelley

Assistente editorial: Preeta Law

Pesquisadores e analistas: Karolin Eberle and Denise Baruch-Kotulla

Pesquisadora assistente: Alexandra Holmes

Revisor: Michael Hunter

Revisor assistente: Shannon Lee Mouillesseaux

Consultores: Ewen Macleod, Grainne O'Hara

Gerente de produção: Mike Walton

Coordenadores de produção: Françoise Jaccoud, Russell Neal

Designer: Vincent Winter Associés (VWA)

Editores de imagem: VWA, Tessa Asamoah, Anne Kellner

Estatísticos: Edgar Scrase, Zaruhi Mkrtchyan, Ennie Shonhiwa-Chikwanha

Designer gráfico: Younghee Lee, Eilidh Urquhart

Cartógrafo: Yvon Orand

Capa: "The Sphere" © ACNUR / Younghee Lee. A Esfera permite espaço para interpretação. Pode ser um organismo, um globo ou o universo. Deslocamento de areias. O objetivo é provocar um pensamento mais profundo, empatia e ressonância.

Revisão da versão Brasileira: Gleydson de Lima Araújo, Heloisa Harumi Miura, Vincent Winter Associés (VWA)

Agradecimentos

Ao escrever *Pessoas Forçadas a se Deslocar*, tive a sorte de trabalhar com uma equipe comprometida e talentosa; de me aproveitar de uma grande expertise tanto de dentro do Acnur quanto de fora. Não só isso, como há uma grande quantidade de pesquisas e comentários marcando o septuagésimo aniversário da Convenção das Nações Unidas relativa ao Estatuto dos Refugiados, de 1951. Vários desses autores concordaram com a publicação de seu trabalho no nosso site (www.unhcr.org/people-forced-to-flee-book, conteúdo em inglês) e estão indicados abaixo com um asterisco (*). Eu também sou grata a diversos colegas por seus comentários no manuscrito deste livro.

De dentro do Acnur, agradeço sinceramente a: Allehone Abebe, Denis Alma Kuindje, Benoit d'Ansembourg, Hiroko Araki, Maria Bances del Rey, Vidjea Barathy Ramamurthy, Christian Baureder, Emily Bojovic, Verokia Burgel, Jean Paul Cavalieri, Cirenía Chavez Villegas, Samuel Cheung*, Vincent Cochetel, Lisa Fergusson-Nicol, Marco Formisano, Davina Gateley Saïd*, Nathalie Antoinette Goetschi, Karen Gulick, Irina Isomova, Kerstin Jones, Elibritt Karlsen, Jasmine Ketabchi, Shaden Khallaf, Suzanne Klink, Katharina Lumppp, Maï Mahmoud, Isabel Marquez, Pedro Mendes, Isabel Michal, Juan Ignacio Mondelli*, Debra Moore, Alexander Mundt, Angela Murru*, Jerome Nhan, Edward O'Dwyer, Kate O'Malley, Zeeshan Qamar, Roua Rahrah, Jennifer Robets, Yasmine Rockenfeller, Annabelle Roig Granjon, Marian Schilperoord, Volker Schimmel, Natalie Schmidhaeussler, Salam Shahin, Rebecca Telford, Senai Terreffe, Alexander Tyler, Giuseppe Unidormi, Pieter Ventevogel, Catherine Wiesner, Michelle Yonetani e Jeanette Zuefle. Ajuda administrativa foi providenciada por Caroline Charmaine Torres, José Rodriguez Viques, Alexander Sarr, Ellen Joy Sibal. Um agradecimento especial a Jean-Nicolas Beuze, Sibylle Kapferer, Ewen Macleod, Grainne O'Hara e Edgar Scrase por irem muito além do dever ao revisarem cuidadosamente e comentarem os rascunhos deste livro.

O Banco Mundial e o Joint Data Center apoiaram consideravelmente este livro sob a direção de Xavier Devictor e a coordenação positiva e sagaz de Caroline Verney Sergeant. Suas opiniões e comentários, assim como os dos seguintes colegas, foram inestimáveis: Dina Abu-Ghaida*, Alain Aeschlimann*, Michel Botzung, Ozan Cakmak*, Paola Elice*, Björn Gillsäter, Melissa Johns, Doreen Kibuka-Musoke*, Natalia Krynsky Baal*, Zara Sarzin*, Karishma Silva*, Domênico Tabasso* e Weiyi Wang*.

Uma variedade de estudiosos, grupos de pesquisa e organizações não governamentais forneceram um apoio rico e diverso. Com eles e ao lado deles, vieram as contribuições inestimáveis das pessoas que viveram a experiência de serem removidos à força. Meus mais sinceros agradecimentos a: Tsion Tadesse Abebe*, Alex Aleinikoff, David Cantor, Tatiana Castillo Betancourt*, Christelle Cazabat*, Cathryn Costello*, Bina Desai*, Filippo Dionigi*, Evan Easton-Calabria*, David Scott Fitzgerald, Rez Gardi*, François Gemenne*, Robert Hakiza*, Tristan Harley*, Claire Higgins, Elodie Hut*, Dragana Kaurin*, Fatima Khan*, Christa Kuntzleman, Adam Lichtenheld*, Susan Martin, Charles Martin-Shields*, James Milner*, Vitit Muntarbhorn*, Phil Orchard*, Nandi Rayner*, Sevin Sagnic, Angela Sherwood*, Paul Spiegel, David Sulewski*, Jina Elise Swartz, Chloe Sydney*, Joseph Kofi Teye, Dzifa Torvikey, Tâmara Wood*, Louisa Yakukawa, Caroline Zickgraf* e Pascal Zigashane*.

Vários estagiários ajudaram valiosamente na pesquisa. Um agradecimento especial para Diana Castillo Villaseñor, Liam Comer-Weaver, Danielle Douglas, Talia Gerstle, Niyonella Kamera, Johannes Lang, Kanika Mahajan e Julie Meier. Muitos alunos também dedicaram seu tempo à fazer o projeto semestral voltado para estas páginas, sob a supervisão de Peter Hoffmann e Achilles Kallergis da Universidade The New School: Isabel Arciniegas Guaneme, Ruben Cruz Valadares, Evelina Dahlgren, Emanuel Guerisoli, Leah Guyot, Julie Kim, Jessica Matis, Eugenia Nikitina, Brooke Pascarella, Maria Júlia Rivas Mor Mur, Robert Seebeck e Jodit Woldemichael.

Pessoas Forçadas a Fugir mostra como é difícil fazer jus à ambição humana de melhorar as respostas ao deslocamento forçado. Nunca foi fácil transformar as palavras que honram o espírito da Convenção de 1951 em políticas e melhores práticas que possam maximizar a vida de milhares das pessoas mais vulneráveis do mundo. Para tanto, e para alcançar a meta do Pacto Global para Refugiados, precisamos da vontade política dos Estados combinada ao comprometimento de instituições multilaterais, da sociedade civil, de parceiros não governamentais nacionais e internacionais, de estudiosos e daqueles que viveram a experiência de serem removidos à força.

Este livro foi muito enriquecido pelo grande envolvimento de todos eles.

NINETTE KELLEY
Setembro de 2021

Prefácio

Por Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas

A Convenção das Nações Unidas relativa ao Estatuto dos Refugiados de 1951 — elaborada em decorrência dos horrores da Segunda Guerra Mundial e em meio a um deslocamento forçado maciço — estabeleceu os direitos dos refugiados e as obrigação que os governos têm com eles.

Ao chegarmos ao septuagésimo aniversário da Convenção, essa conquista monumental continua sendo o alicerce em que os refugiados encontram proteção diariamente.

Hoje, podemos encontrar a influência da Convenção em instrumentos regionais para refugiados, assim como estruturas para pessoas internacionalmente deslocadas e aquelas que fogem de danos ambientais e desastres naturais.

Contudo, apesar do aniversário ser um momento para reconhecermos nossas conquistas, não é o momento de sermos complacentes.

O número de pessoas forçadas a fugir de suas casas devido a conflitos, violência, perseguição, extremismos e eventos climáticos continua a aumentar. Em 2008, como Alta-Comissária para os Refugiados, chamei atenção para os assombrosos níveis globais de deslocamentos forçados. Desde então, os números dobraram, chegando a mais de 82 milhões de pessoas forçadas a se deslocar.

A maioria dos deslocamentos forçados acontecem em países de baixa e média rendas que já não conseguem satisfazer as necessidades de seus povos. A quantidade de assistência e desenvolvimento humanitários está aumentado, mas o mesmo é verdade para as demandas, que frequentemente ultrapassam os recursos disponíveis. Ao mesmo tempo, algumas partes mais ricas do mundo, ocasionalmente, fecham suas fronteiras para as pessoas que estão fugindo da violência e da perseguição.

Os impactos humanitário e de desenvolvimento do deslocamento forçado são catastróficos. Mas o mesmo pode ser dito do custo humano. Não podemos

nunca nos esquecermos de que, por trás de cada número, há uma história de grande sofrimento pessoal — um lembrete cruel da velocidade com que vidas podem ser destruídas e da importância de apoiar as pessoas no momento mais vulnerável de suas vidas.

É por isso que este livro, *Pessoas Forçadas a se Deslocar*, é tão valioso e oportuno.

Ao encontrar a origem do asilo no começo da história documentada, este livro destaca as maiores conquistas dos últimos 70 anos ao proteger e apoiar as pessoas forçadas a se deslocar, ao mesmo tempo em que explora os obstáculos no percurso.

Este livro mostra a importância do engajamento contínuo dos governos e parceiros de desenvolvimento em apoiar aqueles forçados a se deslocarem, assim como o papel vital de instrumentos dedicados à ajuda financeira para os países de acolhida.

Ele expõe mudanças políticas significativas nos países de acolhida que ajudaram os refugiados a terem acesso à educação, aos serviços de saúde e a empregos, para que possam construir futuros melhores para si mesmos conforme contribuem com suas novas comunidades.

Ele traça o aumento de parcerias entre agentes humanitários e de desenvolvimento, incluindo uma abordagem de compartilhamento de informação e evidências, assim como análises de risco e de contexto, a fim de incitar melhores resultados.

Acima de tudo, ele demonstra a importância vital de uma grande gama de parceiros fornecerem suas vantagens comparativas, experiências e expertise em ajudar aqueles que enfrentam o deslocamento forçado. Parceiros públicos e privados estão recebendo cada vez mais parceiros da sociedade civil, de organizações religiosas e, mais importante, das próprias pessoas forçadas a se deslocar, a fim de projetar e desenvolver soluções.

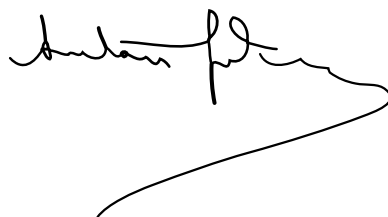
Guiados pelas lições do passado — tanto os sucessos quanto os fracassos —, dois Pactos multilaterais prometem lidar com desequilíbrios e fornecer um plano para o futuro: o Pacto Global para Refugiados e o Pacto Global para uma Migração Segura, Ordenada e Regular. Eles traçam ações cruciais para apoiar os refugiados, os migrantes e as comunidades em que vivem.

Embora os objetivos dos Pactos de 2018 estejam perto de se tornarem realidade, ainda restam muitos desafios, esmiuçados com clareza nesta publicação.

Nossa tarefa atual é continuar a realizar esse trabalho tão importante e juntar ainda mais pessoas para nos ajudar — desde as pessoas que já estão engajadas nesta área até estudantes de História, pesquisadores de deslocamentos forçados e matérias relacionadas. Para eles, este livro será de grande valor e inspiração.

Mas também torço para que este livro estimule outras nações a serem mais ousadas em seus esforços de prevenção, para que possamos tratar a raiz do problema que faz com que milhares de pessoas fujam. Entrei em mais detalhes no relatório *Nossa Agenda Comum* (www.un.org/en/content/common-agenda-report, conteúdo em inglês).

Torço para possamos aprender com as lições deste livro, para que possamos aumentar o apoio global às pessoas que fogem de perigos e ameaças e para que possamos encontrar novas maneiras de construirmos comunidades e sociedades mais seguras e mais compressivas para todas as pessoas.

A handwritten signature in black ink, consisting of a series of fluid, connected loops and strokes, characteristic of António Guterres's signature.

ANTÓNIO GUTERRES

Prefácio

Por Alto Comissário das Nações Unidas para os Refugiados

Passaram-se setenta anos desde que as nações que procuravam se recuperar da devastação da Segunda Guerra Mundial elaboraram o marco histórico que é a Convenção das Nações Unidas relativa ao Estatuto dos Refugiados.

Naquela época, a Convenção (junto dos Protocolos de 1967) foi formada com base na proteção internacional de milhares de refugiados. Ela foi complementada por vários tratados regionais, tais como a Convenção da Organização da Unidade Africana (OUA) e a Declaração de Cartagena, entre outros instrumentos de direitos humanos, permitindo que os conceitos originais fossem aplicados a contextos em desenvolvimento.

Para marcar o septuagésimo aniversário da Convenção de 1951, o ACNUR lançou o livro *Pessoas Forçadas a se Deslocar*, que segue o caminho que levou a esse momento histórico e, depois, as sete décadas até os dias atuais.

Este livro assume o manto de uma série de publicações, voltando até o ano de 1993, que antes foram intituladas *The State of the World's Refugees* [A Situação dos Refugiados no Mundo, em tradução livre]. Nos quase dez anos desde a última edição, a população global de pessoas deslocadas à força subiu para 82,4 milhões no fim de 2020 e segue aumentando — quase o dobro de uma década atrás.

Esse número continuará a aumentar enquanto conflitos de longa data seguirem sem ser resolvidos e novas emergências continuem a surgir. A incapacidade de resolver os conflitos força alguns refugiados, ao lado de migrantes, a fazerem jornadas perigosas e às vezes letais em busca de segurança. O deslocamento associado às emergências climáticas traz uma nova dimensão — uma que já é a realidade de milhares de pessoas.

Em meio a essa enxurrada de desafios, às vezes é inteligente parar para pensar. Esse é o propósito de *Pessoas Forçadas a se Deslocar*: aprendermos com as lições da História a fim de averiguar como podemos melhorar nossas respostas ao deslocamento forçado hoje e no futuro.

A tarefa de proteger as pessoas forçadas a fugir sempre enfrentou graves desafios. O financiamento humanitário, apesar da generosidade contínua de governos, de

indivíduos e do setor privado, nunca foi proporcional ao nível de necessidade. Para muitos dos que foram deslocados à força, as soluções têm sido indefinidas, e frequentemente acham difícil ou impossível ter acesso à educação, saúde e oportunidades econômicas que permitiriam que resolvessem e superassem suas vulnerabilidades.

Mais recentemente, o mundo precisou enfrentar a pandemia de Covid-19, que foi ainda mais severa para aqueles em situação de vulnerabilidade e acertou em cheio os rendimentos de países de baixa e média renda. E embora os conflitos inevitavelmente se proliferem e se intensifiquem, os alarmes climáticos estão ainda mais altos. Os motivadores de deslocamentos forçados são implacáveis; as demandas que dependem do financiamento humanitário estão aumentando.

Ainda assim, apesar de os desafios serem enormes, a história demonstra repetidamente que há potencial, assim como poder, nas mudanças positivas.

As parcerias estão evoluindo e expandindo em todo o mundo. Em 2018, a Assembleia Geral das Nações Unidas homologou o Pacto Global para Refugiados, que urge para que “toda sociedade” apoie aqueles deslocados à força e as comunidades de acolhimento. Atendendo a esse pedido, temos uma grande diversidade de parceiros: refugiados e pessoas deslocadas internamente; governos estaduais e nacionais; organizações nacionais e internacionais; instituições financeiras internacionais; e agentes de desenvolvimento, estudiosos e a sociedade civil. Este livro mostra como essas parcerias funcionam e como fazem a diferença.

Tal forma de pensar exemplifica as importantes mudanças que aconteceram nos últimos anos na maneira que o mundo enxerga e responde ao deslocamento forçado, particularmente o maior reconhecimento que o deslocamento forçado é tanto uma questão humanitária quanto um desafio de desenvolvimento. Os agentes de desenvolvimento estão se fortalecendo por meio de conselhos políticos, dados, evidências e análises — assim como o maior apoio financeiro angariado globalmente para defender o desenvolvimento inclusivo, o cerne dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Corroborando tais esforços temos as leis e políticas internacionais que nos lembram de nossas obrigações com os mais vulneráveis. A Convenção de 1951,

um instrumento vivo que trabalha em conjunto com essas leis conforme elas surgem e se desenvolvem, fortaleceu as proteções para as pessoas sob risco de se ferirem: mulheres, crianças, pessoas com deficiências, pessoas com orientação sexual e identidade de gênero diversas, e muitos outros. A Convenção e os Princípios Orientadores relativos aos Deslocados Internos estão lado a lado com outros tratados de direitos humanos que também protegem aqueles que foram deslocados e precisam de proteção.

Nos últimos 70 anos, os governos às vezes não fizeram jus a esse conjunto de leis — respostas desgastadas ao deslocamento forçado enfraqueceram a solidariedade internacional. Não obstante, tais leis e tratados foram a base para a proteção de milhares de pessoas forçadas a se deslocar; são mais relevantes do que nunca.

Pessoas Forçadas a se Deslocar parte da premissa de que uma ação transformadora é tanto essencial quanto é possível. O livro traz um recorte detalhado e rigoroso tanto do sucesso quanto dos fracassos do passado, a fim de inferir os elementos necessários para apoiar as mudanças sustentáveis e positivas. Neste sentido, vale a pena destacar que a maioria das histórias mais impactantes são das próprias pessoas que foram forçadas a se deslocar — um lembrete de que a melhor forma de entender e responder às necessidades deles é ouvir suas opiniões, desejos, queixas, ambições e esperanças para o futuro.

Trabalho com deslocamento forçado há mais de 30 anos. Em todo esse tempo, nunca deixei de me emocionar e me motivar com aqueles que colocam os valores do altruísmo, compaixão e solidariedade no centro de suas vidas: refugiados e os internamente deslocados, comunidades de acolhida e aqueles que trabalham com eles. É o exemplo deles, acima de tudo, que nos dá motivos para sermos otimistas.



FILIPPO GRANDI

Sumário

20 INTRODUÇÃO

38 PARTE I: AS RAÍZES DO ASILO

41 Pré-história e antiguidade

46 Idade Média – Início da Era Moderna

50 Era Moderna

56 O século XX

57 A Primeira Guerra Mundial e suas consequências

65 A Grande Depressão e a Ascensão do Fascismo

70 Segunda Guerra Mundial

76 Convenção de 1951 sobre o Estatuto dos Refugiados

85 PARTE II: PROTEÇÃO MAIS AMPLA

88 Refugiados

88 Convenção de 1951 sobre o Estatuto dos Refug

89 Quadros Regionais de Refugiados

100 Responsabilidade e Compartilhamento/Mudança de Encargos

117 Outras pessoas deslocadas à força

120 Princípios orientadores sobre Deslocamento Interno

126 Quadros de Deslocamento Climático e de Desastres

137 Análise de tendências

139 Cuidando das lacunas

142 PARTE III: SOLUÇÕES – UM REGISTRO DESIGUAL

145 Visão geral das soluções

145 Retorno Voluntário

147 Reassentamento

148 Integração local

152 Estrutura Normativa

152 Refugiados

154 Pessoas deslocadas internamente

155 Os primeiros 50 anos

156 Foco no retorno

174 Reassentamento seletivo

181 Integração local na periferia

182 Novo milênio

183 Retorno voluntário

188 Reassentamento

193 Vias Complementares

196 Integrando localmente

201 Lições aprendidas

204 PARTE IV: MELHORANDO AS PERSPECTIVAS DE VIDA

208 Impactos de Conflito e Deslocamento

209 Educação

209 Contexto

211 Evolução

213 Desafios de inclusão

217 Apoiando a inclusão sustentável

223 Saúde

223 Contexto

225 Evolução

226 Avanços e Desafios Contínuos

233 Apoiando a inclusão sustentável

235 Inclusão econômica

235 Contexto

238 Evolução

240 Impactos no mercado de trabalho local

254 Descobertas consolidadas

256 A ambição de 2030

258 PARTE V: PREENCHENDO A LACUNA

262 Financiamento

- 264 Financiamento humanitário
- 265 Financiamento para o desenvolvimento
- 271 Investimentos do setor privado
- 278 Outros financiamentos inovadores

283 Aprimorando a base de evidências

- 283 Conteúdo e coleção
- 287 Fortalecimento das capacidades
- 289 Avaliação de impacto

292 Parcerias

- 292 Deslocados à força
- 297 Atores e autoridades locais
- 303 Setor privado
- 307 Acadêmicos

312 Responsabilidade

- 315 Tribunais criminais internacionais ad hoc
- 321 Ministério Público Nacional
- 327 Apuração Independente de Fatos

330 CONCLUSÃO: REFLETINDO SOBRE O PASSADO E OLHANDO PARA O FUTURO

338 NOTAS

546 INDÍCE

568 LISTA DE VISUALIZAÇÕES

Metodologia

As informações sobre deslocamentos forçados vêm do banco de dados do ACNUR, exceto quando indicado o contrário. Elas englobam refugiados, aqueles que procuram asilo, pessoas deslocadas internamente devido aos conflitos e violência, e venezuelanos deslocados internacionalmente. Além das informações que o ACNUR coleta, ele também as recebe dos governos, da Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina no Próximo Oriente e do Centro de Monitoramento de Deslocamento Interno. Os números foram arredondados para a centena ou milhar mais próximo.

Para ver mais sobre o banco de dados do ACNUR, metodologias e definições, visite o Refugee Data Finder (www.unhcr.org/refugee-statistics/), conteúdo em inglês), nas seções Methodology e Data Insights.

Acrônimos

1GM Primeira Guerra Mundial

2GM Segunda Guerra Mundial

AALCC Comitê Consultivo Jurídico Asiático-Africano

AALCO Organização Consultiva Jurídica Asiático-Africano
(antiga AALCC)

ACNUR Alto-Comissariado das Nações Unidas para os
Refugiados

AID Associação Internacional de Desenvolvimento

AOD Assistência Oficial ao Desenvolvimento

BEI Banco Europeu de Investimento

BERD Banco Europeu para a Reconstrução e o
Desenvolvimento

BID Banco Interamericano de Desenvolvimento

CAD Comitê de Ajuda ao Desenvolvimento (OCDE)

CARICOM Comunidade do Caribe

CDH Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas

CEDEAO Comunidade Econômica dos Estados da África
Ocidental

CEDH Convenção Europeia dos Direitos Humanos

CFI Corporação Financeira Internacional

CICC Coalizão para o Tribunal Penal Internacional

CIREFCA Conferência Internacional sobre Refugiados da América
Central

CPA Plano de Ação Abrangente

DIHK Confederação Alemã das Câmaras de Indústria e
Comércio

DUDH Declaração Universal dos Direitos Humanos

ECOSOC Conselho Econômico e Social das Nações Unidas

EGRIS Grupo de Especialistas de Refugiados e Pessoas Deslocadas Internamente

ERC Coordenador de Ajuda de Emergência

FAO Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura

FARC Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia

FCDO Gabinete dos Negócios Estrangeiros, da Comunidade e do Desenvolvimento do Reino Unido

GBM Grupo Banco Mundial

GCFF Mecanismo de Financiamento Concessional Global

GCM Pacto Global para uma Migração Segura, Ordenada e Regular

GCR Pacto Global sobre Refugiados

GPFD Programa Global sobre Deslocamento Forçado

IASC Comitê Permanente Interagências

ICARA I / Congresso Internacional sobre a Assistência aos
ICARA II Refugiados na África

IDP Deslocados Internos

IFIs Instituições Financeiras Internacionais

IGAD Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento

IIIM Comissão Internacional Independente de Inquérito para a Síria

IMTFE Tribunal Militar Internacional para o Extremo Oriente

IPCC Painel Intergovernamental sobre Mudança Climática

IRC Comitê Internacional de Resgate

IRMCT Dispositivos Internacionais para Tribunais Criminais

IsDB Banco Islâmico de Desenvolvimento

ISIL Estado Islâmico do Iraque e do Levante

JE Jordan Exports

MDBs Bancos Multilaterais de Desenvolvimento

MFU Unidade Multilateral de Estudos sobre Reassentamento

MIGA Agência Multilateral de Garantia de Investimento

MIRPS Estrutura de Soluções e Proteção Abrangente Regional

OAU Organização da Unidade Africana

OCDE Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

OCHA Escritório de Coordenação de Assuntos Humanitários

ODS Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

OECS Organização dos Estados do Caribe Oriental

OIM Organização Internacional para as Migrações

OIR Organização Internacional de Refugiado

OIT Organização Internacional do Trabalho

OMS Organização Mundial da Saúde

PAM Programa Alimentar Mundial

PNB Produto Nacional Bruto

PNUD Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

R2P Responsabilidade de Proteger

RIMP Investimento em Refugiados e Plataforma de Matchmaking

RNB Rendimento Nacional Bruto

SIDS Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento

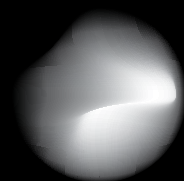
TBB Talentos Sem Fronteiras

TFD Força-Tarefa sobre Deslocamento da Convenção-Quadro sobre Mudanças Climáticas

TMI Tribunal Militar Internacional
TPIJ Tribunal Penal Internacional para a antiga Jugoslávia
TPIR Tribunal Penal Internacional para Ruanda
TPS Status de Proteção Temporária

UA União Africana
UE União Europeia

UNAIDS Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/Aids
UNESCO Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNFCCC Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima
UNICEF Fundo das Nações Unidas para a Infância
UNITAD Equipe de Investigação da UNITAD para promover a responsabilização por crimes cometidos pelo Da'esh/ Estado Islâmico no Iraque e no Levante
UNRRA Administração das Nações Unidas de Socorro e Reconstrução
UNRWA Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina no Próximo Oriente
WRC Comissão de Mulheres Refugiadas



Introdução



Introdução

*Página anterior:
"Respeite os
refugiados",
um mural do
artista Yuroz,
representando
pessoas que
foram forçadas
a fugir de todo o
mundo, captura
as dificuldades, a
dor e a tristeza,
mas também seu
companheirismo,
esperança e
tenacidade
para seguir
em frente. Foi
encomendado
pelas Nações
Unidas no ano de
2000.
Artista: Yuroz*

Havia poucos sinais de que o dia 17 de dezembro de 2019 seria importante em Genebra. Era um típico dia de inverno à beira do lago. Uma névoa cinzenta estava baixa, envolvendo o Palácio das Nações em uma umidade fria já conhecida. Mas diversas ruas serem fechadas era mais do que incomum. Eram medidas para garantir o caminho dos diplomatas até os escritórios das Nações Unidas. Uma vez lá dentro, junto com os representantes de uma grande parte da sociedade, as delegações dariam um passo positivo na maneira que o mundo apoia os refugiados e as comunidades que os acolhem.

Apenas um ano antes, os governos membros das Nações Unidas se reuniram em Nova Iorque e firmaram o Pacto Global sobre Refugiados.¹ Ele começa reconhecendo que uma divisão igualitária do fardo e da responsabilidade de acolher e apoiar os refugiados do mundo é uma demanda urgente.

Ele também define as ações para satisfazer as necessidades que identifica. Visa, inclusive, expandir, diversificar e aumentar os recursos para apoiar os países de acolhida. Almeja melhorar a recepção e admissão de refugiados e aspira aumentar as soluções disponíveis. Sobretudo, também define a autonomia do refugiado como um objetivo central, por meio do acesso à educação, ao trabalho, a meios de subsistência ao mesmo tempo em que melhora as oportunidades para os países de acolhida. Reconhece a necessidade de construir

respostas *humanitárias* de curto prazo que combinem com a fase inicial de uma crise humanitária, junto das respostas de *desenvolvimento* de médio e longo prazo.

No momento do apoio da Assembleia Geral, os comentaristas estavam divididos. Alguns consideravam o Pacto uma conquista positiva em um mundo polarizado de políticas cada vez mais restritivas e retóricas negativas em relação aos refugiados. Outros sentiam que não tinham ido longe o bastante e que, sem um mecanismo de execução, o Pacto seria apenas mais um item na longa lista de iniciativas que somem antes mesmo de causarem alguma mudança significativa.²

Foi nessa terça-feira de outra forma banal em Genebra, no primeiro Fórum Global sobre Refugiados, que as ambições do Pacto foram colocadas à prova pela primeira vez na forma de juramentos de progredir e implementar suas pautas amplas. Não era uma Assembleia Geral comum, mas um encontro global de países, refugiados, instituições multilaterais, sociedade civil, organizações não governamentais nacionais e internacionais, líderes de negócios e estudiosos juntando-se em uma reunião exigida pelo Pacto para garantir que ele cumprisse suas promessas.

Mais de 700 juramentos foram feitos naquele dia. Nos meses seguintes, outros 700 foram feitos.³

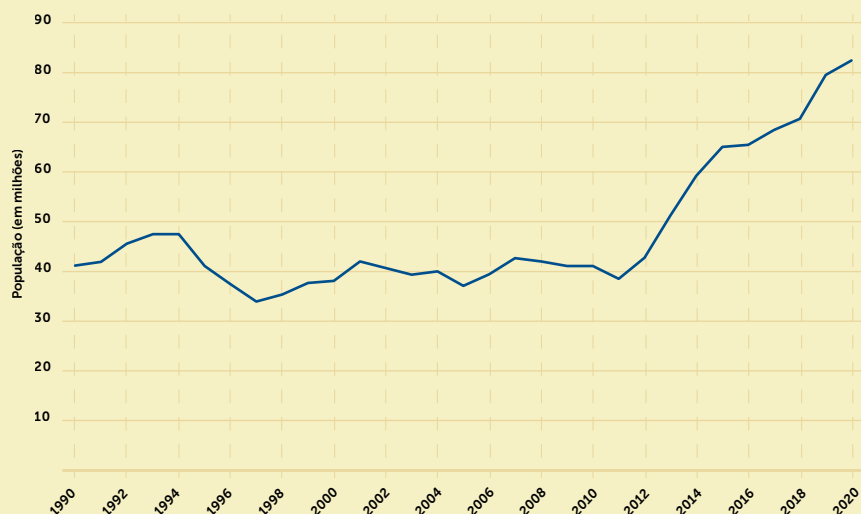
Bancos de Desenvolvimento multilaterais, incluindo o Banco Mundial, anunciaram o maior número, na história, de instrumentos para financiamentos de desenvolvimentos para refugiados e comunidades de acolhida. Os governos entregaram US\$ 2 bilhões. Entidades do setor privado ofereceram US\$ 250 milhões para treinamentos e criações de trabalhos, reconhecendo que os refugiados não só têm habilidades que as empresas precisam, mas também fazem parte do mercado de consumidores. As ofertas da sociedade civil foram tão diversa quanto os grupos que a compõem: refugiados e organizações lideradas por eles; grupos religiosos; bibliotecas, universidades; agentes ambientais; organizações esportivas; uniões estudantis; defensores dos direitos humanos; e mulheres, crianças e grupos de jovens.⁴

Foi um início promissor a ser seguido por compromissos firmes e implementações.⁵

Pessoas Forçadas a se Deslocar: História, Mudanças e Desafios examina o que será necessário para que as aspirações do Pacto Global sobre Refugiados se torne uma realidade sustentável. Muitos elementos centrais, assim como a maioria das partes interessadas, são tão relevantes para o deslocamento forçado *dentro* das fronteiras quanto *além* delas. Este livro considera melhoras para as respostas aos dois tipos de deslocamento forçado, focando-se nos refugiados e pessoas deslocadas internamente dentro do mandato do Alto-Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR).⁶

Pessoas forçadas a fugir*

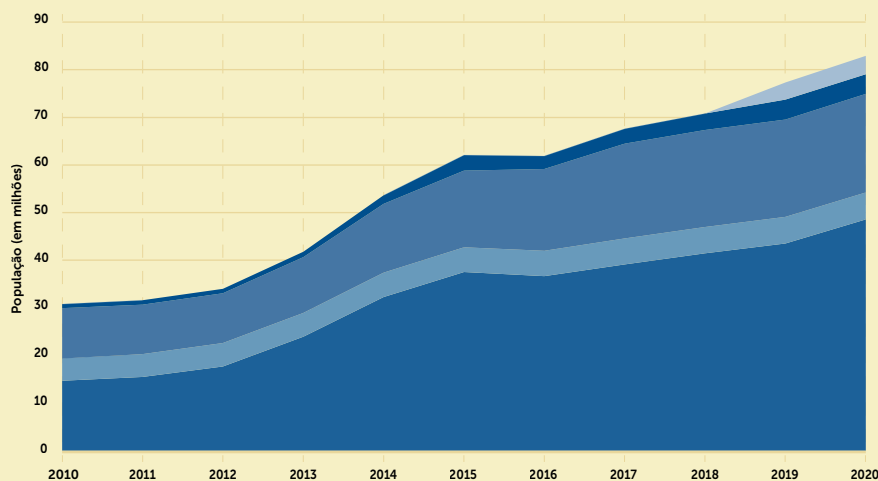
1990-2020



* Os itens acima incluem refugiados sob o mandato do ACNUR, solicitantes de refúgio, pessoas deslocadas internamente, venezuelanos deslocados no exterior e refugiados palestinos sob o mandato da UNRWA. Dados sobre pessoas deslocadas em seus próprios países só ficaram disponíveis no início dos anos 1990. Desde então, a coleta de dados sobre deslocamento interno melhorou constantemente, mas só pode ser considerada abrangente em escala global a partir de 2008.

Populações deslocadas à força

2010-2020



Venezuelanos deslocados no exterior
Requerentes de asilo

Refugiados
sob o mandato do ACNUR

Refugiados palestinos
sob mandato da UNRWA

Deslocados internos
protegidos/assistidos
pelo ACNUR

As estatísticas e detalhes sobre alguns períodos estão mais disponíveis para refugiados do que para as pessoas deslocadas internamente, porque, historicamente, os refugiados foram alvo de maiores análises e suporte.⁷

A história e respostas únicas aos refugiados palestinos sob o mandato da Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina no Próximo Oriente não são detalhadas neste livro, embora o número de refugiados palestino esteja incluso no número global de deslocamentos forçados.⁸

Conforme a Convenção das Nações Unidas relativa ao Estatuto dos Refugiados (Convenção de 1951) chega ao seu septuagésimo aniversário, a Convenção sobre a Redução da Apátridia de 1961 chega ao sexagésimo. Sua história e esforços para evitar, reduzir e proteger as pessoas apátridas, embora não sejam abordados neste livro, são analisados em outras publicações e atualizações frequentes do Acnur.⁹

História

Em 2013, conforme os refugiados sírios fugiam para o Líbano, inúmeros libaneses abriram suas casas, seu jardins e seus campos aos vizinhos. A hospitalidade deles não foi temporária, estendendo-se por anos a fio. Quando um fazendeiro libanês foi questionado sobre o motivo de continuar a hospedar dezenas de refugiados sírios em sua modesta propriedade, ele, como muitos outros, lembrou-se de como os sírios ajudaram os libaneses deslocados durante seus quinze anos de guerra civil (1975 – 1990).

Ele simplesmente disse: “É uma questão de história e uma questão de sentimentos.”

Este livro se inspira nessa máxima poderosa. Explora a forma como as respostas ao deslocamento forçado podem ser melhoradas a partir das lições da história, o modelo estipulado no Pacto Global sobre Refugiados, assim como do espírito de comunidade e colaboração que fica evidente nos parceiros diversos e amplos comprometidos com a causa.

As pessoas em perigo recebem proteção em comunidades além das próprias desde o começo da história documentada. As causas — guerra, conflito, perseguição, desastres naturais e mudança climática — são tão conhecidas para os leitores de jornais quanto para os estudiosos do passado. Mas, pela maior parte da história documentada, foram respostas pontuais, sem uma base unificadora.

Isso mudou 70 anos atrás, quando a comunidade internacional elaborou um dos documentos mais duradouros a seguir a Segunda Guerra Mundial. Ele determina os princípios basilares sob os quais os milhares de refugiados podem encontrar proteção.

A Convenção de 1951 surgiu depois de décadas de insucesso na proteção de pessoas forçadas a se deslocar. Ela determina as obrigações dos governos para garantir aos refugiados o exercício abrangente de direitos fundamentais e liberdades.¹⁰

A Convenção sobreviveu ao período pós-Segunda Guerra, tomando significância mundial com seu Protocolo de 1967, e prosseguindo para advertir sobre respostas à proteção internacional desde então. Foi ela que influenciou os Princípios Orientadores relativos aos Deslocados Internos e ajudou a moldar as respostas internacionais para a proteção daqueles deslocados pelos efeitos adversos das mudanças climáticas e desastres.

Mas, junto aos sucessos, houve vários fracassos, nos quais os governos deixaram de fazer jus tanto às suas obrigações quanto ao espírito da Convenção de 1951. A longa história de respostas às pessoas forçadas a se deslocar fornece lições importantes para o futuro e revela algumas verdades constantes.

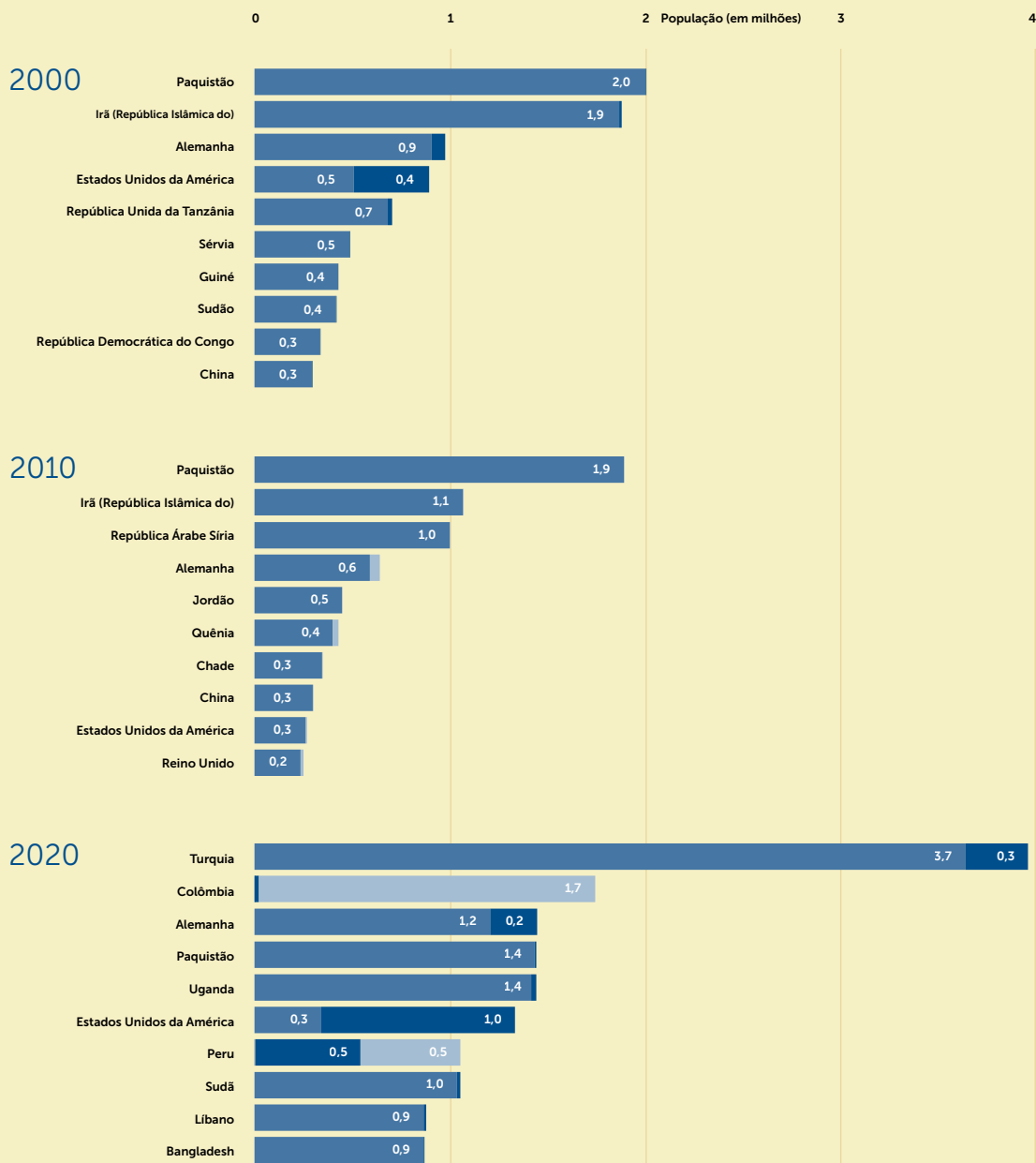
Primeira: no geral, a história de respostas globais tem uma trajetória predominantemente positiva, mas conturbada. Milhares de pessoas forçadas a se deslocar por todo mundo encontraram proteção e soluções. A quantidade de pessoas que agora são reconhecidas pela Convenção de 1951 é ainda maior do que preconizado por seus criadores.¹¹ E a necessidade de proteger e resolver os deslocamentos forçados de pessoas deslocadas internamente é reconhecida abertamente. Ainda assim, junto a tais desenvolvimentos, houve um esforço contínuo de restringir direitos, limitar responsabilidades e erguer barreiras. As soluções para o deslocamento continuam indefiníveis para a maioria.

Segunda: apesar de a Convenção de 1951 reconhecer a necessidade da cooperação internacional e compartilhamento de responsabilidades, nunca houve um momento em que foram de fato igualmente compartilhadas. A grande maioria das pessoas forçadas a se deslocar precisavam e ainda precisam ser acolhidas em países de baixa e média renda, o que representa um grande desafio no que diz respeito ao suprimento das necessidades dos seus próprios cidadãos. Muitos países de alta renda ajudaram financeiramente e de longe nas respostas aos refugiados, embora não no nível necessário, ao mesmo tempo em que caminham para restringir indevidamente a aplicação da Convenção de 1951, recusando-os nas fronteiras e usando outras medidas para interceptá-los a fim de evitar que entrem no país. Tais ações minaram o regime de proteção internacional e formaram um contraste gritante com suas expressões de solidariedade em relação aos governos mais impactados.

Terceira: todas as abordagens internacionais sobre como responder ao deslocamento forçado reconhecem os direitos das pessoas contribuírem ao próprio bem-estar. Tal capacidade é frequentemente restringida por barreiras legais que dificultam o acesso ao trabalho, à educação e ao sistema de saúde: as exigências básicas para uma vida digna e soluções duradouras ao deslocamento.

Principais países de acolhimento

de refugiados, requerentes de asilo e venezuelanos deslocados no exterior*



■ Refugiados ■ Requerentes de asilo ■ Venezuelanos deslocados no exterior

*Exclui refugiados palestinos sob o mandato da UNRWA.

Quarta: as respostas ao deslocamento forçado têm dependido muito de assistência humanitária de curto prazo, que consistentemente deixam à desejar. Não era a intenção à época da Convenção de 1951, mas virou a abordagem padrão conforme as crises humanitárias aumentam junto do número de pessoas forçadas a se deslocar. Essas crises são frequentemente vistas como fenômenos de curto prazo, mesmo com evidências cada vez maiores de sua natureza prolongada. Muitos países de acolhida ficaram sem o apoio necessário para enfrentar os desafios às instituições, às infraestruturas e à economia resultantes do conflito e consequente deslocamentos forçados excessivos. E pouquíssimos esforços foram feitos para fortalecer o capital humano em deslocamentos — as habilidades, conhecimentos e experiências que permitem que indivíduos percebam seu potencial como membros produtivos da sociedade.

Mudança

Junto de tais tendências há sinais positivos de mudança.

Há, agora, reconhecimento global que melhorar as respostas àqueles forçados a se deslocar é uma urgência tanto de *desenvolvimento* quanto *humanitária*. A inclusão implícita dos refugiados e outras pessoas deslocadas nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável é um passo há muito esperado. O envolvimento dos principais parceiros nas respostas ao deslocamento forçado é uma prova disso. Eles introduziram novos instrumentos de financiamento para o apoio do desenvolvimento socioeconômico daqueles deslocados e das comunidades de acolhida. E sua função é apoiar as políticas de mudança nos países de acolhida para a inclusão socioeconômica das pessoas forçadas a se deslocar. É algo que pode levar a uma mudança sistêmica positiva.

Outras abordagens conjuntas, humanitárias e de desenvolvimento, também ajudam a melhorar nosso *conhecimento de base*. Frequentemente, saber os números totais de pessoas forçadas a se deslocar e apreciar suas características individuais foi limitado. Em alguns contextos, problemas sociais impediram o acesso de pessoas deslocadas. Até recentemente, ferramentas de coleta de informação, metodologias e competências não eram capazes de capturar informações detalhadas de uma maneira exata, efetiva e segura. Porque as intervenções humanitárias de curto prazo dominavam as respostas, evidências socioeconômicas detalhadas de como as populações forçadas a se deslocar estavam se adaptando com o passar do tempo, para o melhor ou para o pior, não eram uma prioridade. Tampouco era a forma como sua presença afetava as circunstâncias socioeconômicas das comunidades de acolhida. É algo que está melhorando.

Mais do que isso, há um reconhecimento maior do valor de *amplas parcerias*

de base. Esforços humanitários destinados a pessoas deslocadas à força existem há vários séculos a mais do que as agências humanitárias intergovernamentais. Eles vinham de autoridades nacionais e municipais, da sociedade civil e grupos internacionais de caridade, que recebiam, protegiam, assistiam e lideravam os esforços de defesa e de angariação de fundos. Há algum tempo, entretanto, seu trabalho foi ofuscado por aquele feito pelas instituições internacionais, que cresceram tanto em número quanto em tamanho em relação às respostas para as emergências humanitárias e níveis cada vez maiores de deslocamentos forçados. Os destaques recentes a respostas sustentáveis estão trazendo atenção muito necessária ao valor dos mecanismos de respostas locais e recorrem a uma gama muito mais ampla de parcerias.

Intimamente relacionado a isso está o papel das pessoas forçadas a se deslocar. A história revela situações em que os refugiados tomaram uma parte maior nas negociações dos termos de seu asilo e liberdade para serem autossuficientes e contribuir para as comunidades que os acolhia. Conforme os números de refugiados cresceram globalmente, eles enfrentaram maiores restrições à sua capacidade de assim fazer. Nos últimos 20 anos, a maioria das principais iniciativas internacionais, direcionadas a melhorar as respostas ao deslocamento forçado, chamaram *um maior envolvimento dos refugiados e pessoas deslocadas internamente* para a criação e implementação de programas que afetam suas vidas.¹² Esse chamado foi atendido apenas parcialmente, mas há mais ímpeto e esforços para mudanças rigorosas.

Desafios

As lições do passado e as mudanças decorrentes devem servir de base para maiores esforços de melhoria. É o caso, também, de desafios novos e antigos complicarem a tarefa.

A *vontade governamental* é necessária para sustentar mudanças positivas. Este livro é cheio de exemplos de inúmeros países que aumentaram suas contribuições financeiras, apoiaram novas abordagens e promulgaram mudanças políticas a fim de melhorar a vida das pessoas forçadas a se deslocar. É algo significativo. Mas é preciso mais. A mobilização de recursos públicos e privados oportuna, previsível, adequada e sustentável solicitada no Pacto Global sobre Refugiados continua sendo um desafio, assim como aumentar a base de doadores além daqueles centrais. É também crucial a necessidade de fazer mais do que melhorar as vidas *deslocadas*. Para atender à ambição da Convenção de 1951 e o Pacto Global sobre Refugiados, os países mais distantes, e com muito mais recursos do que a maioria dos países de acolhida, também devem fazer jus ao

espírito e à letra de compromissos internacionais e pronunciamentos feitos. Isso inclui: melhorar os sistemas de asilo e recepção em vez de restringir o acesso a eles; aumentar as oportunidades de reassentamento dos refugiados; e abrir caminhos alternativos seguros e organizados para os refugiados e migrantes. São mudanças há muito esperadas.

Conflitos prolongados e instabilidade: nos últimos 20 anos, os números de deslocamentos forçados mundialmente mais do que dobraram, chegando a 82,4 milhões de pessoas deslocadas no fim de 2020.¹³ A maioria dos grandes deslocamentos forçados são, também, os mais prolongados. Alguns acontecem há gerações, como os do Afeganistão, da Colômbia, da República Democrática do Congo, Mianmar, Somália e Sudão.¹⁴ Estes países vivem conflitos e instabilidades constantes, assim como outros países abrigam grandes populações deslocadas à força há muito tempo, tais como a República Centro-Africana, Etiópia, Nigéria, Sudão do Sul, Síria e Iêmen.¹⁵

Em tais contextos, as abordagens de desenvolvimento são mais complicadas, dependendo da apropriação nacional, de políticas e legislações favoráveis e estruturas de longo prazo. Aspectos que são afetados negativamente por conflitos contínuos.

Extremistas, grupos armados e gangues criminosas: a perseguição e violência dos extremistas, de grupos armados e gangues criminosas foram o motivo para milhões de pessoas fugirem e aumentarem a complexidade das respostas ao deslocamento forçado.

Nos últimos anos, vimos o crescimento do Estado Islâmico do Iraque e do Levante (ISIL, na sigla em inglês) que, por algum tempo, controlou porções significativas da Síria e do Iraque. Nem a sua derrota no Iraque em 2017 nem na Síria em 2019 sinalizaram o fim do grupo, tampouco de suas ramificações e afiliados. Ele segue ativo nos países e opera junto de organizações afiliadas em outras partes do Oriente Médio, África e Ásia.¹⁶

A violência perpetrada pelos extremistas e outros grupos armados continua por todo o território africano e, combinada com as operações antirrevoltas e antiterrorismo, gerou uma perda substancial de vidas e violações dos direitos humanos. Burquina, Camarões, República Centro-Africana, Chade, República Democrática do Congo, Mali, Moçambique, Níger, Nigéria, Somália e Sudão são os países mais afetados.¹⁷ Nas Américas, grupos de guerrilha armados, organizações paramilitar, gangues criminosas e traficantes de drogas impulsionaram o deslocamento forçado dentro e para vários países, incluindo Colômbia,¹⁸ El Salvador, Guatemala e Honduras.¹⁹

Milhares de pessoas forçadas a se deslocar agora vivem em áreas controladas por grupos não governamentais e militarizados armados em condições marcadas por ataques, abusos sexuais, sequestros e outras formas de abusos e explorações. As necessidades humanitárias são urgentes; ainda assim, muitos

refugiados e pessoas forçadas ao deslocamento estão fora do alcance dos esforços internacionais, porque os humanistas não têm uma forma segura de chegar até eles sem um acordo entre as partes que controlam os destinos e os meios de acesso.

A entrega de assistência humanitária nestes contextos sempre foi difícil, inclusive para evitar beneficiar direta ou indiretamente aqueles que estão envolvidos no conflito. A proliferação de grupos extremistas, muitos denominados de grupos terroristas, e os esforços internacionais para detê-los aumentam ainda mais a complexidade.

Medidas antiterrorismo em níveis mundiais, regionais e nacionais²⁰, ainda que importantes para lidar com ameaças de segurança, podem afetar a ação humanitária negativamente se não forem implementadas com cautela.²¹ As medidas podem deixar as agências humanitárias abertas a um processo criminal, por exemplo, se negociarem o acesso às populações civis com determinado grupo que possa restringir a entrega de ajuda humanitária às populações necessitadas, onde membros de um determinado grupo vivam.

Os humanistas pedem imunidade atrás da qual se protegerem da responsabilidade criminal quando esforços razoáveis forem feitos para evitar o desvio do apoio a entidades terroristas. O Conselho de Segurança reconheceu as dificuldades e pede aos países que, ao elaborarem e colocarem em prática medidas antiterrorismo, levem em conta seus efeitos nas atividades humanitárias imparciais.²² É algo positivo, mas é preciso que seja feito mais.

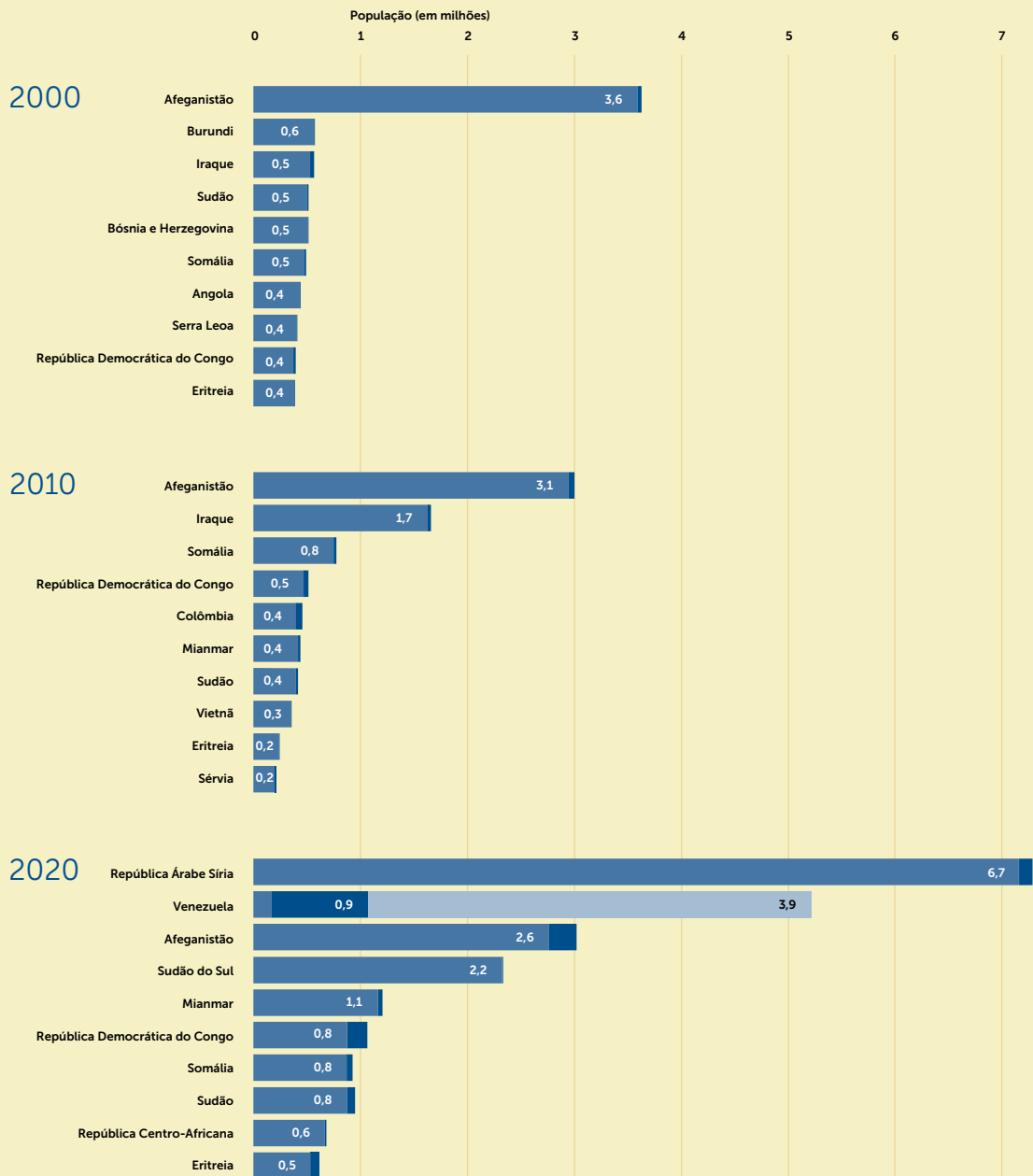
Estes são problemas além do que o Pacto Global sobre Refugiados pode resolver sozinho. Há muitos outros, também.

Eventos climáticos: o aumento e intensidade de eventos climáticos extremos, tais como ondas de calor, chuvas torrenciais, secas e incêndios causados por elas, e inundações costeiras, têm contribuído para aumentar o número de deslocamentos forçados, principalmente os internos.²³ Eventos de inícios lentos e repentinos incentivam centenas de milhares de pessoas a saírem de suas casas todos os anos, em todos os continentes. E, embora a maioria massacrante seja de natureza temporária, a última década demonstrou os efeitos adversos da mudança climática e que os desastres podem exacerbar outras causas do deslocamento forçado.

As condições climáticas e extremas na região do Lago Chade, uma importante fonte de comida e geração de renda em países fronteiriços, tiveram consequências catastróficas — contribuindo para a instabilidade, conflitos e deslocamentos, frequentemente para os centros urbanos da região.²⁴ Os efeitos adversos da mudança climática, combinados com conflitos e instabilidades, também contribuíram para o deslocamento forçado em todo o mundo nos últimos anos, incluindo o Afeganistão, Etiópia, Guatemala, Honduras, Moçambique, Nicarágua, Somália e Sudão do Sul.

Principais países de origem

de refugiados, solicitantes de refúgio e venezuelanos deslocados no exterior*



A incapacidade dos governos abordarem os impactos da mudança climática e dos desastres em suas comunidades, ou a implementação parcial de medidas de migração que favorecem mais um grupo do que outros, pode alimentar as tensões e causar o aumento da violência. Insatisfação com respostas governamentais, somada à perda de meios de subsistência e oportunidades limitadas, podem levar as pessoas a se juntarem a grupos militantes.²⁵ Isso ficou evidente em partes da África subsaariana e na Ásia.²⁶ Prevê-se que tais desafios aumentem nos próximos anos.

Tráfico internacional de pessoas: guerra, perseguição, violência e recursos cada vez menores fazem as pessoas procurarem segurança e futuros melhores longe de suas casas. Essa necessidade, combinada com os esforços de deter e restringir a chegada de refugiados e meios legais limitados de migrar, ajudou a fomentar o aumento do tráfico de pessoas.

Redes criminosas internacionais e profissionais agora controlam muitas das rotas informais de trânsito, cobrando preços cada vez mais altos para levar pessoas desesperadas em jornadas perigosas na esperança de chegar a um lugar seguro. Quanto mais obstáculos, mais trabalho, contatos e dinheiro são necessários — todos os recursos que estão além da capacidade de contrabandistas independentes, mas dentro da competência de sindicatos do crime organizado.²⁷ Quanto maiores as medidas de vigilância impostas pelos governos e polícias migratórias mais seletivas, mais as redes inovam, muitas vezes ao encontrarem rotas novas e mais perigosas.²⁸ Os riscos são suportados pelos refugiados e migrantes, frequentemente lhes custando a vida.²⁹ A luta contra o tráfico de pessoas é uma prioridade internacional para muitos países e enfatizada como motivo para o aumento significativo do investimento em vigilância, dissuasão e sanções. Mas, repito, é preciso que sejam feitos esforços mais robustos para melhorar as condições de recepção e criação de caminhos legítimos para os refugiados e migrantes, conforme prometido no Pacto Global sobre Refugiados e em outro pacto internacional, o Pacto Global pela Migração, cada um adotado pelos países em 2018.³⁰

Covid-19: a pandemia global afetou o deslocamento forçado de maneiras inimagináveis em 2018. A maioria dos países restringiram o acesso aos seus territórios, o que impediu refugiados de encontrar asilo. Alguns países acabaram por flexibilizar os controles para abrir exceções a quem procurasse asilo, mas muitos mantiveram as restrições.³¹ Em 2020, os números de refugiados e de pessoas procurando asilo caíram significativamente em muitas regiões, ficando muito abaixo do que seria esperado sem a pandemia. O reassentamento de refugiados caiu quase setenta por cento.³²

Milhares de pessoas morreram por causa da pandemia,³³ com países por todo o mundo sofrendo perdas humanas e econômicas. A Covid-19 deu um golpe brutal, particularmente a países de baixa ou média renda. Embora esteja

previsto um aumento de 5,6% para a economia global em 2021, tal aumento será desigual. O Banco Mundial prevê que, para muitos mercados emergentes e economias em desenvolvimento, a renda per capita provavelmente ficará abaixo dos níveis pré-pandêmicos por um período prolongado.³⁴ Economias de baixa renda, afetadas por conflitos e frágeis, foram as mais que mais sofreram, com retrocessos aos progressos que tinham conquistado na redução da pobreza, retrocessos que serão sentidos por vários anos, de acordo com o Banco Mundial.³⁵

A maioria das populações forçadas a se deslocar estão em países que continuarão a ser afetados pelas perdas decorrentes da Covid-19 por algum tempo. Seus esforços incluem a erosão de habilidades devido à perda de trabalho e estudo, uma queda brusca em investimentos, maiores débitos e vulnerabilidades financeiras.³⁶ Os impactos adversos e o aumento crescente do preço de alimentos podem agravar os problemas. No geral, as previsões sugerem que, até o fim de 2021, perto de 100 milhões de pessoal terão “voltado a linha da miséria”.³⁷ Os impactos continuam a ser particularmente severos aos grupos mais vulneráveis — mulheres, crianças e trabalhadores informais e não especializados.³⁸

A necessidade de aumentar o financiamento humanitário e de desenvolvimento para situação de deslocamento forçado, portanto, vem em um momento de elevada necessidade global. As respostas monetárias relacionadas à pandemia agora são uma prioridade em comum. Países de acolhimento podem estar menos inclinados a aceitar empréstimos, mesmo nos termos mais favoráveis, para as respostas ao deslocamento forçado. Isso reforça a importância da ênfase que o Pacto Global sobre Refugiados dá à necessidade de que as respostas ao deslocamento forçado sejam efetivas, eficientes, adaptadas a contextos específicos e que beneficiem as comunidades locais e aquelas forçadas a se deslocar. Também sugere que os avanços promovidos pelo Pacto podem demorar mais para serem efetivados devido a esses novos e imprevistos desafios.

Estrutura do Livro

Parte I: as raízes do asilo. Desde os primórdios da civilização, os refugiados recebem a proteção de terceiros. Durante a maior parte da história, foram respostas localizadas, dadas por aqueles que tinham alguma afinidade por quem que pedia ajuda, ou por quem que se beneficiaria com as habilidades e recursos que os refugiados podiam ceder. A Parte I mostra como os ideais definitivos do atual regime de proteção internacional — segurança, solidariedade e soluções — não são novos. Mas a longevidade desses ideais é acompanhada por sua aplicação desigual, fazendo com que o principal trajeto de proteção seja

positivo e gradual. Esse padrão define sua história desde o início na provisão ad hoc até seu desenvolvimento em um conceito amplo e universal. Ao mesmo tempo em que seus ideais se transformam em normas estabelecidas, sua aplicação continua sendo imperfeita.

Parte II: proteção ampla. A Convenção de 1951 determina os direitos dos refugiados e reconhece que protegê-los e acudi-los é uma responsabilidades compartilhada entre os países. Combinada com o sucesso de instrumentos de direitos humanos e acordos regionais sobre refugiados, a Convenção atendeu a um grupo mais amplo de pessoas do que tinha sido inicialmente planejado, oferecendo proteção, solidariedade e soluções para milhões de pessoas. Mas, embora os países expressem seu apoio ao regime de proteção internacional para os refugiados, eles concomitantemente limitam o acesso a tal regime. Este comportamento cria uma lacuna persistente entre o compromisso e a prática, uma área que o Pacto Global sobre Refugiados procura abordar. A Parte II esmiúça essas preocupações. Ao mesmo tempo, avalia a maneira como os números crescentes de migração forçada *dentro* das fronteiras e os deslocamentos que se dão pelos efeitos negativos das mudanças climáticas conduziram à proteção multilateral e a mecanismos de proteção que foram inspirados na Convenção de 1951. A Parte II considera como tais abordagens ajudaram no avanço da proteção, do apoio e das soluções, assim como também ajuda a determinar o que é necessário para enfrentar as fraquezas da implementação.

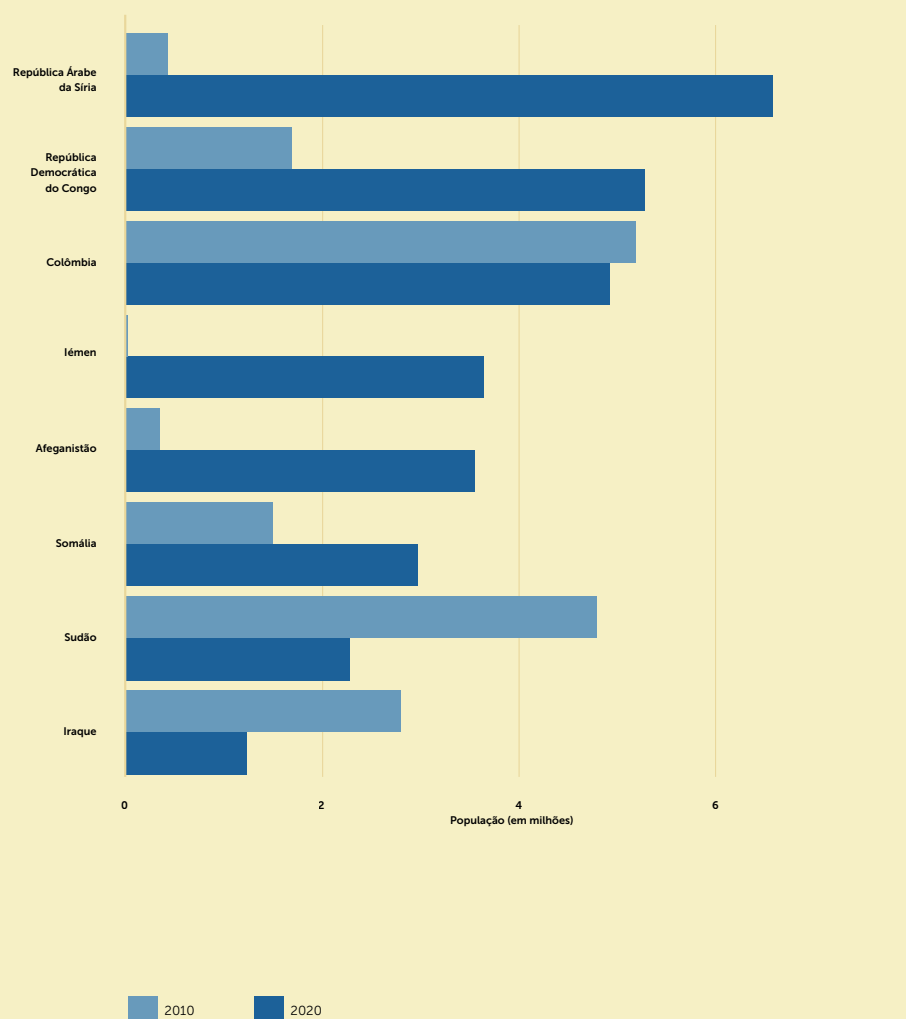
Parte III: soluções — um registro desigual. Durante o tempo, milhares de refugiados e pessoas internamente deslocadas conseguiram voltar para casa em segurança ou conquistaram seu lugar permanente em novas comunidades, o que lhes permitiu forjar novos futuros para elas mesmas e para suas famílias. Mas não é o caso para tantos outros. A Parte III examina a estrutura das soluções, os registros históricos, as lições aprendidas e os atuais esforços de melhoria.

Chegar às soluções para o deslocamento é um processo. Elas não são simplesmente concedidas às pessoas deslocadas à força, mas são aquelas das quais essas pessoas se apoderam, baseadas no que acreditam ser melhor para elas. As soluções têm maiores chances de sucesso quando são construídas com base em investimentos anteriores que ajudaram as pessoas deslocadas a recuperar e reforçar seu capital econômico e social de uma maneira que também beneficiou as comunidades hospedeiras.

Parte IV: melhorando as perspectivas de vida. Melhorar vidas e aumentar o desenvolvimento humano para as pessoas forçadas ao deslocamento é uma ambição global que se reflete nos Objetivos Sustentáveis da comunidade internacional e no Pacto Global sobre Refugiados. Entretanto, o fato de que refugiados e pessoas deslocadas internamente deveriam ser incluídas nos esforços de desenvolvimento não significa que o são. A Parte IV explora algumas barreiras que excluem as pessoas deslocadas internamente dos esforços de

Pessoas deslocadas internamente

2010 e 2020



desenvolvimento nacionais, assim como das mudanças positivas que começam a se enraizar.

Conquistar a inclusão socioeconômica e melhores resultados para as comunidades de acolhida e para as comunidades deslocadas pede por um entendimento do contexto local, incluindo a estrutura da economia, leis e políticas relacionadas, padrões econômicos e o potencial de crescimento. É preciso, também, informação sobre o impacto econômico de conflitos e deslocamentos forçados, e as habilidades e capacidades respectivas dos deslocados e das

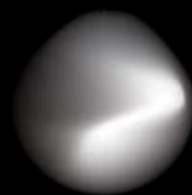
populações de acolhida. As intervenções para melhorar o capital humano em deslocamento — por meio da educação, sistema de saúde e emprego — estão aumentando e é preciso basear-se em informações precisas e específicas ao contexto, análises e evidências do que é viável.

Parte V: vencendo a diferença. É necessário muito mais para que o Pacto Global sobre Refugiados cumpra suas promessas. A Parte V examina os esforços para expandir os financiamentos e melhorar as informações, as evidências e análises, o que não só ajuda a construir a confiança do doador, como também efetivamente projeta, entrega e avalia os programas. O sucesso depende da genuína vontade política de garantir as mudanças necessárias para que as soluções de longo prazo sejam encontradas. Tal mudança é tão significativa quanto os desafios que pretende enfrentar — desafios que seriam intransponíveis se não fosse o espectro de expertise amplo e sem precedentes dos dias atuais. A Parte V examina as abordagens operacionais necessárias para sustentar esse esforço, junto às tentativas de responsabilizar criminalmente aqueles responsáveis por causar o deslocamento — os perpetradores de graves abusos aos direitos humanos.

As melhores respostas ao deslocamento forçado devem ser acompanhadas dos esforços de atacar o cerne do problema. Proteger os direitos humanos, evitar conflitos, conquistar a paz e o desenvolvimento sustentáveis e promover as ações contra as mudanças climáticas são a essência dos compromissos das Nações Unidas. Os esforços para melhorar em todas essas áreas são fundamentais para os propósitos do secretário-geral.³⁹ Os avanços e os retrocessos desse trabalho são relatados anualmente pelo secretário-geral e por meio de departamentos específicos e agências dentro do sistema das Nações Unidas.⁴⁰ Infelizmente, sem melhorias significativas em todas essas frentes, podemos antecipar a continuação do aumento anual e gradual no número de vidas perdidas, danificadas e expatriadas pela perseguição, clima, conflito e violência.

O tempo dirá se o Pacto Global sobre Refugiados ficará marcado na história como o passo positivo em que muitos acreditam. O Fórum Global sobre Refugiados, a ser realizado a cada quatro anos, é um mecanismo para avaliar tal questão periodicamente.⁴¹ Nesse meio-tempo, o Encontro de Funcionários de Alto Escalão está agendado para dezembro de 2021, em Genebra, para identificar o progresso, os atuais desafios e áreas onde é necessário maior envolvimento.⁴²

A grande quantidade e diversidade de representantes no primeiro Fórum Global foi uma primeira indicação de progresso. As mudanças positivas que esses agentes em exercício estão fazendo ficam evidentes nas páginas deste livro. Apesar de os desafios serem significativos, eles seriam imensuráveis sem essa grande aliança de parceiros empenhados em melhorar as vidas das pessoas forçadas a se deslocar.



PARTE I

As raízes do asilo

SUMÁRIO

41	Pré-história e antiguidade
46	Idade Média – Início da Era Moderna
50	Era Moderna
56	O século XX
57	A Primeira Guerra Mundial e suas consequências
65	A Grande Depressão e a Ascensão do Fascismo
70	Segunda Guerra Mundial
74	Convenção de 1951 sobre o Estatuto dos Refugiados



As raízes do asilo

*Página anterior:
O Grande
Sarcófago
Ludovisi
representando
uma cena de
batalha durante o
Império Romano.
O conflito
foi uma das
principais causas
de deslocamento
forçado ao
longo da história
humana. Artista
desconhecido;
Encontrado em
1621 perto do
Portão Tiburtina
em Roma;
Coleção Ludovisi;
Fotógrafo: Marie-
Lan Nguyen
/ Wikimedia
Commons.*

A condição humana de fugir do perigo à procura de segurança é um acontecimento consistente ao longo da história. Muito antes de o direito de procurar asilo ter sido reconhecido pela lei internacional em 1946,¹ as pessoas que fugiam da guerra, do conflito, da invasão territorial e da perseguição recebiam a proteção de comunidades além das próprias.

Um dos primeiros exemplos documentados de um governante oferecer asilo a um exilado político foi no Egito Antigo, há mais de três mil anos.

Muito do que sabemos hoje sobre a história do asilo é focado no deslocamento dentro da Europa causado por religião, ética, e conflito e perseguição políticos. O berço de duas guerras mundiais, a experiência europeia incitou significativamente o desenvolvimento de um regime internacional de refugiados, que emergiu a partir desses conflitos globais.

Embora muitas das histórias do deslocamento forçado não tenham sido escritas ou estejam incompletas, há evidência o bastante para encaixar tendências atuais em um contexto histórico maior. A Parte I traça as raízes do asilo que levaram ao surgimento de um regime internacional de refugiados e destaca cinco tendências sólidas.

Primeira: as causas do deslocamento forçado têm sido relativamente consistentes. Os principais motivos eram e continuam sendo: clima, desastres, guerra, conflito e fome; assim como a perseguição baseada na etnia, nacionalidade, religião, percepção de opinião política ou outras características distintas.

Segunda: os refugiados recebem a proteção de outras pessoas desde os primórdios da civilização. Ainda assim, pela maior parte da história, esta tem sido uma resposta localizada, dada por aqueles que têm alguma afinidade com quem procura ajuda.

Terceira: as pessoas forçadas a se deslocar estão longe de serem vítimas passivas. Pelo contrário, foram e continuam sendo as responsáveis por moldar seus futuros, incluindo momentos em que negociam termos favoráveis de reassentamento, contribuindo para o crescimento das comunidades que as recebem e ajudando a definir as ideias e idioma de convenções internacionais sobre refugiados do período contemporâneo.

Quarta: instituições não governamentais e voluntárias há muito têm um papel importante na disponibilização de proteção e assistência. Elas reúnem respostas internacionais coordenadas antes mesmo das governamentais ou multinacionais virarem a norma.

Quinta: os ideais definitivos do atual regime de proteção internacional — segurança, solidariedade e soluções — não são novos. Estão evidentes na resposta humana ao deslocamento forçado séculos antes de terem sido escritos.

Segurança para aqueles forçados a se deslocar.

Solidariedade por meio de auxílio aos países confrontados por números significativos de populações deslocadas à força.

Soluções através de segurança legal e da habilidade daqueles forçados a se desarraigar para seguir suas vidas, prover para suas famílias e contribuir com suas novas comunidades.

Mas a longevidade desses ideais é combinada por uma aplicação desigual, que também vão muito além dos dias atuais, esticando-se até os primeiros registros históricos. É o que marca o fio condutor do asilo, tanto positivo quanto progressivo, um padrão que define seu arco — desde o começo em uma provisão *ad hoc* e por seu desenvolvimento, até que se transformou em um conceito amplo e universal. Até mesmo conforme seus ideais se transformaram em normas, sua aplicação continua imperfeita.

Pré-História e Antiguidade

Há dois milhões de anos, os primeiros hominínios saíam do continente africano. Há setenta mil anos, surgiu o *Homo Sapiens*. Ao longo de milhares de anos, eles se espalharam, saindo da África e indo para o Oriente Médio, chegando à Europa, à Ásia, à Austrália e às Américas para se tornar a única espécie humana a sobreviver no planeta.² Tais jornadas exigiam grande inovação e adaptação. Ainda que não seja possível conhecer todas as causas que deram origem a tais

migrações em massa, os artefatos físicos demonstram as influências que ainda são relevantes.

Clima é um dos fatores conhecidos mais antigo. As mudanças climáticas fomentaram as migrações pré-históricas, bem como mudaram a geografia física de maneiras que determinaram as rotas de migração. Períodos glaciais de baixo nível do mar expuseram pontos terrestres que permitiam que os humanos se locomovessem entre a Europa Central e o Reino Unido, a Rússia e o Alasca, assim como a América do Sul e do Norte, milhares de anos atrás.³

Mais tarde, o aumento da temperatura e do nível do mar impulsionaram o massivo deslocamento humano. As atuais estimativas sugerem que o nível do mar pode subir de um terço a mais de um metrô nos próximos 80 anos.⁴ Um aumento tão significativo é o suficiente para fomentar o deslocamento de milhões de pessoas.

Durante o período de aquecimento, há cerca de 7.500 anos, o derretimento das geleiras e o consequente aumento do nível do mar em até 400 metros foram proporcionalmente, se não mais, significativos. Quando as águas do Mar Mediterrâneo quebraram a faixa de terra entre Bulgária e Turquia, criando o Estreito de Bósforo, submergiram vastas extensões de terra, e as pessoas foram forçadas a se deslocar para a Hungria, o Iraque e a Eslováquia.⁵ Na África, aqueles que viviam em áreas inundadas foram forçados a se deslocar para o sul do continente, ao passo em que o aumento das chuvas no Saara e a consequente formação de lagos e pântanos fomentavam maior deslocamento ao norte da África.⁶

Assim, o deslocamento forçado devido ao clima não é um fenômeno novo. Como veremos na Parte II, entretanto, os princípios orientadores das respostas governamental surgiram apenas recentemente.

Violência e guerra também parecem contribuir para o deslocamento forçado de pessoas na pré-história. Arqueólogos e etnógrafos encontraram evidências que sugerem que a violência e a guerra intercomunitária eram comuns entre comunidades exploradoras em todo o mundo. E os motivos eram semelhantes aos atuais, incluindo escassez de recursos, pressão populacional e chegada de novos grupos em uma região.⁷

Os registros históricos do deslocamento populacional em massa melhoraram ao longo do tempo. Vestígios arqueológicos revelam significativos deslocamentos forçados entre as primeiras cidades-estados que remontam a milhares de anos. Tal padrão se intensifica com o surgimento dos impérios,⁸ que se sustentou durante a maior parte da Era Comum.

É neste momento que o asilo passa a surgir nos registros históricos, com os primeiros registros acusando abertamente duas formas de asilo, ambas com milhares de anos.

Um asilo foi concedido em *solo sagrado*. O outro, foi *político*.

O direito à proteção, e sua duração, variavam entre diferentes sociedades. Mas, assim como nos dias atuais, naquela época havia um elemento central e comum: fugir de graves danos.

Acreditava-se que a proteção dentro de templos de adoração e outros lugares sagrados provinha diretamente de divindades. Essa proteção era estendida amplamente àqueles que temiam represálias por supostos crimes e dívidas não



*Impressão do selo de Mursili III.
© Arquivo das escavações de Bogazköy/Hattusha (Deutsches Archäologisches Institut, Berlim;
Fotógrafo: P. Neve)*

pagas, bem como àqueles que escapavam de conflitos ativos. Era concedida a guerreiros derrotados, escravos fugitivos e párias sociais e políticos.⁹ A segurança dependia da presença física dentro do espaço sagrado. Mesmo hoje, essa tradição continua, com asilo ainda sendo oferecido aos refugiados em locais de culto.¹⁰

O antigo asilo político era mais análogo à proteção internacional. Era fornecido pelo governante ou país e geralmente reservado para aliados importantes.

Um dos primeiros refugiados políticos de que se tem registro foi Mursili III, também conhecido como Urhi-Teshub, rei do Império Hitita que, no século XIII aC, estendia-se pela Anatólia, atual Turquia. Durante seu reinado relativamente curto de vários anos, começando em 1272, Urhi-Teshub lutou contra seu tio pelo trono e foi derrotado e banido para o norte da atual Síria, de onde fugiu para o Egito.

Lá, Ramessés II concedeu seu pedido de proteção e recusou pedidos de extradição. Urhi-Teshub acabou deixando o Egito quando sua segurança foi comprometida pela assinatura de um tratado entre Ramsés II e seu tio. O tratado continha cláusulas de extradição para o retorno de fugitivos e para a concessão de anistia a eles após o retorno.¹¹ Urhi-Teshub, em uma decisão aparentemente sábia, não colocou a última disposição à prova. Ele fugiu do Egito e não voltou para casa.¹²

O asilo inicialmente concedido a Urhi-Teshub tem características que foram replicadas ao longo do tempo. O asilo poderia ser concedido quando fosse politicamente conveniente e abandonado pela mesma razão. Além disso, mesmo onde as proteções fossem decretadas por lei — como a provisão de anistia no tratado hitita-egípcio —, elas poderiam ser revogadas na prática.

Ademais, a qualidade do asilo também dependia muito do status pessoal. Urhi-Teshub era um líder deposto e a anistia de que gozava, embora temporária, era mais robusta do que a concedida a outros de menor nível e status político durante a Idade do Bronze. Mais comumente, os refugiados do Antigo Oriente Próximo, que receberam asilo, foram relegados às classes econômicas mais baixas, alguns tendo servindo como mercenários ou sido vendidos como escravos.¹³

O exercício do asilo motivado pela política continuou nas épocas subsequentes e foi evidente na Grécia Antiga.¹⁴ Não era incomum que as cidades-estado gregas oferecessem refúgio e privilégios especiais a cidadãos de outras cidades-estado que fugiam da guerra civil e da conquista. Aqueles que se beneficiavam tendiam a ser de cidades-estados aliadas ou aqueles que atribuíam a mesma filosofia política em oposição a outros residentes estrangeiros, que estavam sujeitos a pesados impostos e serviço militar obrigatório.¹⁵ O asilo fornecido àqueles que tinha valores políticos similares se tornaria normal no mundo moderno.

A ideologia política compartilhada não era o único valor de se estender proteção aos refugiados. Outro motivador ideal na Grécia Antiga era o *humanitarismo*: “preocupação compassiva igual e incondicional para todos os semelhantes”, que deveria ser colocado em prática para aliviar o sofrimento e a privação sempre que possível.¹⁶

Essa abordagem humanitária mais universalista passou a ter maior destaque nos séculos II e I a.C. O amor à humanidade, a “filantropia”, passou a ser esperado dos bons cidadãos. Os refugiados foram incluídos como merecedores de tratamento caridoso.¹⁷ Milhares de anos depois, o direito de solicitar asilo e sua concessão sem discriminação estão refletidos na Declaração Universal dos Direitos Humanos e na Convenção de 1951 relativa ao Estatuto dos Refugiados — Convenção de 1951.¹⁸

Exemplos de Atenas e de outras cidades-estados gregas revelam que os refugiados que receberam asilo também teriam oportunidades de serem independentes e autossuficientes, fornecendo as condições necessárias para que encontrassem uma solução para o deslocamento.¹⁹ Muitos formaram as próprias cidades no exílio, frequentemente em regiões fronteiriças ou periféricas. Outros se estabeleceram em áreas urbanas e formaram associações profissionais e outras com cidadãos locais.²⁰ Esperar e facilitar a independência dos refugiados eram consistentes com a ideologia ateniense clássica, que considerava humilhante para os homens aceitar caridade. Os atenienses “se

esforçaram para equipar os refugiados adultos do sexo masculino com os meios para continuar a agir, mesmo no exílio, como agentes políticos autônomos e autossuficientes”.²¹

O drama e a oratória gregos também revelam obrigações perante mulheres e crianças refugiadas. Enquanto se esperava que os homens fossem independentes e autossuficientes, considerava-se que as mulheres e as crianças que procuravam refúgio precisavam de assistência e apoio. Na clássica peça trágica ateniense, *As Suplicantes*, escrita por Ésquilo, as cinquenta filhas de Dânaos, o mítico filho do rei do Egito, fogem para Argos, uma grande cidade grega. Elas estão fugindo do que hoje é tido como normal em um pedido de asilo: o casamento forçado. Elas recebem segurança, “*asylia*”, a capacidade de permanecerem e serem protegidas.²²

Evidências de fuga e busca de refúgio também podem ser encontradas nos registros do Império Romano, um vasto império, abrangendo territórios europeus, do Oriente Médio e do norte da África. Durou centenas de anos, tornando-se uma das maiores potências imperiais da história.

O Império Romano foi tanto a fonte de deslocamento forçado quanto o destinatário de pessoas que fugiam da guerra, da opressão e da escassez de alimentos. Embora os estudiosos concordem que o Império recebeu milhares de estrangeiros e que eles vieram como rivais vencidos, migrantes econômicos, aliados, mercenários e refugiados, o tamanho relativo de cada um não é conhecido e os números acumulados são contestados.²³ O que é claro, no entanto, é que, assim como os gregos antigos, o tratamento dispensado aos refugiados não era uniforme.

Alguns grupos de refugiados foram autorizados a permanecer em condições razoáveis, permitindo-lhes manter um grau de autonomia econômica e cultural. Essas condições eram regidas por questões políticas e militares. Outros grupos podiam ser forçados a se dispersar, recrutados à força ou vendidos como escravos.²⁴

O deslocamento forçado causado pelo clima, guerra, conflito, conquista e divergência política são traços dos períodos pré-históricos e antigos. O asilo era procurado de divindades em templos sagrados e de governantes. Com relação a este último, quando prorrogado, era geralmente para aliados políticos em termos que poderiam ser alterados quando a utilidade da aliança cessasse.

O tratamento concedido dependia do status e da filiação política, com o tratamento mais favorável incentivando e facilitando a ação por meio de concessões de terras, bem como por meio do direito de trabalhar, proteger a comunidade e contribuir para a comunidade de acolhida. Tratamentos muito menos favoráveis, incluindo morte e escravização, recaíam sobre outros em fuga se fossem rivais vencidos ou pessoas sem prestígio político.

Em meio a esse cenário bastante controverso, surgem alguns vislumbres de

luz: incluindo oportunidades oferecidas aos refugiados para serem autossuficientes, assistência prestada a pessoas com necessidades específicas e o surgimento do princípio humanitário de imparcialidade na extensão de refúgio e assistência, cada qual era evidente na época da Grécia Antiga.

Idade Média—Início da Era Moderna

Uma característica que surge na narrativa do asilo neste período é a fuga e o refúgio da perseguição religiosa, que mais tarde se tornaria uma base reconhecida para o asilo na Convenção de 1951. A Europa dos séculos XII e XVII têm muitos exemplos.²⁵

A partir da segunda metade do século XII, a Igreja Católica tomou medidas para erradicar a heresia em grande parte por meio da Inquisição. Milhares de pessoas suspeitas de heresia foram perseguidas, torturadas e executadas. Em 1478, os monarcas católicos da Espanha (Isabela I de Castela e Fernando II de Aragão) estabeleceram a Inquisição. Em seguida, aconteceu um dos atos mais notórios e importantes contra uma fé minoritária: o Edito de Alhambra, de 1492.

O Edito ordenou a expulsão dos judeus praticantes dos reinos de Castela e Aragão. Aqueles que optaram por não se converter foram forçados a sair.²⁶ Milhares partiram, seguidos por outros milhares em meados do século XVI,



*Expulsão dos
mouriscos,
Porto de Denia,
Espanha em
1609.
La Expulsión en el
Puerto de Denia,
Vicente Mostre,
1613, Colección
Bancaja;
Fotógrafo: Juan
García Rosell/
Wikimedia
Commons*

quando Portugal implementou a Inquisição ao se unir com a Espanha.

A limpeza religiosa na Península Ibérica também visava os muçulmanos. Forçados a se converterem ao catolicismo no início do século XVI, seus descendentes enfrentaram a expulsão um século depois. Centenas fugiram ou foram expulsos, muitos se estabelecendo na África do Norte.²⁷

A Reforma Protestante, que representou um desafio para a Igreja Católica, e a Contrarreforma, que buscou o ressurgimento do catolicismo do século XVI, foram marcadas por perseguições e conflitos religiosos massivos, causando milhões de mortes e deslocamentos em massa até o século XVII.²⁸

Dos refugiados cristãos do período, os huguenotes que fugiam da perseguição na França estavam entre os maiores grupos pioneiros. Após o massacre de huguenotes de São Bartolomeu em toda a França em 1572, o número de refugiados cresceu e aumentou ainda mais 100 anos depois, uma vez que as políticas de tolerância que lhes haviam sido concedidas foram revogadas.²⁹

Embora tenham sido proibidos por lei de deixar a França, estima-se que cerca de 200 mil huguenotes fugiram, representando cerca de um quarto da população huguenote francesa.³⁰ Os relatos de suas rotas de fuga e voos clandestinos são reconhecidos hoje. Conforme relatado por Susanne Lachenicht, eles escaparam com a “ajuda de gangues de traficantes ou redes de migração ilegal a bordo de navios... [alguns] escondidos em barris ou caixotes” e outros fugindo a pé por regiões montanhosas para cantões suíços e para Savoy.³¹ Muitas outras minorias religiosas, incluindo diferentes denominações dentro das religiões protestante e católica, também fugiram da perseguição religiosa dentro e fora da Europa.³²

Assim como na Grécia Antiga, muitos encontraram refúgio em países de valores similares. Na Europa, as monarquias católicas da França, Espanha e a dinastia dos Habsburgo receberam refugiados católicos, enquanto os protestantes receberam proteção na Holanda, Inglaterra, Suíça, Escandinávia e Brandemburgo-Prússia. Alguns países também estenderam a proteção aos de outras religiões.

O Império Otomano aceitava os não muçulmanos que, embora recebessem um alto grau de autonomia, estavam sujeitos a várias condições, como impostos extras a serem pagos e limitações sobre onde poderiam viver e as profissões em que poderiam trabalhar.³³ Em outros lugares, dentro da Europa e também no exterior, proteção e assistência a “outros religiosos”, observa Lachenicht, dependiam de quanto os países os consideravam úteis.³⁴ A admissão de refugiados era muitas vezes vista nesses termos.

Huguenotes, católicos, menonitas e judeus promoveram as maneiras em que poderiam ser úteis como uma forma de negociar certos privilégios, como a capacidade de se estabelecer coletivamente, administrar os assuntos de sua comunidade e estabelecer as próprias escolas. Esses termos variavam de acordo



*Huguenotes
na estrada para
Brandemburgo.
Frederico
Guilherme,
Eleitor de
Brandemburgo,
concede o direito
de assentamento
aos refugiados
huguenotes.
Edito de
Potsdam, 29 de
outubro de 1685.
© akg-images*

com o grupo e o país, mas podiam incluir benefícios fiscais, isenções do serviço militar e representação em escritórios administrativos do país.³⁵

As concessões conquistadas, entretanto, podiam depender das contribuições realizadas. Podiam ser alteradas ou restringidas se as expectativas não fossem atendidas. Os judeus, em particular, vivenciaram essa realidade em toda a Europa. Estudiosos descrevem sua posição como “uma minoria tolerada”, cuja posição “era pouco estável, mas bastante ambígua e com necessidade de renegociação constante”.³⁶ A autonomia também trazia a expectativa de que os refugiados cuidassem de suas próprias comunidades. Isso incluía organizar o alívio da pobreza, acomodação, educação e ser responsável pelas ações de seus membros.³⁷

O que é novo neste período é o grau em que alguns grupos podiam negociar os termos de seu asilo.³⁸ Isso se deu em grande parte por serem vistos como o caminho para vantagens econômicas e estratégicas significativas. Por exemplo, os refugiados judeus eram vistos como capazes de aumentar o comércio com a África, as Américas e a Ásia, enquanto a experiência dos huguenotes em viticultura, produção de seda e manufatura poderia impulsionar esses setores.³⁹

Os estrangeiros e os refugiados também foram importantes na ajudar da consolidação de territórios fronteiriços, reabastecer áreas despovoadas e garantir território. Philip Ther observa que “como na Polônia e na Prússia modernas, os interesses dos otomanos estavam em aumentar o número de seus súditos após as perdas populacionais incorridas na dispendiosa conquista de Constantinopla

e dos Bálcãs”.⁴⁰ Lachenicht também oferece muitos exemplos de minorias étnicas e religiosas perseguidas entre os séculos XV e XVIII que ajudaram a consolidar os Impérios Austro-Húngaro, Britânico e Russo.⁴¹

Um período prolongado de temperaturas frias, conhecido como a “pequena era do gelo”, e eventos climáticos particularmente severos, como tempestades, chuvas fortes e secas em todo o hemisfério norte durante os anos 1600⁴² levaram a grandes quebras de safra, fome e doenças. Tais eventos contribuíram para grandes perdas populacionais do período: perdas que estrangeiros, incluindo refugiados, poderiam ajudar a preencher.

Nas Províncias Unidas da Holanda, receber refugiados e migrantes também foi importante para fortalecer o poder econômico e político.⁴³ Segundo Geert Janssen, já na Holanda do século XVII, a chegada de milhares de minorias perseguidas contribuiu para o desenvolvimento de uma nova narrativa nacional. Tendo travado uma longa luta para ser independente da Espanha católica e experimentado o exílio, os holandeses estavam abertos a outros europeus que fugiam da perseguição. Oferecer refúgio e liberdade de consciência e religião tornou-se “o coração da identidade holandesa”.⁴⁴ De fato, ser refugiado da perseguição religiosa carregava tanto prestígio que mesmo aqueles que haviam migrado para lá por outros motivos muitas vezes se apresentavam como exilados.⁴⁵

O asilo na Holanda e em outros lugares da Europa não foi estendido universalmente. Embora a Holanda se reinventasse como um país cosmopolita de tolerância, ela também estava engajada em um dos mais prolongados exercícios de tráfico de pessoas da história.⁴⁶ Por mais de 200 anos, a Holanda — junto da Bélgica, da França, da Alemanha, de Portugal, da Espanha e do Reino Unido — aumentava suas riquezas e posses coloniais por meio do tráfico de escravos ao mesmo tempo em que fornecia seletivamente asilo a grupos ou indivíduos dentro da Europa.⁴⁷

A Paz de Vestfália de 1648 concluiu em grande parte os Trinta Anos de Guerra travados dentro do Sacro Império Romano entre Estados dominados por católicos e protestantes. A essa altura, a obtenção de asilo com base na perseguição religiosa era amplamente aceita, embora a segurança recebida e a autonomia permitida dependessem muitas vezes de quão benéficos os refugiados poderiam ser para o país que os admitia.

A Paz de Vestfália é definida como o marco do início de uma ordem jurídica nacional, pois, entre suas disposições, estava o reconhecimento da soberania territorial dos Estados dentro do Império e, por extensão, o direito de controlar suas próprias fronteiras. A Paz reconheceu o direito dos governantes soberanos de assinar tratados — desde que não fossem prejudiciais ao Império — e o direito dos católicos, calvinistas e luteranos de adorar livremente e não serem expulsos à força.

Alguns consideram que essas últimas disposições trazem o conceito de refugiados e asilo para o sistema moderno dos países.⁴⁸ É também o caso que a liberdade religiosa não foi estendida a outras religiões e o tratado também decretou o direito soberano de determinar-se a religião oficial do país. A fuga pela liberdade religiosa da Europa continuaria.⁴⁹

Era moderna

A Paz da Vestfália e a Era das Revoluções

Após a Paz de Vestfália em 1648, o conflito religioso na Europa começou a diminuir. Pelos dois séculos seguintes, movimentos revolucionários e revoltas contra potências imperiais — muitas vezes referidas como a “Era das Revoluções” — foram as causas de fluxos significativos de refugiados na Europa e na América do Norte.⁵⁰

Esse período marcou o início de uma classe reconhecida de refugiados “políticos” e impulsionou algumas das primeiras legislações regulamentando a entrada, tratados que proibiam o retorno forçado — ou “repulsão” — de exilados políticos e as primeiras burocracias estatais para gerenciar a chegada de refugiados. Assim como nos séculos anteriores, os termos de seu asilo eram discricionários e muitas vezes dependiam de valores comuns que, no caso dos revolucionários, eram aspirações políticas similares.

Durante a Guerra de Independência dos Estados Unidos, de 1775 a 1783, mais de 60 mil lealistas britânicos, brancos, negros e nativos americanos, juntamente com 15 mil escravos, fugiram para outras partes do império.⁵¹ Mais da metade foi para o Canadá, milhares para a Inglaterra, outros para as colônias britânicas no Caribe e mais de mil para Serra Leoa. As autoridades britânicas os recompensaram por sua lealdade ao ceder assistência material, compensação monetária e alocações de terras, incluindo os negros libertos entre eles. No entanto, como Maya Jasanoff ressalta, muitos dos 15 mil escravos descobriram “em primeira mão como a escravidão era preservada, para não dizer reforçada, nos domínios do Caribe britânico”, e cerca de 2 mil foram levados para o Canadá como escravos.⁵²

Quase três vezes mais refugiados, cerca de 150 mil cidadãos franceses, buscaram segurança após a Revolução Francesa de 1789 por toda a Europa, os Estados Unidos e as colônias da França, da Espanha e do Reino Unido.⁵³ Aqueles que partiram depois de 1789 ou que já estavam no exterior e não voltaram, foram vistos pelas autoridades francesas como contrários aos ideais da revolução. Chamados de “émigrés”, suas propriedades foram confiscadas e seu retorno proibido sob pena de morte.⁵⁴ Os émigrés foram amplamente aceitos

nos países europeus, em parte porque a maioria dos países tinham meios limitados para restringir sua entrada.

Assim como nos movimentos de refugiados de períodos anteriores, os refugiados eram encorajados a se sustentarem, embora na Grã-Bretanha recebessem assistência do governo e iniciativas de caridade fossem incentivadas. Estima-se que 40% dos exilados franceses provinham da elite política e social, incluindo clérigos e nobres, com muitos dos outros sendo aqueles que prestavam serviços a eles, como artesãos, músicos e empregados domésticos.⁵⁵ Com o tempo, aqueles de status mais elevado tiveram de encontrar trabalho onde quer que pudessem e muitos abriram empresas, escolas e livrarias e se envolveram com outros refugiados de lutas revolucionárias.

Por manterem contatos dentro da França e com outros exilados franceses, eram uma importante fonte de informação para os países em que residiam⁵⁶ e, por sua vez, eram influenciados pelas ideias e cultura de seus países de acolhida. Uma grande parte deles voltaram para a França com o fim do reinado de terror em 1799 e após a declaração napoleônica de 1802 de uma ampla anistia.

Entre as primeiras disposições legislativas que regulam a entrada de refugiados estava a Lei de Estrangeiros do Reino Unido de 1793, aprovada em meio a temores de que, entre os émigrés franceses que chegavam, estivessem aqueles que desejavam fomentar a desordem no Reino Unido.

Os capitães dos navios tinham de fornecer os nomes de todos os que desejavam desembarcar, e as autoridades decidiam quem teria permissão de entrada, o que também estava condicionado ao registro no local de residência pretendido. E, como precursor das sanções modernas dos transportadores, os capitães dos navios poderiam ser multados se não cumprissem a Lei.⁵⁸ O preâmbulo da lei subsequente de 1798 reconheceu o conceito de asilo político, bem como a necessidade de distinguir entre aqueles que buscam refúgio da “opressão e tirania” daqueles que vão com um “propósito hostil”.⁵⁹

Do outro lado do Atlântico, a preocupação com os estrangeiros corruptos foi abordada em quatro atos amargamente controversos aprovados pelo Congresso dos Estados Unidos em 1798. Coletivamente conhecidos como Leis de Estrangeiros e Corruptos, previam a prisão e deportação de estrangeiros considerados perigosos (Lei de Aliados Estrangeiros) ou que eram de uma nação hostil (Lei de Inimigos Estrangeiros), bem como tornou crime fazer declarações e falsas críticas ao governo federal (Lei de Sedição). A Lei de Naturalização impôs requisitos mais rigorosos para a naturalização.⁶⁰ As disposições legislativas foram recebidas com considerável oposição entre os republicanos e contribuíram para sua vitória eleitoral em 1800.⁶¹ As leis tiveram vida curta, exceto pela Lei de Inimigos Estrangeiros⁶² que foi usada durante a Segunda Guerra Mundial (SGM) para prender e encarcerar estrangeiros residentes de países com os quais os Estados Unidos estavam em guerra.

A Guerra da Independência Grega dos 400 anos de domínio otomano foi uma das mais sangrentas do século XIX. Estendendo-se por um período de nove anos, foi marcada por milhares de mortes, enormes deslocamentos populacionais e atrocidades maciças cometidas por ambos os lados. A independência foi assegurada em 1832 com a ajuda da intervenção francesa, britânica e russa.



*Refugiados
poloneses com
seus pertences.*
© Smith Archive/
Alamy

Naquela época, os territórios gregos recém-independentes estavam em ruínas. A população turca desses territórios fugiu para o Império Otomano e milhares de gregos foram deslocados interna e externamente.

A maioria dos refugiados gregos encontrou segurança no Império Russo entre seus correligionários, apoiados pelas autoridades centrais, locais e religiosas e pela sociedade civil. Relatos solidários a favor da causa grega despertaram a simpatia do público em toda a Europa, também devido à crescente popularidade da política, filosofia e arte gregas que estavam desfrutando de um reavivamento.⁶⁴ As instituições de caridade privadas em apoio ao movimento de independência floresceram e o envolvimento do setor não governamental na assistência aos refugiados continuou a crescer.

Inspirados pelos gregos, mas não tão bem-sucedidos, em 1830, os revolucionários poloneses encenaram uma série de revoltas contra seus senhores imperiais russos e prussianos. Assim como os émigrés franceses permaneceram conectados e engajados no futuro político da França, o mesmo aconteceu com os refugiados poloneses que estavam concentrados principalmente na Europa

Ocidental, com alguns indo para os Estados Unidos. Eles foram bem recebidos na França e na Bélgica, onde receberam autorizações de residência, assistência financeira e proteção contra deportação.⁶⁵

A importância do movimento estava muito além de seu tamanho relativamente modesto de cerca de 20 mil refugiados. No exílio, mantiveram ativos comitês políticos, artísticos, científicos, militares e sociais, alimentando a ambição de uma Polônia independente ao longo do século. Eles também apoiaram ativamente as revoltas nacionais que se espalharam pela Europa em 1848.⁶⁶

As Revoluções de 1848 foram a maior série simultânea de revoluções na história europeia. Incitadas por demandas por reformas democráticas, eclodiram na Áustria-Hungria, França, Itália, Holanda, Polônia, Romênia e em todos os países de língua alemã. Em grande parte infrutíferas, resultaram em milhares de mortes e deslocamentos forçados significativos.⁶⁷

Os refugiados foram recebidos pelo Império Otomano e muitos foram admitidos na França e no Reino Unido. O acolhimento na França diminuiu devido à pressão alemã para localizar os refugiados longe das áreas fronteiriças, onde, como nos conflitos contemporâneos, temia-se que os refugiados lançassem ou apoiassem ataques transfronteiriços.

O envolvimento de refugiados alemães em revoltas em Baden e em outras regiões contribuiu para um endurecimento das medidas. Após o golpe de Napoleão III e a imposição de um regime mais autoritário, a França não era mais tão receptiva aos refugiados revolucionários.⁶⁸ Muitos se mudaram para a Suíça, onde os cantões suíços acolheram e ajudaram os refugiados como fizeram com os huguenotes do século XVI. Milhares de refugiados em fuga, que vieram a ser conhecidos como os “Quarenta e Oito”, imigraram para os Estados Unidos, com muitos alistando-se durante a Guerra Civil Americana, a esmagadora maioria juntando-se à União.⁶⁹

Os refugiados eram geralmente admitidos sob processos regulares de imigração, e não como uma classe distinta de pessoas com direitos reconhecidos internacionalmente para buscar asilo. No entanto, o não retorno de infratores políticos tornou-se uma característica dos tratados de extradição do século XIX.⁷⁰

Em 1833, a Bélgica proibiu a extradição de criminosos políticos e incluiu isso em seu tratado de extradição com a França no ano seguinte. Outros países logo fizeram o mesmo. Os otomanos citaram essas normas ao recusarem as exigências da Áustria-Hungria para devolver os dissidentes húngaros após os levantes fracassados de 1848. Ahmed Cevat Pasha, que se tornaria o Grand Vizier, lembrou mais tarde que a decisão também foi baseada nos princípios islâmicos.⁷¹ Mas o fato de a França e o Reino Unido terem prometido apoio militar caso a Áustria-Hungria e a Rússia atacassem,⁷² também pode ter sido decisivo.

A partir de 1843, os Estados Unidos também adotaram disposições legais para impedir a extradição de pessoas procuradas por crimes políticos.⁷³ E essa proteção também encontrou expressão no primeiro tratado multilateral latino-americano de direito penal de 1889, que reconheceu o direito ao asilo político décadas antes de qualquer tratado europeu multilateral.⁷⁴

O século XIX também marcou o início de respostas coordenadas pelo governo às chegadas de refugiados. Embora os cantões suíços tivessem inicialmente recebido refugiados das revoluções de 1848, logo ficaram sobrecarregados. A Suíça também estava sob pressão para não acomodar refugiados perto da fronteira, de onde poderiam lançar ataques em apoio às insurreições vizinhas.

As autoridades nacionais intervieram e nomearam um comissário para redistribuir os refugiados internamente e encorajá-los a seguirem para outros países. Por meio de incentivos financeiros e pressão política, o número de refugiados foi reduzido de vários milhares em 1849 para cerca de 500 pessoas em 1851. Aqueles que saíram foram convidados a assinar um formulário indicando que o fizeram voluntariamente. Embora, à época, as ações suíças fossem consistentes com as tendências de restrição de asilo quando era politicamente conveniente fazê-lo, as autoridades retiveram asilo para dissidentes políticos de alto perfil que enfrentavam a ameaça de ferimentos graves ou morte.⁷⁵

O Império Otomano também estava na vanguarda do estabelecimento de uma administração centralizada para refugiados. Nos idos de 1800, o Império de mais de 500 anos se estendia por três continentes e havia recebido milhares de refugiados que fugiam de perseguição religiosa e agitação política.

Os não muçulmanos receberam vários graus de autonomia sobre assuntos religiosos e civis.⁷⁶ À medida que o Império continuava a se desgastar, dividido pelo descontentamento, movimentos nacionalistas e lutas de independência bem-sucedidas na Grécia e na Sérvia, sucessivos sultões realizaram um período de 37 anos de reforma, começando em 1839, para modernizar, centralizar, consolidar e unificar o Império. As medidas para atrair, receber e acolher imigrantes e refugiados fizeram parte desses esforços.

Especificamente em 1857, para atrair mais imigrantes para as terras despovoadas por guerras, revoltas, doenças e fome, um decreto imperial permitia que qualquer pessoa imigrasse, desde que concordasse em cumprir as leis do Império e ser súdito do sultão.⁷⁷ O decreto foi amplamente publicado em jornais europeus, e os recém-chegados eram atraídos por garantias de cidadania, liberdade religiosa e lotes gratuitos de terras agrícolas.⁷⁸ Outros incentivos incluíam isenção por tempo limitado do serviço militar, concessões fiscais⁷⁹ e o fornecimento de gado, ferramentas agrícolas, grãos e ajuda financeira temporária. Os benefícios dependiam da permanência dos imigrantes nas áreas rurais.⁸⁰

Em poucos anos, a promoção da imigração não era mais necessária. Vários grupos enfrentaram perseguição e expulsão do Império Russo nos séculos

XVIII e XIX, levando à emigração em massa para territórios otomanos. Os tártaros da Crimeia estavam entre o maior número. Os circassianos também fugiram da limpeza étnica na década de 1860, levando milhares a fugirem para as áreas otomanas. Nas décadas de 1870 e 1880, o Império recebeu outros grandes fluxos de refugiados como resultado da Guerra Russo-Turca e do nacionalismo crescente em países balcânicos.⁸¹ As estimativas sugerem que, em 1914, de 5 a 7 milhões de muçulmanos foram deslocados à força para o Império Otomano dentro de um período de aproximadamente 85 anos.⁸²

Para administrar esses influxos em massa, os otomanos criaram a Comissão de Migração em 1860 com um mandato específico para imigrantes e refugiados.⁸³ Ela marcou o início de uma série de comissões por tempo limitado, algumas com mandato para administrar influxos específicos.

De modo geral, essas instituições estatais foram criadas para facilitar a regularização de imigrantes e refugiados. Isso incluía selecionar terras, determinar locais de assentamentos, manter registros estatísticos de chegadas e assentamentos, e, dependendo do tempo e das finanças à sua disposição, fornecer transporte, apoio em espécie, subsídios mensais direcionados e mediar disputas entre moradores e refugiados.⁸⁴ Sucessivos departamentos administrativos para gestão de assuntos de refugiados chegaram ao século XX, até o fim do Império Otomano.⁸⁵

Outro aspecto da experiência otomana que permanece relevante é que imigrantes e refugiados foram incentivados a se integrar economicamente e havia uma estrutura legal clara para seu assentamento: elementos que hoje são considerados importantes no avanço do desenvolvimento de refugiados e suas comunidades de acolhida.⁸⁶ Em alguns casos, as elites tártaras e circassianas também receberam representação nas comissões de migrantes.⁸⁷

Os assentamentos que tendiam a prosperar eram aqueles em que a terra era abundante, com conexões de transporte para áreas urbanas e, principalmente, onde o governo fornecia subsídios generosos que aumentavam a coesão social entre os recém-chegados e as comunidades locais.⁸⁸

No fim do século XIX, surgiram várias tendências na política de asilo. Em toda a Europa e nas Américas, os países demonstraram disponibilidade para receber e proteger refugiados que possuíssem religião ou ideologia política similares. Isso foi feito por meio de canais regulares de imigração que eram relativamente abertos na época. Não havia previsão de quais proteções seriam oferecidas em cada situação, os prazos em que seriam concedidas nem sua duração. Isso ainda dependia muito do interesse próprio do país.

Os refugiados que receberam asilo puderam, em grande parte, seguir em frente com suas vidas e construir seus futuros, às vezes com a ajuda do governo ou de associações voluntárias. Começavam a surgir administrações estatais centralizadas para a gestão das chegadas de refugiados.

O século XX

Nacionalismo e fuga forçada

Agitação civil, revoltas nacionais e a eclosão da Primeira Guerra Mundial (PGM) nos primeiros 15 anos do século XX ocasionou níveis sem precedentes de deslocamento forçado devido à perseguição religiosa, étnica e política e o início de um regime de proteção internacional.

O século começou com a fuga em massa de refugiados judeus de uma série de *pogroms* no Império Russo, fortemente concentrados na moderna Ucrânia, Moldávia e Polônia. A violência perpetrada contra os judeus foi um indicador do que viria nas décadas seguintes. Já com a eclosão da Primeira Guerra Mundial, mais de 2 milhões de refugiados judeus fugiram, principalmente para o Reino Unido e os Estados Unidos.⁸⁹

A ascensão do nacionalismo acrescentou outra justificativa à perseguição de minorias religiosas e étnicas à medida que os países recém-independentes viam seu desenvolvimento e segurança cada vez mais dependentes de uma identidade nacional unificada. A violência inspirada no nacionalismo étnico foi brutalmente exibida durante as Guerras dos Balcãs de 1912-1913, que alteraram o mapa da Europa, reduziram os territórios otomanos no continente e estimularam a criação de alianças que ajudaram a preparar o terreno para a Primeira Guerra Mundial. Milhares morreram e amplos atos de limpeza étnica patrocinados pelos governos contra populações civis levaram a deslocamentos forçados significativos e profundas inimizades que explodiriam durante a Primeira Guerra Mundial e em períodos posteriores.⁹¹

As estimativas do número de deslocamentos forçados devido às Guerras dos Balcãs variam entre 0,5 e 1 milhão de pessoas.⁹² A recepção de refugiados foi prontamente estendida aos correligionários. Inúmeros cristãos foram deslocados de territórios controlados pelos otomanos e sua recepção nos estados balcânicos foi facilitada pelo governo e pelas instituições de caridade.⁹³ O deslocamento de muçulmanos, principalmente para os territórios otomanos remanescentes, foi significativamente maior. Cerca de 180 mil pessoas fugiram para Istambul e outras cidades somente no primeiro semestre de 1913.⁹⁴ A escala dessas transferências de população, por maiores que fossem, seria superada e sua gestão foi um fator motivador para o surgimento de um regime de proteção internacional.

Dentro dos territórios otomanos, quando as primeiras cidades de acolhida foram sitiadas, muitos foram mortos ou morreram de fome — e milhares fugiram novamente para o interior.

O acolhimento de tantas pessoas em um período de tempo tão condensado revelou-se um desafio para as autoridades, a nível central e local. Adotando a mesma abordagem para receber as primeiras ondas de refugiados, os

recém-chegados foram ajudados a se mudar para o interior, em terras aráveis desocupadas, facilitadas pelo fornecimento de ferramentas, gado e isenções fiscais.⁹⁶

Aqueles que permaneceram nas cidades também foram encorajados a serem economicamente autossuficientes, e empréstimos para pequenas empresas foram concedidos. O financiamento para este enorme empreendimento veio do governo, de comunidades locais e de doações de todas as comunidades muçulmanas.⁹⁷

A facilitação do assentamento pelo governo também foi, mais ameaçadoramente, acompanhada por esforços detalhados de definição de perfis que, segundo Peter Gatrell, ajudaram a identificar filiações políticas e determinar a “turcacidade”. Ademais, as terras dadas aos refugiados eram muitas vezes na península anatoliana, anteriormente habitada por armênios antes do expurgo contra sua comunidade em 1896.

A Primeira Guerra Mundial e suas consequências

A eclosão da Primeira Guerra Mundial em 1914 marcou o início de mortes em massa e deslocamento forçado em toda a Europa e no Oriente Médio.

Em sua conclusão em 1918, o conflito havia causado mais de 14 milhões de mortes de militares e civis. Sete milhões de soldados voltaram para casa com deficiências graves.⁹⁹ Mais de 10 milhões de pessoas foram expulsas de suas casas.¹⁰⁰ As terras foram devastadas, a infraestrutura destruída e as terras agrícolas ficaram incultiváveis por anos devido à contaminação química. As economias quebraram e a perda de grandes proporções de uma geração produtiva foi sentida por décadas.¹⁰¹ A guerra precipitou o colapso de quatro impérios: russo, em 1917; alemão, em 1918; austro-húngaro, em 1918; e otomano, em 1922. Provocou a criação de novos países¹⁰² e o nascimento da União Soviética — tudo o que levou a mais fugas forçadas em massa. Acompanhou o surgimento dos primeiros esforços internacionais para responder ao deslocamento forçado, cujos sucessos e fracassos informaram o regime de proteção internacional que surgiu no período contemporâneo.

Os russos representaram o maior número de pessoas forçadas a fugir. Entre eles, estavam milhares que foram realocados à força dentro da própria Rússia por viverem em áreas de operações militares ou por serem minorias cuja lealdade estava em dúvida.¹⁰³ A Revolução Russa e o conflito contínuo entre facções pró e antibolcheviques até 1923 também contribuíram para grandes deslocamentos.¹⁰⁴ Naquela época, milhões de russos foram deslocados internamente e aproximadamente 1 milhão buscou refúgio em outros lugares.¹⁰⁵

Em toda a Europa, milhões de pessoas fugiram dos avanços inimigos. Mais de 2 milhões de pessoas na França e na Bélgica fugiram, assim como 1,5 milhão da Áustria e muitas centenas de milhares em todo o sul da Europa.¹⁰⁶



Refugiados armênios em Jerusalém em 1918.
© Science History Images/Alamy

A limpeza étnica e as expulsões em massa também foram responsáveis por consideráveis perdas de vidas e deslocamentos. Perto de 1,5 milhão de armênios foram mortos e centenas de milhares expulsos da Turquia, reduzindo pelo menos em 50% as populações armênias centenárias.¹⁰⁷ Outros fugiram da Guerra Greco-Turca. Em 1924, cerca de 200 mil refugiados armênios haviam fugido para partes da Europa e Oriente Médio.¹⁰⁸

Os movimentos em massa de refugiados dentro e através de fronteiras, muitas vezes sem bens, sem meios imediatos de se sustentar e muitos com problemas de saúde, foram um desafio para as autoridades dos países, totalmente ocupadas em lutar uma guerra.

Enquanto muitos dos países mais impactados, como França, Itália, Holanda, Prússia, Rússia, Sérvia e Reino Unido, instituíram respostas centralizadas, estas foram ampliadas por organizações humanitárias locais e internacionais que cresceram durante esse período. Pessoas deslocadas participaram dessas organizações, provenientes de todos os setores da sociedade e apoiadas pela diáspora. Grupos étnicos e culturais investiram pesadamente no apoio às suas comunidades deslocadas, ajudando a reforçar a lealdade aos seus respectivos estados-nações.¹⁰⁹

O trabalho voluntário em tempos de guerra lançou as carreiras de indivíduos que se tornaram políticos importantes, bem como aqueles que foram fundamentais para o estabelecimento de instituições humanitárias internacionais duradouras que, hoje, continuam como agentes proeminentes em situações de deslocamento forçado.¹¹⁰

Com o fim da guerra, muitas pessoas deslocadas retornaram aos seus lugares de origem ou foram absorvidas pelas nações de sua etnia compartilhada. Dezenas de milhares também emigraram para a América do Norte, com os Estados Unidos recebendo cerca de 100 mil russos.

Entretanto, muitos continuavam sem um lugar seguro e permanente. Os judeus que permaneceram ou retornaram à Áustria, Galizia, Alemanha e Rússia e outras partes da Europa Oriental viveram uma existência desconfortável, muitas vezes tendo a naturalização negada e sujeitos a discriminação e perseguição contínuas, que aumentaram severamente na década seguinte.

Em 1921, a União Soviética revogou a cidadania de todos os russos que moravam no exterior,¹¹¹ tornando-os efetivamente apátridas. A maioria permaneceu na Europa, mas muitas vezes com status inseguro. Vistos como um fardo de bem-estar social, bem como uma ameaça à homogeneidade étnica dos novos países, muitas vezes lhes foi negada a naturalização. Sem documentos de viagem, eles não poderiam se mudar para outro lugar para se juntar a amigos, familiares ou procurar emprego.¹¹²

O surgimento de um regime de proteção internacional

A situação dos refugiados russos era tão terrível e as capacidades das agências humanitárias eram tão escassas que as circunstâncias levaram a um momento decisivo em resposta ao deslocamento forçado. Pela primeira vez, um alto-comissário foi nomeado para liderar a resposta internacional à situação. Fridtjof Nansen foi a escolha da Sociedade das Nações e se tornaria um dos líderes mais influentes de um esforço global de ajuda aos refugiados.

Nansen foi um inovador norueguês, cientista renomado, explorador ártico pioneiro e diplomata. Ele também era conhecido por ser extraordinariamente humilde e eloquente; e, inicialmente, relutava em assumir a posição, sabendo do compromisso que isso implicaria e da investigação científica que ele precisaria colocar em espera.¹¹³

Inicialmente nomeada alta-comissária para refugiados russos, a Sociedade ampliou o mandato do alto-comissário nos anos seguintes, mas sempre em relação a situações específicas de refugiados.¹¹⁴ E, embora um mandato global viesse mais tarde, os esforços do Gabinete do Alto-Comissariado durante o período entre guerras informaram o mandato que eventualmente seria concedido ao Alto-Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) após a Segunda Guerra Mundial.

Nansen passou a trabalhar com uma equipe ínfima e um orçamento limitado para facilitar a repatriação ou o reassentamento de milhares de russos. Inicialmente, ele se concentrou na repatriação e estabeleceu procedimentos com o consentimento do governo soviético que, em aspectos importantes, se assemelham às proteções modernas relacionadas ao retorno. O retorno deveria



*Refugiados
em Antuérpia
durante a
Primeira Guerra
Mundial.
© Keasbury-
Gordon
Photograph
Archive/Alamy*

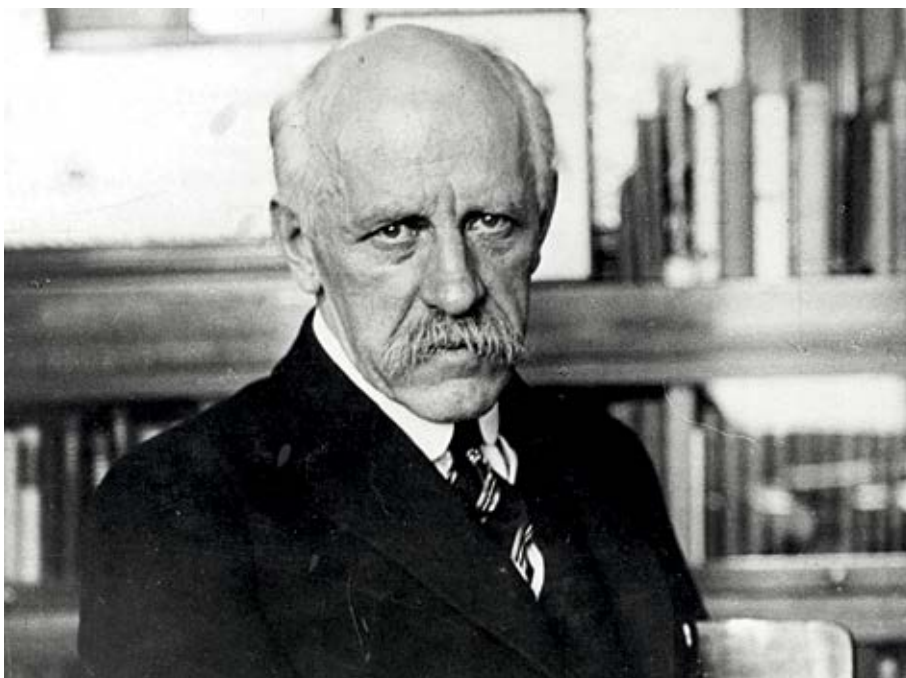
ser voluntário e para áreas não afetadas pela fome, e os retornados deveriam ter acesso a representantes de Nansen alocados nas áreas de retorno.¹¹⁵

Os retornados também puderam viajar para outros países para falar com potenciais retornados sobre as condições em seus países de origem para ajudar a aumentar a confiança para o retorno. Logo após a primeira repatriação, no entanto, rumores de execuções sumárias se espalharam e relatos confirmados de desaparecimentos diminuíram o interesse de voltar. O movimento sofreu um golpe fatal em 1923, quando o governo da Bulgária foi derrubado com a ajuda de forças russas antibolcheviques. Tanto as autoridades búlgaras quanto as soviéticas recusaram-se a reiniciar o programa de repatriamento.¹¹⁶

Em termos de reassentamento, Nansen também enfrentou desafios, pois os países não faziam distinção entre imigrantes e refugiados em suas políticas de admissão, e os refugiados precisavam atender às mesmas condições de entrada que os demais imigrantes. O asilo, como no passado, foi amplamente exercido de acordo com o interesse próprio.

Já na virada do século, os países começaram a estabelecer maior controle nas fronteiras, incluindo a exigência de passaportes e/ou vistos, definição de classes admissíveis, estabelecimento de cotas e imposição de requisitos de registro na chegada.¹¹⁷ Os critérios de admissibilidade incluíam uma dimensão de segurança para excluir criminosos, radicais e outros suspeitos de serem uma

ameaça à segurança pública. Eram também um meio de excluir aqueles considerados passíveis de se tornarem um encargo público. É importante ressaltar que os critérios de admissão e as cotas foram projetados para dar preferência aos imigrantes mais “desejáveis”, muitas vezes determinados por raça ou local



*Fridtjof Nansen
em Nova York
em 1929.
© ACNUR*

de origem.¹¹⁸ Esses controles foram posteriormente reforçados na década de 1920 e ainda mais na década de 1930, quando a Grande Depressão atingiu duramente as economias da Europa e das Américas.

Naquela época, a maioria dos refugiados não tinha passaporte, o que os impedia de serem admitidos em outros países, mesmo quando satisfaziam os critérios de admissibilidade. Nansen convenceu os países a concordarem com um documento especial de viagem para refugiados que permitia que eles se deslocassem entre os países em busca de trabalho. Futuramente conhecido como “Passaporte Nansen”, sua aplicação foi posteriormente estendida a armênios, assírios, assírio-caldeus e alguns turcos sob um novo acordo em 1928.

É importante ressaltar que os acordos incluíam padrões de tratamento acordados — embora não vinculantes — no que diz respeito ao reconhecimento da identidade, bom caráter e estado civil do portador, direito ao trabalho, assistência jurídica, igualdade tributária e proteção contra expulsão.¹¹⁹ O direito a um documento de viagem de refugiado, bem como os padrões associados aos arranjos do Passaporte Nansen, seriam refletidos na Convenção de 1951.

Embora o Passaporte Nansen não garantisse ao portador o visto de entrada

em um país nem residência permanente para aqueles que o fizessem, foi significativo, pois permitia que os refugiados atravessassem as fronteiras em busca de trabalho e lhes conferia um status legal mais seguro.¹²⁰ Como Dorothy Thompson, jornalista da época, observou: um refugiado não podia ter a certeza de que obteria uma permissão de trabalho, mas “poderia ter a certeza de que, sem o Passaporte Nansen, ele *nunca* a obteria”.¹²¹ Em 1929, mais de 50 países eram signatários do acordo.¹²²

O dinheiro cobrado para obter o passaporte foi usado para financiar pequenos empréstimos a refugiados. A Organização Internacional do Trabalho (OIT) complementou o trabalho do Gabinete de Nansen, combinando refugiados com oportunidades de trabalho em outros países e monitorando as condições de trabalho para se proteger contra a exploração. Entre 1925 e 1929, a OIT ajudou a empregar mais de 50 mil refugiados, principalmente na França e em outros lugares da Europa, Américas, Ásia e Oriente Médio.¹²³

Alívio e desenvolvimento

O envolvimento da Sociedade em questões de refugiados se intensificou ainda mais após a Guerra Greco-Turca (1919-1922), deixando um legado negativo de supervisionar transferências forçadas em massa de populações, bem como um legado positivo de gerenciar o primeiro grande esforço de desenvolvimento internacional para a inclusão socioeconômica de refugiados. Fridtjof Nansen e seu gabinete também foram centrais nesses esforços.

O conflito brutal causou a morte de milhares de civis e deslocou mais de 1,5 milhão de pessoas.¹²⁴ Os termos do acordo previam a desnaturalização e a transferência de todos os cristãos ortodoxos gregos da Turquia para a Grécia e de todos os muçulmanos da Grécia para a Turquia. As populações transferidas obtiveram a cidadania do seu novo país de residência, ao mesmo tempo em que enfrentavam dificuldades para transferir bens ou receber indenizações por bens deixados para trás.¹²⁵ Não tinham o direito de recusar a transferência nem o direito de regresso.¹²⁶

Perto de 1,4 milhão de pessoas foram afetadas pelas transferências.¹²⁷ Os efeitos dessas transferências foram sentidos por décadas. A mobilidade de cristãos e muçulmanos para suas antigas terras ancestrais foi fortemente circunscrita até a década de 1990.¹²⁸ Ademais, além de compartilhar a mesma religião, os refugiados em ambos os países eram culturalmente e muitas vezes linguisticamente diferentes de seus anfitriões. Os recém-chegados eram frequentemente percebidos negativamente e vistos com escárnio, e eles próprios muitas vezes se sentiam culturalmente separados. A integração seria um assunto multigeracional.¹²⁹

Do lado turco, mantendo sua longa tradição, o governo assumiu a autoridade centralizada para a recepção e acomodação de novos refugiados, criando

um novo ministério para esse fim e aceitando relativamente pouca assistência internacional, contando com o Turkish Red Crescent [Crescente Vermelho Turco] para complementar seus esforços. Muitos refugiados consideraram as terras atribuídas a eles incultiváveis ou foram expropriadas pelo exército e policiais turcos, agravando os problemas de adaptação.¹³⁰

A Grécia, no entanto, acolheu a assistência internacional e a ajuda veio de instituições de caridade internacionais de todo o mundo, bem como de vários governos europeus. O apoio adicional veio na forma de um empréstimo multimilionário levantado e administrado pela Sociedade das Nações para iniciativas de desenvolvimento voltadas à integração de refugiados.¹³¹

Perto de dobrar nos anos seguintes, o empréstimo foi um precursor dos fundos fiduciários modernos estabelecidos para apoiar os países que enfrentam grandes influxos de refugiados. Era servido pela Comissão Financeira Internacional e administrado pela recém-criada Comissão de Assentamento de Refugiados, sob a Sociedade das Nações, com representação do governo grego, da Sociedade das Nações e organizações de ajuda.¹³² O esquema incluía concessões de terras, assistência para assentamentos e investimentos em infraestrutura.

A Comissão tinha ampla autonomia para realizar seu trabalho, que se concentrava principalmente no assentamento agrícola de refugiados, muitos em terras desocupadas à força por populações muçulmanas. Aos refugiados foram fornecidas casas, gado, sementes, máquinas e ferramentas agrícolas,¹³³ e investimentos foram feitos para a construção de estradas, pontes e escolas, construção de aldeias e capacitação de serviços públicos de saúde.¹³⁴ Em poucos anos, a produção agrícola aumentou substancialmente. A Comissão de Assentamento de Refugiados também facilitou o assentamento de refugiados e investimentos em áreas industriais, levando a um aumento da atividade industrial.¹³⁵

Mais de 600 mil refugiados foram acomodados, com o plano trazendo melhorias econômicas e aumentando a coesão social entre os refugiados e as comunidades de acolhida.¹³⁶ Ele marca um dos primeiros sucessos da cooperação internacional no apoio aos refugiados e seus anfitriões.

Um estudo recente sobre o impacto a longo prazo da transferência da população para a Grécia em 1923 descobriu que os locais que receberam altas concentrações de refugiados hoje são economicamente mais prósperos do que áreas comparáveis na Grécia que não receberam.¹³⁷ Entre os principais fatores que contribuíram para esse maior desempenho foram o fato de que os refugiados receberam cidadania, permissão para se estabelecerem juntos, receberam assistência financeira inicial e foram livres para trabalhar e estabelecer negócios, ajudando a criar as condições favoráveis para a industrialização inicial e o desenvolvimento econômico que persistem até hoje.¹³⁸

Os refugiados, quando autorizados a exercer a própria vontade, foram

capazes de fortalecer suas capacidades de maneiras que também contribuíram para a comunidade em geral. As descobertas são consistentes com os resultados de estudos sobre os efeitos econômicos dos fluxos de refugiados mais recentes. Além do choque econômico inicial, os refugiados podem ter um impacto econômico líquido positivo a longo prazo.¹³⁹

Um esquema de empréstimo semelhante foi empregado para ajudar no assentamento de refugiados na Bulgária: estes eram principalmente ex-cidadãos da Bulgária deslocados à força durante as Guerras dos Balcãs e a Primeira Guerra Mundial. O Reino Unido, os Estados Unidos e três outros países concederam um empréstimo de mais de 3 milhões de libras. A terra foi fornecida aos refugiados e a infraestrutura melhorada. Cerca de 125 mil refugiados foram beneficiados. As comunidades locais também se beneficiaram de melhores serviços de transporte, comunicação e saúde.¹⁴⁰

Um esquema de assentamento mais modesto ocorreu para refugiados armênios nos territórios sob mandatos franceses do Líbano e da Síria. Foi apoiado com doações e empréstimos financiados em grande parte pelo governo francês e organizações privadas. O dinheiro foi usado para construir casas, ajudar os refugiados a se estabelecerem em áreas urbanas e agrícolas e melhorar a água e o saneamento nas áreas de assentamento. Os esforços de assentamento são creditados com a melhoria das obras públicas, criando empregos e beneficiando os refugiados e as comunidades em que viviam.¹⁴¹

À medida que a década de 1920 chegava ao fim, a provisão de asilo permanecia bastante *ad hoc*, mais prontamente estendida àqueles de etnia ou religião parecidas ou que eram considerados “desejáveis” com base nas contribuições econômicas que podiam fazer e na afinidade cultural compartilhadas com o país de acolhida.

O interesse próprio do país continuou a ser decisivo. Por outro lado, no fim da década, o alto-comissariado para os refugiados pôde apontar conquistas difíceis que estavam ajudando a levar a proteção internacional em uma direção mais positiva. Muitos refugiados de guerra foram voluntariamente repatriados ou reassentados em outro país com assistência internacional. Iniciativas multilaterais de desenvolvimento bem-sucedidas ajudaram a garantir a inclusão econômica e social de vários refugiados e contribuíram para a saúde econômica das comunidades de acolhida.

As organizações não governamentais proliferaram, prestando apoio substancial aos esforços locais e nacionais de ajuda e assentamentos. Refugiados e organizações lideradas por refugiados eram participantes ativos na defesa e concepção de esforços de ajuda e desenvolvimento e, em 1934, estavam firmemente incorporados ao trabalho do Gabinete de Nansen, servindo como delegados e consultores técnicos e como membros do Comitê de Gestão de seu gabinete e ocupando assentos no Corpo Governante.¹⁴²

A Grande Depressão e a Ascensão do Fascismo

As políticas nacionais, as disputas interestatais e a ascensão do fascismo na Alemanha, Itália e Espanha contribuíram para um fluxo considerável e crescente de refugiados ao longo da década de 1930. Os esforços para forjar uma resposta internacional coordenada aos refugiados permaneceram *ad hoc* e dependentes da situação. Somando-se aos desafios, estava a enorme desaceleração econômica da Grande Depressão e a imposição de restrições de imigração ainda mais rígidas em muitos países.

Declínios dramáticos na produção industrial, perdas severas no comércio, desemprego em massa, falências de negócios e agitação social contribuíram para o apoio público a controles de imigração mais rígidos. O antisemitismo generalizado e aberto também estava na raiz da resistência à assistência aos refugiados judeus.

Fridtjof Nansen morreu em 1930 e o trabalho que ele dirigiu caiu para o recém-criado Escritório Internacional Nansen dentro da Sociedade. Durante anos, Nansen defendeu uma convenção de padrões comuns a ser concedida aos refugiados. Isso se tornou mais urgente no início da década de 1930, à medida que os refugiados eram cada vez mais processados, presos e expulsos por violar as leis trabalhistas e de imigração.

Como Louise Holborn descreveu a situação, os refugiados ficaram presos entre duas vontades soberanas, “uma expulsando-os, a outra proibindo sua entrada”. O resultado foram altas taxas de vadiagem e suicídios, com os governos gastando grandes somas na fiscalização, mas sem alcançar soluções.¹⁴³ A necessidade de uma resposta levou vários dos países de acolhida a concordar com a Convenção de 1933 patrocinada pela Sociedade relativa ao Estatuto Internacional dos Refugiados (Convenção de 1933).¹⁴⁴

A Convenção de 1933 foi um passo importante no caminho para uma proteção mais universal aos refugiados. Positivamente, foi a primeira codificação de padrões de tratamento para refugiados, incluindo os direitos a: um passaporte Nansen; não ser expulso na fronteira ou de dentro do país sujeito a exceções limitadas; acesso aos tribunais; e isenções de certas restrições trabalhistas aplicadas a estrangeiros.¹⁴⁵

Os refugiados deveriam receber o tratamento mais favorável concedido aos estrangeiros em relação a acidentes de trabalho, assistência social e acesso à educação.¹⁴⁶ Além disso, o papel dos refugiados nas respostas aos refugiados também foi explicitamente reconhecido nas disposições relativas à criação de comitês de refugiados responsáveis por encontrar emprego, coordenando a assistência e cobrando as taxas do passaporte Nansen.¹⁴⁷ Os refugiados também estavam entre o Comitê de Peritos envolvido na redação do texto inicial e nas negociações entre os países.¹⁴⁸

Embora com um alcance impressionante, a Convenção de 1933 enfrentou severas limitações. Aplicava-se apenas aos já reconhecidos como refugiados pela Sociedade,¹⁴⁹ foi ratificado por apenas oito países¹⁵⁰ e não se aplicava a dois dos maiores movimentos da Europa da época: refugiados da Guerra Civil Espanhola e refugiados da Alemanha nazista. Também não teve influência nos dramáticos deslocamentos forçados na China.

A Guerra Civil Espanhola durou três anos (1936-1939) e causou 750 mil mortes, tanto em batalha como devido às atrocidades contra populações civis cometidas por ambos os lados.¹⁵¹ Mais de 3 milhões de pessoas foram deslocadas em todo o país e mais de 400 mil buscaram segurança fora. A resposta aos refugiados da Guerra Civil Espanhola foi mista. A solidariedade internacional ficou evidente no apoio humanitário das agências não governamentais nacionais e internacionais que atuavam na Espanha, na França e em outros países. Mas encontrar asilo provou ser difícil para muitos.

A França recebeu a maioria dos refugiados, cujo número aumentou de forma constante a partir de 1936. Signatária da Convenção de 1933 e país com forte tradição asilar, a França teve uma atitude relativamente favorável aos refugiados no início da década. No entanto, com o início da Grande Depressão e em um clima de polarização política e xenofobia crescente, em 1937 as políticas de refugiados tornaram-se restritivas.¹⁵³

No início de 1939, às vésperas da derrota republicana na Espanha, havia cerca de 300 mil refugiados espanhóis na fronteira francesa. As autoridades restringiram a admissão, permitindo que apenas um terço deles entrasse na França.¹⁵⁴ Os soldados foram desarmados e muitos homens, junto com algumas mulheres e crianças, enviados para campos concentrados no sul. As condições eram duras, pois os abrigos eram muitas vezes inadequados e os internados também enfrentavam escassez de alimentos, surtos de doenças e falta de cuidados de saúde.¹⁵⁵

As opções de permanência foram estendidas àqueles qualificados para ingressar na Legião Estrangeira Francesa, que tivessem um patrocinador privado ou que estivessem dispostos a trabalhar em indústrias que necessitassem de mão de obra.¹⁵⁶ Outros foram pressionados a sair, e muitos o fizeram. No geral, a França forneceu asilo a aproximadamente 150 mil refugiados da Espanha. Mas um número maior, mais de 250 mil pessoas, foi obrigado a retornar à Espanha.¹⁵⁷

A América Latina acolheu mais de 30 mil refugiados espanhóis, dois terços dos quais foram admitidos no México, e a maior parte do restante na Argentina. Outros 12 mil foram para países do norte da África e mais de 6 mil foram admitidos na União Soviética.¹⁵⁸

Um programa de evacuação infantil, concebido como uma contribuição humanitária por meio do fornecimento de permanência temporária a mais de

30 mil crianças em vários países da Europa, do México e da União Soviética, não correspondeu ao ideal inicial. Criticado por ser administrado de forma caótica e não ter proteções suficientes para as crianças, incluindo meios para rastrear a família, seu legado não foi positivo em geral. Muitas das crianças evacuadas passaram por extrema dificuldade durante o exílio e ao retornar à Espanha.¹⁵⁹

A imposição constante de leis e políticas persecutórias após a ascensão de Adolf Hitler em 1933 levaram a uma fuga cada vez maior da Alemanha. A resposta internacional aos refugiados judeus durante este período marca o nadir na história do asilo desse período conturbado, que a Convenção de 1951 pretendia não repetir.

Os refugiados da Alemanha nazista aumentaram para 400 mil pessoas na década de 1930, a grande maioria dos quais eram judeus. A revogação da cidadania, demissões em massa de trabalhadores judeus e boicotes econômicos foram responsáveis pelo êxodo inicial. Em 1937, mais de 150 mil refugiados, em sua maioria judeus, haviam fugido da Alemanha. Esses números aumentaram ainda mais quando a Alemanha anexou a Áustria e os Sudetos, e a perseguição se estendeu por lá. A fuga da Alemanha foi acelerada após os pogroms de novembro de 1938, que viram o tumulto em todo o país contra lares, empresas, escolas e sinagogas, dezenas de mortes e prisões em massa de milhares de judeus.¹⁶⁰

Embora os países vizinhos, bem como os do exterior, tivessem expressado seu opróbrio aos eventos na Alemanha, poucos se apresentaram para fornecer asilo. A maioria não relaxou suas restrições de imigração e, após os horrores dos pogroms de novembro, muitos as apertaram ainda mais, incluindo a expansão dos poderes de deportação e expulsão.¹⁶¹

Em 1933, a Sociedade das Nações nomeou um alto-comissário independente para refugiados — judeus e outros — da Alemanha, James G. McDonald. McDonald era um cidadão dos Estados Unidos, cuja longa carreira abrangeu a academia e o serviço público. Ele era um especialista em relações exteriores. Como Nansen, ele era dedicado e comprometido com a causa dos refugiados e trabalhou para sua admissão em outros países e pediu a condenação internacional da perseguição que sofreram.¹⁶²

Seu encontro com Hitler em 1933 não deixou dúvidas sobre a intenção de Hitler de exterminar a população judaica.¹⁶³ McDonald alertou repetidamente os líderes mundiais sobre a tragédia iminente, sem sucesso. Tão limitados eram os meios à sua disposição, tão intransigentes a posição dos países e tão relutantes em confrontar a Alemanha, que McDonald renunciou apenas dois anos depois de ser nomeado para o cargo. Sua carta de demissão documentou as condições prevalentes na Alemanha e a necessidade de ação internacional.¹⁶⁴

O mandato relativamente curto de McDonald garantiu alguns ganhos. Em

grande parte com a ajuda de organizações voluntárias, ele conseguiu ajudar 50 mil refugiados a emigrar, a maioria para países europeus. Perto de um terço foi para a Palestina e 10% para as Américas.¹⁶⁵

Seu sucessor, Sir Neil Malcolm, que ocupou o cargo de 1935 a 1938, foi um oficial de carreira do exército britânico, que desempenhou suas responsabilidades de maneira muito diferente de Nansen e McDonald. Ele não se concentrou no trabalho humanitário ou interveio em casos individuais, mas concentrou-se em melhorar o status legal dos refugiados por meio do envolvimento dos países.

Ele era conhecido por não tomar iniciativa, mas por responder aos interesses dos países. Ele também era da opinião de que a melhor solução para os refugiados era emigrar com a ajuda de organizações voluntárias.¹⁶⁶ Seu mandato foi marcado pela falta de progressos significativos na crise dos refugiados alemães. Um documento de viagem para refugiados alemães foi garantido, mas limitado em aplicação a cidadãos alemães e não às dezenas de milhares, a maioria judeus, que foram destituídos de sua nacionalidade.¹⁶⁷

A Convenção de 1938 sobre o Estatuto dos Refugiados vindos da Alemanha, que entrou em vigor no último ano de seu mandato, incluía refugiados apátridas. No entanto, suas disposições eram relativamente fracas,¹⁶⁸ foi assinado por apenas seis países, a maioria com reservas para partes dele, e foi ratificado por apenas dois.¹⁶⁹ Refletiu o mau desempenho da Sociedade em relação aos refugiados da Alemanha e foi logo ofuscado pelos eventos da Segunda Guerra Mundial e o genocídio daqueles que a comunidade internacional em grande parte não conseguiu resgatar durante os anos anteriores.

A ausência de empenho dos países de intensificar e ajudar os refugiados judeus ficou horivelmente à mostra durante a Conferência de Évian de 1938. Convocado pelo presidente Roosevelt e com a presença de 32 países, o evento de nove dias foi um fracasso total. Os países foram convidados no entendimento de que não seria solicitado que alterassem suas leis e que os custos de liquidação seriam arcados por organizações privadas. Os discursos dos delegados do país, embora reconhecessem a necessidade humanitária e o imperativo de uma maior partilha de encargos, enfatizaram fortemente a soberania e o respeito pelas regulamentações de imigração existentes.¹⁷⁰

Nenhum resultado significativo foi alcançado. Os países concordaram em participar de um novo Comitê Intergovernamental sobre Refugiados para coordenar os esforços multilaterais de reassentamento de refugiados da Alemanha Nazista; no entanto, sua contínua relutância em aliviar os critérios restritivos de imigração ou assumir outros compromissos significativos tornou o trabalho do Comitê Intergovernamental amplamente ineficaz.¹⁷¹ A Alemanha nazista, por sua vez, foi rápida em apontar a aparente hipocrisia dos países que a condenaram enquanto eles mesmos não estavam dispostos a aceitar refugiados judeus.¹⁷²

Os fracassos da Sociedade na década de 1930 contrastaram fortemente

com a energia, o compromisso e as realizações das instituições não governamentais. Apesar dos obstáculos, no fim da década, cerca de 300 mil refugiados judeus conseguiram escapar da Alemanha nazista, muitas vezes com a ajuda de instituições privadas. O mandato Britânico na Palestina Mandatada e os Estados Unidos responderam cada um pelo reassentamento de um quarto do total. Aproximadamente 50 mil refugiados conseguiram alcançar a segurança no Reino Unido, mais de 43 mil chegaram à Argentina e mais de 20 mil foram admitidos na China, concentrados em Xangai.¹⁷³

Ao mesmo tempo — às vésperas da Segunda Guerra Mundial —, outro grande deslocamento estava em pleno andamento, e também ilustrava as deficiências da ação internacional. A conquista imperialista japonesa da Manchúria (1931-1932) foi um prelúdio para a invasão mais ambiciosa que o Japão faria à China em 1937 e sua ocupação de Pequim, Xangai e áreas vizinhas naquele verão, fazendo com que milhões de cidadãos fugissem para o interior. O subsequente avanço japonês para o oeste em Nanjing aumentou o número massivo de mortes e fugas forçadas.¹⁷⁴

Em questão de meses, mais de 16 milhões de pessoas estavam em movimento dentro da China, um número que aumentou vertiginosamente quando a China destruiu deliberadamente os diques ao longo do Rio Amarelo na tentativa de frustrar os avanços japoneses. Mais tarde referido como o maior ato de guerra ambiental da história, 1 milhão de pessoas morreram e muitas outras foram deslocadas.¹⁷⁵ Os sobreviventes foram obrigados a se estabelecer em outras províncias e em áreas remotas e, em 1945, cerca de 6 milhões de pessoas ficaram sem uma casa.¹⁷⁶

No fim da Segunda Guerra Mundial, estima-se que mais de 90 milhões de pessoas foram deslocadas à força na China¹⁷⁷ — um dos maiores deslocamentos forçados da história da humanidade. Muitos nunca conseguiram voltar para suas casas, e levou gerações até que algumas das cidades mais impactadas se recuperassem da devastação econômica causada pelo conflito.

A guerra impôs enormes cicatrizes econômicas e psicológicas, mas, como na Europa, também viu o surgimento de um governo coordenado e respostas voluntárias que ajudaram a moldar o trabalho de serviço social do futuro.

Em Wuhan, que se tornou a capital de fato, foi organizada uma resposta impressionante para atender às necessidades das populações deslocadas. Inspirado por indivíduos locais, o esforço envolveu a sociedade civil local, associações comerciais, organizações religiosas, sociedades benevolentes, um Comitê Nacional de Socorro de alto nível, bem como o Comitê Internacional da Cruz Vermelha. As intervenções de educação, nutrição e saúde lideradas pelo governo mais tarde se tornariam um modelo tanto para a República da China quanto para a República Popular da China.¹⁷⁸

Na história de refugiados durante os anos entre guerras, conforme traçado

por Claudena Skran, houve a expansão gradual do regime de proteção internacional. Positivamente, a cooperação internacional aumentou em benefício dos indivíduos e de certos grupos de refugiados, nomeadamente por meio da extensão dos serviços consulares, proteção contra a expulsão, prestação de ajuda humanitária, assistência à colonização e à emigração. Os refugiados eram cada vez mais vistos como uma classe específica de pessoas que precisavam de proteção.¹⁷⁹

A criação de agências especializadas, como a Organização Internacional do Trabalho e o Alto-Comissariado para os Refugiados, facilitou a cooperação internacional e pôs em movimento práticas colaborativas que poderiam ser aplicadas em outros lugares e nas quais as futuras instituições multilaterais se expandiriam e se baseariam.

É também o caso que o período entre guerras, especialmente durante a década de 1930, demonstrou até que ponto os países exerceriam seu direito soberano de controlar suas fronteiras e negar a admissão àqueles que não eram vistos como promotores de suas atividades econômicas, sociais ou objetivos de política externa. As admissões foram relaxadas em tempos de escassez de mão de obra e as preferências mantidas para aqueles que eram culturalmente ou etnicamente semelhantes. Os países eram mais propensos a fornecer assistência humanitária e de desenvolvimento aos países anfitriões que eram seus aliados e fornecer refúgio àqueles que fugiam de seus inimigos do que àqueles que fugiam de seus amigos. E, enquanto as organizações voluntárias cresceram em tamanho e influência ao longo desse período, para benefício dos refugiados, algumas também responderam parcialmente, estendendo a mão para ajudar aqueles de religião ou etnia similares.

Segunda Guerra Mundial

A Primeira Guerra Mundial estabeleceu o recorde de maior número de mortes e deslocamentos devido à guerra na história moderna. Foi um registro de duração relativamente curta, totalmente eclipsado pelas consequências gigantescas da Segunda Guerra Mundial.

Travada em seis continentes e envolvendo mais de 30 países, mais de 70 milhões de pessoas morreram e dezenas de milhões foram deslocadas à força ao longo de seus seis anos de duração. Seis milhões de judeus, dois terços da população judaica da Europa, foram sistematicamente mortos. Em sua conclusão, as fronteiras foram redesenhadas, expulsões étnicas em massa foram negociadas, milhões de pessoas foram devolvidas aos seus países de origem, inclusive à força para situações de risco, e centenas de milhares reassentadas, muitas vezes em continentes distantes.

A simples escala das necessidades das populações deslocadas exigia uma resposta multilateral coordenada. A guerra marcou o início de respostas mais



conjuntas ao deslocamento forçado e levou à Convenção de 1951, que continua sendo o instrumento jurídico fundamental de proteção internacional dos refugiados.

Na Europa, milhões de pessoas foram mortas e mais de 30 milhões de civis deslocados dentro de seus países ou além das fronteiras.¹⁸⁰ As causas e os padrões de deslocamento eram complexos. Os refugiados fugiram dos exércitos invasores e perseguições e foram deportados com muitos movendo-se por vários países em busca de segurança.¹⁸¹

A limpeza étnica foi responsável pelo deslocamento em grande escala. Em 1940, as forças alemãs expulsaram francófonos, judeus, ciganos e outros da Alsácia-Lorena. No ano seguinte, a minoria sérvia foi expulsa pela Croácia.¹⁸² Após a invasão alemã da Polônia, milhares de pessoas foram forçadas a sair do país.¹⁸³ Em áreas controladas pelos soviéticos, minorias étnicas como fazendeiros alemães, tártaros da Crimeia e chechenos também foram deslocados à força e deportados para a Ásia Central.¹⁸⁴ Enquanto isso, mais de 16 milhões de cidadãos soviéticos foram deslocados internamente, evacuados para o interior, muitos sem vontade e sem o direito de retornar.¹⁸⁵ Milhões de prisioneiros de guerra também foram deslocados, muitos dos quais foram deportados para trabalhar na Alemanha para ajudar a alimentar a máquina de guerra alemã.

No fim da guerra, havia mais de 14 milhões de europeus em áreas controladas pelos Aliados “fugindo, ou voltando para casa, ou procurando membros da família, ou simplesmente tentando sobreviver”.¹⁸⁶

Enquanto a maioria foi deslocada dentro de seus próprios países, milhões foram deslocados em outras partes da Europa e dezenas de milhares, principalmente refugiados do Leste Europeu, estavam no Oriente Médio, África e Ásia.¹⁸⁷ Milhares de refugiados judeus sobreviventes do Holocausto passaram anos em campos de deslocados diante de nenhuma possibilidade de retorno, seja porque foram despojados de sua cidadania, seja porque foram forçados a fugir de pogroms e perseguições persistentes em seus países de origem.¹⁸⁸ Outros vários milhões de trabalhadores estrangeiros, muitos deles forçados, e prisioneiros de guerra na Alemanha completam a situação de pessoas deslocadas no continente.¹⁸⁹

Na Ásia, surgiu uma situação semelhante. Entre os legados da guerra, estava o primeiro uso da bomba atômica e, como na Europa, milhões de mortes, crimes de guerra em massa cometidos, infraestrutura severamente danificada, fronteiras redesenhadas e muitos milhões de pessoas deslocadas. A Índia recebeu milhares de trabalhadores indianos e aliados fugindo da ocupação japonesa da Birmânia enquanto, na Birmânia, milhares de pessoas foram deslocadas internamente.¹⁹⁰ Na China, além dos milhões de pessoas desenraizadas do conflito sino-japonês, 20 milhões de civis morreram durante a Segunda Guerra Mundial. Estima-se que 7,5 milhões de pessoas morreram devido à fome em

massa relacionada à guerra em Bengala, China e Indochina durante a segunda metade da Segunda Guerra Mundial.¹⁹¹

As fronteiras foram redesenhadas na Ásia, assim como na Europa. As potências imperiais foram enfraquecidas, contribuindo para a independência da maioria dos países da região dentro de um quarto de século após o fim da Segunda Guerra Mundial.¹⁹²

Enquanto alguns países alcançaram a independência pacificamente, a luta pela independência tornou-se violenta em outros. A divisão da Índia britânica nos dois países recém-independentes da Índia e do Paquistão, em 1947, levou a uma massiva troca populacional de mais de 14,5 milhões de pessoas: hindus do Paquistão à Índia e muçulmanos na direção oposta.¹⁹³

Esse deslocamento ocorreu em meio a uma violência feroz que causou mais de meio milhão de mortes.¹⁹⁴ À medida que casas eram queimadas, assassinatos em massa, sequestros, espancamentos, conversões forçadas, estupros e desfigurações eram amplamente perpetrados. Um dos deslocamentos populacionais mais extensos da história não foi um deslocamento de curto prazo. Tendo deixado propriedades e outros ativos para trás e sem capital, milhões permaneceram desarraigados por anos.¹⁹⁵

Bem antes da conclusão da Segunda Guerra Mundial, era evidente que atender às necessidades do crescente número de refugiados exigia um esforço multilateral coordenado. Concebida, impulsionada e amplamente financiada pelos Estados Unidos, a Administração das Nações Unidas para Assistência e Reabilitação (UNRRA, na sigla em inglês) foi criada em 1943, representando 48 nações. Comparado aos esforços multilaterais anteriores, seu orçamento de cerca de US\$ 4 bilhões era relativamente robusto, assim como sua força de trabalho de cerca de 13 mil pessoas.¹⁹⁶

A UNRRA foi criada para fornecer assistência imediata aos países afetados pela guerra e às populações deslocadas, bem como para financiar programas de desenvolvimento nos setores agrícola e industrial e de serviços sociais. A maior parte do orçamento e esforços da UNRRA, no entanto, concentrou-se na Europa, excluindo a Alemanha.¹⁹⁷

Trabalhando sob a autoridade do Quartel-General Supremo das Forças Expedicionárias Aliadas (SHAEF, na sigla em inglês) e ao lado de parceiros não governamentais, a UNRRA coordenou e forneceu alimentos, roupas, abrigo e outras formas de socorro, estabelecendo 800 campos para mais de 7 milhões de deslocados na Europa.¹⁹⁸

O trabalho da UNRRA sobre repatriação, além de auxiliar no retorno voluntário de milhões de alemães, italianos e austríacos, mostrou-se muito mais controverso.¹⁹⁹ Como resultado do acordo da Conferência de Ialta,²⁰⁰ a União Soviética, o Reino Unido e os Estados Unidos trocaram prisioneiros de guerra em territórios controlados pelos soviéticos e mais de 2 milhões de

cidadãos soviéticos nos países aliados ocidentais. Muitos destes últimos eram dissidentes ou prisioneiros de guerra e temiam represálias no retorno. Seus medos não foram infundados.²⁰¹

Muitos homens que retornaram à União Soviética foram internados e executados ou forçados a servir no exército e, mais tarde, recrutados para trabalhar em minas e indústrias madeireiras na Sibéria. A maioria das mulheres repatriadas enfrentou discriminação pelo resto de suas vidas.²⁰² O envolvimento da UNRRA nessa repatriação forçada comprometeu sua reputação e constituiu outro ponto baixo nas respostas internacionais de refugiados.

A forte defesa dos refugiados e da diáspora nos Estados Unidos acabou levando à retirada do apoio dos Estados Unidos às repatriações forçadas. A interrupção dos retornos forçados agravou as tensões entre as democracias do Ocidente e as repúblicas soviéticas, as primeiras sustentando que as pessoas deslocadas não deveriam ser forçadas a retornar aos países comunistas e as últimas insistindo que deveriam.²⁰³

Enquanto isso, dentro dos Estados Unidos, também havia críticas crescentes sobre o fornecimento de ajuda a países sob o regime comunista e uma sensação crescente de que a política externa dos Estados Unidos não era mais bem servida por esse esforço multilateral.²⁰⁴ Os Estados Unidos retiraram seu apoio à UNRRA em 1947, na véspera do lançamento do Plano Marshall e seus US\$ 13 bilhões em apoio à reconstrução na Europa Ocidental.

Com a perda de seu principal doador, o mandato da UNRRA não foi estendido além de seu término programado em 1947. O trabalho da UNRRA foi transferido para outras agências recém-criadas, como a Organização Internacional de Refugiados (OIR), a Organização Mundial da Saúde (OMS) e a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO).

As expulsões em massa não se limitaram à guerra, mas também tiveram destaque nos termos negociados do acordo. A fronteira soviética foi expandida 300 quilômetros para a Polônia, cuja fronteira ocidental foi estendida para as antigas terras alemãs. E, conforme acordado pelos Aliados, as populações alemãs restantes na Tchecoslováquia, Hungria e Polônia seriam transferidas para a Alemanha.²⁰⁵ Alemães étnicos também foram expulsos de outras áreas da Europa Central e Oriental.

Estes eram frequentemente movimentos muito violentos. Os alemães foram atacados, mutilados e mortos durante seu êxodo por grupos armados e civis em vingança pelas atrocidades alemãs da guerra.²⁰⁶ Milhares morreram no processo devido a ferimentos, fome e doenças. Outros morreram ao chegar à Alemanha controlada pelos Aliados, onde a comida era escassa, as redes de transporte destruídas, a água frequentemente contaminada e o combustível escasso.²⁰⁷ Em 1950, mais de 12 milhões de alemães étnicos haviam fugido para a Alemanha Ocidental. As estimativas colocam o número

de mortes nesse movimento entre 200 mil e mais de 2,3 milhões de pessoas.²⁰⁸

Números menores, mas significativamente grandes, de outras populações, incluindo poloneses, turcos, ucranianos e húngaros, foram expulsos da União Soviética, Bulgária, Polônia e Eslováquia, respectivamente.²⁰⁹ Enquanto isso, novos movimentos de judeus refugiados fugindo de pogroms na Europa



Assinatura da Convenção de 1951 em Genebra. Sentados, da esquerda para a direita: Margaret Kitchen, Secretária Executiva Adjunta; John Humphrey, Diretor da Divisão de Direitos Humanos; Knud Larsen, Presidente da Conferência; Gerrit Jan van Heuven Goedhart, Alto Comissário para Refugiados. © Arni/Arquivos da ONU

Oriental²¹⁰ e desertores do bloco oriental mantiveram a questão dos refugiados muito alta na agenda internacional.²¹¹

As tensões entre o Ocidente e o Bloco Soviético sobre os refugiados não se dissiparam com a criação da Organização Internacional de Refugiados (OIR). Estabelecida por tratado em 1948 como uma agência especializada das Nações Unidas por tempo limitado, a OIR foi mandatada para ajudar refugiados e pessoas deslocadas a retornarem para casa ou se estabelecerem em outro lugar e, nesse ínterim, fornecer-lhes assistência material.²¹² A Constituição da OIR excluía pessoas de origem étnica germânica que, durante a guerra, foram evacuadas ou fugiram da Alemanha, aquelas que buscaram asilo na Alemanha, assim como aqueles que foram ou poderiam ser transferidas para lá.²¹³ Eram consideradas de responsabilidade da Alemanha.

É importante ressaltar que a Constituição da OIR, aprovada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, previa que nenhuma pessoa com objeções válidas deveria ser obrigada a retornar.²¹⁴ Isso refletia a condenação internacional das repatriações forçadas. Financiada em grande parte pelos Estados Unidos, com mais de 5 mil funcionários, a OIR atendeu a mais de 1,5 milhão de

refugiados.²¹⁵ Não resolveu a situação dos refugiados, pois restavam milhares de refugiados na Europa e milhões de refugiados na Ásia necessitados e sem soluções.

Conforme discutido em maiores detalhes na Parte III, garantir asilo permanente para sobreviventes judeus do Holocausto e para aqueles que fugiam de pogroms era difícil. Muitos foram temporariamente assistidos em campos de deslocados dentro de zonas sob o controle do Reino Unido e dos Estados Unidos, inclusive em antigos campos de concentração.²¹⁶ No meses que se seguiram à guerra, esses campos estavam lotados, careciam de saneamento adequado, muitas vezes cercados de arame farpado, e o abrigo fornecido era uma proteção inadequada contra os elementos. Inicialmente, muitos judeus também foram acomodados em campos ao lado de colaboradores nazistas. Durante os esforços de reassentamento em massa para encontrar soluções para as populações remanescentes dos campos, os refugiados judeus foram deliberadamente ignorados pelos países de reassentamento.²¹⁷

Convenção de 1951 sobre o Estatuto dos Refugiados

Em 1941, lideradas pelo presidente Roosevelt, as nações aliadas assinaram uma declaração refletindo seu compromisso conjunto de defender os direitos humanos e a justiça e trabalhar coletivamente para derrotar seus inimigos comuns.²¹⁸ Foi um passo fundamental na formação das Nações Unidas, que surgiu na conclusão da guerra. A Carta das Nações Unidas foi deliberada e redigida na primavera de 1945 por países que aderiram à aliança de guerra e com representação de organizações não governamentais. Até o fim daquele ano, 51 nações se juntaram.

Desde o início, seu mandato foi amplo: manter a paz e a segurança internacionais, promover o respeito aos direitos humanos e ao direito internacional e abordar coletivamente os problemas internacionais de natureza social, econômica e humanitária.²¹⁹

Os problemas enfrentados por refugiados e pessoas deslocadas apareceram cedo na agenda das Nações Unidas, especialmente devido ao grande número que permaneceu na Europa e à controvérsia sobre o retorno forçado de tantos. Reconhecendo a necessidade imediata e urgente de distinguir entre refugiados genuínos e pessoas deslocadas, por um lado, e “criminosos de guerra, colaboracionistas e traidores” por outro, no início de 1946, a Assembleia Geral encaminhou o assunto ao Conselho Econômico e Social (ECOSOC, na sigla em inglês) para deliberação.²²⁰

Isso lançou um exercício de quatro anos que culminaria na Convenção de 1951. Nesse ínterim, dois outros desenvolvimentos significativos avançaram a proteção dos refugiados. O primeiro foi o desenvolvimento da Declaração

Universal dos Direitos Humanos (DUDH). A segunda foi a criação do Escritório do Alto-Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados com um mandato muito mais amplo do que qualquer outra instituição especializada em refugiados anterior.

O trabalho em uma declaração internacional de direitos veio logo após a criação das Nações Unidas. O objetivo era concretizar o compromisso da Carta das Nações Unidas de promover o respeito universal aos direitos humanos para todos os indivíduos, sem distinção. Em 1949, a DUDH foi adotada com o apoio de 48 dos 58 países membros das Nações Unidas.²²¹ Ela incluía o direito “de buscar e gozar de asilo em outros países contra perseguição”; no entanto, não incluiu uma obrigação específica e correspondente para os países de fornecê-lo.²²²

Essa responsabilidade foi o foco das discussões no ECOSOC sobre uma nova convenção internacional para a proteção dos refugiados. Enquanto isso, as Nações Unidas estabeleceram o Gabinete do Alto-Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados. Reconhecendo o alcance global do problema dos refugiados, o mandato deste gabinete não se limitou a um grupo específico de refugiados ou a um local específico.²²³

O Estatuto do ACNUR especifica que o trabalho do ACNUR é humanitário, totalmente apolítico e dedicado a duas prioridades principais. Uma delas é a provisão de proteção internacional aos refugiados. A outra é buscar soluções permanentes para eles, auxiliando os governos a “facilitar a repatriação voluntária de tais refugiados, ou sua assimilação dentro de novas comunidades nacionais”.²²⁵

O gabinete recebeu um mandato global, mas, assim como os altos-comissários do período entre guerras, não havia fontes garantidas de financiamento, além de uma contribuição limitada para despesas administrativas por meio do orçamento regular das Nações Unidas. Isso foi para aliviar as preocupações dos países de que só fossem obrigados a financiar os esforços de socorro que aprovassem de forma discricionária. Vários dos mesmos países também insistiram que o mandato do gabinete fosse temporário, razão pela qual foi inicialmente estabelecido por um período de três anos.²²⁶

As restrições de financiamento provaram ser um problema sério e imediato para o primeiro alto-comissário, Gerrit Jan van Heuven Goedhart, ele próprio um refugiado da Holanda. Durante a guerra, van Heuven Goedhart trabalhou para a resistência, que foi alvo da ocupação alemã. Um mandado de prisão e captura, execução ou detenção de muitos de seus colegas levaram à sua eventual fuga e asilo no Reino Unido. Lá, ele se tornou o Ministro da Justiça do Governo dos Países Baixos no exílio.

Como alto-comissário, ele foi confrontado com a tarefa impossível de ajudar milhões de refugiados com um orçamento insuficiente de apenas US\$ 300 mil,

o que o levou a comentar sobre o perigo de que seu gabinete “simplesmente ‘administrasse a miséria’”.²²⁷

Van Heuven Goedhart agiu de três maneiras que ajudaram a definir o rumo para futuros altos-comissários. Ele buscou contribuições voluntárias,²²⁸ desenvolveu fortes parcerias com agências não governamentais e estabeleceu



O Alto
Comissário para
os Refugiados,
Gerrit Jan
van Heuven
Goedhart (à
direita), conversa
com o egípcio
Omar Loutfi
em outubro
de 1955, antes
de um debate
na Assembleia
Geral das Nações
Unidas. Ele está
segurando uma
Medalha Nansen,
concedida por
um excelente
trabalho em prol
dos refugiados.
© foto da ONU

uma presença representativa em países ao redor do mundo para ajudar os refugiados a acessar seu gabinete.²²⁹ Seu gabinete também foi ativo na redação da Convenção de 1951.

Grande parte do trabalho de redação da Convenção de 1951 ocorreu no Comitê *Ad Hoc*, estabelecido pelo ECOSOC em 1949.²³⁰ O comitê era composto por 13 governos.²³¹ Especialistas jurídicos de dentro das Nações Unidas, incluindo a OIR, e agências não governamentais contribuíram como observadores. Assim como muitos refugiados em períodos anteriores estavam ativamente engajados nos termos de seu assentamento, ex-refugiados também desempenharam um papel importante na elaboração da Convenção de 1951 e nas negociações do país. Paul Weis foi o principal redator da OIR e futuro primeiro Diretor de Proteção do ACNUR. Nascido na Áustria, foi internado no fim da década de 1930 no campo de concentração de Dachau, antes de fugir para o Reino Unido, onde se naturalizou. Jacques L. Rubinstein, um membro da equipe de Weis, era um refugiado e jurista russo que havia defendido quase

25 anos antes uma convenção legal internacional vinculante sobre refugiados e esteve envolvido na elaboração da Convenção de 1933.²³² Outro que ajudou Weis foi Gustave Kullman, um jurista suíço cuja esposa havia sido refugiada russa. Suas experiências ajudaram a moldar sua compreensão das proteções necessárias na Convenção de 1951, inclusive garantindo que a definição de refugiado incluísse a diversidade de experiências de refugiados, a importância dos direitos socioeconômicos e a necessidade de não repulsão.²³³

Outros com experiências de refugiados contribuíram como delegados do governo e líderes de organizações não governamentais. Jacob Robinson, o principal negociador de Israel, era um político lituano que havia fugido da perseguição religiosa em 1940, antes da ocupação soviética. O rabino Isaac Lewin representou uma organização judaica que defendia de forma persuasiva as proteções do devido processo para refugiados em risco de expulsão por motivos de segurança nacional ou ordem pública.²³⁴

A história da elaboração revela que uma das questões mais controversas era se a Convenção de 1951 deveria ser ampla o suficiente para abranger situações atuais e futuras de refugiados ou se limitar a situações existentes e geograficamente definidas. Os países ocidentais diferiram em suas perspectivas sobre isso, com alguns países mudando suas posições em vários momentos do processo de redação.

Os países do bloco soviético eram geralmente hostis à ideia da Convenção, percebendo-a como um meio para o Ocidente encorajar deserções e, nas palavras de um delegado, se beneficiar do “trabalho escravo”.²³⁵ A França e os Estados Unidos queriam limitar as responsabilidades para com os refugiados na Europa, enquanto Bélgica, Dinamarca, Egito, Alemanha, Noruega e Suécia estavam entre os países que viram valor na aplicação da Convenção a todas as partes do mundo.²³⁶

No fim, a Convenção de 1951 tinha um limite temporal e geográfico, apelando para aqueles que queriam limitar seu alcance. Foi aprovada na Conferência de Plenipotenciários em julho de 1951 e entrou em vigor três anos depois, quando o número necessário de ratificações foi alcançado. Dos 26 países representados na conferência, 17 eram da Europa, cinco das Américas e três do Oriente Médio e um da Ásia-Pacífico.²³⁷

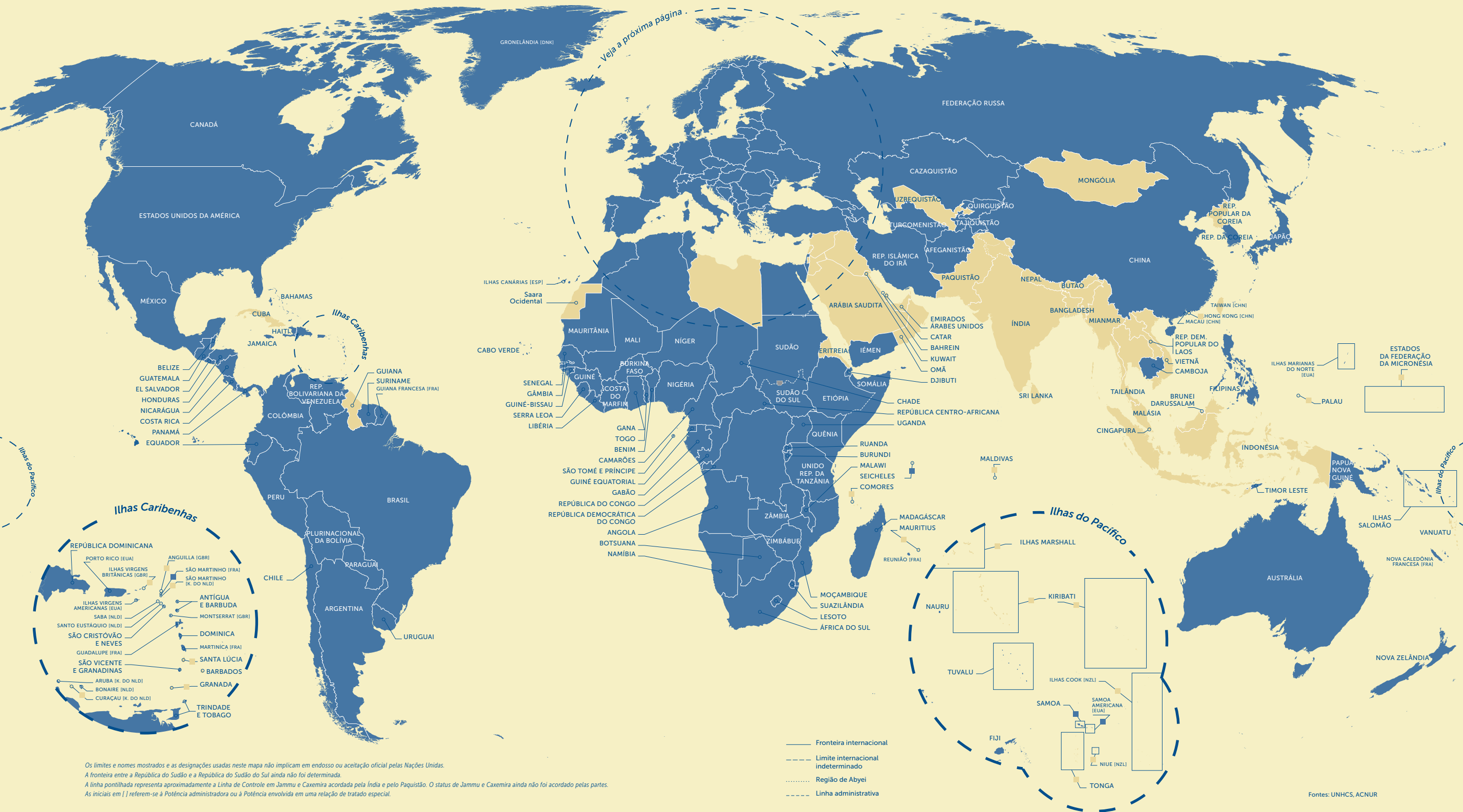
A Convenção de 1951 foi inicialmente limitada àqueles que se tornaram refugiados como resultado de eventos anteriores a 1951 e permitiu que os países limitassem ainda mais sua aplicação a eventos ocorridos na Europa antes dessa época, embora apenas quatro o fizessem.²³⁸ Essas significativas limitações temporais e geográficas foram removidos 15 anos depois, com o Protocolo de 1967 refletindo a ampliação do escopo do regime de proteção internacional, assim como a definição de refugiado.²³⁹

A definição da Convenção de 1951 era mais universal, não se restringindo

Convenção de Refugiados de 1951

Países membros da Convenção de 1951 sobre o Estatuto dos Refugiados e/ou seu Protocolo de 1967
a partir de 05 de outubro de 2021

Parte da Convenção de 1951
e/ou seu Protocolo de 1967



... Convenção de Refugiados de 1951

a partir de 05 de outubro de 2021

Países membros da Convenção de 1951 sobre o Estatuto dos Refugiados e/ou seu Protocolo de 1967



Os limites e nomes mostrados e as designações usadas neste mapa não implicam em endosso ou aceitação oficial pelas Nações Unidas.
As iniciais em [] referem-se à Potência administradora ou à Potência envolvida em uma relação de tratado especial.

* Sérvia e Kosovo (S/RES/1244 (1999)).

Fronteira internacional

Limite internacional indeterminado

Linha administrativa

Fontes: UNHCS, ACNUR

a um determinado grupo ou nacionalidade, mas a pessoas incapazes ou não dispostas a retornar ao seu país de origem, devido a um fundado temor de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, opinião política ou pertencimento a um determinado grupo social. Todos, exceto o último desses motivos, eram familiares à experiência dos refugiados europeus do início e do fim do período moderno.²⁴⁰

A adição de um determinado grupo social foi por recomendação da Suécia e, embora não haja registro definitivo quanto à lógica, ajudou a garantir que a definição pudesse ser interpretada de forma inclusiva nos próximos anos.²⁴¹

A Convenção de 1951 reflete os ideais de *segurança, solidariedade e autosuficiência* para os refugiados, refletidos em vários momentos da história. A proteção contra o retorno (*refoulement*) ao perigo por motivos políticos, que há muito constava nos tratados de extradição, foi ampliada na Convenção de 1951, para proibir a expulsão ou o retorno de um refugiado a um território onde a vida ou a liberdade da pessoa esteja ameaçada por motivos de raça, religião, nacionalidade, pertencimento a determinado grupo social ou opinião política. A única exceção é por razões de segurança nacional ou ordem pública.²⁴² Este princípio de não-devolução foi considerado tão fundamental que nenhuma reserva ou derogações foram permitida e desde então tornou-se um princípio de direito consuetudinário internacional.²⁴³

No que diz respeito à *solidariedade*, o Preâmbulo da Convenção de 1951 reconhece que os problemas dos refugiados são de âmbito e natureza internacionais. A concessão de asilo pode impor pesados encargos aos países, necessitando de “cooperação internacional”.

Quanto à *autosuficiência*, além de garantir a *segurança* dos refugiados, a Convenção de 1951 inclui outros direitos importantes para permitir que os refugiados reconstruam suas vidas, como o fornecimento de documentos de identificação, acesso ao trabalho e liberdade de locomoção interna e externamente com documentos de viagem emitidos pelos países.²⁴⁴

Alguns direitos na Convenção de 1951 são fornecidos no mesmo nível que os nacionais. Esses direitos incluem acesso à justiça, assistência pública, racionamento, ensino fundamental, direitos artísticos e de propriedade industrial, encargos fiscais, normas trabalhistas e previdenciárias.²⁴⁵

Em outras áreas, os refugiados devem se beneficiar do tratamento mais favorável concedido a estrangeiros, como emprego assalariado e direito de associação.²⁴⁶ No que diz respeito ao trabalho autônomo, moradia, educação secundária e superior, os refugiados devem ser tratados da maneira mais favorável possível e não menos favorável do que os estrangeiros em geral.²⁴⁷ E para garantir que os refugiados tenham um status legal estável, os países devem, na medida do possível, facilitar sua assimilação e naturalização.²⁴⁸

As disposições da Convenção de 1951, que visavam garantir que os

refugiados possam seguir em frente com suas vidas, sem depender de assistência e contribuir para suas novas comunidades, foram semelhantes às expectativas de países e impérios que acolheram grupos de refugiados nos séculos anteriores.

A Convenção de 1951 foi um marco histórico que estabeleceu o mais amplo conjunto de direitos concedidos aos refugiados em um instrumento internacional. E embora não tenha incluído um mecanismo de aplicação, que alguns comentaristas consideram sua maior limitação, entrincheirou uma responsabilidade de supervisão com o ACNUR, com quem os países signatários concordaram em cooperar.²⁴⁹

Ele forneceu uma referência de direitos e princípios que seriam reafirmados pelos países até os dias atuais, embora sua adesão prática aos padrões tenha sido imperfeita.²⁵⁰ Os padrões seriam reforçados por outros instrumentos internacionais e regionais e leis nacionais.²⁵¹ Eles também informariam o desenvolvimento de estruturas adicionais para responder ao deslocamento interno e induzido pelo clima discutido na Parte II.

A Convenção de 1951 também seria foco de muito debate e reflexão, com alguns argumentando que ela e o Protocolo de 1967 não foram suficientemente longe para proteger os refugiados ou para apoiar os países de acolhida, e outros afirmando que a Convenção de 1951 provou ser um instrumento duradouramente relevante e visionário, capaz de lidar com situações de deslocamento moderno. As lacunas na provisão de proteção internacional e cooperação internacional, afirmam, não estão na Convenção de 1951 e seu protocolo, mas sim na falha dos países em aplicar suas disposições de forma consistente e sem reservas.²⁵²

Reconhecendo os limites da Convenção de 1951, e antecipando esses debates futuros, o presidente da Conferência de Plenipotenciários, Knud Larsen, explicou na cerimônia de encerramento da Conferência, que mesmo assim conseguiram o que era possível na época e estabeleceram “um status legal satisfatório, que seria de ajuda material na promoção da colaboração internacional no campo dos refugiados”.²⁵³

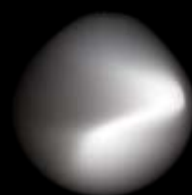
Nos 70 anos que se seguiram, 149 países tornaram-se parte da Convenção de 1951 ou do Protocolo de 1967 ou de ambos, refletindo 77% dos membros das Nações Unidas.²⁵⁴ A Convenção de 1951 tem sido uma fonte de proteção e soluções para milhões de refugiados. Do ponto de vista histórico, a Convenção de 1951 foi uma conquista singular: codificar direitos universais e padrões de tratamento concedidos aos refugiados para permitir que eles vivam com segurança e reconstruam suas vidas.

É também o caso que o progresso continua a ser incremental e desigual. O número de pessoas deslocadas à força continua a aumentar substancialmente, com mais de 82 milhões de pessoas deslocadas à força no fim de 2020. As oportunidades das pessoas deslocadas à força para retornar aos seus locais de

origem são limitadas, principalmente devido ao conflito prolongado. Os direitos estabelecidos na Convenção de 1951 não são sistematicamente respeitados, limitando o acesso à segurança, bem como às oportunidades de se tornar autossuficiente. A grande maioria das pessoas forçadas a fugir está em países em desenvolvimento, um desafio significativo suportado por nações com meios limitados e apoio insuficiente de outras.²⁵⁵

Esses são alguns dos muitos desafios que levaram a Assembleia Geral das Nações Unidas, em 2016, a se comprometer com novas formas de responder ao deslocamento forçado. O resultante Pacto Global sobre Refugiados busca dar melhor efeito aos objetivos centrais da Convenção de garantir a segurança dos refugiados, ajudando-os a reconstruir suas vidas e apoiando os países em que residem.

O desafio perene — que as Partes subsequentes abordam — é a melhor forma de garantir que esses objetivos possam ser alcançados.



PARTE II

Proteção Mais Ampla

SUMÁRIO

88 Refugiados

88 Convenção de 1951 sobre o Estatuto dos Refugiados

89 Quadros Regionais de Refugiados

100 Responsabilidade e Compartilhamento/Mudança de Encargos

117 Outras pessoas deslocadas à força

120 Princípios orientadores sobre Deslocamento Interno

126 Quadros de Deslocamento Climático e de Desastres

137 Análise de tendências

139 Cuidando das lacunas



Proteção Mais Ampla

Nesta parte, analisamos a influência da Convenção relativa ao Estatuto dos Refugiados (Convenção de 1951) para além de suas raízes na realidade da Europa pós-guerra. Em particular, vemos como suas proteções alcançaram um grupo de pessoas muito mais amplo do que os redatores poderiam ter previsto e como ela informou os instrumentos regionais subsequentes de refugiados. Inspirou, também, estruturas internacionais para proteger pessoas deslocadas internamente e aquelas forçadas a fugir no contexto das mudanças climáticas e desastres ambientais. Esses esforços adicionais dos países responderem aos níveis crescentes de deslocamento forçado dentro e fora das fronteiras, refletindo suas múltiplas causas.

As estruturas citadas acima reconhecem o direito das pessoas deslocadas à força de receber a proteção e assistência necessárias para superar as vulnerabilidades do deslocamento. Elas também mostram a necessidade de uma cooperação genuína entre os países para compartilhar responsabilidades e encargos de forma equitativa. O rastreamento desses desenvolvimentos revela até que ponto os marcos ampliaram o arco de proteção. Descreve, também, onde a adesão ficou aquém dos ideais de solidariedade e inclusão necessárias para que as pessoas deslocadas à força vivam com dignidade e alcancem um futuro melhor.

*Página anterior:
três mulheres
deslocadas
internamente
do Sudão do Sul
caminham até
sua família depois
de registrar sua
chegada com
as autoridades
locais no
condado de Leer,
no Sudão do Sul,
novembro de
2014.
© ACNUR/
Andrew
McConnell*

Refugiados

Convenção de 1951

A Convenção de 1951 descreve os direitos dos refugiados e as obrigações dos países para com eles, bem como para com o ACNUR. Os países são obrigados a cooperar com o ACNUR no exercício de seu mandato, fornecendo-lhe informações sobre o número e a condição dos refugiados, bem como as leis e regulamentos relevantes que os afetam.¹ Eles também são obrigados a cooperar com a responsabilidade de supervisão do ACNUR² para garantir que os governos tomem as medidas necessárias para cumprir suas obrigações para com as pessoas sob o mandato do ACNUR.³

Conforme discutido na Parte I, a Convenção de 1951 inicialmente se aplicava àqueles que se tornaram refugiados devido a eventos anteriores ao ano de 1951. Permitia, inclusive, que os países restringissem sua aplicação a eventos na Europa. Essas limitações foram levantadas no Protocolo de 1967 em meio ao aumento de deslocamentos forçados, principalmente na África. O Protocolo garante que as obrigações da Convenção se apliquem a todas as situações de refugiados, independentemente de onde e quando ocorreram.

Embora forjada a partir das circunstâncias da Segunda Guerra Mundial (SGM), a Convenção de 1951 pretendia ser de natureza duradoura: fornecer proteção aos refugiados em circunstâncias variadas e não confinada ao contexto do pós-guerra. Conforme observado na Câmara dos Lordes do Reino Unido em 2003, “embora seu significado não mude com o tempo, sua aplicação mudará”.⁴ E assim se ampliou.⁵

A proteção internacional foi estendida àqueles que fogem da perseguição por agentes não estatais. As pessoas têm sido reconhecidas como refugiadas quanto temem perseguição por gangues organizadas, traficantes e outros em circunstâncias em que o governo não pode ou não quer fornecer proteção.⁶ As pessoas que fogem de desastres e fome também foram reconhecidas como refugiadas da Convenção, quando o conflito armado ou a identidade individual ou de grupo são uma fonte temida de dano. E a perseguição com base na orientação sexual ou identidade de gênero também contou.⁷

O reconhecimento do amplo alcance da proteção internacional veio por meio da prática dos países, da jurisprudência e dos instrumentos regionais de refugiados. No entanto, juntamente com esse escopo cada vez maior, a segurança para os refugiados também foi negada. Mesmo quando concedida, outros direitos são muitas vezes negados. Os encargos e as responsabilidades internacionais não foram compartilhados de forma equitativa. Como isso aconteceu é apresentado na discussão a seguir.

Quadros Regionais de Refugiados

A Convenção da OUA de 1969

A África experimentava um aumento constante e significativo no deslocamento forçado antes da Convenção de 1951 ser estendida para além da Europa e dos eventos da Segunda Guerra Mundial. Isso acabou levando a uma estrutura regional específica: a Convenção da Organização da Unidade Africana de 1969, que rege aspectos específicos dos problemas dos refugiados na África (Convenção da OUA).

As principais causas do deslocamento forçado na África durante a década de 1950 foram as lutas pela independência e os conflitos internos pós-independência. A Guerra da Independência da Argélia foi uma das primeiras. Começando em 1954, essa luta amarga e violenta de oito anos custou mais de 300 mil vidas argelinas. Isso levou 1 milhão de colonos europeus a sair e causou o acampamento em massa de mais de 1 milhão de civis argelinos e a fuga de mais de 200 mil refugiados para a Tunísia e Marrocos.⁸

Outras guerras de independência se seguiriam. No espaço de uma década, o mapa político da África mudou consideravelmente, pois o número de países recém-independentes aumentou de poucos para incluir a maioria dos países do continente.⁹ Muitas dessas transições foram alcançadas pacificamente. Para outros, a independência só foi conquistada após anos de conflito armado, muitas mortes e deslocamentos forçados significativos.

As lutas de descolonização de Angola, Guiné-Bissau e Moçambique foram brutais.¹⁰ Entre as potências coloniais, Portugal estava particularmente relutante em “acabar com a colonização em todas as suas formas e manifestações”, conforme previsto na Resolução de Descolonização da Assembleia Geral de 1960¹¹ e como pretendido pelos artigos da Carta das Nações Unidas.¹² As aspirações de autodeterminação estavam crescendo. A contínua negação por parte de Portugal de oportunidades econômicas, sociais e políticas às populações africanas levou à insurreição armada.¹³ A Guerra Colonial Portuguesa começou na Angola em 1961, atingindo a Guiné-Bissau em 1963 e Moçambique no ano seguinte. Os movimentos de independência foram recebidos com ferozes medidas de contra insurgência. Os conflitos continuaram por mais de uma década, marcados por violações dos direitos humanos e milhares de mortes.¹⁴ Milhares de refugiados fugiram para países vizinhos, incluindo Senegal, Tanzânia, Zaire e Zâmbia.¹⁵

As lutas de poder pós-independência também levaram a deslocamentos forçados substanciais. Muitos fugiram de Burundi em 1965, quando o governo, liderado pelos tútsis, reprimiu uma insurgência liderada pelos hutus.¹⁶ Na Ruanda, os tútsis fugiram das políticas cada vez mais repressivas do governo dominando pelos hutus, com cerca de 160 mil buscando asilo principalmente

em Burundi, RDC, Uganda.¹⁷ A violência cíclica persistiu em ambos os países, e os refugiados permaneceram em deslocamento prolongado. As inimizades se aprofundaram e irromperam com violência lancinante na década de 1990, envolvendo a região dos Grandes Lagos da África.¹⁸

O Sudão também foi uma fonte de deslocamento forçado significativos na década de 1960 e por razões que persistiriam por muitas décadas. O Sudão conquistou o autogoverno relativamente cedo, em 1953, mas desde o início foi assolado por problemas internos. Estas incluíam dificuldades na transição de



Refugiados argelinos se reúnem em um ponto de distribuição de alimentos do Crescente Vermelho em Oued R'man, na Tunísia, em 1959.
© ACNUR/
Stanley Wright

um serviço público dominado pelos britânicos para um serviço público dominado pelos sudaneses, crescente descontentamento dos sudaneses do sul que se sentiam excluídos do processo político e um parlamento que estava dividido em linhas sectárias.¹⁹

A agitação no Sudão provocou um conflito civil que continuaria até 1972. A violência e a repressão após um golpe militar em 1958²⁰ e outro em 1969 resultaram em deslocamentos forçados significativos. No início da década de 1970, até 800 mil pessoas foram deslocadas internamente e cerca de 170 mil fugiram do país,²¹ a maioria para Uganda e Zaire. Tal como acontece com outros conflitos no continente, vários grupos exilados conduziram esforços de insurgência de países vizinhos.²²

Cumulativamente, esses conflitos de independência e pós-independência foram responsáveis por grande parte do aumento do deslocamento forçado do

período. A coleta de dados também melhorou e a extensão do deslocamento forçado tornou-se cada vez mais visível. Em 1964, meio milhão de pessoas eram conhecidas como refugiadas na África e, no fim da década, esse número quase dobrou.²³

A Convenção da OUA surgiu dessas circunstâncias e da necessidade de uma resposta compartilhada em toda a região.²⁴ É um documento relativamente curto, mas importante na história do deslocamento forçado. Reconhece explicitamente a Convenção de 1951 como o instrumento “universal” de proteção aos refugiados.²⁵ Os países se comprometeram a não rejeitar ou devolver um refugiado a um território onde a vida, a liberdade ou a integridade da pessoa estejam ameaçadas, a agir em solidariedade para “aliviar o fardo” de outros países para garantir o assentamento de refugiados e apoiar o retorno voluntário, seguro e sustentável.²⁶

A Convenção da OUA também inovou. Sua definição mais ampla de refugiado está entre seus legados duradouros. Incluiu explicitamente aqueles que fugiram devido à “agressão externa, ocupação, dominação estrangeira ou eventos que perturbem gravemente a ordem pública” em qualquer parte ou em todo o país.²⁷ Esta disposição era um produto de sua época, refletindo a solidariedade entre os países para apoiar os movimentos de libertação que ainda estavam em andamento. Não deixou dúvidas de que aqueles que fugiam nessas circunstâncias eram considerados refugiados.

A Convenção da OUA também teve maior relevância. Permitiu que os países aplicassem o status de refugiado sem ter que decidir se a pessoa provavelmente enfrentaria “perseguição” no país de origem, eliminando a sensibilidade política de tais descobertas.²⁸ Ao reconhecer explicitamente que um refugiado poderia estar fugindo da violência generalizada em vez de perseguição individual, permite aplicações rápidas a situações de deslocamento forçado em massa.²⁹ Embora a definição da Convenção de 1951 também possa ser aplicada nesses contextos, nem todos os países o fizeram. A definição da Convenção da OUA também pode ter uma importância significativa no contexto das mudanças climáticas e desastres naturais. Estudiosos notaram que poderia cobrir fugas de áreas afetadas se tais eventos “perturbassem seriamente a ordem pública”.³⁰ E, em 2019, os países membros da União Africana (UA), a organização sucessora da OUA, pediram à Comissão da UA e ao ACNUR que publicassem orientações interpretativas para esclarecer a aplicação da definição de refugiados da Convenção da OUA a “novas causas de deslocamento forçado, como mudanças climáticas e desastres”.³¹

Como um dos tratados regionais mais amplamente ratificados, a Convenção da OUA inspirou leis e políticas progressistas em muitos países africanos. Foi ratificado por 48 dos 55 países membros.³² E 47 países têm legislação nacional de refugiados que está amplamente alinhada com ela.³³ Outros instrumentos

regionais foram extraídos de suas disposições, incluindo a Declaração de Cartagena na América Latina,³⁴ os Princípios de Bangcoc sobre o Estatuto e Tratamento dos Refugiados,³⁵ e a Convenção de Kampala da UA de 2009 para a proteção dos deslocados internos na África.³⁶

A Convenção da OUA reafirmou as obrigações dos países de fornecer segurança aos refugiados e deixou claro que isso inclui pessoas que fogem de perseguições individuais, bem como graves distúrbios da ordem pública. Ela observou a necessidade de encontrar maneiras de aliviar o sofrimento e proporcionar aos refugiados “uma vida e um futuro melhores”.³⁷ Ressalta o princípio criticamente importante de não devolução, o compromisso dos países de acomodar refugiados e o imperativo de que os retornos sejam voluntários, seguros e em condições sustentáveis.

Desde que entrou em vigor, milhares de refugiados receberam proteção nos países de acolhida em todo o continente, muitos durante décadas. Os refugiados que chegam em grande número foram reconhecidos *prima facie* e sem ter que estabelecer perseguição individual.³⁸ Os países africanos marcaram regularmente sucessivos aniversários da Convenção da OUA: reconhecendo sua importância.³⁹ Foram observadas deficiências na aplicação e áreas para reforma acordadas.⁴⁰

No entanto, a cláusula de não devolução de ambas as Convenções de Refugiados não tem sido consistentemente observada.⁴¹ E, embora a definição expandida tenha levado ao reconhecimento de refugiados em situações de influxo em massa, muitos países também começaram a confiar mais em determinações individuais em vez de conceder o status de refugiados a grupos *prima facie*. A jurisprudência sobre a aplicação da definição da Convenção da OUA é fraca, tende a não se basear em fundamentos expansivos e, em geral, carece de consistência, previsibilidade e padrões comuns em todo o continente.⁴²

E o compromisso da Convenção da OUA de usar os melhores esforços para garantir a acomodação de refugiados que não podem ou não querem retornar ficou aquém. À medida que o número de deslocados cresceu a partir da década de 1980, houve também uma relutância cada vez maior em facilitar o assentamento de refugiados ou permitir sua integração socioeconômica. Com algumas exceções notáveis,⁴³ os refugiados foram cada vez mais confinados em campos fechados ou proibidos de circular livremente, acessar serviços, trabalhar e se envolver em atividades geradoras de renda.⁴⁴ Muitos países africanos fizeram reservas às disposições da Convenção de 1951 relacionadas ao direito de circular livremente, trabalhar e acessar escolas nacionais.⁴⁵

Esses estão entre os desafios abordados no Pacto Global sobre Refugiados de 2018. Os seus objetivos incluem melhorar a autossuficiência dos refugiados, bem como fornecer mais apoio aos países que acolhem um grande número de refugiados.⁴⁶ Recentemente, alguns países africanos mostraram uma abertura

Convenção da OUA

em 07 de outubro de 2021

Países membros da Convenção da OUA de 1969

Governando os Aspectos Específicos dos Problemas dos Refugiados na África



Os limites e nomes mostrados e as designações usadas neste mapa não implicam em endosso ou aceitação oficial pelas Nações Unidas.
A fronteira entre a República do Sudão e a República do Sudão do Sul ainda não foi determinada. O status da área de Abyei ainda não foi determinado.

Fontes: UNCS, ACNUR

para avançar nesta direção em consonância com abordagens de desenvolvimento mais inclusivas em geral. Vários iniciaram políticas para proporcionar maior acesso dos refugiados à educação nacional, aos serviços de saúde e ao mercado de trabalho de uma maneira que possa melhorar suas vidas e as das comunidades em que vivem. Esses esforços são mais bem discutidos na Parte IV e são encorajadores. A transformação das intenções em realidade dependerá da vontade política contínua e do apoio financeiro e técnico internacional sustentando para melhorar a vida dos refugiados e daqueles que os acolhem.

Princípios de Bangcoc de 1966

Enquanto os países africanos trabalhavam na Convenção da OUA, um processo relacionado estava em andamento na Ásia. Em 1964, o Egito solicitou ao Comitê Consultivo Jurídico Asiático-Africano (AALCC, na sigla em inglês), hoje conhecido como Organização Consultiva Jurídica Asiático-Africano (AALCO, na sigla em inglês), que desenvolvesse padrões de tratamento para refugiados. Como hospedeiro de milhares de refugiados palestinos desde a Guerra Árabe-Israelense de 1948, o Egito também achou que a questão era de interesse mais amplo, devido ao aumento do deslocamento de refugiados na África e na Ásia.⁴⁷

A AALCO é um órgão consultivo jurídico para seus países membros, hoje 47 da África, Ásia e Oriente Médio.⁴⁸ Vários estão entre os principais países que acolhem refugiados no mundo. Mais da metade não parte da Convenção de 1951 nem do Protocolo de 1967.⁴⁹

As deliberações da AALCC levaram à adoção dos Princípios de Bangcoc em 1966. Eles não são vinculativos, portanto, embora reflitam o acordo entre os membros, cada país pode decidir como aplicá-los.⁵⁰ Eles foram alterados ao longo dos anos e um conjunto revisado dos princípios foi adotado em 2001. A definição de refugiado contida nos Princípios está totalmente alinhada com a Convenção de 1951 e inclui uma referência específica à fuga por motivo de origem étnica e perseguição de gênero, agressão externa, ocupação, dominação estrangeira ou eventos que perturbam seriamente a ordem pública.⁵¹

Os Princípios incluem o direito de não devolução com a exigência de que qualquer violação por razões de segurança nacional deve ser efetuada de acordo com o “devido processo legal”.⁵² O direito de retorno voluntário inclui a necessidade de o país de origem o facilitar, fornecendo os documentos necessários, concedendo plenos direitos e privilégios aos nacionais e não penalizando os repatriados por terem saído do país. Os Princípios exigem responsabilidade internacional e compartilhamento de encargos para apoiar os países que acolheram refugiados, melhorar os padrões de tratamento dos refugiados e fornecer soluções dentro e fora da região.⁵³

A maioria dos comentaristas fala favoravelmente do trabalho da AALCO,

ao mesmo tempo em que lamento o fato de que os Princípios geralmente não foram incluídos nas leis nacionais. Os países não se consideram legalmente vinculados a eles e a seus princípios centrais — compartilhamento de ônus, retorno voluntário e proteção contra repulsão — não foram sistematicamente respeitados. Além disso, as soluções para o deslocamento não foram prontamente percebidas.⁵⁴ Vários países participantes estão entre os maiores países de acolhida do mundo há décadas, oferecendo segurança a milhares de refugiados. No entanto, a maioria restringe os direitos dos refugiados e não incentiva o assentamento local.

No entanto, os defensores observam que os Princípios têm valor como estrutura e estão prontos para serem aplicados pelos países quando houver vontade política. Nesse ínterim, eles continuam sendo uma referência importante para avaliar as respostas do país.⁵⁵

Declaração de Cartagena sobre Refugiados de 1984

Na África, o número crescente de refugiados foi a principal motivação para a Convenção da OUA. Da mesma forma, 15 anos depois, a escalada das crises de refugiados na América Latina teria um efeito semelhante.

A América Latina teve as primeiras disposições multilaterais de asilo do mundo, conforme observado na Parte I. O Tratado Internacional de Direito Penal de 1899 reconheceu o direito ao asilo político. Os países signatários concordaram em não extraditar estrangeiros por crimes políticos e conceder aos refugiados políticos “asilo inviolável”. Comprometeram-se, também, a evitar que os refugiados cometam atos dentro de seus territórios que “possam pôr em perigo a paz pública” do país de origem.⁵⁶ O direito de pedir asilo por motivos políticos — e não ser repatriado por crimes políticos — foi reforçado em Convenções regionais n80 anos seguintes, levando à chamada “tradição latino-americana de asilo”.⁵⁷

Os movimentos de refugiados das décadas de 1970 e 1980, no entanto, foram além das circunstâncias abrangidas por essa tradição. O conflito na América Central, por exemplo, deslocou cerca de 2 milhões de pessoas de El Salvador, Guatemala e Nicarágua durante as décadas de 1970 e 1980.⁵⁸ As pessoas fugiram da perseguição política, bem como da violência indiscriminada por insurgentes armados e forças de contra insurgência. Muitos dos países de acolhida da região não eram parte da Convenção de 1951 nem consideravam a maioria dos refugiados na época como abrangidos por suas disposições.⁵⁹

O ritmo de deslocamento acelerou no fim da década de 1970. A essa altura, as economias predominantemente agrária da América Central haviam sido duramente atingidas por um declínio no comércio exterior e pelo aumento dos preços do petróleo. Os terremotos na Nicarágua em 1972 e na Guatemala em 1976 agravaram ainda mais a situação. Dificuldades econômicas foram

adicionadas à lista de queixas contra a elite governante, cujas políticas favoreceram a propriedade de terras minoritárias e interesses comerciais internacionais.⁶⁰

A Nicarágua entrou em guerra civil em 1972. Em 1979, seu governo caiu. O novo governo foi formado pela antiga Frente de Libertação Nacional Sandinista revolucionária logo estava travando outra guerra contra os contrarrevolucionários (os “Contras”) que eram apoiados pelos Estados Unidos.⁶¹ Os Contras operavam a partir de campos nos países vizinhos da Costa Rica e Honduras e, a partir daí, lançaram ataques em áreas rurais da Nicarágua. Milhares de civis foram deslocados à força de suas casas, tanto interna quanto externamente. Em meados da década de 1980, havia mais de 50 mil refugiados nicaraguenses. Esse número quase dobraria até o fim da década, quando o acordo de paz foi assinado.⁶²

Em El Salvador, os movimentos de reforma defendidos pela classe média e pelos pobres rurais e urbanos cresceram nas décadas de 1960 e 1970. Eles foram recebidos com feroz repressão das forças de segurança. A intensidade da violência aumentou. No fim dos anos 1970 e início dos anos 1980, mais de 30 mil pessoas foram mortas pelas forças de segurança do país, gerando mais apoio aos movimentos revolucionários.⁶³ Alguns estimam que a guerra civil de 12 anos levou ao deslocamento forçado de 20% da população. Perto de meio milhão de pessoas foram deslocadas à força internamente e 1 milhão deixou o país até a paz ser negociada em 1992.⁶⁴

Somando-se à instabilidade da região, havia uma repressão cada vez maior na Guatemala em resposta a lutas de décadas contra regimes autoritários que foram acusados de prejudicar severamente a maioria da população indígena. A resistência armada se intensificou na década de 1970.⁶⁵ Para reprimir a insurgência, as forças do governo dizimaram aldeias, deixando 1 milhão de pessoas deslocadas internamente e mais de 200 mil forçadas a fugir do país na década de 1980.⁶⁶ A maioria dos refugiados residia em campos em áreas inóspitas de selva do México.⁶⁷ No fim da década, 90% do país vivia na pobreza.⁶⁸ O conflito se arrastaria até 1996, sua trajetória de 30 anos constituindo a mais longa guerra civil da região.

A recepção de refugiados na região foi desigual, muitas vezes influenciada por considerações políticas e geralmente não informada pelos princípios internacionais de proteção de refugiados. Refugiados salvadorenos nas áreas fronteiriças de Honduras foram vítimas de ataques, desaparecimentos e sequestros por parte das forças salvadorenhas, com as quais o governo hondurenho tinha afinidade. Ocasionalmente, Honduras e México repeliram à força os refugiados salvadorenos e guatemaltecos, respectivamente.⁶⁹ Muito poucos dos que fugiram de seus países foram formalmente reconhecidos como refugiados pelos países de acolhida.⁷⁰

A crise de deslocamento na região e a necessidade de uma resposta unificada e sensível à proteção levaram ao Colóquio de 1984 sobre a Proteção Internacional dos Refugiados na América Central. Concluiu com a Declaração de Cartagena endossada por 10 países participantes.⁷¹

Como a Convenção da OUA, ela afirma os princípios da Convenção de Refugiados de 1951. Reitera a importância do princípio de não repulsão e enfatiza que as decisões de repatriação devem ser tomadas de forma individual, voluntária e em condições que garantam a segurança.⁷² Semelhante à Convenção da OUA e refletindo a experiência regional, a Declaração de Cartagena pede que os refugiados sejam alocados a uma “distância razoável” da fronteira. Significativamente, também endossa os compromissos previamente acordados entre os países para reforçar os programas nas áreas de saúde, educação, trabalho e segurança e com vistas a garantir a “autossuficiência dos refugiados”.⁷³ Reconhece a possibilidade de integrar os refugiados com o apoio da comunidade internacional.⁷⁴

A Declaração de Cartagena também inclui uma ampla definição regional de refugiado. Incorpora, igualmente, a definição da Convenção de 1951, bem como especifica que os refugiados incluem aqueles que fugiram porque “suas vidas, segurança ou liberdade foram ameaçadas por violência generalizada, agressão estrangeira, conflitos internos, violação maciça de direitos humanos ou outras circunstâncias que gravemente perturbam a ordem pública”.⁷⁵ Essa redação dá à Declaração de Cartagena um alcance potencial de longo alcance.

Embora a Declaração de Cartagena não seja um documento juridicamente vinculativo, a maioria dos países da América Latina incorporou suas definições em suas leis nacionais, seja em sua totalidade, seja com algumas modificações.⁷⁶ Os tribunais superiores de quatro países confirmaram que o cumprimento da definição é obrigatória em processos de asilo.⁷⁷ Paralelamente, a Corte Interamericana de Direitos Humanos afirmou o direito de os refugiados solicitarem asilo, bem como a obrigação dos países de receber e avaliar adequadamente os pedidos e não impedir que os refugiados apresentem pedidos de asilo.⁷⁸

O aniversário de dez anos da Declaração de Cartagena foi celebrado com reuniões regionais, nas quais suas disposições foram reafirmadas.⁷⁹ Essas ocasiões também lançaram novas iniciativas regionais, inclusive em relação ao acolhimento, soluções, apatridia, mobilidade laboral e prevenção contra o contrabando e tráfico.⁸⁰

Este espírito de colaboração regional é uma conquista da Declaração de Cartagena. Mas, na prática, sua definição não tem sido aplicada de forma consistente. A maioria dos sistemas de asilo oferece o máximo de discrição aos tomadores de decisão, com supervisão limitada e poucas garantias para o devido processo. Isso contribui para a tomada de decisão desigual e a falta de

jurisprudência coerente dentro dos sistemas nacionais e mais amplamente na região.⁸¹

Nos últimos anos, a resposta ao deslocamento sem precedentes de milhões de venezuelanos ampliou ainda mais a lacuna entre a aspiração e a prática. Começando por volta de 2014, a Venezuela foi dominada por distúrbios relacionados à hiperinflação, escassez crônica de bens e serviços básicos, corrupção, criminalidade e violência política. Aumentaram os relatos de detenções arbitrárias e desaparecimentos. Em seis anos, mais de 5,4 milhões de venezuelanos deixaram seu país: o maior êxodo da história da América Latina e do Caribe.⁸²

A maioria dos países da região tem relutado em reconhecer a maioria dos venezuelanos como refugiados, apesar da Nota de Orientação de 2019 do ACNUR indicar que muitos precisam de proteção internacional, de acordo com os critérios contidos na Declaração de Cartagena.⁸³ Apenas seis países da região aplicaram as disposições expansivas da definição de refugiado de Cartagena para aqueles que fugiram da Venezuela.⁸⁴ No fim de 2020, a maioria dos pedidos de asilo permanecia pendente e a grande maioria dos pedidos julgados não reconhecia os requerentes como refugiados.⁸⁵ O Brasil é o único país que reconhece os venezuelanos como refugiados *prima facie*, sem a necessidade de uma determinação detalhada do status individual.⁸⁶

A relutância dos países em conceder o status formal de refugiado aos venezuelanos se deve principalmente à escala maciça de deslocamento e às preocupações de mais por vir. Como alguns autores observam, o status de refugiado vem acompanhado de direitos a serviços sociais, acarretando altos custos fiscais.⁸⁷ Os esforços das instituições financeiras internacionais para apoiar os países na prestação desses serviços são discutidos mais detalhadamente na Parte IV.

Embora a aplicação da definição da Declaração de Cartagena não tenha sido amplamente utilizada, muitos países forneceram formas temporárias de estadia. Isso beneficiou cerca de 2,7 milhões de venezuelanos: mais da metade do total de 4,6 milhões de venezuelanos que estão deslocados no subcontinente.⁸⁸

O mais notável a este respeito é a Colômbia. Até o fim de 2020, havia cerca de 1,7 milhões de venezuelanos estimados no país. Cerca de 720 mil pessoas receberam Permissões Especiais de Permanência.⁸⁹ O restante não tinha status legal reconhecido. Para resolver essa questão, em fevereiro de 2021, o governo anunciou que estenderia o Status de Proteção Temporária (TPS, na sigla em inglês) a todos os venezuelanos residentes no país que se registrassem no governo dentro de um determinado período, bem como a possíveis chegadas regulares nos próximos dois anos. O TPS será válido por 10 anos, período durante o qual os titulares de permissão poderão trabalhar, ir à escola e acessar serviços de saúde. Dentro do período de 10 anos, eles poderão solicitar a residência permanente.⁹⁰

Ao anunciar a política, o presente Duque disse que visa normalizar a vida e permitir que os venezuelanos contribuam produtivamente para a Colômbia. Ele esperava que outros países fizessem o mesmo.⁹¹ Vários meses depois, o Equador, que abriga cerca de 450 mil venezuelanos, anunciou uma nova política de regularização para venezuelanos, complementada por integração econômica e acesso ao mercado de trabalho.⁹² Esses desenvolvimentos políti-



Venezuelanos atravessam o rio Tachira para buscar ajuda na Colômbia em 2019.
© ACNUR/
Vincent Tremea

cos na Colômbia e no Equador estão de acordo com o espírito da Declaração de Cartagena e a expressão mais significativa de sua ambição em seus quase 40 anos de história.

Paralelamente, os esforços para melhorar os sistemas de proteção de refugiados na América Central aumentaram nos últimos anos, também em linha com a Declaração de Cartagena e os compromissos assumidos em seus dez anos. Isso inclui El Salvador, Guatemala e Honduras — países cujos conflitos o inspiraram. Na última década, esses países experimentaram níveis excepcionalmente altos de violência contra civis por gangues criminosas, cartéis de drogas e outros grupos armados ilegais. Extorsão, sequestro, recrutamento forçado e taxas extremamente altas de homicídio contribuíram para o deslocamento extenso. No fim de 2020, mais de 850 mil pessoas desses países foram deslocadas à força, quase dois terços das quais fugiram por meio das fronteiras internacionais.⁹³

Em 2017, os países de origem e os de acolhida adotaram uma resposta abrangente ao deslocamento na região.⁹⁴ O Marco Regional de Proteção e

Soluções Integrais (MIRPS, na sigla em inglês) envolve Belize, Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras, México e Panamá. Trabalhando com parceiros humanitários, o objetivo é fortalecer os sistemas de acolhimento, registro, procedimentos de determinação do estatuto de refugiados, soluções e assistência aos mais vulneráveis. Os desafios são consideráveis. Embora cerca de 68 mil pessoas de El Salvador, Guatemala, Honduras e Nicarágua tenham recebido o status de refugiado desde 2017, no fim de 2020, os pedidos de asilo pendentes somavam mais de 500 mil.⁹⁵

Claramente, a Declaração de Cartagena não transformou as práticas em toda a América Latina tão rapidamente quanto se esperava em 1984. O caminho para uma maior consistência na prática tem sido lento. Embora não seja um documento juridicamente vinculativo, sua definição de refugiado tem força de lei nos 15 países que a incorporaram em sua legislação nacional.⁹⁶ Reflete, também, o desejo de trabalhar coletivamente em resposta a situações de deslocamento. Isso ficou evidente em abordagens abrangentes para resolver os deslocamentos na América Central na década de 1990⁹⁷ e nos esforços em andamento em vários países para melhorar as respostas de proteção. Reflete-se, inclusive, nas respostas de vários países ao influxo venezuelano, bem como na abordagem que vários países adotaram em resposta ao deslocamento no contexto de mudanças climáticas e desastres.⁹⁸

Responsabilidade e Compartilhamento/Mudança de Encargos

Os acordos internacionais e regionais de proteção aos refugiados são construídos com base em um compromisso de cooperação. A Convenção fundamental de 1951 começa com o reconhecimento de que receber um grande número de refugiados pode representar um grande fardo para os países, e que responder e resolver o deslocamento de refugiados depende da “cooperação internacional”. Ao longo das décadas, os países reiteraram seu compromisso com uma divisão mais equitativa de encargos e responsabilidades nas Conclusões Anuais do Comitê Executivo do ACNUR e especificaram o que isso implica. Inclui o fornecimento de “assistência de emergência, financeira e técnica” aos países que recebem um grande número de refugiados.¹⁰⁰ Significa, também, mais do que dar uma mão. Cada país é obrigado a fazer sua parte na defesa da proteção dos refugiados.¹⁰¹ No entanto, apesar das declarações regulares de intenção, a responsabilidade internacional e o compartilhamento de encargos geralmente ficam aquém.

Muitos países de alta renda apoiaram financeiramente as respostas de refugiados de longe, aceitaram refugiados por meio de processos de reassentamento no exterior, estabeleceram sistemas de asilo para determinar os pedidos de reconhecimento da condição de refugiado daqueles que chegam às suas fronteiras

e forneceram oportunidades de integração para aqueles que são reconhecidos como refugiados. Sem seu envolvimento regular e contribuições financeiras, as agências das Nações Unidas, organizações não governamentais e outros atores da sociedade civil que trabalham para proteger e ajudar as pessoas deslocadas à força não poderiam funcionar.

Ainda assim, essas contribuições continuam aquém da responsabilidade robusta e equitativa e do compartilhamento de encargos. Oitenta e seis por cento dos refugiados do mundo encontram proteção em países de baixa e média renda.¹⁰² O reassentamento dos cidadãos desses países em países de alta renda raramente representou mais de um por cento.¹⁰³ A recepção de um grande número de pessoas deslocadas à força é um desafio humanitário e de desenvolvimento para a maioria dos países de acolhida, e o apoio a eles geralmente tem sido imprevisível e desproporcional à necessidade.

O financiamento humanitário costuma ser fornecido anualmente, muitas vezes fortemente vinculado a prioridades específicas de doadores e fica muito aquém dos apelos globais.¹⁰⁴ O financiamento para o desenvolvimento também é necessário para lidar com o impacto fiscal e as pressões sobre os serviços sociais, infraestrutura e pobreza. O uso do financiamento para o desenvolvimento dessa forma só começou a funcionar há relativamente pouco tempo.¹⁰⁵

A ausência de apoio humanitário e de desenvolvimento adequado tem sido uma fonte constante de frustração para muitos países de acolhida e um fracasso visível no compartilhamento internacional de encargos e responsabilidades. E, embora muitos países de alta renda sejam doadores consistentes e proponentes do sistema internacional de proteção aos refugiados, muitos deles também instituíram e ampliaram medidas para limitar o número de refugiados que aceitam: bloqueando a entrada em seus territórios; restringindo as admissões aos seus processos de asilo; limitando os direitos dos requerentes de asilo e/ou interpretar a definição de refugiado de forma restritiva.

Assim, enquanto permanecem engajados no regime internacional de proteção aos refugiados, eles também fazem o que podem para limitar suas responsabilidades diretas para com os refugiados.¹⁰⁶

Esse desafio à cooperação internacional é tema recorrente em eventos internacionais para marcar os dez anos da Convenção de 1951. Em 50º aniversário,¹⁰⁷ mais de 100 países se comprometeram novamente a fornecer melhor proteção aos refugiados no âmbito da solidariedade internacional e do compartilhamento de encargos.¹⁰⁸ Seguiu-se uma Agenda Para Proteção, incluindo etapas para garantir que as medidas de controle de imigração contenham salvaguardas que permitam o acesso à proteção internacional para aqueles que precisam.¹⁰⁹ Afirmções semelhantes foram feitas uma década depois, no 60º aniversário da Convenção de 1951.¹¹⁰ Em cinco anos, essa determinação foi visivelmente testada em meio à crescente fuga de refugiados sírios para a

Europa.¹¹¹ Eles mudaram junto com outros refugiados e também migrantes ao longo de rotas perigosas. Uma das pessoas mais jovens em busca de segurança tornou-se emblemática do perigo que enfrentavam. Alan Kurdi, de três anos, se afogou a caminho da Europa, e fotos dele em uma praia turca chamaram a atenção global.

Sua morte lançou uma nova luz sobre a falta de apoio adequado aos países de acolhida e a ausência de cooperação dentro da Europa, já que os países individuais tentavam bloquear as chegadas. Refletiu falhas sistêmicas maio-



Uma criança é retirada de um barco cheio de refugiados e migrantes que chegam a Lesbos depois de cruzar o mar Egeu da Turquia em 2015.
© ACNUR/
Achilleas Zavallis

res na divisão internacional de encargos em face do aumento do deslocamento forçado, expondo os riscos que a falta de cooperação representa para a vida e a segurança humanas. Para enfrentar esses desafios, o Secretário-Geral das Nações Unidas convocou uma reunião com os líderes de todos os países membros para desenvolver uma maneira mais previsível e equitativa de responder a grandes movimentos de refugiados e migrantes.¹¹²

Isso resultou na Declaração de Nova York em 2016, na qual todos os 193 países membros das Nações Unidas se comprometeram a tomar medidas melhores.¹¹³ Eles também concordaram com o desenvolvimento de dois Pactos Globais para estabelecer o caminho a seguir: um Pacto Global sobre Refugiados e um Pacto Global para Segurança, Migração Ordenada e Regular. Cada um foi firmado por quase todos os membros das Nações Unidas em 2018.¹¹⁴

Entre as muitas disposições dos Pactos estão os compromissos para o acolhimento seguro de refugiados e migrantes e o julgamento justo das necessidades

de proteção que cumprem as obrigações internacionais e regionais.¹¹⁵ Eles também reconhecem a importância de fortalecer os esforços para prevenir e combater o contrabando de pessoas por terra, mar e ar e o tráfico de pessoas, especialmente mulheres e crianças. Os Pactos incluem compromissos para abrir caminhos legais adicionais para refugiados e outros migrantes usarem no exterior.¹¹⁶

Bem antes dos Pactos Globais, a Agenda de Proteção acordada pelos países em 200 concentrava a atenção nas pessoas que precisavam de proteção em movimentos mistos. Subsequentemente, o ACNUR desenvolveu conselhos para os países implementarem procedimentos de entrada sensível à proteção: o Plano de 10 Pontos em Ação. Ele contém orientações detalhadas para garantir que os sistemas de entrada respeitem os direitos e as obrigações internacionais, seja em uma fronteira física, seja no mar ou no território de outro país. O Plano de 10 Pontos em Ação é atualizado periodicamente, com foco na prática positiva.¹¹⁷

Como os exemplos a seguir ilustram, no entanto, algumas práticas com longas histórias são difíceis de desalojar. Continuam a ser desenvolvidos meios de controle de acesso mais novos e alargados que não têm as salvaguardas de proteção previstas nem no Pacto Global sobre Refugiados nem no Pacto Global para uma Migração Segura, Ordenada e Regular. Juntamente com outras políticas destinadas a limitar as obrigações internacionais, enfraquecem a solidariedade em que se baseia o regime de proteção internacional.

Controles de fronteira

A gestão das fronteiras há muito é considerada essencial no exercício da soberania do país. Após os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001, tornou-se também um imperativo preocupante de segurança nacional. Medidas estabelecidas há muito tempo, como vistos, sanções de transportadores e interdições, foram complementadas por outros meios para interceptar aqueles que podem representar uma ameaça, bem como aqueles que tentam chegar sem autorização prévia.

Os países têm o direito de decidir quem admitir em seu solo e têm um interesse legítimo de procurar impedir a entrada não autorizada e combater o contrabando e o tráfico de pessoas. Este último é até mesmo uma obrigação de direito internacional.¹¹⁸ No entanto, eles também têm outras obrigações legais internacionais, notadamente não devolver alguém a um território em que a pessoa corra riscos à vida, à liberdade ou à integridade física.¹¹⁹ É aqui que muitos controles de entrada ficam aquém. Eles são frequentemente aplicados de uma maneira — direcionada ou indiscriminada — que impede os refugiados de solicitar asilo. Isso os expõe a uma maior vulnerabilidade e maiores riscos de danos graves.

Vistos e sanções do transportador

Um visto autoriza o portador a entrar em um país para um propósito e período de tempo específicos. Os vistos são um meio flexível de controlar as admissões, uma vez que geralmente são implementados por ordens executivas e não requerem aprovação ou fiscalização legislativa.¹²⁰ Os vistos são anteriores à Convenção de 1951, surgindo no século XIX e amplamente utilizados em todo o mundo há mais de 40 anos,¹²¹ conforme observado na Parte I.

Os vistos podem ser negociados no contexto de acordos regionais ou bilaterais entre os países, com viagens sem visto caracterizando alianças geopolíticas mais amplas.¹²² Os vistos foram impostos em resposta ao aumento das solicitações de asilo, como forma de limitar as solicitações de países específicos, incluindo países produtores de refugiados.¹²³

De acordo com a lei, a ausência de visto não deve ser usada para impedir uma pessoa de solicitar asilo. Já de acordo com a Convenção de 1951, os países não podem punir refugiados por chegada ou presença ilegal e não podem devolver um refugiado a um local em que a vida e a liberdade estejam ameaçadas.¹²⁴ Para cumprir essas obrigações, um país deve admitir um solicitante de reconhecimento da condição de refugiado em sua fronteira ou, caso contrário, em seu território até que tal determinação seja feita.¹²⁵ No entanto, os refugiados muitas vezes não chegam ao seu destino. Se não tiverem visto, podem ser proibidos de embarcar em uma transportadora de trânsito terrestres, aéreo ou marítimo. Isso os leva a embarcar em viagens perigosas, muitas vezes facilitadas por contrabandistas e expondo-os a sérios riscos.

A aplicação das restrições de visto é auxiliada pela imposição de penalidade às transportadoras que transportam pessoas sem os documentos exigidos por lei. O uso de sanções às transportadoras remonta às primeiras leis de imigração americanas, australianas, britânicas e canadenses.¹²⁶ Cresceu durante a década de 1980, à medida que o aumento da disponibilidade de viagens mais baratas facilitou a mobilidade humana.¹²⁷ Continua sendo um meio de conter os movimentos de refugiados, além de impedir a migração não autorizada.

Os países colocaram seus funcionários de imigração em locais de embarque estrangeiros para ajudar as transportadoras a detectar pessoas não autorizadas a entrar no país de destino.¹²⁸ Esses procedimentos limitam a chegada de refugiados e não permitem a divisão equitativa de encargos e responsabilidades.

Barreiras físicas

Muros e outras formas de barreiras físicas são há muito usadas pelos países como defesa contra incursões inimigas, contrabando de armas e outras formas de crime transnacional. Eles também foram construídos e reforçados especificamente para impedir a entrada de refugiados e solicitantes de reconhecimento da condição de refugiado, e geralmente como parte de um esforço

maior para restringir pedidos de reconhecimento da condição de refugiado de países específicos.

Entre 2010 e 2012, Israel fortificou sua fronteira com o Egito para restringir a chegada de refugiados e migrantes.¹²⁹ Na época, havia mais de 50 mil refugiados e solicitantes de reconhecimento da condição de refugiado em Israel, a maioria vindo da Eritreia e do Sudão.¹³⁰ Apesar dos registros de direitos humanos extremamente pobres nos locais de origem, muito poucos pedidos de reconhecimento da condição de refugiado foram concedidos.¹³¹ Os eritreus não foram devolvidos à Eritreia com base no princípio de não repulsão. Os sudaneses não foram devolvidos ao Sudão em grande parte devido à ausência de relações diplomáticas entre o Sudão e Israel e a falta de acordo do Suão para aceitar os repatriados.¹³²

As fortificações fronteiriças para impedir a entrada de mais chegadas foram acompanhadas por outras políticas de dissuasão e remoção. A partir de 2012, foram impostas e reforçadas políticas de detenção obrigatória para aqueles que chegam através de passagens não oficiais de fronteira. Em 2013, a detenção indefinida foi imposta àqueles que cruzaram a fronteira não oficialmente, mas não puderam ser deportados. Sua libertação dependia de eles concordarem em deixar o país.¹³³ O Supremo Tribunal de Justiça israelense considerou que as políticas de detenção violavam a lei básica de Israel: dignidade humana e liberdade.¹³⁴

Embora os períodos de detenção tenham sido posteriormente reduzidos, em 2015, Israel anunciou um plano para realocar cidadãos eritreus e sudaneses para países terceiros. Aqueles que se recusassem seriam detidos, enquanto aqueles que concordassem em sair voluntariamente recebiam US\$ 3.500. Após uma série de casos legais e protestos públicos contra o esquema de realocação e as medidas de detenção relacionadas, o programa foi suspenso em 2018.¹³⁵ A essa altura, cerca de um terço dos eritreus e sudaneses que estavam presentes em Israel em 2012 haviam deixado o país.¹³⁶

As medidas reduziram o número de chegadas a Israel via Egito e, ao mesmo tempo, levaram pessoas desesperadas a tentar rotas mais perigosas por mar. Outros morreram ao tentar escalar a cerca, inclusive por tiros disparados por guardas em ambos os lados da fronteira.¹³⁷ Enquanto isso, dentro de Israel, as taxas de reconhecimento para requerentes de asilo da Eritreia e do Sudão permaneceram baixas: menos de 2% em comparação com o reconhecimento de proteção de cerca de 80%-90% para eritreus e 50%-60% para sudaneses na União Europeia.¹³⁸

A Hungria também reforçou as barreiras fronteiriças e promulgou políticas extremamente restritivas para impedir a entrada de estrangeiros nos últimos anos com pouca ou nenhuma distinção para acomodar pessoas com necessidades específicas de proteção. No auge das chegadas de 2015 na Europa, com

centenas de pessoas se acumulando em sua fronteira, a Hungria limitava a entrada a um punhado de pessoas por dia. Os requerentes de asilo eram confinados aos centros de trânsito e os processos de reclamação e apelação eram encerrados se as pessoas saíssem por qualquer motivo, inclusive para provisões como alimentação ou outras necessidades.¹³⁹

Os centros foram fechados após uma decisão do Tribunal de Justiça Europeu de que o encarceramento em massa é ilegal e a detenção só é permitida como último recurso, sob circunstâncias específicas após determinação “caso a caso”.¹⁴⁰ O Tribunal também considerou que a Hungria agiu ilegalmente em forçar as pessoas a regressarem à Sérvia sem observar os princípios de proteção e salvaguardas exigidos pela legislação europeia, incluindo o direito de não repulsão.¹⁴¹

Apesar da decisão, as restrições de fronteira da Hungria permanecem.¹⁴² Desde então, promulgou uma lei segundo a qual os requerentes de asilo que chegam à fronteira ou detidos no país não têm mais acesso aos procedimentos de asilo na Hungria. Em vez disso, eles têm que expressar sua intenção de buscar asilo nas embaixadas húngaras na Ucrânia ou na Sérvia.¹⁴³ O ACNUR observou que a falha em reconhecer o direito de buscar asilo na Hungria e a uma determinação justa de que existe é uma violação do direito internacional.¹⁴⁴

E em setembro de 2021, o ACNUR e a Organização Internacional para as Migrações (OIM) expressaram sua preocupação com o número crescente de rejeições de requerentes de asilo e migrantes ao longo das fronteiras da Lituânia, Letônia e Polônia com a Bielo-Rússia. Grupos de pessoas ficaram presos por semanas sem assistência, expostos aos elementos, e vários morreram de hipotermia.¹⁴⁵

Os Estados Unidos também fortaleceram suas fronteiras para impedir a chegada não autorizada de migrantes e solicitantes de reconhecimento da condição de refugiado. A conclusão de um muro entre os Estados Unidos e o México foi uma promessa de campanha do presidente Trump nas eleições de 2016. Durante seu mandato, os mil quilômetros de barreiras existentes foram reforçados ao longo da fronteira sul de 3.200 quilômetros e foram construídos mais 130 quilômetros de novas barreiras.¹⁴⁶ A construção acompanhou um conjunto muito mais amplo de medidas para dissuadir refugiados e migrantes.

As chegadas pela fronteira sul começaram a aumentar consideravelmente em 2014, correspondendo à deterioração das condições em El Salvador, Guatemala, Honduras e Venezuela. Conforme relatado pelo ACNUR, os motivos variaram de extrema privação econômica à perseguição, com muitos fugindo de “violência horrível por gangues brutais e precisando de proteção internacional”.¹⁴⁷ Além das barreiras físicas, o Departamento de Segurança Interna dos Estados Unidos emitiu os Protocolos de Proteção à Migração de 2019,¹⁴⁸ que exigiam que as pessoas que procurassem entrar nos Estados Unidos a partir do México sem documentação ou autorização previam permanecessem no

México enquanto aguardavam suas audiências nos tribunais de imigração dos Estados Unidos.¹⁴⁹ As admissões por meio de reassentamento também foram reduzidas em quase 80% em dois anos.¹⁵⁰

Paralelamente, o México concordou em aumentar a fiscalização nas frontei-



Cerca de fronteira ao longo da fronteira internacional entre os Estados Unidos e o México em Lukeville, Arizona. 6 de fevereiro de 2019. © Terry Thomas/Alamy

ras e tomar outras medidas para impedir que solicitantes de reconhecimento da condição de refugiado e migrantes cheguem aos Estados Unidos.¹⁵¹ As medidas de fiscalização do lado dos Estados Unidos também se intensificaram,¹⁵² o uso de processamento acelerado aumentou,¹⁵³ as políticas de detenção foram ampliadas¹⁵⁴ e acusações criminais impostas àqueles que entraram no país por meio de passagens não oficiais de fronteira.¹⁵⁵

Algumas dessas políticas foram descontinuadas em fevereiro de 2021, sob o presidente Joe Biden, incluindo os Protocolos de Proteção à Migração, mas isso estava sujeito a litígios que mantiveram os Protocolos em vigor.¹⁵⁶ Além disso, as restrições de entrada relacionadas ao Covid-19 continuaram em setembro. Estas estão a ser aplicadas ao abrigo da legislação de saúde pública, que permite ao governo impedir a admissão de indivíduos durante emergências de saúde pública. Sob uma ordem de saúde pública, conhecida como *Title 42*, as chegadas não autorizadas pelo Canadá e México têm acesso negado aos procedimentos de asilo dos Estados Unidos.¹⁵⁷

Os requerentes de asilo na fronteira México - Estados Unidos foram transferidos de avião para o sul do México. Os haitianos que fugiram da violência

política e dos efeitos de um terremoto devastador em agosto de 2021 foram violentamente empurrados para trás da fronteira dos Estados Unidos e vários milhares enviados de volta ao México e ao Haiti sem que suas necessidades de proteção fossem avaliadas. O ACNUR e outros defensores apelaram para que essas restrições sejam levantadas e o acesso aos procedimentos de asilo seja restaurado.¹⁵⁸

Processamento offshore

Alguns países tomaram medidas para determinar os pedidos de asilo em centros fora de seus países, geralmente executados por meio de medidas de interdição.

Austrália

Por várias décadas, a Austrália tomou medidas para restringir o direito dos refugiados de solicitar asilo em suas fronteiras.¹⁵⁹ Na década de 1990, impôs uma política de detenção obrigatória de todos os não cidadãos que chegassem ao país sem visto válido, incluindo requerentes de asilo.¹⁶⁰ Em 2001, diante do aumento das chegadas por mar, a Austrália introduziu a “Solução do Pacífico” de processamento em terra.¹⁶⁰

Ele removeu aqueles que pretendiam entrar na Austrália sem visto para instalações de processamento localizadas na nação insular de Nauru e na Ilha Manus em Papua Nova Guiné. Entre 2001 e 2008, mais de 1.600 pessoas foram detidas nas instalações de processamento offshore de Nauru e da Ilha Manus sob esta política. Cerca de 70% precisavam de proteção e, por fim, foram realocados para a Austrália ou reassentados em outros países.¹⁶² A Solução do Pacífico foi suspensa em 2007; foi retomada em 2012, quando a Austrália recebeu um aumento considerável de requerentes de asilo por barco, chegando a mais de 20 mil em 2013.¹⁶³ Embora um número modesto para os padrões internacionais, as chegadas foram um para-raios de controvérsia, com a maioria da opinião pública alinhando-se atrás de políticos chamando para uma resposta estrita, citando as muitas mortes no mar como mais uma razão para reprimir.¹⁶⁴ O fato de a maioria virem de países produtores de refugiados não suavizou a posição.¹⁶⁵ A nova política viu a transferência de 3 mil pessoas para Nauru e Papua Nova Guiné desde 2013.¹⁶⁶ Aqueles transferidos para o exterior que precisavam de proteção internacional não foram autorizados a entrar na Austrália e soluções duradouras para eles tiveram que ser encontradas em outros lugares.¹⁶⁷

Além de reiniciar o processamento offshore, o governo anunciou seu “programa de segurança fronteiriça liderado pelos militares” — “Operação Soberano Fronteiras”.¹⁶⁸ Prevê a interdição de pessoas que tentam entrar na Austrália sem visto, incluindo refugiados e requerentes de asilo. Eles são devolvidos aos seus países de origem ou locais de partida. A política foi criticada

por instituições de direitos humanos e pelo ACNUR, porque coloca aqueles que precisam de proteção internacional em risco de repulsão em violação da Convenção de 1951 e do direito internacional consuetudinário.¹⁶⁹

Em 2017, o relator especial para direitos humanos dos migrantes, François Crépeau, também considerou a Austrália em violação de suas obrigações internacionais. Especificamente, ele considerou a Austrália responsável pelas duras condições na Ilha Manus e Nauru, uma vez que a Austrália financiou os centros de processamento e escolheu os empreiteiros privados que os administravam. Ele encontrou alta incidência de estresse mental e sofrimento físico causados pelas más condições de vida e incerteza prolongada, e observou relatos perturbadores de estupro e abuso sexual de mulheres refugiadas e requerentes de asilo que ocorreram com impunidade.¹⁷⁰

O relator especial concluiu que o confinamento offshore de refugiados e solicitantes de reconhecimento da condição de refugiado nas ilhas constitui tratamento ou punição cruel, desumano e degradante, contrário ao direito internacional dos direitos humanos. Ele recomendou que o processamento em Nauru e Papua Nova Guiné sejam fechados e os refugiados e solicitantes de reconhecimento da condição de refugiado sejam devolvidos à Austrália.¹⁷¹

Entretanto, o Supremo Tribunal da Papua Guiné considerou em 2016 que a detenção de requerentes de asilo violava os direitos humanos e era inconstitucional.¹⁷² Como consequência, o centro de detenção da Ilha Manus foi encerrado e os detidos foram transferidos para Port Moresby.

Em março de 2019, todos os requerentes de asilo e refugiados deixaram o centro de detenção de Nauru e foram transferidos para a comunidade nauruana.¹⁷³ No fim do ano seguinte, 900 refugiados foram reassentados das ilhas, a maioria para os Estados Unidos.¹⁷⁴ Em abril de 2021, mais de mil pessoas foram transferidas para a Austrália.¹⁷⁵

No início de 2021, mais de 200 dessas pessoas transferidas permaneceram em instalações de detenção de imigrantes na Austrália, enquanto outras com vulnerabilidades específicas foram autorizadas a residir em detenção comunitária sujeita a toque de recolher e outras restrições. Outros receberam vistos temporários de processamento chamados de vistos temporários.¹⁷⁶ O governo mantém a posição de que não serão instalados permanentemente na Austrália.

Aos refugiados que chegaram de barco que não estavam sujeitos a acordos de transferência offshore foram concedidos vistos de proteção temporária com duração de três ou cinco anos. Embora autorizados a trabalhar, eles não têm direito ao reagrupamento familiar e devem solicitar periodicamente o visto para permanecer na Austrália.¹⁷⁷

Possibilidades extremamente limitadas de uma solução durável na Austrália, portanto, permanecem para qualquer refugiado que chegue sem autorização prévia.

Estados Unidos

Medidas de interdição e processamento offshore também foram usadas pelos Estados Unidos no Caribe. A partir do fim dos anos 1970 e início dos anos 1980, o número de haitianos chegando aos Estados Unidos aumentou significativamente. A pobreza crescente e as violações dos direitos humanos sob o regime de Jean Claude “Baby Doc” Duvalier contribuíram para o êxodo.¹⁷⁸ Os esforços americanos para impedir novas chegadas, por meio de detenções e remoções sumárias, foram contestados com sucesso nos tribunais. Em 1981, o governo recorreu à interdição.¹⁷⁹

Navios suspeitos de transportar migrantes não autorizados ou requerentes de asilo para os Estados Unidos foram parados pela Guarda Costeira dos Estados Unidos. A provisão para triagem de proteção sumária, o teste de “manifestação do medo”, dependia do país de origem. Os cubanos foram questionados se tinham um medo crível, haitianos e outras nacionalidades não.¹⁸⁰ Eventualmente, as determinações de asilo dos Estados Unidos foram realizadas na base naval da Baía de Guantánamo ou enviadas para processamento a países da região que tinham acordo com os Estados Unidos e a intercepção ocorreu em suas águas territoriais. Embora esses acordos possam ter cláusulas de proteção contra repulsão, o ACNUR e outros expressaram preocupações com a ausência de monitoramento para garantir o cumprimento.¹⁸¹

A instalação de Guantánamo continua em uso. Aqueles que precisam de proteção internacional são elegíveis para reassentamento, mas não dentro dos Estados Unidos.¹⁸² O procedimento de asilo foi criticado por não fornecer acesso a aconselhamento jurídico e o direito de apelar de uma decisão negativa, ter altas taxas de rejeição e não fornecer residência nos Estados Unidos para aqueles considerados refugiados.¹⁸³

A Suprema Corte dos Estados Unidos considerou lícitas as práticas de retorno no mar. No caso de *Sale* de 1993, a Corte considerou que as obrigações de não repulsão só se aplicam àqueles dentro do território dos Estados Unidos e não àqueles em alto-mar, mesmo que sob o controle dos Estados Unidos.¹⁸⁴ Esse raciocínio já foi rejeitado em outras jurisdições, inclusive pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos, pela Corte de Apelação (Inglaterra e País de Gales) e pela Corte Europeia de Direitos humanos.¹⁸⁵ As decisões dessas Cortes defendem o princípio de que não há um “dever primordial de cumprir os padrões de justiça onde quer que haja um exercício do poder do país”.¹⁸⁶

Europa

A decisão de 2012 do Tribunal Europeu dos Direitos Humanos envolveu um processo movido contra a Itália por vários requerentes da Eritreia e da Somália. Eles estavam em barcos tentando chegar à Itália quando foram interceptados

pelas autoridades italianas e retornaram à Líbia.¹⁸⁷ Os requerentes alegaram que foram devolvidos a um país onde corriam risco de danos graves, em violação da Convenção Europeia de Direitos Humanos (CEDH), que protege contra ser submetido à tortura, ao tratamento desumano ou degradante.¹⁸⁸

O Tribunal considerou que os requerentes estavam, sob o controle da Itália e, portanto, sob sua jurisdição. Determinou, também, que eles corriam sério risco de danos na Líbia devido ao tratamento dispensado aos migrantes e à falta de proteção contra repulsão. O Tribunal concluiu que a Itália violou a CEDH.¹⁸⁹

A decisão foi importante. Na prática, proibia os países europeus de interditar navios e devolver pessoas a países onde estariam sob risco de tortura ou tratamento ou punição cruel, desumano ou degradante.¹⁹⁰ No entanto, só se aplicava a situações em que os países exercem diretamente seu controle. Os países têm procurado superar essa restrição legal apoiando outros países para impedir o movimento posterior de solicitantes de reconhecimento da condição de refugiado e migrantes não autorizados. Eles externalizam suas responsabilidades para os outros.

Externalização

As políticas de externalização geralmente envolvem países ricos que fornecem incentivos financeiros e apoio a outros países para melhorar os controles de fronteira, aumentar as interdições e impedir que migrantes e solicitantes de reconhecimento da condição de refugiado avancem. Isso deixa muitos solicitantes de reconhecimento da condição de refugiado em lugares remotos ou perigosos, expostos a graves violações dos direitos humanos e sem a oportunidade de ter suas solicitações avaliadas adequadamente.¹⁹¹

Os Estados Unidos há muito realizam exercícios conjuntos com as autoridades mexicanas para conter o fluxo de migrantes e requerentes de asilo para os Estados Unidos. Forneceu bilhões de dólares para combater o contrabando e o tráfico de pessoas e drogas e abordar as causas profundas por meio da melhoria da segurança, boa governança e crescimento econômico na América Central e no México.¹⁹² Por mais de uma década, a Austrália forneceu recursos e pessoal treinado para trabalhar com o Sri Lanka para impedir que migrantes ou solicitantes de reconhecimento da condição de refugiado viajem para a Austrália.¹⁹³

Os países marítimos europeus e a União Europeia (UE) investiram pesadamente em controles de fronteira na Grécia¹⁹⁴, bem como no norte da África.¹⁹⁵ Em 2003, a Espanha forneceu cerca de US\$ 400 milhões em ajuda e alívio da dívida ao Marrocos em troca de melhores esforços de controle de fronteiras,¹⁹⁶ e mais US\$ 37 milhões em 2021.¹⁹⁷ Desde 2007, o Marrocos teria recebido cerca de € 13 bilhões em fundos de desenvolvimento da União Europeia também ligado a controles de fronteira mais rígidos.¹⁹⁸ Em 2010, a Itália destinou

US\$ 5 bilhões ao longo de 20 anos para ajudar a Líbia a proteger as fronteiras contra o movimento de refugiados e migrantes.¹⁹⁹

Esses esforços ganharam ritmo na última década. Em 2016, a UE chegou a um acordo com a Turquia para impedir a chegada de refugiados e migrantes que viajam irregularmente pela Turquia e da Turquia para a Grécia. A União Europeia concordou em fornecer € 6 bilhões administrados pelo Mecanismo da EU para Refugiados na Turquia,²⁰⁰ afrouxar os requisitos de visto para cidadãos turcos, atualizar a união aduaneira e acelerar as negociações sobre a admissão da Turquia na UE. A União Europeia também concordou em aumentar a reinstalação de sírios que residem na Turquia. Em troca, a Turquia dissuadiria os requerentes de asilo de entrar na Europa e receberia de volta da Grécia os requerentes de asilo que haviam atravessado irregularmente por mar par as ilhas gregas.²⁰¹

O ACNUR expressou preocupação com a aparente falta de salvaguardas de proteção. Observou que um solicitante de reconhecimento da condição de refugiado só deve ser devolvido a um terceiro país se este assumir a responsabilidade de determinar o pedido de acordo com os padrões internacionais, incluindo o respeito à não repulsão e permitir aos reconhecidos acesso pleno e efetivo à educação, trabalho, saúde e, conforme necessário, assistência social.²⁰² A Turquia não levantou as restrições geográficas da Convenção de Refugiados de 1951 e, portanto, não reconhece os não europeus como elegíveis para o estatuto de refugiado.²⁰³ Assim, uma das consequências do acordo entre a UE e a Turquia é que as pessoas que poderiam ser reconhecidas como refugiadas sob a Convenção de Refugiados de 1951 dentro da UE poderiam ser devolvidas a um país onde esse status não se aplicasse.

Dentro de três anos do acordo entre UE e Turquia, € 3 bilhões foram comprometidos com projetos dentro da Turquia, e o número de chegadas na Europa através da Turquia diminuiu em 88%.²⁰⁴ O número de requerentes de asilo enviados de volta à Turquia, no entanto, foi relativamente pequeno, assim como o número de asilos reassentados da Turquia para a União Europeia.²⁰⁵ Entretanto, registraram-se poucos progressos nos outros compromissos da UE para com a Turquia e surgiram divergências quanto à rapidez e forma de pagamentos.²⁰⁶ No entanto, em geral, o acordo teve o efeito desejado para a UE, medido na diminuição da chegada de requerentes de asilo e migrantes que viajam sem autorização para a União Europeia através do Mar Mediterrâneo Oriental.²⁰⁷

Foram também enviados esforços para deter o número de chegadas à UE através das rotas do Mediterrâneo Central e Ocidental.²⁰⁸ Estes incluem o apoio aos principais países de embarque no norte da África, incluindo Argélia, Egito, Líbia, Marrocos e Tunísia.²⁰⁹

A Líbia tem sido um país de destino para trabalhadores migrantes.²¹⁰

Durante o regime de Muammar Ghaddafi, o uso da Líbia como país de trânsito para a Europa foi amplamente reduzido, inclusive com o apoio do governo italiano.²¹¹ A dinâmica mudou com a queda de Ghaddafi, e a fragmentação do país em áreas controladas pelo Governo da Unidade Nacional (GNU) com sede em Trípoli e sob vários grupos de milícias. O contrabando de pessoas, o tráfico e a extorsão tornaram-se fontes de receita para milícia rivais e outros grupos. O movimento irregular de pessoas cruzando da Líbia para a Europa aumentou.²¹²

O número de chegadas na Europa ao longo das rotas do Mediterrâneo Central e Ocidental cresceu cerca de 65 mil pessoas em 2011 para quase 189.600 em 2016, com a maioria desembarcando na Itália.²¹³ Entre 2014 e 2016, a Itália recebeu cerca de meio milhão de pessoas chegando por mar, sobrecarregando sua capacidade de recepção e gerando grande preocupação pública.²¹⁴ Um plano inicial para realocar 160 mil solicitantes de reconhecimento da condição de refugiado da Grécia e Itália para os países membros da União Europeia ficou muito aquém de sua meta. Apenas cerca de 35 mil requerentes de asilo foram realocados ao longo de dois anos. Vários países se recusaram a participar, e tanto a França quanto a Suíça fecharam suas fronteiras com a Itália para impedir o avanço do movimento.²¹⁵

Para conter o fluxo para a Europa, a UE e alguns de seus países membros tomaram várias iniciativas. Um destinado a desencorajar as chegadas marítimas por meio de leis e políticas que criminalizaram e reduziram a capacidade de busca e salvamento de embarcações particulares.²¹⁶ Como resultado, houve um declínio significativo nos resgates de embarcações privadas e comerciais desde 2018, devido ao medo de acusações caso os comandantes resgatem e desembarquem em um local seguro.²¹⁷

Suas preocupações parecem ser confirmadas, pois cerca de 50 processos administrativos e criminais foram iniciados entre 2018 e 2020 contra tripulantes ou barcos e embarcações foram apreendidos.²¹⁸ Essas medidas foram tomadas apesar das objeções do ACNUR e da Organização Internacional para as Migrações (OIM), dado o papel crucial que os navios e embarcações comerciais têm desempenhado para salvar vidas no mar.²¹⁹

Paralelamente, alguns países membros da União Europeia reduziram progressivamente as suas operações de busca e salvamento e investiram mais de € 50 milhões no reforço das capacidades da Líbia para impedir partidas não autorizadas,²²⁰ interditar navios na sua região de busca e salvamento,²²¹ e devolver refugiados e migrantes à Líbia.²²² A Turquia também incluiu apoio à Guarda Costeira da Líbia como parte de seu envolvimento mais amplo e apoio ao treinamento das forças militares da Líbia.²²³

O regresso à Líbia é particularmente preocupante devido às graves e generalizadas violações dos direitos humanos que os refugiados e migrantes sofrem: detenção arbitrária por períodos de tempo indefinidos; tortura e abuso físico;

estupro e outras formas de violência sexual; trabalho forçado; recrutamento forçado; extorsão; e tráfico.²²⁴ Refugiados e migrantes que são interditados no mar e devolvidos à Líbia são transferidos para centros de detenção administrados pelo governo que, no fim de julho de 2021, detinham cerca de 5.400 pessoas.²²⁵ A superlotação é endêmica, com tortura, estupro, desnutrição e a disseminação de doenças infecciosas amplamente denunciadas.²²⁶

Instituições das Nações Unidas e organizações de direitos humanos têm repetidamente pedido para que refugiados e migrantes não sejam devolvidos à Líbia.²²⁷ As Nações Unidas pediram a libertação imediata de todos os refugiados e migrantes detidos arbitrariamente e que a Líbia só detenha pessoas em circunstâncias excepcionais e sujeitas a garantias de devido processo.²²⁸

As medidas elaboradas para impedir a migração não autorizada tiveram efeito limitado. Elas reduziram temporariamente as chegadas em certos portos, ao mesmo tempo em que levaram contrabandistas e traficantes a encontrar rotas alternativas e muitas vezes mais perigosas.²²⁹ Assim, enquanto o número de chegadas através do Mediterrâneo Central para a Itália e Malta diminuiu de mais de 181 mil em 2016 para cerca de 11.500 em 2019, aumentou novamente para cerca de 345.200 chegadas em 2020, com 955 pessoas relatadas como perdidas no mar.²³⁰

À medida que as interdições aumentavam ao longo da rota do Mediterrâneo Central, as chegadas a Espanha ao longo das rotas do Mediterrâneo Ocidental e da África Ocidental aumentaram de cerca de 8.200 pessoas em 2016 para cerca de 58.600 em 2018.²³¹ Para conter esses fluxos, a UE e o governo espanhol forneceram apoio a Marrocos para reforçar os seus controles fronteiriços. Isso ajudou a reduzir o fluxo em quase 50% em 2019, mas foi seguido por um aumento de mais de oito vezes nas chegadas às Ilhas Canárias da Espanha em 2020.²³² Em 2020, 23 mil refugiados e migrantes desembarcaram lá, partindo em barcos do noroeste da África e transportados através da rota mais perigosa do Oceano Atlântico. Pelo menos 480 indivíduos morreram ou desapareceram em 2020 na tentativa de chegar à Europa por esta rota.²³³

Entre as razões para o volume relativamente alto de travessias marítimas estão a deterioração das situações de segurança no Sahel, na Bacia do Lago Chade, na região de Tigré na Etiópia e em partes do Sudão. Muitos dos países dessas regiões e seus vizinhos abrigam milhões de refugiados e deslocados internos. No entanto, os encargos que carregam em responder ao deslocamento forçado e as circunstâncias terríveis que muitas de suas populações e pessoas deslocadas à força enfrentam não são tão proeminentes aos olhos do público. É o número relativamente baixo que procura se mudar para a Europa que captura a maior parte da atenção política e da mídia.

Os perigos experimentados por refugiados e migrantes em suas viagens para a Europa não se limitam à última etapa por mar. Muito antes disso, ao longo

das rotas terrestres da África Subsaariana para e através do norte da África, muitos estão sujeitos a graves violações dos direitos humanos e transportados sem alimentos e água adequados, ao custo de muitas vidas.²³⁴

É necessária uma abordagem mais abrangente. Isso é reconhecido tanto no Pacto Global sobre Refugiados quanto no Pacto Global para Migração Segura, Ordenada e Regular. São necessários caminhos legais alternativos para a migração.²³⁵ Maiores esforços devem ser feitos para identificar e processar os traficantes de pessoas que infligem tanta miséria a pessoas desesperadas e acabar com a impunidade de funcionários públicos.²³⁶ Isso deve ser complementado por esforços conjuntos para abordar as causas raiz daqueles que são forçados a fugir. É uma tarefa muito além das capacidades das organizações humanitárias que trabalham nessas rotas identificar aqueles com necessidades de proteção internacional, reunir famílias, garantir assistência a sobreviventes de abuso e defender mais vias de migração legal.

Nada menos do que esforços de longo prazo liderados pelo país vão muito além da interdição são necessários.

Outras medidas de dissuasão

Muitos países vão além de limitar o acesso aos seus sistemas de asilo, incluindo impedimentos embutidos em seu projeto. A detenção obrigatória de requerentes de asilo tem sido mais amplamente utilizada nos últimos 20 anos.²³⁷ Os direitos também podem ser limitados a níveis abaixo dos padrões da Convenção de 1951.

Interpretações restritivas da Convenção sobre Refugiados de 1951 também constituem obstáculos para aqueles que precisam de proteção internacional. No Japão e na República da Coreia, por exemplo, as taxas de reconhecimento são as mais baixas dos 38 países da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico.²³⁸ No Japão, a média é inferior a 1% e, na Coreia do Sul, é de aproximadamente 2%,²³⁹ em comparação às médias globais de cerca de 30%.²⁴⁰ Ambos os países têm outras medidas para que a permissão permaneça aplicável aos requerentes de asilo de determinados países. Mas estes são temporários, podem ser facilmente retirados e não têm os direitos da Convenção de Refugiados de 1951.²⁴¹

As taxas de reconhecimento na Europa também são inconsistentes, apesar dos esforços para alcançar um alto nível de harmonização e conformidade com os padrões internacionais.²⁴² Em 2020, por exemplo, a porcentagem de solicitantes de reconhecimento da condição de refugiado afegãos que precisavam de proteção variou de 0% na Bulgária para 56% na Suécia e 87% na Alemanha. Para os cidadãos turcos, a variação foi igualmente gritante — de 1% na Bulgária a 32% na Alemanha e 52% na Áustria.²⁴³ Um relatório do Conselho Europeu sobre Refugiados e Exilados (CERE) concluiu que abordar

decisões inconsistentes em toda a UE deve ser uma prioridade premente.²⁴⁴

Em março de 2021, o Reino Unido apresentou uma proposta legislativa que incorpora muitas das medidas de dissuasão mencionadas acima. Foi apresentado ao Parlamento em julho de 2021 como o Projeto de Lei de Nacionalidade e Fronteiras.²⁴⁵ Ele visa não apenas restringir o acesso aos procedimentos de asilo, mas também limitar a capacidade dos refugiados de apresentar uma solicitação e reter alguns direitos da Convenção de 1951 daqueles encontrados em necessidades de proteção internacional.

O projeto de lei permitiria à Força de Fronteira do Reino Unido parar e direcionar navios para fora das águas territoriais, incluindo aqueles que transportam refugiados e solicitantes de reconhecimento da condição de refugiado. Aumentaria o limiar para estabelecer um medo de perseguição bem fundamentado, permitiria a remoção de requerentes de asilo enquanto se aguarda a determinação de seus pedidos e procuraria estabelecer centros de processamento offshore. Propõe também penalizar os requerentes de asilo que chegaram sem visto, concedendo-lhes apenas o status temporário caso o seu pedido de reconhecimento da condição de refugiado seja deferido. A eles seriam negados os direitos concedidos pela Convenção de 1951 e estariam em constantes riscos de expulsão.²⁴⁶

O ACNUR forneceu extensos comentários sobre a proposta, ilustrando como suas principais disposições violariam o direito internacional. Embora reconheça a contribuição do Reino Unido como doador humanitário, salientou que isso deve ser combinado com uma política de asilo interno proporcional que respeite a letra e o espírito da Convenção de 1951.²⁴⁷

A Dinamarca indicou repetidamente seu desejo de emular partes do modelo australiano, o modelo dos Estados Unidos e o arranjo da UE – Turquia.²⁴⁸ Embora tenha experimentado pedidos de asilo historicamente baixos, com cerca de 1.400 feitos em 2020,²⁴⁹ o governo dinamarquês aprovou uma legislação em junho de 2021 que prevê a transferência de requerentes de asilo para outros países fora da UE, deixando-os para determinar pedidos de asilo e fornecer informações internacionais de proteção aos necessitados.²⁵⁰ Ao anunciar a nomeação de um Enviado Especial para a Migração para implementar essas reformas, o Ministro Interino da Imigração, Kaare Dybvad Bek, disse que a Dinamarca quer “o menor número possível de requerentes de asilo espontâneo” em favor de ajudar os refugiados “mais rápido e melhor nas áreas vizinhas”.²⁵¹

O ACNUR observou as várias maneiras pelas quais o plano não cumpre o direito internacional e é inconsistente com a solidariedade global e o compartilhamento de responsabilidade.²⁵³

A lei dinamarquesa e a proposta do Reino Unido estão desencorajando desenvolvimentos e são um mau presságio para uma melhor cooperação internacional para enfrentar os desafios de deslocamento atuais e futuros. Essas,

assim como as políticas restritivas em países de alta renda em geral, enviam uma mensagem poderosa para países de muito menos recursos que assumem muito mais responsabilidades. O regime de proteção internacional é severamente enfraquecido quando os países que recebem uma pequena fração das pessoas deslocadas à força do mundo não assumem a responsabilidade por aqueles que chegam às suas costas e, em vez disso, tomam medidas para transferir responsabilidades para outros.

As medidas para bloquear a chegada de refugiados e requerentes de asilo também são caras e não abordam as causas profundas do deslocamento forçado nem as deficiências dos sistemas nacionais de asilo.²⁵⁴ Mais atenção neste último ajudaria os países a gerenciarem movimentos mistos de refugiados, requerentes de asilo e migrantes de maneira que não comprometa a proteção ou a cooperação em que se baseia o sistema de proteção internacional. Isso também estaria de acordo com as disposições do Pacto Global sobre Refugiados e do Pacto Global para Migração Segura, Ordenada e Regular que eles afirmaram.

É verdade, também, que quanto maiores os obstáculos que os países erguem para prevenir ou desviar refugiados, solicitantes de reconhecimento da condição de refugiado e migrantes, maiores são os esforços dos contrabandistas e traficantes para contorná-los e maiores são as taxas que cobram para conduzir pessoas desesperadas ao longo de cada vez mais rotas perigosas.

Uma combinação de crescente fuga forçada e aumento das barreiras para detê-las transformou o modelo de contrabando e tráfico de pessoas. Conforme documentado no relato detalhado de Tinti e Reitano, o que antes era uma “rede solta de freelancers e facilitadores *ad hoc*” agora é ofuscado por redes criminosas transnacionais profissionais com grande propensão a transformar e inovar.²⁵⁵ Quanto maiores os obstáculos, mais trabalho, contratos e dinheiro necessários para superá-los — todos os recursos que estão além dos contrabandistas independentes, mas bem dentro do alcance dos sindicatos do crime organizado. O preço é pago pelos refugiados e migrantes, que dependem dessas redes criminosas — e, nos piores casos, pagam com a vida.²⁵⁶

Outras pessoas deslocadas à força

O deslocamento forçado nunca se limita àqueles que cruzam fronteiras. Seja qual for a causa da fuga, desde conflito aos efeitos adversos das mudanças climáticas,²⁵⁷ e outros desastres,²⁵⁸ geralmente mais pessoas fogem dentro do próprio país do que para fora dele.²⁵⁹

Foi o que aconteceu durante a Segunda Guerra Mundial, quando a resolução da situação de milhões de deslocados internos e refugiados fazia parte

do trabalho das agências internacionais estabelecidas na época. No entanto, a Convenção de 1951 aplicava-se apenas aos refugiados.

Phil Orchard e outros notaram que, em alguns aspectos, isso foi um desvio de acordos e práticas internacionais anteriores no período entre guerras, estabelecidos para responder a situações específicas de deslocamento.²⁶⁰ Conforme discutido na Parte I, esses esforços se concentraram em ajudar grupos específicos de pessoas deslocadas à força que não tinham a proteção de seu país. Eles não necessariamente especificaram se foram deslocados dentro de seus países ou fora deles.²⁶¹ O alcance prospectivo das obrigações do país foi objeto de debate nas reuniões que antecederam a adoção da Convenção de 1951. Alguns países apoiaram uma visão mais ampla, estendendo proteção e assistência às pessoas deslocadas dentro e fora de seus países. A visão predominante, no entanto, era que a Convenção deveria ser elaborada para aqueles que não tinham um país para protegê-los. O foco estava na necessidade de proteção legal internacional em vez de assistência e para as pessoas deslocadas à força para fora de seus países.²⁶²

Os Estados Unidos defenderam fortemente esse foco mais limitado. Tendo sido o principal doador de operações anteriores de ajuda a refugiados, não estava disposto a assumir obrigações desproporcionais e crescentes. Eleanor Roosevelt, membro da delegação dos Estados Unidos, advertiu contra “uma tendência crescente de levar a ONU para o campo da ajuda internacional e usar seus órgãos como fonte e centro de apelos crescentes por fundos de ajuda”.²⁶³

Os deslocamentos internos não foram incluídos na Convenção de 1951 nem especificamente mencionados no Estatuto do ACNUR. No entanto, as disposições do Estatuto permitem que os órgãos se envolvam em “atividades adicionais” autorizadas pela Assembleia Geral e “dentro dos limites” dos recursos disponíveis.²⁶⁴ Com base nisso, O ACNUR se engajou no trabalho em favor dos deslocados internos, inicialmente por meio de solicitações específicas feitas pela Assembleia Geral e, posteriormente, por meio das resoluções anuais da assembleia sobre o trabalho dos gabinetes.²⁶⁵

No entanto, esse mecanismo operacional não substituiu um engajamento mais previsível e com recursos. Os limites das habilidades do ACNUR ficaram mais evidentes à medida que o número global de deslocados à força cresceu a partir da década de 1980. O ACNUR lutou para atender às necessidades dos refugiados, como parte de seu mandato central, e não tinha recursos suficientes para estender esforços adicionais substanciais em nome dos deslocados internos.²⁶⁶

Em 1981, a Assembleia Geral pediu uma revisão completa da capacidade da comunidade internacional de responder efetivamente a crises humanitárias.²⁶⁷ No mesmo ano, o príncipe Sadruddin Aga Khan, relator especial da Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas, publicou um relatório sobre direitos

humanos e êxodos em massa. Nele, ele destacou a escala crescente de deslocamento forçado, incluindo “movimento dentro dos países” e a necessidade de uma resposta mais sistemática.²⁶⁸

Dois anos depois, em 1983, ele ajudou a estabelecer uma Comissão Independente sobre Questões Humanitárias Internacionais para revisar e propor soluções para desafios humanitários prementes. As conclusões da Comissão foram publicadas em 1988.²⁶⁹

Em relação ao deslocamento forçado, observou que, embora o número de refugiados no mundo ultrapasse 13 milhões de pessoas, havia “milhares de outras pessoas desenraizadas” que não estavam suficientemente representadas ou assistidas. Isso incluiu aqueles que foram forçados a fugir dentro de seus próprios países devido à repressão do governo, realocação forçada, violência comunitária ou desastres ambientais.

A Comissão observou que os governos não protegem nem assistem suas próprias populações deslocadas, porque são cúmplices dos deslocamentos ou porque não têm capacidade para prevenir e responder. Recomendou que fossem estabelecidos padrões internacionais de tratamento para “aqueles grupos de pessoas desenraizadas que não se enquadram claramente na categoria de refugiados” e que um meio mais previsível fosse estabelecido para garantir assistência a eles.²⁷⁰

Levaria mais uma década para que tais padrões fossem desenvolvidos.²⁷¹ Isso foi, em parte, estimulado pelos esforços para melhorar as respostas das Nações Unidas às crises humanitárias em geral. Em 1990, o Conselho Econômico e Social (ECOSOC, na sigla em inglês) pediu ao secretário-geral que conduzisse uma revisão de todo o sistema e avaliasse a experiência e a capacidade das organizações que prestam assistência a refugiados, deslocados internos e repatriados.²⁷² Vários desenvolvimentos resultaram dessa revisão. Uma delas foi a criação do Departamento de Assuntos Humanitários, que mais tarde se tornaria o atual Escritório de Coordenação de Assuntos Humanitários (OCHA, na sigla em inglês). É chefiado por um Coordenador de Assistência de Emergência (ERC, na sigla em inglês) subordinado ao secretário-geral. O ERC também preside o Comitê Permanente Interagências (IASC, na sigla em inglês), que foi criado pela Assembleia Geral da ONU em 1991 como um fórum de coordenação humanitária do alto nível das Nações Unidas e organizações não pertencentes às Nações Unidas. Em situações de deslocamento interno, o ERC, com o apoio do OCHA e do IASC, coordena os esforços interagências.²⁷³

Outro resultado da revisão de todo o sistema foi a nomeação do primeiro representante do secretário-geral das Nações Unidas para os Direitos Humanos das Pessoas Deslocadas Internamente.²⁷⁴ Francis Deng inicialmente ocupou o cargo e uma de suas primeiras tarefas foi conduzir avaliações consultiva do

alcance do problema, das respostas internacionais e institucionais e das normas de direito internacional aplicáveis às situações de deslocamento interno.

Com relação aos padrões legais, ele concluiu que era necessário um corpo de princípios universalmente aplicáveis para atender às necessidades específicas das pessoas deslocadas internamente que se baseavam nos direitos humanos e no direito humanitário existente.²⁷⁵ Isso foi endossado pela Comissão de Direitos Humanos e pela Assembleia Geral das Nações Unidas, e desenvolvimento dos Princípios Orientadores sobre Deslocação Interna seguidos.²⁷⁶

Princípios Orientadores sobre Deslocamento Interno

Os Princípios Orientadores aplicam-se às diferentes fases do deslocamento: “oferecer proteção contra deslocamento arbitrário, acesso à proteção e assis-



Deng Awuol (centro) foi forçado a fugir três vezes no Sudão do Sul e é fotografado em Mingkaman, Sudão do Sul, em 2014, com a esposa Nycot (centro-direita) e seus filhos e netos.
© ACNUR/
Andrew McConnell

tência durante o deslocamento e garantias durante o retorno ou assentamento alternativo e reintegração”.²⁷⁷ Eles dizem respeito a todos os que são deslocados à força, seja devido a “conflitos armados, situações de violência generalizada, violações dos direitos humanos ou desastres naturais ou causados pelo homem”.²⁷⁸ Uma pessoa pode ser considerada uma pessoa deslocada internamente sem ter que demonstrar perseguição a um nível individual.

Os Princípios Orientadores começam com o reconhecimento de que os deslocados internos têm direito a gozar dos mesmos direitos que outros no país e a igual proteção da lei. Isso inclui o direito à vida, dignidade, liberdade e segurança da pessoa, e o direito de não ser preto ou detido arbitrariamente.

Os Princípios estipulam que os deslocados internos não devem ser confinados em campos, a menos que seja absolutamente necessário, e devem poder circular livremente e escolher seu local de residência.²⁷⁹

Eles também reconhecem o direito de todas as pessoas de não serem deslocadas arbitrariamente.²⁸⁰ Em situações em que o deslocamento pode ser necessário, os Princípios estabelecem que as autoridades devem primeiro considerar outras alternativas. Onde não houver outra alternativa, os efeitos adversos devem ser minimizados e a realocação conduzida com segurança. Exceto em circunstâncias de emergência, o consentimento livre e informado deve ser obtido e o acesso a recursos eficazes deve ser fornecido.²⁸¹ O direito à unidade familiar também faz parte dos Princípios Orientadores, assim como um padrão de vida adequado. As autoridades devem fornecer — no mínimo e sem discriminação — alimentação, alojamento, serviços médicos e acesso à educação e documentação necessária para o exercício dos direitos legais.²⁸²

Os Princípios Orientadores não foram adotados por meio de um tratado internacional e, portanto, não são considerados lei obrigatória. No entanto, os redatores explicaram que refletiam a aplicação do direito internacional humanitário e de direitos humanos existente às circunstâncias particulares do deslocamento interno. Com efeito, eles estavam progressivamente desenvolvendo a lei neste contexto.²⁸³

Com o tempo, os Princípios Orientadores alcançaram considerável efeito jurídico. Eles formam a base para dois tratados na África. Uma foi adotada em 2006 na Região dos Grandes Lagos, obrigando seus membros a implementar os Princípios Orientadores.²⁸⁴ A outra — a Convenção da União Africana para a Proteção e Assistência às Pessoas Deslocadas Internamente na África (Convenção de Kampala) — foi adotada em 2009.²⁸⁵

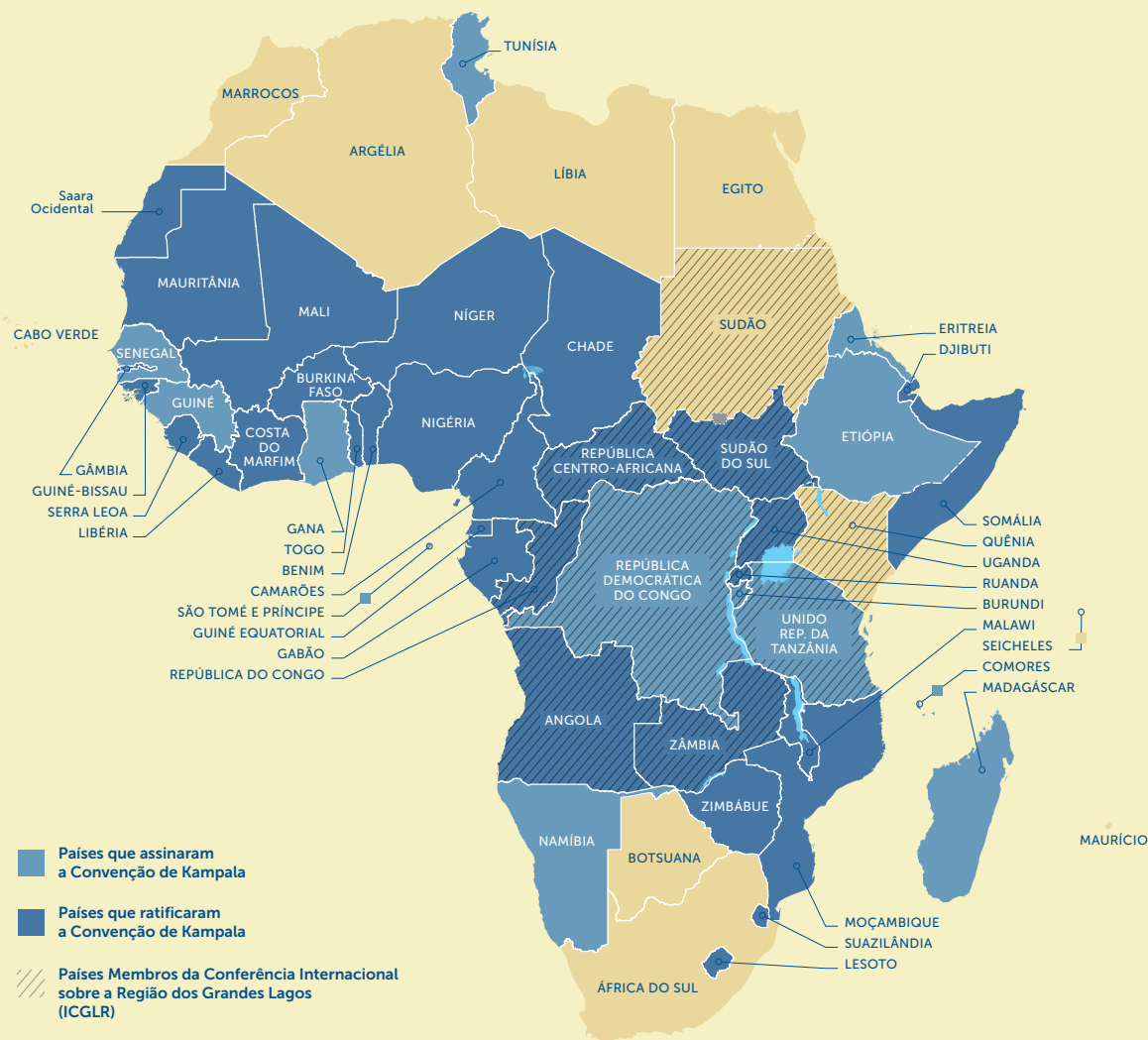
Os Princípios Orientadores foram firmados pelos países na Cúpula Mundial de 2005, que definiu direções futuras para melhorar os esforços internacionais, humanitários e de segurança.²⁸⁶ O Conselho de Segurança, a Assembleia Geral e o Conselho de Direitos Humanos também reconheceram sua relevância jurídica.²⁸⁷ Afirmações semelhantes foram feitas em órgãos regionais, como o Conselho da Europa e a Organização dos Estados Americanos.²⁸⁸

Quando foram inicialmente adotados, os Princípios Orientadores eram vistos como aplicando as normas existentes no direito internacional às circunstâncias particulares das pessoas deslocadas internamente. Desde então, alguns sugeriram que, ao longo do tempo, eles também ajudaram a avançar ainda mais o direito internacional. Por exemplo, antes dos Princípios Orientadores, não havia nenhuma obrigação legal reconhecida dos países de estabelecer condições que permitissem aos deslocados internos retornar voluntariamente e com segurança ao seu antigo local de residência. No entanto, como observou um jurista, essa responsabilidade, estabelecida no Princípio 28, desde então tem

Convenção de Campala

em 28 de setembro de 2021

Países membros da Convenção da UA de 2009 para a Proteção e Assistência a Deslocados Internos na África e/ou o Protocolo da Conferência Internacional de 2006 sobre a Região dos Grandes Lagos sobre a Proteção e Assistência a Deslocados Internos



Fronteira internacional

Limite internacional
indeterminado

Região de Abyei

Linha administrativa

500 km

Os limites e nomes mostrados e as designações usadas neste mapa não implicam em endosso ou aceitação oficial pelas Nações Unidas.

A fronteira entre a República do Sudão e a República do Sudão do Sul ainda não foi determinada. O status da área de Abyei ainda não foi determinado.

Fontes: UNCS, ACNUR

sido invocada pelos principais órgãos de tratados de direitos humanos na interpretação do escopo das obrigações dos países sob os tratados que revisam. Isso sugere que a provisão de *soft law* está se tornando mais rígida à medida que a lei sobre deslocamento interno se desenvolve.²⁸⁹

Foi sugerido, também, que os Princípios Orientadores introduziram a noção de “soberania como responsabilidade”, pois reconhecem o dever e a responsabilidade primários das autoridades nacionais de proteger os deslocados internos e a obrigação de facilitar, e não inibir arbitrariamente, a assistência humanitária a eles.²⁹⁰ Essa responsabilidade está refletida no princípio Responsabilidade de Proteger (R2P, na sigla em inglês), que é um compromisso global para impedir que populações civis sofram genocídio, crimes de guerra, limpeza étnica e crimes contra a humanidade. Reconhece o direito do Conselho de Segurança de permitir que a comunidade internacional tome medidas coletivas quando os meios pacíficos não se mostrarem eficazes para levar as autoridades nacionais a proteger suas populações. Surgiu após o fracasso da comunidade internacional em responder adequadamente às atrocidades em massa cometidas em Ruanda e na ex-Iugoslávia durante a década de 1990. A R2P foi firmada por todos os países na Cúpula Mundial das Nações Unidas em 2005.²⁹¹

Prática nacional

Assim como as estruturas de proteção de refugiados, a implementação dos Princípios Orientadores sobre Deslocamento Interno é desigual. Os estados que possuem leis e/ou políticas que tratam do deslocamento interno têm registros variados em sua aplicação. Em alguns países, as próprias leis ou políticas podem ser um fator limitante, inclusive em circunstâncias em que as pessoas deslocadas internamente são definidas de forma restrita,²⁹² ou onde o retorno é promovido como a solução preferida, mesmo em contextos onde outras soluções podem ser mais desejáveis e factíveis.²⁹³

Às vezes, a lei atende aos padrões internacionais²⁹⁴, mas o compromisso de implementá-la é fraco. Os compromissos assumidos durante os processos de paz, por exemplo, não são cumpridos de forma consistente.²⁹⁵ Quando as comunidades deslocadas retornam a áreas onde seus direitos não são protegidos, isso pode levar a mais instabilidade e deslocamento.²⁹⁶

Outros desafios na implementação incluem a falta de capacidade institucional, incluindo recursos humanos e financeiros insuficientes. A continuação ou retomada do conflito pode exacerbar ainda mais esses desafios, assim como situações em que os deslocados internos estão em locais de difícil acesso.²⁹⁷ Isso torna os esforços para implementar políticas fortes em países frágeis e em conflito desafiador e não necessariamente devido à falta de compromisso do governo. E, embora a implementação seja muitas vezes desafiadora, políticas fortes podem fornecer uma base importante para o trabalho humanitário e de

desenvolvimento, incluindo o fortalecimento da capacidade do país a longo prazo.

Onde há vontade e capacidade política, as situações de deslocamento interno têm uma chance maior de resolução. O compromisso político e o apoio internacional ajudaram a garantir a sustentabilidade dos retornos na Libéria e na Serra Leoa quando a paz foi alcançada no início dos anos 2000.²⁹⁸ Os tribunais têm desempenhado um papel importante na responsabilização dos governos pelas leis e políticas de deslocamento interno que eles aprovam, muitos informadas pelos Princípios Orientadores.²⁹⁹

Da mesma forma, as instituições nacionais de direitos humanos também exercem influência. São instituições mandatadas pelo país, independentes do governo, com amplos mandatos para a proteção dos direitos humanos. Conforme documentado em 2019 pelo Relator Especial das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas Deslocadas Internamente, essas instituições promoveram os direitos das pessoas deslocadas internamente de acordo com os Princípios Orientadores de várias maneiras. Isso inclui contribuir para a elaboração de legislação e políticas relevantes, monitorar e investigar a situação dos deslocados internos, prestar assistência jurídica, emitir pareceres jurídicos e realizar treinamentos e atividades de conscientização.³⁰⁰

Para que as políticas nacionais sejam eficazes, é necessário apoio local. O Afeganistão é um exemplo disso. Em 2013, adotou uma política nacional bem articulada para o retorno, integração local e assentamento em outras partes do país de pessoas deslocadas internamente.³⁰¹ Mas a oposição local em questões de direitos à terra impediu que fosse bem-sucedida.³⁰² O Níger, em contrapartida, adotou uma lei nacional de deslocamento interno em 2018, desenvolvida por meio de ampla consulta envolvendo autoridades nacionais e locais, pessoas deslocadas internamente e especialistas nacionais e internacionais. A aprovação da lei foi rapidamente seguida por diretrizes governamentais e treinamentos direcionados para garantir a implementação.³⁰³

Esses exemplos ilustram que, embora as leis e estruturas nacionais sejam etapas importantes, a implementação bem-sucedida depende de muitos fatores. A resistência do governo à plena implementação pode ser um obstáculo intransponível. Mas mesmo quando o governo nacional está comprometido em responder bem aos deslocados internos e resolver situações de deslocamento interno, muitas vezes é necessário apoio local e internacional para ajudar a superar os desafios na implementação.

Coordenação internacional

Não existe uma única agência das Nações Unidas com responsabilidades e prestação de contas para com os deslocados internos. *Se deveria haver* é uma questão

que foi discutida muitas vezes ao longo dos anos e como parte da revisão de todo o sistema de 1990, discutida anteriormente. A recomendação era que não houvesse um único órgão cujo mandato fosse estendido para fornecer proteção e/ou assistência a pessoas deslocadas internamente, mas que cada entidade relevante das Nações Unidas fosse responsável pela “parte para a qual possui a melhor experiência” sob a coordenação do que se tornou o Coordenador de Socorro de Emergência (ERC, na sigla em inglês).³⁰⁴

Apesar da criação do ERC e do IASC, a melhoria das respostas aos deslocados internos continuou a ser uma preocupação na década seguinte. Em 2005, o IASC elaborou a Abordagem de Cluster para melhorar a coordenação e entrega humanitária em deslocamentos internos e outros contextos humanitários de não refugiados. Essa abordagem designou agências das Nações Unidas responsáveis por coordenar as respostas em áreas de sua especialização específica, como proteção, alimentação, abrigo, logística, água e saneamento de maneira mais previsível. Desde então, várias avaliações sobre a Abordagem de Cluster e as respostas ao deslocamento interno apontam para algumas melhorias, bem como algumas fraquezas contínuas.³⁰⁵

Do lado positivo, os esforços entre agências reduziram a duplicação, esclareceram funções e responsabilidades e trouxeram maior consistência aos pedidos de financiamento. No entanto, existem problemas contínuos de liderança. Há também dificuldades em fortalecer a capacidade nacional, coordenação, cobertura e financiamento, enquanto a visibilidade das necessidades dos deslocados internos e a defesa em seu nome também são insuficientes.³⁰⁶

Em geral, as agências das Nações Unidas não incluíram sistematicamente e previsivelmente os deslocados internos nas operações de seus países ou não receberam recursos adequados para fazê-lo. Os estudos também apontaram para a insuficiência dos esforços internacionais — desenvolvimentistas e humanitários — para fortalecer as capacidades nacionais para prevenir o deslocamento, responder plenamente às necessidades dos deslocados internos e fornecer soluções.³⁰⁷

Em 2019, a pedido dos países membros, o Secretário-Geral das Nações Unidas nomeou um Painel de Alto Nível sobre Deslocamento Interno, para se concentrar principalmente em abordar situações prolongadas e alcançar soluções duradouras para pessoas deslocadas internamente. O Painel emitiu suas recomendações em setembro de 2021. Ele pediu maior responsabilidade do país para adotar e implementar leis e políticas sobre deslocamento interno, priorizar o apoio a seus cidadãos deslocados e integrar o deslocamento interno aos planos de desenvolvimento nacional e local.³⁰⁸

O Painel enfatizou a importância de envolver todas as partes interessadas relevantes, incluindo países, pessoas deslocadas internamente, comunidades locais, sociedade civil, mídia, academia, setor privado, agências internacionais

e instituições financeiras. Apelou a mais mecanismos regionais para melhorar as respostas ao deslocamento interno. O Painel também fez recomendações específicas para encorajar e apoiar maiores contribuições do setor privado e para aumentar o financiamento internacional para lidar com o deslocamento interno acompanhado de maiores investimentos em dados e evidências. E para aumentar o nível de compromisso dentro das Nações Unidas, o Painel recomendou que o trabalho para pessoas deslocadas internamente seja integrado em todas as agências das Nações Unidas e no Coordenador Residente das Nações Unidas em nível de país. O painel também incitou o Secretário-Geral das Nações Unidas a nomear um Representante Especial para Soluções para Deslocamentos Internos e a relatar anualmente os desenvolvimentos positivos e as áreas que precisam ser melhoradas.³⁰⁹

Quadros de Deslocamento Climático e de Desastres

As mudanças climáticas e os desastres influenciaram a mobilidade humana ao longo da história.³¹⁰ As eras glaciais, bem como os períodos de aquecimento do clima e elevação dos mares, levaram as pessoas a se mudarem há milhares de anos.³¹¹ As mudanças climáticas também têm sido um fator de atração — atraindo pessoas para locais com condições favoráveis, maior acesso à água, florestas, pastagens e/ou terras mais aráveis.³¹² Essas migrações podem ser movimentos sazonais permanentes ou temporários.

Alguns eventos, como seca, desertificação e elevação do nível do mar, desenvolvem-se lentamente. Outros atacam repentinamente, incluindo terremotos, erupções vulcânicas ou inundações repentinas. Esses eventos são classificados como desastres quando perturbam seriamente o funcionamento de uma comunidade, sobrecarregando sua capacidade de resposta e de evitar a perda de vidas ou danos materiais, econômicos e ambientais.³¹³

Nem todos os desastres são causados pelas mudanças climáticas, mas as temperaturas estão aumentando, assim como a intensidade das ondas de calor, secas e incêndios florestais associados, chuvas fortes, ciclones tropicais e inundações costeiras.³¹⁴ Em 2020, os números de deslocamentos internos indicam que 30 milhões de pessoas foram forçadas a fugir de suas casas devido a riscos relacionados ao clima, como tempestades e inundações, e cerca de 0,7 milhão foram deslocados por riscos geofísicos, como vulcões e terremotos.³¹⁵ Havia 11,2 milhões de pessoas recém-deslocadas por conflito naquele ano, interna e externamente.³¹⁶

Estudiosos têm examinado a influência do clima na mobilidade humana desde o início do século XIX. Esse foco foi amplamente abandonado durante a maior parte do século XX em favor de uma ênfase nos determinantes econômicos, políticos e sociais.³¹⁷ À medida que os efeitos do aquecimento global se

tornaram mais preocupantes na década de 1980, seu impacto na mobilidade humana veio à tona.³¹⁸

Em 1992, o Painel Intergovernamental das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (IPCC, na sigla em inglês) fez algumas projeções preocupantes. Previa que milhões de pessoas seriam “deslocadas pela erosão costeira, inundações costeiras e secas severas”. Muitos fugiram para áreas incapazes de aten-



Pessoas afetadas por enchentes se deslocando no distrito de Badin, Sindh, Paquistão, em setembro de 2011.

© ACNUR/Sam Phelps

der às suas necessidades, levando à “instabilidade social em algumas áreas”. Os sistemas de saúde podem ficar sobrecarregados e as epidemias podem “varrer os campos e assentamentos de refugiados, espalhando-se pelas comunidades vizinhas”.³¹⁹

Alguns anos depois, Norman Myers, um cientista ambiental de Oxford, previu que aproximadamente 150 milhões de “refugiados ambientais” seriam “classificados como uma das principais crises humanas de nossos tempos”.³²⁰ Outros estudiosos, organizações não governamentais e grupos de defesa também previram consequências terríveis das mudanças climáticas sobre o deslocamento.³²¹ Então, como agora, as metáforas da água tornaram-se comuns, com previsões de “ondas”, “rios”, “marés” e “inundações” de migrantes que fogem dos efeitos adversos das mudanças climáticas e desastres.³²²

Eles não eram as únicas vozes. Outros acadêmicos questionaram os fundamentos dessas projeções e análises. Eles apontaram vários fatores que contribuem para a decisão de mudar. Eles levantaram a necessidade de considerar

tanto os fatores positivos de “atração” associados às mudanças climáticas que levam as pessoas a se estabelecerem em novos locais, bem como os fatores de “empurrão” que forçam o deslocamento.³²³

Na última década, esse campo de pesquisa cresceu consideravelmente e, com isso, uma visão mais sutil de como as mudanças climáticas e os desastres afetam o deslocamento. Há um consenso geral de que as pessoas que se deslocam no contexto de mudanças climáticas e desastres muitas vezes o fazem por vários motivos. Como no deslocamento por conflito, o deslocamento relacionado ao



O refugiado nigeriano, Hawali Oumar, pesca no Lago Chade em 2016. Ele fugiu para Chade com sua família depois que seu pai foi morto pelo Boko Haram.
© ACNUR/Oualid Khelif

clima e ao desastre pode ser induzido não apenas pelo dano temido, mas pela ausência de proteção contra ele. Considerações econômicas, familiares, sociais e políticas também podem determinar quando e para onde as pessoas se mudam. A má gestão de recursos, a ausência de estratégias de adaptação, governança fraca, violência e guerra também podem contribuir.³²⁴

Clima, deslocamento e desenvolvimento

As mudanças no clima afetam a mobilidade de várias maneiras. O aumento das temperaturas pode levar a terras agrícolas secas, aumento da acidez dos oceanos e retração dos lagos de água doce. Combinados com outros fatores, como superpopulação, má gestão de recursos e conflitos, eles afetam os meios de subsistência e a segurança alimentar à medida que os rendimentos agrícolas caem, os campos de pastagem diminuem e os estoques de peixes diminuem. Isso atinge particularmente as populações pobres e vulneráveis. Seus meios de

subsistência geralmente dependem do ecossistema ameaçado e eles tendem a ter poucas oportunidades de se adaptar localmente ou se afastar do risco.³²⁵

Por exemplo, o Lago Chade tem sido uma fonte de água, alimentos e renda para os países que fazem fronteira com ele: Camarões; Chade; Níger; e Nigéria. Como resultado das mudanças climáticas — seca e níveis decrescentes de fluxo de água dos rios e chuvas — e má gestão da água — aumento da extração de água para irrigação —, o Lago Chade encolheu 90% durante as décadas de 1970 e 1980. A região continua a ser fortemente afetada por eventos climáticos extremos e imprevisíveis. Os efeitos foram terríveis: perda de fontes de alimentos e oportunidades de geração de renda por meio da pesca, agricultura e pecuária nas pastagens vizinhas. O declínio dramático desses recursos em meio às crescentes pressões populacionais contribuiu para a instabilidade, conflitos e deslocamentos, muitas vezes para os centros urbanos da região.³²⁶

O aquecimento climático — que está causando o derretimento das geleiras e o aumento dos mares — ameaça as cidades costeiras, especialmente os Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (SIDS, na sigla em inglês).³²⁷ Esses efeitos continuarão a piorar e estarão entre os motores do deslocamento sem ação acelerada para reduzir as emissões de gases de efeito estufa e planejamento robusto de desenvolvimento em nível nacional.³²⁸

Essa é uma descoberta central do relatório Groundswell atualizado do Banco Mundial, que examina a escala potencial dos padrões e movimentos internos de migração climática para ajudar os países a planejar e se preparar. Ele se baseia em um relatório anterior da Groundswell, publicado em 2018.³²⁹ Usando o mesmo processo de modelagem, o relatório analisa as prováveis mudanças na população em países de seis regiões — Ásia Oriental e Pacífico; Europa Oriental e Ásia Central; América latina; Oriente Médio e Norte da África; África Subsaariana; e Sul da Ásia — usando dados demográficos, socioeconômicos e de impacto climático. As descobertas combinadas são que, até 2050, até 216 milhões de pessoas — ou cerca de 3% da população projetada dessas regiões — podem ser forçadas a se mudar dentro de seus próprios países devido aos impactos lentos das mudanças climáticas.³³⁰ É importante ressaltar que esse número pode ser de 60% a 80% menor se as emissões de gases de efeito estufa forem reduzidas nas próximas duas décadas e os países adotarem imediatamente estratégias de adaptação como parte de seu planejamento de desenvolvimento verde e inclusivo.³³¹

A ligação entre as alterações climáticas e o *desenvolvimento* é clara. A maioria dos impactos adversos das mudanças climáticas será nas populações pobres e vulneráveis, incluindo aquelas cujos meios de subsistência dependem de “recursos agrícolas, pastoris, florestais e recursos costeiros”, bem como das pessoas nos SIDS.³³² A ligação fundamental entre as mudanças climáticas e o desenvolvimento é reconhecido nos Objetivos de Desenvolvimento

Sustentável. Um dos objetivos pede “ação urgente para combater as mudanças climáticas e seus impactos”. As metas relacionadas incluem melhorar a resiliência e estratégias de adaptação e apoiar os países em desenvolvimento e pequenos estados insulares.³³³

Clima, conflito e paz sustentável

Na política, na imprensa e no debate público, é comum supor que as mudanças climáticas provocam conflitos e serão um dos principais motores do aumento do deslocamento forçado no futuro. Em um mundo de recursos naturais cada vez menores necessários para sustentar a vida, acredita-se que a competição por esses recursos se tornará cada vez mais violenta, levando um número cada vez maior de pessoas a buscar segurança em outros lugares.

Evidências recentes colocam o clima como a causa do deslocamento por conflitos pintam um quadro mais sutil.³³⁴ Embora existam ligações entre os efeitos adversos das mudanças climáticas e os conflitos, eles não são tão diretos ou inevitáveis quanto amplamente assumido. Dependem muito do contexto. A maioria das pesquisas sugere que a mudança climática agrava, em vez de causar, as tensões existentes.³³⁵

Os países que podem mitigar os riscos das mudanças climáticas e apoiar as populações afetadas a se adaptarem têm maior probabilidade de evitar confrontos por causa da diminuição dos recursos. Infelizmente, aqueles que são menos capazes de responder desta forma estão entre os países que são mais imediata e severamente afetados. Muitos desses países também são palcos de conflitos prolongados, o que enfraquece ainda mais as bases necessárias para a adaptação: “instituições, serviços essenciais, infraestrutura e governança”.³³⁶

Na Somália, um período de conflito de 40 anos limitou a capacidade das autoridades de administrar os recursos naturais de forma protetora, investir em estratégias de adaptação e responder a desastres de início súbito.³³⁷ Isso deixou partes do país mais vulneráveis a uma seca em 2010 e 2011, que afetou grande parte do Chifre da África. Isso levou à escassez de água, quebra de safras, danos ao gado, queda na demanda por mão de obra e aumento dos preços locais dos alimentos.³³⁸ As dificuldades foram exacerbadas nas áreas do sul e do centro da Somália sob controle do Al-Shabaab.

As regras impostas pelo Al-Shabaab intensificaram as dificuldades trazidas pela seca: manter impostos, impedir que as pessoas viajem para receber assistência humanitária, forçar as pessoas a se deslocarem para áreas sob seu controle e restringir o acesso à ajuda humanitária internacional.³³⁹ Mais de 160 mil somalis fugiram para o Quênia e mais de 100 mil para a Etiópia em 2011.³⁴⁰ A seca, o conflito e as políticas coercitivas do Al-Shabaab contribuíram cumulativamente para o deslocamento em massa.³⁴¹

O fracasso dos governos em lidar com o impacto que as mudanças climáticas

estão causando em suas comunidades, ou medidas de mitigação que favorecem um grupo em detrimento de outros, podem alimentar tensões e levar à escalada da violência. O descontentamento com as respostas do governo, juntamente com a perda de meios de subsistência e oportunidades limitadas, podem levar as pessoas a se tornarem membros de grupos militantes.³⁴² Grandes áreas da África ilustram essas condições. Os meios de subsistência pastoris sustentam mais de 268 milhões de pessoas em toda a região e estão ameaçados há décadas. Os pastores enfrentam negligência e discriminação do governo, direitos à terra inseguros e acesso a pastagens, pressões populacionais e políticas de recursos naturais precárias.³⁴³

Mudanças nos padrões climáticos e secas mais frequentes contribuem para múltiplos efeitos indiretos, como diminuição do acesso à água, degradação da terra e aumento da incidência de doenças entre o gado. A diminuição da renda, o aumento da competição pelos recursos naturais, combinados com décadas de negligência e exclusão, contribuíram para a violência mais frequente, crime, pobreza crescente e deslocamento.³⁴⁴

O Conselho de Segurança enfatizou que a paz duradoura exige que essas causas profundas do conflito sejam abordadas e que as estratégias de gerenciamento de risco com foco na segurança incluam os efeitos adversos das mudanças climáticas.³⁴⁵ De uma perspectiva de deslocamento forçado, esse vínculo é um desenvolvimento importante que afeta medidas para prevenção e redução de conflitos. Os defensores também esperam que as medidas de mitigação e adaptação climáticas façam parte de futuros processos de paz.³⁴⁶

Também é amplamente entendido que mitigar os riscos de deslocamento associados às mudanças climáticas e desastres requer uma abordagem em várias camadas. A mitigação de riscos deve ser parte da resposta, por exemplo, por meio da redução dos gases de efeito estufa e da melhoria da gestão de recursos.

O *fortalecimento da capacidade de adaptação* também é essencial para que as pessoas possam permanecer em suas áreas sempre que possível e não serem obrigadas a sair. Isso pode ser apoiado por meio de medidas como investir em capital humano para facilitar meios de subsistência diversificados e garantir redes de segurança social para os grupos mais vulneráveis. Melhorar a infraestrutura também pode ser importante, especialmente em áreas urbanas que provavelmente receberão maior migração. Em situações em que a adaptação local não é uma opção, é necessário promulgar leis e políticas para permitir a migração segura e digna ou a realocação planejada.³⁴⁷

Além disso, é importante envolver as comunidades afetadas, valendo-se de suas estratégias de adaptação. Hindou Oumarou Ibrahim, ativista ambiental de uma comunidade pastoril no Chade, descreveu como o conhecimento tradicional das comunidades indígenas pode ajudar. “Meu povo não tem acesso à internet, rádio ou televisão”, disse ela, mas sabe interpretar os sinais da natureza,

“no sentido de que o tamanho da fruta, das flores, ou das migrações dos pássaros, ou nosso próprio gado pode nos dar as informações de que precisamos para encontrar um lugar seguro, para encontrar comida, para migrar de um lugar para outro”.³⁴⁸

O governo de Fiji desenvolveu diretrizes de realocação planejada em estreita consulta com as comunidades que precisam se mudar em resposta aos riscos relacionados às mudanças climáticas, bem como à degradação ambiental, pressões populacionais e pobreza.³⁴⁹ Um gerente de projeto para uma realocação de aldeia descreveu as diretrizes são importantes, sem as quais estaria perdido: “É como um mapa para nos ajudar a chegar ao fim do processo”.³⁵⁰

É importante ressaltar que, como muitos afirmam, os custos das estratégias de mitigação e adaptação não devem recair sobre os países mais afetados, mas sobre os que têm sido a principal fonte de emissões de carbono. Isso não deve ser visto como discricionário, mas sim “uma responsabilidade dos países de ajudar a prevenir, reduzir e remediar as dramáticas externalidades produzidas por suas ações”.³⁵¹

Estruturas de mitigação e adaptação de riscos

De 1992 a 1993, 166 países assinaram a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC, na sigla em inglês), que entrou em vigor em 1994.³⁵² Seu objetivo é estabilizar as emissões de gases de efeito estufa, com ônus para os países industrializados, sua fonte primária. Os países industrializados também concordaram em compartilhar tecnologia e fornecer apoio financeiro adicional aos países em desenvolvimento para suas estratégias de mitigação de risco e adaptação.³⁵³ Em 2017, uma Força-Tarefa sobre Deslocamento (TFD, na sigla em inglês) da UNFCCC foi estabelecida para apoiar os países na prevenção, minimização e abordagem do deslocamento no contexto das mudanças climáticas.³⁵⁴

A estrutura não vinculativa de Sendai de 2015 para Redução do Risco de Desastres concentra-se em desastres de início súbito.³⁵⁵ Ela visa reduzir os riscos de desastres e as perdas humanas e financeiras associadas ao longo de 15 anos. Os países concordam em rastrear as perdas ao longo do tempo e mitigá-las por meio de sistemas de alerta precoce e medidas para proteger ativos produtivos e infraestrutura crítica, bem como prevenir, minimizar e lidar com o deslocamento.

O progresso é avaliado por meio de relatórios nacionais voluntários anuais. Embora tais relatórios tenham melhorado nos últimos cinco anos, geralmente são parciais.³⁵⁶ Os relatórios sobre o número de vidas perdidas devido a desastres são bastante comuns, com relativamente poucos países informando as perdas econômicas e de infraestrutura incorridas como resultado de desastres. Também não há indicador na estrutura de Sendai para relatar o deslocamento.

Melhorar as capacidades de dados e incluir indicadores de deslocamento ajudaria a melhorar as medidas políticas.³⁵⁷

O Pacto Global para Migração Segura, Ordenada e Regular observa a importância do trabalho da Força-Tarefa da UNFCCC sobre Deslocamento e a Estrutura de Sendai. Também inclui objetivos e ações para mitigar e responder ao deslocamento forçado no contexto de eventos súbitos e de início lento relacionados às mudanças climáticas e desastres. Isso inclui melhorar as estratégias de preparação e adaptação, cooperação regional e arranjos de admissão e permanência para os deslocados externamente.³⁵⁸

Proteção transfronteiriça

A grande maioria dos deslocamentos relacionados ao clima é o deslocamento interno e provavelmente continuará assim. As proteções para pessoas deslocadas internamente são discutidas acima, nos Princípios Orientadores. Para aqueles que são deslocados através das fronteiras devido aos efeitos adversos das mudanças climáticas e/ou desastres, várias estruturas internacionais e regionais podem ser aplicáveis. A Convenção sobre Refugiados de 1951 e o Protocolo de 1967 podem oferecer proteção internacional aos refugiados em algumas circunstâncias. Isso depende em grande parte se aqueles que fugiram enfrentam um risco potencial de perseguição com base em um dos fundamentos da Convenção de 1951, caso sejam devolvidos.³⁵⁹ Por exemplo, refugiados somalis que fugiram de áreas sob controle do Al-Shabaab durante a fome de 2011 podem entrar na proteção da Convenção de 1951, como refugiados. Eles enfrentaram sérios riscos de perseguição por parte do Al-Shabaab se tivessem retornado, riscos dos quais o país não poderia protegê-los.

Refugiados de partes da Somália foram reconhecidos pelo Quênia e pela Etiópia usando a definição da Convenção da OUA em uma base *prima facie*. Esses países reconheceram vários riscos sérios enfrentados pelos refugiados — fome, conflito, violência e perturbação da ordem pública —, riscos contra os quais o governo somali não foi capaz de fornecer proteção.³⁶⁰

Em primeiro momento, a Convenção da OUA e a Declaração de Cartagena também devem se aplicar a situações em que indivíduos fogem de eventos causados pelos efeitos adversos das mudanças climáticas ou desastres “perturbando seriamente a ordem pública” em qualquer parte ou em todo o país.³⁶¹ No entanto, os países manifestaram preocupação com a aplicação em situações não afetadas por conflito e violência.³⁶² Acadêmicos, por outro lado, argumentaram que eventos que “perturbam seriamente a ordem pública” não se limitam à ação humana e podem incluir eventos naturais.³⁶³

As leis internacionais de direitos humanos também têm disposições que podem servir de base para a proteção internacional. Estas incluem o direito à vida e o direito de não ser submetido à tortura ou a tratamentos ou penas cruéis,

desumanos ou degradantes.³⁶⁴ Esses direitos foram recentemente invocados por um cidadão de Kiribati em uma queixa apresentada ao Comitê de Direitos Humanos sobre a recusa da Nova Zelândia a lhe conceder o status de refugiado.³⁶⁵

Ele baseou sua alegação no argumento de que não poderia retornar a Kiribati porque os efeitos das mudanças climáticas e do aumento do nível do mar ameaçavam sua vida. O Comitê de Direitos Humanos rejeitou sua alegação com base em que os riscos à vida não eram iminentes e havia tempo para medidas de mitigação para protegê-lo. No entanto, o Comitê concordou que, de acordo com as leis internacionais de direitos humanos, um país poderia ter o dever de não devolver uma pessoa em circunstâncias em que a degradação ambiental causasse um risco iminente à vida.³⁶⁶

Os protocolos regionais de livre circulação também podem ser relevantes na resposta ao deslocamento forçado causado por mudanças climáticas e desastres. Por exemplo, as disposições dos acordos de livre circulação que fazem parte dos esquemas sub-regionais de integração econômica nas Américas têm sido usadas para facilitar a entrada e a residência temporária de cidadãos de países afetados por desastres. Em 2017, Trinidad e Tobago aplicou os acordos de livre circulação da Comunidade do Caribe (CARICOM, na sigla em inglês) para ajudar os dominicanos afetados pelo furacão Maria. Esforços semelhantes foram feitos por Antígua, Granada, Santa Lúcia e São Vicente dentro do regime de livre circulação da Organização dos Estados do Caribe Oriental (OECS, na sigla em inglês).³⁶⁷

Em fevereiro de 2020, a Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento (IGAD, na sigla em inglês), composta por oito países membros no Chifre da África, endossou por unanimidade o Protocolo de Livre Circulação da IGAD.³⁶⁸ Sob este Protocolo, os cidadãos poderão se mudar para outro país membro em antecipação a um desastre, durante ou depois. Eles poderão viver e trabalhar enquanto o retorno ao seu país de origem não for possível ou razoável.³⁶⁹

O Protocolo ainda não foi adotado pelo Conselho de Ministros dos Negócios Estrangeiros da IGAD, assinado pelos Chefes de Estado da IGAD e incorporado nas leis e políticas nacionais. Caso essas medidas sejam tomadas, o Protocolo tem potencial para beneficiar todos os cidadãos dos países da IGAD, incluindo aqueles frequentemente afetados por secas, inundações e degradação ambiental. Já existem outros acordos de livre circulação na região da África, mas eles não conferem explicitamente o direito de as pessoas se mudarem para outro país antes de um desastre induzido pelo clima.³⁷⁰

Alguns argumentaram que os mecanismos internacionais, regionais e nacionais existentes são importantes, mas insuficientes. Eles não são uniformes no grau de direitos que oferecem, nem na duração da proteção que

proporcionam. Alguns defensores, portanto, pediram um novo acordo internacional para proteger aqueles que fugiram de seus países devido aos efeitos adversos das mudanças climáticas e desastres de início súbito ou lento.³⁷¹

A maioria dos países não adotou essa ideia.³⁷² Além da falta de apoio do país, há outras razões pelas quais um novo protocolo pode não ser viável. Isso inclui o fato de que os efeitos adversos das mudanças climáticas e/ou desastres muitas vezes não são o único fator de deslocamento e que as respostas nacionais e regionais podem ser mais eficazes do que as internacionais.³⁷³

Acadêmicos jurídicos alertaram contra o uso de tratados internacionais em resposta.³⁷⁴ Um acordo internacional específico pode ajudar a reconhecer o dever de aceitar aqueles que precisam cruzar uma fronteira em algumas circunstâncias devido a desastres. A relutância do país em aceitar mais compromissos internacionais torna um extenso processo de tratado uma distração, enquanto o cumprimento não pode ser garantido. Isso defende o foco em respostas de migração e adaptação “mais imediatas, alternativas e adicionais”.³⁷⁵

Essas foram algumas das considerações que levaram à Conferência Nansen de 2011 sobre Mudanças Climáticas e Deslocamento no Século XXI. Tornou-se a Iniciativa Nansen sobre Deslocamento Transfronteiriço Induzido por Desastres, que por vários anos trabalhou para forjar uma prática estatal informada, consistente e eficaz. A Iniciativa foi presidida pelos governos da Noruega e da Suíça com a participação de funcionários do governo, populações afetadas, organizações internacionais, academia e grupos da sociedade civil.³⁷⁶

Sua principal conquista foi a Agenda de 2015 para a Proteção de Deslocados Transfronteiriços no Contexto de Desastres e Mudanças Climáticas.³⁷⁷ Aprovada por 109 países, ela estabelece opções de políticas para os governos usarem na resposta ao deslocamento causado por desastres, bem como os efeitos adversos das mudanças climáticas. A Agenda concentra-se em três objetivos principais: melhorar a coleta de dados e o conhecimento; reforçar as medidas humanitárias e de migração para o deslocamento transfronteiriço; e fortalecer a gestão de risco.³⁷⁸

No que diz respeito aos movimentos transfronteiriços, a Agenda fornece exemplos de práticas promissoras de todo o mundo, incluindo programas de admissão e permanência humanitária.³⁷⁹ Destaca, também, como a migração regular circular pode fornecer um meio importante para diversificação de renda e soluções de longo prazo para aqueles que enfrentam perdas substanciais de território ou meios de subsistência devido aos efeitos adversos das mudanças climáticas e/ou desastres. A Agenda ilustra práticas eficazes para planejar a realocação de maneira sustentável.³⁸⁰

A *Plataforma de Deslocamento em Desastres (PDD)*³⁸¹ sucedeu a Iniciativa Nansen em 2016. Ela continua o trabalho para promover práticas promissoras

na Agenda e é considerada um recurso altamente eficaz para os países. Tanto a Iniciativa Nansen quanto a Plataforma sobre Deslocamento em Desastres têm sido influentes nas Américas. Em 2016, os países da América Central e do Norte adotaram um guia sobre proteção de pessoas que se deslocam para o exterior no contexto de desastres que foi elaborado pela Iniciativa Nansen.³⁸² Ele informou os mecanismos bilaterais relacionados acordados entre Costa Rica e Panamá para gerenciar riscos e responder a deslocamento através de fronteiras.³⁸³

A Conferência sul americana sobre Migração foi igualmente assistida em 2018 pela Plataforma e adotou suas próprias “diretrizes regionais não vinculantes sobre proteção e assistência a pessoas deslocadas além-fronteiras e migrantes em países afetados por desastres de origem natural”.³⁸⁴ A Plataforma também atua na Ásia e no Pacífico para fortalecer as capacidades do país e compartilhar as melhores práticas.³⁸⁵

As leis nacionais também têm sido uma fonte de proteção para pessoas incapazes de voltar para casa após um desastre. Em 2015, pelo menos 50 países receberam ou se abstiveram de retornar indivíduos após tempestades tropicais, inundações, secas, tsunamis e terremotos.³⁸⁶ Os Estados Unidos, por exemplo, têm disposições para conceder status de proteção temporária àqueles que não podem retornar para casa devido a “um terremoto, inundação, seca, epidemia ou outro desastre ambiental”.³⁸⁷ O desastre deve ter perturbado as condições de vida, o país de origem deve estar temporariamente incapaz de lidar adequadamente com o retorno de indivíduos e deve ter pedido aos Estados Unidos que autorizasse a permanência de que seus cidadãos.³⁸⁸

Vários países também têm critérios humanitários e compassivos para permitir que estrangeiros entrem ou permaneçam em circunstâncias em que não atendem aos critérios formais.³⁸⁹ O Canadá tem usado tais provisões para aqueles afetados pelo “terremoto turco de 1998, o tsunami asiático de 2004, o terremoto de 2010 no Haiti e o tufão Haiyan de 2013 nas Filipinas”.³⁹⁰ Da mesma forma, após a devastação do furacão Mitch em 1998, vários países da América Central regularizaram a situação imigratória dos migrantes afetados.³⁹¹

O Pacto Global sobre Migração de 2018 exige “caminhos flexíveis para a migração regular”, inclusive para pessoas forçadas a migrar internacionalmente devido a desastres repentinos e de início lento. Abrange também os efeitos adversos das mudanças climáticas e da degradação ambiental “onde não é possível a adaptação ou o retorno ao país de origem”.³⁹² As vias de migração já foram utilizadas nesses contextos. No Pacífico, por exemplo, as pessoas afetadas por desastres de início súbito e lento foram ajudadas a se adaptar por meio dessas rotas de migração. Os programas de trabalho sazonais ajudaram os habitantes das ilhas do Pacífico afetados pelos efeitos adversos das mudanças climáticas a diversificar sua renda e a enviar dinheiro para casa. A Austrália e a Nova Zelândia também concederam vistos de trabalho e educação para os

ilhéus do Pacífico, e a Nova Zelândia aceita várias centenas anualmente como residentes permanentes.³⁹³

Análise de tendências

As estratégias para mitigar e responder melhor aos deslocamentos forçados internos e externos, sejam eles motivados por conflitos, clima ou outros desastres, dependem em parte de uma boa análise de tendências. No entanto, rastrear as tendências do deslocamento forçado ao longo do tempo é complicado, com dificuldades relacionadas à capacidade, coordenação, qualidade e frequência. Alguns são importantes de serem observados aqui, antes de uma revisão mais profunda que segue na Parte V.

Os dados sobre refugiados são compilados semestralmente pelo ACNUR, a partir de seus próprios dados de registro, informações de suas intervenções setoriais e de parceiros, e dos países. A responsabilidade principal pela coleta de dados sobre deslocamentos internos é das autoridades nacionais.³⁹⁴ No entanto, muito poucos governos coletam sistematicamente e relatam com precisão suas populações deslocadas internamente.³⁹⁵ Em muitos casos, isso ocorre porque eles não têm capacidade. Em outros, é também porque não têm vontade política.³⁹⁶

As estatísticas fornecidas pelos governos muitas vezes representam apenas uma dimensão parcial da população deslocada. Isso acontece, por exemplo, quando os governos definem os deslocados internos de forma restrita: concentrando-se em um grupo específico, dentro de um período de tempo específico ou em um determinado local.³⁹⁷ As motivações políticas podem inflar o número de pessoas deslocadas à força, com o objetivo de buscar atenção e assistência internacional. Por outro lado, os governos são conhecidos por sub-representar suas estatísticas de deslocamento interno para desviar a atenção internacional, especialmente em circunstâncias em que suas ações são responsáveis pelo deslocamento.³⁹⁸

Mesmo quando governos, agências parceiras internacionais e nacionais fazem o possível para apresentar uma imagem precisa das populações deslocadas à força, a coleta de dados pode ser particularmente desafiadora, especialmente em áreas remotas ou situações de conflito contínuo. Além disso, as populações deslocadas à força podem estar dispersas em comunidades rurais ou urbanas, não sendo facilmente diferenciadas das populações locais. Alguns podem querer não ser identificados, temendo assédio, discriminação ou perseguição.³⁹⁹ Eles também podem se mudar de um local de deslocamento para outro, o que dificulta o acompanhamento.

Dados longitudinais, coletados dos mesmos entrevistados ao longo do tempo, são pouco frequentes e muitas vezes não são coletados. Esses dados podem ser especialmente importantes para identificar tendências e mudanças maiores em circunstâncias individuais ao longo do tempo.⁴⁰⁰

O ACNUR atualiza seus dados sobre refugiados por meio de exercícios periódicos de verificação. Mas, em geral, a maioria dos dados sobre pessoas deslocadas à força está concentrada na fase inicial de deslocamento de emergência. As informações ajudam no planejamento de respostas humanitárias e recursos de financiamento necessários para garantir a mobilização de assistência urgente para salvar vidas. Embora esses dados sejam úteis para a resposta imediata, sua confiabilidade diminui com o tempo. Ele só pode capturar a duração do deslocamento se mantido regularmente.

A qualidade dos dados coletados também é desigual. Os dados não são coletados de forma totalmente coordenada nem usando metodologias consistentes para garantir que sejam confiáveis e comparáveis.⁴⁰¹ Frequentemente, não são desagregados para revelar necessidades e vulnerabilidades específicas ou para permitir comparações com a comunidade hospedeira e outras populações.⁴⁰² Como resultado, não é o suficiente para informar plenamente as opções de políticas, decisões sobre alocação de recursos ou para medir o progresso em direção a soluções duráveis.⁴⁰³

O campo de pesquisa sofre ainda com a ausência de uma metodologia acordada para discernir a causa. Pesquisas de populações forçadas a se mudar, inclusive em áreas adversamente afetadas por mudanças climáticas e/ou desastres, frequentemente citam meios de subsistência ou conflitos como os principais fatores. No entanto, como alguns pesquisadores observam, as metodologias de pesquisa não fornecem informações sobre possíveis causas múltiplas. Metodologias são necessárias para classificar e entender melhor os diferentes fatores que influenciam as decisões das pessoas de se mudar ou desencadear seu deslocamento.⁴⁰⁴

Nos últimos anos, as Nações Unidas têm trabalhado para melhorar os dados e análises em contextos de deslocamento forçado. O Grupo de Peritos das Nações Unidas sobre Estatísticas de Refugiados e Pessoas Deslocadas Internamente (EGRIS, na sigla em inglês)⁴⁰⁵ desenvolveu uma estrutura internacionalmente acordada para a produção e disseminação de estatísticas de qualidade relativas a refugiados e pessoas deslocadas internamente comparáveis entre regiões e países.⁴⁰⁶

O trabalho está em andamento. Quando concluído, fornecerá ferramentas aprimoradas para a coleta de dados confiáveis. Mas melhorar a coleta de dados técnicos não é suficiente. Como as autoridades nacionais permanecem responsáveis pelos dados sobre suas próprias populações, o avanço da qualidade desses dados depende da vontade política, escolhas políticas e capacidade nacional.

De acordo com o Banco Mundial, “mais de 110 países de baixa e média

renda têm sistemas de registro civil e estatísticas vitais deficientes”.⁴⁰⁷ Os parceiros internacionais e nacionais devem apoiar os esforços governamentais para melhorar os sistemas estatísticos nacionais. Nem tudo relacionado à melhoria das estatísticas pode ser feito de uma só vez, e o sequenciamento da capacidade fortalecida muitas vezes será necessário.

Enquanto isso, outras organizações, incluindo agências humanitárias, também precisarão trabalhar em conjunto para harmonizar a coleta de dados de acordo com os padrões acordados. Maior confiabilidade, comparabilidade e qualidade dos dados ajudarão a informar as políticas e fornecer proteção, assistência e esforços de soluções mais eficazes para pessoas deslocadas à força.

Cuidando das lacunas

Até hoje, a influência da Convenção de 1951 no regime internacional de proteção aos refugiados é definitiva. Sua ressonância sustentada transcende o período pós-guerra. Sua interpretação se ampliou ao longo de 70 anos, abrangendo pessoas em fuga de uma gama mais ampla de ameaças. Seus ideais informaram e influenciaram os instrumentos regionais subsequentes de proteção aos refugiados, reforçando suas principais proteções. Juntas, essas estruturas protegeram milhões de pessoas.

Mas, paralelamente a esse escopo cada vez maior, tem havido uma tendência de retenção de proteção. Ao mesmo tempo em que expressam apoio ao regime de proteção internacional, os países têm procurado — ao mesmo tempo — limitar o acesso às suas disposições. Isso cria uma lacuna entre o compromisso e a prática das respostas dos países aos refugiados.

É nessa lacuna que os países tentam impedir a entrada de refugiados para recusar pedidos de asilo. É onde as nações procuram interceptar refugiados em fuga, interrompendo viagens para segurança para evitar obrigações de não repulsão. Os países também confinaram os refugiados de forma a deixá-los dependentes da assistência humanitária e incapazes de se sustentarem — a chave para um futuro melhor. O compartilhamento de responsabilidades e encargos para os refugiados tem sido consistentemente insuficiente, com comunidades de acolhida em países de baixa e média renda carregando uma parcela desproporcional. O futuro do regime internacional de proteção de refugiados depende muito do combate a essas tendências negativas.

Para os deslocados internos, os Princípios Orientadores sobre Deslocamento Interno foram uma grande conquista, influenciando o desenvolvimento de estruturas regionais e nacionais de prevenção e resposta para pessoas que fogem dentro das fronteiras. No entanto, como as estruturas de proteção de



refugiados, a implementação é desigual e o apoio internacional para pessoas deslocadas internamente está consideravelmente aquém da necessidade. Como será discutido na Parte III, as soluções para muitos deslocados internos, bem como para os refugiados, não foram concretizadas.

O mundo precisa aprender com essas deficiências, com as mudanças climáticas provavelmente causando movimentos mais forçados. À medida que este próximo desafio se aproxima, já houve um progresso notável. Há vinte anos, o deslocamento no contexto das mudanças climáticas e dos desastres era

amplamente discutido em termos alarmistas. Foi baseado em projeções que não foram bem fundamentadas. Houve relativamente pouca ênfase no que poderia ser feito para mitigar riscos, fortalecer a resiliência e gerenciar a realocação com sensibilidade. Desde então, estruturas multilaterais de prevenção e resposta foram desenvolvidas para ajudar.

No entanto, muito mais trabalho é necessário para se preparar para o futuro. Reduzir as emissões de gases de efeito estufa é fundamental. A disseminação de boas práticas tem se expandido, especialmente nos últimos cinco anos, e de

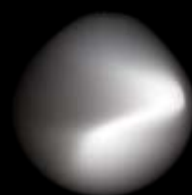
Refugiados rohingyas cruzam de Mianmar para Bangladesh, através de arrozais e pela fronteira do rio Naf, em outubro de 2017. © ACNUR/Roger Arnold

forma que está ajudando os países a implementar políticas mais efetivas. No entanto, os países mais afetados são também os menos capazes de mitigar e se adaptar a essas mudanças. Eles também não são a principal fonte de emissões de carbono, o que impõe uma obrigação ainda maior aos países mais ricos de reconhecer e remediar os danos causados a outros.

Dos escombros da Segunda Guerra Mundial às ameaças emergentes que estão por vir, todas as estruturas de proteção reconhecem a importância do apoio às pessoas deslocadas à força para realizar seu potencial. Com ela, podem fortalecer suas capacidades e se sustentar, contribuindo para suas novas comunidades. Leis e políticas restritivas inibem isso. O mesmo acontece com medidas que são, às vezes, deliberadamente discriminatórias.

A implementação melhorada no terreno dos ideais globais expandidos estabelecidos na Convenção de 1951 depende de muitos fatores. A vontade do país está entre as mais dominantes. A capacidade dele também é fundamental: uma coisa é saber o que deve ser feito e tentar fazê-lo, outra é poder cumprir os compromissos. É necessário um envolvimento muito mais robusto em esforços liderados a nível nacional, sustentado por políticas de habilitação e apoio financeiro.

Para que as respostas ao deslocamento forçado correspondam melhor às intenções internacionais, é necessária uma compreensão mais profunda de suas dimensões, causas e duração. Para isso, o aprimoramento de dados e capacidades analíticas precisa ser acelerado.



PARTE III

Soluções – um registro desigual

SUMÁRIO

145 Visão geral das soluções

145 Retorno Voluntário

147 Reassentamento

148 Integração local

152 Estrutura Normativa

152 Refugiados

154 Pessoas deslocadas internamente

155 Os primeiros 50 anos

156 Foco no retorno

174 Reassentamento seletivo

181 Integração local na periferia

182 Novo milênio

183 Retorno voluntário

188 Reassentamento

193 Vias Complementares

196 Integrando localmente

201 Lições aprendidas



Soluções – um registro desigual

*Página anterior:
em um ônibus
com destino ao
aeroporto de
Beirute em 2014,
a refugiada síria
Um Abdullah
e seus filhos
Asmaa, 9
(esquerda) e
Louai, 3 (direita),
iniciam sua
jornada para o
reassentamento
na Alemanha,
com outros
membros de
sua família
necessitados
de atendimento
médico
especializado.
© ACNUR/
Andrew
McConnell*

O deslocamento termina quando uma solução duradoura é alcançada. Isso significa mais do que apenas uma presença física segura. Para que uma solução seja duradoura, uma pessoa deve poder viver com segurança, ser tratada de forma igual perante a lei, ter um status formal e estar sujeita aos mesmos direitos e responsabilidades de outras pessoas da comunidade, sem discriminação.

Esta Parte examina o histórico de obtenção de soluções para pessoas deslocadas à força e os esforços recentes para desbloquear mais. Ela se baseia no que sabemos de relatos contemporâneos, dados disponíveis e avaliações feitas ao longo do tempo.¹

Tradicionalmente, as soluções reconhecidas para refugiados incluem o retorno voluntário, seguro e sustentável aos seus países, integração local no país de acolhida ou reassentamento em um terceiro país. Para os deslocados internos (IDPs, na sigla em inglês), que são cidadãos do país onde são deslocados, as soluções incluem o retorno voluntário sustentável ao local de origem ou a integração sustentável em outro local do país.

O histórico de obtenção de soluções para pessoas deslocadas à força é duvidoso. Com o tempo, milhões voltaram para casa com segurança ou foram aceitos permanentemente em novas comunidades, permitindo-lhes forjar novos futuros para si e suas famílias. Muitos outros, no entanto, não conseguiram. Os números anuais persistentemente elevados de pessoas deslocadas à força que necessitam de assistência humanitária refletem esta triste realidade, à medida

que mais situações de deslocamento se prolongam e surgem novas situações.

Em muitas ocasiões, o retorno voluntário foi promovido em contextos onde a paz era frágil e as perspectivas de reintegração escassas. Os retornos foram seguidos por novos deslocamentos. O reassentamento permitiu que apenas uma pequena proporção de refugiados iniciasse uma nova vida, alguns selecionados com base em seu potencial de integração e não em suas necessidades. O histórico de integração local é escasso: as evidências apontam para as dificuldades que os deslocados internos enfrentam na integração local e as barreiras legais que podem impedir os refugiados de fazê-lo.

A experiência passada aponta para a necessidade de abordagens que reconheçam que alcançar uma solução para o deslocamento é um processo em que o fortalecimento do capital humano durante o deslocamento é um elemento chave. Refugiados e deslocados internos vivem em comunidades muitas vezes pobres e marginalizadas. As soluções têm maior chance de sucesso quando se baseiam em investimentos anteriores para melhorar o desenvolvimento socioeconômico de pessoas deslocadas à força e comunidades locais.

Visão geral das soluções

Retorno Voluntário

A história de pessoas forçadas a se deslocar é dominada por imagens de fuga e subsistência vivendo em locais de refúgio imediato. Há muito menos visibilidade sobre eles voltando para casa depois que o conflito diminui ou quando outras causas de fuga desaparecem. Alguns dos momentos mais emocionantes da experiência de deslocamento — voltar para casa em segurança — raramente são vistos. Há uma boa razão para isso: acontece muito raramente.

Durante a maior parte dos últimos 60 anos, menos de 10% dos refugiados retornaram aos seus países de origem.² Na última década, essa proporção caiu abaixo de 5% na maioria dos anos. Dados semelhantes sobre deslocamento interno induzido por conflito estão incompletos, com coleta de dados mais extensa apenas começando na década de 1990 para deslocamento e 1997 para retornos.³ Mas as taxas de retorno desde então também têm sido relativamente baixas. Nos últimos 20 anos, as taxas anuais de retorno de pessoas deslocadas internamente foram, em sua maioria, inferiores a 10% do número total.⁴

As razões para as baixas taxas de retorno são claras. Conflitos que tiraram as pessoas de suas casas continuam ativos. Afeganistão, Azerbaijão, Colômbia, República Democrática do Congo, Iraque, Somália e Sudão geraram consistentemente algumas das maiores populações deslocadas à força do mundo nos

últimos 20 anos, com o deslocamento de alguns abrangendo várias décadas.⁵

Em lugares onde as armas permanecem silenciosas, outros fatores podem impedir retornos sustentáveis para casa. Podem incluir infraestrutura destruída, perda de estradas, escolas e instalações médicas; a perda de propriedade, quando outros vivem em terras que já pertenceram a retornados; e medo contínuo de retribuição ou perseguição por parte de atores estatais ou não estatais.

Paz, desenvolvimento e apoio humanitário significativos são necessários para superar esses obstáculos para que o retorno possa ser sustentável. O apoio é fundamental no período imediato após o acordo de paz, pois a maioria dos retornos ocorre dentro de três anos após o fim do conflito.⁶ Mas também precisa ser mantido. A ajuda tende a diminuir dentro de alguns anos após a formação de um acordo de paz, muitas vezes em um momento em que os governos começam a demonstrar maior capacidade de absorção.⁷

Muitos refugiados que retornam e pessoas deslocadas internamente não vão para suas áreas de origem, estabelecendo-se em outras partes do país. Os retornados geralmente escolhem locais urbanos, especialmente se residiram em cidades ou vilas durante o deslocamento. Os principais motivos são as perspectivas de emprego e melhor acesso aos serviços.⁸ Para aqueles que viviam anteriormente em áreas rurais, a perda de terras ou bens produtivos também podem ser fatores decisivos. Alguns que optam por voltar para casa enfrentam riscos de segurança que os impedem de chegar lá ou limitam a duração de sua estadia, resultando em mais deslocamentos.⁹

Quando um grande número retorna a áreas já congestionadas e carentes, a reintegração pode ser uma luta.¹⁰ Pode ser ainda mais complicado se os retornados tiverem poucos vínculos com seu país de origem, o que é o caso de muitas crianças e jovens que cresceram no exílio.¹¹

À luz dos desafios enfrentados pelo retorno, a decisão de voltar para casa é muitas vezes difícil. Entre as considerações mais importantes estão que a área de retorno é segura e que existem oportunidades econômicas para garantir um meio de subsistência. As evidências mostram que os retornados com ativos e habilidades financeiras e produtivas se saem melhor no retorno do que aqueles que não as têm.¹² É por isso que apoiar o treinamento e a educação durante o deslocamento é importante tanto para o curto quanto para o longo prazo.

Os membros familiares podem não regressar juntos, ficando os membros da família para trás temporária ou permanentemente como forma de gerir melhor os riscos. Isso ocorre especialmente quando os sistemas de segurança não estão totalmente implementados, o acesso à educação ou a serviços médicos não está disponível ou existe a possibilidade de alguns membros da família enfrentarem maiores riscos no retorno.

Aqueles elegíveis para serem recrutados podem optar por ficar para trás em vez de retornar e serem obrigados a servir em um exército que foi implicado

em seu deslocamento.¹³ Mulheres e meninas podem enfrentar maiores riscos de abuso nos locais de retorno se os sistemas de policiamento e justiça não forem efetivamente implementados. Indivíduos com emprego ou negócios no local de refúgio podem optar por não retornar se determinarem que estão em melhor situação em sua localização atual. E aqueles que nunca conheceram seu país de cidadania — passando a vida inteira no país de acolhida — podem desejar permanecer na única casa que conheceram.

Um retorno significativo pode ser seguido por um novo deslocamento, muitas vezes interno, especialmente em circunstâncias em que a paz é frágil ou as condições nas áreas de retorno são tão abaladas que os residentes e os retornados são incapazes de se firmar. Outros que se fixam em suas áreas de origem podem encontrar dificuldades para reconstruir suas vidas e permanecer em situações de maior vulnerabilidade como resultado de seu deslocamento.¹⁴

Alcançar retornos sustentáveis é uma tarefa complexa que requer paz, desenvolvimento e esforços humanitários e raramente é realizada rapidamente.

Reassentamento

Os refugiados muitas vezes consideram ser reassentados como ganhar na loteria. É uma analogia adequada, uma vez que as chances são pequenas e a recompensa é significativa em termos da oportunidade de seguir suas vidas com segurança.

A reassentamento em um país de terceiro mundo tem sido uma solução apenas para um número limitado de refugiados. Desde 1960, fornece uma tábua de salvação para mais de 4 milhões de pessoas. No entanto, como porcentagem do total de refugiados, raramente chega a mais de 1% ao ano. Mas, ao contrário de uma loteria, ser selecionado para reassentamento não é uma questão de puro acaso. É um processo de imigração especializado e demorado. Rez Gardi e sua família foram considerados para reassentamento enquanto viviam em um campo de refugiados no Paquistão. Ela lembra como eles esperavam ser reassentados dentro de seis meses. Demorou nove anos.¹⁵

Os países de reassentamento determinam quantos refugiados e de quais regiões do mundo eles serão reassentados a cada ano. Os países aceitam encaminhamentos do ACNUR de refugiados com necessidade de reassentamento, embora isso não garanta que uma pessoa encaminhada seja aceita. Essa é a decisão do país de reassentamento, com base em sua determinação do status de refugiado e seus próprios critérios de reassentamento.¹⁶ O número e o perfil dos países em que os refugiados são reassentados podem ser influenciados por considerações de política externa, necessidades do mercado de trabalho, considerações de segurança e apoio público.

O número anual de refugiados reassentados flutua, mas o total global nunca

ultrapassou 180 mil em um ano, com uma média de pouco mais de 70 mil pessoas anualmente.¹⁷ Dado o número limitado de locais de reassentamento disponíveis, o ACNUR se baseia em critérios alcançados em consulta com os países de reassentamento, para ajudar a determinar quais refugiados encaminhar para reassentamento. A consideração primordial é encaminhar aqueles que estão em risco em seu país de asilo ou que têm necessidades ou vulnerabilidades particulares que não podem ser tratadas adequadamente.¹⁸

Um refugiado aceito para reassentamento é aprovado condicionalmente, sujeito aos resultados das verificações médicas e de segurança. Isso pode levar muitos meses, dependendo do país de reassentamento, o que significa que o período de tempo desde a seleção até a chegada ao país de reassentamento varia de 12 a 36 meses e, em alguns casos, até mais.¹⁹

Alguns refugiados que não são aceitos por um país podem ser encaminhados para outro, mas não há garantias. Muitos não são aceitos mesmo depois de várias referências. E, embora sejam informados sobre as probabilidades, muitos refugiados muitas vezes mantêm a esperança muito além de uma chance realista de sucesso.²⁰

O reassentamento nem sempre refletiu esta abordagem sistemática e coordenada entre os países de reassentamento, o ACNUR e parceiros em organizações não governamentais. É um processo que evoluiu ao longo dos anos. No rescaldo da Segunda Guerra Mundial, foi considerado principalmente como uma fonte útil de mão de obra europeia para os países de reassentamento.²¹ Com o tempo, tornou-se uma solução aberta a refugiados de todas as partes do mundo com foco, ainda que não exclusivo, naqueles em maior risco.

Integração local

Como solução duradoura para o deslocamento de refugiados, a integração local implica a aquisição de status legal permanente, geralmente obtido por meio de processos de naturalização.²² Isso reconhece os refugiados como membros plenos da comunidade e permite que eles transmitam esse status legal seguro a seus filhos.

Os refugiados que são reassentados ou reconhecidos como refugiados por meio de processos de asilo em muitos países, geralmente são aceitos permanentemente em suas novas comunidades. Mas para a maioria dos refugiados, incluindo aqueles que viveram por longos períodos nos países de acolhida, o caminho para a residência permanente ou cidadania não está aberto a eles.

A cidadania foi concedida a uma proporção relativamente pequena de refugiados ao longo do tempo. Concentrou-se em países de alta renda que são signatários da Convenção de 1951 relativa ao Estatuto dos Refugiados (Convenção de 1951) e seu Protocolo de 1967.²³ Tradicionalmente, muitos

desses países oferecem um caminho para a cidadania aos refugiados que foram reassentados ou que tenham sido reconhecidos em processo de asilo e preencham outros requisitos que os qualifiquem para a cidadania.

Na última década, 97% de todas as naturalizações foram relatadas em 10 países. Destes, cinco são países de alta renda e contribuíram com dois terços de todas as naturalizações. Só o Canadá naturalizou mais de 144 mil refugiados, representando 45% do total.²⁴

E embora a naturalização de refugiados tenha sido menos comum em



Um casal de refugiados idosos do Burundi inicia o processo de se tornar cidadãos da Tanzânia em 2008, tendo chegado como refugiados em 1972.

© ACNUR/
Brendan Bannon

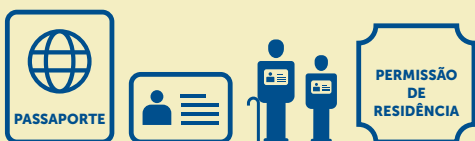
países de baixa e média renda, três exemplos nos últimos anos se destacam como exceções notáveis. A Tanzânia, tendo sido anfitriã de um grande número de refugiados por muitas décadas, naturalizou mais de 162 mil refugiados burundineses residentes há muito tempo, com a maioria das naturalizações ocorrendo em 2009.

Enquanto isso, entre 2017 e 2018, a Turquia naturalizou mais de 79 mil refugiados sírios, o equivalente a 25% do total global de naturalizações de refugiados entre 2010 e 2019, além de abrigar a maior população de refugiados do mundo.²⁵ Na Guiné-Bissau, quase 9 mil refugiados senegaleses residentes de longa data foram naturalizados em 2018 e 2019.²⁶

Sem cidadania, os refugiados podem atingir um grau de integração social e econômica de fato. Mesmo em contextos em que a integração local não é oficialmente aceita, um nível de integração informal, especialmente para as populações que vivem fora dos acampamentos, é generalizado, uma vez que a maioria dos países de acolhida não tem capacidade para impedir que isso aconteça.²⁷

Elementos de Soluções

Habilitando leis e políticas



STATUS LEGAL

Reconhecimento da identidade jurídica e direito de residência

- Permissão de residência
- Cidadania
- Naturalização



ECONÔMICO

Direito legal de

- Estar empregado
- Possuir um negócio
- Acesse serviços financeiros
- Possuir e vender terrenos e propriedades



CIVIL-POLÍTICO

Participação na vida civil e política

- Proteção da lei e acesso à justiça
- Segurança
- Documentação civil
- Liberdade de movimento
- Participação política



CULTURA SOCIAL

Prazer da vida pessoal, familiar e comunitária

- Inclusão nos sistemas de educação e serviços de saúde
- Proteção social
- Unidade familiar

Restringir o direito dos refugiados ao trabalho é muitas vezes justificado na suposição de que protege os trabalhadores locais da concorrência. No entanto, tais restrições podem, de fato, ter o efeito oposto. Quando as qualificações dos refugiados não são reconhecidas e não podem trabalhar legalmente, eles são empurrados para o setor informal. É aqui que se concentra a mão de obra local pouco qualificada e frequentemente feminina. Quando autorizados a trabalhar legalmente, eles se envolvem em uma gama mais ampla de ocupações, pagam impostos e fazem uma contribuição econômica mais forte.²⁸

Os refugiados têm enfrentado resistência significativa a qualquer grau de integração local, especialmente no contexto de grandes movimentos de refugiados com altas ou crescentes taxas de desemprego e escassas oportunidades de subsistência.²⁹ Os refugiados são frequentemente proibidos de circular livremente, trabalhar ou estabelecer um meio de subsistência. Cerca de 70% dos refugiados enfrentam tais restrições.³⁰

As restrições são motivadas por vários fatores. Embora a concessão da cidadania continue sendo uma decisão soberana, alguns governos temem que a legalização de qualquer forma de integração os obrigue a conferir cidadania e, portanto, procuram evitá-la. Outras razões incluem o possível impacto negativo percebido que os refugiados podem ter nas economias locais e as potenciais dificuldades de monitorá-los, caso tenham permissão para circular livremente.

Alguns países expressam a preocupação de que uma maior inclusão leve à retirada do apoio humanitário, deixando-os assumir maiores encargos. Restrições são muitas vezes vistas como necessárias para deter novos influxos, na crença de que proporcionar condições mais favoráveis de estadia será um fator de atração para novos refugiados, desencorajando os já presentes a voltar para casa,³¹ ao mesmo tempo em que deixa os países de origem sem responsabilidade por seus próprios cidadãos.

Para os deslocados internos que são cidadãos, a integração em locais de deslocamento ou retorno também pode ser ilusória. Assim como os refugiados, muitos são frequentemente mais pobres, com mais crianças fora da escola e taxas de desemprego mais altas do que os membros da comunidade de acolhida. Aqueles que foram deslocados de ambientes rurais para urbanos muitas vezes perderam seus bens produtivos, como terras e gado, e podem não ter habilidades facilmente transferíveis para os mercados locais.³² Muitos dos que vivem em acampamentos estão frequentemente em locais inóspitos e remotos, com falta de infraestrutura e acesso a mercados. Os desafios podem ser exacerbados quando não compartilham laços religiosos, étnicos ou de parentesco com as comunidades de acolhida.³³

Alguns governos promulgaram leis e estabeleceram políticas para atender às necessidades imediatas das pessoas deslocadas internamente e resolver seu deslocamento.³⁴ Nem todos os governos estão comprometidos em encontrar

soluções duradouras para suas populações deslocadas. Muitos são confrontados com autoridades governamentais indiferentes ou mesmo hostis que podem ter causado, contribuído ou perpetuado seu deslocamento. Essas autoridades podem estar menos inclinadas a adotar medidas para lidar com as vulnerabilidades dos deslocados internos e encontrar soluções.³⁵

Estrutura Normativa

Refugiados

Soluções duráveis para os refugiados, na forma de repatriação voluntária ou integração plena no país de acolhida, foram os principais objetivos nos primeiros anos do atual regime internacional de refugiados. Em 1950, o secretário-geral das Nações Unidas, Trygve Lie, expôs suas ambições. Em sua essência, observou ele, estavam as esperanças de progresso — da *integração econômica* à *adesão*.

As pessoas incapazes ou não dispostas a regressar seriam integradas na vida econômica do país de asilo. O resultado seria a “integração na comunidade nacional que lhe deu abrigo”, pois é “essencial para que o refugiado goze de um estatuto equitativo e estável”.³⁶

Essas alternativas, “repatriação voluntária” e “assimilação em novas comunidades nacionais”, estão refletidas no Estatuto do ACNUR.³⁷ A Convenção de 1951 estabeleceu o gozo progressivo dos direitos, com os países concordando em “na medida do possível facilitar a assimilação e naturalização dos refugiados”.³⁸

Repatriação de refugiados

Na Declaração Universal dos Direitos Humanos, o direito de regressar ao seu país é inequívoco e, para que seja uma escolha voluntária e segura, é definitivo na Convenção de 1951. Este último proíbe os países de devolver um refugiado a um território onde a “vida ou liberdade” estaria ameaçada.³⁹ O conceito foi considerado de importância tão fundamental que nenhuma derrogação é permitida. Posteriormente, foi incluído na Convenção da Organização da Unidade Africana de 1969, que rege os Aspectos Específicos dos Problemas dos Refugiados na África (Convenção da OUA), na Declaração de Cartagena de 1984, nos Princípios de Bangcoc de 1966, na Diretiva de Qualificação da União Europeia atualizada em 2011, bem como na Declaração Global de 2018 (GCR, na sigla em inglês).⁴⁰

Alguns desses instrumentos também estabelecem princípios comuns aos esforços organizados de retorno voluntário. Entre eles, o retorno voluntário

é facilitado pelo envolvimento de países anfitriões, países de origem e agências internacionais relevantes.⁴¹ Os retornados também devem receber todos os direitos e privilégios dos concidadãos e não serem penalizados por terem deixado seu país de origem.⁴²

Integração de refugiados

Para a integração, a Convenção de 1951 é mais equívoca. Conforme discutido na Parte I, os refugiados têm direito a acessar os tribunais e devem obedecer à lei. Mas, embora tenham alguns direitos socioeconômicos nos mesmos termos que os cidadãos locais, eles não têm plena igualdade a esse respeito.⁴³ Os países podem abrir exceções nessa área, e muitos o fizeram. As reservas aplicam-se especialmente ao emprego remunerado, igualdade de tratamento nas normas laborais e segurança social.⁴⁴

Não há obrigação irrestrita sob a Convenção de 1951 para os países concederem cidadania a refugiados. Em vez disso, eles são obrigados a tomar medidas “dentro do possível” para assimilar e naturalizar os refugiados.⁴⁵ Embora alguns acordos regionais sejam mais progressistas na superfície, na prática, os refugiados muitas vezes enfrentam barreiras legais à integração.

A Convenção da OUA refletiu a hesitação do país em estender os direitos à integração local. Prevê que os países “empreendam seus melhores esforços, consistentes com suas respectivas legislações” para garantir a acomodação de refugiados.⁴⁶ Omite-se sobre os direitos econômicos e sociais a serem reconhecidos, embora reconheça expressamente que a Convenção de 1951 e o Protocolo de 1967 constituem “o instrumento básico e universal relativo ao estatuto dos refugiados”.⁴⁷

O Protocolo de 1979 relativo à livre circulação de pessoas, residência e estabelecimento da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) tem o potencial de facilitar a integração dos refugiados dos países membros. Prevê que os membros da comunidade entrem e residam no território de qualquer país, membro se possuírem um documento de viagem válido e um certificado internacional de saúde.⁴⁸ Na prática, no entanto, os refugiados dentro da CEDEAO não se beneficiaram sistematicamente, pois os países têm o poder de excluir certos grupos das disposições do Protocolo. Mesmo na ausência dessas limitações específicas, oferece ampla e geral discrição aos oficiais de imigração que excluíram os refugiados do benefício.⁴⁹

A Declaração de Cartagena de 1984, adotada pelos países latino-americanos, inclui disposições específicas para apoiar a “autossuficiência dos refugiados” e programas para melhorar sua saúde, educação, acesso ao mercado de trabalho e segurança.⁵⁰ Em seu 30º aniversário, esses países foram além: comprometeram-se a promover a inclusão de pessoas deslocadas à força nos planos nacionais de desenvolvimento e a “multiplicar esforços” para garantir o gozo dos direitos

econômicos, sociais e culturais para a integração local. Houve, também, um acordo para facilitar a naturalização, embora com qualificações. As naturalizações fariam parte de “uma estratégia abrangente de soluções duráveis”, ou seja, quando outras soluções também fossem engajadas, e apenas “de acordo com a legislação nacional”.⁵¹

O Pacto Global sobre Refugiados de 2018 reflete a contínua sensibilidade dos países em relação à integração local. Refere-se especificamente à integração local por meio da naturalização como uma decisão soberana, a ser “guiada por suas obrigações de tratados e princípios de direitos humanos”. Mas também reconhece que os países podem optar por “outras soluções locais”, como a permanência temporária, para facilitar a inclusão econômica, social e cultural, e que os países de baixa e média renda podem precisar do apoio da comunidade internacional para isso.⁵² O Fórum Global sobre Refugiados⁵³ é uma plataforma onde este apoio é prometido.⁵⁴

Pessoas deslocadas internamente

Os deslocados internos têm acesso aos mesmos direitos dos cidadãos, sem discriminação. Isso inclui o direito de se integrar localmente em seu local de refúgio, em outro lugar do país ou no retorno ao seu local de origem. No entanto, *reivindicar* um direito e a capacidade de *exercê-lo* não são a mesma coisa. E, como mencionado anteriormente, eles muitas vezes enfrentam problemas práticos significativos na realização de soluções.

Os Princípios Orientadores sobre Deslocamento Interno de 1998 fornecem padrões globais para prevenção e resposta a situações em que o movimento forçado surge dentro das fronteiras.⁵⁵ Em relação às soluções, fica claro que a responsabilidade primária de estabelecer condições e meios para resolver o deslocamento é das autoridades nacionais.

As pessoas deslocadas internamente têm o direito de escolher livremente e com plena informação se pretendem permanecer, regressar ou estabelecer-se em outro local do país.⁵⁶ Os Princípios também estão refletidos na Convenção da União Africana para a Proteção e Assistência às Pessoas Deslocadas Internamente na África (Convenção de Kampala), de 2009.⁵⁷

Embora tanto os Princípios Orientadores quanto a Convenção de Kampala deixem claro o direito a uma solução duradoura, eles não fornecem orientações sobre quando uma solução foi alcançada. Em 2010, o Comitê Permanente Interagências⁵⁸ publicou uma Estrutura de Soluções Duráveis para Deslocados Internos (a Estrutura do IASC), fornecendo algumas orientações a esse respeito.

De acordo com o Marco do IASC, uma solução duradoura é alcançada quando os deslocados internos “não têm mais necessidades específicas de assistência e proteção vinculadas ao seu deslocamento” e “podem usufruir de

seus direitos humanos sem discriminação resultante de seu deslocamento”.⁵⁹ As necessidades contínuas ligadas ao deslocamento podem incluir: documentação civil deixada para trás ou perdida em voo; emprego que não está disponível devido à discriminação ou porque as habilidades não são transferíveis; e a ausência de alojamento seguro.

Os fatores para determinar se uma solução durável foi alcançada são amplos. Eles incluem: segurança e proteção de longo prazo; padrão de vida adequado; documentação; reagrupamento familiar; e acesso ao emprego, justiça e recursos eficazes para restaurar ou compensar a perda de terra e propriedade.⁶⁰

Dez anos depois, alguns argumentam que a amplitude dos critérios acomoda a ambiguidade e que a lista precisa ser refinada para eliminá-la.⁶¹ Outros se concentraram em ferramentas que podem ajudar a fornecer meios específicos de contexto para medir até que ponto uma solução durável foi alcançada, incluindo estudos qualitativos de longo prazo.⁶²

Há também a necessidade de maior clareza sobre o direito de retorno, frequentemente afirmado em resoluções do Conselho de Segurança sobre situações de deslocamento interno.⁶³ Atualmente, os deslocados internos que encontraram uma solução em outros lugares do país ainda podem ser contados como deslocados se mantiverem um desejo não realizado de retornar.⁶⁴

Os primeiros 50 anos

As estatísticas disponíveis referentes a diferentes soluções variam. Estatísticas anuais sobre refugiados por país de origem, asilo, retorno e reassentamento remontam a mais de 60 anos.⁶⁵ Estatísticas anuais sobre pessoas deslocadas internamente, incluindo retornos, existem apenas parcialmente desde a década de 1990.⁶⁶ Ainda há um trabalho considerável para harmonizar como os governos definem e relatam as populações deslocadas internamente e como os dados são coletados para melhorar a precisão discutida na Parte V.⁶⁷

Não podemos ter certeza do número exato de pessoas deslocadas à força que se integraram localmente ao longo das décadas. Para os refugiados, o ACNUR tentou usar as naturalizações como um substituto.⁶⁸ O problema é que nem todos os países têm registros anuais daqueles que naturalizam. Entre aqueles que o fazem, os refugiados nem sempre são distinguidos de outros não cidadãos nos dados de naturalização.⁶⁹

Ao longo de muitos anos, as soluções para os refugiados foram percebidas em uma hierarquia de conveniência: a repatriação voluntária foi consistentemente descrita como a mais preferível; a integração local veio em seguida, “quando apropriado e viável”, seguida pelo reassentamento,

quando o repatriamento voluntário e a integração local não foram possíveis.

O Comitê Executivo do ACNUR refletiu essa abordagem em suas orientações sobre áreas de direito e políticas emitidas por meio de Conclusões sobre Proteção Internacional.⁷⁰ Desde 1975 e por mais de 30 anos, suas conclusões repetidamente se referiam à repatriação voluntária de maneira não qualificada como a “solução preferida”,⁷¹ embora houvesse pouca evidência firme de que todos os refugiados a viam da mesma maneira.

Durante os primeiros 50 anos do regime de proteção internacional, o interesse em soluções para os refugiados foi proporcional ao nível de deslocamento de refugiados. Assim, por exemplo, a ênfase inicial do pós-guerra na solução de situações de refugiados ressurgiu no fim da década de 1970, quando o número de refugiados mais do que dobrou durante a década.

Na África, passaram de 1,5 milhão de pessoas para 5,9 milhões entre 1975 e 1990. Entre as maiores populações de refugiados na África nesse período, estavam as de Angola, Etiópia, Libéria e Moçambique.⁷² Na Ásia, no mesmo período, o aumento foi ainda mais dramático: de menos de 100 mil refugiados para quase 8,2 milhões, a maioria refugiados afegãos. Os refugiados começaram a fugir do Afeganistão para os vizinhos Irã e Paquistão após a queda da monarquia em 1978. Após a invasão soviética em 1979, seu número aumentou para cerca de 6,3 milhões em 1990.⁷³

O período mais amplo entre a Convenção de 1951 e o novo milênio apresenta três padrões na busca mundial por soluções para seus refugiados.

Em primeiro lugar, a clara preferência pela repatriação de refugiados significava que muitas vezes era favorecida em situações que estavam longe de ser seguras ou duráveis. A experiência desse período informaria as abordagens internacionais no novo milênio, incluindo um reconhecimento mais amplo de que a estabilidade política era geralmente uma condição necessária, embora nem sempre suficiente para um retorno sustentável.

Em segundo lugar, o período também demonstrou que o reassentamento provavelmente não forneceria uma solução para mais do que um número limitado de refugiados com necessidades específicas. Esforços multilaterais significativos de reassentamento geralmente dependiam de servir a fins geopolíticos mais amplos.

Terceiro, no que diz respeito à integração local, as décadas revelaram a relutância contínua dos países que acolhem a maioria dos refugiados em considerar a integração formal.

Foco no retorno

Entre o fim da Segunda Guerra Mundial e o novo milênio, mais de 30 milhões de refugiados foram repatriados, incluindo cerca de 10 milhões que fugiram

do Paquistão Oriental para a Índia em 1971 e retornaram ao novo Estado de Bangladesh em 1972.⁷⁴ A pressão para resolver o deslocamento forçado por meio do retorno ao país de origem foi a principal direção política de escolha para os governos que acolhem pessoas deslocadas, e foi facilitada pela comunidade internacional.

A análise a seguir captura os retornos maiores e aqueles que resultaram em uma solução durável, bem como aqueles que não resultaram. Revela algumas verdades. A estabilidade política era comum a todas as repatriações bem-sucedidas. Os retornos a áreas onde as causas do deslocamento inicial permaneceram sem solução apresentaram mais fugas nos anos subsequentes. O mesmo aconteceu com os retornos a situações de instabilidade política contínua. Além disso, a ajuda com a viagem de volta e a instalação inicial não garantiam uma solução durável. Nem a uma assistência ao desenvolvimento mais robusta se o país continuasse a experimentar severas divisões internas e governança instável.

1950-1990

Oriente Médio e Norte da África

Após os maciços exercícios de repatriação pós-Segunda Guerra Mundial,⁷⁵ o próximo esforço internacional significativo veio em apoio aos refugiados argelinos. Em 1958, a Assembleia Geral solicitou que o ACNUR apoiasse a repatriação e reintegração de mais de 200 mil argelinos que fugiram para a Tunísia e Marrocos.⁷⁶ Foi o primeiro grande exercício de repatriação das Nações Unidas fora da Europa⁷⁷ e definiu processos e uma abordagem que seriam seguidos nos anos seguintes.

Primeiro, o retorno dos refugiados fazia parte dos Acordos de Paz de Evian, e a promoção do retorno dos refugiados se tornaria uma característica comum dos acordos de paz até a década de 1990.⁷⁸

Em segundo lugar, os papéis e responsabilidades do ACNUR, dos países de acolhida e da Argélia foram estabelecidos em um acordo formal. A utilização deste tipo de acordo tripartido tornou-se uma prática padrão nos anos seguintes.⁷⁹

Terceiro, reconhecendo o fato de que os refugiados muitas vezes retornavam para áreas devastadas por conflitos, o ACNUR investiu em programas de reintegração inicial e reconstrução em pequena escala. Estas foram benéficas tanto para os retornados como para os residentes assentados dessas áreas. O ACNUR vinculou o governo aos parceiros de desenvolvimento das Nações Unidas.⁸⁰ Um foco na necessidade de apoiar o desenvolvimento nas áreas de retorno seria parte dos esforços de reintegração subsequentes, e a falta dele é uma das razões pelas quais alguns falharam.

Ásia

Ao longo da década de 1970, muitas populações deslocadas voltaram para casa após lutas de independência bem-sucedidas. O maior e mais rápido movimento de retorno ocorreu em 1972, após o curto e brutal conflito entre o Paquistão Ocidental e Oriental,⁸¹ que levou à separação do Paquistão e Bangladesh.

Quase desde a sua criação em 1947, o Paquistão foi dividido entre o Paquistão Ocidental e o Paquistão Oriental. Unidos pelo nome, eles foram separados por mais de mil quilômetros e por linhas étnicas. Um movimento nacionalista bengali no Leste cresceu ao longo dos anos, alimentado por medidas políticas, econômicas e sociais que favoreceram o Paquistão Ocidental e as populações de língua urdu sobre o Paquistão Oriental e sua comunidade majoritária bengali.

As tensões aumentaram em 1970, quando a Liga Awami, sediada no Paquistão Oriental, conquistou a maioria dos assentos nas eleições nacionais que os partidos do Paquistão Ocidental se recusaram a reconhecer.⁸² A prisão do chefe da Liga Awami, Sheikh Mujib Rahman, foi seguida de repressão em grande escala pelo exército do Paquistão contra a população bengali. O nível de violência foi particularmente horrível, gerando um volume e taxa de deslocamento forçado maior do que em qualquer outro momento desde a Segunda Guerra Mundial.⁸³ Em um ano, milhares foram mortos e cerca de 10 milhões de refugiados fugiram principalmente para a Índia.⁸⁴

A Índia coordenou uma operação de socorro em massa. Estabeleceu sistemas de registro e racionamento de alimentos e forneceu vacinas para cólera e varíola. Impaciente com o que considerava uma resposta internacional insuficiente e diante de taxas sem precedentes de chegada de refugiados, a Índia interveio militarmente em apoio aos nacionalistas.⁸⁵ Isso levou à conclusão relativamente rápida da guerra e à criação do Estado de Bangladesh em 1972.

Os retornos a Bangladesh foram imediatos, com centenas de milhares de refugiados retornando todos os dias por conta própria. O ACNUR recebeu mais de US\$ 14 milhões para fornecer assistência inicial aos repatriados, bem como para projetos de ajuda e reabilitação em áreas de retorno.⁸⁶ Em quatro meses, a Índia anunciou que apenas 60 mil dos 10 milhões de refugiados haviam retornado para casa.⁸⁷ Tanto o tamanho quanto a velocidade do movimento de retorno eram raros. A duração relativamente curta do conflito ajudou a torná-lo possível. Os refugiados estavam retornando a um país recém-independente onde seus interesses dominavam.⁸⁸

Houve circunstâncias muito menos auspiciosas para os cerca de 200 mil refugiados rohingyas que retornaram de Bangladesh para Mianmar entre 1978 e 1979. Eles fugiram das políticas cada vez mais repressivas do governo militar de Mianmar, incluindo uma campanha massiva de prisões e expulsões em 1978.⁸⁹

Bangladesh estava interessado em manter boas relações com Mianmar e não estava disposto a fornecer residência permanente aos refugiados. A campanha de retorno encontrou resistência dos refugiados, que temiam que as condições em Mianmar não tivessem melhorado. Em resposta, Bangladesh reteve a ajuda alimentar. A determinação dos refugiados enfraqueceu e a maioria



Acampamento de Salt Lake perto de Calcutá em 1971. Foi um dos 800 campos criados depois que cerca de 10 milhões de refugiados fugiram para a Índia em meio ao conflito entre o Paquistão Ocidental e Oriental. © PAM/Página Trevor

retornou. A perseguição contínua levou a mais fluxos de saída ao longo dos anos subsequentes.

O ACNUR não era parte no acordo de retorno. Mas depois foi criticado por não fazer mais para impedir e não monitorar a situação dos retornados. Estudiosos desde então notaram que o ACNUR estava em um dilema. A falta de países doadores dispostos a assumir a causa dos refugiados rohingya significava que havia pouco que pudesse fazer. Confrontado com a deterioração das condições em Bangladesh, o ACNUR considerou que o retorno melhoraria a situação dos refugiados.⁹⁰ O mesmo dilema ressurgiria na década de 1990 em relação aos refugiados rohingya em Bangladesh, bem como em relação aos refugiados ruandeses no Zaire — agora República Democrática do Congo — e Tanzânia.⁹¹

O ACNUR também foi acusado de comprometer seu mandato de proteção em sua resposta aos esforços da Tailândia para resistir à admissão e insistir no retorno de refugiados cambojanos em 1978 e 1979. Enquanto a situação dos marinheiros vietnamitas chamava a atenção do mundo,⁹² menos conhecidos eram os assassinatos em massa e as mortes por fome, doenças e trabalho forçado que se desenrolavam no Camboja sob o Khmer Vermelho. A situação dos cambojanos recebeu mais atenção quando milhares deles fugiram para a

Tailândia durante a invasão vietnamita de 1979, que derrubou o regime do Khmer Vermelho.

Os refugiados foram considerados migrantes ilegais e uma ameaça à segurança pelo governo tailandês e foram encarcerados em campos ao longo da fronteira tailandesa-cambojana. Em 1979, as autoridades tailandesas forçaram 40 mil refugiados cambojanos a atravessar a fronteira repleta de minas terrestres para o Camboja em meio à insegurança contínua. Muitos foram mortos pela explosão de minas, outros foram baleados tentando atravessar de volta para a Tailândia, enquanto outros morreram posteriormente de exaustão, malária e fome.⁹³

O ACNUR foi criticado por ser muito hesitante em condenar essas ações, temendo que as críticas provocassem medidas mais duras. Foi visto como um apoio aos esforços da Tailândia para promover o retorno dos apoiadores do Khmer Vermelho, muitos dos quais eram combatentes do Khmer Vermelho aliados aos militares da Tailândia contra o Vietnã. Seu retorno provocou uma rápida resposta de retaliação do Vietnã e levou a mais fluxos de refugiados do Camboja.⁹⁴ O ACNUR foi acusado de tomar uma posição política, e não de princípios — ajudando um país anfitrião e aliado do Ocidente na proteção dos refugiados.⁹⁵

África

Em toda a África, milhares de refugiados retornaram aos seus países após as guerras civis pós-independência. Nem todos os retornos foram duradouros. O conflito interno nos anos seguintes levou a mais deslocamentos. O Sudão foi um exemplo notável.⁹⁶ Em 1972, a guerra civil de 17 anos terminou e o governo estava ansioso para receber os refugiados de volta. Ele estendeu a mão para as Nações Unidas para ajudar. O ACNUR foi encarregado de organizar os retornos, com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) liderando as intervenções de desenvolvimento necessárias para a reabilitação das áreas de retorno.

No que se tornaria a prática padrão nos anos seguintes, os retornos foram cuidadosamente planejados com os governos envolvidos e a divulgação realizada com os grupos de oposição e refugiados sudaneses como meio de construir a confiança de que o retorno em segurança era possível e desejável. O presidente do Sudão visitou os países de acolhida para falar com os refugiados e explicar as anistias para a sua proteção. Grupos de refugiados foram apoiados a retornar para ver as condições nas áreas de retorno e relatar suas descobertas a outras pessoas. Em menos de dois anos após a conclusão do acordo de paz em 1972, mais de 200 mil refugiados retornaram.⁹⁷

Dentro de 10 anos, no entanto, o conflito interno eclodiu novamente no sul. Seguiu as políticas do governo central, que limitavam a autonomia da região.

Essas políticas declararam o árabe a língua oficial e impuseram a lei Sharia nacionalmente, inclusive em áreas do sul, onde o cristianismo e o animismo eram as religiões predominantes. Anos de luta e seca subsequente levaram a deslocamentos forçados em massa e grave insegurança alimentar.⁹⁸

A experiência da Etiópia na década de 1980 também ilustrou a complexidade do retorno de refugiados. Estima-se que cerca de 900 mil refugiados etíopes tenham retornado à Etiópia entre 1980 e 1989.⁹⁹ As razões para sua fuga e sua repatriação variaram.

Em 1977, a Somália lançou uma invasão malsucedida à região de Ogaden, na Etiópia, fazendo com que milhares de refugiados fugissem para a Somália e Djibuti.¹⁰⁰ Nos anos seguintes, muitos retornaram.¹⁰¹ Os retornos iniciais de Djibuti foram submetidos a considerável pressão, pois os refugiados foram encurralados em campos e sofreram várias formas de perseguição policial e retenção de assistência alimentar para obrigar o retorno. Depois de vários meses, e somente depois que os retornados informaram sobre a adequação da recepção na Etiópia, o movimento aumentou à medida que mais refugiados foram repatriados voluntariamente.¹⁰²

Já no fim na década, mais de 170 mil refugiados de Tigré retornaram à Etiópia, tendo fugido para o Sudão durante a fome de 1983 – 1985.¹⁰³ Seu retorno foi coordenado pela ala civil da Frente de Libertação do Povo Tigré (TPLF, na sigla em inglês), que estava engajada em uma luta de independência que durou mais de 10 anos.¹⁰⁴ Os refugiados retornaram às áreas sob controle rebelde, sem a sanção do governo etíope. Inicialmente, muitos refugiados experimentaram grandes dificuldades porque, sem os meios para a produção agrícola, permaneceram em situação de insegurança alimentar, o que contribuiu para uma segunda fome em 1987.¹⁰⁵

Apesar desses desafios, a maioria dos retornados permaneceu. Isso se deveu em parte às estratégias econômicas de sobrevivência dos tigrés. Além disso, poucos anos após o retorno, o TPLF juntou-se a uma coalizão que derrubou a ditadura de Mengistu Haile Mariam e formou parte do Governo de Transição da Etiópia. Isso também contribuiu para a sustentabilidade dos retornos.¹⁰⁶

As tensões entre a região de Tigré e o governo central explodiriam novamente, porém, nos anos posteriores, com consequências mortais. Os desacordos entre os governos regional e central aumentaram em 2019 e o conflito eclodiu novamente após as eleições regionais de 2020, que o governo central considerou ilegais. No fim de abril de 2021, milhares de pessoas foram mortas,¹⁰⁷ com as informações disponíveis apontando para mais de 1 milhão de pessoas deslocadas à força pelo conflito em curso.¹⁰⁸

Em Uganda, a instabilidade política após a derrubada de Idi Amin em 1979 continuou a causar uma fuga significativa de refugiados, principalmente para o Sudão. A eclosão da guerra civil no sul do Sudão em 1983 afetou diretamente



*Refugiados
etíopes no Sudão
em 1985, que
fugiram da seca
devastadora,
quebra de safra e
guerra.
© ACNUR/Marc
Vanappelghem*

os 200 mil refugiados ugandenses que procuraram abrigo lá.¹⁰⁹ Estima-se que cerca de 50 mil tenham retornado em 1985 para regiões inseguras e economicamente desfavorecidas.¹¹⁰ Desdobramento de movimentos de insurgência, notadamente o violento Exército de Resistência do Senhor (LRA, na sigla em inglês), comprometeu a segurança nos anos seguintes.

A rebelião de duas décadas do LRA foi caracterizada por crimes de guerra, incluindo recrutamento forçado de crianças, escravidão sexual e deslocamento forçado interno de cerca de 1,8 milhão de civis.¹¹¹ Os retornos de refugiados do período exemplificaram como os refugiados foram obrigados a repatriar devido ao conflito no deslocamento, mas retornaram a circunstâncias cada vez mais frágeis em casa.¹¹² Os deslocamentos em massa na região não geraram o nível de assistência internacional necessário para responder às necessidades ou seu impacto nas comunidades de acolhida.

O número crescente de pessoas deslocadas à força e as suas necessidades de assistência não eram correspondidas cada vez mais pelo apoio e soluções

disponíveis. Em 1970, havia aproximadamente 1 milhão de refugiados em toda a África. Em 1980, esse número havia crescido para mais de 4 milhões,¹¹³ a maioria dos quais não era apoiada por assistência internacional.¹¹⁴

A Organização da Unidade Africana trouxe a necessidade de mais apoio internacional perante a Assembleia Geral. Isso levou a duas Conferências Internacionais sobre Assistência aos Refugiados na África (ICARA I e ICARA II) em 1981 e 1984, respectivamente.

A ICARA I conseguiu aumentar a conscientização global sobre os refugiados na África e arrecadou mais de US\$ 500 milhões para ajudá-los. Mas a maneira pela qual as contribuições financeiras foram feitas foi altamente política. A maioria dos doadores direcionou fundos para ajuda a refugiados em países com os quais eram aliados politicamente.¹¹⁵ Isso significava que a alocação dos fundos não era necessariamente impulsionada pela magnitude da necessidade, nem pela carga sobre o país de acolhida. E, embora os fundos tenham permitido a mobilização e o desembolso de ajuda de emergência, o ICARA I não proporcionou benefícios substanciais aos países de acolhida em termos de apoio ou soluções sustentadas.

A segunda Conferência, ICARA II, em 1984, pretendia ter mais impacto. Deveria organizar a assistência humanitária internacional para refugiados e repatriados, bem como abordar o impacto dos refugiados na infraestrutura social e econômica dos países de acolhida.¹¹⁶ Apelou para financiamento humanitário e de desenvolvimento. Por todas as contas, ICARA II ficou aquém. Os doadores prometeram apenas US\$ 81 milhões dos US\$ 352 milhões solicitados. Existem várias razões para a sua falta de sucesso.

Uma fome emergente e catastrófica tomou conta de partes da África, e particularmente da Etiópia, onde 8 milhões de pessoas corriam o risco de morrer de fome. Isso desviou a atenção e a assistência humanitária do ICARA II.¹¹⁷ Mas, mesmo sem a fome, os doadores pareciam relutantes em investir nos projetos de desenvolvimento que os países de acolhida promoviam.

Eles tinham várias reservas.¹¹⁸ Os projetos pretendiam lidar com o impacto adverso do acolhimento de refugiados, mas não havia avaliação que quantificasse o impacto. Isso sempre foi difícil devido à falta de dados e de uma metodologia acordada que ajudasse a isolar o impacto do acolhimento de refugiados de outras causas. Quarenta anos depois, a necessidade de desenvolver medidas para determinar o impacto de um grande número de refugiados foi solicitada pela Assembleia Geral da ONU no momento em que firmou o Pacto Global sobre Refugiados.¹¹⁹

Os doadores também viam os projetos de desenvolvimento apresentados pelos países de acolhida como não relacionados ao acolhimento de refugiados e não viam seu valor no avanço de soluções. Eles também questionaram se os projetos foram custeados adequadamente e se os países de acolhida

tinham a capacidade de implementá-los e sustentá-los a longo prazo.¹²⁰

O ICARA II permanece notável, menos por suas realizações do que por suas aspirações. Muito antes do Pacto Global sobre Refugiados, o ICARA II reconheceu a necessidade de que o apoio humanitário fosse acompanhado de assistência ao desenvolvimento. O interesse dos doadores em que este último fosse baseado em avaliações de impacto sólidas era compreensível. Mas também não era realista para aquela época. Ainda hoje, com ferramentas e metodologias aprimoradas, a tarefa é complexa, como atestam os relatórios de progresso recentes sobre “Medição do Impacto de Acolher, Proteger e Assistir Refugiados”.¹²¹

Além disso, na época do ICARA II, os ministérios governamentais responsáveis pelo desenvolvimento dos países doadores e de acolhida muitas vezes operavam separadamente dos ministérios que respondiam à gestão do fluxo de refugiados e à prestação de assistência humanitária. A ausência de vínculos entre eles, também evidente em certos contextos hoje, impediu uma abordagem humanitária e de desenvolvimento mais integrada.¹²²

Por fim, o ICARA II baseou-se no pressuposto de que a maioria dos projetos seria implementada por meio de agências das Nações Unidas com o PNUD liderando no lado do desenvolvimento. Os doadores de desenvolvimento, no entanto, preferiram financiar o desenvolvimento bilateralmente. Isso agora está mais firmemente refletido nas abordagens atuais para liberar mais apoio ao desenvolvimento para os países de acolhida.¹²³

Década de 1990: uma década que se destaca

Durante a década de 1990, a ênfase no retorno continuou no contexto do aumento do número de pessoas deslocadas à força. O que diferencia esta década das anteriores e posteriores é tanto o volume de retornos quanto o fato de muitos deles não terem sido voluntários nem sustentáveis.

Os refugiados eram cada vez mais vistos como um fardo e uma ameaça à segurança. A pressão sobre os refugiados para que voltassem para casa e sobre o ACNUR para incentivar o retorno, mesmo em condições desfavoráveis, foi persistentemente alta, apesar das lições das décadas anteriores.

Durante a década de 1990, mais de 15 milhões de refugiados retornaram aos seus países de origem: o maior número registrado em uma única década desde a Segunda Guerra Mundial. Os retornos dos deslocados internos só foram registrados na última parte da década e revelam que quase 1,4 milhão de deslocados internos induzidos por conflitos retornaram às suas áreas de origem durante esse período.¹²⁴ Muitos retornados foram para áreas onde as lutas pelo poder continuaram, levando à instabilidade contínua, às insurgências e a novos deslocamentos forçados. As lições da década de 1990 levariam a uma nova ênfase na segurança e sustentabilidade no novo milênio.

Ásia

A retirada soviética do Afeganistão em 1989 e a queda do governo afegão três anos depois marcaram um período de retorno rápido e maciço liderado por refugiados. Mais de 3 milhões de afegãos voltaram para casa durante a década de 1990, mais da metade dos quais fez a viagem somente em 1992.¹²⁵ No entanto, o movimento de retorno não sinalizou o fim do deslocamento. Muitas áreas de retorno careciam de instalações básicas de saúde e educação, estradas e infraestrutura foram destruídas, minas terrestres eram um perigo constante e oportunidades econômicas escassas.¹²⁶ A guerra civil estourou, gerando novos deslocamentos, que continuaram após a tomada do poder pelo Talibã em 1996.

Em outros lugares, até 365 mil cambojanos também voltaram para casa em circunstâncias extremamente difíceis.¹²⁷ Seu retorno foi parte dos Acordos de Paz de Paris de 1991, que formalmente encerraram mais de 15 anos de conflito entre Camboja e Vietnã.¹²⁸ Os retornos precisavam de rapidez, para que os refugiados pudessem participar as eleições de 1993. Coordenado pelo ACNUR, foi um movimento logisticamente bem-organizado e cumpriu o prazo. Além disso, a reintegração foi um desafio.

Os refugiados viveram em campos fechados na Tailândia por muitos anos, incapazes de desenvolver habilidades ou adquirir os bens que poderiam ajudá-los no retorno. Eles voltaram para comunidades onde a terra era escassa, as oportunidades de emprego limitadas e a infraestrutura seriamente danificada. Os projetos de apoio à reintegração financiados pelo ACNUR e pelo PNUD eram relativamente pequenos e não bem coordenados ou vinculados a iniciativas de desenvolvimento de longo prazo.¹²⁹

Mas o retorno provou ser duradouro, embora tenha demorado muitos anos para que os retornados fossem totalmente reintegrados. Ao contrário do Afeganistão, não houve a retomada do conflito civil após o Acordo de Paz. A durabilidade dos retornos deveu-se muito à relativa estabilidade política e ao crescimento econômico, que estavam presentes em maior grau do que no Afeganistão.¹³⁰

O retorno dos refugiados rohingyas a Mianmar na década de 1990 mostrou-se muito menos duradouro. A repressão de Mianmar à população rohingya se intensificou na década de 1980. A Lei de Cidadania de 1982 excluiu os rohingya, tornando-os apátridas e sujeitos a leis e políticas persecutórias que os marginalizaram severamente.

Em 1991, uma repressão militar à oposição também teve como alvo as comunidades rohingyas. Casas foram confiscadas, mesquitas queimadas e cultivos destruídos. Os rohingyas foram submetidos a abusos generalizados, agressões sexuais e trabalhos forçados. No final de 1992, cerca de 250 mil haviam fugido para Bangladesh.¹³¹ Bangladesh pressionou pela repatriação, como havia feito 20 anos antes. Mas, dessa vez, fez isso com o envolvimento do ACNUR.

Embora inicialmente não fizesse parte do acordo entre Bangladesh e Mianmar, o ACNUR acabou assinando acordos com os dois países, incluindo disposições para permitir sua presença nos campos de refugiados para monitorar se os refugiados não foram coagidos a retornar e realizar o monitoramento de retornados em Mianmar. Mais uma vez, o ACNUR determinou que voltar para casa era preferível em comparação com a perspectiva de refugiados vivendo em campos mal-atendidos, superlotados e inseguros. Estava disposto a facilitar o retorno, incluindo a concessão de incentivos financeiros aos refugiados.



Refugiados retornam a Mianmar de um acampamento no distrito de Cox's Bazar, em Bangladesh, em 1997.

© ACNUR/
Anneliese
Hollmann

O retorno de mais de 150 mil refugiados a Mianmar em 1994 e 1995 viria a ser considerado um dos pontos baixos nos esforços de repatriação do ACNUR.¹³² Grupos de direitos humanos relataram que os refugiados que resistiram ao retorno foram espancados pelas autoridades, e o ACNUR foi criticado por não deixar claro aos refugiados que eles poderiam recusar o repatriamento. Refugiados teriam sido informados de que as condições em Mianmar haviam melhorado, tentativas de retornar a Bangladesh resultariam em sua prisão e detenção, e o monitoramento de repatriados do ACNUR ajudaria a salvaguardar sua proteção ao retornar a Mianmar. Este último, no entanto, acabou sendo limitado e apenas na presença das autoridades de Mianmar.¹³³ Como antes, a repressão grave dos rohingyas continuou em Mianmar, levando ao deslocamento forçado contínuo e a um êxodo muito maior em 2017.¹³⁴

Oriente Médio

Em 1991, cerca de 800 mil curdos deslocados à força retornaram ao norte do Iraque. Eles retornaram sob a proteção dos Estados Unidos e membros da Coalizão Aliada da Guerra do Golfo.

A invasão do Iraque e a anexação do Kuwait em agosto de 1990, que levou à Guerra do Golfo, ocorreu em meio a conflitos internos em andamento entre nacionalistas curdos e o governo iraquiano. Estes aumentaram após a derrota do Iraque no Kuwait. O governo respondeu com uma campanha militar intensificada contra os curdos, resultando em deslocamentos em massa. Em 1991, 1,2 milhão de pessoas fugiram para o Irã.¹³⁵ Mais de 450 mil curdos fugiram para a fronteira turca e ficaram presos lá. O governo turco estava enfrentando um movimento separatista curdo no sudeste e fechou suas fronteiras para os refugiados curdos.¹³⁶ Ele procurou ajuda de outros países.

Centenas morriam diariamente. O Conselho de Segurança agiu com base no fato de que a situação dentro do Iraque representava uma ameaça à segurança internacional.¹³⁷ Aprovou uma resolução exigindo que o Iraque acabasse com sua repressão e permitisse o acesso imediato de organizações humanitárias a todos os que necessitassem de assistência internacional. Também instou o Secretário-Geral a usar todos os recursos à sua disposição para atender às necessidades vitais.¹³⁸

Os Estados Unidos e outros parceiros da coalizão então lançaram a “Operação Provide Comfort”, uma operação militar para proteger o norte do Iraque e facilitar o retorno dos curdos deslocados à força. Envolvia: eliminar as forças iraquianas; manter uma “zona de exclusão aérea”; transporte aéreo na assistência humanitária; e reparar infraestruturas e montar habitações para apoiar os retornos curdos.¹³⁹ Mais de 200 mil curdos retornaram da fronteira com a Turquia dentro de semanas, com cerca de 600 mil que fugiram para o Irã também retornando em 1991.¹⁴⁰ Mas a estabilidade não se seguiu. O conflito entre facções curdas opostas mergulhou a região em um conflito civil renovado em três anos.

O retorno dos curdos deslocados à força se destaca por várias razões. Primeiro, pretendia promover uma estratégia militar mais ampla na região e envolvia tanto a assistência humanitária quanto a força militar. Em segundo lugar, os esforços da Turquia para impedir a admissão de refugiados curdos não tiveram oposição dos países ocidentais, atribuídos ao fato de que a Turquia era estratégica.¹⁴¹ Por fim, embora os retornos tenham sido conduzidos em segurança, a segurança de longo prazo não foi garantida, conforme demonstrado pelo rápido eclodir de novas hostilidades.¹⁴²

África

Entre 1994 e 1999, mais de três milhões de pessoas deslocadas à força de Ruanda voltaram para casa.¹⁴³ A história de seu retorno é de grande risco e

dificuldade e parte de um quadro mais amplo de fracasso internacional significativo durante esses anos, conhecido como a crise dos refugiados dos Grandes Lagos.¹⁴⁴

As raízes da crise de deslocamento de Ruanda são anteriores à década de 1990, mas se intensificaram após as mortes dos presidentes de Burundi e Ruanda em 1994 em um acidente de avião. Várias alegações conflitantes de culpabilidade tútsi e hutu circularam. Extremistas do governo hutu em Ruanda aproveitaram o momento para iniciar uma campanha nacional para eliminar a população tútsi e os moderados hutus. A carnificina resultante matou 800 mil tútsis¹⁴⁵ e causou a fuga de centenas de milhares de refugiados e foi transmitida pela televisão global. A recusa das grandes potências em intervir e impedir o genocídio continua sendo uma das falhas de segurança mais significativas das Nações Unidas.

E não foi a última. Em questão de meses, as forças tútsis da Frente Patriótica de Ruanda (RPF, na sigla em inglês) assumiram o controle do país. Seu rápido progresso precipitou o retorno de cerca de 700 mil refugiados tútsis.¹⁴⁶ Também marcou um novo êxodo de refugiados, pois 2 milhões de hutus fugiram, encorajados a fazê-lo por seu antigo governo e temendo represálias pelo genocídio caso permanecessem. Mais 2 milhões de pessoas foram deslocadas internamente.¹⁴⁷

O novo governo ruandês, antecipando que grupos de insurgência de refugiados poderiam se formar no exílio e desestabilizar o país, encorajou os refugiados a retornar para criar um país em “unidade e igualdade”.¹⁴⁸ No entanto, relatos preocupantes de assassinatos em grande escala e perseguição de civis hutus, incluindo repatriados, prejudicaram seriamente o apoio potencial ao retorno.¹⁴⁹

Mais de 1 milhão de refugiados ruandeses estavam no Zaire no fim de 1994,¹⁵⁰ a maioria em campos desassistidos na região da fronteira oriental. Os campos eram controlados por políticos hutus depostos e suas forças de apoio, conhecidos coletivamente como os “génocidaires”. Os líderes do acampamento controlavam a distribuição de alimentos e outros suprimentos de socorro e cobravam impostos. Eles não toleraram oposição, agrediram sexualmente mulheres e meninas e recrutaram homens e meninos à força. A cólera e outras doenças proliferaram, matando milhares.¹⁵¹

As autoridades zairenses não estavam dispostas nem foram capazes de desarmar e isolar os grupos armados, processar criminosos e manter a lei e a ordem.¹⁵² O Conselho de Segurança das Nações Unidas também não atendeu aos apelos de um contingente multinacional para proteger os refugiados e garantir a natureza civil e humanitária dos campos de refugiados.

Para complicar as coisas no leste do Zaire foi o fato de que a milícia hutu lançou ataques em Ruanda. Eles também atacaram populações tútsis zairenses com o apoio das forças armadas zairenses e grupos étnicos locais. Os tútsis retaliaram e, com o apoio das forças ruandesas, formaram uma coalizão de forças

antigovernamentais sob a liderança de Laurent Kabila. Em seu avanço sobre a capital, eles atacaram os campos de refugiados.¹⁵³

Mais de meio milhão de refugiados hutus foram expulsos dos campos de Goma de volta para Ruanda em novembro de 1996.¹⁵⁴ Milhares de refugiados fugiram para o interior do Zaire, com milhares de pessoas mortas por exaustão, falta de comida e cuidados médicos. Acredita-se que mais alguns milhares de refugiados e hutus do Zaire tenham sido mortos pelas forças rebeldes.¹⁵⁵ Os esforços das Nações Unidas para localizar e ajudar os refugiados dispersos muitas vezes falharam, com apenas 62 mil transportados por via aérea para um



*Refugiados
chegam ao Zaire
vindos de Ruanda
em 1994.
© ACNUR/J.
Stjerneklar*

local seguro.¹⁵⁶ No fim de 1996, cerca de 780 mil ruandeses refugiados fugiram da violência no Zaire e voltaram para casa.¹⁵⁷

Ao mesmo tempo, a pressão dentro da Tanzânia para repatriar todos os refugiados ruandeses aumentou. As garantias iniciais do governo de que os retornos ocorreriam de maneira ordenada e humana foram abandonadas e mais de 480 mil refugiados ruandeses foram devolvidos à força pelos militares da Tanzânia.¹⁵⁸

Os retornados não voltaram para casa para a liberdade. Muitos chegaram em campos fechados em regiões fronteiriças inseguras. Em 1995, mais de 4 mil hutus deslocados internamente foram mortos apenas no campo de Kibeho.¹⁵⁹ No ano seguinte, a Anistia Internacional relatou um aumento significativo de execuções ilegais pelo exército e assassinatos arbitrários de civis por grupos armados hutus e de civis hutus por civis tutsi.¹⁶⁰

A crise dos refugiados nos Grandes Lagos provocou uma profunda reflexão dentro das Nações Unidas — incluindo o ACNUR — que foi criticado por facilitar o retorno de refugiados hutus que não eram voluntários nem estavam seguros.¹⁶¹ O ACNUR enfrentou duas opções péssimas¹⁶² deixadas disponíveis por tais circunstâncias sombrias. Optou por assistir ao retorno em meio a condições intoleráveis dentro dos campos de refugiados, ataques crescentes contra populações de refugiados no exílio e a falta de proteção futura das grandes potências.

Os esforços de repatriação em Moçambique na mesma época não foram tão conflitantes. Milhões de refugiados moçambicanos e pessoas deslocadas internamente voltaram para casa em relativa segurança no fim de sua guerra civil de 17 anos, que começou em 1977.¹⁶³ A retirada do apoio soviético e sul-africano levou a uma paz negociada em 1992. Ao fim da guerra, mais de 1 milhão de pessoas foram mortas, 4 milhões foram deslocadas internamente e cerca de 1,4 milhão buscaram asilo em países vizinhos.¹⁶⁴

Os termos do acordo de paz incluíam o direito de retorno e reintegração de pessoas que foram forçadas a fugir. Havia a garantia do direito à igualdade de tratamento, registro nos cadernos eleitorais e provisão para que a propriedade lhes fosse restituída.¹⁶⁵ Uma missão de paz das Nações Unidas supervisionou a transição.¹⁶⁶

Ao longo dos quatro anos seguintes, milhões de pessoas deslocadas à força retornaram às suas áreas de origem, no que se tornou o maior movimento de repatriação e retorno do continente.¹⁶⁷ O retorno não foi nada fácil, mas também não foi tão preocupante quanto em Ruanda, principalmente porque Moçambique não experimentou o mesmo nível de conflito intracomunitário. A maior ameaça à segurança veio das minas terrestres, e não dos ataques, assassinatos e encarceramento em massa da experiência ruandesa. O sucesso dos retornos também foi ajudado pela relativa estabilidade política e houve um financiamento humanitário significativo que, por sua vez, foi seguido por um apoio ao desenvolvimento sustentado nos anos subsequentes.

O ACNUR ajudou os retornados em casa e forneceu-lhes sementes e ferramentas. Havia terra disponível e, nos anos imediatamente após o repatriamento, o clima favorável ajudou a garantir colheitas de alimentos suficientes. Além disso, um orçamento de investimento de retorno e reintegração de US\$ 100 milhões ajudou a estabelecer a construção de estradas e pontes, bem como instalações de saúde e educação. Uma avaliação posterior desses programas disse que eles estabeleceram a base para o desenvolvimento de longo prazo. No entanto, também descobriu que os vínculos que estabeleceram para promover esses investimentos poderiam ser melhorados.¹⁶⁸ Esse objetivo se tornaria uma ambição proeminente para exercícios de retorno e reintegração em anos posteriores.

O mesmo aconteceria com a compreensão de como as pessoas voltavam para casa. Muitos membros da família fizeram isso em etapas. Entre os primeiros a retornar, inclusive por curtos períodos, estavam homens adultos. Eles procuraram identificar oportunidades econômicas, restabelecer contatos sociais, estabelecer reivindicações de terras e trazer suprimentos através da fronteira. Alguns refugiados optaram por ficar para trás para adquirir mais capital financeiro, enquanto aqueles que tinham economias e bens puderam usar a assistência de transporte e retorno do ACNUR.¹⁶⁹

América latina

O retorno de refugiados na América Central ilustrou tanto as boas práticas quanto as restrições ao apoio ao retorno sustentável. Conforme discutido na Parte II, os conflitos civis em El Salvador, Guatemala, Honduras e Nicarágua ao longo da década de 1980 resultaram em milhares de mortes e mais de 2 milhões de pessoas deslocadas à força.¹⁷⁰

Os termos do acordo de paz de 1987 assinado pela Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras e Nicarágua incluíam compromissos de: engajar-se em reformas políticas, econômicas e sociais; dar atenção urgente aos deslocados à força; e facilitar, sempre que possível, sua repatriação voluntária, reassentamento ou integração. A Conferência Internacional sobre Refugiados da América Central (CIREFCA, na sigla em inglês) de 1989 abordou esses compromissos.¹⁷¹

O CIREFCA incluiu um Plano de Ação detalhado, que formou o modelo para projetos humanitários e de desenvolvimento específicos apresentados aos países doadores para financiamento. Continha muitos elementos progressivos. Reafirmou que os retornos devem ser voluntários e apoiados pelo fortalecimento das capacidades dos registros civis para emitir documentos de identidade e documentos civis relativos a nascimento, casamento e óbito. Reconheceu que a assistência inicial pode ser necessária para aqueles que desejam voltar para casa, inclusive para adquirir ou reivindicar terras de forma equitativa.¹⁷²

O desenvolvimento de projetos no âmbito do Plano de Ação foi abordado de forma inclusiva. O processo envolveu autoridades nacionais e locais, organizações não governamentais e comunidades deslocadas e de acolhida, com a participação ativa das mulheres. Essa abordagem ajudou os projetos a responder às necessidades de todas as comunidades afetadas e contribuiu para os esforços de reconciliação nacional.¹⁷³

Os projetos que cada país apresentou para financiamento refletiam suas circunstâncias e prioridades específicas. Belize, Costa Rica e México apresentaram projetos para aumentar a autossuficiência dos refugiados. Honduras, por outro lado, concentrou-se em aumentar a assistência aos refugiados nos campos. Guatemala e Nicarágua priorizaram projetos para facilitar a reintegração de

retornados, com El Salvador concentrando seus projetos principalmente em soluções para pessoas deslocadas internamente.¹⁷⁴

O CIREFCA tinha um prazo de cinco anos. Em sua conclusão em 1994, mais de US\$ 422 milhões foram arrecadados, representando 86% do valor solicitado.¹⁷⁵ O financiamento ajudou a apoiar o retorno de refugiados a El Salvador, Guatemala e Nicarágua. Os dados disponíveis sugerem que, entre 1989 e 1999, pouco mais de 100 mil retornaram a esses três países.¹⁷⁶ O CIREFCA é conhecido por ter gerado uma abordagem particularmente



Refugiados guatemaltecos que voltam voluntariamente para casa no México iniciam sua jornada em 1993.
© ACNUR/A. Serrano

colaborativa entre pessoas deslocadas, comunidades locais, organizações não governamentais, organizações internacionais e governos nacionais. Duraria além de seu prazo.¹⁷⁷

O foco do CIREFCA na assistência humanitária vinculada a investimentos de desenvolvimento de longo prazo também foi um dos primeiros desse tipo em um contexto de deslocamento forçado. Isso ajudou a apoiar a sustentabilidade de muitos dos esforços. Não foi sem suas falhas. Embora também visasse encontrar soluções para todos os deslocados à força, o financiamento beneficiou desproporcionalmente os refugiados reconhecidos.¹⁷⁸ E embora o financiamento devesse depender de projetos que atendessem a certas normas de proteção, grande parte do financiamento de desenvolvimento não exigia.¹⁷⁹

Outros problemas surgiram pouco depois e amorteceram parte do seu impacto sustentado, mas que não estavam relacionados com o próprio CIEFCA. No mínimo, ilustraram o tipo de compromisso político nacional e internacional

maciço que teria sido necessário para trazer paz e segurança duradouras em El Salvador, Guatemala e Honduras.

As revoluções que tomaram conta da América Central foram estimuladas pelas demandas por reformas socioeconômicas. O processo de paz incluiu compromissos para expandir as oportunidades econômicas, melhorar a justiça social e verificar o exercício arbitrário da autoridade característico dos antigos regimes. Os objetivos ambiciosos não foram totalmente realizados, em parte porque muitos dos que detinham poder e influência durante as guerras mantiveram considerável influência depois.¹⁸⁰

Após o fim dos conflitos, as causas que os haviam aguçado persistiram. A liberalização do comércio, leis trabalhistas relaxadas e sistemas tributários favoráveis aos negócios não geraram crescimento econômico significativo nem reduziram a lacuna na distribuição de riqueza. As taxas de desemprego continuaram altas. O trabalho inseguro e mal remunerado no setor informal cresceu, e os programas sociais não foram implementados para aliviar as condições enfrentadas por grandes segmentos da população na América Central.¹⁸¹

A criminalidade também aumentou, o que levou os governos a recorrer às práticas autoritárias do passado. O número de jovens partindo para os Estados Unidos aumentou dramaticamente, impulsionados pela falta de oportunidade, ausência de segurança e desastres naturais que atingiram a região na virada do século. Entre os deportados de volta para a região estavam aqueles que se juntaram a gangues durante seu tempo nos Estados Unidos. Ao retornarem, contribuíram para o aumento da criminalidade violenta e a expansão das redes criminosas transnacionais na região. Hoje, a região está entre as mais violentas do mundo, contribuindo para o contínuo êxodo populacional significativo.¹⁸²

A violência que havia assediado a América Central durante a década de 1970 aumentaria e levaria a fluxos de saída significativos na década de 1980, retomando em grande número 20 anos depois.¹⁸³ E, embora isso ajude a explicar por que o CIEFCA não foi suficiente para abordar os impulsionadores sistêmicos, também não diminui suas notáveis conquistas. O CIREFCA trouxe soluções para milhares de pessoas deslocadas, estabeleceu um importante precedente para respostas humanitárias e de desenvolvimento vinculadas, elevou o perfil e o engajamento de organizações não governamentais e levou a um programa mais sensível e eficaz para as mulheres.

Europa

A dissolução da ex-Iugoslávia trouxe limpeza étnica e genocídio mais uma vez ao continente. Os conflitos na Croácia, Bósnia-Herzegovina e Kosovo¹⁸⁴ de 1991 a 1999 causaram as maiores baixas europeias em tempo de guerra e deslocamento forçado desde a Segunda Guerra Mundial. No fim da guerra na Bósnia-Herzegovina, em 1995, quase metade de sua população de 4,4 milhões

foi deslocada: quase 1,1 milhão internamente e 770 mil externamente.¹⁸⁵

Os Acordos de Paz de Dayton puseram fim à guerra na Bósnia-Herzegovina e criaram a República Sérvia, predominantemente sérvia, e a Federação, composta principalmente por bósnios e croatas.¹⁸⁶ Incluiu disposições que todas as partes se comprometeram com o retorno seguro e voluntário de refugiados e pessoas deslocadas. Também pediu a revogação e prevenção de quaisquer leis, políticas ou ações que inibam o retorno e a reintegração seguros e protegidos. Reconheceu o direito das pessoas deslocadas de retornar às suas casas, à restituição de propriedades e à compensação por propriedades que não puderam ser restauradas. O ACNUR foi encarregado de fornecer um plano de reintegração, que deveria ser totalmente facilitado pelas partes do acordo.¹⁸⁷

Aqueles oriundos de áreas onde seu grupo dominava puderam retornar de acordo com os objetivos do plano. As circunstâncias para as pessoas que retornavam a regiões dominadas por outro grupo eram menos diretas. Eles enfrentaram discriminação contínua, assédio, proteção desigual sob a lei e nenhum progresso previsível na restituição ou compensação de propriedade.¹⁸⁸

No Kosovo, a guerra terminou em 1999. Estima-se que 1,6 milhão de pessoas, cerca de 90% da população, foram deslocadas à força em algum momento durante e após o conflito.¹⁸⁹ As disposições para o retorno das pessoas forçadas a fugir durante o conflito foram parte da resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas autorizando uma presença civil e de segurança internacional lá.¹⁹⁰ O retorno de albaneses étnicos foi maciço e rápido. Embora o setor de segurança tenha passado por reformas positivas, as tensões étnicas persistiram e a resolução de disputas de propriedade por meio do sistema de justiça regular foi relativamente lenta.¹⁹¹

E apesar dos esforços de apoio à reintegração étnica, as minorias não albanesas enfrentaram discriminação e assédio, levando 200 mil a fugir de Kosovo. Entretanto, os sérvios deslocados foram impedidos de regressar às suas áreas de origem no Kosovo.¹⁹² Mais de 20 anos depois, milhares de pessoas deslocadas pelo conflito continuam a ter necessidades relacionadas com o deslocamento.¹⁹³

Reassentamento Seletivo

O reassentamento de refugiados do período pós-Segunda Guerra Mundial até o fim da década de 1980 foi principalmente um processo dirigido pelo país com foco específico em servir a um propósito geopolítico mais amplo. O primeiro grande esforço de reassentamento multilateral ocorreu no fim da Segunda Guerra Mundial, em resposta às cerca de 1 milhão de pessoas que permaneceram em campos de deslocados na Alemanha ocupada pelos Aliados. Conforme descrito por Ben Shephard, eles tinham “histórias de guerra diversas e complicadas”.¹⁹⁴

Havia cerca de 250 mil sobreviventes do Holocausto. Havia outros também: estonianos; letões; lituanos; ucranianos; e iugoslavos. Entre eles estavam aqueles que foram deslocados e forçados a trabalhar na Alemanha, prisioneiros de guerra e colaboradores nazistas. Sua característica mais unificadora era a incapacidade ou falta de vontade de retornar às suas antigas casas.¹⁹⁵

Parte do mandato da Organização Internacional de Refugiados (OIR, na sigla em inglês) era ajudar a encontrar soluções para esse deslocamento. Pessoas de origem étnica alemã, “sejam cidadãos alemães ou membros de minorias



Pessoas deslocadas fazem fila para oportunidades de reassentamento coordenadas pela Organização Internacional de Refugiados, criada em 1947. © IRO

alemãs em outros países”, foram excluídas de seu mandato por serem de responsabilidade da Alemanha.¹⁹⁶ Essa não foi a única politização do OIR.

Enquanto a União Soviética e seus aliados apoiavam a ideia de uma agência de ajuda humanitária, eles se opunham a que ela tivesse algo a ver com o reassentamento de refugiados. Eles exigiram que seus cidadãos fossem devolvidos para ajudar a reconstruir seus países e que os colaboradores nazistas fossem devolvidos para enfrentar processos judiciais.¹⁹⁷ A recusa da União Soviética em ingressar no OIR deixou o trabalho de soluções empreendido em grande parte dirigido por aliados ocidentais. Também marcou o início da política da Guerra Fria, influenciando os esforços internacionais para soluções duráveis em geral.

Os Estados Unidos financiaram 40% do orçamento do OIR de cerca de meio bilhão de dólares. Juntamente com mais de 16 agências voluntárias, o

OIR ajudou a coordenar com os países o repatriamento voluntário e o reassentamento das populações dos campos de deslocados.¹⁹⁸ Este último foi mais um exercício de imigração do que humanitário.

Países da Europa Ocidental, Américas e Austrália abordaram os campos de deslocados como fontes de mão de obra muito necessária. Dependendo da economia nacional, os trabalhadores eram necessários para a agricultura, mineração, extração de madeira, manufatura e trabalho doméstico. A certa altura, havia mais de 50 missões nacionais nos campos de deslocados realizando operações de recrutamento.¹⁹⁹

Cada país de reassentamento tinha seus próprios critérios de seleção, adaptados para atender às suas necessidades de imigração. A competição por trabalhadores era tão intensa que muitos deslocados puderam escolher entre várias ofertas de reassentamento. O ACNUR instou os países a interromperem os “processos de procura contínuos” pelos quais os mais qualificados e empregáveis eram escolhidos primeiro e outros rejeitados.²⁰⁰

Quarenta por cento dos reassentados, 380 mil pessoas, foram para os Estados Unidos. A Austrália e o Canadá reassentaram aproximadamente 170 mil e 160 mil deslocados, respectivamente. Os países da Europa Ocidental foram responsáveis por mais 170 mil pessoas e cerca de 100 mil deslocados foram reassentados na América Latina, mais de dois terços dos quais foram para Argentina, Brasil e Venezuela.²⁰¹

Mas milhares de refugiados não selecionados foram deixados nos campos, incluindo muitos refugiados judeus. Os países de reassentamento tendiam a excluí-los como inadmissíveis, mantendo as políticas de imigração de portas fechadas dos anos de guerra firmemente em vigor. Levaria vários anos até que os campos de deslocados na Europa ficassem vazios. A maioria da população judaica do acampamento acabou se reassentando na Palestina.²⁰²

Entre os legados da pressão do pós-guerra por soluções para o deslocamento estava o fato de que os refugiados não foram examinados por seus registros de guerra, e décadas subsequentes revelaram que colaboradores nazistas e criminosos de guerra foram reassentados com sucesso com impunidade.²⁰³ Alguns conseguiram imigrar ocultando suas identidades e histórias. Outros — incluindo cientistas líderes, líderes militares e políticos — foram deliberadamente selecionados para reassentamento em países, como o Reino Unido e os Estados Unidos, por suas habilidades e conhecimentos.²⁰⁴

E assim o período imediato do pós-guerra revelou que a política da Guerra Fria e o interesse próprio do país dominaram o cálculo em relação aos esforços internacionais em apoio ao repatriamento e reassentamento de refugiados.²⁰⁵ Essas motivações voltariam a entrar em jogo na resposta internacional à crise húngara de 1956.

No curso da intervenção militar russa para reprimir a Revolução Húngara

de 1956, cerca de 20 mil húngaros foram mortos e mais de 200 mil fugiram, a maioria para a Áustria. Mais de 140 mil refugiados húngaros foram reassentados em dois anos nos Estados Unidos, Canadá, Reino Unido, Alemanha Ocidental, Austrália, Suíça e França.²⁰⁶

O fato de que os refugiados estavam fugindo do comunismo, e uma grande proporção era jovem, educada e qualificada, explica em grande parte a resposta relativamente rápida das nações aliadas. Houve também um apoio público considerável nos países de reassentamento para o programa.²⁰⁷ Houve relativamente poucos refugiados deixados para trás.²⁰⁸

Um esforço de reassentamento internacional de tamanho significativo não aconteceria novamente por cerca de 25 anos. Houve uma exceção notável em 1972: o reassentamento de residentes do sul da Ásia em Uganda, que Idi Amin ordenou que deixassem o país em 90 dias. Eles somavam cerca de 80 mil pessoas, muitas vivendo em Uganda há décadas. Mais da metade deles possuía passaportes britânicos.

Apesar das reservas iniciais, o Reino Unido aceitou cerca de 30 mil asiáticos ugandenses que eram cidadãos britânicos.²⁰⁹ Aqueles com nacionalidade de Bangladesh, Índia ou Paquistão foram para lá. O Reino Unido apelou para que outros países apresentassem ofertas de reassentamento para os outros que não foram reconhecidos como nacionais por nenhum país. A resposta foi rápida. Dezoito outros países participaram e a crise foi resolvida em dois anos.

O sucesso ocorreu porque os refugiados eram amplamente qualificados e educados, permitindo-lhes atender às necessidades de mão de obra nos países receptores. O pedido de ajuda do Reino Unido a outros países também foi um fator importante.²¹⁰ A resposta foi o primeiro esforço multilateral desse tamanho fora da Europa. Foi um prelúdio para os esforços maciços empreendidos no fim da década de 1970 para responder à crise da Indochina.

Esforços multilaterais para resolver o deslocamento em massa na Indochina resultaram no reassentamento de cerca de 1,4 milhão de refugiados de 1979 a 1996.²¹¹ Foi o maior exercício de reassentamento multinacional desde a Segunda Guerra Mundial e foi um reflexo dos interesses geopolíticos dos países de reassentamento.

O fim da Guerra do Vietnã em 1975 viu o êxodo constante de refugiados dos regimes comunistas do Vietnã, Camboja e Laos. Em 1979, 570 mil refugiados haviam fugido.²¹² O Vietnã foi a fonte do maior número. Indivíduos associados ao governo anterior apoiado pelos Estados Unidos enfrentaram perseguição, assim como líderes religiosos, jornalistas e intelectuais suspeitos de questionar as políticas do governo. Mais de 1 milhão de pessoas foram enviadas para campos de “reeducação” de trabalho forçado, onde muitos morreram.²¹³

Os chineses étnicos, concentrados principalmente no sul do Vietnã, também eram vistos como antigovernamentais e sua lealdade era suspeita. Sua situação

tornou-se mais tênue após uma breve guerra de fronteira entre a China e o Vietnã entre os anos de 1977 e 1979. As crescentes restrições aos seus direitos de trabalhar, ter educação e possuir um negócio levaram até 260 mil pessoas a partir para a China.²¹⁴

Do Laos, os hmong e outros povos das terras altas fugiram temendo a retribuição do governo por serem aliados dos Estados Unidos durante a guerra. A eles se juntaram outros refugiados educados e urbanos das terras baixas, também associados ao governo dos Estados Unidos. No Camboja, as políticas do Khmer Vermelho, que estiveram no poder de 1975 a 1979, incluíram assassinatos generalizados de intelectuais, realocações maciças compulsórias da população, trabalho forçado e vigilância repressiva. Estima-se que 1,5 a 2 milhões de pessoas morreram como resultado de suas políticas e, em 1978, mais de 160 mil cambojanos haviam fugido do país.²¹⁵

A maioria das partidas de refugiados era clandestina, através de traiçoeiras rotas terrestres e perigosas viagens marítimas. Como hoje, os que partiram de barco chamaram a maior parte das atenções do mundo, tanto que o movimento ficou conhecido como a “crise do povo do barco”.

A crise deveu-se não apenas ao grande e crescente número de refugiados, mas também ao então território britânico de Hong Kong e países vizinhos que progressivamente recusavam a entrada de refugiados. Refugiados que tentavam desembarcar foram empurrados para o mar, onde definharam por semanas a meses em navios superlotados e sem condições de navegar, sem comida e água suficientes e vítimas de ataques piratas repetidos e cruéis.²¹⁶ Estima-se que 30 mil pessoas morreram no mar durante esse período.²¹⁷

Para lidar com a crescente calamidade humana, as Nações Unidas convocaram uma conferência internacional em 1979 para intermediar uma solução de compartilhamento de encargos. Incluiu delegados de mais de 65 governos, bem como representantes de agências internacionais e organizações não governamentais. Os países industrializados concordaram em reassentar refugiados.²¹⁸ Os países receptores da região concordaram em admitir e proteger temporariamente os refugiados enquanto aguardavam seu reassentamento. Por sua vez, o Vietnã concordou em manter um Programa de Partida Ordenada em colaboração com o ACNUR, para permitir que os vietnamitas saíssem legalmente sem arriscar suas vidas no processo.²¹⁹

Esses compromissos trouxeram resultados. As reações negativas cessaram em grande parte. Cerca de 125 mil pessoas partiram diretamente do Vietnã durante os primeiros oito anos do Programa de Partida Ordenada.²²⁰ Mais de 400 mil refugiados indochineses foram reassentados no exterior de países da região, superando consideravelmente os recém-chegados que também caíram.²²¹ No fim da década, no entanto, essas tendências estavam em perigo. O ritmo de chegadas aumentou, os locais de reassentamento diminuíram e

os retrocessos começaram novamente.²²² A disposição dos países de reassentamento diminuiu, pois muitos estavam recebendo mais solicitantes de reconhecimento da condição de refugiado diretamente em suas fronteiras e havia uma percepção crescente de que as pessoas estavam deixando o Vietnã mais para fins econômicos do que razões de proteção.

Em 1989, uma segunda conferência internacional sobre refugiados da Indochina resultou em um acordo revisado: o Plano de Ação Abrangente



*Refugiados vietnamitas em um barco na costa da Malásia em 1978.
© ACNUR/Kaspar Gaugler*

(CPA, na sigla em inglês).²²³ Sob o CPA, o Programa de Partida Ordenada do Vietnã continuou. Quanto aos recém-chegados aos países da região, apenas aqueles determinados como refugiados seriam reassentados, enquanto os demais seriam devolvidos aos seus países de origem.²²⁴ O CPA previa que o Vietnã recebesse apoio financeiro e assistência na reintegração de retornados e o ACNUR monitoraria sua segurança no retorno.²²⁵ Também incluía disposições para uma mídia de massa e campanha de educação sobre os perigos de viagens irregulares por mar.

O CPA foi implementado pelo ACNUR e dirigido por um Comitê de governos participantes. Os países cumpriram amplamente seus compromissos, as resistências diminuíram e o número de chegadas caiu.²²⁶ Cerca de 400 mil vietnamitas e laocianos foram reassentados de países da região, enquanto cerca de meio milhão partiu diretamente do Vietnã.²²⁷ Os países receptores da região trabalharam com o ACNUR para implementar procedimentos de determinação do status de refugiado para determinar a elegibilidade para reassentamento.²²⁸

A implementação do CPA não foi isenta de desafios e, embora tenha conseguido fornecer soluções para mais refugiados em uma determinada situação do que antes ou desde então, também teve suas fraquezas. Os procedimentos de determinação de refugiados nos países variaram. As proteções processuais não foram aplicadas de maneira uniforme, os critérios estavam abertos a diversas interpretações e diferentes abordagens foram adotadas para determinar a credibilidade.²²⁹ Houve também grandes atrasos, com muitos solicitantes de reconhecimento da condição de refugiado tendo que esperar por longos períodos, incluindo anos, em centros de detenção ou campos de refugiados. Estes eram frequentemente superlotados com altos níveis de violência relatados.²³⁰

O CPA foi baseado em uma visão compartilhada de que muitas das chegadas de barcos não foram obrigadas a fugir, mas, em vez disso, estavam buscando melhores perspectivas de vida. Alguns autores afirmam que o CPA pode ter reforçado noções na região da Ásia-Pacífico de que as pessoas que chegam irregularmente em barcos não eram refugiados, mas migrantes econômicos e saltadores de fila.²³¹ Também foi sugerido que o CPA desviou inutilmente a responsabilidade pelos refugiados fora da região, longe dos países de acolhimento. Os países da região cada vez mais passaram a ver as soluções como estando com as nações de reassentamento no exterior. Isso poderia ter reforçado a relutância de alguns países para assinar a Convenção de 1951 e assumir responsabilidades em relação ao reassentamento de refugiados.²³²

Geralmente, os observadores concordam que o CPA foi, no balanço, uma iniciativa internacional de responsabilidade de compartilhamento de refugiados excepcionalmente bem-sucedida no período pós-Segunda Guerra Mundial. A criação desse acordo entre países díspares em ambos os lados da divisão da Guerra Fria parece uma conquista notável hoje. Foi possível devido à convergência de interesses bastante singular do país de origem, os países de primeiro asilo e os países de reassentamento.

O Vietnã procurou reparar as relações com seus vizinhos da Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN, na sigla em inglês). Começou a buscar uma maior liberalização econômica, para a qual eram importantes melhores relações com os países industrializados. Para os países receptores da região, o CPA permitiu que resolvessem um problema crescente em suas fronteiras marítimas sem serem responsáveis pelo assentamento permanente de refugiados.

Para os países que reassentaram a maioria dos refugiados, a CPA estava alinhada com seus objetivos de política externa. Estes incluíram a normalização das relações com o Vietnã para promover a estabilidade regional e atender às suas prioridades de imigração que favoreciam os refugiados de países comunistas. A CPA também recebeu considerável apoio público nos países de reassentamento, o que ajudou a garantir as robustas cotas de reassentamento que eles assumiram.²³³

Embora o tamanho do programa de reassentamento tenha sido recorde, o tamanho da situação dos refugiados não o foi. Houve situações existentes e emergentes na África e em outras partes da Ásia que eclipsaram o número de refugiados da Indochina e para as quais nenhum esforço de reassentamento multinacional semelhante foi feito.²³⁴ De fato, globalmente houve uma queda imediata nos locais de reassentamento anual após o esforço de reassentamento da Indochina.

Ao fim do programa da Indochina, a maioria dos governos de reassentamento expressou a sensação de ter cumprido seus compromissos. O forte apoio público ao reassentamento caiu.²³⁵ O fim da Guerra Fria também removeu um dos incentivos que sustentavam os esforços de reassentamento anteriores. O número de refugiados que chegam diretamente aos países de reassentamento em busca de asilo estava aumentando, deixando os países menos inclinados a aumentar significativamente os programas de reassentamento, especialmente durante a recessão econômica do início da década de 1990.

Integração local na periferia

Durante as décadas de 1960 e 1970 em toda a África, a integração local como solução não foi adotada, embora os refugiados enfrentassem relativamente menos barreiras para alcançar a autossuficiência. Tanzânia, Uganda e Zâmbia estavam entre os países que alocavam terras para os refugiados cultivarem e oportunidades de comércio nos mercados locais.²³⁶ Uganda manteve essa abordagem em áreas designadas para assentamento de refugiados, ao mesmo tempo em que concedeu acesso ao emprego e relativa liberdade de movimento nos últimos anos.²³⁷

O príncipe Sadruddin Aga Khan, durante seu mandato como Alto-Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (1966 – 1977), defendeu mais abordagens de desenvolvimento para situações de refugiados. Considerando o número crescente de refugiados na África e na Ásia, ele enfatizou que a assistência ao desenvolvimento é fundamental para ajudar os refugiados a contribuir para o desenvolvimento econômico e social de seus países de acolhida e ajudar os países que enfrentam desafios significativos de desenvolvimento próprios.²³⁸ Isso também seria seguido pelos Altos-Comissários subsequentes, mas, como discutido nas Partes IV e V, só ganhou força significativa recentemente.

Enquanto isso, os refugiados enfrentaram crescentes barreiras à integração local e restrições à sua capacidade de se integrar social e economicamente em suas comunidades de acolhida. Essas barreiras e restrições tornaram-se mais prevalentes na década de 1980, à medida que o número de refugiados cresceu consideravelmente. Os refugiados foram cada vez mais confinados aos

campos e impedidos de se movimentar livremente, trabalhar, acessar serviços ou se integrar.

Houve também muito pouco esforço para encorajar os países de acolhimento a integrar os refugiados. Isso foi, em parte, baseado na suposição de que a integração local envolveria custos significativos que os países de acolhida não deveriam arcar. Essa visão só seria testada em anos posteriores, à medida que o custo do deslocamento prolongado aumentasse e os benefícios potenciais de uma maior inclusão viesse à tona no novo milênio.

Novo Milênio

Os 20 anos do novo milênio são delimitados por duas iniciativas para aprimorar as respostas internacionais aos refugiados e melhorar o histórico de obtenção de soluções duráveis. A primeira foram as Consultas Globais sobre Proteção Internacional em 2001 – 2002 e a Agenda para a Proteção que marca o 50º aniversário da Convenção de 1951. O segundo foi o Pacto Global sobre Refugiados de 2018.

As Consultas Globais ocorreram ao longo de dois anos. Eles visavam abordar os muitos desafios enfrentados pela implementação da Convenção de 1951 e seu Protocolo de 1967, incluindo novas formas de perseguição e conflito, movimentos mistos complexos, a relutância de muitos países em aceitar refugiados e interpretações restritivas da Convenção de 1951. Um componente específico foi dedicado às soluções, destacando o que foi aprendido com a experiência anterior e as formas de garantir mais. Entre os entendimentos alcançados estava o valor em investir em educação e desenvolvimento de habilidades em deslocamento e os muitos fatores que ajudam a sustentar o repatriamento voluntário bem-sucedido.²³⁹

As Consultas Globais ajudaram a informar a Agenda para Proteção, publicada pela primeira vez em 2002. Um esforço conjunto do ACNUR e dos países, a Agenda era um programa de ação abrangente, cujo objetivo era “redobrar a busca por soluções duráveis”.²⁴⁰ Incluiu uma série de compromissos, como melhorar as condições para o repatriamento voluntário seguro e sustentável, expandir o reassentamento e usá-lo de forma mais eficaz e examinar onde, quando e como promover o status legal seguro e os direitos de residência dos refugiados nos países de acolhimento.

Ao longo dos próximos 15 anos, várias iniciativas foram lançadas para atingir esses objetivos. Embora não tenham conseguido encontrar soluções mais significativas para os refugiados, os esforços levaram a uma compreensão mais profunda da dinâmica do deslocamento. Eles mostraram que o fortalecimento do capital

humano é muitas vezes fundamental para o sucesso de qualquer solução e que há oportunidades para mais soluções para o deslocamento além das tradicionais três opções de retorno permanente, reassentamento ou integração local.

O Pacto Global sobre Refugiados reflete essa orientação. Além de afirmar a necessidade de ampliar as oportunidades para concretizar as três soluções tradicionais, enfatiza o fortalecimento do capital humano dos refugiados e das comunidades de acolhimento. Promove o investimento em capacidades institucionais por meio de políticas de desenvolvimento inclusivo e busca abrir caminhos de migração para refugiados e facilitar a mobilidade laboral.²⁴¹ Ainda com base em experiências anteriores, reconhece a necessidade de dados aprimorados e melhor uso de evidências para sustentar programas para soluções.

Retorno Voluntário

O século XXI viu uma redução geral no número de retornos de refugiados em relação à década anterior, principalmente devido à natureza prolongada dos conflitos que representam a maior parte da população de refugiados do mundo e uma proporção significativa de pessoas deslocadas internamente.

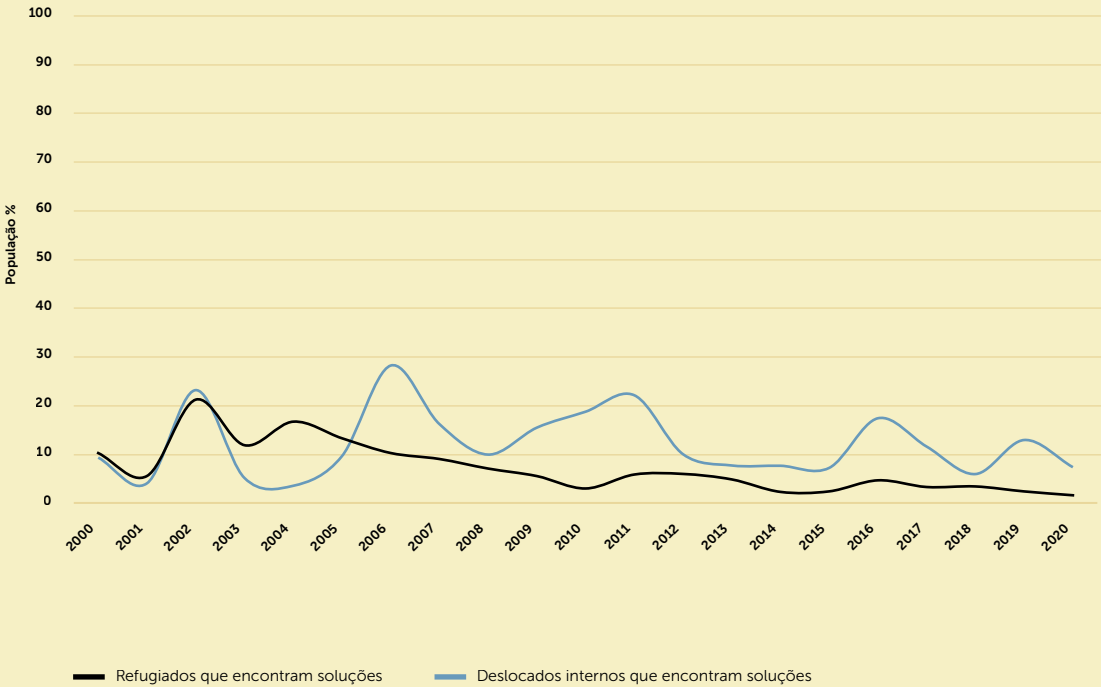
A década de 1990 levou a uma maior valorização das complexidades da repatriação. Entre as lições aprendidas estavam as consequências danosas do retorno prematuro. Outra foi a importância de fortes ligações entre o retorno e os processos de paz e reconciliação.²⁴² Houve mais percepção sobre a importância da estabilidade e segurança política. Sem ela, investimentos pesados em reconstrução e reconciliação muitas vezes não são suficientes para sustentar os retornos.²⁴³ A experiência também mostrou que os retornados podem chegar a lugares e circunstâncias que foram significativamente reformulados desde que partiram. Isso, por sua vez, demonstrou por que a aquisição de novas habilidades e capital durante o deslocamento é frequentemente crítica para a sustentabilidade do retorno.²⁴⁴

A natureza fluida do retorno também ficou evidente entre 2000 e 2020, provocando novas reflexões sobre quando movimentos em um padrão de vai-e-vem devem ser apoiados. O Afeganistão fornece um exemplo disso. Entre 2002 e 2020, foram registrados mais de 6 milhões de retornos de refugiados, com os maiores números após a queda do regime talibã em 2002. Um novo pico foi registrado em 2016 em face da intensificação da pressão para retornar do Paquistão.²⁴⁵

No geral, no entanto, o número de refugiados afegãos permaneceu relativamente constante entre 2002 e 2020, entre 2 e 3 milhões de pessoas.²⁴⁶ No fim de 2020, 2,6 milhões de afegãos permaneceram refugiados, mais de 85% deles hospedados no Paquistão e no Irã.²⁴⁷ No geral, isso aponta para níveis persistentemente altos de deslocamento de refugiados.

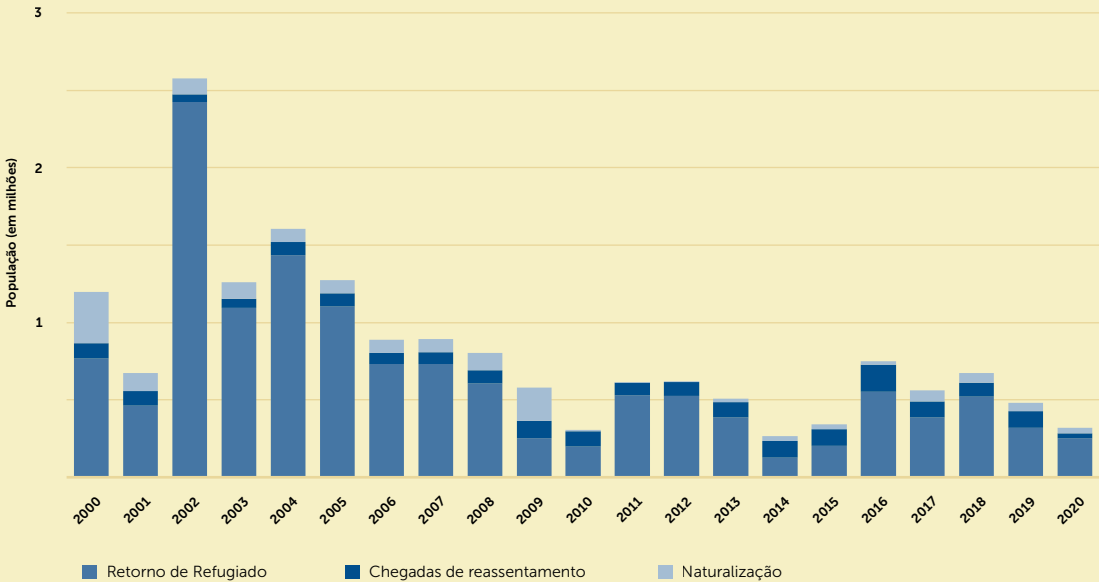
Porcentagem de refugiados e deslocados internos que encontram uma solução

2000-2020



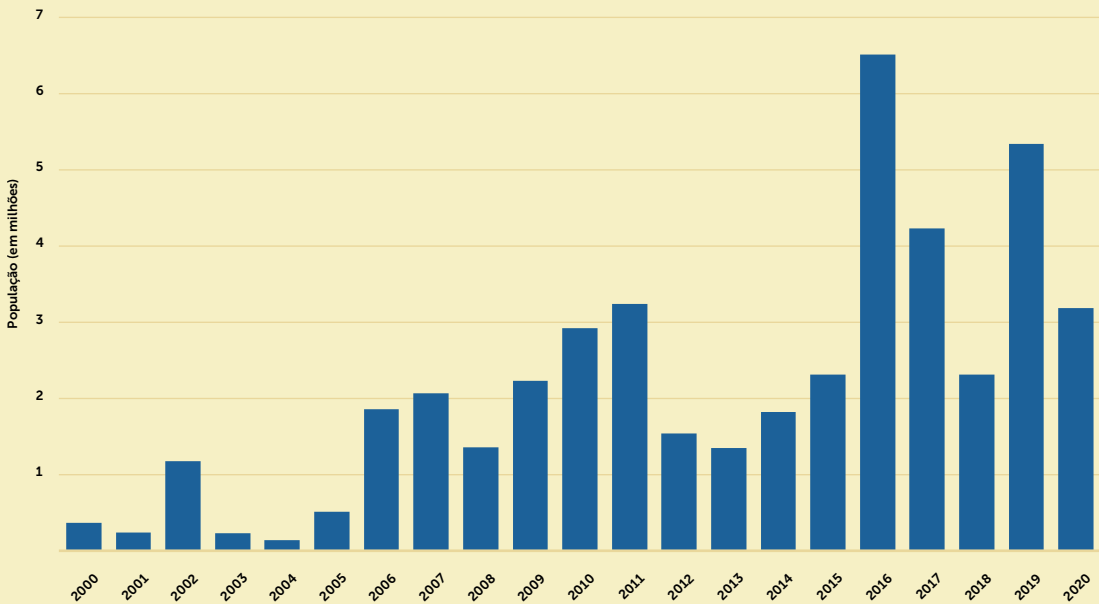
Soluções para refugiados

2000-2020



Retorno de deslocados internos

2000-2020



Os números disponíveis sobre os deslocados internos mostram uma tendência semelhante. Entre 2002 e 2020, cerca de 1,3 milhão de deslocados internos teriam retornado aos seus locais de origem. E, embora o número de deslocados internos tenha diminuído inicialmente após 2002, voltou a aumentar anualmente em 2007, atingindo mais de 3,5 milhões de pessoas em meados de 2021.²⁴⁸

O Afeganistão tem consistentemente ficado em uma classificação baixa no Índice de Desenvolvimento Humano afligido por conflitos contínuos, violência e taxas extremamente altas de desemprego, instituições estatais fracas e insegurança contínua. Esses fatores contribuem para altos níveis contínuos de deslocamento forçado.²⁴⁹

Estudos de populações de retornados afegãos demonstraram a natureza precária de suas situações. Eles destacaram ainda a importância de adquirir habilidades e capital no exílio e mostraram como a assistência robusta ao retorno pode contribuir positivamente para a subsistência e acomodação dos retornados em determinados contextos.²⁵⁰ Eles também mostraram como o retorno não era simplesmente um movimento de mão única. Os retornados afegãos continuaram a se deslocar entre o Afeganistão e o Irã e o Paquistão, tanto em fuga da violência quanto em busca de emprego e outras atividades comerciais.²⁵¹

O padrão de fuga e retorno de refugiados visto no Afeganistão também é aparente em outros lugares. Isso ocorre quando as pessoas deslocadas à força verificam suas famílias ou propriedades e avaliam as perspectivas de retorno mais longo. Ele foi seguido nas últimas décadas por refugiados congolese em Uganda, refugiados iraquianos na Jordânia e refugiados dos conflitos no Sudão e no Sudão do Sul. Esses movimentos geralmente antecedem períodos de conflito e se relacionam a oportunidades de trabalho temporário e sazonal, bem como a laços comunitários e comerciais.²⁵²

No Sudão, apesar da fragilidade contínua, pelo menos 750 mil refugiados e deslocados internos retornaram ao Sul entre 2005 e 2010, muitos para participar do referendo de independência de 2011.²⁵³ Conforme observado em um estudo de 2008, eles retornaram a um “ambiente social e econômico do pós-guerra empobrecido e mal preparado”, que ficou sob mais pressão das populações que retornaram.²⁵⁴ Os retornos não foram todos movimentos pontuais. Alguns se moviam para frente e para trás. Outros optaram por um processo escalonado ou parcial, como a manutenção de vínculos no país de acolhida por meio de emprego, atividades comerciais ou familiares remanescentes, enquanto buscavam garantir um ponto de apoio mais estável em casa.²⁵⁵ A manutenção desses vínculos também era importante quando conflitos renovados causavam alguns dos maiores deslocamentos forçados da última década.²⁵⁶

Movimentos cíclicos e deslocamentos forçados significativos marcam a

República Democrática do Congo há muitos anos. Na última década, os retornos de refugiados permaneceram relativamente baixos, em pouco mais de 255 mil. E enquanto cerca de 6,5 milhões de deslocados internos retornaram durante o mesmo período, como no Afeganistão, a constante instabilidade e insegurança levaram a mais deslocamentos forçados. No fim de 2020, mais de 5 milhões de pessoas estavam deslocadas internamente, contra 1,7 milhão em 2010.²⁵⁷

A guerra civil síria começou em 2011 e, desde então, mais da metade de sua população de 22 milhões foi forçada a fugir, muitas vezes várias vezes. No fim de 2020, havia aproximadamente 6,7 milhões de sírios deslocados internamente e 6,7 milhões de refugiados sírios residindo principalmente nos países vizinhos: Turquia, Líbano e Jordânia.²⁵⁸

Os deslocamentos forçados internos permaneceram significativos e fluidos ao longo dos anos. As famílias foram repetidamente forçadas a fugir, pois áreas que ofereciam um mínimo de segurança ficam sob fogo e as linhas de frente mudam. Muitos também se deslocam para buscar assistência humanitária e procurar familiares. Alguns voltaram para suas casas. As hostilidades em curso, no entanto, têm visto mais pessoas fugirem do que retornarem. Somente em 2020, cerca de 1,8 milhão de deslocados internos se mudaram principalmente devido a conflitos, enquanto estima-se que pouco menos de 450 mil retornaram para casa naquele ano.²⁵⁹

Os maiores movimentos de refugiados sírios ocorreram entre 2011 e 2014, quando os países vizinhos reforçaram suas fronteiras. Os retornos de refugiados à Síria têm sido relativamente modestos. O ACNUR verificou que, desde 2016, cerca de 280 mil refugiados retornaram à Síria da Turquia, Líbano, Jordânia, Iraque e Egito.²⁶⁰ Uma análise do Banco Mundial dos retornos de refugiados sírios entre 2014 e 2018 revela sua natureza complexa.

Descobriu-se que a falta de segurança dentro da Síria era um grande impedimento para o retorno. Outros desincentivos incluíram a destruição da casa da família e a falta de emprego, educação, saúde e serviços básicos.²⁶¹ Esta análise reflete os resultados de uma série de Pesquisas de Intenção de Refugiados Sírios do ACNUR. Estes mostram que, embora a maioria dos refugiados queira voltar para casa eventualmente, menos de 3% deseja fazê-lo nos 12 meses seguintes, citando os mesmos obstáculos ao retorno.²⁶²

Os retornos documentados da Síria mostram uma abordagem parcial e escalonada, como visto em outros lugares. Por exemplo, não é incomum que alguns parentes de familiares que retornam fiquem para trás, incluindo aqueles que temem represálias por deixar o serviço militar obrigatório e aqueles com capital e bens insuficientes para recomeçar suas vidas lá.

Além disso, entre aqueles que retornam, muitos o fazem para testar as águas, como uma abordagem provisória para a decisão de retornar permanentemente.

Isso pode ajudar a construir confiança para um eventual retorno. Muitos países de acolhida não estão dispostos a facilitar isso formalmente por meio da emissão de vistos que permitiriam movimentos transfronteiriços autorizados. Eles insistiram que o retorno deveria ser de uma maneira. O resultado é que muitos refugiados podem ser cautelosos em retornar se isso significar abrir mão do status legal nos países vizinhos.

Houve algumas práticas estatais notáveis nos últimos 20 anos que poderiam fornecer precedentes úteis. Entre 2007 e 2010, a Nigéria regularizou o status de 117 mil refugiados liberianos e 18 mil refugiados de Serra Leoa que não desejavam participar dos exercícios de repatriação voluntária naquele momento. Eles foram autorizados a residir como migrantes, com a condição de que também reconhecessem que não eram mais refugiados.²⁶³

Mais recentemente, em 2017, o Paquistão adotou uma Política Abrangente sobre Repatriação Voluntária e Gestão de Assuntos Afegãos. Ele prevê um regime de visto flexível para refugiados afegãos registrados que lhes permite solicitar vistos de dentro do Paquistão. Embora promissor em um primeiro momento, os desafios permanecem. Para se qualificar, um refugiado deve ter um passaporte afegão. Embora o Banco Mundial tenha fornecido financiamento para o Afeganistão emitir passaportes no Paquistão, isso ainda não ocorreu.²⁶⁴

Além disso, um refugiado que recebe um visto deve desistir do status de refugiado sem ter a garantia de obtê-lo novamente no vencimento do visto. Finalmente, muitos afegãos elegíveis teriam dificuldade em cumprir os requisitos formais para um visto.

Se esses desafios forem superados, um sistema de vistos flexível, como este e outros em outros lugares, poderia facilitar a mobilidade entre a residência e o local de refúgio. Tais esquemas podem não ser suficientes para sinalizar o fim do deslocamento, mas podem regularizar o que já é uma estratégia crítica de enfrentamento e muitas vezes um meio de ajudar a preparar o caminho para o retorno futuro. Eles poderiam aumentar a segurança revelando uma imagem mais precisa do movimento transfronteiriço, principalmente para o país de acolhida e o país de origem. Alguns até apontaram que uma pequena taxa para vistos poderia gerar receitas substanciais.

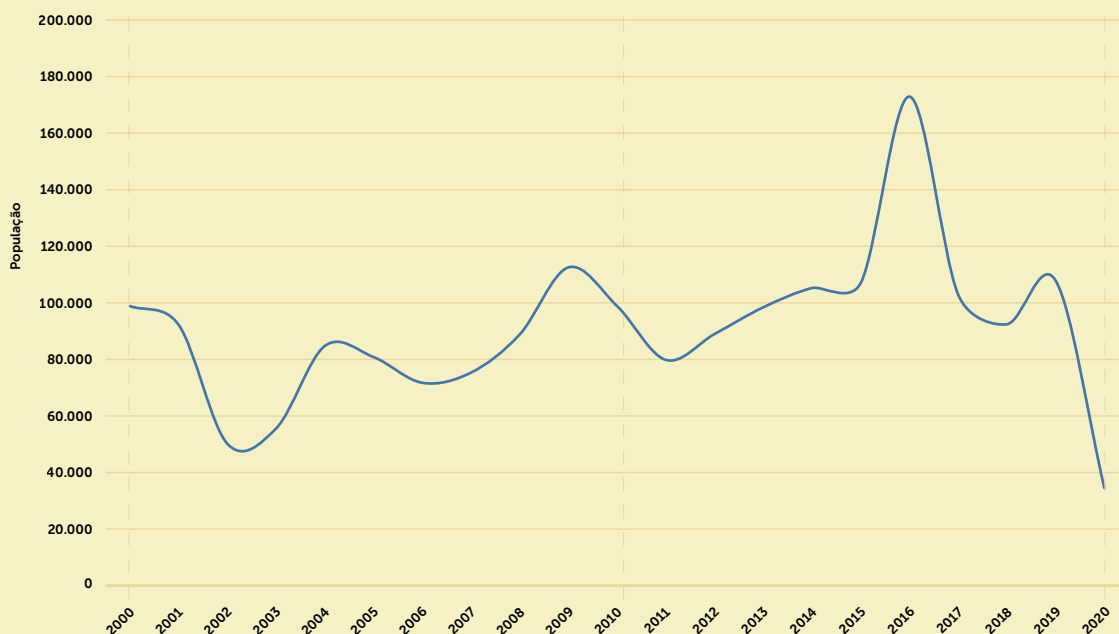
Reassentamento

O reassentamento passou por altos e baixos nas duas primeiras décadas do século XXI, com poucas evidências que sugiram que fornecerá soluções para um número significativamente maior de refugiados no futuro. Mas, mais positivamente, os refugiados reassentados vêm cada vez mais de uma gama mais ampla de países.²⁶⁵

Os níveis anuais de reassentamento caíram quase pela metade após os

Reassentamento de refugiados

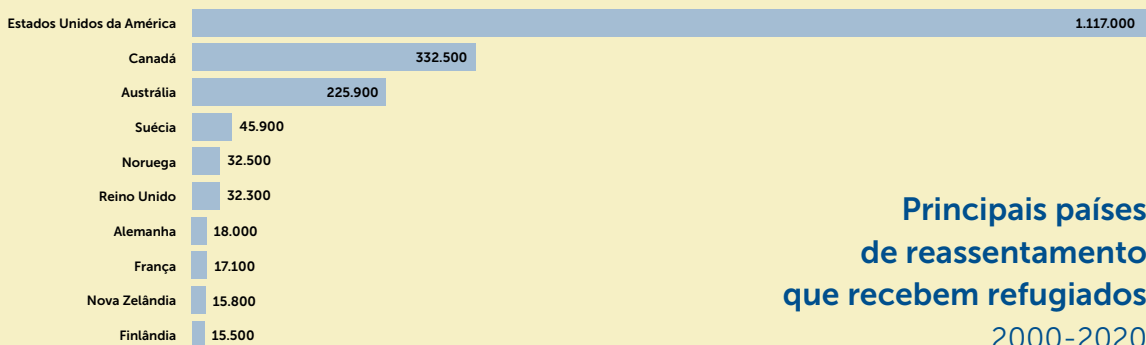
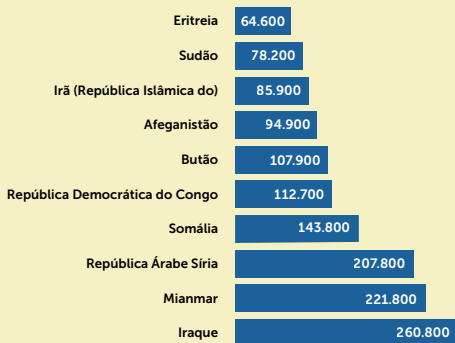
2000-2020



ataques terroristas de 2001 nos Estados Unidos, para apenas 50 mil pessoas em 2002.²⁶⁶ Não apenas alguns dos principais países de reassentamento reduziram suas cotas anuais, a maioria impôs testes de autorização de segurança mais rigorosos que prolongaram os tempos de processamento. Levaria quase uma década para que os níveis anuais de reassentamento se recuperassem para aproximadamente 100 mil pessoas.²⁶⁷ Mesmo após essa recuperação, o reassentamento serviu como solução para um número muito limitado de refugiados em comparação com o número global de refugiados.

Vários esforços foram feitos para melhorar os processos de reassentamento. Eles incluíram a Estrutura Multilateral de Entendimentos (MFU, na sigla em inglês) de 2004 sobre reassentamento. Aprovado por países de reassentamento de longa data e emergentes, era um compêndio de boas práticas. No entanto, ressaltou que a decisão de usar critérios de seleção flexíveis foi totalmente discricionária.²⁶⁸

Principais populações de refugiados reassentados por país de origem 2000-2020



Principais países de reassentamento que recebem refugiados 2000-2020

Uma tentativa de usar a MFU como parte de um Plano de Ação Abrangente para refugiados somalis em 2004 fracassou quando o plano não se concretizou.²⁶⁹ Aspectos da MFU, no entanto, foram usados para facilitar o processamento acelerado de refugiados cujas circunstâncias eram tão semelhante que o processamento individual não era necessário.²⁷⁰ Em vez de realizar entrevistas individuais, eles poderiam ser processados como um grupo.

Enquanto isso, um esforço paralelo estava em andamento para usar o reassentamento de forma mais “estratégica” para beneficiar não apenas os refugiados reassentados, mas também outros refugiados. Previa, por exemplo, acordos entre o reassentamento e os países de acolhimento em que o primeiro aumentaria o número de refugiados reassentados e o segundo adotaria políticas de integração mais favoráveis para a maioria dos refugiados que permanecessem em seu território.

Mas, na prática, o uso estratégico do reassentamento não rendeu benefícios

tangíveis significativos.²⁷¹ Em vez disso, levou a alguns resultados problemáticos. Alguns países europeus consideraram “estratégico” reduzir as ofertas de locais de reassentamento em resposta ao aumento dos pedidos de asilo ou condicionar o reassentamento à readmissão de requerentes de asilo reprovados pelo país de acolhida.²⁷² A Austrália considerou que estava usando o reassentamento “estrategicamente” para beneficiar refugiados “dignos”, enquanto recorriam ao processamento e detenção offshore para dissuadir os requerentes de asilo que foram rotulados como “saltadores de fila”.²⁷³

Outras iniciativas alcançaram resultados mais alinhados com suas intenções, mas para um pequeno número de refugiados. Em alguns casos, os refugiados que já foram selecionados para reassentamento, mas estão em risco iminente, são realocados temporariamente para instalações de trânsito de emergência na Romênia e nas Filipinas, aguardando a conclusão dos processos de reassentamento.²⁷⁴ Desde então, outras instalações foram criadas no Níger e em Ruanda para refugiados evacuados de terríveis condições de detenção na Líbia. Os refugiados nesses centros são avaliados para reassentamento, embora nem todos sejam selecionados pelos países de reassentamento.

A partir de 2016, houve um aumento encorajador nos números anuais de reassentamento, em grande parte em resposta à situação na Síria. O número de países de reassentamento mais do que dobrou entre 2014 e 2017,²⁷⁵ e as partidas de reassentamento aumentaram para 173 mil em 2016.²⁷⁶ Não foi para durar. Uma redução significativa nos locais de reassentamento nos Estados Unidos em 2017 levou a uma queda acentuada de 41% no número de refugiados reassentados anualmente.²⁷⁷ O reassentamento de refugiados caiu para os níveis mais baixos já registrados em pelo menos duas décadas. Menos de 35 mil refugiados foram reassentados em 2020, representando uma fração de 1% dos refugiados em todo o mundo.²⁷⁸

Em 2019, um conjunto de metas para a próxima década foi acordado entre o ACNUR, os países de reassentamento e outros parceiros. O objetivo é facilitar a admissão de 1 milhão de refugiados de 2019 a 2028 por meio de reassentamento e mais 2 milhões de refugiados por meio de outros programas de admissão de imigração, conhecidos como vias complementares.²⁷⁹

O declínio nas cotas anuais de reassentamento, no entanto, não é encorajador, nem o nível de promessas firmadas de vários anos dos países no primeiro Fórum Global de Refugiados de 2019.²⁸⁰ A maioria dos países de reassentamento prometeu continuar seus programas de reassentamento, mas não houve compromissos firmes para aumentá-los significativamente. Enquanto alguns países se comprometeram a iniciar programas de reassentamento, eles forneceram poucos detalhes sobre prazos ou o número de refugiados que aceitariam.²⁸¹ Enquanto isso, os apelos para priorizar o reassentamento de refugiados em maior risco continuam a colidir com os países determinados a aplicar critérios

de integração relacionados ao idioma ou habilidades educacionais, religião, saúde e tamanho da família.

O reassentamento sempre provocou um debate vigoroso nos países receptores, especialmente em tempos economicamente desafiadores, que também tendem a corresponder ao aumento do populismo e às demandas por menos admissões de refugiados. Manter os programas existentes, quanto mais aumen-



Refugiados sírios, Abdel Qader e sua irmã, Ruha, são reassentados na Alemanha em 2013.
© ACNUR/ Elena Dorfman

tá-los, provavelmente continuará a depender do apoio público. Evidências de que os refugiados reassentados se integram às suas comunidades e contribuem para o crescimento econômico ao longo do tempo podem ajudar. A evidência empírica do que leva a melhores resultados de integração está melhorando.

Existem custos na prestação de apoio aos refugiados, tais como assistência financeira, aulas de línguas e ajuda no acesso a habitação, cuidados de saúde, educação e emprego. No entanto, descobertas recentes mostram que os custos dessas medidas são mais do que compensados pelos ganhos econômicos que elas geram a médio e longo prazo.²⁸² O envolvimento de organizações não governamentais, voluntários locais e diáspora também demonstrou melhorar os resultados da integração e aprofundar os entendimentos entre refugiados e comunidades de acolhida.²⁸³

Estudos nos Estados Unidos demonstraram que as taxas de emprego de

refugiados reassentados estão no mesmo nível dos cidadãos nativos. Embora muitas vezes tenham salários mais baixos e tendam a se concentrar em setores não qualificados, eles superam outros migrantes em termos de aquisição da língua inglesa, participação no mercado de trabalho e rendimentos.²⁸⁴ Ao longo de seus primeiros 20 anos nos Estados Unidos, estima-se que refugiados reassentados paguem, em média, US\$ 21 mil a mais em impostos do que recebem em benefícios.²⁸⁵ Estudos semelhantes na União Europeia também apontam para custos econômicos iniciais de curto prazo que se estima serem mais do que compensados no longo prazo.²⁸⁶

Em termos mais gerais, uma revisão recente da literatura disponível sobre o influxo de refugiados para países de alta renda revela que os países de acolhimento são capazes de absorver grandes influxos em seus mercados de trabalho sem efeitos adversos nos salários médios ou no emprego geral.²⁸⁷

Enquanto houver países que recebem imigrantes e apoio público aos refugiados, os programas de reassentamento do governo provavelmente continuarão por algum tempo. A queda de 2020 nos números anuais de reassentamento — em grande parte devido a uma pandemia global e mudança de política que desde então foi revertida no maior país de reassentamento — provavelmente não será permanente se os altos e baixos passados servirem de guia.²⁸⁸ Igualmente, no entanto, também é improvável que haja um aumento significativo nos locais de reassentamento além dos níveis de picos anteriores.

A estratégia de reassentamento parece refletir isso. Ela exige um milhão de vagas na próxima década, uma meta consistente com as admissões anuais de reassentamento do passado. Há uma área em que se espera um aumento: na duplicação das oportunidades para os refugiados acessarem outras vias de imigração chamadas de “vias complementares”.

Vias Complementares

A abertura de mais canais de imigração para refugiados e migrantes aparece entre os compromissos assumidos pelos países na Declaração de Nova York em 2016. Também está presente em dois pactos mais recentes de 2018: o Pacto Global sobre Refugiados e o Pacto Global para Segurança, Ordem e Migração Regular.²⁸⁹ As tendências globais de migração apontam para o potencial de caminhos complementares. Os níveis de imigração para países de alta renda estão aumentando e as origens nacionais, econômicas, sociais e culturais dos imigrantes são diversas.²⁹⁰

Em 2021, o ACNUR e a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) examinaram até que ponto indivíduos de sete dos principais países produtores de refugiados já estavam se beneficiando de vias complementares em 35 países membros da OCDE e no Brasil.²⁹¹ Em particular, eles

analisaram a concessão de vistos de família, educação e trabalho entre 2010 e 2019 a cidadãos do Afeganistão, Eritreia, Irã, Iraque, Somália, Síria e Venezuela. O estudo produziu três imagens interessantes.

Primeiro, descobriu que 60% mais nacionais desses países chegaram à OCDE e ao Brasil por meio de licenças de família, educação e trabalho (1,5 milhão) do que o número que chegou por meio de reassentamento (572 mil).²⁹² Em segundo lugar, em geral eles constituíam uma porcentagem particularmente pequena do número total de admissões de imigrantes por meio dessas categorias.²⁹³ O relatório concluiu que mais poderia ser feito para tornar essas vias mais acessíveis às populações deslocadas à força.

Como muitas boas intenções, os compromissos para expandir os caminhos complementares de forma sistemática e significativa exigirão esforço — e mais do que foi gasto até agora. Isso pode incluir garantir que as pessoas deslocadas à força estejam cientes dessas opções. É importante ressaltar que há a necessidade de diminuir as barreiras que obstruem o acesso a elas. Os obstáculos podem ser significativos. Eles incluem a falta de documentação necessária,²⁹⁴ fundos insuficientes para pagar as taxas de processamento e viagem, evidências para mostrar que a pessoa não contará com fundos públicos após a chegada e, no caso de autorizações temporárias, garantias de que a pessoa pode retornar ao seu antigo local de residência.

Além disso, os processos de solicitação de visto podem ser complicados e não são uniformes entre os países. Saber como navegá-los pode exigir conhecimento especializado não prontamente disponível em muitos contextos de deslocamento forçado. Existem esforços para ajudar os refugiados a navegar por esses processos. Mas ainda não atingiram a escala necessária para que os países cumpram seus compromissos de maior acesso a vias complementares.²⁹⁵

As medidas para ampliar o acesso aos esquemas de imigração familiar podem incluir a ampliação da definição de família para além da família nuclear, dispensando as taxas de processamento e facilitando alguns requisitos financeiros que os membros da família residente devem demonstrar para mostrar que podem sustentar os candidatos.²⁹⁶

Esforços para ajudar as pessoas deslocadas à força a acessarem os caminhos da educação também precisam de uma expansão significativa para cumprir as ambições do Pacto Global sobre Refugiados. Os programas existentes concebidos para este fim também são relativamente poucos em número e de pequena escala. A expansão pode ocorrer por meio de um alcance mais amplo às comunidades de refugiados, maior envolvimento das instituições de ensino e apoio financeiro aos refugiados selecionados. Eles também podem ser complementados por um maior acesso a oportunidades de educação on-line.

A situação dos esquemas de mobilidade laboral é indiscutivelmente mais complexa. Os trabalhadores migrantes representam cerca de 18% da força de

trabalho em países de alta renda, de acordo com a Organização Internacional do Trabalho. Mais de 45% estão concentrados na América do Norte e ao norte e ao sul da Europa, bem como na Europa Ocidental.²⁹⁷ Isso aponta para uma oportunidade. No entanto, o estudo da OCDE-ACNUR demonstrou que apenas 4% de todas as autorizações de trabalho emitidas para estrangeiros na OCDE foram para cidadãos dos sete principais países produtores de refugiados analisados. Positivamente, o número de autorizações de trabalho concedidas aumentou de forma constante ao longo da década e mais do que dobrou até 2019.²⁹⁸

Alguns economistas expressaram dúvidas sobre as perspectivas da migração de trabalhadores para países de alta renda se tornar uma opção viável para os refugiados. Entre os obstáculos observados está o fato de que a maioria dos programas trabalhistas são estabelecidos em caráter temporário, o que é um problema para os refugiados que não podem voltar para casa. Se o trabalho for em um país de terceiro mundo, o retorno ao país de onde o refugiado foi selecionado requer a anuência desse país.²⁹⁹ A experiência mostrou que os países de acolhimento e trânsito relutam em entrar em acordos de readmissão. Sem isso, os países com programas de trabalho temporário podem relutar em oferecer acesso ao mercado de trabalho se acreditarem que os refugiados nunca sairão.³⁰⁰

Enquanto outros reconhecem os desafios em aumentar a escala dos esquemas de mobilidade laboral, eles sustentam que há potencial para que sejam de benefício significativo. A *Talent Beyond Boundaries*, Talento Além das Fronteiras em tradução livre (TBB, na sigla em inglês), que combina pessoas deslocadas com oportunidades de trabalho em todo o mundo, tem essa visão. Ele aponta para o Canadá, onde um acordo inicial com o governo para colocar de 10 a 15 refugiados em contato com empregadores agora se expandiu para 500 refugiados e suas famílias entre 2021 e 2022.³⁰¹

Kris Braun, representante da indústria de tecnologia do Canadá, observa que o programa ajudou a preencher as lacunas de habilidades. Ele observa que isso funciona para refugiados que tentam “fazer sua vida avançar novamente” e para a crescente indústria de tecnologia do Canadá que precisa de suas habilidades.³⁰² A Austrália iniciou um esquema com uma cota atual de 100 refugiados e suas famílias.³⁰³ O Reino Unido está considerando um compromisso semelhante.³⁰⁴

Os programas de patrocínio privado são outra forma de via complementar por meio do qual grupos privados identificam e patrocinam refugiados, assumindo a responsabilidade por seus cuidados após a chegada e por um período determinado. Os refugiados que se beneficiam desses programas são identificados independentemente pelo grupo ou país patrocinador e não pelo ACNUR, e não necessariamente priorizados por necessidade crítica. Embora o número desses programas esteja se expandindo gradualmente, eles ainda não geraram aumentos significativos nas admissões gerais de refugiados.

O programa de patrocínio privado do Canadá é o maior e está em vigor há mais tempo. Por meio dele, 327 mil refugiados foram admitidos no Canadá ao longo de 40 anos.³⁰⁵ A maioria das avaliações conclui que o envolvimento da comunidade melhora a recepção e ajuda a promover a integração dos refugiados. Mas alguns também argumentaram que, em certos casos, os programas de patrocínio privado podem vir à custa de uma redução nos programas de reassentamento do país.³⁰⁶

Tomados em conjunto, o potencial de vias complementares ainda não está claro. Os compromissos dos países nos últimos cinco anos para expandir sua disponibilidade para pessoas deslocadas à força são um começo. Mas muito mais trabalho é necessário para tornar essas promessas uma realidade. E, para repetir um tema recorrente desta publicação, é necessária uma melhor coleta de dados para avaliar o progresso em relação à meta ambiciosa que foi definida.

O exemplo canadense demonstrou o valor de começar com um esquema piloto de mobilidade laboral. Uma vez que foi facilitado por um ministério central, apresentava a capacidade de convocar outras autoridades governamentais e a oportunidade de avaliar o que funciona, ajudando a construir apoio.

O estudo da OCDE-ACNUR revela que as vias de imigração estão sendo utilizadas por populações afetadas por conflitos, incluindo aquelas dos países que geram os maiores deslocamentos do mundo.³⁰⁷ Mais estudos são necessários para identificar como os beneficiados conseguiram acessar esses caminhos, notadamente se os refugiados conseguiram acessá-los de forma autônoma, os obstáculos que enfrentaram e como foram superados.

Enquanto isso, alguns acadêmicos sugeriram que uma maneira de abrir mais mobilidade para refugiados é facilitar seu movimento para um país de sua escolha, revivendo o passaporte Nansen. A determinação do status de refugiado por uma autoridade reconhecida, como o ACNUR, pode ser seguida pela concessão de um passaporte Nansen reconhecido pelos países participantes da proteção de refugiados. O passaporte daria a eles o direito de se mudarem para trabalhar, juntar-se à família e/ou encontrar uma comunidade fora do país onde encontrar refúgio pela primeira vez. Reconhecendo que essa ideia provavelmente encontrará oposição entre os países, os autores sugerem que os países poderiam determinar quantos refugiados aceitariam dessa maneira e condicionar a fatores, como oferta de emprego e meios comprovados de autosustentação na chegada.³⁰⁸

Integrando localmente

A integração local figurou timidamente como solução na Agenda 2002 para a Proteção. Nela, os países se comprometeram apenas a “examinar” as circunstâncias em que poderia ser apoiada. No entanto, o fortalecimento do capital

humano em deslocamento — por meio de educação, habilidades e oportunidades de autossuficiência — foi expresso de forma mais definitiva.

Várias iniciativas se seguiram na década seguinte, mas, globalmente, o quadro não mudou muito.³⁰⁹ Houve resistência contínua à inclusão econômica e social de refugiados e sérios desafios em relação à integração de pessoas deslocadas internamente.³¹⁰ Uma mudança significativa finalmente surgiu por volta de 2015: neste momento, a atenção do mundo estava voltada para o movimento em massa de refugiados sírios do Oriente Médio para a Europa.³¹¹

O impacto relativo que a crise da Síria teve nas abordagens ao deslocamento forçado continuará a ser debatido por algum tempo. O alcance crescente do êxodo sírio chamou a atenção de forma mais clara para o agravamento da situação enfrentada no país e seus vizinhos. Os países fronteiriços que abrigam 5,5 milhões de refugiados sírios — ou 90% do total global — sentiram a pressão sobre sua infraestrutura e economia já frágeis. Isso foi agravado pela perda de comércio, turismo e investimento devido ao conflito. Como países de renda média, seus apelos se destacaram por doações de desenvolvimento e empréstimos concessionais para ajudar a aliviar os encargos que carregavam.

Quanto aos refugiados sírios, seu deslocamento estava se tornando prolongado. A pobreza dos refugiados se aprofundou à medida que as economias iniciais secaram e as restrições de mobilidade e emprego limitaram sua capacidade de se sustentar. A assistência humanitária foi insuficiente para atender a todas as necessidades. A maioria das crianças permaneceu fora da escola, as condições de vida eram superlotadas e muitas vezes não tinham saneamento adequado e proteção contra os elementos. O acesso aos serviços de saúde era muitas vezes restrito. Embora constituindo uma pequena minoria, os refugiados com meios financeiros buscaram uma saída, dispostos a arriscar suas vidas em viagens perigosas para a Europa.

As realidades da região, os desafios políticos e o aumento repentino das chegadas de refugiados na Europa mudaram a conversa. Investir em áreas de acolhimento de refugiados, por meio de financiamento substancial para o desenvolvimento, tornou-se a prioridade de muitos grandes doadores de desenvolvimento bilaterais e multilaterais. Novos instrumentos de financiamento foram introduzidos para apoiar isso.³¹²

O fortalecimento do capital humano no deslocamento passou a ser mais focado. Foi apoiado por meio de maiores investimentos em desenvolvimento para melhorar o acesso ao emprego, educação e serviços de saúde para as comunidades deslocadas à força e as comunidades anfitriãs.³¹³ A inclusão de pessoas deslocadas à força nos esforços para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável também foi mais integrada ao trabalho de desenvolvimento multissetorial das Nações Unidas.³¹⁴

Essa orientação está refletida nos objetivos do Pacto Global sobre

Refugiados e seu Programa de Ação. Uma parte significativa dela é dedicada a fortalecer o acesso à educação, empregos e meios de subsistência, acomodação e serviços de saúde para comunidades de acolhida e refugiados.³¹⁵ A ênfase não é apenas nos países que abrem esses caminhos para os refugiados, mas também na comunidade internacional que fornece apoio financeiro, material e técnico adicional para reforçar essas mudanças.

Isso já havia começado. Conforme discutido com mais detalhes na Parte V, a partir de 2016, novos instrumentos de financiamento internacional entraram em operação e foram projetados especificamente para países de baixa e média renda com grandes populações deslocadas à força.³¹⁶ Eles apresentam empréstimos concessionais e doações para promover e apoiar a inclusão socioeconômica dos refugiados. Os objetivos incluem melhorar a infraestrutura e a prestação de serviços inclusivos tanto para as comunidades deslocadas à força quanto para as comunidades de acolhida. Existem esforços para melhorar os meios de subsistência nas áreas da comunidade de acolhida e medidas para aliviar as finanças do governo das tensões de suas responsabilidades de acolhimento.

O leque de instituições financeiras e de desenvolvimento envolvidas neste trabalho cresceu significativamente, assim como os países beneficiários nos últimos cinco anos. Bilhões de dólares foram comprometidos para fortalecer o capital humano de comunidades deslocadas à força e de acolhimento.³¹⁷

O aumento das oportunidades de financiamento também destacou a necessidade de melhores dados. Um tema recorrente do Pacto Global sobre Refugiados é que os esforços para aumentar a inclusão social e econômica de refugiados e apoiar instituições e serviços do país devem ser informados por dados aprimorados, confiáveis, comparáveis e oportunos.³¹⁸ Até recentemente, não havia critérios acordados para determinar as condições socioeconômicas dos refugiados e deslocados internos em comparação com as comunidades de acolhida locais, um elemento importante para qualquer estratégia de inclusão. Esforços significativos estão sendo feitos para fechar essa lacuna de informação.

Em 2018, o Grupo de Especialistas em Estatísticas de Refugiados e Pessoas Deslocadas Internamente (EGRIS, na sigla em inglês)³¹⁹ desenvolveu orientações sobre estatísticas de refugiados, incluindo como medir e quantificar a integração de forma comparável e consistente em diferentes contextos.³²⁰ Um exercício complementar foi posteriormente concluído para pessoas deslocadas.³²¹ Ambos os conjuntos de indicadores são projetados para avaliar a situação das comunidades de acolhida e deslocadas de maneira simultânea, o que possibilita comparações sólidas. Muitos também são úteis para relatar o progresso dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Ter indicadores abrangentes é um passo importante. Os dados para eles

podem ser obtidos de pesquisas, censos, registros administrativos e pesquisas. Mas os processos em que são usados são igualmente importantes. Estudos mostraram que as avaliações de integração têm uma chance maior de influenciar os resultados das políticas se forem colaborativas do início ao fim. Em outras palavras, eles devem envolver todas as partes interessadas: atores humanitários e de desenvolvimento; doadores; autoridades locais e estaduais; deslocados à força; e comunidades de acolhida.³²² Ajuda a alcançar um consenso sobre metodologia, resultados e prescrições de políticas. É útil descobrir, tanto das pessoas deslocadas à força como dos seus anfitriões, o que elas percebem como obstáculos e o potencial para superá-los.

Dois estudos recentes demonstram os benefícios de tal abordagem. Um examinou a situação dos refugiados na Etiópia e o outro examinou a situação dos deslocados internos em quatro países.

A Etiópia abriga mais de 800 mil refugiados. Em 2017, o governo concordou em fazer mudanças legislativas de longo alcance para facilitar a integração de refugiados de longa duração. Isso incluiu permitir aos refugiados maior mobilidade e melhor acesso a serviços, especialmente educação. Também procurou melhorar os meios de subsistência, expandindo o acesso a empregos e terras. Em fevereiro de 2019, o parlamento etíope aprovou uma proclamação para fortalecer essas promessas por meio de legislação e estruturas administrativas.

Para informar este trabalho, o Banco Mundial realizou um estudo para determinar o impacto social dos refugiados nas comunidades de acolhida na Etiópia, até que ponto os refugiados foram integrados, os obstáculos que enfrentaram e o impacto que políticas mais inclusivas poderiam ter nas comunidades de acolhida. Suas descobertas são importantes, por suas observações e pelas implicações políticas delas derivadas.

Destacou a importância das condições locais para as perspectivas de uma maior integração dos refugiados. Em algumas áreas do país, melhorar a autosuficiência dos refugiados pode aumentar a competição com as comunidades de acolhida, arriscando a escalada das tensões entre os dois grupos. Em outros lugares, a criação de melhores oportunidades de interação e intercâmbio entre as comunidades pode ajudar a construir confiança em conjunto com a melhoria das oportunidades de subsistência. Políticas e programas devem ser adaptados a essas diferentes realidades.³²³

Outro estudo do Banco Mundial traçou o perfil das populações de deslocados internos e comunidades de acolhida na Nigéria, Somália, Sudão do Sul e Sudão.³²⁴ Este estudo também constatou que os obstáculos à integração variavam entre as regiões, destacando a necessidade de estratégias adaptadas ao contexto específico.

No norte da Nigéria, isso significava priorizar “segurança e melhorias nas condições de vida nas áreas de acolhimento”. Na Somália, incluiu o reforço do

capital humano por meio da expansão do acesso à educação, saúde, formação profissional e transferências monetárias, bem como a melhoria das condições de vida das comunidades de acolhida. No Sudão do Sul, o estudo constatou que os serviços de segurança e a assistência humanitária continuam críticos. À medida que a situação de segurança se estabiliza, continuar a investir em capital humano “por meio de programas de nutrição, saúde e educação” também foi considerado necessário, além de expandir o acesso ao emprego e ajudar as comunidades anfitriãs a apoiar os recém-chegados. No Sudão, a melhoria da segurança e as oportunidades de emprego também foram identificadas como prioridades principais, juntamente com a melhoria das condições de vida e a redução das vulnerabilidades de gênero.³²⁵

Os estudos mostram que as estratégias de integração local bem-sucedidas são projetadas especificamente para seus contextos. Eles também se baseiam em quaisquer circunstâncias promissoras em que a integração já existe e abordam os desafios que a inibem. Essas observações se aplicam a soluções duradouras e provisórias, e há outros estudos com implicações políticas semelhantes.³²⁶

A inclusão econômica e social dos refugiados é muito preferível à marginalização contínua, mas muitas vezes não constitui uma solução completa para o deslocamento. Há muitas situações no mundo em que os refugiados são deslocados há gerações, com os mais jovens tendo poucos ou nenhum vínculo com seu país de origem e, portanto, identificando-se mais intimamente com o respectivo país de acolhimento.

Os países que acolhem a maioria da população de refugiados do mundo estão relutantes em fornecer um caminho progressivo para a cidadania por várias razões políticas, sociais e econômicas. Isso se aplica mesmo quando os refugiados representam uma proporção relativamente pequena da população total. Mudanças políticas recentes na Colômbia são uma exceção dramática e notável.

Conforme discutido na Parte II, em fevereiro de 2021, a Colômbia anunciou que fornecerá Status de Proteção Temporária (TPS, na sigla em inglês) a todos os venezuelanos residentes no país que se registrarem junto ao governo dentro de um determinado período, bem como a possíveis chegadas regulares nos próximos dois anos. No momento do anúncio, mais de 1,7 milhão de venezuelanos deslocados estavam na Colômbia e novas chegadas estavam em andamento. O TPS será válido por 10 anos, período durante o qual os titulares de permissão poderão trabalhar, frequentar a escola e acessar serviços de saúde. Durante o período de 10 anos, eles poderão solicitar a residência permanente.

Ao anunciar a medida, o presidente Duque deixou claro que seu objetivo era proporcionar aos venezuelanos a oportunidade de dar uma contribuição positiva à Colômbia, que esperava que outros países fizessem o mesmo e pediu

à comunidade internacional que aumente o financiamento para a crise venezuelana.³²⁷ Em cinco meses, o Equador, que abriga cerca de 450 mil venezuelanos, anunciou uma nova política de regularização para venezuelanos no país. Ao comunicar a notícia, o presidente Lasso disse que a nova política seria complementada pela integração econômica e acesso ao mercado de trabalho “para ser uma política efetiva, duradoura e permanente”.³²⁸

José Soto e María José deixaram a Venezuela há dois anos com seus três filhos e agora moram em Ibarra, Equador. Eles expressam as opiniões de muitos venezuelanos que veem a regularização de sua situação como a remoção das profundas ansiedades que enfrentam por causa de sua situação incerta. María José descreve os impedimentos que enfrentam sem um documento de identidade nacional. Eles são incapazes de estabelecer e expandir seus negócios, e seus filhos não podem obter seus diplomas de educação. “A regularização é vital”, observa, “é o que precisamos para encontrar estabilidade e calma.”³²⁹

Outros países podem seguir esses dois exemplos. Um resultado positivo para a Colômbia e o Equador será, sem dúvida, importante. Da mesma forma, estudos que demonstrem os benefícios de oferecer residência permanente e cidadania também podem ser importantes.

Regularizar um grande número de migrantes já é comum em países de alta renda, com histórico de sucesso. A pesquisa demonstra como os imigrantes contribuem para as economias e comunidades, com o aumento da produtividade ajudando a reforçar a coesão social.³³⁰ A regularização geralmente é baseada em critérios, incluindo tempo de residência, vínculos com a comunidade e prova de boa conduta. Por exemplo, em 2017, o Banco Mundial observou que a Itália regularizou 1,2 milhão de migrantes em 2012, representando 2% de sua população. Nos primeiros 15 anos ou mais do século XXI, os Estados Unidos regularizaram em média 700 mil estrangeiros anualmente. Isso elevou o total para mais de 10 milhões de pessoas, aproximadamente o equivalente ao número de refugiados hospedados em países de baixa e média renda.³³¹ Se essas experiências servirem de guia, estender mais oportunidades de cidadania plena a refugiados de longo prazo também pode ser útil benefício para outras comunidades anfitriãs.

Lições aprendidas

Setenta anos de experiência na busca de soluções para o deslocamento revelam os seis pontos principais a seguir.

Primeiro: a política muitas vezes definiu o nível de apoio e atenção que as

soluções recebem. Eles foram realizados — ou prematuramente promovidos — devido aos interesses geopolíticos dos países, e não com base na necessidade aguda ou na sustentabilidade. Embora os países continuem a ser motivados por prioridades geopolíticas, as agências que trabalham em nome das comunidades deslocadas e afetadas devem buscar proteção para aqueles em maior risco e insistir que a repatriação só seja promovida quando for voluntária, segura e sustentável.

Segundo: tem havido uma ênfase tradicional no retorno voluntário como a “solução preferencial”. E, embora o regresso seja um direito fundamental, nem sempre pode ser preferido, especialmente se as causas subjacentes do deslocamento não forem resolvidas. A estabilidade política, a segurança e a capacidade de sustentar os meios de subsistência estão entre os principais requisitos para o sucesso que, em muitos contextos, permanecem indefinidos.

Terceiro: a solução de reassentamento nunca atingiu mais do que uma pequena proporção dos refugiados do mundo. O potencial para ampliar o assentamento de refugiados em países terceiros depende de tornar mais acessíveis novas vias, inclusive por meio de meios de migração trabalhista e educacional.

Quarto: quando o investimento em desenvolvimento visa comunidades anfitriãs ao lado de refugiados, pode ser de benefício mútuo entre as comunidades. Programas para melhorar as habilidades e oportunidades de emprego de anfitriões e refugiados ajudam a superar a resistência à inclusão socioeconômica de pessoas deslocadas à força. O mesmo acontece com os esforços de infraestrutura e prestação de serviços, que também ajudam a reduzir a saúde precária e a pobreza multigeracional associada ao deslocamento de longo prazo e à dependência da ajuda humanitária.

Quinto: permitir movimentos de ida e volta através das fronteiras pode ser uma solução em algumas áreas de deslocamento. As soluções não são simplesmente concedidas a pessoas deslocadas à força, mas são aquelas que apreendem com base no cálculo do que será melhor para elas. Os refugiados podem optar por retornar permanente ou temporariamente. As famílias podem optar por se mudarem juntas ou de forma escalonada para minimizar os riscos. Essas avaliações podem mudar ao longo do tempo, especialmente quando o deslocamento ocorre por períodos mais longos. Alguns refugiados podem ir e vir entre o país de origem e o deslocamento como o melhor meio de garantir um ponto de apoio em casa. Facilitar esses movimentos transfronteiriços em alguns contextos pode ser a estratégia de soluções mais adequada.

Sexto: uma mudança de abordagem é essencial para uma melhoria significativa nas perspectivas de vida da maioria dos refugiados. As soluções tradicionais duráveis — retorno sustentável, reassentamento e/ou integração local — fornecem apenas uma solução para uma pequena proporção dos deslocados à força.

Mais pessoas enfrentam uma espera de longo prazo entre o deslocamento e a obtenção de uma solução. A ampliação do acesso à educação, serviços e emprego durante o deslocamento proporciona benefícios líquidos no prazo imediato. Também estabelece bases importantes para o sucesso de qualquer solução que possa surgir no futuro. As mudanças operacionais que podem ser necessárias para fazer isso de forma mais eficaz são o assunto da Parte IV.



PARTE IV

Melhorando as perspectivas de vida

SUMÁRIO

208 Impactos de Conflito e Deslocamento

209 Educação

209 Contexto

211 Evolução

213 Desafios de inclusão

217 Apoiando a inclusão sustentável

223 Saúde

223 Contexto

225 Evolução

226 Avanços e Desafios Contínuos

233 Apoiando a inclusão sustentável

235 Inclusão econômica

235 Contexto

238 Evolução

240 Impactos no mercado de trabalho local

254 Descobertas consolidadas

256 A ambição de 2030



Melhorando as perspectivas de vida

*Página anterior:
crianças de
Mianmar
frequentam
a escola em
um campo de
refugiados na
Tailândia em
2009.*

© ACNUR/Thierry
Falise

Melhorar vidas e promover o desenvolvimento humano para pessoas deslocadas à força é uma ambição global. Faz parte dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da comunidade internacional, acordados por 193 países em 2015.¹

Este conjunto de 17 objetivos e 169 metas visa assegurar o desenvolvimento e o crescimento econômico inclusivos. Eles devem ser cumpridos até 2030² e se aplicam a todas as nações, para o benefício de todas as pessoas, independentemente do status.³ Os países prometeram que “ninguém será deixado para trás” nos esforços para atingir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e se empenhar a primeiro chegar “ao mais distante”.⁴

A Agenda 2030, que descreve os objetivos, reconhece explicitamente os refugiados e os deslocados internos como os mais vulneráveis, e os países resolvem remover todos os obstáculos e fortalecer o apoio ao seu empoderamento.⁵

Mas o fato de que refugiados e pessoas deslocadas internamente devem ser incluídos nesses esforços de desenvolvimento marcantes não significa que

sejam. Embora os principais doadores internacionais de desenvolvimento adotem cada vez mais uma abordagem inclusiva, a prática nacional fica para trás. Embora a prática dos países esteja melhorando, os deslocados internos nem sempre são incluídos nos planos nacionais de desenvolvimento.⁶ Os refugiados são largamente deixados de fora, independentemente de quanto tempo tenham vivido no país.⁷

A exclusão dos deslocados internos é marcante, pois são nacionais do país em que estão deslocados.⁸ E, embora sua exclusão possa ser intencional, também pode surgir por estarem em áreas remotas, menos visíveis e/ou necessidades não priorizadas devido aos muitos desafios que seus países enfrentam. Também acontece que os dados sobre as populações deslocadas internamente são muitas vezes insuficientes para obter uma compreensão clara de sua situação socioeconômica e níveis de pobreza — importante para os planos de desenvolvimento, conforme observado na Parte III.⁹

Os refugiados não são cidadãos dos países de acolhida e 83% residem em países de baixa e média renda, que lutam para atender às necessidades de suas próprias populações.¹⁰ Receber um grande número de refugiados sobrecarrega sua infraestrutura, meio ambiente e serviços sociais.¹¹ Para incluir os refugiados em seus programas de desenvolvimento, os países precisam estar convencidos de que isso não apenas ajudará os refugiados, mas também beneficiará suas próprias comunidades.

Essa consideração é crucial para a tomada de decisões políticas e é influenciada por muitos fatores. As considerações políticas locais podem ser definitivas. Pode haver apoio público insuficiente para políticas mais inclusivas. Os países também podem não querer melhorar significativamente a vida dos refugiados se acharem que, ao fazê-lo, os refugiados podem estar mais inclinados a permanecer. Os governos podem não estar convencidos de que o desenvolvimento inclusivo levará a melhores resultados para as comunidades locais.

E assim, o movimento em direção a políticas mais progressistas e inclusivas depende de evidências persuasivas de que isso não custará o apoio político e ajudará a melhorar as condições socioeconômicas para todos. Para tanto, são necessárias evidências sólidas e apoio técnico e financeiro adicional.

Na Parte IV, examinamos os fundamentos necessários para melhorar a vida, fortalecendo o capital humano em deslocamento — as habilidades, o conhecimento e a experiência que permitem que os indivíduos realizem seu potencial como membros produtivos da sociedade. Nós nos concentramos em países de baixa e média renda, que abrigam mais de 90% das populações deslocadas à força do mundo. Investir nas pessoas por meio de cuidados de saúde, educação, habilidades e empregos as ajuda a desenvolver seu capital humano. É fundamental para reduzir a pobreza e estimular o crescimento econômico.¹² Fornece a base para a construção de soluções sustentáveis, como vimos na Parte III.

Impactos de Conflito e Deslocamento

Muitas vezes, assume-se que receber um grande número de refugiados invariavelmente tem impactos negativos nas comunidades de acolhimento. A realidade é mais complexa. O próprio conflito muitas vezes tem efeitos indiretos internamente e em países vizinhos que existem independentemente do impacto do deslocamento forçado. O conflito muitas vezes interrompe e distorce o desempenho e as atividades econômicas e comerciais. Por exemplo, pode levar a interrupções nas cadeias de suprimentos e custos mais altos de transporte, bens e serviços, queda na demanda e diminuição da produção. Os efeitos indiretos incluem desemprego mais alto, poder de compra reduzido, mercados reduzidos e investimento e comércio em declínio.¹³

É difícil separar o impacto econômico do conflito do impacto do deslocamento forçado. Outros fatores relevantes são o tamanho e a composição do deslocamento, as condições preexistentes no local do deslocamento, as políticas governamentais e as respostas humanitárias e de desenvolvimento.¹⁴

Para a maioria dos países de acolhimento, os refugiados representam consideravelmente menos de 1% da sua população total. Existem algumas exceções notáveis, como a Jordânia e o Líbano, onde os refugiados constituem uma parcela muito maior: cerca de 30% e 20%, respectivamente.¹⁵ Na maioria dos países, no entanto, os efeitos de receber refugiados são sentidos localmente, com apenas efeitos nacionais modestos. O impacto do deslocamento interno também tende a ser experimentado principalmente no nível local.¹⁶

Muitas áreas de acolhimento enfrentam desafios de desenvolvimento significativos. O fluxo repentino ou contínuo de pessoas deslocadas à força pode sobrecarregar os serviços públicos, como educação e saúde, em detrimento das comunidades locais. A infraestrutura que pode ter sido frágil antes do influxo pode ser ainda mais tributada por uma população maior. Isso pode incluir serviços de água e eletricidade e saneamento. Os impactos ambientais também podem ser severos, com árvores e arbustos cortados para serem usados como lenha, níveis de água reduzidos ou descarte inadequado de resíduos. Em países com grandes subsídios a produtos essenciais, um influxo considerável também pode levar ao aumento dos gastos públicos.¹⁷

Mesmo quando a chegada de um grande número de pessoas deslocadas à força cria desafios econômicos, também há oportunidades. Pode beneficiar os empregadores ao fornecer mais trabalhadores e aumentar a demanda por bens e serviços, ajudando produtores e fornecedores. Ao mesmo tempo, no entanto, novos trabalhadores também podem aumentar a concorrência e levar à perda de empregos entre aqueles que possuem habilidades semelhantes. Os preços da terra e da habitação podem subir, ajudando os proprietários, mas prejudicando os inquilinos. Os movimentos de preços de alimentos e outras merca-

dorias dependem mais dos contextos locais e podem aumentar ou diminuir.

Os impactos negativos podem levar ao declínio do bem-estar, especialmente entre os mais vulneráveis da comunidade de acolhimento. Isso pode piorar se os serviços públicos, como saúde e educação, ficarem sobrecarregados e não tiverem mais investimentos para expandir a capacidade. Mesmo quando o bem-estar das famílias realmente melhora, os indivíduos ainda podem perceber que estão em pior situação devido à presença de mais pessoas deslocadas à força.¹⁸

Compreender o impacto diferencial de um grande influxo de pessoas deslocadas à força requer uma análise detalhada e diferenciada que também examine o efeito das políticas governamentais. As políticas governamentais podem exacerbar os impactos negativos ou, inversamente, as políticas responsivas podem mitigar as perdas e maximizar os ganhos potenciais das mudanças socioeconômicas de um influxo.

Na Parte IV, examinamos essas questões em relação à educação, saúde e oportunidades de emprego. Tradicionalmente, a assistência humanitária tem sido prestada por meio de sistemas paralelos de saúde e educação, em parte devido a políticas governamentais que não incentivam a inclusão socioeconômica. Os investimentos feitos para incentivar a autossuficiência têm sido relativamente modestos.

Esse padrão está começando a mudar, em sintonia com as influências que informaram os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e seu compromisso com o desenvolvimento inclusivo. Analisamos as oportunidades que isso apresenta para mudanças significativas, que os parceiros humanitários e de desenvolvimento começaram a acelerar.

Educação

Contexto

“Se o seu plano é para um ano, plante arroz. Se o seu plano é para dez anos, plante árvores. Se o seu plano é para cem anos, eduque as crianças.” Essas palavras deram o tom para o Relatório de Desenvolvimento Mundial de 2018 do Banco Mundial sobre educação. Elas são do filósofo e político chinês Kuan Chung, ditas no século VII (a.C.).¹⁹

Até hoje, eles capturam uma compreensão secular da importância da educação para o desenvolvimento humano, que também está incorporada nos documentos fundamentais das Nações Unidas. O artigo 26 da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 começa de forma bastante simples com a frase: “Toda pessoa tem direito à educação”. Vai além, reconhecendo o valor

intrínseco da educação, especificando que o ensino fundamental deve ser gratuito e obrigatório.²⁰

Desde então, as evidências apontam consistentemente para a importância crucial da educação para o desenvolvimento humano. É essencial para a redução da pobreza. Para os indivíduos, a educação leva a melhores rendimentos,²¹ melhor saúde²² e menores riscos de violência de gênero,²³ todos os quais afetam a qualidade de vida geral. Para as nações, impulsiona o crescimento econômico.²⁴

As metas de educação têm sido centrais para todas as grandes iniciativas de desenvolvimento global desde a década de 1980, principalmente por causa de seus enormes dividendos de desenvolvimento. Em 1987, as Nações



*Crianças
refugiadas sírias
frequentam
escola no norte
do Líbano.
© ACNUR/
Andrew
McConnell*

Unidas publicaram *Nosso Futuro Comum*, com recomendações para melhorar a cooperação internacional em meio ambiente e desenvolvimento com a educação desempenhando um papel central.²⁵ Alcançar a educação primária universal foi um dos oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) lançados pelas Nações Unidas em 2000.²⁶ Uma ambição ampliada para a educação seguiu em 2015, com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável pedindo educação de qualidade inclusiva e equitativa e oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos até 2030.²⁷

Os esforços internacionais para alcançar a educação primária universal até 2015 tiveram algum sucesso. As taxas líquidas globais de matrícula nos países em desenvolvimento aumentaram de 83% em 2000 para 91% em 2015.²⁸ Mas os ganhos não foram experimentados igualmente.

As crianças das famílias mais pobres tinham “quatro vezes mais probabilidade de não frequentar a escola do que as das famílias mais ricas”: mais de 34% das crianças mais pobres não concluíram o ensino primário. Nos países afetados

por conflitos, a proporção de crianças que não frequentam a escola aumentou de 30% em 1999 para 36% em 2012. Essa era uma tendência preocupante, pois o número de países afetados por conflitos também estava aumentando.

E, embora o aumento das matrículas de alunos em geral tenha sido positivo, isso não se traduziu necessariamente em bons resultados de aprendizagem. As avaliações mostraram que, em muitos países em desenvolvimento, metade de todas as crianças que concluíram a escola primária eram incapazes de ler textos simples ou realizar aritmética básica. Quando os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável foram adotados em 2015, havia uma percepção generalizada de que “escolarização não é o mesmo que aprender”. A frequência é importante, mas aprender na escola é fundamental.

A meta dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável para a educação foi informada por essas realidades. Visa expandir o ensino fundamental e médio universal, gratuito, equitativo e de qualidade até 2030. Também se concentra na educação infantil, eliminando as disparidades de gênero e melhorando o acesso ao ensino técnico e superior a preços acessíveis. Procura aumentar substancialmente o número de jovens e adultos com competências relevantes para o trabalho assalariado ou por conta própria. Entre as metas estão o aumento do apoio às instalações educacionais, o fortalecimento da capacidade de ensino e uma expansão substancial no número global de bolsas de estudo disponíveis para os países em desenvolvimento, particularmente os menos desenvolvidos.

A eliminação do que hoje é conhecido como “pobreza de aprendizagem” é amplamente reconhecida como uma prioridade de desenvolvimento urgente. As taxas globais de matrícula permanecem longe da meta do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável, e garantir uma educação de qualidade também levará mais tempo do que a meta de 2030. Positivamente, estão a ser investidos mais recursos de desenvolvimento para melhorar a qualidade e o acesso equitativo à educação.

Como veremos, a Covid-19 aumentou os desafios. O fechamento obrigatório de escolas afetou 1,6 bilhão de crianças. Os impactos são particularmente graves em países de baixa renda e afetados por conflitos. Trabalhar em torno das restrições da Covid-19 também levou à expansão do aprendizado remoto e em casa, que pode ajudar os sistemas educacionais a lidar, se recuperar e se tornar mais inclusivos no futuro. Mas, conforme discutido abaixo, isso exigirá abordar a ausência de conectividade com redes digitais ou de transmissão enfrentadas por muitas pessoas deslocadas à força e as comunidades em que vivem.

Evolução

O deslocamento forçado é perturbador em muitos níveis, especialmente para as crianças. Geralmente envolve a perda de casa, amigos, entes queridos e

literalmente todas as coisas que tornam a vida familiar e previsível na infância. Para as crianças que estavam na escola, o deslocamento forçado marca o início de um longo período fora da escola — em média de três a quatro anos para refugiados — e muitas não permanecem na escola.³⁸

Cada ano de aprendizado perdido dificulta a recuperação e leva a perdas econômicas ao longo do tempo. Crianças fora da escola são mais vulneráveis ao trabalho infantil, recrutamento forçado, exploração sexual e casamento infantil.³⁹

A educação é frequentemente mencionada por pessoas deslocadas à força como sua principal prioridade, independentemente de quão desanimador seja seu abrigo, quão inseguro seja o ambiente e até mesmo quão irregular seja seu acesso à comida. Isso não é surpreendente, dados os benefícios que ela oferece. Mesmo crianças deslocadas muito jovens, que provavelmente não apreciarão as ligações entre aprendizagem e renda, frequentemente mencionarão poder ir à escola no topo de sua lista de desejos. A escola pode proporcionar um lugar de estabilidade, amizade e aprendizado. Ajuda a superar traumas e perdas.⁴⁰

Ou, nas palavras de um menino refugiado sírio de oito anos no Líbano, a escola “é como a diferença entre a terra e o céu”.⁴¹ Ahmed fugiu da Síria com seus pais em 2011, quando tinha apenas cinco anos. Inicialmente, ele não foi admitido na escola e teve que trabalhar para complementar as finanças familiares apertadas. Depois de dois anos servindo como “menino do chá” em Trípoli, ingressou em uma escola local. Quando solicitado a descrever a mudança que isso causou em sua vida, a resposta pungente de Ahmed foi dada com os braços abertos.

O ACNUR estima que existam mais de 7 milhões de crianças refugiadas em idade escolar.⁴² As taxas de matrícula de crianças refugiadas estão consideravelmente abaixo das médias globais. Há uma estimativa de 14,1 milhões de crianças em idade escolar que são deslocadas internamente devido a conflitos e violência, muitas das quais também enfrentam desafios significativos para garantir uma educação.⁴³

Em 2019, 77% de todas as crianças refugiadas estavam matriculadas na escola primária, em comparação com a média global de 91%. A diferença na escola secundária foi ainda maior: 31% em comparação com 76% globalmente, com meninos refugiados representados desproporcionalmente em comparação a meninas refugiadas. As taxas de ensino superior caem para apenas 3% de matrículas para refugiados em comparação com 38% globalmente.⁴⁴

Por mais relevantes que sejam essas estatísticas, elas fornecem apenas parte do quadro. Como mencionado, a matrícula não se traduz necessariamente em resultados de aprendizagem. Muitas pessoas forçadas a fugir estão em países onde o acesso à educação de qualidade continua fora do alcance de muitas

pessoas locais.⁴⁵ Aqui, a melhoria das oportunidades de aprendizagem para os deslocados forçados deve ser acompanhada pela melhoria das oportunidades de educação para outros grupos pobres e marginalizados.

Essa abordagem inclusiva nem sempre foi feita. Durante a maior parte do século XX, a educação de refugiados foi predominantemente organizada e ministrada pelas próprias comunidades de refugiados com apoio nominal do ACNUR.⁴⁶ Em meados da década de 1980, em consonância com a crescente pressão internacional por “educação para todos”, o ACNUR reorientou seus esforços de educação para apoiar a educação primária para refugiados.⁴⁷ Concentrava-se em programas entregues a refugiados em campos, muitas vezes distantes das comunidades locais e isolados das instituições nacionais.⁴⁸ Com o objetivo de ajudar os refugiados a se prepararem para um eventual retorno, o conteúdo e o idioma da instrução foram alinhados o mais próximo possível de seus países de origem.⁴⁹

Nesse sistema paralelo, a educação recebida pelos refugiados não era credenciada nacionalmente, nem pelo país de origem, nem pelo país de acolhimento. Isso criou uma barreira à transição para o ensino pós-primário e secundário e ao reconhecimento de qualificações para fins de emprego.

À medida que o número de refugiados e a duração do deslocamento cresciam, manter sistemas educacionais paralelos não só era caro, mas também não respondia às necessidades de aprendizado dos refugiados. Muitos refugiados não tinham perspectivas previsíveis de viver em seu país de cidadania, portanto, usar seu idioma e materiais de instrução apresentava desvantagens significativas. A educação paralela não ajudou na inclusão social e econômica dos refugiados e não contribuiu para melhorar os resultados educacionais das comunidades de acolhida.⁵⁰

A inclusão de refugiados nos sistemas nacionais de educação é cada vez mais reconhecida como a abordagem mais sustentável e equitativa.

Em 2012, o ACNUR lançou uma nova Estratégia de Educação global que se concentra na integração de alunos refugiados nos sistemas nacionais.⁵¹ Essa continua sendo o alicerce dos esforços de educação do ACNUR.⁵² Os países também endossaram a abordagem no Pacto Global sobre Refugiados de 2018. O Pacto pede apoio adicional aos países de acolhida para expandir e melhorar a qualidade e a inclusão dos sistemas nacionais de educação primária, secundária e terciária.⁵³

Desafios de inclusão

O cumprimento das metas de educação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável para crianças deslocadas à força depende de poder acessar a escola e aprender lá. Em muitos países, há desafios significativos para ambos.

Acesso

O fato de a matrícula de refugiados na escola primária ter atingido 77% em 2019 foi promissor.⁵⁴ Mas esses números revelam apenas parte da realidade. Como mostram as estatísticas do ACNUR, a probabilidade de uma criança refugiada progredir para a próxima série acadêmica cai drasticamente a cada ano de educação.⁵⁵

A queda é particularmente significativa entre o ensino fundamental e o ensino médio. Menos da metade das crianças refugiadas que iniciam a escola primária terminam na escola secundária, com proporcionalmente mais meninas refugiadas abandonando a escola do que meninos refugiados. Em 2019, 36% dos meninos refugiados estavam matriculados no ensino médio, em comparação com apenas 27% das meninas refugiadas.⁵⁶ Isso é ainda mais exacerbado pela Covid-19. O Fundo Malala estima que metade de todas as meninas refugiadas na escola secundária não retornará quando as salas de aula reabrirem.⁵⁷

A perda é impressionante, especialmente considerando que as mulheres com ensino médio ganham em média quase duas vezes mais do que aquelas sem educação.⁵⁸ As ligações entre a falta de educação e o casamento infantil são igualmente reveladoras.⁵⁹

Números comparáveis para pessoas deslocadas internamente não estão disponíveis. Como nacionais, eles têm o direito de frequentar escolas públicas. No entanto, enfrentam muitos dos mesmos desafios que as crianças refugiadas enfrentam.⁶⁰ As pressões financeiras podem ser proibitivas. As famílias muitas vezes não têm recursos para pagar taxas, uniformes ou material escolar. As crianças deslocadas à força são frequentemente localizadas a distâncias significativas das escolas, sem meios de transporte disponíveis ou acessíveis. Há pressões adicionais para famílias com insegurança alimentar, cuja sobrevivência muitas vezes depende de todos os meios possíveis de renda adicional, inclusive através do trabalho de seus filhos. Além disso, muitos deslocados internos estão em países que enfrentam conflitos e violência contínuos e correm o risco de insegurança persistente e deslocamentos repetidos. A oferta pública de educação pode não ser uma prioridade do governo.

Em áreas de conflito, as escolas são frequentemente danificadas ou destruídas e professores e alunos são deliberadamente visados. Entre 2015 e 2019, a Global Coalition to Protect Education from Attack [Aliança Global para Proteger a Educação de Ataques, em tradução livre] relatou 11 mil incidentes de instalações educacionais sendo atacadas ou usadas para fins militares, prejudicando mais de 22 mil estudantes, professores e funcionários da educação. Mais de 8 mil crianças e funcionários da educação foram alvos diretos de assassinatos, ferimentos, sequestros e ameaças de danos.⁶¹

Muitas pessoas deslocadas à força fugiram repentinamente de suas casas e não possuem a documentação necessária para colocar as crianças na classe certa.

Mesmo quando possuem certificados apropriados, algumas escolas podem não reconhecê-los. Isso pode fazer com que a criança não seja aceita na instituição ou receba uma classificação inadequada.⁶²

Para aqueles que concluíram o ensino médio, a educação adicional é muitas vezes simplesmente inalcançável. Altas mensalidades, pressões para obter uma renda para sustentar a si e suas famílias, distância das instituições de ensino e barreiras linguísticas estão entre os vários obstáculos.⁶³

Rez Gardi, uma advogada internacional e ex-refugiada, relata as dificuldades em superar esses obstáculos e a dúvida que acompanhou sua busca por uma educação superior. “Pessoas como eu não terminaram a escola, muito menos acabaram na universidade.” Ela lembra que querer “mais do que segurança e



sobrevivência parecia ingrato”. No entanto, também era essencial recuperar o “controle de nossas vidas”. Ela decidiu ser advogada, para um dia poder influenciar as leis que se aplicam às pessoas deslocadas, como ela já foi.⁶⁴

Aprendendo

O acesso à escola é um grande passo, mas, como mencionado, não é garantia de aprendizagem. Na maioria dos casos de deslocamento forçado, há desafios significativos, muitos dos quais também são compartilhados por estudantes locais.

A lista é longa e liderada pela falta de recursos financeiros. Os países de alta renda respondem por 65% dos gastos globais com educação, enquanto os países de baixa renda representam apenas 0,5%,⁶⁵ e ambos os grupos têm aproximadamente o mesmo número de crianças em idade escolar.

*Kamala, de dez anos (à direita), com sua amiga em 2016 em Golzow, na fronteira germano-polonesa, onde a chegada de sua família da Síria ajudou a escola da aldeia a sobreviver ao atingir o tamanho mínimo das turmas.
© ACNUR/
Gordon Welters*

O financiamento insuficiente significa instalações precárias, falta de materiais didáticos, baixa remuneração dos professores e turmas grandes. Outras fraquezas persistentes incluem a falta de professores treinados e a ausência de uma forte liderança escolar e envolvimento dos pais.⁶⁶ Isso contribui para resultados educacionais fracos em geral.⁶⁷

Além disso, as crianças deslocadas à força muitas vezes enfrentam outras restrições específicas e assustadoras. Quando assistem a aulas ministradas em um idioma que não entendem, podem precisar de suporte adicional para aprender. Muitos estão fora da escola há algum tempo e precisam de ajuda para



Crianças venezuelanas se sentam ao lado de seus anfitriões colombianos em uma escola em Paraguachon em 2019.
© ACNUR/
Vincent Tremeau

recuperar o atraso.⁶⁸ O trauma também pode afetar o aprendizado, exigindo apoio psicológico. A discriminação e o bullying na escola contribuem ainda mais para o baixo número de matrículas e exigem esforços conjuntos das escolas para estabelecer a compreensão entre os alunos e um ambiente de aprendizagem seguro.⁶⁹

Às vezes, as atitudes das crianças locais refletem frustrações mais profundas dentro da comunidade. Estes podem ser particularmente evidentes no início das crises de deslocamento forçado. Por exemplo, as escolas às vezes são usadas para abrigar os recém-chegados, o que interrompe as aulas das crianças locais. Aumentos repentinos no tamanho das turmas também podem levantar preocupações de que a qualidade da educação seja diminuída.⁷⁰ A liderança nacional e local é necessária para superar esses desafios, apoiada por uma capacidade técnica e financeira fortalecida.⁷¹

Apoiando a inclusão sustentável

Desenvolvimentos positivos estão em evidência nos últimos anos, principalmente com vários países abrindo suas escolas públicas para refugiados.

Em 2017, os oito países que formam a Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento (IGAD, na sigla em inglês) se comprometeram a garantir que todos os refugiados, repatriados e membros das comunidades anfitriãs tenham acesso à educação de qualidade em um ambiente de aprendizado seguro e sem discriminação.⁷² Vários implementaram leis e políticas para cumprir sua promessa com alguns resultados positivos já alcançados.

Em Uganda, as taxas de matrícula na escola primária para refugiados cresceram para 76% em 2020, acima dos 73% do ano anterior, embora as taxas de matrícula na escola secundária tenham caído ligeiramente e permanecido baixas em 11% em 2020.⁷³ Na Etiópia, a matrícula na escola primária viu uma tendência progressiva de aumento ao longo dos anos, com taxas de matrícula no ensino fundamental e médio em torno de 62% e 13%, respectivamente, em 2020.⁷⁴ Na Etiópia, no entanto, a educação é fornecida aos refugiados em escolas separadas das crianças locais e administradas por um ministério diferente.

No Quênia, refugiados em áreas urbanas têm acesso a escolas públicas. Os que estão nos campos têm acesso ao currículo nacional e podem fazer exames nacionais, com escolas geridas e financiadas com apoio internacional.⁷⁵ No Ruanda, as crianças refugiadas têm igual acesso às mesmas escolas que os nacionais.

Existem cerca de 3,7 milhões de refugiados na Turquia: abriga o maior número de refugiados a nível mundial.⁷⁶ Perto de 3,6 milhões são da Síria. A Turquia priorizou a educação no início da emergência de refugiados, investindo na preparação de crianças refugiadas sírias para a transição de centros de educação temporários para o sistema escolar público turco.

A ajuda adicional aos refugiados incluiu aulas de língua turca, aprendizagem corretiva, materiais escolares e assistência de transporte. O governo também reforçou a capacidade dos professores. As conquistas são particularmente impressionantes. Em 2020, 64% das crianças sírias estavam matriculadas em programas de educação formal, acima dos 30% em 2014.⁷⁷ Da mesma forma, o Egito também facilitou a integração de estudantes refugiados sírios, com cerca de 95% matriculados principalmente na educação formal.⁷⁸

O Líbano abriu suas escolas públicas para crianças refugiadas sírias em 2012. Com o tempo, o número de crianças refugiadas sírias matriculadas aumentou, ampliando a capacidade do sistema educacional público e levando à introdução de um turno da tarde, no qual um segundo grupo de crianças poderia assistir às aulas. No fim de 2020, cerca de 197 mil crianças refugiadas sírias estavam matriculadas em escolas públicas libanesas.⁷⁹ Ainda há desafios para

alcançar 57% das crianças refugiadas sírias no Líbano que estão fora da escola.⁸⁰

A Jordânia também adotou uma política de educação inclusiva que visa melhorar o acesso e a qualidade da educação para jordanianos e refugiados. O Plano Estratégico de Educação da Jordânia (2018 – 2022) prioriza recursos para abordar as barreiras e as necessidades educacionais pendentes de crianças jordanianas e refugiadas. No final de 2020, 61% das crianças refugiadas sírias em idade escolar estavam matriculadas na escola, quase todas no sistema formal.⁸¹

No Iraque, os refugiados com residência legal têm acesso gratuito às escolas públicas primárias e secundárias. O país integra dados sobre crianças refugiadas sírias em seu sistema nacional de gestão de informações educacionais. Ainda assim, 34% permanecem fora do sistema formal e não formal.⁸² Entre os motivos estão: disponibilidade limitada no sistema público; opções de educação não formal insuficientes; pressões financeiras que levam as crianças a trabalhar para contribuir com a renda familiar; e preocupações com a segurança no trajeto para ir e voltar da escola.⁸³

Na América Latina, vários países como Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica e Equador possuem políticas de educação inclusiva para o ensino público primário e secundário. Frequentar a escola, no entanto, pode ser difícil para muitas crianças e jovens deslocados. No Brasil e na Colômbia, por exemplo, as crianças venezuelanas têm muito menos probabilidade de frequentar a escola do que as crianças locais.⁸⁴ Entre as barreiras práticas que impedem o acesso à educação estão: incapacidade de pagar despesas extras; pressões para obter uma renda; discriminação; barreiras de linguagem; superlotação das escolas; e acesso limitado a computador e internet.⁸⁵ A falta de documentação pessoal necessária também pode ser um obstáculo.⁸⁶

Os esforços de vários países para incluir crianças deslocadas à força em programas nacionais de educação é um salto significativo em relação a apenas uma década atrás. Manter o ímpeto depende da melhoria da tomada de decisões baseada em evidências e do financiamento sustentado em apoio a políticas inclusivas.

Tomada de decisão baseada em evidências

Existem lacunas significativas de dados em contextos de deslocamento forçado que, se superadas, podem ajudar a informar opções de políticas governamentais, projetar programas eficazes, arrecadar dinheiro para eles, medir o progresso e fazer ajustes, conforme necessário. O setor da educação não é exceção.

A coleta de dados geralmente precisa ser fortalecida, conforme discutido na Parte V. Para programas de educação, dados melhores forneceriam informações específicas da área sobre crianças anfitriãs e deslocadas, com relação à sua idade, gênero, necessidades especiais e educação alcançada. Deve incluir informações sobre a renda familiar, uma vez que os custos de enviar as crianças

à escola ou mantê-las na escola podem ser proibitivos.⁸⁷ A capacidade das instituições locais também deve ser avaliada para determinar a melhor forma de acomodar as crianças deslocadas e onde os esforços para fortalecer as capacidades são necessários.⁸⁸

Os países de acolhida geralmente têm sistemas de gestão educacional, mas a maioria não é obrigada a incluir refugiados ou deslocados internos. E muitos não incluem.⁸⁹ Isso pode ser devido à falta de vontade política. Mas também pode ser devido a recursos limitados, dificuldades na coleta de dados, especialmente em áreas remotas e afetadas por conflitos, infraestrutura fraca para armazenamento e análise de dados, falta de recenseadores suficientes e dificuldades inerentes em manter dados atualizados sobre populações que devem se deslocar frequentemente devido a conflitos ou clima.

Diante de muitas prioridades concorrentes, a inclusão de refugiados e pessoas deslocadas internamente nos sistemas de gestão da educação pode precisar fazer parte de esforços mais amplos para apoiar as capacidades estatísticas nacionais. Determinar quais áreas de melhoria de dados são mais impactantes ajudaria. A melhoria precisa de uma abordagem específica ao contexto, liderada pelas autoridades nacionais de educação, com escolas envolvidas e comunidades locais. Deve haver apoio internacional, conforme necessário, com assistência técnica e financeira.

A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), com outros parceiros especializados, está trabalhando com ministérios de educação em países frágeis e afetados por conflitos para fortalecer os sistemas de informação de gestão educacional.⁹¹ Pode haver mais potencial para outros doadores fortalecerem os dados incluídos nos sistemas como parte de seu financiamento para a educação em países afetados pela crise.⁹²

Evidências claras sobre o impacto das intervenções ajudam a garantir que os programas sejam eficientes e eficazes. É necessária a prestação de contas àqueles que visam beneficiar e àqueles que os financiam. As avaliações de impacto dos programas de educação são comuns em contextos sem conflito.⁹³ Em situações de deslocamento forçado, onde os recursos limitados tendem a ser direcionados para expandir ou iniciar programas, essa análise geralmente não existe.⁹⁴ Isso deixa uma ausência de evidências rigorosas sobre o que funciona ou não.⁹⁵

Preencher a lacuna pode melhorar o design do programa. Também pode ajudar a lidar com ansiedades que, incluindo pessoas deslocadas à força, inevitavelmente levam a resultados piores para os estudantes locais. Um estudo na Jordânia revelou que um influxo de estudantes refugiados sírios não afetou a matrícula escolar nem a retenção de estudantes jordanianos locais.⁹⁶ Enquanto isso, uma avaliação das notas de matemática, ciências e leitura de jovens turcos revelou que eles melhoraram após a chegada de refugiados sírios.⁹⁷ Os resultados desses estudos podem ajudar a aliviar as tensões nas comunidades. Onde os

estudos encontram tendências mais negativas, eles também podem ser importantes para fazer adaptações às intervenções.

Financiamento e parcerias

O financiamento humanitário e de desenvolvimento para a educação de pessoas forçadas a fugir está melhorando, embora ainda esteja longe de atender à necessidade.⁹⁸ O Banco Mundial e o ACNUR estimaram recentemente que cerca de US\$ 5 bilhões por ano seriam necessários para apoiar a educação inclusiva para todas as crianças e jovens refugiados em países anfitriões de renda baixa, média-baixa e média-alta,⁹⁹ da pré-escola até a 12ª série. Isso é menos de um dia de gastos militares globais.¹⁰⁰ É seis vezes o que está disponível atualmente para a educação de refugiados.

Até o momento, a maior parte da educação para refugiados veio de financiamento humanitário. Como mencionado, por muitos anos foi para financiar sistemas educacionais paralelos. Mais recentemente, está priorizando cada vez mais o apoio a programas nacionais inclusivos. O financiamento humanitário é levantado e desembolsado muito mais rapidamente do que o financiamento para o desenvolvimento. Mas é de curto prazo, imprevisível e frequentemente direcionado a intervenções e situações específicas. Não se destina a fornecer o apoio institucional de longo prazo que a educação inclusiva e de qualidade por meio de sistemas nacionais exige. Para maximizar o impacto, o financiamento humanitário deve complementar o financiamento para o desenvolvimento.

Os programas de desenvolvimento estão sendo elaborados há anos, por meio de um processo de engajamento e acordo entre doadores e governos nacionais. Seu foco é fortalecer os sistemas públicos. Para maximizar seus benefícios para crianças deslocadas à força e locais, é vital apoiar essa mudança transformacional para uma educação inclusiva e de qualidade nos sistemas nacionais.

Positivamente, o financiamento para a educação em contextos de deslocamento forçado aumentou nos últimos anos. Em 2016, o fundo Educação Não Pode Esperar foi lançado para apoiar a educação em situações de emergência. Seu financiamento aumentou em anos sucessivos, com mais de US\$ 138 milhões desembolsados em 34 países em 2020.¹⁰¹ Várias agências globais de financiamento para a educação de longa data também introduziram novos financiamentos para atender às necessidades de deslocados forçados e comunidades de acolhida.¹⁰²

Por exemplo, por meio dos mecanismos especiais da Associação Internacional de Desenvolvimento (AID, na sigla em inglês) do Banco Mundial para comunidades anfitriãs e refugiados, aproximadamente US\$ 330 milhões foram aprovados para projetos de educação em fevereiro de 2021.¹⁰³ O Fundo Internacional de Financiamento para a Educação também pode ser importante em contextos de deslocamento forçado. Ele visa desbloquear pelo menos US\$ 10

bilhões em novos financiamentos até 2030 para países de renda média-baixa, usando mecanismos de financiamento inovadores.¹⁰⁴

O Pacto Global sobre Refugiados exige que o financiamento seja previsível, flexível e plurianual e apoie a educação inclusiva nacional.¹⁰⁵ O financiamento previsível é essencial para planejar e entregar estratégias além do curto prazo. A flexibilidade é necessária para responder a circunstâncias novas e desafiadoras, provocadas por crises repentinas, como deslocamentos em grande escala ou a emergência da Covid-19. Também deve ser concebido de forma a apoiar a mudança de estratégias humanitárias de curto prazo para iniciativas de desenvolvimento de longo prazo.

Essa transição é vital para atender às ambições dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e do Pacto Global sobre Refugiados para a educação. A tarefa pela frente é enorme. Parcerias fortes e informadas serão fundamentais. Atualmente, os mecanismos de planejamento e advocacia são difusos. Eles incluem fóruns separados para: parceiros de desenvolvimento; parceiros que apoiam a educação de refugiados; e parceiros que apoiam as populações deslocadas internamente. Existem poucas ligações cruzadas entre eles. Além disso, não há meios de rastrear de forma abrangente o que os parceiros recebem para educação ou onde os fundos são alocados.¹⁰⁶

Essa complexidade não conduz a abordagens bem coordenadas ou à mobilização de recursos necessários para manter o avanço rumo a essas importantes ambições. Pode levar a sérias lacunas em áreas críticas, criando dificuldade em entender o que funciona melhor para melhorar o aprendizado em um determinado contexto.¹⁰⁷

O progresso será mais bem servido por respostas lideradas pelos países, onde os parceiros contribuem com base em suas vantagens comparativas, buscando resultados acordados que só podem ser alcançados em cooperação entre si.¹⁰⁸ Os parceiros com vantagem comparativa incluem aqueles com experiência técnica em educação para o desenvolvimento como bem como aqueles com conhecimento operacional de comunidades deslocadas à força e suas necessidades de educação.

A mudança sustentável é mais provável com a liderança das autoridades estatais. O objetivo deve ser apoiar os governos a definir prioridades, coordenar o trabalho de outros e implementar políticas inclusivas. Doadores e agências especializadas precisam trabalhar mais na advocacia unificada, reunindo evidências e esforços para fortalecer as capacidades locais.¹⁰⁹

Os programas humanitários continuarão a ser necessários em várias circunstâncias. Eles incluem o período imediato de uma crise de deslocamento, uma vez que o financiamento do desenvolvimento geralmente tem um tempo de resposta muito mais longo. Mas os programas humanitários devem ser concebidos tanto quanto possível para facilitar a eventual transição para o sistema nacional.

A oferta de educação por meio de sistemas não governamentais também pode ser necessária quando barreiras legais e políticas impedem o acesso a sistemas nacionais ou em contextos em que a assistência não pode ser canalizada de forma imparcial e responsável por meio de instituições nacionais. Eles também podem ser um benefício adicional para serviços para crianças com necessidades específicas.

Em todos os contextos, no entanto, são necessárias abordagens consolidadas, apoiadas por parceiros com a experiência certa e compreensão abrangente das necessidades específicas, incluindo as dos refugiados.¹¹⁰

Os efeitos da pandemia de Covid-19 mostram ainda a necessidade de respostas robustas, bem direcionadas e coordenadas para a educação. A Covid-19 teve um impacto desproporcional nas comunidades pobres e marginalizadas. O aumento das pressões financeiras aumenta a pressão sobre as crianças, que podem ser obrigadas a trabalhar.¹¹¹ Além disso, muitas opções de aprendizado remoto não estão disponíveis. O Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) estima que 31% das crianças em idade escolar em todo o mundo não podem ser alcançadas pelo aprendizado remoto digital ou por transmissão.¹¹² A Covid-19 trouxe à tona a urgência de fechar a exclusão digital, dado o potencial do aprendizado on-line.

A tarefa é desafiadora, especialmente em áreas remotas mal-atendidas. O governo do Quênia fez parceria com a Alphabet Inc. e a Telkom Kenya na implantação do Google Balloons, transportando estações base 4G para áreas remotas sem acesso à Internet. Mas, após vários anos, o projeto foi descontinuado, pois não foi possível reduzir os custos a um nível sustentável. Ao comentar o encerramento da iniciativa, seu presidente-executivo observou que o “arco da inovação é longo e imprevisível”. Ele observou que, embora não tenham alcançado seu objetivo, o projeto teve valor na medida em que foi pioneiro em novos softwares, aprimorou tecnologias existentes e fortaleceu parcerias transversais.¹¹³

Alguns projetos para melhorar a conectividade com a internet conseguiram atingir o objetivo pretendido. Por exemplo, o ACNUR e as operadoras de telefonia móvel trabalharam com sucesso para introduzir a cobertura 3G e 4G no noroeste de Uganda e há planos para implementar programas semelhantes em outros países.¹¹⁴

A entrega remota de materiais educacionais mitiga as perdas de aprendizagem durante as interrupções escolares, mas não substitui o envolvimento dos pais, que é conhecido por melhorar os resultados. Dado que o aprendizado em casa provavelmente será mais usado no mundo pós-Covid-19, também são necessários esforços para incentivar e apoiar o envolvimento dos pais como parte do caminho para melhorar o aprendizado de qualidade.

Em geral, é necessário financiar uma abordagem holística da educação,¹¹⁵

principalmente para garantir os professores. A escassez de professores treinados geralmente ocorre em ambientes de deslocamento forçado. São necessários mais esforços para expandir a oferta de professores qualificados, inclusive por meio de estruturas salariais apropriadas, melhor treinamento de professores e reconhecimento das qualificações docentes dos refugiados para resolver as lacunas de capacidade.¹¹⁶

Os desafios futuros para alcançar a meta de educação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável são significativos, especialmente para as comunidades deslocadas à força. Mas isso não deve prejudicar os ganhos significativos alcançados na última década.

A educação para todos é reconhecida mundialmente como essencial para o bem-estar individual e o crescimento econômico nacional. Vários países de acolhida tomaram medidas para a inclusão de refugiados e deslocados internos nos sistemas públicos de educação e novos instrumentos de financiamento agora apoiam isso. Se os governos tiverem os dados e as evidências necessários para fazer escolhas políticas informadas, o financiamento para implementá-las e sustentá-las e parceiros confiáveis, essa trajetória positiva tem grandes chances de continuar.

Saúde

Contexto

A saúde promove o aprendizado, e a saúde precária o compromete seriamente. Garantir uma vida saudável e promover o bem-estar é o terceiro objetivo dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.¹¹⁷

A pobreza é uma das principais causas de problemas de saúde, e problemas de saúde são uma causa significativa de pobreza. A falta de recursos financeiros pode impedir uma pessoa de conseguir comprar alimentos de qualidade ou de procurar e receber cuidados de saúde quando necessário. A falta de nutrição adequada nas crianças afeta o crescimento mental e físico.¹¹⁸ A falta de saúde não apenas inibe o aprendizado, mas também a capacidade de encontrar e manter um emprego, manter relações sociais fortes e trabalhar para um futuro melhor.¹¹⁹

Em situações de conflito, a saúde precária não é um assassino tão visível quanto as balas e as bombas. No entanto, a falta de acesso a alimentos, água, saneamento e assistência médica nesses contextos pode levar a altos níveis de mortalidade.¹²⁰ Milhares de pessoas deslocadas à força morrem ou ficam incapacitadas a cada ano devido à disseminação de doenças transmissíveis, como

diarreia e infecções respiratórias agudas.¹²¹ Como a pandemia de Covid-19 deixou bem claro, as doenças transmissíveis podem varrer grandes comunidades com força devastadora.¹²²

As mortes por doenças não transmissíveis são mais insidiosas. Entre suas causas estão condições respiratórias, cardíacas, renais e neurológicas, além de formas de câncer. Muitos são tratáveis. No entanto, na maioria dos contextos de deslocamento forçado, os cuidados são muitas vezes indisponíveis, inacessíveis e/ou inacessíveis, o que pode levar a incapacidades graves e morte prematura.

Fornecer cuidados de saúde adequados às pessoas deslocadas à força é um enorme desafio e, muitas vezes, na melhor das hipóteses, apenas parcialmente cumprido. As intervenções de saúde podem ser relativamente caras em comparação com outras formas de assistência, como alimentação e abrigo. Alguns tratamentos são simplesmente inacessíveis, especialmente aqueles que requerem encaminhamento a especialistas e/ou ao hospital. Simplesmente não há fundos suficientes para atender às necessidades, deixando os programas de saúde humanitária para fazer escolhas muito difíceis. Isso significa que uma decisão de vida ou morte nem sempre pode ser feita em favor da vida.

Os cuidados de saúde para refugiados têm sido prestados principalmente fora dos sistemas nacionais. Mas esta provisão paralela não é sustentável, pois o número de pessoas deslocadas aumenta e a maioria vive entre as populações locais. Com o tempo, as necessidades de saúde das populações deslocadas à força tornam-se mais semelhantes às de seus anfitriões e menos específicas às circunstâncias imediatas de sua fuga.¹²³

Nos últimos anos, a inclusão e a prestação de serviços integrados por meio de sistemas nacionais tornaram-se o foco. Com ele, economias de escala podem ser realizadas em serviços mesclados. A prestação de cuidados de saúde através dos sistemas públicos existentes pode melhorá-los tanto para os deslocados como para as comunidades locais.¹²⁴

A importância dos sistemas de saúde inclusivos também faz parte de um resumo de políticas de 2021 apresentado por vários acadêmicos ao Painel de Alto Nível sobre Deslocamento Interno.¹²⁵ É também a abordagem promovida no Pacto Global sobre Refugiados, que reconhece a importância de garantir cuidados de saúde é apoiado por experiência e recursos dos países e outros parceiros relevantes.¹²⁶ Isso pode significar construir e equipar unidades de saúde, fortalecer a prestação de serviços e investir em serviços de prevenção e vacinação. Outros exemplos incluem o apoio a suprimentos adequados de medicamentos, vacinas, suprimentos médicos e diagnósticos acessíveis.¹²⁷

Foram necessárias muitas décadas para desenvolver reconhecimentos tão claros e de alto nível sobre o valor dos cuidados de saúde inclusivos em situações de deslocamento, e eles são importantes. Mas, embora a inclusão nos cuidados de saúde compartilhe seu significado com a inclusão na educação, tem havido

comparativamente menos estudos sobre ela e menos esforços abrangentes para apoiá-la. Isso está apenas começando a mudar.

Evolução

As intervenções de saúde para pessoas deslocadas à força das décadas de 1960 a 1990 concentraram-se em campos, criados para responder a situações de influxo em massa. Os programas de saúde se concentravam em dois imperativos. A primeira foi a assistência alimentar, para evitar a fome e as doenças.¹²⁸ A segunda foi a prevenção de doenças, notadamente a malária, infecções do trato respiratório e doenças diarreicas.

À medida que o número de deslocamentos cresceu na década de 1980, a eficácia das intervenções de saúde estabelecidas foi questionada, especialmente devido às taxas de mortalidade relativamente altas no primeiro ano de uma emergência. Evidências de situações de refugiados na Somália, Sudão e Tailândia e deslocamento interno na Etiópia entre 1979 e 1985 mostraram mortes significativamente altas entre refugiados e pessoas deslocadas internamente. As taxas de mortalidade foram entre 7 e 45 vezes maiores do que as populações locais.¹²⁹

Em 1990, uma revisão publicada no *Journal of the American Medical Association* sugeriu que os programas de ajuda estavam falhando em muitos casos. Os autores observaram vários problemas sistêmicos, incluindo deficiências na composição alimentar das rações alimentares, sistemas inadequados de água e saneamento, bem como imunizações insuficientes.

Além de abordar esses lapsos, os autores defenderam objetivos políticos que acabaram se tornando padrão. Isso inclui sistemas de monitoramento de informações de saúde, maior envolvimento de pessoas deslocadas à força em medidas preventivas de saúde, uso de recursos financeiros para fortalecer as capacidades dos países de acolhimento e identificação de alternativas para campos fechados para pessoas deslocadas.¹³⁰

Na época em que a revisão de 1990 foi publicada, a comunidade global de saúde já havia adotado uma abordagem preventiva aos cuidados de saúde, baseando-se em parte na experiência da China rural.¹³¹ Ela se concentra na boa saúde e no envolvimento total da comunidade em sua promoção. Abrange nutrição, água e saneamento, acomodação, meio ambiente, estresse e estilo de vida.

Conhecido como modelo de Atenção Primária à Saúde, foi lançado globalmente em uma conferência internacional no Cazaquistão em 1978. Convocado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e UNICEF e com a presença de delegados de 134 países e especialistas em saúde de todo o mundo, resultou na Declaração de Alma-Ata que permanece relevante até hoje.¹³² A Declaração



Saleema Rehman, uma refugiada afegã de 28 anos no último ano de treinamento médico, trabalha na ala pós-natal do Hospital da Sagrada Família em Rawalpindi, Paquistão, em 2019.
© ACNUR/Roger Arnold

ênfatisa a importância dos cuidados primários de saúde para o “bem-estar físico, mental e social”. Mais de 40 anos depois, é reconhecido como o mecanismo de prestação de saúde mais eficiente em termos de custos e eficaz, inclusive em contextos de deslocamento forçado.¹³³

Avanços e Desafios Contínuos

Atenção Primária à Saúde

O valor da abordagem de atenção primária à saúde ficou evidente em alguns dos esforços iniciais para compreender e remediar a taxa relativamente alta de mortalidade e a saúde geral precária das mulheres refugiadas. Suas condições de saúde comparativamente inferiores foram o foco da Consulta Internacional sobre Mulheres Refugiadas em 1988 e de um estudo de 1994 da Comissão de Mulheres Refugiadas (WRC, na sigla em inglês).

Entre as principais causas de problemas de saúde estavam práticas de distribuição de alimentos desiguais, práticas de alimentação preferencial que discriminavam mulheres e meninas e ajuda alimentar que não levava em conta as necessidades nutricionais específicas das mulheres. Além disso, serviços de saúde inacessíveis, falta de atenção integral à saúde sexual e reprodutiva e

abuso sexual e violência familiar foram outros fatores que contribuíram para a saúde precária.¹³⁴

As recomendações da conferência e do relatório da WRC incluíram uma ampla gama de ações para garantir uma melhor saúde física e mental e intervenções psicossociais. Estas incluíram desde orientação personalizada sobre dieta, serviços abrangentes de saúde materna e reprodutiva, alojamento seguro, água potável e saneamento, e o envolvimento das mulheres na concepção e implementação do projeto.¹³⁵ Elas foram implementadas nos anos subsequentes.

Um elemento importante para o sucesso dos esforços preventivos é o envolvimento da comunidade. Uma maior compreensão e aceitação de hábitos e práticas para promover uma boa saúde muitas vezes pode evitar a necessidade de intervenções terapêuticas dispendiosas. Alcançar isso pode ser difícil em contextos de deslocamento forçado. A experiência mostrou que as medidas preventivas podem não ser consideradas valiosas, uma vez que os benefícios não são imediatos. Envolver os membros da comunidade para divulgar a importância da dieta, água potável, saneamento, vacinas e cuidados reprodutivos pode ajudar a superar as barreiras.

A pandemia da Covid-19 ilustrou o valor do envolvimento da comunidade. Em vários países, pessoas deslocadas à força se envolveram em respostas. Estas incluíam a entrega de alimentos, assistência médica e outros apoios a refugiados vulneráveis e famílias de acolhidas.¹³⁶ Em alguns países, eles faziam parte dos esforços do governo nacional e local.¹³⁷

Violência de gênero e respostas à saúde reprodutiva

Na década de 1990, desenvolveu-se uma maior conscientização sobre a prevalência da violência de gênero em contextos de deslocamento. Agressão sexual, tráfico de seres humanos, práticas tradicionais prejudiciais, casamento forçado e precoce e aumento da violência doméstica e de parceiros íntimos foram mais amplamente documentados, principalmente no contexto de conflitos na África, o êxodo de refugiados do Vietnã e as Guerras dos Balcãs.¹³⁸

Com o tempo, os esforços ampliados para prevenir e responder à violência de gênero e o foco nas necessidades de saúde reprodutiva tornaram-se características permanentes dos serviços de atenção primária à saúde. O objetivo é o tratamento oportuno para sobreviventes de violência de gênero, serviços abrangentes de saúde reprodutiva e esforços de prevenção baseados na comunidade.¹³⁹ A extensão da cobertura em contextos de deslocamento forçado continua a ser impulsionada pelos recursos disponíveis, que muitas vezes são insuficientes.

Juntamente com essas respostas, medidas para prevenir a violência e a discriminação com base em gênero, orientação sexual e identidade foram integradas em todos os aspectos das intervenções humanitárias além dos serviços de

saúde.¹⁴⁰ Por exemplo, as áreas de acomodação e assentamento são projetadas e equipadas de forma a reduzir os riscos, como fornecer iluminação à noite e locais seguros para tomar banho, limpar roupas e coletar água. Outras medidas incluem trabalhar com líderes comunitários para impedir práticas prejudiciais,



Uma refugiada colombiana sobrevivente de violência sexual e de gênero recebe ajuda em 2019 na Fundación Casa de Refugio Matilde, no Equador, uma organização local de direitos das mulheres.
© ACNUR/Jaime Giménez

envolver autoridades para processar crimes, fornecer apoio de renda para evitar casamentos prematuros e facilitar meios para que os sobreviventes denunciem incidentes com segurança e recebam atendimento imediato.¹⁴¹

Prevenção de doenças transmissíveis

As medidas para prevenir a propagação de doenças transmissíveis foram as primeiras a mostrar inclusão nos cuidados de saúde. Um exemplo na década de 1980 envolveu esforços para combater a propagação da tuberculose.¹⁴² Desde então, refugiados e deslocados internos têm sido cobertos por uma série de programas de teste e tratamento da comunidade anfitriã.¹⁴³ Em anos posteriores, a mesma abordagem foi aplicada na prevenção e tratamento do HIV/AIDS.

Os primeiros estudos descobriram que os movimentos populacionais durante o conflito podem, em certas circunstâncias, contribuir para a disseminação do HIV/AIDS, assim como as transfusões de sangue e o uso de implementos e procedimentos não esterilizados nesses contextos.¹⁴⁴ Outros estudos mostraram que os refugiados eram muitas vezes incorretamente considerados mais infectados quando, na verdade, eles geralmente tinham prevalência de HIV menor ou semelhante em comparação com as populações de acolhida. Esse equívoco exacerbou a discriminação.¹⁴⁵

Em 1994, as Nações Unidas estabeleceram o Programa Conjunto das

Nações Unidas sobre HIV/AIDS (UNAIDS) para ampliar os recursos para combater a propagação da doença e consolidar abordagens nas agências participantes das Nações Unidas e no Banco Mundial.¹⁴⁶ Os países fazem parte de sua estrutura. Esse trabalho ajudou a prevenção e o tratamento do HIV/AIDS a se tornar parte das respostas de saúde em situações de deslocamento forçado.¹⁴⁷

No entanto, a inclusão de populações deslocadas à força nas estratégias nacionais de combate ao HIV/AIDS, malária e tuberculose permanece desigual. Esta foi a conclusão do estudo do ACNUR/Fundação das Nações Unidas, que revisou os pedidos de financiamento para o Fundo Global de Combate à AIDS, Tuberculose e Malária (o Fundo Global).¹⁴⁸ O Fundo Global fornece uma proporção significativa de financiamento internacional para HIV/AIDS, malária e tuberculose.

A revisão revelou que, mesmo entre países com grandes populações deslocadas internamente, as referências a eles para prevenção e resposta à malária e à tuberculose caíram drasticamente de 2014 a 2019.¹⁴⁹ Da mesma forma, proporcionalmente poucos mencionaram os refugiados ou as pessoas deslocadas internamente em suas atividades relacionadas ao HIV/AIDS. O relatório teve o cuidado de apontar que a não menção desses grupos especificamente não significa necessariamente que eles foram excluídos.¹⁵⁰ No entanto, recomendou que as equipes nacionais das Nações Unidas pressionem para que as populações deslocadas à força sejam incluídas e que as equipes técnicas do Fundo Global considerem isso em suas decisões de financiamento.¹⁵¹

A pandemia da Covid-19 apresentou desafios semelhantes, mas de maior alcance. Em todo o mundo, interrompeu o acesso a serviços regulares de saúde.¹⁵² As principais medidas preventivas, como máscaras, testes de lavagem das mãos e distanciamento social, não estão disponíveis em muitos contextos de deslocamento. Como lamentou um alto funcionário do Iêmen, as comunidades deslocadas muitas vezes vivem em bairros próximos com muitos em um quarto, não têm acesso a água limpa ou sabão e não podem se dar ao luxo de faltar ao trabalho.¹⁵³

Mais encorajador, a maioria dos países está trabalhando para incluir refugiados e pessoas deslocadas internamente em suas estratégias de vacinação.¹⁵⁴ No entanto, enormes disparidades globais no acesso às vacinas estão deixando para trás os países de média e baixa renda, aumentando seus riscos e aprofundando suas perdas relacionadas a Covid-19.¹⁵⁵

Saúde mental

A atenção ao apoio à saúde mental para pessoas deslocadas aumentou significativamente nas últimas duas décadas. No campo da saúde, há evidências crescentes de como a saúde mental afeta a saúde física, o aprendizado e a retenção no emprego.

Pessoas deslocadas à força sofreram enormes perdas: suas casas, bens, comunidades e meios de subsistência. Muitos sofreram violência severa ou tortura, testemunharam familiares mortos ou desaparecidos e viram explosões destruir suas casas e bairros.¹⁵⁶

Seu trauma pode ser exacerbado pelo estresse do deslocamento: falta de renda; barreiras à educação; perda de familiares ou redes sociais; acomodação inadequada; discriminação; e incerteza para o futuro.¹⁵⁷ Essas pressões são muitas vezes agravadas por indivíduos com necessidades específicas, como aqueles que sofreram abuso, crianças desacompanhadas, ex-crianças-soldados e pessoas com deficiências físicas e mentais.¹⁵⁸

Duas revisões abrangentes de estudos epidemiológicos no campo da saúde mental de refugiados foram realizadas em 2005 e 2009. Elas revelaram que os refugiados tinham um risco elevado de estresse pós-traumático e depressão, embora a prevalência e as taxas variassem consideravelmente entre os contextos. Isso se deveu, em parte, às diferentes abordagens metodológicas utilizadas.

No entanto, todos foram amplamente consistentes na identificação de estressores pós-voos que afetam a saúde mental e em ilustrar que o estresse pós-traumático e a depressão foram maiores entre os refugiados expostos à tortura ou à trauma grave em comparação com populações não-refugiadas.¹⁵⁹ Achados semelhantes surgiram em estudos envolvendo populações deslocadas internamente.¹⁶⁰ Com base nos dados disponíveis, um estudo de 2019 cofinanciado pela OMS estimou que aproximadamente uma em cada cinco pessoas que vivem em áreas afetadas por conflitos sofre de uma condição de saúde mental.¹⁶¹

Infelizmente, ainda há dados e análises limitados sobre áreas importantes da saúde mental em contextos de deslocamento. Estes incluem psicose, uso/abuso de substâncias e distúrbios relacionados à idade, como demência e condições degenerativas.

Mais positivamente, a saúde mental foi integrada nas abordagens de atenção primária à saúde. Por mais de uma década, tem havido um esforço considerável no alinhamento de abordagens de saúde mental em emergências e contextos humanitários. Em 2007, o Comitê Permanente Interinstitucional emitiu diretrizes para abordar a saúde mental e fornecer apoio psicossocial em emergências.¹⁶²

Em 2013, o ACNUR publicou diretrizes operacionais sobre programas de saúde mental e apoio psicossocial.¹⁶³ Seguiram-se orientações conjuntas da OMS e do ACNUR para abordar e gerenciar estresse e luto agudo e pós-traumático em ambientes onde não há atendimento especializado.¹⁶⁴ A orientação inclui a abordagem de “condições mentais, neurológicas e de abuso de substâncias”.

O reconhecimento da importância da saúde mental em situações de deslocamento forçado e a orientação acordada para as agências humanitárias são

desenvolvimentos importantes. Mas desafios sérios no tratamento abrangente de problemas de saúde mental permanecem em muitos contextos e há necessidade de avaliações rigorosas do impacto das metodologias atuais dos programas.



*A refugiada rohingya Shahina Begam, 45, em Bangladesh em 2014, segurando a camisa de seu filho, Mohammad Unus, 18, que está preso em Mianmar.
© ACNUR/Saiful Huq Omi*

Há também a necessidade de acompanhar a educação para ajudar a remover os estigmas que podem impedir as pessoas de procurar ajuda quando disponível.

De um modo geral, existem algumas metodologias dominantes. Aconselhamento e psicoterapia são os métodos comuns acompanhados pelo uso de medicamentos específicos para doenças mentais graves.¹⁶⁵ Os programas sociais também são um meio de estabelecer conexões, promover apoio e ajudar na superação de perdas por deslocamento.¹⁶⁶ Os programas também foram elaborados para ajudar pessoas com necessidades específicas, como sobreviventes de violência de gênero e ex-crianças-soldados.¹⁶⁷

Esses tratamentos e programas humanitários dependem muito da disponibilidade de recursos e profissionais treinados. Como Hipócrates teria dito: “A cura é uma questão de tempo, mas também de oportunidade.”¹⁶⁸

Onde há escassez de profissionais médicos treinados, esforços têm sido feitos para treinar trabalhadores leigos ou comunitários, incluindo pessoas deslocadas, no tratamento de transtornos mentais comuns, como estresse pós-traumático, ansiedade e depressão. Há potencial para aproveitar essas iniciativas e integrar a abordagem sempre que possível nos sistemas de saúde

pública.¹⁶⁹ Isso, assim como outras intervenções de saúde mental, requer supervisão e orientação contínuas dos trabalhadores da linha de frente. Pode ser difícil em muitos locais onde até mesmo a supervisão remota é frustrada por serviços de internet ou telefone intermitentes ou inexistentes.¹⁷⁰

Até o momento, houve poucas avaliações de impacto de longo prazo em contextos de deslocamento forçado para determinar a eficácia das abordagens à saúde mental e ao tratamento de doenças mentais nesses contextos. Da mesma forma, não há evidências suficientes para saber até que ponto os problemas de saúde mental associados à fuga e deslocamento se tornam crônicos e incapacitantes ao longo do tempo.¹⁷¹ São lacunas evidenciais que exigem priorização nos próximos anos.

As abordagens mais abrangentes adotadas por meio do modelo de atenção primária à saúde levaram a uma cobertura de saúde mais ampla em situações de deslocamento forçado. No entanto, o impacto depende muito dos recursos disponíveis para sua implementação, que são sempre esticados. Assim, mesmo quando os cuidados de saúde primários e de emergência são priorizados, o conteúdo e a qualidade do atendimento podem variar.

Atendimento especializado

Dados globais de saúde revelam que as mortes por doenças não transmissíveis são responsáveis por 74% de todas as mortes no mundo.¹⁷² Em contraste, as doenças transmissíveis estão entre as principais causas de morbidade excessiva de refugiados e deslocados internos em países de baixa renda.¹⁷³ No entanto, os últimos anos também testemunharam um aumento da prevalência de doenças não transmissíveis, especialmente entre as populações mais velhas deslocadas à força em países de renda média.¹⁷⁴

Globalmente, doenças cardiovasculares, câncer, diabetes e doenças respiratórias estão entre as principais causas de morte.¹⁷⁵ Os principais fatores de risco incluem dietas pouco saudáveis, tabagismo, inatividade física e condições de saúde mental.¹⁷⁶ Muitos fatores de risco comuns estão frequentemente presentes entre as populações deslocadas à força. E, para quem já sofre de doenças não transmissíveis, esses fatores podem agravar sua doença. Sem os devidos cuidados, essas doenças levam à morte prematura.¹⁷⁷

As intervenções de cuidados primários de saúde podem ajudar a controlar certas doenças não transmissíveis, como diabetes e hipertensão, auxiliando os acometidos a mitigar os fatores de risco que agravam sua doença.¹⁷⁸ Outros distúrbios, no entanto, como doenças renais e cardiovasculares e câncer, podem requer tratamentos ou cirurgias complexas que podem estar indisponíveis em ambientes remotos de deslocamento forçado. Mesmo quando oferecidos em ambientes urbanos, podem ser proibitivamente caros. Os orçamentos de saúde humanitária são geralmente insuficientes para cobrir esses custos.

O ACNUR enfrentou esses desafios durante a crise do Kosovo na década de 1990 e a crise do Iraque na década seguinte. Em ambas as situações, uma alta proporção de refugiados sofria de doenças crônicas.¹⁷⁹ Os refugiados foram em grande parte deslocados em áreas urbanas onde o tratamento estava disponível, mas era caro.

O ACNUR e seus parceiros tiveram que decidir a melhor forma de honrar a priorização de longa data de emergência e cuidados primários diante de solicitações convincentes de tratamentos especializados mais caros. Era um dilema gritante: como maximizar a saúde do maior número de indivíduos, permitindo exceções equitativas para aqueles com necessidades específicas?¹⁸⁰ Foram desenvolvidas diretrizes sobre como fazer essas escolhas difíceis e Comitês de Cuidados Excepcionais foram criados para fazê-lo.¹⁸¹

Os primeiros Comitês de Cuidados Excepcionais foram estabelecidos no Iraque. Com base em orientações e critérios predeterminados, como prognóstico e custo, os Comitês consideram casos individuais e tomam decisões independentes sobre encaminhar o indivíduo para tratamento.¹⁸² Os Comitês são compostos por profissionais médicos e envolvem refugiados com formação médica para comunicar e facilitar a compreensão do processo e restrições com as comunidades de refugiados.¹⁸³

Isso não quer dizer que um Comitê de Cuidados Excepcionais remova todos os dilemas éticos ao determinar quem tem acesso a cuidados especializados. O que faz é tentar garantir que escolhas difíceis sejam guiadas por um conjunto de critérios claros, implementados de forma consistente e transparente, comunicados e discutidos com as comunidades afetadas. Eles ainda não estão em uso generalizado porque, em muitos contextos operacionais, não há recursos suficientes para apoiar até mesmo um número mínimo de intervenções de cuidados crônicos.¹⁸⁴

Outras respostas são necessárias, especialmente porque as situações de deslocamento são mais prolongadas, as populações em deslocamento estão envelhecendo e a incidência de doenças crônicas provavelmente aumentará no futuro. Isso levou alguns a explorar modelos alternativos de financiamento, incluindo esquemas de seguro subsidiado, como um possível meio de responder às necessidades contínuas.¹⁸⁵

Apoiando a inclusão sustentável

Tomada de decisão baseada em evidências

Nos acampamentos, onde os serviços de saúde são fornecidos pelo ACNUR e/ou parceiros não governamentais, os dados de saúde são relativamente fáceis de coletar. Nessas situações, os sistemas de rastreamento de saúde e a coleta de dados desagregados ajudam a obter melhores avaliações de saúde, intervenções

mais direcionadas e melhores decisões sobre onde os recursos escassos devem ser alocados primeiro.

Por exemplo, sistemas aprimorados de rastreamento epidemiológico podem detectar rapidamente surtos de doenças quando ocorrem inicialmente, levando ao tratamento precoce, isolamento de casos e proteção geral das populações não infectadas. No entanto, a maioria das pessoas deslocadas à força não vive em campos. Muitos estão localizados em áreas urbanas ou adjacentes, contando com serviços de saúde locais, ou uma combinação destes e serviços humanitários. Isso torna o monitoramento sistemático e a coleta de dados mais complicados.

Em muitos contextos, não há capacidade local para rastreamento e análise de dados detalhados para as comunidades de acolhida, muito menos para deslocados internos e refugiados. Muitos registros nacionais de saúde não possuem um rastreamento detalhado de diversas subcategorias de populações. Nesses contextos, as pesquisas domiciliares são uma ferramenta para avaliar a saúde das comunidades deslocadas e de acolhida e os obstáculos que elas enfrentam no acesso aos cuidados de saúde.

O ACNUR empregou Pesquisas de Acesso e Utilização da Saúde no Líbano e na Jordânia e começou a implementá-las em outras situações urbanas.¹⁸⁶ As pesquisas fornecem informações sobre como os refugiados acessam os serviços de saúde ao longo do tempo, os custos de acessá-los e as barreiras enfrentadas. Isso, por sua vez, informa a advocacia e as intervenções destinadas a superar os desafios. É um desenvolvimento promissor, mas muito aquém do que é necessário para sistemas de saúde fortalecidos e inclusivos em geral.

Financiamento

Em vários países, os países relatam a inclusão de refugiados em suas políticas e sistemas nacionais de saúde. No entanto, muitos refugiados não conseguem acessá-los devido à incapacidade de pagar as taxas pelos serviços, bem como devido à discriminação, barreiras linguísticas e, em alguns casos, longas distâncias até as unidades de saúde.¹⁸⁷ Poucos países incluem refugiados em seu seguro nacional, e estes muitas vezes exigem o pagamento de um prêmio que pode estar além da capacidade de pagamento dos refugiados e deslocados internos.¹⁸⁸

Os países de baixa e média renda não estão em uma posição forte para garantir que os refugiados tenham acesso a serviços básicos sem financiamento adicional para apoiar sua inclusão efetiva. Informações abrangentes sobre o aumento do financiamento para apoiar sistemas de saúde inclusivos em deslocamento não estão prontamente disponíveis. O Banco Mundial, no entanto, relata algumas de suas principais e inovadoras contribuições a esse respeito.

Após o grande fluxo de refugiados rohingyas para Bangladesh em 2017, o Banco Mundial reservou US\$ 50 milhões para programas de saúde em Cox's

Bazar, onde residem cerca de 870 mil refugiados.¹⁸⁹ Os programas incluem rastreamento de saúde e sistemas de dados, materiais educacionais e suprimentos médicos para o benefício das comunidades de refugiados e de acolhimento.

O Banco Mundial também aprovou US\$ 36 milhões em doações e crédito para o Paquistão, para apoiar os serviços distritais de saúde em regiões com grande número de refugiados. Outros países de acolhida que estão recebendo apoio adicional incluem Camarões, Djibuti e Mauritânia.¹⁹⁰ No geral, 15% dos mais de US\$ 2 bilhões que o Banco Mundial forneceu para apoiar refugiados e comunidades de acolhida desde 2017 sob os mecanismos especiais de sua Associação Internacional de Desenvolvimento foram aprovados para serviços de saúde.¹⁹¹

Também foram apresentadas propostas para complementar os esquemas de financiamento com ferramentas inovadoras que distribuam os riscos entre um grupo mais amplo de partes interessadas — incluindo investidores do setor privado — e utilizem mecanismos, como títulos de catástrofe, para cobrir países afetados por crises em caso de emergência.¹⁹² O financiamento de respostas ao deslocamento forçado é discutido mais detalhadamente na Parte V.

A boa saúde é reconhecida como um elemento-base no fortalecimento do capital humano que, por sua vez, apoia soluções sustentáveis para o deslocamento. Apesar do progresso feito, ainda existem áreas onde são necessários mais avanços na saúde. Eles incluem a expansão das abordagens comunitárias para a saúde preventiva e o tratamento, melhorando os esforços para garantir que a saúde mental seja sistematicamente coberta e incluindo efetivamente os deslocados à força nos serviços nacionais de saúde.

A pesquisa e o interesse acadêmico em saúde no deslocamento estão se expandindo,¹⁹³ o que, juntamente com sistemas e análises de dados aprimorados, promete enriquecer a base de evidências para aprimorar o projeto, a entrega e o impacto do programa. Isso deve ajudar a promover o consenso de que passar do fornecimento de sistemas de saúde paralelos às pessoas deslocadas para incluí-las nos serviços nacionais de atendimento mais amplos é uma abordagem mais eficaz, equitativa e sustentável.

Inclusão Econômica

Contexto

O direito ao trabalho está consagrado na Declaração Universal dos Direitos Humanos,¹⁹⁴ na Convenção de 1951 e no Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais.¹⁹⁵ Mas, mais uma vez, muitas vezes é mais respeitado na teoria do que na prática em relação às pessoas deslocadas à força.

O trabalho é importante para a sobrevivência, para restaurar o senso de dignidade e adquirir habilidades que podem melhorar as perspectivas de vida. Também reduz a dependência de ajuda. A incapacidade de trabalhar legalmente pode levar os indivíduos a lidar de maneira prejudicial a si mesmos ou aos outros. Isso inclui recorrer ao sexo de sobrevivência, exigir que as crianças ganhem salários e casar as filhas em tenra idade. Na ausência de trabalho formal, as pessoas deslocadas à força são levadas para o setor informal. Lá, competem com trabalhadores locais pouco qualificados, muitas vezes afetando desproporcionalmente trabalhadores menos instruídos e mulheres.¹⁹⁶

Muitos refugiados e deslocados internos enfrentam desafios para encontrar trabalho. As dificuldades comuns incluem a falta de oportunidades de emprego, especialmente em áreas remotas ou de conflito. Eles também podem ter perdido bens produtivos, como gado, ferramentas, veículos e documentação necessária para ganhar a vida.¹⁹⁷ A discriminação por parte de funcionários e empregadores locais, barreiras linguísticas e interrupção das redes sociais também podem prejudicar a capacidade de encontrar emprego.¹⁹⁸ E aqueles que são deslocados de ambientes rurais para ambientes urbanos, ou vice-versa, podem descobrir que suas habilidades não estão em demanda.¹⁹⁹

As pessoas deslocadas à força tendem a ter níveis mais baixos de saúde física e mental do que as comunidades de acolhimento. Conforme discutido, isso pode ser devido às experiências vividas antes e durante o voo e às condições em que residem, como residência insegura, falta de acomodação adequada, alimentação e assistência médica. Isso pode afetar negativamente sua capacidade de encontrar e reter trabalho.

Muitas famílias deslocadas perderam seus assalariados, com famílias chefiadas por mulheres muitas vezes representadas de forma desproporcional. O capital humano pode ser diminuído para aqueles que estão desempregados há algum tempo. Eles podem não ser considerados favoravelmente pelos empregadores devido ao seu longo desemprego.²⁰⁰

Além disso, e mais comumente, os refugiados enfrentam barreiras legais que restringem sua capacidade de se locomover e seu direito de trabalhar. De fato, 70% dos refugiados residem em países onde enfrentam restrições ao seu direito ao trabalho, incluindo países com relativamente poucos refugiados.²⁰¹ Isso limita sua capacidade de usar suas habilidades e empreendedorismo para beneficiar as economias locais.

Mesmo onde os refugiados têm o direito de trabalhar, isso pode ser seriamente limitado. Por exemplo, onde o trabalho legal está condicionado à obtenção de uma autorização de trabalho, as autorizações podem estar sujeitas a condições e custos que os refugiados não podem cumprir.²⁰² A falta de reconhecimento de certificados de educação e qualificações profissionais pode ser um obstáculo adicional.²⁰³ E a incapacidade de acesso ao treinamento em

idiomas ou habilidades também pode impedir a capacidade de pessoas deslocadas à força de melhorar suas perspectivas de emprego.

Pessoas deslocadas à força também encontram sérias dificuldades para iniciar seus próprios empreendimentos. Os refugiados podem ser proibidos por lei de se envolverem em negócios. Mesmo quando legalmente permitido, a falta de documentação individual pode ser um fator limitante. Isso pode deixar os indivíduos incapazes de abrir contas bancárias, receber transferências de dinheiro ou se beneficiar de empréstimos.²⁰⁴

Conforme observado anteriormente, na maioria dos países de acolhimento, os refugiados representam menos de 1% da população.²⁰⁵ No entanto, os governos muitas vezes afirmam que as limitações legais ao direito dos refugiados ao emprego e à capacidade de circular livremente são necessárias para proteger o mercado de trabalho local e o bem-estar das populações de acolhida.²⁰⁶ Os efeitos, discutidos mais adiante nesta seção, podem exacerbar as disparidades existentes. As restrições podem levar os refugiados a se concentrarem no setor informal local, muitas vezes em condições mais exploratórias do que os nacionais.²⁰⁷ Dependendo do tamanho do influxo, isso pode resultar em salários mais baixos e desemprego dos trabalhadores locais do setor — consequências que as restrições agravam em vez de evitar. Quando os refugiados têm permissão para trabalhar, eles tendem a trabalhar em ocupações mais diversas.²⁰⁸

Embora a maioria dos refugiados não tenha meios de se mudar para outro lugar, a falta de oportunidades pode levar aqueles que têm algum capital financeiro a se mudarem para mais longe. Isso geralmente significa envolver contrabandistas e traficantes para ajudá-los a se mudar para outros países, arriscando suas vidas no processo.²⁰⁹

Muitos países de acolhida também estão preocupados que medidas que melhorem a vida dos refugiados, como trabalho legal, inevitavelmente reduzam sua prontidão para voltar para casa, prolongando seu deslocamento. Essa é uma percepção generalizada, embora as políticas restritivas multigeracionais nos países de acolhimento não tenham levado a retornos significativos de refugiados.²¹⁰ Isso ocorre porque as condições no país de origem, principalmente segurança e proteção, são o que motivam os refugiados a voltarem para casa, conforme observado na Parte III. Fatores negativos, como condições de vida sombrias e implacáveis no exílio, podem ser fatores de pressão, mas sem paz e segurança, o retorno é geralmente insustentável e mais deslocamentos se seguem.

A segurança é outra razão frequentemente citada para restringir o movimento e o emprego de refugiados e para a hesitação em receber favoravelmente os deslocados internos. Muitas vezes, há a presunção de que um influxo de pessoas deslocadas à força levará ao aumento da criminalidade e do conflito nas comunidades de acolhida. Uma análise das situações entre 1991 e 2014

sugere que isso só ocorreu em situações excepcionais, como resultado de uma combinação de fatores.

Os riscos são menores quando os refugiados não estão confinados em campos que podem ser infiltrados por indivíduos e grupos armados. É responsabilidade do governo garantir que os campos sejam apenas para civis e livres de armas: uma responsabilidade que alguns países de acolhida não quiseram ou não conseguiram cumprir.²¹¹ Em situações de deslocamento interno, as ameaças à segurança nacional tendem a emanar do conflito com evidências sugerindo que geralmente não se espalhou para áreas de acolhimento.²¹²

Persistem as percepções que sustentam a relutância dos países de acolhida em aceitar a inclusão econômica dos refugiados. Mas estes estão sendo testados à medida que mais estudos são realizados para avaliar de forma confiável o impacto econômico do deslocamento forçado nas comunidades anfitriãs. Esta é uma tendência encorajadora. Deve apoiar mais defesa de políticas e estratégias de autossuficiência específicas ao contexto do que foi possível anteriormente.

Evolução

Durante a maior parte da história registrada, esperava-se que os refugiados que recebessem segurança em regiões além das suas se defendessem e fizessem uma contribuição econômica. Exemplos na Europa do século XII até a Segunda Guerra Mundial mostram como o potencial econômico foi uma consideração importante dos países que concedem asilo, conforme discutido na Parte I.

As deliberações de redação da Convenção de 1951 também revelam que, para as Nações Unidas, o objetivo era garantir que os refugiados pudessem reconstruir suas vidas e se tornarem independentes e integrados em suas novas sociedades.²¹³ A própria Convenção de 1951 compromete os países a facilitar, tanto quanto possível, a assimilação e naturalização dos refugiados. Reconhece os direitos dos refugiados à livre circulação e à identidade individual e aos documentos de viagem. Fornece padrões mínimos para o tratamento de refugiados, como acesso aos tribunais, educação e trabalho.²¹⁴

Nas décadas que se seguiram à Convenção de 1951, muitos países de acolhida encorajaram e permitiram que os refugiados fossem autossuficientes, especialmente na África.²¹⁵ O aumento do número de refugiados, no entanto, também enfrentou restrições crescentes ao emprego. Onde o trabalho autônomo era permitido, muitas vezes era confinado a áreas específicas ou sujeito a restrições que limitavam a capacidade dos refugiados de trabalhar no setor formal.

Os humanitários há muito defendem que os países de acolhida reconheçam o direito de trabalhar para os refugiados. Enquanto isso, as intervenções para melhorar os meios de subsistência de refugiados e deslocados internos

se concentraram no desenvolvimento de habilidades ou em mecanismos de empréstimo para apoiar pequenas empresas de microempresários. Visavam mais a melhorar o acesso a empregos do que as intervenções de desenvolvimento necessárias para criar empregos. Tem havido pouca evidência quantitativa de seu impacto.²¹⁶

De fato, as evidências disponíveis sobre treinamento vocacional e de habilidades apontam para muitas dessas intervenções que ficam aquém de sua ambição. Até há relativamente pouco tempo, eles não eram sistematicamente informados por uma avaliação do ambiente legal, as habilidades em demanda e a capacidade e disposição das pessoas deslocadas à força para participar do treinamento.²¹⁸

Há também evidências limitadas sobre o impacto das intervenções para fortalecer o microempresário e o empreendedorismo entre as populações deslocadas à força. Em sua revisão abrangente, Schuettler e Caron descobriram que, em alguns casos, empréstimos a refugiados levaram a um aumento de renda.²¹⁹ Resultados positivos semelhantes foram observados em estudos qualitativos sobre deslocados internos no Azerbaijão e Uganda, que se beneficiaram do micro financiamento.

No entanto, os autores observam que esses exemplos não são necessariamente indicativos de resultados positivos em geral. A maioria das micro finanças em países de baixa e média renda não levou a um aumento de lucros devido a prazos de pagamento curtos e inflexíveis.²²⁰ Eles apontam evidências que sugerem que programas que incluem subsídios em dinheiro para ajudar a construir ativos, treinamento em negócios ou empreendedorismo, bem como treinamento e inclusão financeira, são mais propensos a produzir resultados positivos para refugiados e pessoas deslocadas internamente.²²¹

Conforme discutido na Parte III, os esforços para atrair investimentos de desenvolvimento em contextos de deslocamento forçado tiveram sucesso limitado. Nas décadas de 1980 e 1990, incluíram-se as Conferências Internacionais de Assistência aos Refugiados na África (ICARA I e II) e a Conferência Internacional sobre Refugiados da América Central (CIREFCA). No novo milênio, várias outras iniciativas foram lançadas, como Assistência ao Desenvolvimento para Refugiados, Desenvolvimento através da Integração Local e uma abordagem integrada de ajuda ao desenvolvimento para repatriação sustentável.²²²

Houve alguns resultados modestos, mas essas iniciativas não marcaram uma mudança significativa na orientação global ou na alocação de recursos. Isso aconteceu há relativamente pouco tempo, e em grande parte após a crise na Síria que começou em 2011. Desde então, fortalecer o capital humano em deslocamento e aumentar significativamente a assistência ao desenvolvimento para países que hospedam um grande número de pessoas deslocadas à força tornou-se uma prioridade global compartilhada.

Isso se reflete em todo o Pacto Global sobre Refugiados. Com base nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, o Pacto reconhece a necessidade de “crescimento econômico compartilhado e inclusivo em áreas de acolhimento de refugiados, do qual todos possam se beneficiar”, por meio de apoio adicional ao desenvolvimento e contribuições do setor privado.²²³

Emprego e empreendedorismo estão entre as áreas específicas em que o Pacto Global sobre Refugiados busca melhorar os resultados para as comunidades de acolhida e refugiados.²²⁴ São também áreas onde mais financiamento para o desenvolvimento está sendo direcionado, apoiado por um crescente corpo de evidências sobre os impactos econômicos nas comunidades de acolhida por receberem um grande número de pessoas deslocadas à força.

Essa base de evidências em expansão está ajudando a informar quais tipos de políticas são benéficas em um determinado contexto e quais tipos de intervenções são necessárias para melhorar as perspectivas econômicas para pessoas deslocadas à força e seus anfitriões.²²⁵

Impactos no mercado de trabalho local

Países de alta renda

Existem muitos estudos sobre os efeitos do fluxo de refugiados sobre os salários, produtividade e crescimento econômico em países de alta renda. Eles incluem exames de alguns dos principais fluxos de refugiados desde o século XVII até os dias atuais. O estudo de Zara Sarzin fornece uma revisão abrangente.²²⁶ Enquanto o debate está em andamento, parece haver um consenso emergente de que, em geral, os países de acolhimento foram capazes de absorver um grande número de refugiados com pouco ou nenhum efeito sobre os salários médios ou emprego de trabalhadores nativos.

Por exemplo, a chegada de mais de 125 mil cubanos a Miami durante o Mariel Boatlift de 1980 não afetou negativamente o emprego local. Da mesma forma, a chegada de mais de 1 milhão de refugiados e migrantes judeus da antiga União Soviética a Israel na década de 1990 também não teve impacto adverso sobre os salários ou empregos locais.²²⁷

Décadas depois, verificou-se que o fluxo de requerentes de asilo para a Alemanha entre 2015 e 2016²²⁸ não afetou negativamente os trabalhadores da comunidade de acolhida. Inicialmente, os refugiados tiveram dificuldades em encontrar emprego. No entanto, em cinco anos, eles se integraram mais rapidamente do que os influxos anteriores. Aproximadamente metade encontrou trabalho, cerca de 50 mil estavam fazendo estágios, mais de 10 mil estavam matriculados na universidade e três quartos dos recém-chegados viviam em suas próprias acomodações e se sentiam bem-vindos na Alemanha. O custo financeiro para o governo alemão provavelmente será recuperado em impostos

mais cedo do que o previsto.²²⁹ De acordo com um relatório encomendado pelo governo, mais da metade de todos os alemães teriam apoiado as chegadas de alguma forma.²³⁰

Houve algumas exceções documentadas às descobertas gerais mencionadas acima. Alemães étnicos que fugiram ou foram expulsos da Europa Oriental e Central para a Alemanha após a Segunda Guerra Mundial foram amplamente absorvidos pelo mercado de trabalho local, mas tiveram um efeito negativo no



Tim Julian, prefeito de Utica, no estado de Nova York, credita aos refugiados a salvação de "bairros inteiros" da cidade americana em 2005. "Não podemos colocar um preço nisso", disse ele. © ACNUR/Vincent Winter

emprego das comunidades de acolhida em algumas áreas. Estas eram áreas onde os refugiados ultrapassavam 15% da população nativa.²³¹

Este foi também o caso quando mais de meio milhão de cidadãos portugueses se mudaram para Portugal das suas antigas colônias durante as guerras coloniais dos anos 1970. Sua chegada coincidiu com uma redução significativa no emprego militar na época. O efeito combinado desses dois eventos levou a um aumento da força de trabalho em 15%, e uma consequente queda na produtividade do trabalho e nos salários dos trabalhadores nativos.²³²

Por outro lado, em outros contextos, as evidências sugerem que o emprego e os salários dos trabalhadores nativos melhoraram após a chegada de um grande número de refugiados. Este foi o caso na Dinamarca em 1986 e 1998. Os refugiados concentraram-se em empregos que exigiam poucas qualificações e os trabalhadores nativos menos instruídos passaram de ocupações manuais intensivas para ocupações mais cognitivas.²³³

Muitos estudos apontam para o fato de que os efeitos negativos se dissipam ao longo do tempo e os efeitos positivos se consolidam a longo prazo. Entre os

fatores que contribuem para isso está quando as populações deslocadas à força introduzem novas habilidades, a produção se expande e/ou os trabalhadores das comunidades de acolhida se deslocam para empregos mais qualificados e com salários mais altos.²³⁴

Essas descobertas são importantes e podem ajudar a informar discussões mais amplas sobre o impacto dos refugiados em países de alta renda. Isso é particularmente importante para combater as alegações populistas de que os refugiados são um dreno para essas sociedades. No entanto, enquanto cerca de 17% dos refugiados estão localizados em países de alta renda, o restante está hospedado em países de baixa e média renda.²³⁵ Esses contextos são muito diferentes.

Os países de alta renda em geral recebem muito menos refugiados do que os países de baixa e média renda e têm maior capacidade de absorvê-los. Eles têm taxas de desemprego mais baixas, regulamentações do mercado de trabalho mais eficazes, melhores condições de trabalho, clima favorável para negócios e investimentos e os refugiados geralmente podem trabalhar legalmente e se mudar para áreas onde têm maior probabilidade de encontrar emprego. Eles também são frequentemente assistidos com outros serviços de integração, como aulas de idiomas, apoio para encontrar acomodação e assistência na procura de emprego.²³⁶

Países de baixa e média renda

Há um crescente corpo de literatura sobre as consequências do deslocamento forçado no mercado de trabalho em países de baixa e média renda.²³⁷ Ele aponta vários fatores que influenciam como as comunidades são impactadas pela chegada de um grande número de pessoas deslocadas à força. Como os exemplos a seguir ilustram, pode haver consequências positivas e negativas que, como acontece com outros impactos, podem depender de condições preexistente, do tamanho e composição do influxo e das escolhas políticas do governo.

Oriente Médio

Turquia

A maioria das análises empíricas recentes nesta área tem sido no contexto de refugiados sírios na Turquia. Entre 2012 e 2020, mais de 3,6 milhões de sírios fugiram para a Turquia.²³⁸ A chegada de sírios levou a algumas mudanças de mercado nas comunidades receptoras. A demanda por bens e serviços aumentou, assim como a concorrência trabalhista no setor informal, particularmente na construção e na agricultura.²³⁹

Vários estudos descobriram que essa concentração no setor informal levou à

perda de empregos de trabalhadores locais, enquanto os resultados sobre salários são variados.²⁴⁰ As evidências de perda de empregos foram particularmente pronunciadas em regiões onde os refugiados estavam mais concentrados, como áreas de fronteira.²⁴¹ Trabalhadores locais com baixos níveis de escolaridade, mais jovens e do sexo feminino foram os mais afetados negativamente.²⁴²

Ao mesmo tempo, o emprego no setor formal aumentou ligeiramente para trabalhadores locais e trabalhadores turcos altamente qualificados passaram de ocupações manuais para ocupações mais complexas.²⁴³ Também foi sugerido que o efeito positivo sobre o emprego formal não durou além dos anos iniciais e foi revertido quando a configuração inicial das instalações de recepção terminou e os sírios começaram a se dispersar por todo o país.²⁴⁴

Vários estudos apontam para um aumento considerável de pequenas e médias empresas iniciadas por refugiados sírios. Em 2018, a Fundação de Pesquisa de Política Econômica da Turquia informou que aproximadamente 10 mil empresas foram estabelecidas por sírios desde 2011, proporcionando a vida de cerca de 250 mil sírios: 7% da população síria na Turquia.²⁴⁵

No geral, o influxo de refugiados sírios para a Turquia teve efeitos negativos e positivos nos resultados econômicos das comunidades de acolhida. Nas áreas onde os refugiados sírios estavam concentrados, houve um declínio no emprego de trabalhadores locais, principalmente no setor informal. Enquanto isso, os preços da habitação, transporte e alguns bens aumentaram.²⁴⁶

Mais positivamente, a produção expandiu-se para atender ao aumento da demanda por bens e serviços,²⁴⁷ novas empresas surgiram, os preços médios ao consumidor caíram²⁴⁸ e os salários dos trabalhadores locais em geral permaneceram praticamente inalterados.²⁴⁹

Líbano

O conflito sírio teve um efeito maciço no Líbano. Isso levou a uma perda considerável de comércio e turismo e interrompeu os fluxos de capital — pilares da economia libanesa.²⁵⁰ Juntamente com a insegurança política interna, isso levou à incerteza dos investidores e enfraqueceu a atividade econômica.²⁵¹ Além disso, o conflito provocou deslocamento em massa, com o Líbano recebendo mais de 1 milhão de refugiados sírios até 2014.²⁵²

Um estudo de bem-estar dos refugiados sírios publicado pelo Banco Mundial em 2016 descobriu que os refugiados sírios viviam em situações precárias e 70% eram pobres.²⁵³ Incapazes de trabalhar legalmente, as taxas de desemprego dos refugiados sírios eram muito mais altas do que as dos libaneses.²⁵⁴ Os sírios empregados concentraram-se no setor informal de baixa qualificação, o que levou à perda de empregos entre os libaneses vulneráveis. Este efeito negativo foi parcialmente compensado pelo aumento da atividade econômica impulsionado pelo aumento do consumo e ajuda internacional.²⁵⁵

O Líbano foi, portanto, confrontado com uma economia em dificuldades, incerteza política e crescente vulnerabilidade entre libaneses empobrecidos e refugiados. Como país de renda média, o Líbano não era elegível para financiamento concessional concedido a países de baixa renda por bancos multilaterais de desenvolvimento. Novos instrumentos de financiamento, como o Global Concessional Financing Facility estabelecido em 2016, foram concebidos para ajudar os países afetados por uma crise de refugiados, como o Líbano, a enfrentar os desafios associados, fornecendo apoio à infraestrutura e prestação de serviços e ajudando a estimular o crescimento econômico.²⁵⁶

Jordânia

Na Jordânia, o número de refugiados sírios também aumentou de forma constante desde 2012 e, em dois anos, atingiu 600 mil pessoas.²⁵⁷ Hoje, cerca de 81% dos refugiados sírios na Jordânia vivem entre comunidades jordanianas, com o restante vivendo em três grandes campos de refugiados em norte do país.²⁵⁸

Dois estudos econômicos revisaram o impacto dos sírios no mercado de trabalho jordaniano até 2016.²⁵⁹ A Jordânia enfrentou desafios econômicos antes do conflito na Síria. Elas estavam relacionadas à crise financeira global de 2008 – 2009 e ao impacto econômico da Primavera Árabe.²⁶⁰ O conflito sírio também afetou o comércio e o turismo. As taxas de crescimento econômico diminuíram e as taxas de pobreza aumentaram.²⁶¹ O influxo de refugiados sírios agravou os desafios. Os gastos do governo aumentaram para atender às demandas adicionais de água, eletricidade e saneamento, bem como serviços de saúde e educação, que foram disponibilizados aos refugiados sírios.

Os dois estudos descobriram que o influxo de sírios não teve efeito negativo significativo sobre os salários ou o emprego dos trabalhadores jordanianos. Os sírios foram proibidos de trabalhar, e aqueles que encontraram trabalho no setor informal competiam em grande parte com os trabalhadores migrantes. Os refugiados não tinham o direito de circular livremente, o que também pode ter limitado a capacidade dos trabalhadores sírios de acessar empregos. Além disso, melhores oportunidades de emprego para os jordanianos, como resultado da presença de agências internacionais e aumento dos gastos com saúde e educação, podem ter aumentado a demanda por trabalhadores jordanianos.²⁶²

Um estudo recente do Banco Mundial examinando as consequências regionais do conflito sírio chegou a conclusões semelhantes. Na Jordânia, constatou que, embora a participação dos jordanianos na força de trabalho tenha diminuído e o desemprego tenha aumentado entre 2010 e 2016, não foi por causa do influxo sírio. De fato, as taxas de desemprego na Jordânia foram mais baixas em áreas com alta concentração de refugiados.²⁶³

Além disso, uma pesquisa realizada para a Plataforma de Investimento e Parceria para Refugiados do Grupo Banco Mundial (RIMP, na sigla em

inglês) descobriu que as empresas sírias contribuíram para a economia jordaniana, particularmente nas áreas de processamento de alimentos, fabricação de produtos químicos e farmacêuticos, comércio, imóveis e hospitalidade. Em 2019, havia mais de 1.600 empresas de propriedade síria na Jordânia e mais de 10 mil com pelo menos 50% de propriedade síria. Também foi estimado que o capital investido pelos sírios na Jordânia atingiu US\$ 240 milhões em 2017.²⁶⁴

Em 2016, a Jordânia chegou a um acordo com vários doadores para melhorar as oportunidades de educação e emprego para refugiados e fornecer o apoio financeiro necessário à Jordânia. Conhecido como o Pacto da Jordânia, a União Europeia e os bancos multilaterais de desenvolvimento²⁶⁵ prometeram mais de US\$ 2 bilhões em doações e empréstimos com juros baixos para a Jordânia, que concordou em facilitar o acesso ao emprego e à educação dos refugiados sírios.²⁶⁶ Tal como acontece com outros pactos do gênero, envolve compromissos plurianuais das partes em áreas de reforma de políticas e investimentos financeiros.²⁶⁷

Os US\$ 700 milhões em doações e US\$ 1,9 bilhão em empréstimos concessionais estavam vinculados a metas específicas, como a concessão de 200 mil autorizações de trabalho a refugiados sírios em determinados setores e medidas para garantir que as crianças sírias pudessem frequentar escolas públicas. A União Europeia concordou em fornecer às empresas jordanianas em zonas econômicas especiais acesso mais fácil aos mercados europeus, desde que atingissem uma meta de contratação de 15% de refugiados sírios.²⁶⁸ Reformas empresariais para ajudar a formalizar negócios sírios também estavam entre os termos.²⁶⁹

O acesso à educação melhorou no âmbito do Pacto. No entanto, as autorizações de trabalho demoraram a ser implementadas inicialmente devido a vários fatores, incluindo a falta de conhecimento entre refugiados e empregadores. Taxas e restrições em setores aplicáveis também criaram desincentivos para ambos.

Era difícil para as empresas nas zonas econômicas especiais garantir que 15% da força de trabalho fossem refugiados sírios. As zonas estavam longe de onde vivia a maioria dos refugiados sírios, tinham ligações de transporte precárias e os salários eram muitas vezes mais baixos do que poderiam ser ganhos no setor informal. Prevvia-se que os ganhos de empregos sírios nessas zonas beneficiariam as trabalhadoras de vestuário. Essa expectativa não se concretizou devido ao afastamento das zonas, falta de habilidades necessárias, normas sociais que não encorajavam as mulheres sírias a trabalhar fora de casa e a ausência de creches.²⁷⁰

Para os empregadores, o Pacto inicialmente não resultou em benefícios significativos. Muitos empregadores preferiram manter sua força de trabalho majoritariamente migrante a contratar refugiados sírios. Muitas vezes, eles também não conseguiam atender aos padrões de exportação da UE e alguns não eram incentivados a fazê-lo porque já tinham um mercado nos Estados

Unidos.²⁷¹ As medidas para melhorar o acesso dos sírios à abertura de empresas também não produziram os resultados pretendidos inicialmente, pois as condições para registrar uma empresa continuavam sendo muito onerosas para a maioria dos sírios.

Vários ajustes foram feitos posteriormente, como a isenção de taxas de permissão de trabalho, desvinculação de licenças de patrocínio específico do empregador, expansão dos setores nos quais os refugiados podiam trabalhar e aumento da flexibilidade das autorizações de trabalho para permitir que os trabalhadores mudassem de emprego dentro de setores específicos.²⁷²

Até o fim de 2020, mais de 200 mil autorizações de trabalho foram emitidas para sírios,²⁷³ com pesquisas indicando que possuir uma autorização de trabalho teve um impacto positivo na renda, sensação de segurança e condições socioeconômicas gerais.²⁷⁴ As reduções de tarifas foram estendidas a empresas fora das zonas econômicas especiais e o governo tornou mais fácil para os sírios administrar negócios domésticos sem a necessidade de ter um parceiro jordaniano.²⁷⁵ Essa abordagem visava reduzir as barreiras para as mulheres se engajarem formalmente em oportunidades de negócios.²⁷⁶ Análises adicionais serão necessárias para avaliar o impacto total das mudanças.²⁷⁷

A experiência apontou para a importância de uma análise contextual criteriosa. Isso inclui uma análise de mercado, uma compreensão das habilidades e restrições que os refugiados enfrentam no emprego e na criação de negócios, bem como a capacidade das empresas de atender aos padrões de qualificação dos mercados pretendidos.²⁷⁸ Garantir que as principais partes interessadas, em especial os refugiados e os empregadores, sejam consultadas desde o início pode ajudar a evitar possíveis dificuldades de implementação.²⁷⁹

O Pacto da Jordânia continua a ser considerado uma iniciativa importante que resultou na entrada de mais sírios no mercado de trabalho formal e no apoio necessário à Jordânia afetada pela crise na Síria. É visto como um desvio inovador de abordagens anteriores, principalmente porque vinculava o financiamento para cumprir as metas de proteção acordadas e mudava o foco de respostas de curto prazo para investimentos sustentáveis destinados a beneficiar economicamente tanto os jordanianos quanto os refugiados. Isso marcou uma mudança na política do governo jordaniano, permitindo que as agências pela primeira vez expandissem os meios de subsistência e os programas de habilidades para refugiados sírios.²⁸⁰

América latina

Deslocamento interno colombiano

Em 2016, o Parlamento da Colômbia aprovou o acordo de paz entre o Governo e as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), encerrando

formalmente a guerra civil de mais de 50 anos. O conflito, que começou na década de 1960, viu níveis crescentes de deslocamento interno, com cerca de 7,4 milhões de pessoas deslocadas internamente na época do acordo de paz, segundo estatísticas do governo.²⁸¹

Vários estudos examinaram o impacto nos salários e no emprego das pessoas deslocadas internamente nos municípios receptores. Vários apontaram para efeitos adversos concentrados no setor informal, com queda nos salários no curto prazo, especialmente no que diz respeito aos empregos de baixa qualificação.²⁸² Após vários anos, não há efeito geral sobre os salários, o que pode ser devido ao aumento de moradores locais que se deslocam para outras áreas. No entanto, o efeito negativo nas mulheres pouco qualificadas foi mais prolongado. Entre as razões para isso está que, embora possam se adaptar a um novo mercado de trabalho, enfrentam mais concorrência e tendem a ter menos flexibilidade para se mudar para outro lugar do que outros.²⁸³

Deslocamento venezuelano

Desde 2013, milhões de venezuelanos deixaram seu país, principalmente para outros países da região. No fim de 2020, havia cerca de 5,4 milhões de refugiados e migrantes venezuelanos em todo o mundo, a maioria dos quais estava hospedada na região.²⁸⁴ Isso ocorreu em resposta a uma grave crise econômica, instabilidade política, escassez crônica de bens e serviços básicos, criminalidade e violência.²⁸⁵

Vários estudos examinaram o impacto econômico dos venezuelanos deslocados nos países de acolhida. Um examinou o impacto de curto prazo e descobriu que, entre 2013 e 2017, as comunidades de acolhimento colombianas testemunharam um declínio nos salários locais no setor informal de baixa qualificação, com jovens trabalhadores e homens pouco qualificados particularmente afetados. Os salários mais baixos também correspondiam a níveis mais elevados de pobreza. O efeito foi concentrado em áreas urbanas.²⁸⁶

Em 2018, a Colômbia promulgou uma nova política: regularizar mais de 400 mil venezuelanos indocumentados. Mais de 60% dos elegíveis solicitaram e receberam um visto renovável de dois anos, Permiso Especial de Permanencia (PEP), que lhes deu direito ao trabalho e acesso a serviços públicos.²⁸⁷ Um estudo econômico sobre o impacto do programa descobriu que não havia efeito significativo sobre horas trabalhadas, salários mensais, emprego e participação trabalhista dos colombianos no setor formal ou informal. Também encontrou um pequeno impacto positivo no emprego formal dos trabalhadores venezuelanos.²⁸⁸

O Equador recebeu mais de 400 mil venezuelanos, que representam mais de 2% da população. A sua chegada correspondeu a um período econômico difícil induzido pela queda dos preços do petróleo em 2014. Isso levou a uma

diminuição nas receitas do governo, uma redução nos gastos e crescimento econômico. O PIB estagnou e, em 2016, caiu.²⁸⁹

A maioria dos venezuelanos se mudou para além das áreas fronteiriças para regiões de alta renda do país.²⁹⁰ Um estudo dos efeitos do mercado de trabalho revela que os venezuelanos empregados estavam concentrados no setor



*Carmen Sánchez,
uma refugiada
colombiana no
Equador, mostra
o pão que está
assando em sua
casa para vendê-
lo na área local
de Esmeraldas
em 2021.
© ACNUR/Jaime
Giménez*

informal. Embora, em geral, sua presença não tenha afetado as perspectivas de emprego dos trabalhadores locais, houve impactos negativos na qualidade do emprego e na renda dos equatorianos jovens e menos instruídos. Eles experimentaram salários mais baixos e/ou menos horas de trabalho em comparação com trabalhadores semelhantes em áreas do país que tinham concentrações muito menores de trabalhadores venezuelanos.²⁹¹

Dependendo das escolhas políticas do governo equatoriano, os autores observaram que a entrada de trabalhadores pode estimular investimentos, a criação de novos negócios e oportunidades econômicas ao longo do tempo. Recomendaram a consideração de conceder aos venezuelanos acesso formal ao mercado de trabalho para ajudar a diminuir a concentração no setor informal, ao mesmo tempo em que contribui para o aumento da produtividade dos trabalhadores e empresários venezuelanos.²⁹²

Em 2021, o Equador anunciou uma nova política de regularização para venezuelanos no país, a ser complementada pela integração econômica e acesso ao mercado de trabalho.²⁹³

África

Os exemplos do Oriente Médio e da América Latina examinaram os resultados do mercado de trabalho como resultado do influxo de pessoas deslocadas à força. Os estudos de caso apresentados abaixo da África examinam o efeito sobre os meios de subsistência e bem-estar.²⁹⁴

O contexto político em cada país de acolhida varia. No Quênia e na Tanzânia, os governos têm políticas restritivas para refugiados, exigindo que os refugiados residam em campos e limitando o trabalho legal. Em contraste, Ruanda e Uganda promoveram a integração social e econômica de refugiados e comunidades de acolhida.

Tanzânia

Em 1993 – 1994, a Tanzânia experimentou dois grandes fluxos de refugiados. Em 1993, mais de 250 mil refugiados burundineses fugiram para o oeste da Tanzânia, seguidos por um número semelhante de refugiados ruandeses no ano seguinte.²⁹⁵ Os números continuaram a crescer e, em 1995, havia 830 mil refugiados na Tanzânia, mais de 90% de Burundi e Ruanda.²⁹⁶ Os refugiados estavam concentrados na região noroeste de Kagera, uma das mais pobres do país, com uma população local de cerca de 1,5 milhão de pessoas na época.²⁹⁷

Os refugiados foram acomodados em campos e tiveram que pedir permissão para deixá-los trabalhar ou fazer transações. Para se beneficiarem dos serviços, eles tiveram que retornar aos campos à noite.²⁹⁸ Vários estudos analisaram o impacto do afluxo de refugiados nas comunidades locais, mostrando efeitos positivos e negativos.²⁹⁹

O assentamento de tantos refugiados levou à degradação ambiental, com árvores e arbustos cortados principalmente para lenha. Várias fontes de água foram esgotadas.³⁰⁰ Alguns trabalhadores temporários receberam menos devido ao aumento da concorrência de refugiados.³⁰¹ Os preços de certas mercadorias aumentaram, beneficiando os fornecedores, mas prejudicando os tanzanianos com baixos rendimentos fixos.³⁰² E, embora o trabalho infantil tenha diminuído inicialmente após o influxo, provavelmente devido a um aumento no bem-estar das famílias, as taxas aumentaram novamente após 10 anos. Isso pode ser resultado do aumento da demanda por mão de obra agrícola.³⁰³

Ao mesmo tempo, o aumento da demanda levou à expansão dos mercados locais, ajudando os fornecedores dentro e fora das áreas do acampamento.³⁰⁴ Novos negócios foram criados,³⁰⁵ e os serviços de infraestrutura, saúde e saneamento na região melhoraram em grande parte como resultado do aumento da presença de empresas internacionais.³⁰⁶ Além disso, os agricultores se beneficiaram de custos trabalhistas mais baixos e preços mais altos de seus commodities. Os trabalhadores não agrícolas experimentaram um aumento

nas oportunidades de trabalho e salários mais altos, principalmente em organizações humanitárias.

No geral, a presença de refugiados teve um efeito econômico positivo persistente sobre a população local,³⁰⁷ mas não foi distribuído uniformemente. Os tanzanianos mais vulneráveis não se beneficiaram igualmente. Vários estudos concluíram que as oportunidades de educação e micro finanças podem ajudar os mais impactados negativamente a lidar e se adaptar às novas condições.³⁰⁸

Quênia

Por mais de três décadas, o Quênia tem sido um dos maiores países de acolhida do continente africano. Hoje, o país abriga mais de 500 mil refugiados e solicitantes de reconhecimento da condição de refugiado, com cerca de 84% vivendo em campos nas áreas noroeste e leste.³⁰⁹ Uma pesquisa socioeconômica conjunta do Banco Mundial-ACNUR em 2018 descobriu que no condado de Turkana, no noroeste remoto, refugiados e residentes locais “estão entre os piores no Quênia”.³¹⁰ É suscetível a longos períodos de seca e consequente fome.³¹¹

Dois estudos publicados em 2016 e 2018 examinaram o impacto econômico dos refugiados no condado de Turkana.³¹² Ele abriga cerca de 216 mil refugiados ou cerca de 40% do total nacional. Os refugiados representam aproximadamente um quinto da população do condado de Turkana.³¹³ Em um campo de refugiados perto da cidade de Kakuma, mais de 50% das pessoas são do Sudão do Sul, com a maioria dos outros vindos da Somália e da República Democrática do Congo.³¹⁴

Receber permissões para trabalhar fora dos campos é extremamente difícil, o que significa que os refugiados dentro deles dependem de ajuda alimentar, remessas e qualquer renda que ganhem de seus próprios negócios ou oportunidades de emprego dentro do campo.³¹⁵

Os estudos descobriram que o campo de refugiados de Kakuma tem um mercado mais vibrante do que a própria cidade e está melhor conectado a outros grandes mercados do que a maioria das cidades do condado. As mercadorias vêm de outras regiões, muitas vezes através de empresas somalis localizadas na cidade de Kakuma. O mercado do acampamento está aberto à comunidade de acolhida, que vem comprar e vender bens e serviços.³¹⁶

Dentro do campo, os trabalhadores de Turkana são empregados em segurança e serviço doméstico, construção, manutenção e trabalho de escritório. Os membros da comunidade Turkana também fornecem bens de primeira necessidade, como carvão, lenha³¹⁷ e gado.³¹⁸ Os estudos observaram que os membros da comunidade Turkana que moravam perto do acampamento se beneficiavam da presença de refugiados em geral em termos de renda, emprego e nutrição.³¹⁹

Os benefícios para a comunidade local, no entanto, foram distribuídos de



forma desigual. Agricultores e assalariados, por exemplo, experimentaram um crescimento de ativos de longo prazo que não era o caso daqueles que criavam gado. Eles não se beneficiaram do aumento dos preços, principalmente porque vendem por meio de corretores que cobram uma comissão.³²⁰ Os estudos concluíram que uma maior integração econômica, juntamente com intervenções direcionadas para ajudar as populações locais, ajudaria.³²¹

Em 2015, o assentamento Kalobeyei foi estabelecido nas proximidades de Kakuma, com o objetivo de promover a autossuficiência e a coesão social dos refugiados. Nele, a terra é alocada para casas e hortas domésticas. O dinheiro é fornecido diretamente aos moradores, permitindo-lhes comprar materiais para habitação e outros bens. Para ajudar a construir boas relações, membros da comunidade local também vivem no assentamento.³²²

Houve resultados positivos relativamente rápidos e amplos, alguns dos quais se tornaram evidentes nos primeiros 15 meses da operação de Kalobeyei.³²³ Um estudo realizado em 2017 descobriu que os refugiados de lá tinham melhor nutrição e senso de autonomia em comparação com os residentes no campo de Kakuma. Mas as melhorias na autossuficiência foram limitadas pelas mesmas restrições experimentadas pelos refugiados em Kakuma: ausência de acesso a financiamento e leis que restringem o direito de trabalhar e se deslocar.³²⁴ Isso sugere que o impacto dos esforços para melhorar a autossuficiência é diminuída quando tais limites básicos permanecem.

Uma comunidade de refugiados burundineses de longa data prospera na aldeia tanzaniana de Lukama em 2008 e espera fazer ainda mais quando for concedida a cidadania.
© ACNUR/
Brendan Bannon



*Ishimagizwe
Elana, uma
refugiada grávida
de 23 anos do
Burundi, na
loja que ela
administra na
vila de Kalobeyei,
no Quênia, em
2020.
© ACNUR/
Samuel Otieno*

Isso é consistente com os resultados da pesquisa socioeconômica de 2018 do ACNUR-Banco Mundial sobre as condições dos refugiados e comunidades de acolhida ao redor de Kalobeyei. Concluiu que melhorar os programas e intervenções para refugiados e anfitriões poderia melhorar seu bem-estar. Os exemplos fornecidos incluem mais investimentos na construção e manutenção de capital humano e programas para melhorar a autossuficiência agrícola para uma melhor segurança alimentar. Maiores possibilidades de trabalho e ambientes de negócios mais favoráveis podem ser apoiados por parcerias com instituições financeiras, bem como com o setor privado, para promover negócios liderados por refugiados e criar oportunidades de emprego.³²⁵

Uganda

Uganda se destaca da maioria dos países de acolhida. Suas políticas apoiam a autossuficiência dos refugiados com uma série de medidas abertas e inclusivas há muito estabelecidas.³²⁶

Abriga mais de 1,4 milhão de refugiados, a maioria do Sudão do Sul.³²⁷ Os refugiados podem se mover livremente, trabalhar, possuir propriedades e negócios e podem acessar serviços nacionais. Em assentamentos dedicados, eles recebem um pedaço de terra para viver e cultivar.³²⁸ Os assentamentos são remotos, mas as pessoas são livres para se mudar para encontrar emprego,

embora depois percam o acesso a quase toda a assistência humanitária, que o governo limita aos assentamentos.³²⁹

Um estudo sobre o impacto econômico dos refugiados na população de Uganda entre 2002 e 2010 descobriu que os níveis de pobreza entre os ugandenses que vivem perto de assentamentos de refugiados diminuíram.³³⁰ Durante esse período, Uganda recebeu em média 209 mil refugiados, a maioria da República Democrática do Congo.³³¹ As famílias também se beneficiaram de melhores serviços de educação e infraestrutura, resultados que, quando publicados em 2016,³³² mostraram semelhanças com estudos realizados na Tanzânia.

Mas também descobriu que as comunidades de acolhida perceberam que estavam em pior situação. Sentiram que, comparados aos refugiados, foram negligenciados pelo governo.³³³ Assim, embora os efeitos gerais tenham sido positivos, eles foram vivenciados de forma desigual. Alguns grupos enfrentaram a concorrência do trabalho de refugiados, e o aumento da demanda por serviços de saúde veio sem um investimento mais profundo do governo.

Tais descobertas destacam a importância de ajudar os membros da comunidade de acolhida afetadas negativamente por um influxo e fazer esforços para promover um melhor entendimento entre a comunidade local e os deslocados.³³⁴

Ruanda

Um estudo publicado em 2019 examinou a influência que os refugiados congolese tiveram na atividade do mercado de trabalho e no bem-estar doméstico das comunidades de acolhida em Ruanda. Baseia-se em dados de 2016, quando Ruanda acolheu 156 mil refugiados, dos quais 73 mil eram da República Democrática do Congo.³³⁵ Eles residiam principalmente em cinco campos em todo o país. O estudo analisou dados de pesquisas domiciliares coletados em três campos de refugiados congolese e áreas vizinhas.³³⁶

Observou que os refugiados tinham acesso a cuidados básicos de saúde, água e saneamento. As crianças refugiadas frequentavam a escola nas comunidades locais ou, excepcionalmente, em escolas em acampamentos que seguiam o currículo nacional.³³⁷ Os refugiados também tinham o direito de se mudarem e serem empregados. No entanto, o direito de sair dos campos e trabalhar estava sujeito a procedimentos formais e custos que podem ser difíceis de serem cumpridos pelos refugiados.³³⁸ Verificou-se que isso aumentava sua dependência de assistência por períodos prolongados.

Os ruandeses que viviam perto dos campos de refugiados eram mais propensos a passar da agricultura de subsistência para o emprego assalariado. Isso pode ter ocorrido por terem mais condições de contratar mão de obra pouco qualificada para manter a produção agrícola ou pecuária e aproveitar outras oportunidades. As mulheres locais que moravam perto dos acampamentos tinham

maior probabilidade de trabalhar por conta própria, e a proximidade dos acampamentos também se correlacionou com maior posse de bens domésticos.³³⁹

No geral, as comunidades de acolhida próximas aos campos não perceberam que sua situação era pior do que antes da chegada dos refugiados. No entanto, eles também não perceberam um benefício líquido, apesar das evidências de que houve.³⁴⁰

Outro estudo relacionado descobriu que, em relação à educação, a frequência escolar e os resultados educacionais para as crianças locais que viviam perto dos acampamentos eram mais altos do que para as de outros lugares. Os moradores que viviam perto do campo viram positivamente os efeitos dos refugiados na educação e apreciaram os investimentos do governo em educação nessas áreas.³⁴¹

Sudão

Em 2003, grupos armados na região de Darfur rebelaram-se contra as políticas governamentais que prejudicavam a população não árabe. A repressão das forças do governo e da milícia Janjaweed levou a dezenas de milhares de mortes e deslocamentos forçados em massa. Em 2011, o número de deslocados internos atingiu mais de 2,4 milhões de pessoas, subindo para 3,2 milhões em 2015.³⁴²

A maioria vivia em acampamentos adjacentes às grandes cidades e dependia fortemente de assistência alimentar. Em muitas áreas, o número de deslocados internos era maior do que o das populações locais.³⁴³

O conflito causou o colapso das atividades econômicas rurais. E, enquanto a demanda por bens e serviços aumentou em áreas de deslocamento interno afetadas por conflitos, também aumentou a competição por empregos de baixa qualificação, de acordo com um estudo publicado em 2015. As economias urbanas não foram capazes de absorver facilmente o aumento e chegaram recentemente os deslocados internos enfrentaram o desemprego.³⁴⁴ No entanto, os residentes locais tinham uma probabilidade maior de serem empregados em setores qualificados em comparação com aqueles em cidades fora das áreas de conflito, e uma probabilidade menor de estarem desempregados.³⁴⁵

Para ajudar a lidar com o impacto nas áreas de acolhida, os autores sugeriram oportunidades preferenciais de emprego para os investimentos mais vulneráveis ou pesados na proteção da periferia das cidades para permitir mais produção agrícola. Isso seria uma fonte de emprego para trabalhadores pouco qualificados e desempregados e ajudaria a reduzir a escassez de alimentos.³⁴⁶

Descobertas Consolidadas

As conclusões desses estudos nacionais são consistentes com uma revisão mais ampla publicada pelo Banco Mundial em 2019. Constatou-se que há efeitos positivos de longo prazo da chegada de pessoas deslocadas à força, enquanto o

impacto negativo se dissipa com o tempo. Ele coloca as chances de um impacto negativo geral para as comunidades de acolhida em menos de 20%.

A revisão examinou os resultados de estudos sobre o impacto econômico do deslocamento forçado nas comunidades de acolhida realizados durante o período anterior de 29 anos. Examinou 762 resultados relacionados com emprego, salários, preços e bem-estar das famílias.³⁴⁷ As medidas de bem-estar incluíam níveis de rendimento, consumo, alojamento, bens e pobreza. Em relação ao bem-estar, os resultados apontaram para uma mudança positiva ou insignificante em mais de 80% das vezes.³⁴⁸

Como mostram estudos específicos de cada país, os preços podem aumentar ou diminuir. Os de alimentação e aluguel tendem a subir, enquanto os de serviços ou produtos de mão de obra intensiva caem. O emprego e os salários apresentaram variações semelhantes, com cerca de dois terços dos resultados sem alterações significativas. Melhorias positivas e significativas são documentadas em até 20% dos resultados, com até 25% dos casos apontando para resultados negativos e significativos, principalmente vivenciados por trabalhadores jovens e informais.³⁴⁹

Embora a pesquisa sugira que, ao longo do tempo, os efeitos positivos permanecem relativamente constantes e os impactos negativos diminuem, é necessário um trabalho de longo prazo para entender melhor a prevalência dessas tendências.³⁵⁰ Também são necessárias análises mais aprofundadas para determinar a extensão a qual as pessoas deslocadas à força são social e economicamente integradas ao longo do tempo.³⁵¹

Para os refugiados, as conclusões são claras sobre os benefícios do emprego legal: elimina a insegurança de ser multado, detido ou preso por trabalhar. O trabalho formal tende a ser mais bem pago. A renda aumenta com o tempo e as oportunidades de ser autossuficiente são aprimoradas. Também pode incentivar mais investimentos no desenvolvimento pessoal, pois aumenta a probabilidade de as habilidades adquiridas serem colocadas em uso.

Refugiados que são produtivos e têm renda melhor sustentam a economia por meio de seus gastos e pagamento de impostos.³⁵² Eles são mais capazes de sustentar a si mesmos e suas famílias e construir o capital humano essencial para soluções sustentáveis.

Reconhecer legalmente o direito ao trabalho elimina o desincentivo que alguns empregadores podem ter em empregar aqueles que não estão autorizados a trabalhar. Isso poderia ajudar a aumentar as taxas de emprego de refugiados.³⁵³ No entanto, como os mercados informais em países de baixa e média renda tendem a ser grandes, refugiados e deslocados internos podem permanecer no setor informal, especialmente aqueles com menos habilidades.³⁵⁴

A perda de salários ou emprego para trabalhadores locais precisa ser abordada por meio de treinamento de habilidades ou programas de proteção social, integrados às estratégias nacionais de redução da pobreza e apoiados

internacionalmente como uma forma significativa de compartilhamento de encargos.

Alcançar a inclusão socioeconômica e melhores resultados para as comunidades de acolhida e deslocadas à força é complexo. Requer uma profunda apreciação do contexto local, incluindo a estrutura da economia, leis e políticas relacionadas, tendências econômicas e potencial de crescimento. Também requer informações sobre o impacto econômico do conflito e do deslocamento forçado, e as habilidades e capacidades relativas das populações deslocadas e de acolhida. As intervenções para melhorar o capital humano em deslocamento precisam ser baseadas em dados confiáveis e específicos do contexto, análises e “evidências do que funciona e a que custo”.³⁵⁵

A ambição de 2030

As estruturas de cooperação internacional para responder ao deslocamento forçado estão focadas em mais do que garantir a segurança. Elas também buscam vidas dignas e futuros melhores para as pessoas forçadas a fugir. Isso tem sido muitas vezes indescritível.

As políticas e práticas nacionais frequentemente minaram a capacidade das pessoas deslocadas de superar suas perdas, melhorar suas vidas e contribuir para as comunidades em que vivem. O reconhecimento global de que o deslocamento forçado é um imperativo de desenvolvimento tanto quanto humanitário só veio recentemente.

A inclusão explícita de refugiados e deslocados internos nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável é um ponto de virada significativo e promissor refletido em dois dos quatro objetivos do Pacto Global sobre Refugiados: aliviar as pressões sobre os países de acolhida e aumentar a autossuficiência dos refugiados. É mais provável que esses objetivos sejam alcançados se os serviços de educação e saúde forem inclusivos e o crescimento econômico for facilitado.

Em menos de uma década, mudanças políticas significativas e apoiadas financeiramente já facilitaram a melhoria do acesso à educação para populações deslocadas à força. A educação pública melhorada e inclusiva pode proporcionar benefícios poderosos para as comunidades deslocadas e de acolhida. Consolidar os ganhos e a experiência e evidências que fornecem pode ser a melhor maneira de garantir que essa abordagem se espalhe. O progresso geralmente é incremental com iniciativas de políticas globais.

Em comparação com a educação, a prestação de cuidados de saúde inclusivos tem visto menos iniciativas e investimentos globais. No entanto, o progresso nos cuidados de saúde preventivos e comunitários tem sido significativo. As



doenças transmissíveis são melhor controladas por estratégias de saúde nacionais e locais que não discriminem entre deslocados e comunidades locais.

Um estudo econômico considerável e recente sobre os efeitos no mercado de trabalho de pessoas deslocadas à força também fornece clareza. Deve ajudar a definir uma nova direção para a política nacional: facilitar o trabalho legal, em vez de inibi-lo. Na maioria das vezes, isso traz benefícios líquidos. Mas também podem ser necessárias medidas para mitigar o impacto para alguns nas comunidades de acolhida.

Este caminho para a inclusão na educação e cuidados de saúde e abertura nos mercados de trabalho depende de dados, análises e evidências específicas do contexto. Precisamos muito mais destes. Os países mais afetados por deslocamentos motivados por conflitos enfrentam desafios econômicos e de desenvolvimento preexistente, que podem ser exacerbados pela chegada de um grande número de pessoas deslocadas à força. Esses países precisam de evidências dos benefícios oferecidos por uma agenda de desenvolvimento ampla e inclusiva — e como seus riscos podem ser mitigados — antes que possam adotá-la. Isso requer capacidade técnica reforçada e apoio adicional ao desenvolvimento.³⁵⁶

A adolescente ruandesa Anethe Cyuzuzo (à esquerda) e sua melhor amiga Irikungoma Bellaca (à direita), do Burundi, são educadas juntas em uma escola no campo de refugiados de Mahama, Kirehe, no leste de Ruanda, em 2018.
© ACNUR/
Georgina Goodwin
© UNHCR/
Georgina Goodwin



PART V

Preenchendo a lacuna

SUMÁRIO

262 Financiamento

264 Financiamento humanitário

265 Financiamento para o desenvolvimento

271 Investimentos do setor privado

278 Outros financiamentos inovadores

283 Aprimorando a base de evidências

283 Conteúdo e coleção

287 Fortalecimento das capacidades

289 Avaliação de impacto

292 Parcerias

292 Deslocados à força

297 Atores e autoridades locais

303 Setor privado

307 Acadêmicos

312 Responsabilidade

315 Tribunais criminais internacionais ad hoc

321 Ministério Público Nacional

327 Apuração Independente de Fatos



Preenchendo a lacuna

Página anterior: a mãe venezuelana Jenny Hernandez ensina seu filho a usar uma máscara protetora. Foi doada pela UNIQLO como parte de uma contribuição muito maior que o ACNUR fez para pessoas de interesse em toda a América Latina e Oriente Médio. © ACNUR/ Eugenia Paz

“Não me deixe me tornar um mendigo” foi o simples pedido de um refugiado tigré recém-chegado em um campo de deslocados de emergência no leste do Sudão. Falando a uma delegação visitante, ele mencionou sua educação, habilidades e desejo de sustentar a si mesmo e sua família de forma independente.¹ Ele não queria ser relegado a um caminho de dependência e desespero, mas ser capaz de usar suas habilidades para sustentar a si mesmo e sua família.

Um grande número de pessoas deslocadas à força ficaram presas nesse caminho de dependência, como este livro mostrou. Muitos alcançaram a segurança, mas lutam para restaurar vidas dignas ou esperar por um futuro melhor. Este livro se concentrou nessa lacuna, nos resultados e nas mudanças necessárias para fechá-la. Há um trabalho significativo pela frente para garantir que o refugiado Tigray no leste do Sudão, e tantos como ele, tenham oportunidades de se tornar autossuficientes, contribuir para a comunidade e investir no futuro. Sua ambição era simples, mas cumpri-la não é fácil.

É necessária uma mudança significativa na orientação política. Por muitos anos, a maioria dos governos que recebem um grande número de pessoas deslocadas à força tem visto sua chegada como uma questão de segurança e um fenômeno temporário que precisa ser contido até que as pessoas saiam.

Acampamentos foram erguidos e outras restrições proibiram a inclusão social e econômica com as comunidades anfitriãs.

As agências humanitárias se adaptaram a essas situações. Enfrentando financiamento de curto prazo e limitado, as agências fazem o que podem para garantir que as pessoas estejam seguras e suas necessidades básicas de subsistên-



Mihret Gerezgiher, 25, fugiu da Etiópia e é engenheiro de construção e professor treinado, voluntário do ACNUR no campo de Tunaydbah, no Sudão, em 2021, supervisionando a construção e ajudando outros refugiados a ter acesso a cuidados médicos. © ACNUR/ Ahmed Kwarte

cia sejam atendidas. Suas contrapartes de desenvolvimento, focadas em respostas mais orientadas para o desenvolvimento sustentável, estão se engajando mais em contextos de deslocamento forçado. Mas eles geralmente chegam depois que a arquitetura inicial foi estabelecida, o que é difícil de desalojar.

A Convenção de 1951 relativa ao Estatuto dos Refugiados (Convenção de 1951) foi redigida com o propósito de que os refugiados tenham uma agência sobre o seu futuro. O Pacto Global sobre Refugiados procura realizar isso. Para melhorar a autossuficiência no deslocamento, o apoio total dos governos de acolhida é definitivo. Eles precisam de evidências de que mudar a abordagem de contenção de décadas beneficiará suas comunidades.

Isso requer uma análise profunda e específica do contexto. Ela precisa cobrir a probabilidade de deslocamento prolongado, o status socioeconômico das comunidades deslocadas e anfitriãs, bem como o impacto econômico sobre os diferentes membros das comunidades afetadas. Deve delinear as oportunidades se os quadros políticos corretos estiverem em vigor.

Na Parte V, examinamos alguns dos fatores necessários para essa mudança.

O financiamento precisa ser muito mais robusto, previsível e com base mais ampla. São necessárias melhorias nos dados, evidências e análises. Deve-se fazer melhor uso das vantagens comparativas do grupo mais amplo de partes interessadas que agora estão engajadas. A Parte V termina analisando a responsabilização, outro aspecto importante da melhoria das respostas ao deslocamento forçado.

Financiamento

Atender às necessidades das pessoas deslocadas à força requer recursos financeiros significativos para assistência humanitária e apoio ao desenvolvimento. Eles têm objetivos diferentes, mas são complementares.

A assistência humanitária visa “salvar vidas, aliviar o sofrimento e manter a dignidade durante e após crises provocadas pelo homem e desastres naturais”.² Ajuda a atender às necessidades imediatas, como segurança, alimentação, água, abrigo e assistência médica. Cada vez mais, confia-se nele para sustentar vidas e bem-estar por longos períodos de tempo. Longas durações prejudicaram seu alcance e eficácia. Não foi concebido para fornecer apoio a médio e longo prazo a pessoas deslocadas à força ou às comunidades em que vivem. Nem é suficiente para isso.

O nível de financiamento humanitário aumentou na última década, mas também o nível global de necessidades humanitárias. As entidades das Nações Unidas e seus parceiros muitas vezes solicitam fundos humanitários aos doadores em conjunto, por meio de apelos humanitários consolidados. Estes cresceram 300% entre 2011 e 2020, de pouco menos de US\$ 10 bilhões para cerca de US\$ 39 bilhões. As contribuições também aumentaram, mas nunca o suficiente: em média, 60% dos apelos humanitários consolidados foram financiados de 2011 a 2019, caindo para 52% em 2020 com o surgimento da Covid-19.³

Mais de 95% do financiamento humanitário por vários anos veio de 20 doadores, e três deles contribuíram com mais da metade do total.⁴ A necessidade de outros países de alta renda contribuírem mais permanece premente. Mais positivamente, o financiamento humanitário de fontes privadas aumentou nos últimos anos. Indivíduos, empresas e fundações filantrópicas estão se tornando parceiros fortes no apoio aos esforços de socorro. Em 2019, 22% do financiamento humanitário internacional era de fontes privadas.⁵ Mais de dois terços disso vieram de pessoas físicas, com 14% fornecidos por corporações e consórcios.⁶ Espera-se que essas fontes de financiamento cresçam.

Por causa da pandemia da Covid-19, mais 19 milhões de pessoas precisavam de assistência humanitária em 2020, mas o financiamento não acompanhou o

ritmo.⁷ As repercussões financeiras da Covid-19 continuarão. Isso torna mais urgente a mudança de uma forte dependência da assistência humanitária para respostas de desenvolvimento mais sustentáveis.

O apoio ao desenvolvimento centra-se na redução da pobreza entre as pessoas deslocadas à força e as suas comunidades de acolhimento. O financiamento do desenvolvimento visa promover melhorias socioeconômicas sustentáveis nas vidas a médio e longo prazo. Este trabalho inclui aconselhar os países de acolhida sobre as opções de políticas para o desenvolvimento inclusivo. O financiamento do desenvolvimento pode apoiar as reformas necessárias para: fomentar o crescimento econômico e a criação de empregos; investir em infraestrutura; fortalecer a prestação de serviços e o treinamento de habilidades; e apoiar medidas para ajudar a compensar os riscos que podem ser um obstáculo para um maior envolvimento do setor privado.

As crises de deslocamento forçado tendem a exigir abordagens humanitárias e de desenvolvimento complementares, porque raramente são de curta duração. No entanto, seu financiamento é tipicamente dominado por intervenções humanitárias. O movimento em direção ao uso de uma abordagem de desenvolvimento ganhou força apenas nos últimos anos, após décadas de advocacia.

Existem várias razões para a dependência tradicional de financiamento humanitário de curto prazo. Durante muitos anos, as situações de deslocamento forçado foram consideradas temporárias. Esperava-se que os refugiados retornassem aos seus países. Muitos países de acolhida e doadores estavam relutantes em reconhecer a natureza prolongada do deslocamento e a necessidade de mudar para financiamento de longo prazo.

Além disso, o financiamento do desenvolvimento é orientado para abordagens sustentáveis, incluindo o apoio a pessoas deslocadas à força para se tornarem economicamente autossuficientes. Muitos países de acolhida têm impedimentos legais à autossuficiência dos refugiados, incluindo restrições ao seu direito de circular livremente e/ou trabalhar. Dadas as necessidades agudas de seus próprios cidadãos, os países de baixa e média renda muitas vezes relutam em apoiar a inclusão de refugiados em programas de desenvolvimento. Eles também estão preocupados que o emprego de refugiados venha às custas dos locais e desencoraje os refugiados a voltar para casa, conforme discutido na Parte IV.

Como consequência, os custos do deslocamento forçado foram amplamente calculados com base no que era necessário para atender às necessidades humanitárias de curto prazo. Os custos totais para os países de acolhimento de deslocamento prolongado não foram sistematicamente determinados.⁸ O custo para os refugiados e seus países de origem, em termos de perdas de desenvolvimento humano, foi negligenciado.

Isso começou a mudar em 2015, com a situação da Síria e o aumento da

chegada de refugiados na Europa. Foi então que a escala e os custos excepcionais de uma grande emergência de refugiados se tornaram mais visíveis. A arquitetura financeira para o deslocamento forçado começou a mudar de forma significativa. Esta seção analisa essa mudança potencialmente transformadora, demonstrada pelo rápido crescimento dos instrumentos de financiamento, novas parcerias e abordagens.

O aumento do financiamento humanitário e de desenvolvimento é crucial para melhorar as respostas ao deslocamento forçado. O mesmo acontece com o uso de recursos de forma eficaz e eficiente. Ambos são prioridades dentro do Pacto Global sobre Refugiados.⁹

Financiamento Humanitário

A necessidade de expandir o financiamento humanitário e diversificar as fontes de financiamento foi um foco central da Cúpula Humanitária Mundial de 2016, convocada pelo então Secretário-Geral das Nações Unidas, Ban Ki-moon. O objetivo da Cúpula era melhorar a ação humanitária internacional para pessoas em crise e melhorar a arquitetura financeira. Quase todos os países membros das Nações Unidas participaram junto com cerca de 9 mil delegados. Resultou na Agenda para a Humanidade, incluindo uma Plataforma de Ação e cerca de 3.500 compromissos.¹⁰

A essa altura, o Painel de Alto Nível sobre Financiamento Humanitário, nomeado pelo Secretário-Geral em 2015, havia emitido seu relatório e recomendações. Embora se concentrasse no financiamento humanitário, também reconheceu a necessidade de um uso mais profundo das abordagens de desenvolvimento.

O Painel pediu uma “Grande Barganha” entre doadores e organizações humanitárias, um termo que encontrou ressonância. Os doadores concordaram, a princípio, em fornecer financiamento humanitário mais previsível, plurianual e não destinado, com encargos reduzidos de relatórios. Em troca, as organizações humanitárias concordaram em reduzir os custos de duplicação e gestão e trabalhar mais estreitamente com os parceiros de desenvolvimento. Eles também aumentariam a capacidade dos parceiros locais, ao mesmo tempo em que abririam mais espaço para eles. As organizações humanitárias concordaram em melhorar as avaliações de necessidades conjuntas e imparciais e em ser mais transparentes quanto ao financiamento recebido.¹¹

O Painel previu que essas reformas levariam a uma maior eficiência, eliminando certos custos e liberando recursos significativos para entrega na linha de frente. A Declaração de Nova York de 2016 refletiu a ambição da Grande Barganha de garantir financiamento adequado, flexível e previsível para a resposta humanitária imediata e necessidades de desenvolvimento de longo

prazo.¹² Foi retomado novamente no Pacto Global sobre Refugiados de 2018.¹³

Até o momento, os US\$ 1 bilhão em economias projetadas da Grande Barganha não foram alcançados.¹⁴ Relatórios independentes anuais sobre o progresso revelam que a propriedade e a responsabilidade pelos compromissos variaram entre os signatários. A maior parte do engajamento foi conduzida por um grupo central, embora o último relatório indique que, em algumas áreas, mais signatários aumentaram seus esforços.¹⁵

Do lado dos doadores, o financiamento humanitário permanece imprevisível,¹⁶ embora tenha havido algum progresso no aumento do financiamento plurianual e na redução das restrições ou “marcações” impostas ao financiamento.¹⁷ Foi acordado um modelo de relatório simplificado, mas não é usado pela maioria dos doadores signatários.¹⁸ Também houve pouco progresso na obtenção de novos doadores bilaterais.¹⁹

As organizações humanitárias expandiram o uso de um método amplamente reconhecido como econômico: programação multifuncional baseada em dinheiro. Além disso, a implementação tem sido cada vez mais delegada a parceiros locais, embora em níveis abaixo da meta original para a parcela total dos fundos.²⁰ Houve maior transparência no financiamento recebido por entidades humanitárias, e elas melhoraram a qualidade e a frequência das avaliações conjuntas das necessidades, eliminando duplicações e ajudando a alinhar prioridades.²¹ Revisões independentes também apontam para a necessidade de desenvolver ainda mais as capacidades dos implementadores locais e reduzir a duplicação e os custos de gestão.²²

Financiamento para o Desenvolvimento

A assistência internacional ao desenvolvimento para países de baixa renda é fornecida em “termos de concessão”, por meio de doações e empréstimos a juros baixos para atores do governo estadual e local. O financiamento vem em grande parte por meio de instituições financeiras internacionais (IFIs), incluindo bancos multilaterais e regionais de desenvolvimento,²³ e bilateralmente de países de alta renda. É negociado por meio de um longo processo de avaliação e diálogo com os países receptores, com um prazo de implementação de vários anos. Destina-se a apoiar intervenções para aliviar a pobreza de forma sustentável, gerar crescimento econômico e reduzir a dependência da ajuda externa.

O Banco Mundial ajudou a liderar a mudança para um maior apoio ao desenvolvimento para situações de deslocamento forçado. Em 2009, estabeleceu um Fundo Fiduciário do Programa Global sobre Deslocamento Forçado (GPDFD, na sigla em inglês) que, por vários anos, se concentrou em como trazer abordagens de desenvolvimento para contextos de deslocamento forçado. Em 2017, publicou *Forcibly Displaced: Toward a Development Approach Supporting*

Refugees, the Internally Displaced, and Their Hosts.²⁴ Esta foi a primeira articulação abrangente de desafios específicos enfrentados por essas comunidades, bem como um guia sobre como os atores do desenvolvimento podem apoiar políticas e intervenções para superá-los. Em sintonia com sua publicação, o Banco Mundial abriu um novo mecanismo de financiamento para esse fim.

Mecanismos específicos da Associação Internacional de Desenvolvimento (AID)

O novo mecanismo faz parte da Associação Internacional de Desenvolvimento (AID). Por meio da AID, o Banco Mundial oferece doações e empréstimos com juros baixos aos países mais pobres do mundo. Os empréstimos têm um período de reembolso estendido de 30 a 40 anos. É uma das maiores fontes de assistência ao desenvolvimento do gênero. Nos últimos anos, os compromissos anuais atingiram em média US\$ 29 bilhões nos últimos três anos.²⁵ As prioridades da AID incluem apoio à reforma política e institucional, investimento em capital humano nas áreas de educação, saúde, água e saneamento, bem como infraestrutura para ajudar no crescimento econômico, criação de empregos, redução da pobreza e melhores condições de vida.²⁶

A AID está em operação desde 1960. Um novo mecanismo da AID, a Subjanela Regional da AID 18 para Refugiados e Comunidades de Acolhida, é um meio de fornecer apoio adicional aos países de baixa renda que hospedam um grande número de refugiados. O financiamento está no topo das alocações regulares da AID e é projetado para criar oportunidades de desenvolvimento de médio e longo prazo para refugiados e comunidades de acolhida. Por meio dele, o Banco Mundial fornece US\$ 2 bilhões em financiamento concessional para o desenvolvimento.²⁷ Outra, a Janela AID19 para Comunidades de Acolhida e Refugiados, financiará até US\$ 2,2 bilhões em apoio operacional, quase metade dos quais abordará os impactos da Covid-19.²⁸ Esses mecanismos também têm facilidades para incentivar investimentos do setor privado em conjunto com outras instituições do Grupo Banco Mundial (GBM).²⁹

O financiamento depende de os países aderirem a uma estrutura adequada de proteção para refugiados e concordarem em tomar medidas concretas para avançar em soluções que beneficiem eles e as comunidades em que vivem. Isso inclui esforços para facilitar a inclusão socioeconômica dos refugiados.

Até agora, 14 países se beneficiaram do primeiro mecanismo para refugiados e comunidades de acolhida.³⁰ A Etiópia, conforme discutido mais adiante nesta Parte, está apoiando a nova política do governo para uma maior inclusão socioeconômica dos refugiados.³¹ Da mesma forma, tem apoiado o desenvolvimento e implementação do Plano Estratégico para Refugiados em Ruanda, que inclui maior acesso a serviços e oportunidades econômicas. Em vários outros países,

como Camarões, Chade, República do Congo, Mauritânia, Níger e Uganda, o financiamento apoia a inclusão de refugiados em vários programas nacionais de saúde, educação e proteção social.³²

O financiamento da AID não está disponível para países de renda média. No entanto, como a última década ilustrou, eles também foram duramente atingidos por crises de deslocamento. Em 2016, cerca de 58% dos refugiados e solicitantes de reconhecimento da condição de refugiado estavam em países de renda média.³³

Facilidade Global de Financiamento Concessional

Para auxiliar esses países, em 2016, as Nações Unidas, o Banco Islâmico de Desenvolvimento (BID) e o Banco Mundial criaram o Global Concessional



*A família Soto da Venezuela no Dia Mundial do Refugiado em 2021 no Equador, quando a regularização anunciada de cerca de 300 mil venezuelanos está prestes a oficializar sua estadia.
© ACNUR/
Santiago Escobar-Jaramillo*

Financing Facility (GCFF).³⁴ Fornece empréstimos de baixo custo e longo prazo para países de renda média que hospedam um grande número de refugiados. Ela consegue isso mobilizando doações de doadores e, em seguida, usa o financiamento para conceder empréstimos a taxas mais baixas do que o normal para países de renda média. Dessa forma, cada US\$ 1 em doações pode desbloquear US\$ 3 a US\$ 4 em empréstimos com juros baixos. O GCFF tem agora nove países doadores de apoio e a Comissão Europeia. A implementação é apoiada por quatro bancos multilaterais de desenvolvimento (MDBs) e pelas Nações Unidas.³⁵ No fim de 2020, o mecanismo havia desembolsado cerca de US\$ 660 milhões em financiamento, liberando US\$ 4,8 bilhões em apoio concessional para projetos na Colômbia, Equador, Jordânia e Líbano.³⁶

O financiamento se concentra na melhoria da infraestrutura, na criação de empregos e na prestação de serviços em benefício das comunidades anfitriãs e dos refugiados. Foi uma fonte de financiamento para o Pacto da Jordânia, discutido na Parte IV, que ajudou a melhorar a educação, o emprego e as oportunidades empresariais para os refugiados sírios, ao mesmo tempo em que apoiava o governo jordaniano no processo.³⁷

Na Colômbia, o financiamento ajudou a apoiar a adaptação do governo das políticas para os venezuelanos deslocados. Em 2021, a Colômbia iniciou a concessão do Estatuto de Proteção Temporária (TPS) de 10 anos e um caminho para a residência permanente, com direito ao trabalho, bem como acesso à escola e serviços de saúde.³⁸ Resultados positivos semelhantes acompanharam o financiamento ao Equador. Ele forneceu apoio orçamentário em vários ministérios para a prestação de serviços inclusivos, pois o Equador também revisa suas políticas para regularizar os venezuelanos e para sua integração econômica e acesso ao mercado de trabalho.³⁹

Plataforma de Coordenação do Banco Multilateral de Desenvolvimento

Outro marco significativo foi o lançamento em 2018 da Plataforma de Coordenação do Banco Multilateral de Desenvolvimento sobre Migração Econômica e Deslocamento Forçado. Seus membros incluem seis grandes MDBs regionais e o Banco Mundial. No Fórum Global de Refugiados de 2019, eles endossaram a visão do Pacto Global sobre Refugiados para financiamento adicional de desenvolvimento em apoio ao crescimento socioeconômico inclusivo de refugiados e comunidades de acolhida.⁴⁰

Os membros comprometeram-se a aumentar o financiamento que beneficie as comunidades deslocadas à força e as comunidades de acolhida, com foco na resiliência e coesão social, fornecer apoio financeiro mais rapidamente e promover o envolvimento do setor privado em situações de deslocamento forçado.⁴¹ Entre as áreas prioritárias para a Plataforma de Coordenação estão: uma estrutura comum para engajamento; compartilhamento de dados, evidências e conhecimentos; e coordenação estratégica com governos, agências das Nações Unidas e outros parceiros.⁴²

Rede Internacional da OCDE sobre Conflito e Fragilidade (INCAF)

A Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) foi fundada em 1961. É uma organização intergovernamental e fórum para o diálogo político e o compartilhamento de práticas promissoras. Sua ambição declarada é apoiar o crescimento sustentável resiliente e inclusivo e o progresso econômico em todo o mundo.⁴³ Atualmente tem 38 membros, a maioria países de alta renda.

Dentro da OCDE, o Comitê de Assistência ao Desenvolvimento (CAD) é o principal fórum internacional para ajuda e política de desenvolvimento.⁴⁴ Pela primeira vez, em 2019, uma rede de membros do CAD adotou uma Posição Comum sobre o apoio a respostas abrangentes em situações de refugiados. Contém vários princípios, incluindo: promover a inclusão de refugiados nas estratégias nacionais e/ou locais de prestação de serviços e desenvolvimento; apoiar intervenções de benefício para as comunidades de acolhimento e refugiados adaptadas a contextos específicos; e expandir mecanismos de financiamento flexíveis para respostas oportunas e sustentáveis. A Posição Comum reconhece os benefícios de combinar intervenções humanitárias, de desenvolvimento e de paz logo no início da crise.⁴⁵ A adoção coletiva desses princípios constitui a base para o lançamento de uma ação coordenada com o objetivo de colocá-los em prática.

Esses esforços são um sinal significativo de como os principais doadores de desenvolvimento reconheceram sua vantagem comparativa e relevância em contextos de deslocamento forçado. Antes disso, seu envolvimento era pontual. Agora espera-se que eles envolvam governos e parceiros de forma mais sistemática, fornecendo orientação e apoio operacional de forma coordenada.

Inscrição

Além do Banco Mundial, outros bancos multilaterais de desenvolvimento estão demonstrando seu compromisso de forma tangível. Por exemplo, o Banco Europeu de Reconstrução e Desenvolvimento (BERD) concentra-se no crescimento do setor privado. Investiu € 268 milhões na Jordânia, Líbano e Turquia e mobilizou € 160 milhões em doações para apoiar projetos que beneficiam refugiados e comunidades de acolhida.⁴⁶ Isso também complementa o apoio adicional ao desenvolvimento de doadores bilaterais e do MDB.⁴⁷

Os benefícios desses esforços cooperativos também são evidentes na Etiópia. Em 2016, o governo assinou o “Jobs Compact” com vários doadores bilaterais, nomeadamente o Reino Unido, a União Europeia, o Banco Europeu de Investimento (BEI) e o Grupo Banco Mundial. O Jobs Compact visa gerar 100 mil empregos sustentáveis e oportunidades econômicas para etíopes e refugiados.⁴⁸ Sob tratado, o governo etíope concorda em fazer mudanças nas políticas para permitir que os refugiados trabalhem, melhorar seu acesso à documentação legal, serviços sociais e liberdade de movimento.

Por sua vez, os doadores aprovaram US\$ 500 milhões em financiamento. Deste total, o Banco Mundial e o Reino Unido comprometeram cerca de US\$ 300 milhões em financiamento concessional disponível através do Programa de Oportunidades Econômicas da Etiópia para melhorar o ambiente de negócios, aumentar a produtividade e aumentar a sustentabilidade dos parques industriais. Os desembolsos dependem do cumprimento de várias

metas, como o número de refugiados com acesso a oportunidades econômicas.⁴⁹

Em 2019, o governo etíope aprovou uma nova lei de refugiados, que permite aos refugiados: obter autorizações de trabalho; acesso à educação primária, saúde e serviços bancários; transferir bens, registrar nascimentos, óbitos e casamentos nos registros civis; e obter carteiras de motorista.⁵⁰ Legislação



Em Aysaita, na região de Afar, na Etiópia, refugiados e membros da comunidade de acolhida vivem e cultivam juntos como parte de um projeto agrícola.
© ACNUR/Helle Degn

complementar e medidas administrativas para avançar essas disposições estão em desenvolvimento. A nova política é uma grande mudança para a inclusão após décadas de políticas baseadas em acampamentos.

Em 2019, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) anunciou a provisão de US\$ 100 milhões de recursos não reembolsáveis de seu Fundo de Doações para apoiar países que recebem fluxos grandes e repentinos de refugiados e/ou migrantes.⁵¹ Os fundos destinam-se a ajudar os países receptores a fornecer melhor acesso à segurança e aos serviços públicos e melhorar a infraestrutura, como água potável, saneamento e habitação. Os fundos serão combinados com um empréstimo regular do BID de US\$ 800 milhões.

Ao anunciar o financiamento, o BID observou a necessidade de assegurar que as estruturas de políticas necessárias estejam em vigor para ajudar a mitigar os impactos negativos que um grande influxo repentino pode ter nos serviços, infraestrutura e orçamentos fiscais. O financiamento visa apoiar os governos locais e nacionais na implementação de programas de desenvolvimento abrangentes, facilitando a integração social de refugiados e migrantes, beneficiando-os e às comunidades em que vivem.⁵²

O trabalho do BID também inclui a expansão da base de evidências por meio de pesquisa, compartilhamento de experiências e práticas promissoras e participação em treinamento para fortalecer as capacidades do setor público para integrar migrantes e refugiados em suas comunidades anfitriãs.⁵³

O Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) criou um Mecanismo de Apoio à Transição (TSF, na sigla em inglês) para ajudar os países membros em “cenários frágeis ou em transição”. Visa fortalecer instituições e economias e consolidar a paz.⁵⁴ O apoio a situações de deslocamento forçado tem sido limitado, mas com potencial de crescimento.⁵⁵ De acordo com uma avaliação independente do Global Concessional Financing Facility, o crescimento futuro pode depender de vários fatores, incluindo critérios de ajuste e aprofundamento de sua base de recursos.⁵⁶

Os bancos multilaterais de desenvolvimento e os doadores bilaterais contam com diferentes meios para fornecer fundos. O mecanismo mais comum em situações de deslocamento forçado envolve doações e empréstimos a juros baixos para financiar atividades específicas — *financiamento de projetos de investimento*. Outro meio é fornecer fundos diretamente ao governo de acolhida — *apoio orçamentário*, para melhorar um determinado setor ou políticas nacionais. É uma forma comum de financiamento geral de desenvolvimento para países que possuem o nível necessário de capacidade de gestão financeira. Esse mecanismo está sendo usado pelo Banco Mundial em programas de apoio aos setores de energia e água da Jordânia, que enfrentam uma demanda crescente devido à presença de refugiados sírios, e para facilitar a criação de empregos e o crescimento econômico na Colômbia, Equador, Jordânia e Líbano.⁵⁷

Outro mecanismo que está se tornando mais comum é o *financiamento de resultados*. Como o nome sugere, o financiamento é fornecido quando certas metas são alcançadas. Por exemplo, em vários acordos de financiamento concessional entre o Banco Mundial e governos de acolhimento de refugiados, estes concordam em implementar programas por meio de seus próprios sistemas, como saúde, educação e emprego, e o financiamento é fornecido quando certas metas acordadas sobre a inclusão de refugiados são atendidas. Estas podem incluir maior acesso aos serviços de saúde, melhor acesso e qualidade da educação e melhores oportunidades de emprego e empreendedorismo. Este é o mecanismo de financiamento usado, por exemplo, no Programa de Oportunidades Econômicas da Etiópia.⁵⁸

Investimentos do Setor Privado

Nos últimos anos, tem havido um interesse crescente no papel que as empresas privadas com fins lucrativos podem desempenhar na contribuição para o crescimento econômico e a criação de empregos em contextos de deslocamento

forçado e, por extensão, na promoção da autossuficiência de refugiados e pessoas deslocadas internamente (PDI). O setor privado pode complementar, mas não substituir, intervenções indispensáveis do setor público e/ou assistência humanitária direcionadas às comunidades deslocadas e de acolhida.

Seu potencial para melhorar a vida de deslocados forçados e comunidades de acolhida é reconhecido no Pacto Global sobre Refugiados, bem como no relatório do Painel de Alto Nível sobre Deslocamento Interno. As áreas observadas incluem: criação de empregos e colocação de empregos; orientação; ampliar o acesso a produtos financeiros; melhorias de infraestrutura; melhorar o acesso à internet; melhorar a coleta e o uso de dados; financiamento; estratégias de mentoria e soluções.⁵⁹

Em 2019, a Câmara de Comércio Internacional publicou a Carta de Boas Práticas sobre o Papel do Setor Privado na Integração Econômica de Refugiados. Reconhecendo a importância de capacitar os refugiados como agentes econômicos, a Carta estabelece padrões e diretrizes para facilitar sua integração econômica, incluindo a expansão da inclusão financeira para refugiados e comunidades de acolhida.

A Carta foi copatrocinada pelo Grupo Banco Mundial, o Banco Europeu de Investimento e a Confederação da Indústria Dinamarquesa. Cresceu por meio de um encontro internacional de centenas de profissionais, com a participação da Câmara de Comércio Internacional, ACNUR e Fórum Econômico Mundial, e se baseia em sua experiência coletiva.⁶⁰ Seus princípios apoiam o empreendedorismo, o emprego e o investimento e destacam os fatores facilitadores, como marcos legais, assessoria técnica, financiamento, desenvolvimento de habilidades, viabilidade de mercado e financiamento.

Outra iniciativa com ampla aplicação é a Iniciativa Humanitarian and Resilience Investing (HRI). Foi lançada em 2019 no Fórum Econômico Mundial e busca alavancar o capital privado em apoio a indivíduos vulneráveis e comunidades frágeis.⁶¹ Isso inclui investir em oportunidades que melhorem a resiliência e a autossuficiência. Promove a colaboração entre doadores, bancos de desenvolvimento, instituições financeiras de desenvolvimento e organizações de desenvolvimento humanitário para compartilhar conhecimento, construir experiência e promover projetos viáveis para melhorar a resiliência. Também visa mitigar a incerteza para os potenciais investidores por meio da prestação de garantias e outros financiamentos de risco.⁶²

A aplicação dessas diretrizes e princípios está nos estágios iniciais. Muitas iniciativas de criação de empregos do setor privado em contextos de deslocamento forçado só recentemente começaram a funcionar. Eles tendem a ser de tamanho relativamente pequeno.⁶³ Alguns fazem parte de esforços multilaterais mais amplos de criação de empregos.⁶⁴ Embora seja muito cedo para discernir o impacto de longo prazo, essas iniciativas estão fornecendo lições.

A principal delas é que o contexto importa. Em algumas situações, existem obstáculos significativos ao aumento dos investimentos do setor privado. Muitos países de acolhida estão na metade inferior do índice de Facilidade de Fazer Negócios do Banco Mundial.⁶⁵ Seus marcos regulatórios podem não ser propícios ao estabelecimento de negócios, cumprimento de contratos ou registro de propriedades. As leis fiscais podem não ser favoráveis e o comércio transfronteiriço pode ser um desafio. A instabilidade política ou ameaças de segurança relativamente altas também podem diminuir a confiança dos investidores.

As populações deslocadas à força geralmente estão localizadas em áreas remotas e subdesenvolvidas, com transporte limitado, acesso a água, eletricidade e internet. Isso aumenta o custo de fazer negócios e dificulta o acesso a mercados maiores. Por exemplo, empreendedores bem-sucedidos de Nairóbi citaram rotas de transporte precárias como o motivo de sua falta de investimento nos campos de refugiados de Kakuma e Kalobeyi, no remoto condado de Turkana.⁶⁶ Garantir os vínculos com os mercados é um determinante do sucesso das intervenções de subsistência, assim como o planejamento de longo prazo para sua sustentabilidade na fase de projeto.⁶⁷

Para estimular o desenvolvimento econômico inclusivo, as pessoas deslocadas à força devem poder se beneficiar do emprego ou das oportunidades empresariais. No entanto, muitas vezes, os refugiados não podem trabalhar legalmente ou o emprego é restrito a apenas alguns setores. As empresas que buscam acesso aos campos podem precisar de uma permissão especial para operar lá, um obstáculo adicional.⁶⁸

Restrições ao direito de circular livremente ou de acessar serviços financeiros podem impedir que os refugiados iniciem seus próprios empreendimentos. Se confinadas a campos, as empresas de propriedade de refugiados dependem de intermediários pagos para obter suprimentos de fora. Isso aumenta os custos para os empresários refugiados e pode levar a preços mais altos. Isso também significa que os proprietários de refugiados não podem garantir o transporte seguro ou a qualidade dos produtos.⁶⁹

Os refugiados que não possuem identificação emitida pelo governo ou que são proibidos por lei de abrir uma conta bancária ou acessar outros serviços financeiros geralmente não conseguem expandir seus negócios.⁷⁰ Outras restrições, como proibições de possuir propriedade ou firmar contratos, são ainda mais limitantes. Para contornar essas barreiras, os refugiados podem fazer parcerias com empresas locais, mas, sem direitos aplicáveis, ficam vulneráveis à exploração.⁷¹

Em alguns casos, as qualificações dos refugiados e deslocados internos podem ser fatores limitantes. Muitos tiveram seus estudos interrompidos ou foram incapazes de manter suas habilidades devido a longos períodos de

desemprego. As empresas que contam com trabalhadores qualificados ou especializados podem não ver as áreas de deslocamento como capazes de atender às suas necessidades de mão de obra.⁷²

Além disso, as empresas comerciais podem não estar cientes das oportunidades de negócios em grandes contextos de deslocamento forçado. Esta é outra razão pela qual dados, evidências e análises são tão importantes.

Estudos de mercado

Os atores do desenvolvimento estão realizando mais estudos em contextos de deslocamento forçado para ajudar a preencher a lacuna de conhecimento. Entre eles está a Corporação Financeira Internacional (CFI).

A CFI é uma das cinco instituições que formam o Grupo Banco Mundial.⁷³ Criada na mesma época do ACNUR, a IFC é a maior instituição de desenvolvimento global focada no setor privado. A CFI investe em empresas privadas que contribuem para o desenvolvimento, promove oportunidades de investimento para investidores e estimula fluxos de capital privado. Paralelamente à criação dos novos mecanismos de financiamento do Banco Mundial para comunidades de acolhida e refugiados, a CFI também concentrou parte de seu trabalho em como o investimento privado pode melhorar a vida em situações de deslocamento forçado.

Em 2018, a CFI publicou *Kakuma as a Market Place*⁷⁴, que analisou receitas, padrões de consumo, preferências do consumidor e transações financeiras no campo de refugiados e na cidade vizinha. Foi o primeiro estudo abrangente desse tipo destinado a examinar o potencial de maior envolvimento do setor privado em um contexto de refugiados.

O estudo constatou que havia potencial para atrair novos atores do setor privado para a área, expandir as empresas existentes e apoiar os empreendedores locais. Os impactos positivos esperados incluíram maiores oportunidades de emprego para locais e refugiados, preços reduzidos, serviços melhorados e avanço geral no desenvolvimento regional.

Bancos, instituições de micro finanças, empresas de telecomunicações e pequenas e médias empresas foram todos identificados como potenciais beneficiários de operar lá. O estudo também apontou para as oportunidades para empresas sociais⁷⁵, bem como para empreendedores locais de acolhimento e refugiados. Entre suas recomendações estavam: treinamento de habilidades vocacionais para refugiados e locais; serviços de negócios expandidos e micro finanças; e assistência técnica, capital inicial e apoio à redução de riscos para encorajar empresas comerciais, empresas sociais e empreendedores locais.⁷⁶

Em Ruanda, um estudo de mercado em 2018 identificou oportunidades significativas para provedores de serviços financeiros em áreas de refugiados.⁷⁷

No ano seguinte, o ACNUR e a Organização Internacional do Trabalho (OIT) publicaram um relatório sobre uma análise de mercado realizada no campo de refugiados de Dadaab. Identificou a criação de empregos e oportunidades de negócios do setor privado na produção de hortaliças e frutas, gestão de resíduos e reciclagem. Para concretizar o potencial, o estudo destacou que será necessário o apoio financeiro ou técnico inicial dos atores do desenvolvimento, e as restrições legais e políticas à liberdade de movimento e acesso à terra precisariam ser aliviadas.⁷⁸

Em 2018, outro estudo em Cox's Bazar, Bangladesh, revelou uma gama de oportunidades de negócios em áreas tão diversas como energia limpa, frutos do mar, produtos florestais não madeireiros — como mel ou frutas — e artesanato. Essas oportunidades podem ser mais bem aproveitadas com reformas políticas que permitam que os refugiados se tornem autossuficientes e medidas para melhorar o ambiente de negócios.⁷⁹

Todos esses estudos mostraram que a remoção dos obstáculos existentes ao envolvimento do setor privado tem o potencial de proporcionar benefícios econômicos aos refugiados e comunidades de acolhida.

Inscrição

Um investimento da IKEA Foundation nos campos de refugiados de Dollo Ado na Etiópia revelou as oportunidades e os desafios das iniciativas baseadas no mercado em áreas isoladas. Os campos acomodam cerca de 200 mil refugiados somalis.⁸⁰ Entre 2012 e 2018, a IKEA Foundation forneceu quase US\$ 100 milhões em doações, incluindo mais de US\$ 37 milhões em investimentos prioritários em educação e renda para refugiados e comunidades de acolhida.⁸¹ A geração de renda se concentrou em melhorar a irrigação para expandir a produção agrícola, desenvolver comercialmente o setor pecuário, expandir o acesso a energia renovável e fornecer apoio microfinanceiro.⁸² A maioria das intervenções envolveu a criação de cooperativas compostas por refugiados e membros da comunidade de acolhimento.⁸³

Entre os resultados positivos, a renda aumentou juntamente com o consumo. No entanto, os ganhos foram desiguais, as ligações a mercados mais amplos continuaram a ser um desafio e a maioria dos refugiados continuou a depender da ajuda humanitária. O projeto mostrou que o acesso a mercados maiores é importante para garantir a viabilidade dos esforços para alcançar a autossuficiência.⁸⁴

A Vodacom é uma empresa africana que fornece conectividade e serviços digitais e financeiros. Mais de 60% de suas ações são de propriedade da multinacional britânica Vodafone. Ambos têm atuado em contextos de deslocamento forçado. Em 2016, a Vodacom ergueu uma torre 3G para levar a conexão de telefonia celular ao campo de refugiados de Nyarugusu, na Tanzânia,⁸⁵ onde

residem cerca de 130 mil refugiados.⁸⁶ Em poucos meses, a torre operou em plena capacidade. A demanda evidente e a viabilidade econômica comprovada da torre levaram outras operadoras de rede móvel a investir na área.⁸⁷

A Turkcell também se beneficiou do aumento de assinantes devido ao influxo sírio na Turquia. Ela desenvolveu um aplicativo móvel, que oferece aos usuários tradução de fala do árabe para o turco e informações sobre serviços públicos, pontos de ônibus e caixas eletrônicos, bem como um *feed* de notícias. A Turkcell relata cerca de 2 milhões de clientes sírios.⁸⁸

Mecanismos de alavancagem de finanças

Vários mecanismos de financiamento estão sendo usados para ajudar a atrair investimentos do setor privado em empresas viáveis em contextos de deslocamento forçado. Eles incluem o seguinte.

O financiamento misto é uma forma de ajudar a mitigar alguns dos riscos frequentemente associados ao investimento em ambientes frágeis e afetados por conflitos. O programa AID do Banco Mundial, discutido anteriormente, incorpora esse tipo de financiamento, trabalhando com a CFI e a Agência Multilateral de Garantia de Investimentos (MIGA, na sigla em inglês).⁸⁹ O uso de quantias relativamente pequenas de fundos de doadores concessionais pode ajudar a mitigar riscos de investimento específicos para investimentos pioneiros que, de outra forma, seriam incapazes de prosseguir em termos estritamente comerciais. Pode oferecer um meio de reduzir o risco de investimentos do setor privado em contextos de deslocamento forçado e ajudar a alavancar recursos financeiros de terceiros para novos projetos voltados para refugiados.⁹⁰

Um Banco de Desenvolvimento Holandês, FMO,⁹¹ também trabalha nesta área. O FMO busca maximizar o impacto no desenvolvimento dos investimentos do setor privado, com foco no apoio à geração de emprego e renda por meio de financiamento de longo prazo para projetos em países onde é improvável que investidores comerciais invistam. Um de seus programas, o NASIRA, prioriza projetos que capacitam jovens, mulheres e empreendedores afetados pela Covid-19, incluindo refugiados e deslocados internos. Ao utilizar o “compartilhamento de risco”, o NASIRA reduz os riscos percebidos e reais de empréstimos para partes vulneráveis e carentes da população. Ele faz isso garantindo empréstimos concedidos por credores locais a essas populações para apoiar micro, pequenas e médias empresas, incluindo aquelas de propriedade de refugiados sírios na Jordânia.⁹²

Seguro de risco: a Agência Multilateral de Garantia de Investimentos é uma das cinco instituições que compõem o Grupo Banco Mundial. Foi criada em 1988 para incentivar o investimento do setor privado em países de baixa e média renda, fornecendo garantias de risco em investimentos transfronteiriços⁹³ que

promovem o desenvolvimento e atendem a altos padrões sociais e ambientais. A MIGA oferece seguro contra riscos políticos, como expropriação, guerra, terrorismo, distúrbios civis, quebra de contrato pelo governo de acolhida ou incapacidade de converter moeda local em moeda forte ou transferir moeda forte para fora do país.⁹⁴ A cobertura se estende a capital e dívida até um limite de US\$ 250 milhões por projeto por até 15 anos.

Correspondência: em 2018, o Grupo Banco Mundial lançou uma Plataforma de Investimento e Combinação de Refugiados (RIMP, na sigla em inglês) com o apoio do Reino Unido. A Plataforma combina investidores do setor privado com oportunidades em áreas de acolhimento de refugiados para promover o crescimento de pequenas e médias empresas.

O trabalho da Plataforma na Jordânia mostrou-se promissor desde o início. Ele apresentou 267 empresas registradas na Jordânia para mais de 480 empresas e investidores globais. Isso ajudou a atrair mais de US\$ 64 milhões em investimentos em empresas sediadas na Jordânia, de propriedade de jordanianos e refugiados. As vendas relacionadas atingiram US\$ 115 milhões, com a criação de cerca de 2 mil novos empregos, dos quais 17% foram ocupados por refugiados. Também ajudou a fortalecer as instituições jordanianas por meio da criação da Jordan Exports (JE). A JE conecta os exportadores jordanianos com oportunidades de mercado no exterior e facilita a formação de parcerias entre a JE, a Jordan Investment Commission e a Jordan Enterprise Development Corporation.⁹⁵ A Plataforma está adotando essa abordagem para Djibuti e Iraque.⁹⁶

Preferências comerciais: as preferências comerciais fazem parte do Pacto da Jordânia, que visa apoiar o desenvolvimento econômico da Jordânia e aumentar as oportunidades econômicas para os refugiados sírios. A União Europeia concordou em facilitar o acesso das exportações jordanianas ao mercado europeu para empresas jordanianas localizadas em zonas econômicas especiais, cuja força de trabalho incluía pelo menos 15% de refugiados sírios. O Pacto da Jordânia provou ser uma iniciativa importante, tanto pelo que alcançou quanto pelas lições aprendidas que podem ser aplicadas a outros esforços semelhantes. Ele forneceu o apoio necessário para a Jordânia e levou a cerca de 200 mil autorizações de trabalho concedidas aos sírios, permitindo-lhes entrar no mercado de trabalho formal e trabalhar legalmente.⁹⁷

Também destacou a importância de garantir que as iniciativas abranjam um período de tempo significativo, sejam atraentes para as empresas para investimentos novos ou ampliados e melhorarão sua competitividade a longo prazo. Para beneficiar os refugiados, eles também devem se concentrar em setores onde os refugiados tenham as habilidades necessárias e estejam localizados em áreas geográficas acessíveis com condições de trabalho favoráveis à sua participação. Outra observação importante do Pacto da Jordânia é a necessidade

de os governos facilitarem os regulamentos de permissão de trabalho ou cotas de emprego que impedem o progresso em relação aos objetivos acordados.⁹⁸

Outros Financiamentos Inovadores

Zakat é um dos cinco pilares do Islã. É uma obrigação doar uma proporção da riqueza individual para os necessitados. O ACNUR estima que as doações de *Zakat* têm o potencial de atingir US\$ 350 bilhões em todo o mundo,⁹⁹ e encorajou uma maior proporção de *Zakat* a ser alocada para respostas de deslocamento forçado, uma vez que as pessoas deslocadas atendem a vários critérios de elegibilidade e cerca de 60% de todas as pessoas deslocadas à força são Muçulmano.¹⁰⁰

Em 2018, cerca de US\$ 76 milhões em *Zakat* foram doados globalmente. Em 2019, foi estabelecido um Fundo *Zakat* dedicado a pessoas deslocadas à força.¹⁰¹ Embora sua meta global não tenha sido alcançada, cerca de US\$ 62 milhões foram doados ao Fundo em 2020, beneficiando 2 milhões de pessoas deslocadas à força em 13 países.¹⁰²

O crowdfunding envolve levantar quantias modestas de um grande número de indivíduos, geralmente pela internet, para projetos, instituições de caridade e empresas. O mercado de crowdfunding é estimado em aproximadamente US\$ 17 bilhões,¹⁰³ principalmente concentrados na América do Norte e Europa. Espera-se que duplique até 2026.¹⁰⁴ Tem sido usado para financiar uma variedade de respostas à Covid-19¹⁰⁵ e é uma fonte potencial emergente para aumentar o financiamento em contextos de deslocamento forçado.

Um crowdfunder, Kiva, ajudou a expandir o acesso financeiro a comunidades carentes, incluindo pessoas deslocadas à força e seus países de acolhida.¹⁰⁶ Ele usa crowdfunding para fornecer pequenos empréstimos a mutuários e, segundo informações, forneceu US\$ 14 milhões em empréstimos a cerca de 18 mil refugiados e deslocados internos. O maior número de mutuários estava na Colômbia, Líbano e Palestina. A Kiva relata uma taxa de reembolso de 95,5%, o que é consistente com as configurações de não deslocamento.¹⁰⁷ Ela visa expandir ainda mais seu trabalho por meio do lançamento de seu Fundo de Investimento para Refugiados, para alcançar até 200 mil mutuários.¹⁰⁸

Outros mecanismos de financiamento talvez possam fornecer novas fontes de financiamento para respostas ao deslocamento forçado, embora estudos adicionais possam ser necessários para avaliar seus custos e benefícios. Por exemplo, impostos e taxas foram sugeridos como uma nova fonte potencial de financiamento adicional.¹⁰⁹ Eles têm sido usados para arrecadar dinheiro para iniciativas de clima e saúde. Em 2005, a França iniciou uma “taxa de solidariedade” sobre passagens aéreas para arrecadar fundos para apoiar os esforços internacionais de prevenção e tratamento do HIV/AIDS e para apoiar programas

globais de imunização. Outros países também seguiram.¹¹⁰ Tem sido uma fonte significativa de financiamento para a Unitaid, uma agência global de saúde que trabalha na prevenção, diagnóstico e tratamento de doenças em países de baixa e média renda.¹¹¹

Os *bens congelados* de países e indivíduos responsáveis pelo deslocamento forçado podem ser uma fonte potencial de fundos para ajuda humanitária, segundo alguns estudiosos.¹¹² O Conselho de Segurança pode exigir sanções econômicas coletivas de acordo com o artigo 41 da Carta das Nações Unidas, inclusive para a proteção de civis. Atualmente, existem 14 regimes de sanções do Conselho de Segurança.¹¹³ Também tem autoridade para estabelecer fundos de compensação, como foi feito depois que o Iraque ocupou o Kuwait. Exigiu que o Iraque pagasse uma porcentagem de suas receitas de petróleo ao fundo. Caso o Iraque não o fizesse, o Conselho autorizou os países detentores de fundos iraquianos das vendas de petróleo a transferi-los para uma conta das Nações Unidas.¹¹⁴

Fora do Conselho de Segurança, as jurisdições nacionais também promulgaram leis que permitem a imposição de sanções, incluindo congelamento de bens, contra estrangeiros acusados de graves violações de direitos humanos e/ou corrupção. Elas são muitas vezes chamadas de leis Magnitsky, em homenagem a Sergei Magnitsky, um auditor financeiro russo que descobriu roubo e corrupção extensos envolvendo membros da polícia russa, judiciário, funcionários fiscais, bem como políticos e membros do crime organizado. Preso em 2009 e mantido em condições cada vez piores em uma prisão de Moscou por quase um ano, Magnitsky morreu de privação e ferimentos infligidos a ele enquanto estava encarcerado. Sua morte foi amplamente condenada e levou o Congresso dos Estados Unidos a aprovar sanções contra autoridades russas alegadamente implicadas.

Desde então, o mecanismo nos Estados Unidos foi ampliado para além das circunstâncias do caso Magnitsky.¹¹⁵ Legislação semelhante foi promulgada pela União Europeia e por países e territórios, como Canadá, Estônia, Gibraltar, Jersey, Letônia, Lituânia e Reino Unido.¹¹⁶ A legislação correspondente está sendo considerada na Austrália.¹¹⁷

Até agora, a maioria se concentrou na apreensão de bens, mas alguns comentaristas veem um uso potencial dos bens apreendidos para financiar a ajuda humanitária. A Suíça devolveu os bens apreendidos ao país de origem. Desde a década de 1980, tem apreendido e confiscado bens de figuras políticas que se acredita terem sido roubadas ilicitamente de seus países. Devolveu cerca de US\$ 2 bilhões a Angola, Cazaquistão, Nigéria, Peru e Filipinas, entre outros, com o objetivo de melhorar as condições de vida e fortalecer o Estado de Direito.¹¹⁸

Títulos de impacto normalmente envolvem investidores privados que financiam projetos para fornecer resultados sociais positivos, como serviços sociais

melhorados. Eles operam durante um período definido e a taxa de retorno para os investidores depende do resultado do programa alcançado. Se o projeto atingir seus objetivos, os doadores tradicionais, incluindo entidades governamentais e privadas, pagam aos investidores uma taxa de retorno predeterminada. Se o projeto não atingir seus objetivos, os investidores podem perder parte ou todo o seu investimento.¹¹⁹ Eles podem ser estruturados de forma que a agência implementadora pague parte do custo se o projeto falhar, incentivando assim os resultados.¹²⁰ Seu uso cresceu nos últimos anos, embora em grande parte fora dos contextos humanitários.¹²¹

Em 2017, o Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV) lançou um vínculo de impacto humanitário de cinco anos com o objetivo de arrecadar 26 milhões de francos suíços (aproximadamente US\$ 27,3 milhões) para financiar centros médicos na República Democrática do Congo, Mali e Nigéria para pessoas feridos em conflito.¹²² Em 2021, uma avaliação dos projetos financiada pelo Reino Unido mostrou o potencial dos títulos de impacto em ambientes humanitários, bem como suas possíveis desvantagens.

Do lado positivo, os títulos de impacto pagam retornos com base nos resultados do programa, o que cria um incentivo para um melhor monitoramento e gestão do desempenho, bem como a responsabilização dos implementadores. Eles atraem novas fontes de capital filantrópico focados em pagar por resultados, enquanto compartilham o risco de resultados malsucedidos com os investidores. Eles também incentivam a inovação para atingir os objetivos pretendidos.¹²³

Estudos adicionais podem ser necessários para determinar o potencial mais amplo dos títulos de impacto em ambientes de deslocamento forçado, pois eles tendem a ser relativamente complexos de configurar e os serviços jurídicos, de monitoramento e consultoria são caros. Ainda não está claro se poderiam ser mais eficazes e econômicos em comparação a outros mecanismos.¹²⁴

Enquanto isso, a Kois, uma empresa de investimento de impacto, está desenvolvendo títulos de impacto para financiar organizações que trabalham para melhorar os resultados da educação e do emprego para refugiados sírios na Jordânia e no Líbano. A Fundação IKEA comprometeu-se a ser um dos financiadores dos resultados.¹²⁵ Isso oferece mais uma oportunidade para testar a praticidade das ligações de impacto em ambientes de deslocamento forçado.

Perspectivas

Melhorar o financiamento das pessoas forçadas a fugir significa aumentar o número de contribuintes, aumentar o volume de fundos disponíveis, expandir o uso de abordagens de desenvolvimento e garantir um uso eficiente e eficaz dos recursos.

Aumentar o volume e a base de doadores: quando a OCDE foi criada em 1961, a questão de quanto as economias de alta renda deveriam gastar em ajuda externa já circulava há décadas. Em 1969, a Comissão Pearson sobre Desenvolvimento Internacional propôs uma meta para os doadores que se manteve: 0,7% do Produto Nacional Bruto (PNB). O objetivo dessa meta da Assistência Oficial ao Desenvolvimento (AOD) era que fosse alcançado entre 1975 e 1980;¹²⁶ desde então, foi revisto para 0,7% do Rendimento Nacional Bruto (RNB). Foi aprovado em uma resolução das Nações Unidas e adotado pelo Comitê de Assistência ao Desenvolvimento (CAD) da OCDE.¹²⁷

A meta foi alcançada por apenas quatro países doadores em 1980. Apenas alguns outros a alcançaram nos anos seguintes, e mesmo assim apenas temporariamente.¹²⁸ No entanto, a ambição foi novamente endossada na Cúpula Mundial das Nações Unidas de 2005.¹²⁹ Nesse mesmo ano, os membros da União Europeia concordaram em atingir a meta, desta vez até 2015.¹³⁰

A assistência combinada humanitária e ao desenvolvimento não chegou nem perto da meta de 0,7% para a maioria dos membros da OCDE. Em 2020, apenas seis membros do CAD atingiram ou ultrapassaram a meta de 0,7% da APD — Dinamarca, Alemanha, Luxemburgo, Noruega, Suécia e Reino Unido.¹³¹ Desde então, o Reino Unido anunciou sua intenção de reduzir o financiamento da APD de 2021 para 0,5% do RNB, uma redução de cerca de £ 4,5 bilhões — aproximadamente US\$ 6,2 bilhões.¹³²

A meta estabelecida na década de 1960 e endossada no novo milênio, portanto, continua sendo uma aspiração. Mas, dado o número de vezes que os países o endossaram, deve ser viável. Durante anos, as maiores contribuições de ajuda externa foram feitas por um grupo relativamente pequeno de países de alta renda; essa base de financiamento precisa ser mais diversificada.¹³³

Dados sistemáticos e comparáveis: há também a necessidade de mecanismos aprimorados para captar com mais precisão o financiamento fornecido a contextos de deslocamento forçado. Atualmente, as informações disponíveis sobre financiamento humanitário e de desenvolvimento para respostas ao deslocamento forçado não são abrangentes nem comparáveis. Os indicadores da AOD estão disponíveis para financiamento humanitário e de desenvolvimento globalmente, incluindo, mas não se restringindo a contextos de deslocamento forçado. Eles também não incluem todos os doadores.¹³⁴

Também não há meios comparáveis para medir o que os países de acolhida gastam em respostas ao deslocamento forçado. Os países de alta renda forneceram estimativas por meio do CAD, com base em sua metodologia acordada de seus gastos *internos* com refugiados e solicitantes de reconhecimento da condição de refugiado.¹³⁵ A Turquia fez o mesmo. No entanto, não existe uma metodologia universalmente aceita.

Esforços importantes estão em andamento para remediar essa lacuna. A

OCDE realizou duas pesquisas: uma dos membros do CAD; e outro de não membros do CAD e bancos multilaterais de desenvolvimento.¹³⁶ Estes lançaram luz sobre os gastos em situações de refugiados. Para garantir que os dados relevantes sejam capturados sistematicamente, a OCDE adaptou seus sistemas de rastreamento para identificar o apoio a situações de refugiados especificamente para relatar os indicadores do Pacto Global sobre Refugiados.¹³⁷ Este trabalho está promovendo uma promessa da OCDE feita no Fórum Global de Refugiados de 2019 e ajudará a medir o progresso em relação aos compromissos financeiros assumidos em apoio ao Pacto.¹³⁸

No entanto, permanecem lacunas, inclusive no rastreamento de financiamento para situações de deslocamento interno. Além disso, a maioria dos países em desenvolvimento, que abrigam a grande maioria das pessoas deslocadas à força, não tem capacidade de rastrear os gastos associados ao deslocamento forçado entre os ministérios. Esforços para chegar a um acordo sobre uma metodologia comum estão em andamento.¹³⁹ E embora o novo mecanismo de rastreamento da OCDE tenha potencial para ser expandido dessa maneira, ainda não há planos firmes em vigor.

Potencial do setor privado: os últimos anos viram o potencial de financiamento do setor privado e geração de renda em contextos de deslocamento forçado. As doações privadas agora representam cerca de 22% do financiamento humanitário internacional.¹⁴⁰ E novas parcerias estão se desenvolvendo para trazer oportunidades de subsistência mais sustentáveis para as comunidades deslocadas à força e as comunidades anfitriãs. As parcerias entre o setor privado, governos nacionais e locais e organizações empresariais podem ajudar a promover as reformas políticas e regulatórias necessárias para o desenvolvimento econômico inclusivo.

Novos instrumentos financeiros, que incluem financiamento concessional e mecanismos de redução de risco para incentivar investimentos do setor privado, são desenvolvimentos positivos. O mesmo acontece com o trabalho em andamento de investidores, empresas multinacionais, associações empresariais e organizações humanitárias e de desenvolvimento para fornecer apoio empresarial a pequenas e médias empresas, incluindo aquelas de propriedade de refugiados.

Foco no desenvolvimento: a expansão de abordagens centradas no desenvolvimento para contextos de deslocamento forçado foi a mudança mais significativa, recompensando longos anos de advocacia. E ganhou velocidade. A mudança nos últimos anos é surpreendente. Grandes doadores estão ligando seus esforços humanitários e de desenvolvimento. As instituições financeiras internacionais desenvolveram e estão aplicando novos modelos de financiamento em apoio ao desenvolvimento socioeconômico para pessoas deslocadas à força e seus países de acolhida. Eles estão aprofundando as análises usadas para

informar as recomendações de políticas e incentivando os países de acolhida a adotar uma abordagem mais inclusiva por meio do fornecimento de financiamento adicional para o desenvolvimento.

Essas mudanças são potencialmente transformadoras se sustentadas e apoiadas por meio de uma implementação sólida e eficaz do programa. Eles também precisam ser apoiados com bons dados e análises, assuntos aos quais nos voltamos agora.

Aprimorando a base de evidências

Dados, evidências e análises desempenham um papel fundamental na resposta ao deslocamento forçado. Além de ajudar a medir o progresso relacionado ao financiamento, os dados também fornecem informações necessárias sobre o tamanho das situações de deslocamento. Dados e análises iluminam as necessidades e capacidades das pessoas deslocadas à força e seu impacto nas comunidades de acolhida. Fornecem a base para projetar programas eficazes, avaliar seu impacto ao longo do tempo e medir o progresso em direção a soluções. Dados bem analisados são essenciais para entender o impacto do conflito e do deslocamento nas comunidades locais, bem como as políticas governamentais podem mitigar as perdas e capitalizar as oportunidades associadas ao recebimento de um grande número de pessoas deslocadas à força.

Por essas razões, melhorar a coleta, a qualidade e a interoperabilidade de dados é um dos principais objetivos do Pacto Global sobre Refugiados. O Pacto faz menção frequente à necessidade de dados aprimorados, inclusive para melhorar as condições socioeconômicas dos refugiados e comunidades de acolhida, avaliar o impacto e planejar e realizar soluções.¹⁴¹

Melhorar a vida durante o deslocamento e preparar e sustentar soluções depende, em parte, de abordar dados importantes e lacunas de conhecimento e fortalecer a capacidade dos governos de acolhida de coletar, armazenar com segurança e utilizar dados relativos a populações deslocadas à força.

Conteúdo e coleção

Dados da população

A face pública do deslocamento forçado é geralmente um grande número de indivíduos sendo forçados a fugir de suas casas em circunstâncias perigosas e através de rotas perigosas. Histórias individuais ajudam a lançar luz sobre os desafios e tragédias muito humanos desses movimentos.

A escala de deslocamento é frequentemente comunicada em termos

agregados e medida usando diferentes métodos de coleta.¹⁴² Números agregados, no entanto, contam apenas parte da história. Os dados pessoais e domésticos também são essenciais para garantir que os indivíduos sejam protegidos e assistidos e que sejam feitos esforços para resolver seu deslocamento.

Biodados individuais

Como não cidadãos, os refugiados muitas vezes devem estabelecer seu direito de estar no país de acolhimento. O registro individual é um primeiro passo. Muitos países de renda média e baixa solicitam que o ACNUR registre refu-



O refugiado sírio de dois meses, Mohammad, é registrado no Centro de Registro de Refugiados Khalda do ACNUR em Amã em 2018.
© ACNUR/Annie Sakkab

giados, o que faz de forma individual e confidencial.¹⁴³ Inclui o registro de informações básicas: nome; idade; gênero; lugar de origem; morada; e motivos de fuga. O registro pelo ACNUR e geralmente pelos países¹⁴⁴ é acompanhado de um documento que ateste que a pessoa pediu asilo ou é reconhecida como refugiada. Este documento ajuda a proteger a pessoa de ser presa, detida ou devolvida a um dano potencial.

O registro também oferece uma oportunidade para determinar as necessidades específicas de proteção e assistência de um indivíduo, ajudar a localizar membros da família e acompanhar os serviços prestados e as intervenções feitas em nome do indivíduo. Na maioria dos contextos de refugiados, o registro é feito com tecnologia biométrica, como varreduras de íris ou impressões digitais, evitando que a identidade da pessoa seja roubada e reutilizada de forma fraudulenta.¹⁴⁵

Não existe uma única instituição internacional responsável pelo registro

de deslocados internos, pois a maioria são cidadãos do país em que estão deslocados e se enquadram nos sistemas nacionais. Muitos países carecem de capacidade ou não estão dispostos a identificar e atender às necessidades dos deslocados internos.¹⁴⁶

A tarefa de identificar os deslocados internos e averiguar suas necessidades muitas vezes recai sobre parceiros internacionais e nacionais. A ausência de coordenação sistemática e uso consistente de metodologias acordadas pode dificultar a obtenção de um quadro consistente e abrangente.¹⁴⁷ Há também um desafio de definição, incluindo determinar quando o deslocamento interno termina e se ele é transmitido para gerações sucessivas.¹⁴⁸

Dados socioeconômicos

Os dados socioeconômicos incluem informações sobre educação, habilidades e necessidades específicas, bem como condições de vida, níveis de consumo, fontes de renda e assistência e acesso a serviços básicos.¹⁴⁹ É coletado em nível individual ou domiciliar e também por meio de pesquisas representativas.¹⁵⁰ Quando a coleção inclui tanto comunidades deslocadas à força quanto comunidades de acolhida, ela tem múltiplos usos importantes.

Ajuda a avaliar a pobreza relativa e as vulnerabilidades das pessoas deslocadas à força e das comunidades de acolhimento para garantir que os programas de assistência e desenvolvimento sejam concebidos e implementados de forma equitativa. Os dados socioeconômicos também ajudam a avaliar o grau de integração das pessoas deslocadas à força nas comunidades e a identificar quaisquer obstáculos à inclusão e à concretização de soluções. Esses dados são importantes para avaliar o impacto dos programas nas comunidades afetadas e deslocadas à força.¹⁵¹

A coleta de mais do que dados biográficos básicos raramente é considerada em situações de emergência por vários motivos. Por exemplo, quando milhares de indivíduos fogem para uma área diariamente, o imperativo é registrar os indivíduos o mais rápido possível para obter uma compreensão dos números gerais e das necessidades imediatas. Adicionar tempo a esse processo, coletando informações adicionais, pode parecer desnecessário e consumir muitos recursos quando as necessidades básicas de sobrevivência ainda não foram atendidas.¹⁵²

No entanto, adicionar mais algumas perguntas à coleta de dados — principalmente nas áreas de educação, saúde e emprego — pode ser informativo para intervenções mais direcionadas posteriormente. E pode haver poucas outras oportunidades de alcançar os mesmos indivíduos em um período tão curto de tempo. No geral, o investimento na coleta de dados expandida no início de um influxo é merecido, ajudando a projetar pesquisas domiciliares mais rapidamente. Estes são importantes para identificar onde as medidas são mais necessárias para aliviar a pobreza das famílias e promover a inclusão nos serviços de educação e saúde.¹⁵³

Coleta harmonizada

Apesar de algumas melhorias em certas operações regionais e nacionais,¹⁵⁴ partes significativas do cenário atual de coleta de dados ainda precisam de atenção.

As agências humanitárias coletam dados individuais sobre as populações deslocadas para informar seus programas de proteção e assistência.¹⁵⁵ Mas isso nem sempre é realizado de forma coordenada ou sistematicamente usando indicadores padrão acordados. Há também muitas vezes a ausência de dados longitudinais,¹⁵⁶ que acompanhem a situação de indivíduos ou famílias ao longo do tempo. Esses dados são importantes para entender como as situações podem ou não ter mudado ao longo de um período específico.

A falta de coordenação pode fazer com que os mesmos dados sejam coletados várias vezes, usando diferentes metodologias de coleta e empregando ferramentas analíticas diferentes.¹⁵⁷ Isso pode ser frustrante para as pessoas pesquisadas, que são submetidas a perguntas semelhantes várias vezes por diferentes agências, sem nenhum impacto discernível em suas situações. Também importante, os resultados podem não ser consistentes nem comparáveis.

As avaliações conjuntas das necessidades foram um compromisso fundamental dos países e das agências humanitárias feitas durante a Cúpula Humanitária Mundial de 2016.¹⁵⁸ E são um meio para superar a prática desarticulada e fornecer informações consolidadas que os governos precisam para fazer suas políticas.¹⁵⁹

Nos últimos anos, várias avaliações socioeconômicas conjuntas de comunidades deslocadas e de acolhida ajudaram a demonstrar seu valor. Exemplos incluem estudos realizados na Etiópia, Nigéria, Somália, Sudão do Sul e Sudão, que examinaram as condições socioeconômicas de pessoas deslocadas à força e comunidades de acolhida, conforme visto na Parte III.¹⁶⁰

Os estudos identificaram vulnerabilidades comuns e distintas entre as duas comunidades e também esclareceram até que ponto as pessoas deslocadas à força foram integradas nas comunidades de acolhimento, os obstáculos à integração e as perspectivas de superação, levando em conta as condições políticas, sociais e econômicas prevaletentes. É importante ressaltar que esses estudos foram realizados em consulta com autoridades governamentais e outras partes interessadas, aumentando a oportunidade de influenciar políticas e práticas.¹⁶¹

Uganda apresenta outro exemplo interessante. Em 2018, o governo fez parceria com o Banco Mundial para realizar uma pesquisa conjunta de famílias de refugiados e comunidades de acolhida, para melhor informar as políticas governamentais. O relatório e as recomendações foram publicados no ano seguinte.

A pesquisa constatou que a insegurança alimentar era alta para refugiados e locais nas regiões sudoeste e oeste do Nilo do país e, portanto, era importante

manter a redução da pobreza e as medidas de segurança alimentar nessas regiões. Os refugiados tinham taxas de desemprego relativamente maiores, mas tinham o potencial de beneficiar a economia local com investimentos adicionais em treinamento de habilidades agrícolas e não agrícolas.¹⁶²

Em algumas áreas, os refugiados tinham acesso relativamente melhor aos serviços de saúde. Portanto, eliminar as lacunas existentes no acesso aos serviços, fortalecendo a capacidade institucional e fornecendo apoio financeiro, era fundamental. Os resultados do estudo são importantes para a subsequente alocação de financiamento adicional pelo Banco Mundial para apoiar o desenvolvimento socioeconômico de refugiados e comunidades de acolhida.¹⁶³

Fortalecimento das Capacidades

Idealmente, os dados sobre populações deslocadas à força seriam integrados aos sistemas nacionais de coleta de dados, incluindo aqueles em nível de ministérios, como os responsáveis pela educação e saúde. As estatísticas oficiais fornecem a base para informar os processos de tomada de decisão, determinar prioridades e estabelecer orçamentos nos níveis nacional e subnacional. Esses dados informam os planos de desenvolvimento e implementação do governo.

As estatísticas oficiais também são utilizadas pelas organizações de desenvolvimento em suas análises e decisões de investimento.¹⁶⁴ No entanto, os dados sobre populações deslocadas à força muitas vezes não são integrados a esses sistemas, e refugiados e pessoas deslocadas internamente não são sistematicamente incluídos nos esforços para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).¹⁶⁵

Em 2018, o Banco Mundial e a OMS relataram que mais de 100 países em desenvolvimento têm sistemas de registro civil e estatísticas vitais deficientes.¹⁶⁶ Há várias razões para isso. Esses países enfrentam muitos outros desafios de desenvolvimento, o que significa que a melhoria dos sistemas de dados geralmente não é priorizada. Os sistemas nacionais muitas vezes carecem de financiamento e capacidade administrativa adequados. Os registros civis, os mecanismos de gestão da informação sobre saúde e educação e as estatísticas vitais muitas vezes não estão interligados. Isso leva a que diferentes conjuntos de dados sejam armazenados em vários locais com capacidade técnica insuficiente para mantê-los e integrá-los.¹⁶⁷ Dadas essas restrições, não é surpreendente que dados específicos sobre pessoas deslocadas à força muitas vezes não sejam integrados aos sistemas nacionais.

O Grupo de Especialistas em Estatísticas sobre Refugiados e Deslocados Internos (EGRIS, na sigla em inglês) é um grupo multissetorial com membros das Nações Unidas e agências especializadas não governamentais, escritórios nacionais de estatística, órgãos regionais e instituições financeiras inter-

nacionais.¹⁶⁸ Foi formado em 2016 pela Comissão Estatística das Nações Unidas para melhorar a qualidade e o uso de estatísticas sobre deslocamento forçado por parceiros nacionais e não estatais.

Desde 2018, publicou dois conjuntos de orientações detalhadas para países e atores não estatais para melhorar a qualidade das estatísticas de refugiados e deslocamentos internos e fortalecer a capacidade dos escritórios e serviços nacionais de estatística. A orientação diz respeito às metodologias de coleta de dados, desagregação, coordenação e relatórios.¹⁶⁹

Paralelamente, o Banco Mundial e o ACNUR estabeleceram o Joint Data Center on Forced Displacement (Joint Data Center) em 2019 para melhorar a disponibilidade e acessibilidade de dados socioeconômicos de alta qualidade sobre as pessoas afetadas pelo deslocamento forçado. Colabora com a EGRIS, bem como com os governos dos países de acolhida, populações afetadas, outras organizações internacionais, sociedade civil, academia e setor privado.¹⁷⁰

Vários países também estão dando passos importantes para incluir pessoas deslocadas internamente e refugiados em seus sistemas nacionais.¹⁷¹ São iniciativas importantes; no entanto, o financiamento para fortalecer as capacidades do país não aumentou sensivelmente, apesar dos compromissos internacionais, notadamente nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.¹⁷²

Embora o objetivo seja sistemas de dados nacionais mais inclusivos, nesse ínterim, existem outras oportunidades para incluir pessoas deslocadas à força em iniciativas de dados do governo, como por meio de censos planejados ou atividades de pesquisa. Estes podem ser apoiados com financiamento inicial e apoio técnico para garantir a inclusão de amostras de populações deslocadas.¹⁷³

Acessibilidade

Há um consenso crescente sobre os benefícios de tornar os microdados populacionais e socioeconômicos sobre as comunidades deslocadas e de acolhida mais acessíveis aos formuladores de políticas, parceiros humanitários e de desenvolvimento, acadêmicos e pesquisadores. Ao mesmo tempo, há também a necessidade de proteger os indivíduos da divulgação de determinados dados pessoais que possam comprometer sua segurança.

Este é particularmente o caso em contextos de deslocamento forçado, onde a perseguição e a violência individual ou em grupo não apenas provocaram a fuga, mas também proibiram seu retorno seguro. A sua segurança depende do fato dos seus dados pessoais não estarem acessíveis a quem os pretenda prejudicar ou a outros que pretendam explorar as suas vulnerabilidades.

A remoção de identificadores individuais de microdados — dados anônimos — é um meio de compartilhá-los de maneira segura. Plataformas seguras para coletar, armazenar e divulgar dados com segurança também são necessárias. Passos importantes estão sendo dados nesse sentido, embora alguns desafios

para alcançar a adesão total entre as agências ainda precisem ser superados. Pode haver competição entre elas, o que pode dificultar a colaboração total e desincentivar o investimento na anonimização e divulgação de conjuntos de dados relevantes.¹⁷⁴

O Banco Mundial tem uma Biblioteca de Microdados aberta e o ACNUR adotou recentemente a própria.¹⁷⁵ Antes disso, o ACNUR compartilhava dados socioeconômicos e microdados agregados apenas em contextos específicos e sujeitos a acordos bilaterais. Por meio de sua nova Biblioteca de Microdados, ele pode armazenar com segurança diversos microdados anônimos coletados pelo ACNUR e seus parceiros para uso de outros. Ambas as bibliotecas de microdados são importantes recursos de informação para informar políticas, projetar intervenções humanitárias e de desenvolvimento e avaliar seu impacto.

O trabalho do Joint Data Center também está centrado no incentivo à disseminação e análise segura de microdados e na facilitação de uma ampla colaboração na pesquisa acadêmica e na elaboração de políticas. Além dos esforços específicos de cada país, o Joint Data Center publica revisões regulares da literatura e convoca conferências e workshops sobre a aplicação de microdados e evidências acumuladas em vários campos, incluindo economia, educação, saúde e integração.

O Painel de Alto Nível sobre Deslocamento Interno, nomeado pelo Secretário-Geral em 2019, forneceu recomendações de políticas para melhorar a coleta, análise e uso de dados relevantes para o deslocamento interno.¹⁷⁶ Isso inclui pedir aos governos que implementem processos e sistemas para coletar, analisar e gerenciar com segurança os dados de deslocamento interno e que doadores internacionais forneçam assistência financeira quando necessário para esse fim. Reconhecendo a importância dos dados para os programas de parceiros internacionais e nacionais, o Painel também recomenda que os governos forneçam espaço para que eles colem e analisem dados relevantes para suas operações.¹⁷⁷

Avaliações de impacto

Projetar um programa baseado em dados de som é importante. Igualmente crítico é saber que o programa está sendo implementado de forma eficiente e direcionado às necessidades para as quais foi projetado e que resulta no impacto desejado.

Em contextos humanitários, monitoramento e avaliação são aspectos importantes do desenho e implementação do programa. Tradicionalmente, eles se concentram em saber se os programas foram implementados conforme planejado, quão bem eles foram entregues, se os destinatários receberam o que

se pretendia e se os objetivos foram alcançados. Esses exercícios focados são importantes para garantir a integridade dos programas e aprender lições para trabalhos futuros.

As avaliações de impacto investigam ainda mais. Eles procuram determinar o impacto de uma política, projeto ou programa considerando qual teria sido o resultado se a intervenção não tivesse ocorrido. Isso é alcançado comparando as circunstâncias daqueles que o receberam com aquelas de características semelhantes que não o receberam.¹⁷⁸

Amplamente utilizadas no campo do desenvolvimento, as avaliações de impacto em países de baixa e média renda provaram ser extremamente úteis e moldaram positivamente as políticas e práticas além da intervenção específica analisada.¹⁷⁹ Por exemplo, na área da educação, os programas de desparasitação no Quênia melhoraram a frequência escolar das crianças que receberam medicação para desparasitação, bem como dos colegas que não receberam, diminuindo as taxas de infecção em geral.¹⁸⁰ Esta foi uma descoberta significativa, dado o custo relativamente baixo do programa, seu impacto e sua relevância além do Quênia.¹⁸¹

No setor da saúde, as avaliações de impacto estabeleceram que o fornecimento gratuito de mosquiteiros tratados com inseticida aumentou substancialmente seu uso. Isso resolveu um debate em andamento sobre se é preferível distribuir gratuitamente mosquiteiros ou exigir copagamento. Essas descobertas levaram muitas organizações globalmente a ajustar suas políticas e práticas.¹⁸²

Esforços para melhorar a autossuficiência, inclusive por meio de transferências de dinheiro, empréstimos de microcrédito e habilidades e treinamento vocacional, foram submetidos a extensas avaliações de impacto. Eles ilustraram o que foi e o que não foi eficaz e o que produziu impacto positivo combinado com outras intervenções.¹⁸³ Os resultados informaram profundamente o desenho e a aplicação desses programas.¹⁸⁴

Foram mais de 2 mil estudos de impacto publicados entre 2000 e 2012, principalmente nas áreas de saúde, educação, proteção social e agricultura em países de baixa e média renda.¹⁸⁵ Em contraste, uma proporção muito pequena se concentra especificamente em programas para pessoas deslocadas à força, com menos de 25 avaliações de impacto aleatórias relacionadas publicadas entre 2001 e 2019.¹⁸⁶

Há uma série de razões para isso. Os humanitários geralmente trabalham com prazos curtos e orçamentos limitados, nenhum dos quais é facilmente adaptado às avaliações de impacto, que demandam tempo e dinheiro para serem executadas. Os programas geralmente são iniciados no estágio inicial de uma crise e quando geralmente apenas dados biográficos básicos sobre as populações deslocadas são coletados e são insuficientes para apoiar uma avaliação de

impacto ou comparação com as comunidades de acolhida. Além disso, situações altamente voláteis, das quais as populações deslocadas provavelmente se deslocarão, também podem dificultar a realização de avaliações de impacto, pois essas avaliações envolvem a medição do impacto no mesmo grupo de indivíduos ao longo do tempo.¹⁸⁷

No entanto, a utilidade demonstrada das avaliações de impacto está ajudando a expandir sua aplicação em contextos de deslocamento forçado. Os principais doadores estão apoiando sua implementação, e alguns fizeram deles uma condição de acordos de financiamento. Além disso, novos instrumentos financeiros vinculam cada vez mais o financiamento à obtenção do impacto desejado.¹⁸⁸ E um número crescente de agências humanitárias internacionais está investindo mais nelas para avaliar seus programas para pessoas deslocadas à força.

O ACNUR, o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), o Programa Alimentar Mundial (PAM) e o Comitê Internacional de Resgate (IRC) estão entre as organizações que estão aumentando sua capacidade técnica nessa área. Eles também fazem parceria com instituições multilaterais de desenvolvimento e agências especializadas envolvidas em avaliações de impacto em contextos de deslocamento forçado.¹⁸⁹

Os resultados são claros. No fim de 2020, havia 40 avaliações de impacto aleatórias documentadas em contextos de deslocamento forçado, quase o dobro do número publicado nos últimos 20 anos.¹⁹⁰ Isso inclui avaliações do envolvimento de refugiados em atividades produtivas em Bangladesh, programas de apoio à saúde e educação no Chifre da África, assistência à reintegração em dinheiro para refugiados afegãos que retornam, esforços de treinamento de professores no Líbano, programas pedagógicos e sócio comportamentais para jovens na Jordânia, programas de distribuição de alimentos no Iraque, um programa de apoio ao empreendedorismo no Níger e programas para reduzir a violência de gênero em Camarões.¹⁹¹

Este número continua a crescer, um desenvolvimento significativo em si.

O Pacto Global sobre Refugiados busca mobilizar financiamento público e privado oportuno, previsível, adequado e sustentável. Também enfatiza a importância de “maximizar o uso eficaz e eficiente dos recursos”.¹⁹² Melhorar a qualidade, a coleta e a comparabilidade dos dados são passos importantes nessa direção. O mesmo acontece com os esforços para avaliar melhor o impacto dos programas entregues.

Juntos, eles devem melhorar a eficácia das intervenções para pessoas deslocadas à força e comunidades de acolhida. E, ao atender às expectativas de maior eficiência, transparência e uso otimizado de recursos, eles também devem ajudar a estimular um maior financiamento público e privado exigido no Pacto Global sobre Refugiados.

Parcerias

Os desafios para melhorar o futuro das pessoas deslocadas à força e das comunidades de acolhimento podem parecer insuperáveis. No entanto, hoje, mais do que nunca, indivíduos e grupos em um amplo e necessário espectro de especialização estão firmemente engajados em superá-los.

O Pacto Global sobre Refugiados reconhece isso. Ele estabeleceu um plano para respostas mais sustentáveis e inclusivas que adotam uma abordagem de “toda a sociedade”, envolvendo uma ampla gama de partes interessadas. Reconhece seu valor agregado, informado por contribuições que já deram, algumas por muitas décadas.

Esta seção acompanha essa evolução e o impacto que diferentes parceiros estão tendo no avanço das respostas ao deslocamento forçado. Também analisa onde são necessários esforços para tornar as abordagens multisetoriais mais significativas e sistemáticas.

Deslocados à força

A maioria das principais iniciativas humanitárias nos últimos 20 anos exigiram um maior envolvimento de refugiados e deslocados internos na elaboração de programas que afetam suas vidas.¹⁹³ E a maioria diria que este apelo foi atendido apenas parcialmente. Geralmente, as políticas são estabelecidas e os programas são elaborados e executados “em nome” de pessoas deslocadas à força, sem seu envolvimento regular e ativo.

Este nem sempre foi o caso. Houve períodos na história em que os refugiados tiveram uma agência muito maior do que têm hoje, como discutido na Parte I. Na Grécia Antiga e na Europa desde o século XII, vários grupos de refugiados foram capazes de negociar os termos da seu assentamento e receberam autonomia para sustentar a si mesmos e suas famílias e contribuir para a comunidade em geral. Em períodos posteriores, à medida que os países promulgavam a legislação de imigração, os refugiados que atendiam aos critérios de seleção eram admitidos como imigrantes e esperavam integrar e contribuir para o crescimento de seus países de acolhida.¹⁹⁴

As Grandes Guerras do século XX levaram a uma nova dinâmica. Esforços significativos de ajuda internacional foram mobilizados para responder às necessidades do grande número de pessoas deslocadas pela guerra. E como vimos na Parte III, na conclusão dos conflitos, as soluções para os refugiados que não tinham um país para onde retornar com segurança faziam parte das negociações entre as nações.

Os refugiados e aqueles com experiências vividas como refugiados desempenharam papéis importantes nas operações de socorro,¹⁹⁵ e alguns estiveram

envolvidos na elaboração de acordos internacionais fundamentais, notadamente a Convenção de 1951.¹⁹⁶ No entanto, no geral, a maioria dos refugiados, naquela época e agora, teve oportunidades limitadas de definir seu próprio futuro. As oportunidades de integração local têm sido limitadas, o retorno muitas vezes não é possível e o reassentamento determinado através da aplicação de critérios seletivos estabelecidos pelos países de acolhida.

A ênfase de hoje em passar de respostas humanitárias para respostas mais



Refugiados sírios Ahmad, 29, e sua esposa, Lazmiah, 18, voluntários do ACNUR em Trípoli, Líbano, 2014. Ahmad perdeu as pernas devido a uma explosão de bomba na Síria. Desde que se recuperou, Ahmad ajuda outros refugiados. Ele diz que quando os refugiados o veem continuando a trabalhar apesar de sua lesão, "isso lhes dá força e esperança e isso faz a diferença". © ACNUR/Andrew McConnell

focadas no desenvolvimento pretende se afastar da abordagem de décadas que inibia os refugiados de se tornarem autossuficientes e serem capazes de forjar um futuro melhor para si mesmos. A resposta deve ser acompanhada por um maior envolvimento com aqueles a quem procura servir.

Há muito se sabe que consultar refugiados e deslocados internos sobre programas para atender às suas necessidades resultará em intervenções que atendam melhor às suas prioridades e sejam implementadas de maneiras que provavelmente terão o maior impacto. As pessoas deslocadas à força também pedem mais espaço para implementar programas e definir prioridades políticas.

Embora importantes iniciativas tenham tentado tornar a consulta mais sistemática, participativa e adaptável a pessoas de diferentes idades, gêneros e diversidade, elas não são generalizadas nem sistemáticas.¹⁹⁷ Envolver refugiados e pessoas deslocadas internamente na implementação de políticas e programas continua sendo uma grande aspiração. O envolvimento consistente

com as comunidades deslocadas à força na concepção, implementação e avaliação do programa não é uma prática padrão entre as agências de serviço.

O Painel de Alto Nível sobre Deslocamento Interno descobriu, em sua pesquisa com comunidades afetadas em 22 países, que muitos deslocados internos e membros da comunidade de acolhida não se sentem ouvidos por seus governos nem frequentemente pelas organizações de resposta.¹⁹⁸ Várias consultas e pesquisas conduzidas por refugiados chegaram a conclusões semelhantes. Observações comuns são que as pessoas deslocadas à força são consultadas *ad hoc*, geralmente excluídas da priorização de intervenções e muitas vezes não envolvidas em sua implementação ou avaliações de sua eficácia.¹⁹⁹ Como Najeeba Wazefadost, uma ex-refugiada do Afeganistão observou, os refugiados querem se envolver na concepção, implementação e avaliação de programas em suas próprias comunidades “por que”, ela pergunta retoricamente, “quem sabe melhor do que eles?”²⁰⁰

Analizamos alguns esforços entre agências para reverter essa tendência na Parte III. Pesquisas e avaliações socioeconômicas domiciliares que incluam deslocados forçados e comunidades de acolhida no processo de projeto e levantamento são valiosas para a elaboração de estratégias de inclusão. Eles têm uma chance maior de influenciar os resultados das políticas se forem colaborativos durante todo o processo, do início ao fim. Por exemplo, além de envolver parceiros e doadores humanitários e de desenvolvimento, também é vital envolver as autoridades locais e estatais, bem como as comunidades afetadas e deslocadas à força.²⁰¹ Isso pode ser fundamental para alcançar um consenso sobre metodologia, resultados e prescrições de políticas.²⁰²

Muito ainda precisa ser feito, inclusive nos esforços para lançar abordagens inovadoras e novas tecnologias nas respostas ao deslocamento forçado. O fortalecimento da inovação ganhou destaque na última década e é frequentemente incluído nas prioridades estratégicas das organizações que atuam na área.²⁰³ A colaboração entre agências, sociedade civil e parceiros do setor privado ajudou a impulsionar a inovação. No entanto, como observou Dragana Kaurin, ex-refugiada e fundadora do Localization Lab,²⁰⁴ há uma falta de envolvimento sistemático de “usuários finais” deslocados à força. Isso significa que muitas inovações falham em resolver os problemas pretendidos ou não são úteis para aqueles a que se destinam.²⁰⁵

Envolver pessoas deslocadas à força na concepção, desenvolvimento e teste de novas abordagens e projetos pode ajudar a garantir que sejam fáceis de usar, acessíveis e seguros. Esforços para apoiar a transição do uso de lenha para fogões em configurações de deslocamento forçado fornecem exemplos expressivos.

A queima de lenha como combustível geralmente tem efeitos ambientais e respiratórios adversos e expõe mulheres e meninas a sérios riscos de violência de gênero na coleta.²⁰⁶ Ao longo dos anos, alternativas à lenha, incluindo

fogões movidos a energia solar, foram introduzidas em vários assentamentos e muitos não tiveram sucesso. Alguns observadores atribuem isso à falta de engajamento comunitário suficiente. Eles observam os resultados positivos



*Marwan, refugiado e engenheiro sírio, trabalha como treinador de robótica e professor de programação de computadores, ajudando jovens no Laboratório de Inovação em Za'atari Camp, na Jordânia, em 2021.
© ACNUR/Shawkat Alharfoush*

que foram alcançados na abordagem do mesmo problema por meio de uma participação mais significativa da comunidade.²⁰⁷

Além do desenho do programa, um melhor envolvimento das comunidades deslocadas à força na implementação de programas também ajuda a apoiar respostas mais sustentáveis. As redes nacionais, regionais e globais de refugiados estão chamando mais atenção para o trabalho das organizações de refugiados em situações de deslocamento forçado e as contribuições que estão fazendo, bem como sua necessidade de mais reconhecimento e apoio para continuar e expandir seu trabalho.

*Organizações de refugiados e deslocados internos*²⁰⁸ são grupos formais e informais criados por pessoas deslocadas à força para defender e servir suas comunidades. O apoio que prestam é variado e pode incluir: assistência psicossocial, educativa e jurídica; treinamento de idiomas e habilidades; esportes e empreendimentos artísticos; e mentoria. Vários também fornecem serviços para membros das comunidades de acolhida, ajudando não apenas a atender às suas necessidades, mas também a promover boas relações com a comunidade. Não há registro abrangente, mas, em 2019, havia 130 grupos conhecidos por estarem ativos em situações de deslocamento de refugiados em todo o mundo.²⁰⁹

As organizações de e para pessoas deslocadas à força têm a vantagem de

estarem intimamente cientes das necessidades de suas comunidades e serem conhecidas e confiáveis por elas. Eles podem, e o fazem, disseminar mensagens de informação pública, servir como agentes comunitários de saúde, ajudar a monitorar a entrega e o impacto do programa e ajudar a lidar com comportamentos prejudiciais por meio do diálogo e do engajamento.

O trabalho e o valor acrescentado destas organizações tornaram-se mais visíveis no contexto da pandemia da Covid-19. Como os bloqueios impediram que muitas agências humanitárias se movimentassem livremente, as organizações comunitárias estavam ativas na entrega de alimentos, assistência de aluguel, medicamentos e outros apoios a famílias vulneráveis deslocadas à força e às pertencentes das comunidades de acolhida.²¹⁰ Eles também ajudaram a divulgar mensagens em idiomas falados por suas comunidades por meio de mídias sociais e transmissões de rádio sobre mitigação de riscos e atualizações sobre regulamentos de bloqueio e quarentena. Alguns também forneceram materiais educacionais e aprendizado remoto durante o fechamento das escolas.²¹¹

A maioria das organizações de refugiados são informais, devido às barreiras legais e/ou burocráticas ao registro como organizações não governamentais (ONGs).²¹² Tais restrições impedem que as agências humanitárias confiem neles para implementar programas. Mas mesmo em situações em que eles podem operar formalmente, a falta de treinamento ou capacidade demonstrada em finanças, auditoria, desempenho e gerenciamento de programas podem ser barreiras adicionais que os impedem de acessar financiamento internacional.²¹³ Mecanismos para garantir a conformidade nessas áreas geralmente fazem parte dos acordos de doação. Os investimentos no fortalecimento das capacidades nestas áreas são garantidos.²¹⁴

Outras sugestões que foram feitas para melhoria incluem o desenvolvimento de políticas para orientar as agências humanitárias no aumento do envolvimento de organizações de refugiados e deslocados internos. Isso pode incluir conhecimento atualizado de quais estão ativos em uma situação específica para identificar possíveis áreas de parceria, capacitação e medidas de seleção para garantir a prestação de serviços justa e imparcial.²¹⁵

A experiência dos refugiados influenciou positivamente a elaboração da Convenção de Refugiados de 1951. Disposições específicas, agora entendidas como fundamentais para a proteção dos refugiados, foram introduzidas e promovidas por ex-refugiados que sabiam em primeira mão o que ajuda a alcançar a segurança.²¹⁶ A importância da experiência na política não é menos significativa hoje.

É por isso que a Rede Global Liderada por Refugiados conclamou governos, doadores e anfitriões a ver a experiência vivida como refugiado como uma das qualificações desejáveis de emprego para cargos políticos em departamentos

e ministérios relevantes. Da mesma forma, instou os provedores de serviços a fazerem o mesmo. É outro elemento para efetuar uma “transformação sistêmica” para uma participação mais significativa e políticas mais bem informadas.²¹⁷

Atores e Autoridades Locais

Séculos antes da criação das primeiras agências humanitárias intergovernamentais, *grupos da sociedade civil* acolheram, protegeram, auxiliaram e lideraram esforços de defesa e angariação de fundos para pessoas deslocadas à força, conforme observado na Parte I. Muitas vezes organizados com base em afiliação



O maestro venezuelano Simón Arias lidera a Orquestra da Fundação Música para a Integração em um auditório em Santiago, Chile, em 2019. © ACNUR/ Eduardo Beyer

religiosa, nacional ou étnica, eles também estiveram envolvidos nas discussões que moldaram o moderno regime de proteção aos refugiados.²¹⁸

Não há uma definição estabelecida de sociedade civil, embora sejam comumente considerados grupos autônomos, sem fins lucrativos, que não são constituídos nem afiliados a um país.²¹⁹ Hoje, existem milhares de organizações da sociedade civil que trabalham no todo ou em parte para beneficiar pessoas deslocadas à força. Elas incluem organizações cívicas, culturais e esportivas, defensores legais e grupos religiosos. Elas trabalham de várias maneiras para promover proteção, assistência e soluções para refugiados e pessoas deslocadas internamente e são reconhecidos como parceiros essenciais no Pacto Global sobre Refugiados.²²⁰

Alguns grupos da sociedade civil operam *internacionalmente*, outros são nacionais ou locais. E embora esta seção se concentre neste último, é importante reconhecer o envolvimento profundo e de longa data de muitos parceiros internacionais da sociedade civil. Estes têm sido fundamentais na advocacia, no desenho de políticas e na implementação de programas para refugiados e deslocados internos em todo o mundo. Muitas organizações não governamentais humanitárias internacionais implementam uma grande proporção de programas no país, independente das Nações Unidas e/ou como seus parceiros de implementação. Elas também formaram redes globais e participam ativamente de fóruns internacionais e nacionais sobre questões de deslocamento forçado.²²¹

A gama de parceiros *locais da sociedade civil* é ampla. Alguns são de longa data; outros são organizados para responder a um influxo. Eles também criaram redes para promover o engajamento regional e internacional em políticas e programas relacionados ao deslocamento forçado.²²² Suas contribuições podem variar, com alguns especializados em certas áreas, como proteção legal e social, saúde, educação, desenvolvimento de habilidades e apoio aos meios de subsistência. Muitos também se dedicam à advocacia. Eles conhecem bem suas comunidades e países, e suas perspectivas podem ter um peso especial com seus homólogos governamentais em comparação com parceiros internacionais, que podem ser vistos como estranhos. Por outro lado, os atores locais da sociedade civil também podem ser mais suscetíveis à intimidação do país.²²³

As autoridades locais estão engajadas centralmente nas respostas ao deslocamento forçado, e seu envolvimento é anterior — em muitos séculos — à criação do sistema de Estado moderno.²²⁴ Hoje, continuam a desempenhar um papel vital, pois aproximadamente quatro em cada cinco pessoas deslocadas à força vivem em comunidades locais, dois terços das quais estão em áreas urbanas.²²⁵ No entanto, as autoridades locais têm sido frequentemente ignoradas pelos atores humanitários.²²⁶ E as autoridades centrais nem sempre lhes fornecem apoio financeiro suficiente para administrar as crescentes demandas que lhes são impostas.²²⁷

As autoridades locais enfrentam desafios significativos com a chegada de um grande número de pessoas deslocadas à força. Os recém-chegados podem pressionar os serviços de habitação, saneamento, saúde, educação, policiamento e energia, muitas vezes sem financiamento adicional dos orçamentos nacionais.²²⁸ E os esforços para integrar os recém-chegados por meio de treinamento em idiomas e habilidades frequentemente recaem sobre as autoridades locais.²²⁹

O financiamento humanitário, que responde pela maior parte do financiamento para responder ao deslocamento forçado, vai em grande parte para organizações internacionais e organizações não governamentais internacionais que cresceram de forma constante ao longo das décadas.²³⁰ Eles se

profissionalizaram, com processos implementados para atender aos padrões administrativos, programáticos, financeiros e éticos estabelecidos pelas Nações Unidas, bem como exigidos pelos doadores que os financiam. Mas esse crescimento também ofuscou o papel dos atores locais, do governo e das organi-



Uma mãe trabalhando no Iêmen em 2021 ajudando pessoas deslocadas a tecer coberturas para abrigos com materiais locais. Ela ganha um salário diário por seu trabalho. © ACNUR/Shadi Abusneida

zações não governamentais nacionais na resposta às crises humanitárias que ocorrem em seus próprios países.

Os parceiros locais podem ter vantagens comparativas significativas.²³¹ Estas incluem competências linguísticas, familiaridade e compreensão da política local, economias, valores culturais e comunidades. Podem ter maior aceitação entre a sociedade local e muitas vezes podem acessar áreas onde organizações e agências internacionais podem ser impedidas de ir, seja por lei ou por seus próprios regulamentos de segurança. Autoridades e organizações locais podem ter legitimidade em casos levados a tribunais nacionais. Suas operações são geralmente menores e menos onerosas de administrar do que as organizações internacionais.²³²

Isso não significa que sejam substitutos perfeitos para organizações internacionais.²³³ Estes últimos trazem experiência global, práticas operacionais estabelecidas e sistemas de gestão de programas, fiscais e de prestação de contas aceitos e confiáveis pelos doadores. Eles também podem se mobilizar rapidamente, em escala e em períodos prolongados, o que muitas vezes está além da capacidade dos atores locais. Em certas circunstâncias, eles podem ser percebidos pelos refugiados e deslocados internos como mais independentes,

especialmente em contextos onde há grande desconfiança entre os deslocados e as comunidades locais.

A questão é entender onde as organizações internacionais trazem mais valor agregado e onde seu papel deve ser reduzido em favor das respostas locais. Essa foi uma consideração da Cúpula Humanitária Mundial de 2016, onde houve um amplo consenso de que a forte dependência de agências internacionais nem sempre era justificada e muitas vezes não ideal, principalmente do ponto de vista de custo e sustentabilidade.²³⁴

Implementação através de parceiros locais

Essa conclusão foi compartilhada pelo Painel de Alto Nível sobre Financiamento Humanitário em seu relatório de 2016 ao Secretário-Geral. Observou que apenas 0,2% do financiamento humanitário relatado foi canalizado diretamente para parceiros nacionais e locais que se queixaram de serem tratados como subcontratados em vez de parceiros iguais por organizações internacionais. Aconselhou que a preparação e a resposta sejam mais centradas nos níveis nacional e local: “colocando a responsabilidade nas mãos das pessoas mais afetadas pela crise”.²³⁵ Isso não só seria mais eficiente, mas também “promoveria a apropriação local, fortaleceria a sociedade civil local de maneira mais geral e aumentaria a capacidade dessa sociedade de gerenciar choques futuros”.²³⁶

As recomendações a esse respeito incluíram o fortalecimento das capacidades para “gerenciar fundos e navegar pelas complexidades do sistema humanitário” e implementar um sistema compartilhado de certificação para que, se um parceiro local for certificado por uma agência internacional, a certificação seja aceita por outros também.²³⁷ A mudança para o que agora é conhecido como “localização” está incluída no Grande Barganha, conforme discutido anteriormente. Os signatários concordaram em melhorar o envolvimento com os respondentes locais e nacionais, fortalecer sua capacidade institucional e, até 2020, atingir uma meta global agregada de “pelo menos 25% do financiamento humanitário” destinado a eles “o mais diretamente possível”.²³⁸

Cinco anos depois, os resultados são mistos, de acordo com uma revisão independente encomendada pelo Grupo Facilitador responsável por orientar o progresso dos compromissos do Grande Barganha. Os revisores reconheceram que ações importantes foram tomadas, incluindo o desenvolvimento de orientações abrangentes²³⁹ e um envolvimento mais estratégico por e com os atores locais. Além disso, vários signatários fizeram esforços significativos para apoiar o desenvolvimento institucional e disponibilizar financiamento para os respondentes locais e nacionais.²⁴⁰ Mas, em todas essas áreas, verificou-se que era necessário um trabalho contínuo significativo para produzir o nível desejado de mudança transformacional.

Por exemplo, apenas 13 dos 53 signatários de doações relataram atingir a meta de pelo menos 25% do financiamento humanitário sendo alocado para respondentes locais e nacionais e, globalmente, isso atingiu apenas 4,7% dos fundos humanitários.²⁴¹ A relutância dos doadores em financiar mais através de parceiros locais não foi superada e o fortalecimento das capacidades locais não foi realizado sistematicamente.²⁴² Isso se deve, em parte, ao fato de que o aumento das capacidades incorre em custos indiretos e não há um acordo padronizado sobre como eles devem ser incorporados aos instrumentos de financiamento.²⁴³ A revisão independente aconselhou diminuir essa lacuna.²⁴⁴

Estabelecer a capacidade dos respondentes locais significa mais do que envolvê-los no diálogo sobre políticas e financiá-los para implementar programas. Significa também reconhecer sua liderança. Aqui também a revisão descobriu que muito trabalho era necessário. O diálogo sobre políticas na sede e no campo melhorou, mas o fortalecimento da liderança local ficou para trás. A revisão apontou que as organizações não governamentais locais estavam liderando ou coliderando apenas 8% dos mecanismos de coordenação entre agências nos níveis nacional e subnacional. Congratulou-se com os esforços do Comitê Permanente Interinstitucional (IASC) para desenvolver orientações formais sobre isso.²⁴⁵

Rede de cidades

As cidades mobilizaram suas próprias redes para garantir que suas vozes sejam ouvidas nas políticas globais e nacionais e que isso se traduza em ação no terreno. O Conselho de Migração dos Prefeitos reflete essa mudança. Hoje, representa cerca de 100 cidades ao redor do mundo, incluindo a maioria dos grandes centros urbanos, respondendo por mais de 700 milhões de pessoas.

Em seu lançamento em dezembro de 2018, emitiu a Declaração dos Prefeitos em Marrakech. Esta é uma declaração clara e detalhada do compromisso de seus membros com o avanço dos objetivos do Pacto Global para Migração Segura, Ordenada e Regular e do Pacto Global sobre Refugiados. A Declaração também instou a comunidade internacional a considerar a experiência e as prioridades das cidades na formulação de políticas, aprender com sua experiência, implementar programas locais ou conjuntos e criar mecanismos para garantir financiamento para cidades e governos regionais.²⁴⁶ O trabalho do Conselho de Migração de Prefeitos ganhou força, engajando-se em uma ampla troca de conhecimento entre as cidades membros e na advocacia global.

A Cities Alliance, formada há mais de 20 anos, é outra rede global de cidades que trabalha para enfrentar os desafios da migração e do deslocamento forçado em áreas urbanas. Ela opera em todo o mundo e fornece apoio técnico e financiamento para o desenvolvimento de políticas, planejamento urbano e fortalecimento de instituições para acesso universal a serviços essenciais. Está

expandindo a pesquisa para promover o desenvolvimento inclusivo e compartilhar práticas promissoras em relação às respostas urbanas à migração e ao deslocamento forçado.²⁴⁷

Cidades e Governos Locais Unidos também é uma grande aliança global de cidades e governos locais, regionais e metropolitanos que trabalham para enfrentar os desafios globais. Entre suas prioridades está “remodelar a narra-



O chef refugiado sírio Nadeem Khadem Al Jamie prepara pratos caseiros na cozinha do Hôtel d'Angleterre em Genebra para o Refugee Food Festival em 2017. © ACNUR/Mark Henley

tiva” sobre migrantes e refugiados, incluindo o destaque de suas contribuições para as comunidades locais.²⁴⁸

Regionalmente, mais de 200 cidades em toda a Europa formaram sua própria rede que também busca promover o desenvolvimento urbano sustentável inclusivo por meio de advocacia, intercâmbio de conhecimento e treinamento. O seu trabalho inclui a promoção e partilha de práticas promissoras no acolhimento, e integração de refugiados nas comunidades europeias.²⁴⁹ O recente Plano de Ação da Comissão Europeia sobre Integração e Inclusão 2021–2027 reconhece o papel dos atores locais e a importância de terem acesso ao financiamento para a integração.²⁵⁰

Os reconhecimentos globais e regionais da importância das autoridades e atores locais nas respostas ao deslocamento forçado precisam ser acompanhados por uma mudança tangível na forma como os programas são executados em suas comunidades. Há ainda um longo caminho a percorrer. A capacidade humanitária internacional de emergência pode ser necessária no início de um grande influxo, mas, para a maioria das situações, deve haver um ponto de

transição muito mais claro para respostas mais locais e sustentáveis. Nos próximos anos, o sucesso será medido pela medida em que as capacidades locais são fortalecidas e o financiamento canalizado para permitir a implementação local de respostas inclusivas e sustentáveis.

Setor privado

O papel do setor privado na contribuição para o crescimento econômico e a criação de empregos em contextos de deslocamento forçado foi discutido na seção de financiamento anteriormente nesta Parte. Existem muitas outras áreas de envolvimento do setor privado nas respostas ao deslocamento forçado.

Aqui, analisamos: a importância das parcerias do setor privado para o fornecimento de bens e serviços; práticas de contratação inclusivas, mentoria de empreendedores; investimentos no desenvolvimento de competências; e apoio à inovação e advocacia.²⁵¹ Embora a importância das parcerias empresariais do setor privado em contextos humanitários tenha sido promovida há algum tempo, as crises globais de deslocamento dos últimos anos aceleraram os apelos por isso.²⁵²

A Cúpula Humanitária Mundial de 2016 reconheceu a necessidade de parcerias inovadoras com o setor privado em respostas humanitárias de emergência, bem como de preparação, redução de riscos e recuperação de longo prazo.²⁵³ A Declaração de Nova York para Refugiados e Migrantes²⁵⁴ desse mesmo ano contém nada menos que 12 referências à importância do setor privado. Da mesma forma, o setor privado é apontado muitas vezes como uma parte interessada crítica tanto no Pacto Global sobre Refugiados²⁵⁵ quanto no Pacto Global para uma Migração Segura, Ordenada e Regular.²⁵⁶

O setor privado respondeu a esses apelos. No Fórum Global de Refugiados de 2019, organizações do setor privado fizeram promessas no valor de mais de US\$ 250 milhões e incluíram compromissos para a criação de empregos, apoio a empreendedores, inovações, advocacia e prestação de apoio jurídico *pro bono*.²⁵⁷

Em 2016, o fundador e CEO da empresa norte-americana de alimentos Chobani, Hamdi Ulukaya, estabeleceu a Tent Partnership for Refugees. É uma organização sem fins lucrativos com mais de 170 grandes empresas comprometidas com a integração de refugiados nas comunidades de acolhimento. Juntos, eles se comprometeram a contratar pelo menos 39 mil refugiados, apoiar 5 mil ou mais empreendedores refugiados e personalizar produtos e serviços, como serviços financeiros para refugiados.²⁵⁸

A Tent também se envolve e apoia a pesquisa de políticas, incluindo estudos específicos do país e do setor e produz orientações para empresas que desejam se envolver com refugiados.²⁵⁹ Um de seus estudos sobre consumidores europeus mostrou que muitos consumidores, principalmente millennials, são

mais propensos a comprar de empresas que contratam refugiados, investem em empresas de refugiados e prestam serviços a refugiados.²⁶⁰

Entre as conquistas anunciadas recentemente pela Tent estão o emprego de mais de 2 mil refugiados na Colômbia, o apoio a cerca de 200 empresários refugiados na Europa e a identificação de acomodações temporárias para mais de 20 mil refugiados por meio do programa Open Homes do Airbnb.²⁶¹ Em 2021, alguns membros da Tent também se comprometeram a ajudar a combater as causas profundas do deslocamento nos países do norte da América Central, aumentando a geração de renda, inclusive por meio do acesso a serviços financeiros, internet e apoio empresarial.²⁶²

Coalizões empresariais regionais e locais também foram formadas para apoiar os objetivos do Pacto Global sobre Refugiados. E, todos os anos, na reunião anual do Fórum Econômico Mundial em Davos, na Suíça, há discussões dedicadas sobre os meios e parcerias necessários para respostas mais sustentáveis e resilientes ao deslocamento forçado.²⁶³ Muitas organizações não governamentais e organizações das Nações Unidas têm estratégias de engajamento do setor privado e departamentos ou divisões dedicados a promovê-las.²⁶⁴

Pesquisas mostram que investidores e consumidores estão cada vez mais interessados nos compromissos sociais e ambientais de empresas e corporações.²⁶⁵ À medida que o interesse pelo deslocamento forçado aumentou, mais empresas e corporações se envolveram em respostas ao deslocamento forçado como parte de suas atividades comerciais principais.²⁶⁶

Áreas de envolvimento operacional

O setor privado sempre foi um grande fornecedor de bens e serviços em ambientes de deslocamento forçado. Isso inclui alimentos, combustíveis, veículos, implementos agrícolas, materiais de construção, suprimentos médicos e de higiene, equipamentos de comunicação e segurança, frete, transporte, propriedade e serviços financeiros. Em 2020, o ACNUR comprou mais de US\$ 1,37 bilhão em bens e serviços, representando cerca de 30% de suas despesas gerais.²⁶⁷

Embora esse aspecto do envolvimento do setor privado tenha permanecido estável ao longo das décadas, outras áreas aumentaram. As corporações estão trabalhando com parceiros humanitários para trazer suas habilidades e conhecimentos para lidar com problemas específicos e melhorar o capital humano em contextos de deslocamento forçado. A educação tem sido uma área-chave de foco.

Por exemplo, o ACNUR fez parceria com a Fundação Vodafone em seis países da África para introduzir as Escolas de Rede Instantânea. Estes fornecem acesso a conteúdo de aprendizagem digital e à internet. Eles estão beneficiando mais de 125 mil refugiados e estudantes locais e seus professores.

Até 2025, a Fundação Vodafone e o ACNUR pretendem expandir o acesso à educação digital de qualidade para alcançar 500 mil refugiados e crianças da comunidade de acolhida.²⁶⁸

A LEGO Foundation, em parceria com vários atores líderes em desenvolvimento e meio ambiente, comprometeu centenas de milhões de dólares para aprender através de iniciativas lúdicas.²⁶⁹ A adversidade causa estresse e ansiedade e pode afetar o desenvolvimento do cérebro em crianças pequenas.



A aprendizagem baseada em brincadeiras é um meio para ajudar a desenvolver habilidades cognitivas e socioemocionais necessárias para mitigar os danos e melhorar a aprendizagem.

A Fundação Mastercard também está apoiando a educação por meio de um Programa de Bolsas de Estudo que oferece mais de 15 mil bolsas de estudo no ensino superior, 70% para mulheres jovens. Comprometeu-se a conceder um quarto destes a refugiados e jovens deslocados à força.²⁷⁰ Em 2020, a Fundação prestou apoio a parceiros locais para ajudar as médias e pequenas empresas do Ruanda a recuperar da pandemia de Covid-19. Mil empreendedores de comunidades de refugiados foram incluídos no apoio.²⁷¹

Várias coalizões corporativas e empresariais também apoiaram o desenvolvimento de habilidades e o empreendedorismo dos refugiados nos últimos anos. Em 2015, as Câmaras Alemãs de Indústria e Comércio (DIHK) e o Ministério Federal de Assuntos Econômicos e Energia iniciaram uma rede de empresas em toda a Alemanha para facilitar a integração de refugiados

Os alunos aprendem na Instant Network School no Assentamento de Refugiados de Maratane em Moçambique em 2021. Foto cortesia da Fundação Vodafone © ACNUR/Fundação Vodafone/Sala Lewis

na força de trabalho.²⁷² Em meados de 2021, mais de 2.700 empresas faziam parte da rede para construir e compartilhar informações e experiências sobre o emprego de refugiados e a expansão de oportunidades para eles.²⁷³

Em 2016, outra rede de empresas alemãs foi criada para ajudar a integrar o grande número de refugiados que chegaram à Alemanha. Começando com 36 empresas, a rede cresceu para mais de 230 empresas e relatou a integração bem-sucedida de mais de 33 mil refugiados no mercado de trabalho alemão no encerramento de suas atividades em 2019. Algumas das maiores corporações da Alemanha participaram.²⁷⁴

A Tent Partnership for Refugees também criou guias para empregadores sobre como contratar, orientar e promover a integração de refugiados.²⁷⁵ E a formação profissional para refugiados e o desenvolvimento de competências linguísticas são oferecidos pelo Grupo Ingka, do qual fazem parte a maioria das lojas IKEA.²⁷⁶

Melhorar as fontes de energia em contextos de deslocamento forçado também está atraindo negócios e engajamento corporativo. O Desafio de Energia Limpa foi lançado no Fórum Global de Refugiados de 2019 e atraiu muitos compromissos para trazer energia acessível, confiável e sustentável para situações de deslocamento forçado até 2030. Mais de 200 parceiros estão trabalhando para atingir esse objetivo, incluindo empresas como Deloitte, Schneider Electric, IKEA Fundação, Accenture e Kube Energy.²⁷⁷

As empresas também introduziram tecnologias importantes que estão melhorando a prestação de assistência. Um deles é um software de escaneamento biométrico de íris, desenvolvido pela IrisGuard, que está sendo utilizado em situações de deslocamento no Oriente Médio.²⁷⁸ Este, assim como outros softwares de identidade biométrica, como impressões digitais e varreduras faciais, reduzem o risco de corrupção e roubo de identidade, comprometendo a prestação de assistência. Eles facilitaram a entrega segura de serviços, alimentos, remédios e assistência em dinheiro e remessas para os indivíduos pretendidos.

Em 1º de julho de 2021, o ACNUR havia inscrito biometricamente mais de 9,3 milhões de indivíduos em 79 operações nos países. Isso representa mais de sete em cada 10 refugiados com mais de 5 anos de idade atualmente registrados pelo ACNUR.

Advocacia

Muitas empresas e corporações intensificaram os esforços para defender os refugiados e combater narrativas negativas. Eles fizeram isso por meio de suas plataformas on-line, conscientização nas lojas e patrocínio de discussões, conferências, campanhas, bem como por meio de suas redes de negócios, incluindo o Fórum Econômico Mundial e a Câmara de Comércio Internacional.

Um esforço particularmente visível foi a campanha Brighter Lives for

Refugees (2014–2015) da IKEA que, além de arrecadar mais de 30,8 milhões de euros com a venda de lâmpadas, trouxe as necessidades dos refugiados diretamente para a considerável base de consumidores da IKEA.²⁷⁹ A campanha financiou a construção de uma fazenda solar no campo de refugiados de Azraq, na Jordânia. Isso trouxe geração de energia estável e sustentável e luz para o acampamento. Entre os benefícios valiosos está o fato de permitir a refrigeração de alimentos e a iluminação noturna que permitiu que crianças e jovens lessem e estudassem e deu proteção adicional a mulheres e meninas. Nas palavras de Asmahan, refugiada síria e mãe de quatro filhos, a transição foi como passar dos tempos antigos para o século moderno.²⁸⁰

Outras empresas também lançaram campanhas de arrecadação de fundos e conscientização sobre deslocamento forçado, incluindo TikTok, UNIQLO, Careem, Twitter e H&M Foundation.²⁸¹ Na Colômbia, parceiros do setor privado estão apoiando a campanha Somos Panas, destinada a promover a solidariedade entre colombianos e venezuelanos por meio de rádio, anúncios digitais, mídias sociais, comunicações impressas, eventos públicos e oficinas para jornalistas.²⁸²

A abertura de mais canais de imigração para refugiados e migrantes está entre os elementos do Pacto Global sobre Refugiados e do Pacto Global para uma Migração Segura, Ordenada e Regular. Os caminhos complementares de educação e trabalho são duas áreas em que a advocacia e o envolvimento do setor privado são importantes e necessários para ampliar os programas atuais.²⁸³

Essas são apenas uma amostra de iniciativas do setor privado destinadas a gerar apoio público para pessoas deslocadas à força, melhorar a entrega de programas humanitários e apoiar a educação e o desenvolvimento de habilidades de pessoas deslocadas à força.

A maioria dos principais parceiros humanitários tem microsites dedicados em suas páginas da web, destacando as áreas em que estão trabalhando em parceria com o setor privado.²⁸⁴ Há um terreno fértil para estudos e análises adicionais sobre como as inúmeras iniciativas impactam cumulativamente as vidas das pessoas deslocadas à força e como elas estão moldando a resposta mais ampla.²⁸⁵

Acadêmicos

Antes de 2000, a literatura acadêmica sobre deslocamento forçado concentrava-se principalmente nos campos da antropologia, sociologia, saúde e estudos jurídicos.²⁸⁶ A partir de 2000, disciplinas adicionais começaram a se envolver mais, inclusive nas áreas de ciência política, geografia, estudos urbanos, economia e educação. Na última década, houve um aumento significativo nas publicações sobre deslocamento forçado em quase todas as disciplinas.

O número de artigos de economia publicados sobre deslocamento forçado cresceu seis vezes no período, os da área da saúde quase triplicaram e os da educação mais que dobraram.²⁸⁷ Cumulativamente, entre 2000 e 2019, mais de 7 mil artigos sobre deslocamento forçado foram publicados em economia, sociologia, saúde e estudos jurídicos. Isso representa um aumento de mais de 50% em relação à década anterior.²⁸⁸

As publicações se originaram em grande parte em países de alta renda. Não surpreendentemente, o foco tem sido principalmente no deslocamento forçado que afeta países de baixa e média renda, uma vez que é onde reside a grande maioria das pessoas deslocadas à força do mundo. No entanto, a partir de 2015, correspondente ao fluxo de refugiados europeus, aumentou a proporção de trabalhos voltados para refugiados em países de alta renda.²⁸⁹

Os estudos econômicos podem ser particularmente relevantes na concepção e implementação de políticas e respostas operacionais em todos os contextos de deslocamento forçado. Tem havido uma série de estudos examinando os efeitos do emprego de refugiados nos salários e empregos das comunidades de acolhida, conforme descrito na Parte IV. Geralmente, estes apontaram ganhos positivos para ambos ao longo do tempo, ao mesmo tempo em que reconhecem que algumas pessoas podem não se beneficiar igualmente, necessitando de medidas para mitigar ou compensar as perdas.

Da mesma forma, houve um aumento nos estudos sobre o contexto local de situações de deslocamento forçado, incluindo a estrutura da economia, leis e políticas relacionadas, tendências econômicas, bem-estar das famílias e potencial de crescimento. Esta evidência e análise são críticas para intervenções humanitárias e de desenvolvimento eficazes. Pode destacar os custos e benefícios de várias intervenções políticas disponíveis para o governo e ajudar na promoção de políticas sociais e econômicas que incluam pessoas deslocadas à força. Estudos socioeconômicos detalhados informam o desenho de programas para apoiar aqueles que sofreram perdas, fortalecer a prestação de serviços públicos e facilitar a autossuficiência para deslocados e comunidades locais.

Este trabalho está em andamento e precisa ser continuado. Além disso, será importante nos próximos anos entender como as cidades estão conseguindo lidar com um número maior de populações deslocadas à força e os elementos de estratégias eficazes projetadas para apoiá-las. A iniciativa Refugees in Towns no Feinstein International Center da Tufts University começou a explorar isso.

Desde 2017, concluiu 34 estudos de caso de pesquisadores locais, muitos dos quais foram deslocados à força ou são membros das comunidades de acolhida. O objetivo é criar um banco de dados global para entender melhor o processo de integração de refugiados e migrantes nas cidades onde vivem. Eles ilustram tanto as diferenças quanto as semelhanças nos fatores que podem permitir ou impedir a integração.²⁹⁰

Por muitos anos, os estudos jurídicos concentraram-se principalmente na medida em que os países cumpriram suas obrigações sob os marcos internacionais, regionais e nacionais e se esses marcos são suficientes. A discussão na Parte II baseia-se fortemente neste significativo corpo de trabalho. Nos últimos anos, também houve um aumento acentuado nos esforços para melhor compreender, documentar e responder ao deslocamento forçado interno. Isso é vital, dado o número crescente de pessoas deslocadas internamente, a necessidade de garantir respostas mais previsíveis e abrangentes e a importância de resolver questões não resolvidas, como a melhor forma de determinar quando o deslocamento interno termina.²⁹¹

Também tem havido um foco crescente na literatura jurídica, política e sociológica sobre os problemas contínuos encontrados quando refugiados e migrantes se movem juntos por rotas inseguras, geralmente facilitadas por contrabandistas e traficantes.²⁹² Imagens fortes de refugiados e migrantes abandonados no mar, atravessando rios, escalando muros e cercas são predominantes na mídia. Mas as questões mais profundas de abordar as causas profundas, criar caminhos seguros, reconhecer as obrigações dos países ao longo das rotas de trânsito e reconhecer os direitos dos refugiados e migrantes requerem uma análise mais aprofundada.

Tanto o Pacto Global sobre Refugiados quanto o Pacto Global para Migração Segura, Ordenada e Regular geraram comentários acadêmicos consideráveis sobre sua relevância e potencial. Podemos esperar que a literatura acadêmica do futuro faça um balanço de quão bem seus objetivos estão sendo alcançados.

A mídia social agora é onipresente. Pode ser um importante meio de informação, ajudando pessoas deslocadas à força a terem acesso a segurança e assistência. No entanto, também tem sido usada de forma exploradora e como plataforma para espalhar narrativas falsas que podem colocar em risco a segurança. Um estudo mais aprofundado do papel das mídias sociais e como mitigar seu impacto nocivo sobre refugiados e deslocados internos seria de grande valia.

As vozes e perspectivas das pessoas deslocadas à força e as contribuições reais e potenciais que fazem às suas próprias comunidades e países de acolhimento são refletidas de forma mais proeminente no trabalho acadêmico. Seu envolvimento tem se mostrado de importância significativa na formulação de políticas e programas que os afetam. Valeria a pena mais estudos documentando esse impacto e fornecendo recomendações acionáveis para seu engajamento sistemático.

Os estudos de saúde sobre deslocamento forçado têm se preocupado em grande parte com refugiados que vivem em campos de refugiados, onde os dados de saúde são mais facilmente acessíveis.²⁹³ Há comparativamente menos em refugiados fora dos contextos dos campos e ainda menos em pessoas

deslocadas internamente. A Covid-19 atraiu a atenção para questões relacionadas à pandemia, como mitigar sua transmissão em contextos de deslocamento forçado e garantir acesso equitativo a tratamento e vacinas.

Dado o grande e crescente número de pessoas deslocadas internamente, muito mais pesquisas são necessárias para entender suas condições de saúde e as intervenções necessárias. E apoio acadêmico e orientação são necessários sobre a melhor forma de atender às necessidades de saúde das pessoas deslocadas por meio dos sistemas nacionais existentes em contextos específicos, bem como se envolver sistematicamente com eles e as comunidades de acolhida na melhoria dos serviços e resultados de saúde.

Os estudos acadêmicos publicados sobre educação em contextos de deslocamento forçado cresceram consideravelmente, embora os estudos estejam predominantemente concentrados em respostas de emergência e outras situações em que a educação é fornecida fora dos sistemas nacionais. As áreas pesquisadas incluem os obstáculos legais e práticos ao acesso à educação, as taxas de conclusão dos matriculados na escola e os fatores que ajudam a permitir que refugiados e deslocados internos permaneçam na escola. Também houve trabalho sobre as barreiras legais e práticas que limitam o acesso dos refugiados às escolas públicas e sobre as finanças necessárias para apoiar a educação inclusiva para refugiados da pré-escola até a 12ª série. Desde a pandemia da Covid-19, os artigos também abordaram o impacto da sobre a aprendizagem dos refugiados e os esforços que foram feitos para mitigar as perdas.²⁹⁴

Permanecem grandes áreas que precisam de mais investigação para melhorar as respostas da educação em contextos de deslocamento forçado. Embora haja um consenso crescente sobre o valor da inclusão de refugiados nos sistemas nacionais, há relativamente pouca análise específica do contexto sobre como isso pode afetar as comunidades de acolhida. Tampouco há muitos comentários sobre o que contribuirá para impactos positivos tanto para as comunidades deslocadas à força quanto para as comunidades de acolhida.²⁹⁵

Da mesma forma, há um número limitado de estudos qualitativos sobre as dificuldades que os alunos deslocados à força enfrentam nas escolas da comunidade de acolhida, incluindo discriminação, bullying e violência física. É necessário mais trabalho para entender o quão difundido é esse comportamento para informar medidas para preveni-lo e mitigá-lo.²⁹⁶

Embora saibamos o que ajuda e dificulta o acesso à escola, há relativamente pouca evidência sobre alfabetização e aritmética entre crianças e jovens deslocados à força. Abordar essa lacuna é extremamente importante, assim como maiores evidências sobre a eficácia das intervenções destinadas a melhorar o aprendizado.

Por exemplo, existem alguns estudos sobre o uso de tecnologia para a aprendizagem, como tablets e smartphones, mas estes tendem a ser focados em

projetos específicos. Há necessidade de ampliar e aprofundar este trabalho para que o impacto da tecnologia possa ser isolado de outras influências nos resultados da aprendizagem. Além disso, o efeito do trauma na aprendizagem e nas habilidades sociais e emocionais é importante. Os estudos sobre ela ocorreram em grande parte fora dos contextos de deslocamento forçado.²⁹⁷

As taxas de abandono são particularmente pronunciadas quando os alunos deslocados à força fazem a transição da escola primária para a secundária e quando passam para faculdades e universidades. As respostas operacionais também seriam reforçadas com estudos que podem ajudar a determinar as causas subjacentes às baixas taxas de retenção.

Building Evidence on Forced Displacement é uma parceria de pesquisa estabelecida em 2016 pelo Departamento de Desenvolvimento Internacional e Ministério das Relações Exteriores, o Banco Mundial e o ACNUR. Está centrado na expansão da investigação de alta qualidade e relevante para as políticas, principalmente nas áreas da pobreza, educação, proteção social, saúde, emprego, coesão social e gênero. Até o momento, realizou sete estudos globais, com mais de 50 documentos de referência, 15 avaliações de impacto, mais de 10 documentos de foco e apoio à pesquisa para mais de 24 acadêmicos.²⁹⁸

Colaboração semelhante está ocorrendo para resolver um desequilíbrio em que a maioria desses estudos se origina nos centros acadêmicos com melhores recursos de países de alta renda, que estão mais distantes das áreas de deslocamento forçado.²⁹⁹ Os esforços incluem um melhor financiamento de estudos de pesquisa por acadêmicos que trabalham nos países mais afetados pelo deslocamento forçado e a criação de vínculos mais fortes entre instituições em todas as regiões. Muitas redes acadêmicas estabelecidas e centros especializados que cobrem questões de refugiados e migração estão envolvidos.

Há também a necessidade de um intercâmbio mais robusto entre acadêmicos e aqueles que oferecem programas em campo. Os Pactos Globais sobre refugiados e migração ajudaram a incentivar isso, e mais trabalho interdisciplinar está em andamento. Mas há um potencial considerável para que isso seja melhorado.³⁰⁰

Requer tanto uma mudança prática quanto uma mudança de atitudes. Uma apreciação por acadêmicos das realidades políticas e operacionais pode ajudar a garantir que seus estudos sejam de maior benefício prático. Da mesma forma, as agências operacionais precisam superar sua tendência percebida e ocasional de assumir que sabem melhor. Eles devem estar abertos à experiência que os acadêmicos em áreas relevantes podem fornecer.

Esforços de organizações humanitárias estão indo na direção certa nos últimos anos, incluindo movimentos de parceria com acadêmicos e instituições especializadas em análise de contexto, pesquisas e avaliações de impacto. Assim também são maiores os esforços para envolver centralmente

as populações deslocadas à força neste trabalho. Os acadêmicos também são professores e educadores daqueles que podem estar envolvidos na definição de políticas, na execução de operações e na contribuição de financiamento para respostas de deslocamento forçado no futuro — uma motivação adicional para reforçar a colaboração hoje.

Responsabilidade

Acusação Criminal Internacional

Lidia Yusupova sobreviveu a duas guerras chechenas entre 1994 e 2009, mas testemunhou grande brutalidade e experimentou a perda de familiares e amigos. Isso a marcou e a motivou a se tornar uma defensora dos direitos humanos, trabalhando para levar à justiça os perpetradores de abusos dos direitos humanos.

Ao descrever a importância do trabalho, seus sentimentos são semelhantes aos de muitos que sobreviveram a atrocidades e estão dispostos a se apresentar como testemunhas. Desistir não é uma opção: “Ainda existe a nossa consciência, ainda existe a memória das vítimas... ainda existe o nosso dever de evitar mais derramamento de sangue”.³⁰¹

Este apelo para acabar com a impunidade, e muitos outros semelhantes, ganharam maior ressonância nos últimos anos. À medida que o número de deslocamentos forçados aumentou na última década, houve um aumento significativo nos esforços para responsabilizar os responsáveis diretos pelos crimes graves que cometeram.

Esta seção concentra-se em processos criminais de indivíduos acusados de graves violações de direitos humanos.³⁰² Traça a trajetória histórica dos processos criminais internacionais pós-Segunda Guerra Mundial e dos processos nacionais crescentes. O registro é irregular e muitas vezes decepcionante. Mas há um movimento claro em direção a uma maior responsabilização e justiça para os sobreviventes.

Também é importante ter em mente que aqueles que cometeram as violações dos direitos humanos que causam a fuga *não podem se beneficiar* da proteção internacional. A Convenção de 1951 explicitamente não protege os suspeitos de crimes internacionais graves, crimes não políticos graves ou atos contrários aos princípios das Nações Unidas.³⁰³

Os esforços internacionais e nacionais para processar criminalmente os responsáveis pelos abusos que muitas vezes levam à fuga em massa podem fazer parte de medidas mais amplas de justiça transicional em países que

emergem de períodos de conflito ou repressão grave. Isso pode incluir esforços para estabelecer instituições responsáveis, garantir o acesso à justiça, sustentar a paz e promover a reconciliação, como por meio de comissões de verdade e reconciliação.³⁰⁴

Tribunais Militares Internacionais

*“Os erros que procuramos condenar e punir foram tão calculados, tão malignos e tão devastadores, que a civilização não pode tolerar que sejam ignorados, porque não pode sobreviver à sua repetição.”*³⁰⁵

Estas foram as palavras de Robert H. Jackson, procurador-chefe dos Estados Unidos no Tribunal Militar Internacional (TMI) em Nuremberg. Foi estabelecido pelos Aliados em dezembro de 1945 para processar criminalmente os líderes do regime nazista.³⁰⁶ Uma entidade semelhante foi criada vários meses depois em Tóquio, para o julgamento de militares japoneses e outros líderes: o Tribunal Militar Internacional para o Extremo Oriente (IMTFE, na sigla em inglês).³⁰⁷

Embora o tipo de injustiça a que Jackson se referiu fosse repetido, esses tribunais internacionais marcaram um poderoso ponto de virada no direito internacional: responsabilizar líderes e outros funcionários especificamente por causar danos flagrantes e generalizados. Eles forneceram um registro detalhado das atrocidades cometidas pelas potências do Eixo, bem como reconhecimento e retribuição aos sobreviventes. Significativamente, eles reconheceram os crimes internacionais que coletivamente viriam a ser conhecidos como “crimes de atrocidades” — crimes de guerra, crimes contra a paz e crimes contra a humanidade.³⁰⁸

As Cartas que estabelecem os tribunais definem crimes contra a paz como o planejamento, preparação, iniciação ou travamento de guerra em violação de tratados, acordos ou garantias internacionais. Os crimes de guerra são violações das leis ou costumes da guerra. Crimes contra a humanidade incluem assassinato, extermínio, escravidão, deportação, atos desumanos contra a população civil antes ou durante a guerra e/ou perseguição por motivos políticos, raciais ou religiosos.³⁰⁹

Em outubro de 1946, o Tribunal Militar Internacional condenou 19 réus e absolveu três.³¹⁰ O Tribunal Militar Internacional para o Extremo Oriente foi concluído em 1948 com 25 condenações.³¹¹ Os condenados por ambos os tribunais receberam sentenças que iam da morte à prisão de longa duração. Eles representavam líderes militares e membros proeminentes dos estabelecimentos políticos, diplomáticos e econômicos.³¹²

Na época em que os tribunais foram criados, a Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou uma resolução recomendando que os países tomassem todas as medidas necessárias para prender suspeitos de crimes de guerra e devolvê-los aos

países onde seus supostos crimes foram cometidos para serem processados.³¹³ E em 11 de dezembro de 1946, poucos meses após os veredictos de Nuremberg, a Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou uma resolução reconhecendo o *genocídio* como um crime internacional, definindo-o como a negação do direito de existência de todo um grupo.³¹⁴ Exortou o Conselho Econômico e Social a redigir uma convenção para preveni-la e punir os responsáveis.

Quase dois anos depois, a Convenção sobre a Prevenção e Punição do Crime de Genocídio (Convenção do Genocídio) foi adotada por unanimidade pelos países membros das Nações Unidas. Confirmou que o genocídio, cometido em tempo de paz ou em tempo de guerra, é um crime de direito internacional que os países signatários se comprometem a prevenir e punir. Define o delito e obriga todos os signatários a promulgar legislação para implementar a Convenção e processar os perpetradores, sejam eles governantes constitucionais, funcionários ou indivíduos. Também prevê julgamentos por tribunais nacionais competentes do país onde o ato foi cometido, ou por um tribunal penal internacional.³¹⁵

No ano seguinte, outro conjunto de quatro tratados foi assinado em Genebra. Eles estabeleceram padrões de conduta *durante conflitos armados* e lançaram as bases para a investigação e julgamento daqueles que os violam. Conhecidas coletivamente como *Convenções de Genebra*, juntamente com seus Protocolos Adicionais, elas formam os principais componentes do Direito Internacional Humanitário. Graves violações deles constituem *crimes de guerra*.³¹⁶ Eles regem o tratamento de civis, pessoal médico e religioso, trabalhadores humanitários e tropas que não participam mais das hostilidades em tempos de guerra.³¹⁷

Os três primeiros dizem respeito ao tratamento de combatentes doentes ou feridos em campo ou no mar e de prisioneiros de guerra, respectivamente. A quarta abrange a proteção dos civis.³¹⁸ O Direito Internacional Humanitário também contém disposições específicas para a proteção de refugiados no território de uma parte em um conflito armado internacional.³¹⁹

Assim, vários anos após a conclusão da Segunda Guerra Mundial, os principais funcionários foram julgados e condenados por crimes de atrocidade, a Convenção do Genocídio foi aprovada, as Convenções de Genebra consolidaram tratados de direito internacional humanitário e a jurisprudência sobre crimes de guerra e crimes contra a humanidade foi desenvolvida. Além disso, a Declaração Universal dos Direitos Humanos foi ratificada em 1948, e a Convenção de 1951 estabeleceu um regime internacional de proteção aos refugiados.³²⁰

Foi um começo forte. Mas as esperanças de um tribunal internacional permanente dedicado ao julgamento de genocídio e outros crimes internacionais estavam longe de se concretizar.³²¹ Por várias décadas depois, nem uma única pessoa foi responsabilizada internacionalmente por crimes de guerra ou crimes contra a humanidade. Demorou até a década de 1990 para a próxima

resposta judicial internacional, após as atrocidades cometidas na ex-Iugoslávia³²² e em Ruanda. Desta vez foi por tribunais criminais internacionais criados sob os auspícios das Nações Unidas, e não tribunais militares dos vencedores sobre os vencidos.³²³

Tribunais criminais internacionais ad hoc

Tribunal Penal Internacional para a ex-Iugoslávia

O Tribunal Penal Internacional para a ex-Iugoslávia (TPIJ) foi criado por uma resolução do Conselho de Segurança em 1993 para processar crimes de guerra e especificamente: genocídio; crimes contra a humanidade; e violações de leis ou costumes de guerra, incluindo as Convenções de Genebra.³²⁴ Localizava-se em Haia, Holanda. Entre os acusados estava Slobodan Milošević, presidente da Sérvia, e o primeiro chefe de estado em exercício a ser indiciado em um processo internacional por crimes de guerra.³²⁵

Durante seus 24 anos de operação, o TPIJ indiciou 161 indivíduos, principalmente sérvios e sérvios bósnios, bem como croatas, muçulmanos bósnios e albaneses do Kosovo. Ele garantiu 90 condenações.³²⁶ Entre suas muitas descobertas estava que: o assassinato em massa de mais de 7 mil homens e meninos em Srebrenica foi um genocídio; o estupro foi usado como instrumento de terror; e perseguição maciça e “infernalis” foi infligida aos detidos nos campos no noroeste da Bósnia.³²⁷ As sentenças do tribunal aprofundaram a jurisprudência sobre genocídio, crimes de guerra e crimes contra a humanidade.

Tribunal Penal Internacional para Ruanda

Logo após a criação do ICTY, o Conselho de Segurança das Nações Unidas estabeleceu o Tribunal Penal Internacional para Ruanda (TPIR), encarregado de processar os responsáveis por genocídio e outras graves violações do direito internacional cometidas em Ruanda e países vizinhos em 1994.³²⁸ O Tribunal estava localizada em Arusha, Tanzânia, com escritórios em Kigali, Ruanda e sua câmara de apelação em Haia. Seu foco específico foi a morte de aproximadamente 800 mil a 1 milhão de pessoas, a maioria em um período de 100 dias em 1994.

O trabalho do TPIR se estendeu por 21 anos. Acusou 93 indivíduos, dos quais 62 foram condenados, incluindo militares de alto escalão e oficiais do governo, políticos e empresários, bem como milícias religiosas e líderes militares.³²⁹ Também promoveu a jurisprudência sobre genocídio, crimes contra a humanidade e crimes de guerra, e foi o primeiro tribunal internacional a condenar indivíduos pelo crime de genocídio, conforme estabelecido na Convenção de Genocídio de 1948. Também descobriu que o estupro era um meio de perpetrar o genocídio. Entre os outros precedentes estabelecidos estava que

membros da mídia poderiam ser processados e condenados por incitação a cometer genocídio.³³⁰

Os restantes casos dos tribunais da Jugoslávia e do Ruanda acabaram por ser transferidos para o Mecanismo Residual Internacional para Tribunais Criminais (IRMCT, na sigla em inglês). Criado pelo Conselho de Segurança em 2010, o IRMCT foi criado para assumir diversas funções dos antigos Tribunais, incluindo ouvir recursos e processar os restantes fugitivos da justiça.³³¹

Corte Criminal Internacional

A partir do fim da Segunda Guerra Mundial, os defensores pediram a criação de um tribunal penal internacional permanente. O caminho para sua realização, no entanto, foi longo. Em 1947, a Assembleia Geral das Nações Unidas solicitou que a Comissão de Direito Internacional (CDI)³³² escrevesse um *Projeto de Código de Ofensas Contra a Paz e a Segurança da Humanidade*. Paralelamente, a Assembleia Geral das Nações Unidas também estabeleceu um comitê para preparar um projeto de estatuto para um tribunal penal internacional. Em poucos anos, tanto um projeto de código quanto um projeto de estatuto foram submetidos à Assembleia Geral,³³³ mas não foram postos em prática, devido à falta de consenso político agravado pela Guerra Fria.³³⁴

Levaria várias décadas até que o progresso em direção a um tribunal penal internacional permanente ganhasse força. Em 1989, a Assembleia Geral solicitou à Comissão de Direito Internacional que elaborasse um estatuto para tal tribunal, que posteriormente apresentou em 1994.³³⁵ Em seguida, foi considerado por um Comitê Ad Hoc, seguido por um Comitê Preparatório, ambos estabelecidos pela Assembleia Geral.³³⁶

O Comitê Preparatório consultou amplamente dentro e fora do sistema das Nações Unidas. Entre os ativos no trabalho estava a Coalizão para o Tribunal Penal Internacional (CICC, na sigla em inglês), cujos membros incluíam organizações jurídicas de direitos humanos e justiça internacional de todo o mundo.³³⁷

O resultado desses esforços culminou no Estatuto de Roma sobre o Tribunal Penal Internacional (o Estatuto de Roma), adotado por 120 países em 1998.³³⁸ O tratado entrou em vigor em 2002. Atualmente, 123 países fazem parte dele, incluindo a maioria dos países do África, Europa e América Latina. Três membros do Conselho de Segurança, China, Rússia e Estados Unidos, não fazem parte dela.³³⁹ Muitos países da Ásia e do Oriente Médio também não são signatários.

O Tribunal Penal Internacional é um tribunal permanente independente. Sua jurisdição se estende a crimes cometidos após 2002 e crimes de guerra, crimes contra a humanidade e genocídio. Também pode processar aqueles que

interferem na administração da justiça, por exemplo, prestando falso testemunho, adulterando uma testemunha ou interferindo indevidamente nas funções dos funcionários do Tribunal.³⁴⁰

O Tribunal Penal Internacional só pode exercer jurisdição quando os sistemas jurídicos nacionais não o fizerem, inclusive quando pretendem agir, mas não realizam genuinamente procedimentos. Isso é conhecido como o princípio da complementaridade. A justificativa é respeitar a jurisdição primária dos países e servir aos interesses de eficiência e eficácia, uma vez que os países geralmente estão em melhor posição para acessar evidências e testemunhas.³⁴¹

O genocídio é definido no Estatuto de Roma como na Convenção do Genocídio. Inclui atos cometidos *com a intenção de destruir*, no todo ou em parte, um grupo nacional, étnico, racial ou religioso. Para apurar o crime, deve-se provar que o perpetrador pretendia destruir o grupo no todo ou em parte.³⁴²

O Estatuto de Roma também fornece uma definição detalhada e precisa de crimes contra a humanidade, crimes de guerra e crimes de agressão.

Crimes contra a humanidade são aqueles “cometidos como parte de um *ataque generalizado ou sistemático* dirigido contra qualquer população civil” e executados como parte de um país ou plano organizacional ou política. Eles incluem assassinato, extermínio, escravização, deportação e transferência forçada, tortura, violência sexual grave, perseguição, apartheid, desaparecimento forçado e “outros atos desumanos de caráter semelhante que causem intencionalmente grande sofrimento ou lesões graves ao corpo ou à saúde mental ou física.”³⁴³ Os perpetradores não precisam ter conhecimento “de todas as características do ataque ou dos detalhes precisos do plano ou política”. A intenção é satisfeita “se o perpetrador pretendia promover tal ataque”.³⁴⁴

Crimes de guerra previstos no Estatuto de Roma incluem graves violações das Convenções de Genebra e outras graves violações do direito internacional aplicáveis em conflitos armados internacionais. Eles incluem o assassinato de civis, tortura, tratamento desumano, causar intencionalmente grande sofrimento ou ferimentos graves ao corpo ou à saúde. Também está incluída a destruição militarmente desnecessária e arbitrária de propriedade. Outras ações que podem ser tão graves a ponto de constituir crimes de guerra incluem o recrutamento forçado de prisioneiros de guerra ou civis para as forças hostis, a negação de um julgamento justo, deportação ou transferência ilegal, confinamento ilegal ou tomada de reféns.³⁴⁵

O *crime de agressão* refere-se ao planejamento, preparação, iniciação ou execução de um ato de agressão que, por seu caráter, gravidade e escala, constitua uma violação manifesta da Carta das Nações Unidas. A culpabilidade estende-se a qualquer pessoa em posição de exercer o controle ou dirigir a ação política ou militar de um país. Inclui atos das forças armadas de um país contra o território de outro, como ocupação militar, bombardeio, bloqueio de portos

ou costas, ataques por terra, mar ou ar, e o uso de grupos armados para realizar atos graves contra outro Estado.³⁴⁶

A jurisdição do Tribunal Penal Internacional está limitada às situações em que o suposto autor seja nacional de um Estado Parte ou em que o crime tenha sido cometido no território de um Estado Parte. As únicas exceções a esses dois critérios são se o Conselho de Segurança encaminhar o caso ao Tribunal, ou o signatário não estatal relevante consentir a jurisdição do Tribunal.³⁴⁷ Destaca-se a decisão do Tribunal de 2019, que sua competência pode se estender a situações que envolvam um Estado não parte no Tribunal, se pelo menos parte da conduta criminosa ocorrer dentro do território de um Estado Parte.³⁴⁸

Esta decisão foi em relação ao pedido do Procurador para autorizar uma investigação sobre as deportações, atos de perseguição e outros atos desumanos cometidos contra a população Rohingya de Mianmar (não Estado Parte), que precipitou a fuga de cerca de 700 mil refugiados Rohingya para Bangladesh (Estado Parte) desde 2016. A decisão é importante, pois o raciocínio pode ser aplicado em outras situações de deslocamento forçado significativo, desde que um dos países receptores seja signatário do Estatuto de Roma.³⁴⁹

O Tribunal Penal Internacional também tem o poder de emitir reparações às vítimas, incluindo compensação monetária, devolução de propriedade, reabilitação ou medidas simbólicas, como desculpas ou memoriais. Um Fundo Fiduciário para Vítimas foi estabelecido para angariar os fundos necessários para cumprir uma ordem de reparação se a pessoa condenada não tiver recursos suficientes para fazê-lo.³⁵⁰

Desde que foi criado em 2002, o Tribunal denunciou 46 indivíduos, dos quais 10 foram condenados.³⁵¹ Cinco pessoas foram condenadas por crimes de administração de justiça, como adulteração de testemunhas.³⁵² Dos cinco condenados por crimes de atrocidade, três envolvem líderes de grupos armados na República Democrática do Congo. Thomas Lubanga foi condenado pelo Tribunal em 2012 pelos crimes de guerra de alistar e recrutar crianças com menos de 15 anos e condenado a 14 anos de prisão.³⁵³ Em 2014, Germain Katanga foi considerado culpado de assassinato, ataque a uma população civil, destruição de propriedade e pilhagem, e condenado a 12 anos de prisão.³⁵⁴ Cinco anos depois, o Tribunal considerou Bosco Ntaganda culpado de 18 crimes de guerra e crimes contra a humanidade e condenou-o a 30 anos de prisão.³⁵⁵

O quarto criminoso de guerra condenado é Ahmed Al-Mahdi, um membro da milícia tuaregue que se declarou culpado de destruir monumentos históricos e religiosos em Timbuktu, Mali. Ele recebeu uma sentença de nove anos de prisão.³⁵⁶ E, em 2021, Dominic Ongwen, comandante do Exército de Resistência do Senhor (LRA) foi considerado culpado de crimes contra a humanidade e crimes de guerra, cometidos no norte de Uganda entre 1 de julho

de 2002 e 31 de dezembro de 2005. Ele foi condenado a 25 anos de prisão.³⁵⁷

Em outubro de 2021, o Tribunal Penal Interno realizava 15 investigações, 10 das quais na África. Quase todas estão as situações que envolveram deslocamentos forçados em massa.³⁵⁸ Havia três julgamentos em andamento e um recurso em andamento.³⁵⁹ Treze acusados continuam foragidos e seus julgamentos pendentes.³⁶⁰

O Tribunal tem enfrentado críticas ao longo dos anos, incluindo o fato de ter sido parcial na seleção de situações a serem investigadas e casos a serem investigados.³⁶¹ As situações em África têm sido, em grande parte, o foco da atenção do Tribunal. Mais casos foram apresentados contra líderes rebeldes do que funcionários do governo e comandantes de tropas do governo. Exceções notáveis incluem as acusações de 2009 e 2011 do ex-presidente do Sudão, Omar Al-Bashir, e do então vice-primeiro-ministro queniano Uhuru Kenyatta, respectivamente.

As frustrações dos líderes africanos com o Tribunal levaram a Cimeira da União Africana de 2015 a aprovar a conclusão de que os chefes de estado em serviço não devem ser julgados. Esta é uma das razões pelas quais Omar Al-Bashir permaneceu foragido após o mandado de prisão.³⁶² Kenyatta, no entanto, se entregou ao Tribunal e negou as acusações, que acabaram sendo retiradas em meio a dificuldades na obtenção de provas devido à falta de cooperação das testemunhas e preocupações de adulteração de testemunhas.³⁶³

A decepção com a Corte tem sido ampla, chegando até mesmo dentro da própria Corte e seus apoiadores mais fortes. Como observou um comentarista em 2012, o Tribunal Penal Internacional é um Tribunal de “aspirações não realizadas”.³⁶⁴ Demorou sete anos para começar seu primeiro teste e consistentemente falhou em cumprir suas próprias metas estratégicas. A insatisfação com o pequeno número de condenações, os processos morosos e a falta de cooperação de alguns países levaram o Presidente do Tribunal, em 2019, a solicitar uma revisão independente.

Os Estados Partes do Estatuto de Roma mandataram um grupo de nove especialistas independentes para realizar a revisão.³⁶⁵ Em setembro de 2020, eles emitiram seu relatório final: cerca de 350 páginas de conclusões e recomendações detalhadas.³⁶⁶

Ao enfatizar o compromisso da maioria do pessoal do Tribunal e o importante papel do Tribunal, os peritos constataram graves falhas na cultura de trabalho e observaram que processos burocráticos complicados, falta de planejamento estratégico e atrasos nas decisões contribuíram para ineficiências. Os especialistas priorizaram suas recomendações e, desde então, os Estados Partes criaram um mecanismo de acompanhamento.³⁶⁷ O trabalho está em andamento. A relevância do Tribunal Penal Internacional dependerá, sem dúvida, de quão bem e quão rápido ele avançar na implementação.

Outros tribunais internacionais

Tribunal Especial para Serra Leoa

Na época da criação do Tribunal Penal Internacional, outro tribunal penal internacional *ad hoc* foi criado em um contexto de deslocamento forçado. O Tribunal Especial para Serra Leoa foi estabelecido em 2002, após a conclusão da guerra civil de 11 anos na qual dezenas de milhares foram mortos e mais de 1 milhão foram deslocados à força no auge da crise.³⁶⁸ Atrocidades generalizadas foram cometidas, incluindo assassinato em massa, mutilação, estupro,



O julgamento de Charles Taylor por crimes de guerra e crimes contra a humanidade é televisionado de Haia em 2012. O ex-presidente da Libéria foi considerado culpado de todas as 11 acusações e condenado a 50 anos de prisão. © Lee Karen Stow/Alamy

casamento forçado, escravidão sexual e recrutamento forçado extenso e brutal de crianças.³⁶⁹

O Tribunal foi estabelecido por um acordo de tratado entre as Nações Unidas e o Governo de Serra Leoa e endossado pelo Conselho de Segurança.³⁷⁰ Incluiu juízes e procuradores da Serra Leoa e da comunidade internacional. Ao contrário dos tribunais penais internacionais para a ex-Iugoslávia e Ruanda, que foram financiados pelas Nações Unidas, o Tribunal Especial para Serra Leoa contou com contribuições voluntárias. Sua jurisdição limitava-se a processar aqueles “que têm a maior responsabilidade” por crimes de guerra, crimes contra a humanidade ou graves violações do direito internacional humanitário ou do direito de Serra Leoa.³⁷¹ Estava sediada na capital do país, Freetown.

Em seus 11 anos de operação, 10 pessoas foram julgadas por crimes de atrocidade e todas foram condenadas, com exceção de uma que morreu antes do fim do processo.³⁷² A última sentença foi proferida em 2013 pela Câmara

de Apelações, mantendo a condenação do ex-presidente da Libéria, Charles Taylor, cujas forças estavam envolvidas na guerra.

Ele foi o primeiro chefe de estado em exercício a ser condenado por crimes de guerra por um tribunal internacional desde os julgamentos de Nuremberg.³⁷³ O Tribunal Especial para Serra Leoa estabeleceu uma série de outros precedentes. Descobriu que o casamento forçado era um crime de guerra, os ataques contra as forças de paz das Nações Unidas eram crimes de guerra e os crimes contra a humanidade incluíam o recrutamento, o alistamento e o uso de crianças-soldados.³⁷⁴

A Câmara de Crimes de Guerra na Bósnia e Herzegovina

O Acordo Geral para a Paz na Bósnia e Herzegovina de 1995, também conhecido como Acordos de Dayton, previa um Alto Representante internacional para supervisionar a implementação civil do acordo. O Alto Representante mantém amplos poderes, inclusive para promulgar leis.³⁷⁵

Em 2000, o Alto Representante promulgou uma proclamação para a criação do Tribunal da Bósnia-Herzegovina, que foi posteriormente estabelecido através de uma Lei do Parlamento em 2002. A Câmara de Crimes de Guerra faz parte do Tribunal. É responsável por processar pessoas responsáveis por graves violações do direito internacional humanitário cometidas na ex-Iugoslávia desde 1991, incluindo genocídio, crimes contra a humanidade, crimes de guerra e violações das leis e práticas de guerra.³⁷⁶ Começou seu trabalho em 2005, e juízes e funcionários internacionais fizeram parte da Corte como um meio transitório para fortalecer a capacidade nacional.

Entre 2005 e 2020, a Câmara concluiu mais de 240 processos e condenou 269 indivíduos que receberam diversas penas, sendo 12 anos de reclusão a média de tempo de reclusão imposta.³⁷⁷ As questões de capacidade levaram a algumas dificuldades, inclusive no planejamento estratégico, o que significou que muitos casos foram investigados, mas os mais importantes não foram priorizados.

Ocorreram atrasos devido a erros processuais que tiveram de ser corrigidos antes que as acusações pudessem prosseguir. Essas são algumas das razões pelas quais a Câmara está atrasada no cumprimento de sua meta de conclusão de processos para 2023.³⁷⁸ Os observadores notaram que, apesar de algumas deficiências, a justiça tem sido amplamente observada no processo judicial e nas decisões emitidas.³⁷⁹

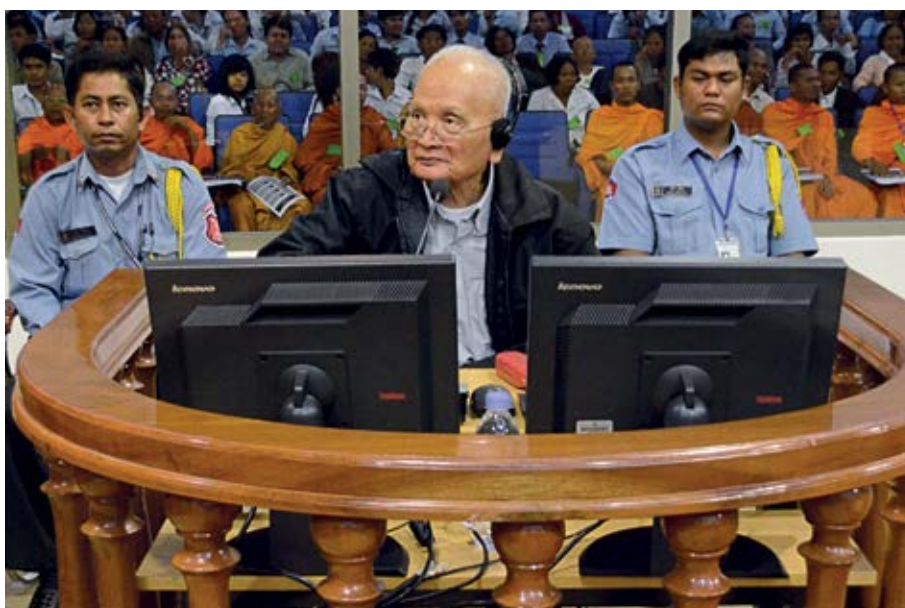
Ministério Público Nacional

Houve processos significativos de crimes de atrocidade em tribunais nacionais. Os exemplos a seguir referem-se a situações em que os atos criminosos também

foram responsáveis por deslocamentos forçados significativos. Eles ilustram as dificuldades frequentemente encontradas para garantir procedimentos oportunos, justos e independentes.

Camboja

A justiça foi adiada para as vítimas do genocídio cambojano cometido durante o regime do Khmer Vermelho entre 1975 e 1979. Foi somente em 2001 que a Assembleia Nacional do Camboja criou as Câmaras Extraordinárias nos



*Nuon Chea
durante a
audiência da
Câmara de
Julgamento no
Caso 002.
Apostila ECCC/
Nhet Sok Heng/
Wikimedia
Commons*

Tribunais do Camboja (ECCC, na sigla em inglês) para processar os líderes seniores e os mais responsáveis por graves violações do direito nacional e internacional durante o período do Khmer Vermelho.³⁸⁰

Durante os quatro anos em que o Khmer Vermelho esteve no poder sob Pol Pot, estima-se que 1,5 a 2 milhões de pessoas morreram de fome, tortura, execuções e trabalhos forçados.³⁸¹ Mais de 2 milhões foram deslocados à força dentro do país e cerca de 200 mil fugiram para países vizinhos.³⁸² Após sua queda do poder, o Khmer Vermelho continuou uma insurgência que durou até o final da década de 1990.

A lei cambojana que estabelece as Câmaras Extraordinárias previa pessoal nacional e internacional e foi apoiada pelas Nações Unidas por meio de um acordo especial.³⁸³ Devido ao apoio recebido das Nações Unidas e ao fato de envolver uma mistura de juízes e promotores internacionais, as Câmaras às vezes são caracterizadas como um tribunal internacional “híbrido”. Mas, desde que foi criado e pode ser dissolvido pela lei do Camboja, é um tribunal nacional.³⁸⁴

As Câmaras Extraordinárias nos Tribunais do Camboja começaram a trabalhar em 2006. O Tribunal indiciou nove indivíduos e, em meados de 2021, condenou três. Em 2010, Kaing Guek Eav foi considerado culpado de crimes contra a humanidade e crimes de guerra por suas ações enquanto liderava um ramo especial da segurança do Khmer Vermelho e da prisão operacional. Em 2014, dois outros altos funcionários, Khieu Samphan e Nuon Chea, foram considerados culpados de crimes contra a humanidade.

Khieu Samphan era um alto funcionário do Khmer Vermelho que eventualmente sucedeu Pol Pot como presidente do Presidium do Estado. Nuon Chea era o principal ideólogo do partido, vice-secretário do partido e presidente da Assembleia Nacional. Em 2018, os dois homens também foram condenados por genocídio. Entre os atos que fundamentaram suas condenações estão o deslocamento forçado de mais de 2 milhões de pessoas, desaparecimentos forçados e ataques à dignidade humana.³⁸⁵

Entre os outros casos perante as Câmaras Extraordinárias, um acusado morreu durante o processo. Um caso foi arquivado por causa da saúde mental do acusado.³⁸⁶ A acusação de quatro outros não foi além da fase de prejulgamento devido a divergências entre os juízes cambojanos e internacionais sobre se os casos deveriam ir a julgamento.³⁸⁷ Em agosto de 2020, um dos processos foi encerrado por falta de acusação executória.³⁸⁸ O impasse de uma década foi atribuído à pressão política sobre os juízes cambojanos.³⁸⁹

As Câmaras Extraordinárias nos Tribunais do Camboja são consideradas como tendo resultados mistos. Positivamente, ele forneceu um grau de responsabilidade e justiça pelas atrocidades cometidas sob o Khmer Vermelho e forneceu às vítimas direitos de participação mais fortes do que tribunais e tribunais comparáveis. Mas sua reputação foi manchada em meio a relatos de pressão política, suposta corrupção de alguns funcionários do tribunal e falha em aderir sistematicamente ao devido processo legal.³⁹⁰ Além disso, embora tenha fornecido uma medida maior de participação das vítimas, a prática tem sido desigual.³⁹¹ E, porque o governo demorou tanto para perseguir processos, muitos perpetradores viveram livremente por anos, e alguns morreram ou estavam muito enfermos para serem julgados.

Bangladesh

A acusação de crimes de atrocidade em Bangladesh também recebeu reações mistas. Um ano após a criação de Bangladesh em 1972, foi aprovada legislação para processar e punir pessoas “responsáveis por cometer genocídio, crimes contra a humanidade, crimes de guerra e outros crimes sob o direito internacional”.³⁹² No entanto, os esforços imediatos do pós-guerra para responsabilizar os perpetradores foram rapidamente abandonados e foi somente em 2010 que o Tribunal Internacional de Crimes de Bangladesh foi estabelecido, com

base em uma versão revisada da lei de 1973.³⁹³ Tribunais especiais foram constituídos e denunciados, inclusive de líderes do Jamaat-e-Islami, acusados de genocídio e outros crimes internacionais decorrentes dos eventos de 1971.³⁹⁴

Em 2020, vários haviam sido condenados e receberam sentenças que variavam de morte a prisão perpétua.³⁹⁵ Embora a criação do tribunal nacional tenha sido vista positivamente,³⁹⁶ juristas e grupos de direitos humanos registraram preocupação com os procedimentos. Alguns observaram que a Constituição de Bangladesh foi interpretada para negar proteções constitucionais aos detidos ou acusados de crimes internacionais. Além disso, as disposições da legislação de habilitação do Tribunal Internacional de Crimes são vistas como prejudicando os direitos do acusado e a independência e justiça do processo.³⁹⁷

Guatemala

Na Guatemala, o processo por graves abusos de direitos humanos durante a guerra civil do país entre os anos 1960 e 1990 também foi adiado. Somente em 2012 foi preso José Efraín Ríos Montt, ex-presidente da Guatemala e alto funcionário anterior das Forças Armadas. Montt foi acusado de genocídio contra comunidades indígenas Ixil e crimes contra a humanidade cometidos durante a guerra civil de 36 anos de 1960 a 1996.

Como membro do Congresso até 2012, ele estava protegido por imunidade legislativa. Em 2013, ele foi considerado culpado de genocídio e crimes contra a humanidade. Apenas alguns dias depois, a condenação foi anulada pelo Tribunal Constitucional da Guatemala sob a alegação de que lhe foi negado um julgamento justo. Ele morreu em 2018 antes de seu novo julgamento ser concluído.³⁹⁸

Chade

Chad levou muito tempo para processar altos funcionários por crimes de atrocidade, que ocorreram durante a presidência de oito anos de Hissène Habré, entre 1982 e 1990. Após sua expulsão por Idriss Déby em 1990, Habré fugiu para o Senegal. Chad não procurou extraditá-lo. Também esperou muitos anos antes de processar membros de seu regime.

Somente em 2013, após quase 25 anos de defesa das vítimas, os mandados de prisão foram emitidos contra seus ex-funcionários.³⁹⁹ Em 2015, um tribunal criminal chadiano condenou 21 homens por crimes graves, incluindo crimes contra a humanidade. Sete deles receberam prisão perpétua. Entre eles estavam Saleh Younous, ex-diretor da polícia política, e Mahamat Djibrine, chefe de polícia acusado de detenção ilegal, tortura e “atos de barbárie”.⁴⁰⁰

Alguns dos casos acima revelam como a relutância política pode significar que os perpetradores não são processados em seus tribunais nacionais. Isso pode ser motivado por uma intenção de deixar o passado para trás e seguir em

frente e/ou não trazer à luz evidências que possam implicar os atuais titulares de cargos.

Existem outras razões que impedem os tribunais nacionais de julgar casos de crimes internacionais. As acusações são muitas vezes complexas, exigindo coleta detalhada de evidências e várias camadas de processamento, exigindo um nível de recursos e infraestrutura judicial que muitos países não possuem. Portanto, mesmo que um país esteja disposto a processar, pode não ter meios para fazê-lo.⁴⁰¹

Jurisdição Universal

O princípio da jurisdição universal se aplica aos delitos tão graves que os países possam processá-los de acordo com a legislação nacional, mesmo quando os crimes não forem cometidos em seu território ou por seus cidadãos.⁴⁰² Em 1961, Israel confiou na jurisdição universal para condenar Adolf Eichmann por crimes, incluindo crimes contra a humanidade e crimes de guerra.⁴⁰³ O status de Eichmann como alto oficial alemão do Terceiro Reich estabeleceu sua responsabilidade pela deportação forçada de judeus e outros detidos para campos de extermínio.

Augusto Pinochet foi o primeiro ex-chefe de Estado a ser indiciado por crimes contra a humanidade sob jurisdição universal. Em 1973, liderou o golpe militar que derrubou o governo democraticamente eleito de Salvador Allende. Sua ditadura durou até 1990 e é conhecida por sua brutal repressão a supostos esquerdistas, ativistas e oponentes políticos. Sabe-se que mais de 3 mil foram mortos ou desaparecidos durante seu regime, estima-se que cerca de 40 mil tenham sobrevivido à tortura e prisão política,⁴⁰⁴ e milhares de pessoas fugiram do país.⁴⁰⁵

Em 1998, Pinochet foi preso em Londres, sob um mandado de prisão internacional emitido pela Espanha. As acusações incluíam tortura e outros crimes internacionais. Pinochet lutou contra sua extradição para a Espanha, alegando que, como ex-chefe de Estado, estava imune a processo. Sua alegação foi rejeitada pela Câmara dos Lordes, então o mais alto tribunal de apelação⁴⁰⁶ sob o fundamento de que o Chile era parte da Convenção contra a Tortura (CAT) e o CAT é claro que nenhuma imunidade pode ser reivindicada pelo crime de tortura.⁴⁰⁷ Pinochet, portanto, poderia ser extraditado para a Espanha.⁴⁰⁸

No entanto, o ministro do Interior do Reino Unido decidiu não extraditar Pinochet alegando que ele estava com problemas de saúde. Pinochet foi devolvido ao Chile. Depois de várias decisões judiciais sobre sua capacidade de ser julgado, ele acabou sendo acusado criminalmente de acordo com a lei chilena, mas morreu antes do início do julgamento.⁴⁰⁹

Pinochet não foi responsabilizado por seus crimes. Mas a decisão da Câmara dos Lordes do Reino Unido de recusar-lhe imunidade e reconhecer a jurisdição

universal é considerada importante. A partir desse ponto, o uso da jurisdição universal começou a aumentar, apoiado por advocacia persistente e trabalho de caso por grupos de vítimas e defensores dos direitos humanos e jurídicos.

A acusação do Senegal contra Hissène Habré, o ex-presidente do Chade, é um exemplo. Embora o Chade não o tenha processado, o Senegal estava disposto a fazê-lo e, em 2014, aprovou um Estatuto das Câmaras Extraordinárias Africanas para processar genocídio, crimes contra a humanidade, crimes de guerra e tortura cometidos no Chade durante seu governo. Foi a primeira aplicação de jurisdição universal na África.⁴¹⁰ O Tribunal foi apoiado pela União Africana e tinha uma mistura de juízes senegaleses e internacionais.

As acusações contra Habré incluíam assassinatos seletivos de populações civis e suspeitos de opositores políticos, prisões em massa e uso sistemático de tortura pela segurança do país e forças armadas sob o comando de Habré. O Tribunal o considerou responsável pela escravidão sexual em massa e por ordenar a morte de 40 mil pessoas. Em 2016, ele foi condenado por crimes contra a humanidade e condenado à prisão perpétua.⁴¹¹ Ele foi o primeiro ex-chefe de Estado condenado sob jurisdição universal por crimes de atrocidade, tornando o caso de Habré uma condenação histórica.

A última década assistiu a um aumento nos casos de jurisdição universal, a maioria relativa a eventos fora de África.⁴¹² Entre 2008 e 2017, houve mais de 800 novos casos de jurisdição universal em todo o mundo, um aumento de 60% em relação à década anterior.⁴¹³ Vinte e nove processos de jurisdição universal foram concluídos entre 2010 e 2017, próximo ao mesmo número concluído nos 49 anos anteriores.⁴¹⁴

Em abril de 2021, as estimativas sugerem que 144 pessoas foram denunciadas sob investigação ou acusadas de um crime internacional grave em processos de jurisdição universal em todo o mundo. Trinta ensaios estavam em andamento em 18 países. Os casos envolveram crimes cometidos em 21 países da África, Ásia, América Latina e Oriente Médio.⁴¹⁵

Várias razões foram apresentadas para o aumento do número de casos de jurisdição universal. Uma é que os países aprovaram legislações internas reconhecendo crimes contra a humanidade, crimes de guerra e genocídio, e autorizando seus processos. De acordo com a Anistia Internacional, 147 países membros das Nações Unidas forneceram jurisdição universal sobre um ou mais dos crimes internacionais de genocídio, crimes de guerra, crimes contra a humanidade e tortura.⁴¹⁶

Vários países também estabeleceram unidades especiais dentro de suas instituições nacionais para a investigação e repressão de crimes internacionais.⁴¹⁷ Isso não apenas trouxe conhecimento especializado para a tarefa, mas também ajudou a garantir que os vínculos estejam em vigor com outras agências nacionais de aplicação da lei, imigração e inteligência do governo.⁴¹⁸

Os países ganharam experiência no exercício da jurisdição universal, o que ajudou a selecionar, investigar e conduzir processos de forma eficaz. O mesmo vale para organizações não governamentais e defensores jurídicos que têm sido fundamentais na documentação e na defesa do julgamento de crimes internacionais. Eles fornecem assistência jurídica às vítimas, apoio a litígios e treinamento em coleta de evidências e fortalecimento da capacidade local.⁴¹⁹

A tecnologia também ajudou. Facilitou a coleta de provas, principalmente quando realizada longe do país acusador, e reduziu os custos. O uso generalizado e o compartilhamento de materiais de áudio e vídeo ajudaram a documentar crimes de atrocidade e fornecer evidências. As plataformas de compartilhamento estão disponíveis para governos e organizações não governamentais. Acredita-se que a publicação de evidências de graves violações de direitos humanos contribua para aumentar o apoio público e a demanda por prestação de contas.⁴²⁰

As próprias pessoas deslocadas à força têm desempenhado um papel importante no uso crescente da jurisdição universal. O aumento de casos na última década coincidiu com o aumento das chegadas de refugiados da Síria e do Iraque na Europa Ocidental, onde a maioria dos casos de jurisdição universal foi apresentada.⁴²¹ Em alguns casos, indivíduos que pediram asilo foram investigados por crimes internacionais graves.⁴²² Por vezes, requerentes de asilo e refugiados denunciaram às autoridades pessoas suspeitas de crimes graves.

Apuração Independente de Fatos

A recolha de provas para apoiar os processos é geralmente muito difícil e demorada. Geralmente envolve a coleta de evidências em áreas remotas e inseguras, localização e proteção de testemunhas e rastreamento de suspeitos. Cada etapa é longa e complexa, e o processo pode ser caro, especialmente devido à distância entre o local dos supostos crimes e o país de acusação.⁴²³ Processos judiciais bem-sucedidos geralmente são conquistados com dificuldade, devido a esses desafios.⁴²⁴ Em reconhecimento, vários mecanismos das Nações Unidas têm sido cada vez mais utilizados para investigar possíveis crimes de atrocidade.

Em 2016, a Assembleia Geral criou o Mecanismo Internacional, Imparcial e Independente sobre a Síria (IIIM, na sigla em inglês).⁴²⁵ Foi patrocinado por mais de 50 países supostamente frustrados pelo impasse no Conselho de Segurança em relação ao conflito na Síria. O mandato do Mecanismo é auxiliar na investigação e julgamento dos responsáveis pelos crimes mais graves de direito internacional cometidos na Síria desde março de 2011. Ele coleta, consolida, analisa e preserva provas para facilitar processos criminais independentes em âmbito nacional, regional ou tribunais internacionais.⁴²⁶ Em seu relatório anual à Assembleia Geral em 2021, o Mecanismo observou que

recebeu cerca de 100 solicitações de assistência de 11 jurisdições e apoiou 36 investigações domésticas.⁴²⁷

Paralelamente, o Conselho de Direitos Humanos (CDH) também determina missões de apuração de fatos, comissões de inquérito e investigações independentes sobre graves abusos de direitos humanos e crimes relacionados, com o objetivo de evitar a impunidade e garantir a responsabilização.⁴²⁸ Desde 2015, isso inclui investigações e apuração de fatos em situações na Bielorrússia, Burundi, República Democrática do Congo, Bacia do Lago Chade, Líbia, Mianmar, Palestina/Israel, Sudão do Sul, Síria, Venezuela e Iêmen.⁴²⁹

Em 2018, o CDH mostrou-se disposto a vincular as investigações diretamente aos processos judiciais. Surgiu ao estabelecer o Mecanismo de Investigação Independente para Mianmar. Seu mandato prevê a coleta de provas dos crimes internacionais mais graves e violações do direito internacional e preparação de arquivos para processo criminal.⁴³⁰

O Conselho de Segurança também tem autoridade para ordenar investigações sobre crimes internacionais graves. Tem usado com moderação. O Escritório do Alto Comissariado para os Direitos Humanos documenta apenas cinco dessas autorizações do Conselho de Segurança desde 1963, quatro das quais anteriores a 2000.

No entanto, em 2017, a unanimidade foi alcançada em relação a um pedido do Iraque para a assistência das Nações Unidas para responsabilizar o Estado Islâmico no Iraque e no Levante (ISIL) por atrocidades cometidas quando estava no controle de grandes partes do Iraque (2014–2017). O Conselho estabeleceu a UNITAD, a Equipe de Investigação para Promover a Responsabilização por Crimes Cometidos pelo Da'esh/Estado Islâmico no Iraque e no Levante. É mandatado para trabalhar com as autoridades iraquianas e outras partes interessadas na *recolha, preservação e armazenamento de provas* no Iraque de atos que possam constituir crimes de guerra, crimes contra a humanidade e genocídio.⁴³¹

Em seu Relatório Anual de 2021 ao Conselho de Segurança, Karim AA Khan, o Conselheiro Especial que então liderou o trabalho da Equipe de Investigação, informou que havia identificado cerca de 1.500 potenciais perpetradores do ISIL de ataques contra Yazidis. Concluiu investigações básicas sobre dois dos ataques mais proeminentes priorizados em seu mandato.⁴³² Confirmou o repetido uso de armas químicas pelo EIIL contra populações civis. Khan também relatou avanços na coleta de evidências, incluindo inovações em plataformas digitais, inteligência artificial e análise de dados. A capacitação contínua das autoridades iraquianas para coletar, armazenar e preservar provas e estabelecer uma estrutura legislativa para futuros processos estava em andamento.⁴³³

A UNITAD também trabalha em estreita colaboração com os sobreviventes

e, em 2021, apoiou a devolução dos restos mortais dos mortos pelo ISIL e enterrados nas valas comuns de Kocho. Nadia Mourad, ganhadora do Prêmio Nobel e sobrevivente yazidi da escravidão sexual sob o Estado Islâmico, falou ao Conselho de Segurança sobre o profundo significado que o evento teve em sua comunidade como parte do trabalho para levar adiante a responsabilização do Estado Islâmico.

Ela lembrou ao Conselho que 200 mil yazidis permanecem em campos de deslocados, a poucas horas de suas casas “esperando por justiça e restauração”, enquanto 2.800 mulheres e crianças ainda são cativas do ISIL.⁴³⁴ Ela instou o Conselho a criar um tribunal internacional especial ou encaminhar a situação ao Tribunal Penal Internacional para o julgamento do ISIL. Para fazer menos, ela alertou, nega a justiça de centenas de milhares de yazidis e convida futuros grupos a cometer tais crimes.⁴³⁵

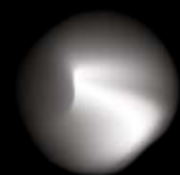
Os esforços internacionais em curso para fortalecer as capacidades de acusação das instituições nacionais e regionais também podem ajudar a aumentar a responsabilização por crimes internacionais.⁴³⁶ Eles não apenas poderiam expandir o número de fóruns nos quais a responsabilização pode ser exercida e permitir que os procedimentos ocorram mais perto das comunidades afetadas e em idiomas mais acessíveis a elas. Eles podem ajudar a fornecer imparcialidade real e percebida na adjudicação de casos que geralmente são altamente politizados.⁴³⁷

São inúmeros os depoimentos daqueles que sobreviveram a crimes de atrocidade sobre a importância da persecução criminal de seus perpetradores. Em seu depoimento perante as Câmaras Extraordinárias Africanas no Senegal, Souleymane Guengueng descreveu sua prisão, os gritos de outros detentos sendo torturados e o desaparecimento e morte de outros prisioneiros.

Ele também falou da promessa que fez a si mesmo durante aquele período sombrio que estava sendo realizado no tribunal em que agora estava sentado:

“Das profundezas da minha alma, das profundezas daquela loucura, fiz um juramento diante de Deus de que, se saísse vivo, lutaria por justiça.”

Ele lutou, e não devemos fazer menos.



CONCLUSÃO

Refletindo
sobre o passado
e olhando
para o futuro



Refletindo sobre o passado e olhando para o futuro

*Página anterior:
alguns dos
milhares de
refugiados
rohingyas que
cruzaram a
fronteira de
Mianmar para
Bangladesh em
2017.
© ACNUR/Roger
Arnold*

A história de resposta ao deslocamento forçado tem uma trajetória geral positiva, mas sempre desigual.

Desde os primeiros períodos da civilização, as pessoas forçadas a fugir encontraram proteção e até soluções de longo prazo para sua situação de outras pessoas. Embora essas respostas fossem tipicamente *ad hoc* e localizadas, elas refletiam valores mais amplos de segurança, solidariedade e autoconfiança. A Convenção de 1951 relativa ao Estatuto dos Refugiados e seu Protocolo de 1967 deram-lhes alcance global.

Em seus 70 anos, a Convenção de 1951 tem sido fundamental para os esforços bem-sucedidos para melhorar a vida de algumas das pessoas mais vulneráveis do mundo. Milhões de refugiados foram protegidos e encontraram soluções para seu deslocamento. A Convenção também ajudou a inspirar respostas de proteção internacional para pessoas deslocadas internamente, bem como para aquelas deslocadas devido aos efeitos adversos das mudanças climáticas e desastres.

Mas a história também revela com que frequência as respostas nacionais e internacionais falharam. Este livro mostra como esse padrão persiste. Soluções duradouras permaneceram inalcançáveis para milhões de pessoas forçadas a

fugir. A ausência de condições que possibilitem o retorno seguro e sustentável tem contribuído para aumentar o deslocamento prolongado. O reassentamento só foi fornecido a uma pequena proporção de refugiados. E as pessoas deslocadas à força muitas vezes enfrentam obstáculos significativos à integração local sustentável.

Os países que abrigam a grande maioria das pessoas deslocadas à força ficaram sem apoio suficiente para lidar com o impacto do conflito e do deslocamento forçado em suas instituições, infraestrutura e economias. E muito poucos esforços foram feitos para fortalecer o capital humano em deslocamento — as habilidades, conhecimentos e experiência que permitem aos indivíduos realizar seu potencial como membros produtivos da sociedade. Isso deixou muitas pessoas deslocadas à força incapazes de superar as vulnerabilidades iniciais de seu deslocamento.

Perda de bens, saúde precária e trauma persistem quando as restrições deixam as pessoas incapazes de se movimentar livremente e elas não têm acesso à educação, serviços de saúde e emprego. Muitos são incapazes de sustentar a si mesmos, de se preparar ou mesmo de esperar por um futuro melhor. Nas palavras de uma mãe refugiada síria, questionada sobre o que mantém sua família em suas circunstâncias muito diminuídas, “vivemos por falta de morte”.¹

Suas palavras vieram quando suas chances de retornar à Síria diminuíram, suas economias se esgotaram, seus filhos permaneceram fora da escola e sua família foi impedida de trabalhar legalmente. É um cenário replicado milhões de vezes. É algo que o Pacto Global sobre Refugiados de 2018 busca remediar, com políticas projetadas para aliviar as pressões sobre os países de acolhida e promover novos caminhos para uma vida digna e soluções para o deslocamento.

Esta abordagem há muito esperada é tão significativa quanto os desafios que pretende enfrentar. Reconhece que apoiar os países anfitriões e ajudar as pessoas deslocadas à força é um imperativo de desenvolvimento, bem como uma preocupação humanitária.

O apelo por desenvolvimento integrado e respostas humanitárias ao deslocamento forçado tem muitas décadas. Mas os esforços de desenvolvimento anteriores não criaram raízes. Estas não foram generalizadas nem suficientes nas situações específicas a que foram aplicadas. Muito mais apoio ao desenvolvimento era, e continua sendo, necessário para ajudar os governos dos países de acolhida a lidar com os desafios de receber um grande número de pessoas deslocadas à força. Somente na última década, o número global de pessoas deslocadas à força mais do que dobrou para mais de 82 milhões. Mais de 90% estão em países de renda média e baixa. A pressão sobre o financiamento humanitário limitado aumentou.

O aumento da chegada de refugiados à Europa em 2015 foi um catalisador para a mudança. Expôs o fato de que o financiamento humanitário era

insuficiente para combater o aprofundamento da pobreza em contextos prolongados de deslocamento forçado. E deu maior visibilidade à realidade de que a maioria das populações deslocadas à força do mundo fugiu e reside em países profundamente afetados pela fragilidade, conflito e violência, com capacidades limitadas de resposta.² Os impactos das mudanças climáticas e da pandemia de Covid-19 também aumentaram a necessidade premente de respostas mais eficazes e sustentáveis.

As abordagens de desenvolvimento se expandiram em contextos de deslocamento forçado e buscam apoiar os países de acolhida e as populações deslocadas com base em uma visão compartilhada de desenvolvimento inclusivo. Eles fornecem apoio aos países e comunidades de acolhida para enfrentar os desafios envolvidos no recebimento de um grande número de pessoas deslocadas à força e aproveitar as oportunidades econômicas que esses movimentos oferecem. As abordagens de desenvolvimento dependem do acordo nacional e da apropriação, apoiados por legislação e estruturas políticas favoráveis, e do compromisso de fortalecer as instituições, a responsabilidade e a governança.

Essas condições nem sempre estão presentes, especialmente em situações em que o conflito é contínuo ou as condições instáveis prejudicam o crescimento econômico, ou onde há falta de apropriação nacional. Um conflito novo ou renovado pode ser disruptivo, deixando os compromissos apenas parcialmente executados. Nessas situações, a confiança em programas humanitários pode ser necessária em um futuro próximo.

Mesmo assim, hoje temos uma melhor apreciação de como os programas humanitários podem ser elaborados para ajudar a lançar as bases para respostas mais focadas no desenvolvimento, inclusive fortalecendo o capital humano tanto dos deslocados à força quanto das comunidades de acolhida.

Impulsionar sua saúde, educação e habilidades melhora a vida durante o deslocamento. O capital social e econômico aprimorado também ajuda a sustentar as soluções.

O *advocacy* também é necessário para o reconhecimento da gama de direitos que permitem às pessoas viver com dignidade: estatuto legal; liberdade de movimento; registro civil; direito ao trabalho; acesso à educação; saúde; justiça e serviços financeiros sem discriminação. Os programas humanitários devem ser concebidos de forma a reduzir a concorrência no acesso a serviços entre refugiados, deslocados internos e anfitriões. Respostas humanitárias eficazes apoiam as relações com a comunidade por meio de mediação local e mecanismos de resolução de conflitos para diminuir os conflitos intra e intercomunitários.

Tradicionalmente, as respostas a novas crises são respondidas com o envio imediato de assistência humanitária de emergência para salvar vidas. Isso é crítico nas primeiras semanas e meses. Mas esses primeiros dias também são importantes para estabelecer uma resposta mais sustentável. Isso requer um

envolvimento oportuno com os parceiros de desenvolvimento e planos para que essa transição ocorra. Os doadores podem ajudar escrevendo essas expectativas em seus acordos de financiamento.

Onde respostas mais focadas no desenvolvimento são adequadas, os atores humanitários e de desenvolvimento precisam reconhecer como eles se complementam e identificar como seu trabalho pode se reforçar mutuamente. Isso nem sempre é tão simples quanto pode parecer. Existem longas tradições de trabalho em paralelo. Os objetivos podem ser compartilhados, mas os mecanismos de financiamento, a experiência operacional e o foco geralmente são diferentes.

Os atores do desenvolvimento têm amplas capacidades analíticas socioeconômicas. Eles fazem a ligação entre os ministérios do governo, incluindo os responsáveis pela política econômica e financeira. Eles podem fornecer um financiamento significativo de médio prazo aos governos para melhorar suas capacidades, ajuda que muitas vezes é crucial para apoiar a mudança. Os atores humanitários têm uma presença de campo grande e diversificada, que permite acesso direto e conhecimento das comunidades deslocadas à força. Eles têm capacidades de resposta a emergências bem desenvolvidas e experiência na compreensão dos riscos de proteção e como eles podem ser mitigados por meio da lei e da prática.

A necessidade de superar a divisão humanitária-desenvolvimento é agora uma das prioridades estratégicas das principais respostas ao deslocamento forçado. E, conforme documentado ao longo deste livro, ela se enraizou em um número cada vez maior de lugares, muitos deles situações de deslocamento prolongado. Isso tem apoiado mudanças nas políticas governamentais para o desenvolvimento inclusivo, que devem trazer benefícios às pessoas deslocadas e às comunidades em que vivem.

Esses passos positivos precisam *de financiamento previsível e sustentável*. Isso é crítico. A expansão desses instrumentos de financiamento está entre as mudanças mais marcantes dos últimos anos. Seu foco no desenvolvimento socioeconômico de comunidades deslocadas e de acolhida vem com metodologias que apoiam a concepção e implementação de programas sustentáveis. Eles ajudaram a esclarecer melhor a importância dos processos liderados pelo governo, uma abordagem compartilhada para análise de contexto e risco, o valor de melhores dados e a importância da avaliação e das avaliações de impacto.³

Os países de alta renda precisam demonstrar *maior solidariedade*. Deve haver melhorias tangíveis na partilha de encargos e responsabilidades com outras nações, uma área onde o progresso é consistentemente insuficiente. Isso requer mais do que aumentar o apoio humanitário e de desenvolvimento aos países mais afetados por crises de deslocamento forçado. Também é necessário honrar os compromissos internacionais para proteger os refugiados que chegam às suas fronteiras.



Deng Awuol, 76, fugiu de sua casa pela primeira vez por volta de 1969, durante a Primeira Guerra do Sudão. Ele fez isso novamente durante a Segunda Guerra do Sudão, que começou em 1983. Ele foi então deslocado novamente e é retratado aqui com seu neto em Mingkaman, Sudão do Sul, em 2014.

© ACNUR/
Andrew
McConnell

Isso significa melhorar os sistemas de acolhimento e asilo, em vez de restringir o acesso a eles. A prática atual de dissuadir, resistir e repelir as pessoas deslocadas mina os fundamentos do regime de proteção internacional. As oportunidades de reassentamento requerem uma expansão significativa. Caminhos alternativos seguros e ordenados para refugiados e migrantes para países de alta renda precisam ser ampliados. Repetidas expressões de solidariedade com países de recursos muito mais escassos que abrigam a maioria das populações deslocadas à força do mundo não são suficientes.

A história nos ensina que a paciência e a perseverança são necessárias para que mudanças progressivas aconteçam. Precisaremos de ambos, à medida que o mundo se volta para respostas mais sustentáveis ao deslocamento forçado. As situações podem mudar e o compromisso político também. O desenvolvimento, por definição, leva tempo e pode passar muitos anos antes que os resultados melhorem e as realizações se tornem visíveis.

Da mesma forma, *a mudança institucional* não ocorre da noite para o dia. Levar em conta as diferentes perspectivas e abordagens de parceiros de desenvolvimento e humanitários, atores privados e da sociedade civil é um desafio. Envolver as pessoas deslocadas à força para contribuir significativamente para a política e implementação também precisa de mais esforço.

Mas os motivos para um otimismo cauteloso são claros. Eles aparecem nas ligações mais firmes que estão sendo feitas entre a programação humanitária e de desenvolvimento e os fluxos de financiamento para apoiá-los. Eles são evidentes na ampliação gradual das respostas governamentais inclusivas. Eles estão lá na maior disposição global de responsabilizar criminalmente indivíduos cujas ações estão na raiz de tantos deslocamentos forçados.

Há também uma base mais ampla de *partes interessadas comprometidas e ativas* que buscam melhores respostas ao deslocamento forçado do que em qualquer outro momento. Isso traz mais experiência comparativa para ajudar a melhorar vidas e realizar soluções. Inclui as próprias pessoas deslocadas à força, que continuam a mostrar, inclusive durante a pandemia de Covid-19, com que rapidez e eficácia podem mobilizar apoio para suas próprias comunidades e para as comunidades de acolhida.

Como vimos no início deste livro, essa abordagem de “toda a sociedade” foi emblemática do primeiro Fórum Global de Refugiados de 2019. Hafsar Tameesuddin, ativista de direitos humanos rohingya e ex-refugiada que participou, foi questionada se ela se reuniu as expectativas dela. Ela respondeu que previa mais visibilidade para os refugiados e mais voz nas decisões que afetam suas vidas: “Somos nós que sabemos o que vivemos e o que precisamos para seguir em frente com nossas vidas”.⁴

Ela ainda não estava confiante de que as vozes das pessoas deslocadas à força seriam ouvidas adequadamente quando realmente importa. No entanto, ela foi tranquilizada pelo fato de haver tantas pessoas envolvidas na questão, representando muitos círculos eleitorais diferentes.

“Eu nunca soube que havia tantas pessoas que se importavam tanto e estavam prontas para fazer a diferença”, disse ela.

Esse número de pessoas está crescendo e, com ele, a possibilidade de mudanças positivas duradouras, o que nos traz de volta ao início deste livro. A ambição de proporcionar segurança, solidariedade e soluções às pessoas forçadas a fugir é intemporal. As palavras do libanês oferecendo ajuda a seus vizinhos sírios dão maior ressonância. É “uma questão de história e uma questão de coração”.

Notas finais

Introdução

- 1 Assembleia Geral das Nações Unidas, [Pacto Global sobre Refugiados](#), 02 de agosto de 2018, Documento das Nações Unidas A/73/12 (Parte II).
- 2 Para mais informações sobre essas perspectivas e outros comentários sobre o GCR, veja a edição especial: The 2018 Global Compacts on Refugees and Migration, *The International Journal of Refugee Law* 30, N.º 4 (dezembro de 2018).
- 3 ACNUR, [Pledges & Contributions Dashboard](#), a *Plataforma Digital do Pacto Global sobre Refugiados*.
- 4 ACNUR, [Outcomes of the Global Refugee Forum 2019](#), Relatório da Conferência de 2020. Para mais informações sobre o Fórum Global de 2019, acesse: [2019 Global Refugee Forum](#), site do ACNUR.
- 5 ACNUR, Painel de Promessas e Contribuições.
- 6 ACNUR, [Mandate of the High Commissioner for Refugees and His Office: Executive Summary](#), Documento, site do ACNUR.
- 7 Por exemplo, as estatísticas sobre pessoas deslocadas internamente durante o século passado são escassas, melhorando constantemente a partir da década de 1990. As estatísticas sobre refugiados estão disponíveis desde a década de 1950 e foram aprimoradas desde a década de 1990 por meio de mais desagregação. Reconhecendo que a atenção internacional ao deslocamento interno tem sido insuficiente e, em resposta ao pedido de um país membro da ONU, o Secretário-Geral estabeleceu um Painel de Alto Nível sobre Deslocamento Interno em 2019 para examinar o assunto. Emitiu seu relatório em setembro de 2021 com recomendações sobre como melhorar as respostas para o deslocamento interno, em particular onde ele é prolongado, e alcançar soluções duráveis lideradas pelo governo. O Painel de Alto Nível do Secretário-Geral da ONU sobre Deslocamento Interno, [Shining a Light on Internal Displacement: A Vision for the Future](#), Relatório (setembro de 2021).
- 8 Para ver o mandato da Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina no Próximo Oriente (UNRWA), acesse: [Who We Are](#), site da UNRWA.
- 9 Institute on Stateless and Inclusion, [The World's Stateless: Deprivation of Nationality](#), Relatório (março de 2020); Institute on Stateless and Inclusion, [The World's Stateless](#), Relatório (dezembro 2014); Rosa-

...Introdução...

Luxemburg-Stiftung, [Atlas of the Stateless—Facts and figures about exclusion and displacement](#), (Berlim: Rosa-Luxemburg-Stiftung, 2020).

- 10 [Convenção das Nações Unidas Relativa ao Estatuto dos Refugiados](#) (adotada em 25 de julho de 1951), Documento das Nações Unidas A/CONF.2/108.
- 11 Em seu discurso de encerramento da Conferência de Plenipotenciários, onde a Convenção de 1951 foi negociada e aprovada, o presidente da Conferência, Sr. Larsen, observou que o resultado pode não atender a todos os “desejos e ideais” dos refugiados, mas isso também não servia “só aos interesses dos países”. Mas, ele disse, isso estabeleceu “um padrão legal muito bom e um status legal” para os refugiados. Ele também previu que seria objeto estudo, análises e críticas. “Discurso de Encerramento do Sr. Larson, Presidente dos Plenipotenciários da Conferência sobre Status dos Refugiados”, feita na 35ª reunião, em julho de 1951, Arquivos do ACNUR, “Conferência de Plenipotenciários em Esboço, projeto Convenção Relacionar para a Status dos Refugiados, 1951”, 4/1/1-G1/12/1/10. Para mais informações sobre a conferência, acesse: [Conference of Plenipotentiaries on the Status of Refugees and Stateless Persons: Summary Record of the Thirty-Fifth Meeting, Documento das Nações Unidas, A/CONF.2/SR.35](#) (3 de dezembro de 1951).
- 12 Assembleia Geral das Nações Unidas, [Agenda for Protection](#), (26 de junho de 2002), Documento das Nações Unidas A/AC.96/965/Add.1; Assembleia Geral das Nações Unidas, [World Humanitarian Summit 2005 Outcome](#), (24 de outubro de 2005), Documento das Nações Unidas A/RES/60/1; Assembleia Geral das Nações Unidas, [Outcome of the World Humanitarian Summit 2016: Report of the Secretary-General](#), (23 de agosto de 2016), Documento das Nações Unidas A/71/353; Assembleia Geral das Nações Unidas, [New York Declaration for Refugees and Migrants](#), (3 de outubro de 2016), Documento das Nações Unidas A/RES/71/1; Assembleia Geral das Nações Unidas, [Pacto Global sobre Refugiados](#), (2018).
- 13 Isso inclui: 48 milhões de deslocados internos; 20,7 milhões de refugiados sob o mandato do ACNUR; 5,7 milhões de refugiados palestinos sob o mandato da UNRWA; 4,1 milhões de pedidos de asilo; e 3,9 milhões venezuelanos deslocado para fora do país. ACNUR, Global [Global Trends: Forced Displacement in 2020](#), Relatório Anual (2021), p. 2.
- 14 Ibid., p. 7, 24.
- 15 Ibid., p. 20; ACNUR, [Refugee Data Finder](#).
- 16 Conselho de Segurança das Nações Unidas, [Thirteenth report of the Secretary-General on the threat posed by ISIL \(Da'esh\) to international peace and security and the range of United Nations efforts in support of Member States in countering the threat](#), (27 de julho de 2021), Documento das Nações Unidas S/2021/682.
- 17 Para acompanhar as atualizações sobre terrorismo global e medidas para enfrentá-lo, consulte: a Estratégia Antiterrorista das Nações Unidas e outros documentos disponíveis nos sites: [United Nations Office of Counter-Terrorism](#), [Counter-Terrorism Committee](#).
- 18 [Forced displacement growing in Colombia despite peace agreement](#), informativo, ACNUR Notícia (10 de março de 2017); Davi James Cantor, *Returns of Internally Displaced Persons during Armed Conflict* (Leiden: Brill Nijhoff, 2018), pp. 186–192.

...Introdução...

- 19 Amelia Cheatham, [Central America's Turbulent Northern Triangle](#), Artigo, site do *Council on Foreign Relations* (1 de julho de 2021); Davi James Cantor, As deadly as armed conflict? Gang violence and forced displacement in the Northern Triangle of Central America, *Agenda Internacional* 23, N.º 34 (setembro de 2016): pp. 79–89.
- 20 Muitos doadores agora incluem cláusulas antiterrorismo em seus acordos para impedir que seu financiamento apoie, mesmo indiretamente, grupos terroristas. As instituições financeiras têm procurado minimizar seus riscos recusando-se a fornecer serviços financeiros a agências humanitárias que operam em áreas em que as organizações terroristas estão ativas. Para uma rever o regime jurídico, a tensão na aplicação de leis antiterrorismo face às leis humanitárias internacionais e os dilemas que isso representa para a ação humanitária, veja: David McKeever, International Humanitarian Law and Counter-terrorism: Fundamental Values Conflict with Obligations, *Direito Internacional e Comparado Trimestral* 69, N.º 1 (janeiro de 2020): pp. 43–78.
- 21 [Counter-terrorism measures must not restrict impartial humanitarian organizations from delivering aid](#), Declaração, site do Comitê Internacional da Cruz Vermelha (12 de janeiro de 2021); InterAction, [Detrimental Impacts: How Counter-Terrorism Measures Impede Humanitarian Action](#), Análise (abril de 2021); Fionnuala Ní Aoláin, Relator Especial, ['Promotion and protection of human rights and fundamental freedoms while countering terrorism'](#), (3 de setembro de 2020), Documento das Nações Unidas A/75/337.
- 22 Conselho de Segurança das Nações Unidas, [Res. 2462](#), (28 de março de 2019), Documento das Nações Unidas S/RES/2462 (2019); Conselho de Segurança das Nações Unidas, [Res. 2482](#), (19 de julho de 2019), Documento das Nações Unidas S/RES/2482 (2019).
- 23 IPCC, [Resumo Summary for Policymakers](#), em *Special Report: Global Warming of 1,5°C* (2018), p. 17.
- 24 Janani Vivekananda et al., [Shoring up Stability: Addressing Climate and Fragility Risks in the Lake Chad Region](#), Relatório, (Adelphi, maio de 2019); Saheed Babajide Owonikoko e Jude UMA. Momodu, Environmental degradation, livelihood, and the stability of Chad Basin Region, *Small Wars & Insurgencies* 31, N.º 6 (agosto de 2020): pp. 1295–1322.
- 25 Robert Malley, [Climate Change Is Shaping the Future of Conflict](#), Discurso, sessão virtual Arria do Conselho de Segurança da ONU sobre riscos climáticos e de segurança (22 de abril de 2020); Ibrahim Yahaya Ibrahim (ICC), [Role of climate change in Central Sahel's conflicts: not so clear](#), no site *The Africa Report* (24 de abril de 2020).
- 26 Consulte a discussão da Parte II sobre Clima, conflito e manutenção da paz. David G. Timberman, [Violent Extremism and Insurgency in the Philippines: A Risk Assessment](#), Relatório, Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento, (janeiro de 2013); Karolina Eklöw e Florian Krampe, [Climate-related security risks and peacebuilding in Somalia](#), Documento de Política, Instituto Internacional de Pesquisa para a Paz de Estocolmo (SIPRI) (outubro de 2019); Internacional Crisis Group, [The Insurgency in Afghanistan's Heartland Heartland](#), Relatório Asiático N.º 207 (junho de 2011); Vivekananda et al., *Shoring up Stability*.
- 27 Peter Tinti e Tuesday Reitano, *Migrant, Refugee, Smuggler, Saviour* (Londres: C. Hurst & Co, 2016), pp. 5–6, 264.

...Introdução...

- 28 Julia Litzkow, Bram Frouws e Roberto Forin, *Smuggling and mixed migration: Insights and key messages drawn from a decade of MMC research and 4Mi data collection*, Ementa (Mixed Migration Centre, junho de 2021); Philippe Fargues e Marzia Rango, *Migration in West and North Africa and across the Mediterranean: Trends, risks, development and governance* (Genebra: Organização Internacional para as Migrações (OIM), 2020).
- 29 Tinti e Reitano, *Migrant, Refugee, Smuggler, Saviour*, p. 273.
- 30 Assembleia Geral das Nações Unidas, *Global Compact for Safe, Orderly and Regular Migration*, (19 de dezembro de 2018), Documento das Nações Unidas A/RES/73/195; Duncan Breen, *On This Journey, No One Cares If You Live or Die' Abuse, protection, and justice along routes between East and West Africa and Africa's Mediterranean coast*, Relatório, ACNUR e MMC (2020).
- 31 ACNUR, *Temporary Measures and Impact on Protection*, Plataforma COVID-19 (2020).
- 32 ACNUR, *Global Trends: Forced Displacement in 2020*, pp. 5, 47. Chegadas de refugiados e requerentes de asilo estavam reduzido a estimados 1,5 milhão, e apenas 34.400 refugiados de um número estimado de 1,4 milhão com necessidade de reassentamento foram reassentados.
- 33 Sobre 4,6 milhões de mortes relatadas à Organização Mundial de Saúde a partir de 16 de setembro de 2021.
- 34 Grupo Banco Mundial, *Global Economic Prospects: June 2021*, Relatório Principal (2021), p. 5. *Global Recovery Strong but Uneven as Many Developing Countries Struggle with the Pandemic's Lasting Effects*, comunicado de imprensa, Notícias do Banco Mundial (8 de junho de 2021).
- 35 Grupo Banco Mundial, *Global Economic Prospects: June 2021* p. 30.
- 36 Ibid., p. 28.
- 37 Ibid., p. 6.
- 38 Ibid., *Data points to negative impacts of COVID-19 for forcibly displaced women and children*, Notícias do ACNUR (5 de junho de 2021).
- 39 *United to Reform*, site das Nações Unidas.
- 40 Assembleia Geral das Nações Unidas e Conselho de Segurança das Nações Unidas, *Peacebuilding and sustaining peace: Report of the Secretary-General*, (30 de julho de 2020), Documentos das Nações Unidas A/74/976, S/2020/773; e do Conselho de Segurança das Nações Unidas, *Review of the implementation of the peace and security reform: Report of the Secretary-General*, (20 de julho de 2020), Documento das Nações Unidas A/75/202; Fundo de Consolidação da Paz do Secretário-Geral, *Investing in Peacebuilding Leadership: Strategic Plan Results 2017–2019*, Relatório de 3 anos, (fevereiro de 2021); ONU e Banco Mundial, *Partnership in Crisis-Affected Situations: 2020 UN-WB Partnership Monitoring Report*, (fevereiro de 2021). Além disso, a Comissão para a Construção da Paz apresenta relatórios anuais. É um órgão intergovernamental, estabelecido em 2005 por resoluções da Assembleia Geral e do Conselho de Segurança

(Documentos das Nações Unidas [A/RES/60/180](#) e [S/RES/1645\(2005\)](#) de dezembro de 2005 para aconselhar sobre estratégias integradas para consolidação e recuperação da paz pós-conflito. AGNU e CSNU, [Report of the Peacebuilding Commission on its fourteenth Session](#), (12 de janeiro de 2021), Documentos das Nações Unidas A/75/747, S/2021/139; IPCC, [Climate Change 2021: The Physical Science Basis](#), Relatório (agosto de 2021); Conselho Econômico e Social da ONU, [Progress towards the Sustainable Development Goals – Report of the Secretary-General](#), (30 de abril de 2021), Documento das Nações Unidas E/2021/58. Veja também o recente relatório do Secretário-Geral, incluindo como abordar as causas profundas do deslocamento: ONU, [Our Common Agenda](#), Relatório (2021), p. 41.

- 41 Assembleia Geral das Nações Unidas, Pacto Global sobre Refugiados (2018), parágrafos 17–19.
- 42 Para ser frequentado por funcionários governamentais e representantes dos principais grupos de partes interessadas, incluindo: organizações internacionais; atores humanitários e de desenvolvimento; instituições financeiras internacionais e regionais; organizações regionais; autoridades locais; sociedade civil, incluindo organizações de base religiosa; acadêmicos e outros especialistas; setor privado; meios de comunicação; membros da comunidade de acolhimento e refugiados. Acesse: ACNUR, [What is the High-Level Officials Meeting?](#).

PARTE I: As Raízes do Acolhimento

- 1 [Declaração Universal dos Direitos Humanos](#) (adotada em 10 de dezembro de 1948), Resolução 217(III), da Assembleia Geral da ONU, Artigo 14(1). UN Doc A/RES/217(III).
- 2 Russell Howard Tuttle, '[Evolução Humana](#)', *Encyclopædia Britannica* online (3 fevereiro 2020); Yuval Noah Harari, *Sapiens: A Brief History of Humankind* ['Sapiens: Uma Breve História da Humanidade'] (NY: HarperCollins, 2015), pp. 21–22 (inglês).
- 3 W. Hilton Johnson, 'Pleistocene Epoch: Pleistocene fauna and flora' ['Época do Pleistoceno: fauna e flora do Pleistoceno'], *Encyclopædia Britannica* online (30 julho 2018) (inglês).
- 4 Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima, *O Oceano e a Criosfera em um Clima em Mudança* Um Relatório Especial do Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima (setembro 2019). O alcance depende em parte das emissões de gases de efeito estufa. O aumento mais baixo ocorre se os gases de efeito estufa forem drasticamente reduzidos e o aquecimento global for limitado a menos de 2°C, e o aumento maior se continuam a aumentar. CIPP, "[As escolhas feitas agora são críticas para o futuro do nosso oceano e da criosfera](#)", [Comunicado de Imprensa](#) (25 setembro 2019).
- 5 Preslav Peev et al., 'Bulgaria: Sea-Level Change and Submerged Settlements on the Black Sea' ['Mudança do nível do mar e assentamentos submersos no Mar Negro'], in Geoff Bailey et al. (eds.), *The Archaeology of Europe's Drowned Landscapes* ['A Arqueologia das Paisagens Afogadas da Europa'] vol. 35 (Cham: Springer, 2020), pp. 393–412 (inglês); Cynthia Stokes Brown, *Big History: From the Big Bang to the Present* ['Grande História: Do Big Bang ao Presente'] (New York: The New Press, 2012), p. 66 (inglês). Ela observa que "este dilúvio surpreendente ficou marcado na memória de seus sobreviventes como o mito do dilúvio mundial; relatos de inundações estão incluídos em cerca de 500 das mitologias do mundo".
- 6 Anne H. Osborne et al., 'A humid corridor across the Sahara for the migration of early modern humans out of Africa 120,000 years ago' ['Um corredor úmido através do Saara para a migração dos primeiros humanos modernos para fora da África 120.000 anos atrás'], *Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of America* 105, no. 43 (October 2008): pp. 16444–16447 (inglês); Cynthia Stokes Brown, *Big History* ['Grande História'], p. 66.
- 7 See: Mark Allen, e Terry Jones (eds.), *Violence and Warfare among Hunter-Gatherers* ['Violência e Guerra entre os caçadores-coletores'] (Abingdon, UK: Routledge, 2014) (inglês).
- 8 Harari, *Sapiens*. Harari observa que os impérios têm sido "a forma mais comum de organização política do mundo nos últimos 2.500 anos" e que mantê-los "geralmente exigiu a matança cruel de grandes populações e a opressão brutal de todos os que foram mortos" pp. 191, 193.
- 9 Linda Rabben, *Sanctuary and Asylum: A Social and Political History* ['Santuário e asilo: uma história social e política'] (WA: University of Washington Press, 2016), p. 32 (inglês); Philip Marfleet, 'Understanding "Sanctuary": Faith and Traditions of Asylum' ['Compreendendo "Santuário": Fé e Tradições de Asilo'], *Journal of Refugee Studies* 24, no. 3 (julho 2011): p. 443 (inglês); Jan Hallebeek, 'Church Asylum in Late Antiquity, Concession by the Emperor or Competence of the Church?' ['Asilo da Igreja na Antiguidade Tardia,

...PARTE I: As Raízes do Acolhimento...

Concessão do Imperador ou Competência da Igreja?'], in E. C. Coppens (ed.), *Secundum Ius. Opstellen aangeboden aan prof. mr. P.L. Nève* (Nijmegen: Gerard Noodt Instituut, 2005), pp. 167, 172–174 (inglês).

- 10 Por exemplo, igrejas e organizações religiosas no Quênia trabalharam com o ACNUR e a Cruz Vermelha para disponibilizar espaços seguros para pessoas deslocadas internamente durante a violência que sucedeu as eleições quenianas de 2007–2008. Veja: Berkley Center for Religion, Peace & World Affairs, [Refugiados no Quênia: O Papel da Fé](#) (novembro 2015), p. 34. Igrejas na Europa têm oferecido refúgio contra deportação para solicitantes de reconhecimento da condição de refugiados nos últimos anos, sendo a mais famosa a Igreja de Betel em Haia, Holanda, que realizou um serviço por 96 dias para proteger uma família da deportação. Patrick Kingsley, '96 Days Later, Nonstop Church Service to Protect Refugees Finally Ends' ['96 dias depois, o serviço ininterrupto da igreja para proteger os refugiados finalmente termina'], *The New York Times* (30 janeiro 2019) (inglês).
- 11 Trevor Bryce, *'Kingdom of the Hittites'* ['Reino dos hititas'] (Oxford: Oxford University Press, 2005), pp. 263–265 (inglês).
- 12 Westbrook observa que a concessão de asilo nem sempre garantia a segurança de uma pessoa, como ilustrado no caso do comandante da carruagem Mittani que no século XIV a.C. recebeu asilo do rei babilônico que, mais tarde tentou assassiná-lo. Raymond Westbrook, 'Personal Exile in the Ancient Near East' ['Exílio Pessoal no Antigo Oriente Próximo'], *Journal of the American Oriental Society* 128, no. 2 (2008): pp. 317– 323 (inglês).
- 13 Westbrook, 'Personal Exile in the Ancient Near East' ['Exílio Pessoal no Antigo Oriente Próximo']: pp. 318–319.
- 14 Garrett Galvin, *'Egypt as a Place of Refuge'* ['Egito como lugar de refúgio'] (Tübingen: Mohr Siebeck, 2011) (inglês).
- 15 Benjamin Gray, 'Exile, Refuge and the Greek Polis: Between Justice and Humanity' ['Exílio, refúgio e a polis grega: entre justiça e humanidade'], *Journal of Refugee Studies* 30, no. 2 (junho 2017): p. 190 (inglês). Gray observa que os refugiados de fora do mundo grego, embora retratados com simpatia nos mitos gregos, provavelmente "deslizaram de forma relativamente invisível nas categorias subordinadas de metecos (residentes, estrangeiros registrados) ou mesmo escravos em suas cidades gregas anfitriãs, sem deixar muitas marcas em registro histórico". Benjamin Gray, 'Citizenship as Barrier and Opportunity for Ancient Greek and Modern Refugees' ['Cidadania como barreira e oportunidade para refugiados gregos antigos e modernos'], *Humanities* 7, no. 3 (setembro de 2018): p. 3 (inglês).
- 16 Gray, 'Exile, Refuge and the Greek Polis' ['Exílio, refúgio e a polis grega']: p. 191 (inglês).
- 17 Ibid.: pp. 205, 207.
- 18 Ibid.: pp. 209–211.
- 19 Por exemplo, os refugiados arcananianos fugiram para Atenas em meados do século IV a.C. e receberam os direitos de propriedade, isenção de impostos estrangeiros, ações judiciais e, caso contrário, geralmente eram protegidos pelo Estado ateniense. P.J. Rhodes and Robin Osbourne (eds.), *'Greek Historical Inscriptions'*

...PARTE I: As Raízes do Acolhimento...

[‘Inscrições Históricas Gregas’] 404–323 BC (Oxford: Oxford University Press, 2007), pp. 382–383 (inglês); Gray, ‘Exile, Refuge and the Greek Polis: Between Justice and Humanity’ [‘Exílio, refúgio e a polis grega: entre justiça e humanidade’]: p. 197 (inglês). A prática em Atenas não era única, mas também aparente em muitas outras cidades-estados do período, ver: Gray, ‘Exile, Refuge and the Greek Polis: Between Justice and Humanity’ [‘Exílio, refúgio e a polis grega: entre justiça e humanidade’] e Gray, ‘Citizenship as Barrier and Opportunity’ [‘Cidadania como barreira e oportunidade’] (inglês).

20 Ibid.: pp. 8–9.

21 Gray, ‘Exile, Refuge and the Greek Polis’ [‘Exílio, refúgio e a polis grega’]: p. 202 (inglês).

22 Ibid.: pp. 193–194. Esta foi uma peça de moralidade refletindo questões ideológicas discutidas na época, e outras partes da peça refletem questões adicionais relacionadas ao asilo debatidas na época. Na prática, as mulheres poderiam ser obrigadas a se casar com a pessoa escolhida por seus tutores.

23 Peter J. Heather, ‘Refugees and the Roman Empire’ [‘Refugiados e o Império Romano’], *Journal of Refugee Studies* 30, no. 2 (junho 2017): pp. 220–242 (inglês). Segundo Heather, a Roma Imperial recebeu dezenas de milhares de refugiados. Bernard S. Bachrach, ‘The Barbarian Hordes That Never Were’ [‘As hordas bárbaras que nunca existiram’], *Journal of Military History* 74, no. 3 (julho 2010): pp. 901–904 (inglês).

24 Heather, ‘Refugees and the Roman Empire’ [‘Refugiados e o Império Romano’]. Heather examina padrões dos séculos IV a V descrevendo evidências no último período de acordos formais que Roma fez com grupos de refugiados (que eles próprios poderiam ser multiétnicos) para assentamento em grandes blocos “com líderes políticos e militares intactos” (p.233). Esses termos vantajosos refletiam a relativa força militar dos refugiados e a motivação romana para forjar alianças em solo romano.

25 Yuval Noah Harari afirma que as sociedades politeístas, que dominavam o mundo antigo, esperavam e exigiam que seus deuses fossem venerados, mas não exigiam que as pessoas sujeitas renunciassem a seus próprios deuses. Ele contrasta isso com o surgimento de sociedades monoteístas mais inclinadas a suprimir violentamente outras religiões. Harari, *Sapiens*, pp. 215–216.

26 Estudiosos não concordam quanto ao número. Jane S. Gerber coloca o número em 175.000 em Gerber, ‘*Jews of Spain: A History of the Sephardic Experience*’ [‘Judeus da Espanha: Uma História da Experiência Sefardita’] (NY: Simon and Schuster, 1994), p. 140 (inglês); Jonathan S. Ray sugere que o número estava mais próximo de 80.000 em Ray, ‘*After Expulsion: 1492 and the Making of Sephardic Jewry*’ [‘Após a expulsão: 1492 e a formação do judaísmo sefardita’] (NY: New York University Press, 2013), p. 39 (inglês); Henry Kamen sugere que foi 40.000–50.000 em Kamen, ‘The Mediterranean and the Expulsion of Spanish Jews’ [‘O Mediterrâneo e a expulsão dos judeus espanhóis’], *Past & Present* 119, no. 1 (maio 1988): p. 1 (inglês). Susanne Lachenicht observa que os judeus foram perseguidos e expulsos de muitas partes da Europa a partir do século XI. Lachenicht, ‘Refugees and Refugee Protection in the Early Modern Period’ [‘Refugiados e proteção de refugiados no início do período moderno’], *Journal of Refugee Studies* 30, no. 2 (2016): p. 263 (inglês).

27 Benjamin J. Kaplan, ‘*Divided by Faith: Religious Conflict and the Practice of Toleration in Early Modern Europe*’ [‘Divididos pela fé: conflito religioso e a prática da tolerância no início da Europa moderna’]

...PARTE I: As Raízes do Acolhimento...

(Cambridge, MA: Bellknap Press, 2007), p. 310 (inglês). Kaplan afirma que mais de 300.000 mulçumanos foram expulsos entre 1609 e 1614. Lachenicht, 'Refugees and Refugee Protection': p. 263.

- 28 Isso se deve a uma combinação de fome, doença e violência. Para saber mais sobre o período, consulte: Philipp Ther, *'The Outsiders'* ['Os forasteiros'] (Princeton, NJ: Princeton University Press, 2019), pp. 28–35 (inglês).
- 29 Concessões outorgadas pelo rei Henrique IV em 1598 e revogadas pelo Édito de Fontainebleau de 1685. Ibid., p. 28.
- 30 Aristide R. Zolberg, Astri Suhrke, e Sergio Aguayo, *'Escape from Violence: Conflict and the Refugee Crisis in the Developing World'* ['Fuga da Violência: Conflito e Crise de Refugiados no Mundo em Desenvolvimento'] (NY: Oxford University Press, 1989), p. 6 (inglês).
- 31 Lachenicht, 'Refugees and Refugee Protection' ['Refugiados e Proteção de Refugiados']: p. 264 (inglês).
- 32 Ibid.: p. 263.
- 33 Ther, *The Outsiders* ['Os forasteiros'], pp. 24–27.
- 34 Lachenicht, 'Refugees and Refugee Protection' ['Refugiados e Proteção de Refugiados']: pp. 266–269 (inglês); Susanne Lachenicht, 'Refugee "nations" and Empire-Building in the Early Modern Period' ['Nações" de refugiados e construção de impérios no início do período moderno'], *Journal of Early Modern Christianity* 6, no. 1 (abril 2019): p. 102 (inglês). Em alguns casos, os privilégios que os refugiados desfrutavam eram proporcionais não apenas à sua utilidade percebida, mas também aumentavam a distância que eles estavam da região da capital. Sobre o acolhimento de estrangeiros na Rússia, ver: Roger P. Bartlett, *Human Capital: 'The Settlement of Foreigners in Russia 1762–1804'* ['Capital Humano: O Assentamento de Estrangeiros na Rússia 1762–1804'], (Cambridge: Cambridge University Press, 2008), pp. 29, 97 (inglês).
- 35 Susanne Lachenicht, 'Refugee "nations" and Empire-Building' ['Nações" de refugiados e construção de impérios']: p. 102 (inglês); Lachenicht, 'Refugees and Refugee Protection' ['Refugiados e Proteção de Refugiados']: p. 265 (inglês). Ther, *The Outsiders* ['Os Forasteiros'], p. 32, observa que muitos estados alemães concederam privilégios específicos para huguenotes, como cidadania, abatimentos de impostos e empréstimos para startups.
- 36 Francesca Bregoli e David B. Ruderman, *'Connecting Histories: Jews and Their Others in Early Modern Europe, Jewish Culture and Contexts'* ['Histórias: Judeus e Seus Outros na Europa Moderna, Cultura Judaica e Contextos'] (Philadelphia, PA: University of Pennsylvania Press, 2019), p. 2 (inglês); Carl H. Nightingale, *'Segregation: A Global History of Divided Cities'* ['Segregação: uma história global de cidades divididas'] (Chicago, IL: University of Chicago Press, 2012), p. 36 (inglês); Susanne Lachenicht, 'Early modern German states and the settlement of Jews: Brandenburg—Prussia and the Palatinate, sixteenth to nineteenth centuries' ['Os primeiros estados alemães modernos e o assentamento de judeus: Brandemburgo-Prússia e Palatinado, séculos XVI ao XIX'], *Jewish Historical Studies* 42 (2009): pp. 9–10 (inglês).

...PARTE I: As Raízes do Acolhimento...

- 37 Lachenicht, 'Refugees and Refugee Protection' ['Refugiados e Proteção de Refugiados']: p. 275 (inglês). Ther também observa casos em que receberam assistência, como o apoio que os burgueses de Erlangen foram obrigados a fornecer aos refugiados huguenotes no final do século XVII, bem como o socorro prestado pelos cantões e igrejas suíços. Ther, *'The Outsiders'* ['Os Forasteiros'], p. 32 (inglês).
- 38 Lachenicht, 'Refugees and Refugee Protection' ['Refugiados e Proteção de Refugiados']: p. 265 (inglês). Veja também: Ther, *'The Outsiders'* ['Os Forasteiros'], pp. 35–36, que também descreve as concessões feitas aos judeus sefarditas pelos otomanos, p. 32.
- 39 Lachenicht, 'Refugees and Refugee Protection' ['Refugiados e Proteção de Refugiados']: p. 267; Susanne Lachenicht, 'Refugee "nations" and Empire-Building' ['Nações" de refugiados e construção de impérios']: pp. 99–109.
- 40 Ther escreve que "os sefarditas foram autorizados a continuar praticando sua fé e operando suas próprias escolas e tribunais". Eles e muitos cristãos foram obrigados a pagar seus impostos e permanecer leais, e esse sistema "funcionou bem do século XV ao século XVIII". Ther, *'The Outsiders'* ['Os Forasteiros'], p. 24.
- 41 Estes incluem "Morávios em Sarepta, menonitas no rio Volga, luteranos e calvinistas de Salzburgo na Transilvânia, judeus na Rússia, nos Balcãs e Galícia", Lachenicht, 'Refugees and Refugee Protection' ['Refugiados e Proteção de Refugiados']: pp. 268–269 (inglês); Susanne Lachenicht, 'Refugee "nations" and Empire-Building' ['Nações" de refugiados e construção de impérios']: p. 102 (inglês).
- 42 Philipp Blom, *'Nature's Mutiny: How the Little Ice Age of the Long Seventeenth Century Transformed the West and Shaped the Present'* ['O motim da natureza: como a pequena era glacial do longo século XVII transformou o ocidente e moldou o presente'] (New York: Liveright, 2019), pp. 10–11 (inglês). Há alguma controvérsia sobre quanto tempo durou, embora haja consenso de que a queda mais abrupta e sustentada foi do final do século XVI ao final do século XVII. Enquanto, ele observa que as consequências também foram sentidas na América do Norte, China, Índia e Império Otomano.
- 43 Lachenicht, 'Refugees and Refugee Protection' ['Refugiados e Proteção de Refugiados']: p. 266 (inglês).
- 44 Geert Janssen, 'The Republic of Refugees: Early Modern Migrations and the Dutch Experience' ['A República dos Refugiados: as primeiras migrações modernas e a experiência holandesa'], *The Historical Journal* 60, no. 1 (novembro 2016): pp. 1–20 (inglês). A liberdade de consciência e religião foram garantias inscritas no Tratado da União de 1579, unindo as províncias do norte holandeses. A independência total foi assegurada em 1648 com o Tratado de Vestfália.
- 45 Janssen, 'The Republic of Refugees' ['A República dos Refugiados']: p. 15. Ele também observa que entre 30 e 40 por cento da população nas áreas urbanas holandesas era nascida no exterior.
- 46 Tamira Combrink e Matthias van Rossum, 'Introduction: the impact of slavery on Europe – reopening a debate' ['Introdução: o impacto da escravidão na Europa – reabrindo um debate'], *Slavery & Abolition* 42, no. 1 (2021): pp. 2–3 (inglês); Filipa Ribeiro da Silva, *'Dutch and Portuguese in Western Africa: Empires, Merchants and the Atlantic System, 1580–1674'* ['Holandes e Português na África Ocidental: Impérios, Mercadores e o Sistema Atlântico, 1580-1674'] (Leiden: Brill, 2011), ch. 6 (inglês).

...PARTE I: As Raízes do Acolhimento...

- 47 Para uma revisão do comércio de escravos britânico, francês, holandês e português, ver: Richard B. Allen, 'Satisfying the "Want for Labouring People": European Slave Trading in the Indian Ocean, 1500–1850' ['Satisfazendo o "Desejo de Trabalhadores": Comércio Europeu de Escravos no Oceano Índico, 1500–1850'], *Journal of World History* 21, no. 1 (março 2010): pp. 45–73 (inglês). Para genocídios na África Alemã, Austrália e América do Norte, ver: Dirk Moses e Dan Stone, '*Colonialism and Genocide*' ['Colonialismo e Genocídio'] (Abingdon, UK: Routledge, 2007) (inglês).
- 48 Discutido em Phil Orchard, 'It's Always Darkest before the Dawn: Displacement, Institutional Development and the Normative Environment. The Case of the League of Nations and the United Nations' ['É Sempre Mais Escuro Antes do Amanhecer: Deslocamento, Desenvolvimento Institucional e o Ambiente Normativo. O Caso da Liga das Nações e das Nações Unidas'], documento apresentado na Conferência Internacional sobre Refugiados e Direito Internacional, Oxford, 15–16 de dezembro de 2006 (inglês).
- 49 Essa foi uma motivação para muitos grupos religiosos minoritários que se estabeleceram nos Estados Unidos e Canadá nos séculos XVII ao XIX. Veja: Ninette Kelleye Michael Trebilcock, '*The Making of the Mosaic*' ['A construção do mosaico'] (Toronto: University of Toronto Press, 2010) (inglês); David A. Weir, '*Early New England: A Covenanted Society*' ['Início da Nova Inglaterra: uma sociedade pactuada'] (Grand Rapids, MI: William B. Eerdmans Publishing Co., 2005) (inglês); Mark Häberlein, 'German Migrants in Colonial Pennsylvania: Resources, Opportunities, and Experience' ['Migrantes alemães na Pensilvânia colonial: recursos, oportunidades e experiência'], *The William and Mary Quarterly* 50, no. 3 (1993): pp. 555–574 (inglês).
- 50 Cunhado pelo historiador Eric Hobsbawm, '*The Age of Revolution: Europe: 1789–1848*' ['A Era da Revolução: Europa: 1789–1848'] (London: Weidenfeld & Nicolson, 1962) (inglês).
- 51 Maya Jasanoff, 'The Other Side of Revolution: Loyalists in the British Empire' ['O outro lado da revolução: legalistas no Império Britânico'], *The William and Mary Quarterly* 65, no. 2 (2008): p. 208 (inglês).
- 52 Jasanoff, 'The Other Side of the Revolution' ['O outro lado da revolução']: p. 220.
- 53 Friedemann Pestel, 'French Revolution and Migration after 1789' ['Revolução Francesa e Migração após 1789'], *European History Online* (11 julho 2017), para. 1 (inglês).
- 54 Ibid., para. 9.
- 55 Philip Laure e Juliette Reboul (eds.), '*French Emigrants in Revolutionised Europe: Connected Histories and Memories, War, Culture and Society, 1750–1850*' ['Emigrantes franceses na Europa revolucionada: histórias e memórias conectadas, guerra, cultura e sociedade, 1750–1850'] (London: Palgrave Macmillan, 2019), p. 208 (inglês); Pestel, 'French Revolution and Migration after 1789' ['Revolução Francesa e Migração após 1789'], paras. 12–4 (inglês).
- 56 Pestel, 'French Revolution and Migration after 1789' ['Revolução Francesa e Migração após 1789'], para. 26 (inglês).

...PARTE I: As Raízes do Acolhimento...

- 57 Laure e Reboul, '*French Emigrants in Revolutionised Europe*' ['Emigrantes franceses na Europa revolucionada'], p. 6 (inglês).
- 58 Parlamento da Grã-Bretanha, [Lei de Estrangeiros de 1793](#), 33 Geo 3 c 4.
- 59 Phil Orchard, '*A Right to Flee: Refugees, States and the Construction of International Cooperation*' ['Direito de Fuga: Refugiados, Estados e a Construção da Cooperação Internacional'] (Cambridge: Cambridge University Press, 2014), p. 83 (inglês). Orchard também observa que os refugiados continuaram a ser "agrupados na categoria mais ampla de estrangeiros".
- 60 Congresso dos Estados Unidos da América, Lei de Naturalização; Lei de Estrangeiros; Lei de Inimigos Estrangeiros; Lei de Sedição (1798), Sess. II, cap. 58, Quinto Congresso.
- 61 Aristide R. Zolberg, 'The Roots of American Refugee Policy' ['As Raízes da Política Americana de Refugiados'], *Social Research: An International Quarterly* 55, no. 4 (Winter 1988): pp. 649–650 (inglês); R. R. Palmer e David Armitage, '*The Age of the Democratic Revolution: A Political History of Europe and America, 1760–1800*' ['A Era da Revolução Democrática: Uma História Política da Europa e da América, 1760–1800'] (Princeton, NJ: Princeton University Press, 2014), pp. 767–768 (inglês); Ken Drexler, [Leis de Estrangeiros e Sedição: Documentos Primários na História Americana](#), Research Guide, *Library of Congress* [Biblioteca do Congresso] website (27 setembro 2019); Orchard, '*A Right to Flee*' ['Direito de Fuga'], pp. 94–95 (inglês).
- 62 Congresso dos Estados Unidos da América, Leis de Estrangeiros, de Inimigos Estrangeiros, de Sedição e de Naturalização (1798).
- 63 Theophilus C. Prousis, 'Russian Philorthodox Relief During The Greek War Of Independence' ['Auxílio Filortodoxo Russo Durante a Guerra da Independência Grega'], *History Faculty Publications* 17 (Universidade do Norte da Flórida, 1985): pp. 33–52 (inglês). Prousis também aponta que, embora o regime czarista não quisesse encorajar a rebelião, como o "protetor da ortodoxia", havia um clamor popular considerável para que os gregos fossem assistidos, p. 34.
- 64 Para mais informações sobre a Guerra da Independência Grega, bem como sobre os fatores por trás do engajamento das potências regionais, ver: William St Clair, '*That Greece Might Still Be Free: The Philhellenes in the War of Independence*' ['Que a Grécia ainda pode ser livre: Os Philhellenes na Guerra da Independência'] (Cambridge: Open Book Publishers, 2008), pp. 29–34, 51–65, 312–317 (inglês).
- 65 Ther, '*The Outsiders*' ['Os Forasteiros'], pp. 145–146 (inglês).
- 66 "["Grande" emigração política polonesa \(1831-1870\)](#)", in *Encyclopedia of 1848 Revolutions* [Enciclopédia das Revoluções de 1848] online (19 October 2004).
- 67 Ther, '*The Outsiders*' ['Os Forasteiros'], pp. 149–156 (inglês).
- 68 Segundo Ther, isso marcou o fim de uma "tradição de quase sessenta anos como país de exílio", *ibid.*, p. 152.

...PARTE I: As Raízes do Acolhimento...

- 69 Helena Toth, "[Por puro patriotismo, assumi este serviço': refugiados políticos na guerra civil americana](#)", *Muster blog* (14 julho 2017).
- 70 Orchard, *A Right to Flee* ['Direito de Fuga'], pp. 99–100 (inglês).
- 71 Başak Kale, 'Transforming an Empire: The Ottoman Empire's Immigration and Settlement Policies in the Nineteenth and Early Twentieth Centuries' ['Transformando um império: as políticas de imigração e colonização do Império Otomano nos séculos XIX e XX.'], *Middle Eastern Studies* 50, no. 2 (2014): p. 262 (inglês).
- 72 György Csorba, 'Hungarian Emigrants of 1848–49 in the Ottoman Empire' ['Emigrantes húngaros de 1848–1849 no Império Otomano'], in Hasan Celâl Güzel, C. Cem Oguz, Osman Karatay (eds.), *'The Turks'* ['Os Turcos'] vol. 4 (Ankara: Yeni Türkiye, 2002), p. 225 (inglês).
- 73 Orchard, *'A Right to Flee'* ['Direito de Fuga'], p. 96 (inglês). David FitzGerald observa também que no final do século XIX, embora variável na lei e na prática, "um princípio incipiente de não devolver as pessoas aos braços de seus escravizadores estava se estabelecendo entre as potências ocidentais" David FitzGerald, 'Refugee Regimes' ['Regimes de Refugiados'], in Marcelo J.Borges e Madeline Y. Hsu (eds.), *Cambridge History of Global Migrations* [Cambridge: História das Migrações Globais] vol. II (Cambridge: Cambridge University Press, forthcoming) (inglês).
- 74 O artigo 16 dispõe que os "Refugiados políticos terão asilo inviolável; mas é dever da nação de refúgio impedir que que asilados dessa espécie cometam em seu território quaisquer atos que possam pôr em perigo a paz pública da nação contra a qual o delito foi cometido." [Tratado de Direito Penal Internacional, adotado pelo Primeiro Congresso Sul-Americano de Direito Internacional Privado em Montevidéu](#) (23 janeiro 1889), art. 16. Para mais informações sobre o tratado, ver: Anders B. Johnsson, 'Montevideo Treaty on International Penal Law: 1889–1989 – 100 years of Treaty Making on Asylum Issues,' ['Tratado de Montevidéu sobre Direito Penal Internacional: 1889–1989 – 100 anos de celebração de tratados sobre questões de asilo'] *International Journal of Refugee Law* 1, no. 4 (1989): pp. 554–574 (inglês).
- 75 Ther, *'The Outsiders'* ['Os Forasteiros'], pp. 152–153 (inglês).
- 76 No século XVIII, os não-mulçumanos foram organizados em três millets: gregos ortodoxos; armênio e judia. Veja: Efrat Aviv, ['Sistema Millet no Império Otomano' Empire](#), *Oxford Bibliographies* (28 novembro 2016).
- 77 Hakan Kirmli, 'Emigrations from the Crimea to the Ottoman Empire during the Crimean War' ['Emigrações da Crimeia para o Império Otomano durante a Guerra da Crimeia'], *Middle Eastern Studies* 44, no. 5 (2008): p. 766 (inglês); Kale, 'Transforming an Empire' ['Transformando um Império']: p. 258 (inglês). Para mais informações sobre a experiência daqueles que foram deslocados, ver: Vladimir Hamed-Troyansky, 'Circassian Refugees and the Making of Amman, 1878–1914' ['Refugiados circassianos e a construção de Amã, 1878–1914'], *International Journal of Middle East Studies* 49, no. 4 (novembro 2017): p. 9 (inglês).
- 78 Que não poderia ser vendido por 20 anos. Kale, 'Transforming an Empire' ['Transformando um Império']: p. 258 (inglês).

...PARTE I: **As Raízes do Acolhimento...**

- 79 As concessões fiscais podem variar dependendo se a pessoa é muçulmana e também pelo local de assentamento. Hamed-Troyansky, 'Circassian Refugees' ['Refugiados circassianos']: pp. 608, 619 (inglês); Kirmli, 'Emigrations from the Crimea' ['Emigrações da Crimeia']: p. 766 (inglês).
- 80 Ver: Vladimir Hamed-Troyansky, 'Imperial Refuge: Resettlement of Muslims from Russia in the Ottoman Empire, 1860–1914' ['Refúgio Imperial: Reassentamento de Muçulmanos da Rússia no Império Otomano, 1860–1914'], Dissertação de doutorado, Universidade de Stanford, 2018, pp. 14–16 (inglês).
- 81 Nesim Şeker, 'Forced Population Movements in the Ottoman Empire and the Early Turkish Republic: An Attempt at Reassessment through Demographic Engineering' ['Movimentos populacionais forçados no Império Otomano e no início da República Turca: uma tentativa de reavaliação por meio da engenharia demográfica'], *European Journal of Turkish Studies* 16 (2013): pp. 4–5 (inglês). Kemal H. Karpat, 'Ottoman Population Records and the Census of 1881/82–1893' ['Registros Populacionais Otomanos e o Censo de 1881/82–1893'], *International Journal of Middle East Studies* 9, no. 3 (1978): p. 246 (inglês); Stanford Shaw e Ezel Kural Shaw, *History of the Ottoman Empire and Modern Turkey* ['História do Império Otomano e da Turquia Moderna'] (Cambridge: Cambridge University Press, 1976), p. 116 (inglês). O tratado que concluiu a guerra russo-turca redesenhou o mapa dos Bálcãs: concedeu independência à Romênia, Sérvia e Montenegro, diminuiu o território otomano na Europa, expandiu a Áustria-Hungria e deixou muitos dos participantes com queixas latentes que contribuíram a novos conflitos no próximo século.
- 82 Kale, 'Transforming an Empire' ['Transformando um Império']: p. 254 (inglês).
- 83 Dawn Chatty, 'Refugees, Exiles, and Other Forced Migrants in the Late Ottoman Empire' ['Refugiados, exilados e outros migrantes forçados no final do Império Otomano'], *Refugee Survey Quarterly* 32, no. 2 (junho 2013): pp. 42–44 (inglês). Antes dessa época, o assentamento de refugiados era em grande parte ad hoc e deixado aos cuidados das autoridades locais com a assistência prestada por associações locais, sociais e religiosas. Fuat Dündar, 'How Migration Institutions "Think"?: The Ottoman-Turkish Case' ['Como as instituições migratórias "pensam"?: o caso turco-otomano'], *Anatoli* 9 (2018): p. 169 (inglês). Seker descreve como os otomanos abordaram o assentamento desses grupos para atender seus interesses militares, estratégicos e políticos. Seker, 'Forced Population Movements' ['Movimentos populacionais forçados']: p. 5 (inglês).
- 84 Kale, 'Transforming an Empire' ['Transformando um Império']: p. 264. Em sua revisão das instituições de imigração/refugiados do período, Dündar argumenta que elas eram muitas vezes ineficientes, em parte porque eram erigidas e desmanteladas com frequência (levando à instabilidade), fortemente dependentes de líderes carismáticos e insuficientemente equipadas. Ao mesmo tempo, reconhece que ajudaram o Império a receber em massa os recém-chegados e contribuíram para a construção do Estado moderno. Veja: Dündar, 'How Migration Institutions "Think"?' ['Como as instituições migratórias "pensam"?']: pp. 169–182 (inglês). Confrontos violentos entre refugiados e comunidades locais perpetrados por ambos os lados não eram raros.
- 85 Dündar, 'How Migration Institutions "Think"?' ['Como as instituições migratórias "pensam"?']: pp. 171–174, 177–178 (inglês); Kale, 'Transforming an Empire' ['Transformando um Império']: p. 265 (inglês); Chatty, 'Refugees, Exiles, and Other Forced Migrants' ['Refugiados, exilados e outros migrantes forçados']: p. 44 (inglês).

...PARTE I: As Raízes do Acolhimento...

- 86** O estudo de Hamed-Troyansky revela como os refugiados no Império Otomano utilizaram o Código de Terras de 1858 e que isso gerou oportunidades de mercado. Ele observa que: "A distribuição de terras para refugiados se desenvolveu dentro da estrutura do Código de Terras Otomano de 1858, que forneceu um sistema atualizado e centralizado que rege a propriedade da terra". Hamed-Troyansky, 'Circassian Refugees' ['Refugiados circassianos']: p. 608 (inglês). Dündar, 'How Migration Institutions "Think"?' ['Como as instituições migratórias "pensam"?']: p. 170–172 (inglês).
- 87** Dündar, 'How Migration Institutions "Think"?' ['Como as instituições migratórias "pensam"?']: pp. 181–182 (inglês).
- 88** Hamid Troyansky observa que, no norte dos Bálcãs, houve menor apoio estatal para terras e subsídios, o que contribuiu para confrontos muçulmanos-cristãos e acabou levando à Guerra Russo-Otomana. Na Anatólia central, também houve menor investimento do Estado, resultando em estagnação econômica. Em contraste, entre os assentamentos bem-sucedidos estavam os dos circassianos cujas aldeias no sul do Levante floresceram e cuja indústria impulsionou o comércio regional e atraiu investimentos externos. Ele também credita o apoio otomano ao assentamento de refugiados como permitindo que os refugiados estabeleçam três das quatro principais cidades da Jordânia moderna, incluindo a capital de Amã. Hamed-Troyansky, 'Imperial Refuge' ['Refúgio Imperial'], pp. iv–v, 3 (inglês); Hamed-Troyansky, 'Circassian Refugees' ['Refugiados circassianos']: p. 606 (inglês).
- 89** Ther, *'The Outsiders'* ['Os Forasteiros'], p. 44 (inglês). Ther também observa que os refugiados judeus tiveram grande dificuldade em encontrar um Estado que estivesse disposto a aceitá-los. Em relação aos Estados Unidos, as organizações judaicas apoiaram os difíceis procedimentos de reassentamento, que exigiam boa saúde, capacidade de cuidar financeiramente de si mesmos e pagamento pela viagem. Muitos não conseguiram atender a esses requisitos rigorosos e, na ausência de um porto de refúgio, acabaram tendo que retornar à Rússia.
- 90** Charles Keely examina como os Estados com mais de um grupo nacional abordaram a construção da nação e identifica quatro maneiras: i) criar uma identidade supranacional separada de qualquer grupo constituinte; (ii) criar uma identidade nacional baseada em um grupo dominante e exigir que os outros se conformem; (iii) expulsar ou transferir aqueles que não pertençam ao grupo dominante; (iv) fazer arranjos de confederação. Ele observa que, embora todos os quatro padrões incluam a possibilidade de conflito entre grupos, o que pode levar a conflitos e deslocamentos forçados, aqueles que exigem a destruição ou supressão da identidade nacional são mais propensos a encontrar resistência e alto risco de conflito. Charles B. Keely, 'How Nation-States Create and Respond to Refugee Flows' ['Como os Estados-Nação criam e respondem aos fluxos de refugiados'], *The International Migration Review* 30, no. 4 (1996): pp. 1053–1054 (inglês).
- 91** Mark Biondich, 'The Balkan Wars: violence and nation-building in the Balkans, 1912–13' ['As Guerras Balcânicas: violência e construção da nação nos Bálcãs, 1912–13'], *Journal of Genocide Research* 18, no. 4 (2016): pp. 389–400 (inglês). Grécia, Sérvia e Montenegro expandiram-se consideravelmente, a Liga dos Bálcãs entrou em colapso e a aliança Sérvia/Rússia se aprofundou, para alarme da Áustria-Hungria e da Alemanha.
- 92** O número de refugiados muçulmanos após a Primeira Guerra Balcânica (1912) é estimado em 400.000 em Biondich, 'The Balkan Wars' ['As Guerras Balcânicas']: p. 392 (inglês). Veja também: Berna Pekesen,

...PARTE I: **As Raízes do Acolhimento...**

- [‘Expulsão e emigração dos muçulmanos dos Balcãs’](#), *European History Online* (7 março 2012), para. 7; Nedim İpek, ‘The Balkans, War, and Migration’ [‘As Guerras Balcânicas e Imigração’], in M. Hakan Yavuz e Isa Blumi (eds.), *War and Nationalism: The Balkan Wars, 1912–1913, and their Sociopolitical Implications* [‘Guerra e Nacionalismo: As Guerras Balcânicas, 1912–1913, e suas Implcações Sociopolíticas’] (Salt Lake City, UT: University of Utah Press, 2013), p. 649 (inglês).
- 93 Peter Gatrell, *‘The Making of the Modern Refugee’* [‘A Formação do Refugiado Moderno’] (Oxford: Oxford University Press, 2013), p. 24 (inglês).
- 94 Gatrell, *‘The Making of the Modern Refugee’* [‘A Formação do Refugiado Moderno’], p. 23 (inglês).
- 95 İpek, ‘The Balkans, War, and Migration’ [‘As Guerras Balcânicas e Imigração’], pp. 645–646 (inglês).
- 96 De acordo com İpek, as políticas do Estado otomano para incentivar o retorno de refugiados foram projetadas para resultar em autoconfiança e contribuição dos retornados para o tesouro do estado, bem como para povoar certas áreas mais densamente. Os retornados cultivavam terras estatais e territórios desocupados ou abandonados e geravam renda tributável para o estado. İpek, ‘The Balkans, War, and Migration’ [‘As Guerras Balcânicas e Imigração’], pp. 650–652 (inglês).
- 97 İpek, ‘The Balkans, War, and Migration’ [‘As Guerras Balcânicas e Imigração’], pp. 651–652 (inglês); Eyal Ginio, ‘Mobilizing the Ottoman Nation during the Balkan Wars (1912–1913): Awakening from the Ottoman Dream’ [‘Mobilizando a Nação Otomana durante as Guerras Balcânicas (1912–1913): Despertar do Sonho Otomano’], *War in History* 12, no. 2 (2005): pp. 165–167 (inglês).
- 98 Gatrell, *The Making of the Modern Refugee* [A Formação do Refugiado Moderno], p. 25 (inglês).
- 99 Steven Mintz, [‘Contexto histórico: o efeito global da Primeira Guerra Mundial’](#), *Gilder Lehrman Institute of American History* website.
- 100 Peter Gatrell, [‘Refugiados’, 1914–1918’](#), *Online: International Encyclopedia of the First World War* [Enciclopédia Internacional da Primeira Guerra Mundial] (8 outubro 2014); Zolberg, Suhrke, e Aguayo, *‘Escape from Violence’* [‘Fuga da Violência’], p. 18 (inglês).
- 101 Ver, por exemplo: Harald Wixforth, ‘The Economic Consequences of the First World War’ [‘As Consequências Econômicas da Primeira Guerra Mundial’], *Contemporary European History* 11, no. 3 (agosto 2002): pp. 477–488 (inglês); John Singleton, “‘Destruction...and misery’: the First World War” [“‘Destruição.. e miséria”: a Primeira Guerra Mundial’] in Michael J. Oliver e Derek H. Aldcroft (eds.), *‘Economic Disasters of the Twentieth Century’* [‘Desastres Econômicos do Século XX’] (Cheltenham, UK: Edward Elgar, 2007) (inglês); Apocalypse: 10 Lives, ‘The Consequences of the First World War’ [‘As Consequências da Primeira Guerra Mundial’].
- 102 Incluindo Áustria, Tchecoslováquia, Estônia, Hungria, Letônia, Lituânia, Polônia e Iugoslávia.
- 103 Incluídos nessas realocações forçadas estavam judeus, poloneses alemães e fazendeiros bálticos. Gatrell, *‘The Making of the Modern Refugee’* [‘A Formação do Refugiado Moderno’], p. 30 (inglês).

...PARTE I: As Raízes do Acolhimento...

- 104** Peter Gatrell, '[Guerra, refugiados, revolução: entendendo a crise de refugiados na Rússia, 1914–1917](#)', *Cahiers du Monde Russe*, 58, 1/2 (2017): pp. 123–146 (inglês). A Guerra Civil Russa eclodiu assim que a Primeira Guerra Mundial chegou ao fim e criou novas ondas de movimentos de refugiados, bem como conflitos entre facções – o Exército Branco lutou contra o Exército Vermelho, e grupos nacionalistas em todo o Báltico lutaram contra ambos, bem como outras lutas nas regiões caucasianas e asiáticas da Rússia. Ibid., p. 138.
- 105** Gatrell estima que o número de pessoas deslocadas internamente na Rússia atingiu 3–7 milhões de pessoas apenas entre 1915 e 1917. Peter Gatrell, 'Refugees and Forced Migrants during the First World War' ['Refugiados e Migrantes Forçados durante a Primeira Guerra Mundial'], *Immigrants & Minorities* 26, no. 1/2 (março/julho 2008): p. 86 (inglês). Skran observa que o número de refugiados russos é difícil de determinar, mas que em 1922 havia cerca de 900.000 concentrados em países europeus que faziam fronteira com o antigo Império Russo. Havia mais de cem mil no Extremo Oriente. Skran, '*Refugees in Inter-War: The Emergence of a Regime*' ['Refugiados na Europa do Entre Guerras: O Surgimento de um Regime'] (Oxford: Oxford University Press, 2011), pp. 35–36 (inglês).
- 106** Sobre o deslocamento durante a Primeira Guerra Mundial, ver: Ther, '*The Outsiders*' ['Os Forasteiros'], p. 57 (inglês).
- 107** Martin Gilbert, 'Twentieth-Century Genocides' ['Genocídios do século XX'], in Jay Winter (ed.), '*America and the Armenian Genocide of 1915*' ['América e o Genocídio Armênio de 1915'] (Cambridge: Cambridge University Press, 2004), p. 19 (inglês); Jay Winter, 'The Armenian Genocide in the context of total war' ['O Genocídio Armênio no contexto da guerra total'] in '*America and the Armenian Genocide of 1915*' ['América e o Genocídio Armênio de 1915'], p. 48 (inglês); Henry Morgenthau, '[A história do embaixador Morgenthau](#)' (Garden City, NY: Doubleday, Page & Company, 1918). As terras armênias foram usadas para reinstalar os refugiados das Guerras Balcânicas.
- 108** Skran, '*Refugees in Inter-War Europe*' ['Refugiados na Europa do Entre Guerras'], p. 45 (inglês). A Síria, a Grécia e a França estavam entre os principais países receptores.
- 109** Gatrell observa que eles construíram "sobre as bases de um senso comum de perda e da necessidade de esforço coletivo para recuperar o que foi perdido em tempo de guerra", '*The Making of the Modern Refugee*' ['A Formação do Refugiado Moderno'], p. 43 (inglês). Para as dificuldades enfrentadas pelos refugiados na Itália, ver: Matteo Ermacora, 'Assistance and Surveillance: War Refugees in Italy, 1914–1918' ['Assistência e Vigilância: Refugiados de Guerra na Itália, 1914–1918'], *Contemporary European History* 16, no. 4 (novembro 2007) (inglês).
- 110** Gatrell, '*The Making of the Modern Refugee*' ['A Formação do Refugiado Moderno'], p. 40. Gatrell observa, por exemplo, "Arthur Ringland, que foi fundamental na criação da CARE, e Maurice Pate, que ajudou a fundar o UNICEF". Sobre aqueles que se tornaram líderes políticos, ver: Gatrell, 'Refugees and Forced Migrants' ['Refugiados e Migrantes Forçados']: p. 103 (inglês).
- 111** Skran, '*Refugees in Inter-War Europe*' ['Refugiados na Europa do Entre Guerras'], p. 38 (inglês).

...PARTE I: As Raízes do Acolhimento...

- 112** Skran, *'Refugees in Inter-War Europe'* ['Refugiados na Europa do Entre Guerras'], pp. 38–39 (inglês). Skran escreve que dos cerca de 900.000 refugiados russos em 1922, quase metade permaneceu em situação de insegurança 20 anos depois.
- 113** Ao final da Guerra, e em nome da Liga, Nansen foi encarregado da troca de mais de 400.000 prisioneiros de guerra entre a antiga Áustria-Hungria, Alemanha e Rússia. Em 1921, ele coordenou os esforços de socorro para milhões de pessoas que enfrentavam a morte por fome durante a fome na União Soviética. Por todos os seus esforços, ele recebeu o Prêmio Nobel da Paz em 1922, o Prêmio Nobel, ['Fridtjof Nansen: Fatos'](#), website. Sobre sua personalidade, ver: Skran, que escreve que sua "personalidade encarnava o princípio humanitário do regime internacional de refugiados" em *'Refugees in Inter-War Europe'* ['Refugiados na Europa do Entre Guerras'], p. 288 (inglês).
- 114** Estados estavam relutantes em estender o status de refugiado além de grupos específicos. Ver: Skran, *'Refugees in Inter-War Europe'* ['Refugiados na Europa do Entre Guerras'], pp. 114–116 (inglês).
- 115** Katy Long, *'The Point of No Return: Refugees, Rights, and Repatriation'* ['O ponto sem retorno: refugiados, direitos e repatriação'] (Oxford: Oxford University Press, 2013), p. 55 (inglês).
- 116** Skran, *'Refugees in Inter-War Europe'* ['Refugiados na Europa do Entre Guerras'], pp. 152–154 (inglês). Apenas 6.000 refugiados russos foram repatriados. Long, *'The Point of No Return'* ['O ponto sem retorno'] p. 56 (inglês).
- 117** No século XIX, Argentina, Austrália, Brasil, Canadá e Estados Unidos estavam entre os principais receptores de imigrantes. Para uma revisão comparativa, veja: Ashley S. Timmer e Jeffrey G. Williamson, [Racismo, Xenofobia ou Mercados? A economia política da política de imigração antes dos anos trinta](#), Série de Documentos de Trabalho NBER: Documento de Trabalho 5867 (Cambridge, MA: National Bureau of Economic Research, 1996) (inglês); Kelley and Trebilcock, *'The Making of the Mosaic'* ['A construção do mosaico'] (inglês); Skran, *Refugees in Inter-War Europe* ['Refugiados na Europa do Entre Guerras'], pp. 22–23 (inglês); Museu Nacional da Austrália, ['Política da Austrália Branca'](#), website; Diego Acosta Arcarazo, 'Immigration and wealth in 19th century South America' ['Imigração e riqueza na América do Sul do século XIX'], Comentário de Especialista, DOC Research Institute (29 novembro 2018) (inglês); Diego Acosta Arcarazo, *'The National versus the Foreigner in South America: 200 Years of Migration and Citizenship Law'* ['O Nacional versus o Estrangeiro na América do Sul: 200 Anos de Direito de Migração e Cidadania'] (Cambridge: Cambridge University Press, 2018), pp. 92–101 (inglês).
- 118** Entre os principais países receptores de imigração, atrair imigrantes foi inicialmente fundamental para a colonização da terra e havia incentivos consideráveis para estrangeiros e relativamente poucas barreiras. Restrições mais rígidas surgiram devido a uma série de fatores. A terra disponível para assentamento estava diminuindo e a crescente industrialização estava moderando a antiga grande demanda por mão de obra. Os sindicatos também estavam crescendo em força e insistiam em impedir que trabalhadores estrangeiros prejudicassem os salários. Além disso, os países viam a imigração como ajudando a definir o caráter nacional e construir uma sociedade homogênea baseada em valores, tradições e instituições comuns.

...PARTE I: As Raízes do Acolhimento...

- 119** Veja, por exemplo: Liga das Nações, [Acordo relativo ao estatuto jurídico dos refugiados russos e armênios](#) (assinado em 30 de junho de 1928), 'League of Nations Treaty Series' ['Série de Tratados da Liga das Nações'] vol. LXXXIX, no. 2005.
- 120** Susan Martin discute algumas dessas barreiras, ao mesmo tempo em que observa a importância do passaporte em reconhecer que os refugiados tinham um status jurídico específico. Susan F. Martin, '*International Migration: Evolving Trends from the Early Twentieth Century to the Present*' ['Migração internacional: tendências em evolução desde o início do século XX até o presente'] (New York: Cambridge University Press, 2014), pp. 51–56 (inglês). Veja também: James Hathaway, 'The Evolution of Refugee Status in International Law: 1920–1950' ['A Evolução do Estatuto de Refugiado no Direito Internacional: 1920–1950'], *International & Comparative Law Quarterly* 33, no. 2 (abril 1984): pp. 351–352 (inglês).
- 121** Thompson escreveu isso em 1938 e é citado em Skran, '*Refugees in Inter-War Europe*' ['Refugiados na Europa do Entre Guerras'], p. 122.
- 122** Ibid., p. 105.
- 123** Ibid., p. 192. Estes são aqueles que a OIT colocou diretamente. Alegou ter reduzido o desemprego de refugiados armênios e russos aptos direta e indiretamente em 50 por cento: de 400.000 para 200.000, p. 192.
- 124** Skran, '*Refugees in Inter-War Europe*' ['Refugiados na Europa do Entre Guerras'], pp. 43–44 (inglês); Liga das Nações, [O Assentamento dos Refugiados Gregos: Esquema para um Empréstimo Internacional. Protocolo](#) (30 de outubro 1924), C. 524. M. 187. 1924. II, p. 8.
- 125** Ellinor Morack, 'Refugees, Locals and "The" State: Property Compensation in the Province of Izmir Following the Greco-Turkish Population Exchange of 1923' ['Refugiados, Locais e "O" Estado: Compensação de Propriedade na Província de Izmir Após a Troca de População Greco-Turca de 1923'], *Journal of the Ottoman and Turkish Studies Association* 2, no. 1 (2015): pp. 147–166 (inglês).
- 126** A Convenção sobre o Intercâmbio de Populações Gregas e Turcas fazia parte do Tratado de Lausanne de 1923, assinado entre o Império Britânico, França, Grécia, Itália, Japão, Romênia e o Estado Sérvio-Croata-Esloveno de um lado, e a Turquia do outro, "para encerrar definitivamente o estado de guerra que existe no Oriente desde 1914". Convention Concerning the Exchange of Greek and Turkish Populations ['Convenção relativa ao intercâmbio de populações gregas e turcas'] (assinada em 25 de agosto de 1923), LNTS vol. XXXII, no. 806.
- 127** Skran, '*Refugees in Inter-War Europe*' ['Refugiados na Europa do Entre Guerras'], pp. 44 (inglês). Uma troca semelhante ocorreu dentre a Grécia e a Bulgária sob o Tratado de Neuilly, em que 45.000 gregos dentro da Bulgária partiram para a Grécia e 92.000 dos 139.000 búlgaros na Grécia partiram para a Bulgária.
- 128** Convention Concerning the Exchange of Greek and Turkish Populations (1923) ['Convenção relativa ao intercâmbio de populações gregas e turcas']; Al Jazeera World, '[O Grande Intercâmbio Populacional entre a Turquia e a Grécia](#)', Video (10:43) (28 fevereiro 2018).

...PARTE I: As Raízes do Acolhimento...

- 129** Gatrell, *'The Making of the Modern Refugee'* [A Formação do Refugiado Moderno], pp. 67–70 (inglês); 'Kontogiorgi, *Population Exchange in Greek Macedonia: The Rural Settlement of Refugees, 1922–1930*' [Intercâmbio populacional na Macedônia grega: o assentamento rural de refugiados, 1922–1930] (Oxford: Oxford University Press, 2006), pp. 166–168, 338 (inglês).
- 130** Gatrell, *'The Making of the Modern Refugee'* [A Formação do Refugiado Moderno], pp. 64, 70 (inglês).
- 131** O empréstimo foi de 10 milhões de PIB. O RSC não tinha permissão para realizar "alívio" ou assistência de caridade, a menos que atendesse ao objetivo principal de autossuficiência da população refugiada. Liga das Nações, *'The Settlement of the Greek Refugees'* [O assentamento dos refugiados gregos] (1924), art. XV, p. 26 (inglês).
- 132** Martin Hill, *'The League of Nations and the Work of Refugee Settlement and Financial Reconstruction in Greece, 1922–1930'* [A Liga das Nações e o Trabalho de Assentamento de Refugiados e Reconstrução Financeira na Grécia, 1922–1930], *Weltwirtschaftliches Archiv* 34 (1931): p. 269 (inglês).
- 133** Elie Murard and Seyhun Orcad Sakalli, *'Influxo em massa de refugiados e prosperidade a longo prazo: lições do reassentamento da população grega'*, Documento de Reflexão 11613, IZA Institute of Labor Economics (junho 2018), p. 5 (inglês). Os refugiados nas áreas urbanas, que representam aproximadamente 50 por cento da população refugiada, foram assistidos com alojamento, mas sem outros meios de apoio. Esperava-se que eles encontrassem trabalho, principalmente no setor industrial. Murard and Sakalli, *'Mass Refugee Inflow and Long-run Prosperity'* [Influxo em massa de refugiados e prosperidade a longo prazo], p. 8 (inglês).
- 134** John Hope Simpson, *'The Work of the Greek Refugee Settlement Commission'* [O Trabalho da Comissão de Assentamento de Refugiados Gregos], *Journal of the Royal Institute of International Affairs* 8, no. 6 (1929): pp. 590– 591, 596 (inglês); Gatrell, *'The Making of the Modern Refugee'* [A Formação do Refugiado Moderno], p. 66 (inglês). A falta de investimentos contínuos no setor de saúde, no entanto, fez com que o impacto positivo não fosse sustentado por vários anos. Kontogiorgi, *'Population Exchange in Greek Macedonia'* [Intercâmbio populacional na Macedônia grega], p. 276 (inglês).
- 135** Simpson, *'The Work of the Greek Refugee Settlement Commission'* [O Trabalho da Comissão de Assentamento de Refugiados Gregos]: pp. 599– 600 (inglês).
- 136** Skran, *'Refugees in Inter-War Europe'* [Refugiados na Europa do Entre Guerras], p. 164 (inglês).
- 137** Indicado por rendimentos mais altos, níveis mais altos de riqueza familiar, maior nível educacional, bem como setores financeiros e manufatureiros maiores, ver: Murard and Sakalli, *'Mass Refugee Inflow and Long-Run Prosperity'* [Influxo em massa de refugiados e prosperidade a longo prazo].
- 138** Ibid., pp. 3, 36–38. O estudo reconhece os desafios empíricos na medição do impacto. Em 2017, a Assembleia Geral das Nações Unidas solicitou ao ACNUR que "coordenasse um esforço para medir o impacto decorrente do acolhimento, proteção e assistência aos refugiados, com o objetivo de avaliar as lacunas na cooperação internacional e promover uma divisão de encargos e responsabilidades mais

...PARTE I: As Raízes do Acolhimento...

equitativa, previsível e sustentável, e começar a relatar os resultados aos Estados Membros em 2018". Assembleia Geral da ONU, Resolução 72/150, [Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados](#) (19 de dezembro de 2017), UN Doc A/RES/72/150, para 20. Isso foi retomado em: Assembleia Geral da ONU, [Pacto Global sobre Refugiados](#) (2 de agosto de 2018), UN Doc A/73/12 (Parte II), para. 103. ACNUR emitiu seu primeiro relatório em 1 de julho de 2020. ACNUR, ['Medindo o Impacto de Hospedar, Proteger e Assistir Refugiados'](#), Relatório de Progresso, 1º de julho de 2020.

139 Ver discussão na Parte IV.

140 Skran, *'Refugees in Inter-War Europe'* ['Refugiados na Europa do Entre Guerras'], pp. 167–170 (inglês).

141 Skran, *'Refugees in Inter-War Europe'* ['Refugiados na Europa do Entre Guerras'], pp. 177–82 (inglês). Em relação aos empréstimos, eles foram mais bem-sucedidos com os refugiados urbanos. Os agricultores tiveram dificuldades em cumprir os pagamentos em parte devido a quebras de safra em meados da década de 1030 e alguns distúrbios políticos em certas áreas. (p. 181) Uma proposta inicial para apoiar empréstimos aos armênios dentro dos territórios russos não conseguiu ganhar força, pois os países aliados não estavam interessados em investir em áreas sob controle soviético. Ibid., pp. 171–176.

142 O Escritório foi criado após a morte do Alto Comissário Nansen em 1930. Era responsável por supervisionar a implementação do trabalho da Liga em relação a grupos específicos de refugiados, nomeadamente refugiados russos e refugiados cristãos do antigo Império Otomano. Acabou sendo incorporado ao Escritório do Alto Comissariado para Refugiados em 1938. Sobre a representação de refugiados, ver: Ibid., pp. 83–84.

143 Louise W. Holborn, 'The Legal Status of Political Refugees, 1920–1938' ['O Estatuto Jurídico dos Refugiados Políticos, 1920–1938'], *The American Journal of International Law* 32, no. 4 (1938): p. 689 (inglês).

144 Liga das Nações, [Convenção relativa ao Estatuto Internacional dos Refugiados](#) (assinada em 28 de outubro de 1933), LNTS vol. CLIX, no. 3663.

145 Convention relating to the International Status of Refugees (1933) ['Convenção relativa ao Estatuto Internacional dos Refugiados'], arts. 2, 3, 6, 7, respectivamente. O Reino Unido não concordou com a proibição de expulsão na fronteira e fez uma reserva a este respeito. Gilbert Jaeger, 'On the History of the International Protection of Refugees' ['Sobre a história da proteção internacional dos refugiados'], *International Review of the Red Cross* 83, no. 843 (setembro de 2001): p. 730 (inglês).

146 Convention relating to the International Status of Refugees ['Convenção relativa ao Estatuto Internacional dos Refugiados'] (1933) arts. 8, 10, e 12 respectivamente.

147 Convention relating to the International Status of Refugees ['Convenção relativa ao Estatuto Internacional dos Refugiados'] (1933), art. 15.

148 Tristan Harley, ['Participação de Refugiados Revisitada: As Contribuições de Refugiados para a Primeira Lei e Política Internacional de Refugiados'](#), Documento de referência para o 70º aniversário da Convenção sobre Refugiados de 1951, ACNUR (outubro de 2021).

...PARTE I: As Raízes do Acolhimento...

- 149** Russos, armênios, assírios, alguns turcos e assírios-caldeus.
- 150** Bélgica, Bulgária, Tchecoslováquia, Dinamarca, França, Itália, Noruega, e Reino Unido. Convention relating to the International Status of Refugees ['Convenção relativa ao Estatuto Internacional dos Refugiados'] (1933).
- 151** 'Spanish Civil War (1936–39)' ['Guerra Civil Espanhola'], in *Dictionary of World History* [Dicionário da História Mundial] (Oxford: Oxford University Press, 2006) (inglês).
- 152** Gatrell estima que 300.000 refugiados fugiram para a França sozinho em outubro de 1937 em: '*The Making of the Modern Refugee*' ['A Formação do Refugiado Moderno'], p. 73 (inglês).
- 153** A essa altura, a França havia recebido 70.000 refugiados da Espanha. Skran, '*Refugees in Inter-War Europe*' ['Refugiados na Europa do Entre Guerras'], p. 58 (inglês). Vicki Caron, 'Unwilling Refuge: France and the Dilemma of Illegal Immigration, 1933–1939' ['Refúgio relutante: a França e o dilema da imigração ilegal, 1933–1939'], in Frank Caestecker e Bob Moore (eds.), '*Refugees from Nazi Germany and the Liberal European States*' ['Refugiados da Alemanha nazista e dos Estados liberais europeus'] (New York: Berghahn Books, 2010) (inglês).
- 154** Gatrell, '*The Making of the Modern Refugee*' ['A Formação do Refugiado Moderno'], p. 73 (inglês).
- 155** Scott Soo, '*The routes to exile: France and the Spanish Civil War refugees, 1939–2009*' ['As rotas para o exílio: a França e os refugiados da Guerra Civil Espanhola, 1939–2009'] (Manchester, UK: University of Manchester Press, 2013), pp. 26–27, 35, 59 (inglês); Ther, '*The Outsiders*' ['Os Forasteiros'], p. 164 (inglês). Geneviève Dreyfus-Armand, '[Quando os refugiados da Espanha se voltaram contra a França](#)', *Le Monde Diplomatique* (maio 2017).
- 156** Dreyfus-Armand, 'When Spain's Refugees Turned to France' ['Quando os refugiados da Espanha se voltaram contra a França']. De acordo com Soo, as populações do campo foram reduzidas de 275.000 para 5.000 no final de 1940. Soo, '*The routes to exile*' ['As rotas para o exílio'], p. 126 (inglês).
- 157** Ther, '*The Outsiders*' ['Os Forasteiros'], pp. 165–166 (inglês). Entre os que permaneceram, muitos caíram sob ocupação alemã durante a Segunda Guerra Mundial, foram detidos em campos de concentração e usados para trabalho forçado. '[Guerra Civil Espanhola](#)', *Holocaust Encyclopedia* website; Dreyfus-Armand, 'When Spain's Refugees Turned to France' ['Quando os refugiados da Espanha se voltaram contra a França']; Soo, '*The routes to exile*' ['As rotas para o exílio'], pp. 80–81 (inglês). Gatrell descreve como após a guerra sua situação permaneceu precária. Gatrell, '*The Making of the Modern Refugee*' ['A Formação do Refugiado Moderno'], pp. 75–76 (inglês).
- 158** Rosy Rickett, 'Refugees of the Spanish Civil War and those they left behind: personal testimonies of departure, separation and return since 1936' ['Refugiados da Guerra Civil Espanhola e aqueles que deixaram para trás: testemunhos pessoais de partida, separação e retorno desde 1936'], Tese de doutorado, Universidade de Manchester, 2014, pp. 53, 59 (inglês); Ther, '*The Outsiders*' ['Os Forasteiros'], pp. 165–166 (inglês).

...PARTE I: As Raízes do Acolhimento...

- 159 Alicia Alted Vigil, 'Repatriation or Return? The Difficult Homecoming of the Spanish Civil War Exiles' ['Repatriação ou Retorno? O difícil regresso a casa dos exilados da Guerra Civil Espanhola'], in Sharif Gemie, Scott Soo e Norry LaPorte (eds.), *'Coming Home? Vol. 1: Conflict and Return Migration in the Aftermath of Europe's Twentieth-Century Civil Wars'* ['Voltando para casa? Vol. 1: Conflito e migração de retorno no resultado das guerras civis do século XX na Europa'] (Newcastle upon Tyne: Cambridge Scholars Publishing, 2013), pp. 22–26 (inglês); Soo, *'The routes to exile'* ['As rotas para o exílio'], pp. 22–26 (inglês); Gatrell, *'The Making of the Modern Refugee'* ['A Formação do Refugiado Moderno'], p. 74 (inglês); Karl D. Qualls, 'From Niños to Soviets? Raising Spanish Refugee Children in House No 1 [De Niños a soviéticos? Criando crianças refugiadas espanholas na casa nº 1], 1937–1951', Artigo 43, *Dickinson College Faculty Publications* (2014), p. 2 (inglês).
- 160 Skran, *'Refugees in Inter-War Europe'* ['Refugiados na Europa do Entre Guerras'], pp. 48–53.
- 161 Ibid., p. 27 (inglês).
- 162 Seu escritório era separado da Liga, ele se reportava ao corpo diretivo da Comissão e não à Liga. Para mais informações sobre isso e McDonald, veja: Skran, *'Refugees in Inter-War Europe'* ['Refugiados na Europa do Entre Guerras'], pp. 197–198, 230 (inglês).
- 163 Greg Burgess, *'The League of Nations and the Refugees from Nazi Germany: James G. McDonald and Hitler's Victims'* ['A Liga das Nações e os Refugiados da Alemanha Nazista: James G. McDonald e as vítimas de Hitler'], (London: Bloomsbury Academic, 2016), pp. 32–33 (inglês).
- 164 James G. McDonald, *'Refugees and Rescue: The Diaries and Papers of James. G. McDonald, 1935–1945'* ['Refugiados e Resgate: Os Diários e Documentos de James G. McDonald, 1935–1945'], eds. Richard Breitman, Barbara McDonald Stewart, e Severin Hochberg (Bloomington, Washington, D.C: Indiana University Press, 2009) (inglês); Greg Burgess, *'The League of Nations and the Refugees from Nazi Germany'* ['A Liga das Nações e os Refugiados da Alemanha Nazista'], pp. 161–162 (inglês).
- 165 Skran, *'Refugees in Inter-War Europe'* ['Refugiados na Europa do Entre Guerras'], p. 200 (inglês).
- 166 Ibid., p. 214.
- 167 Holborn, 'The Legal Status of Political Refugees, 1920–1938' ['O Estatuto Jurídico dos Refugiados Políticos, 1920–1938'], pp. 694–695.
- 168 Liga das Nações, [Convenção sobre o Estatuto dos Refugiados Vindos da Alemanha](#) (assinada em 10 de fevereiro de 1938), LNTS vol. CXCI, no. 4461. Por exemplo, havia previsão qualificada de não expulsão "sem prejuízo das medidas que vierem a ser tomadas em qualquer território", art. 5.2. Permitiu aos refugiados o acesso aos tribunais, o direito de trabalhar em condições específicas e o tratamento mais favorável concedido aos estrangeiros em relação a acidentes de trabalho, assistência social e acesso à educação, arts. 8, 9, 11, 14, respectivamente.
- 169 Bélgica e Reino Unido. *Convention concerning the Status of Refugees coming from Germany* ['Convenção sobre o Estatuto dos Refugiados vindos da Alemanha'] (1938), Apêndice. (inglês)

...PARTE I: As Raízes do Acolhimento...

- 170** Yad Vashem. The World Holocaust Remembrance Center, "[Decisões tomadas na Conferência de Evian sobre Refugiados Judeus, julho de 1938](#)", website; Closed Borders, '[A Conferência Internacional em Evian](#)', website.
- 171** Skran, '*Refugees in Inter-War Europe*' ['Refugiados na Europa do Entre Guerras'], pp. 209–214 (inglês). Em uma conferência nas Bermudas em 1943, o mandato do Comitê Intergovernamental foi ampliado de buscar o reassentamento de refugiados da Alemanha nazista para todos os refugiados europeus. Como Susan Martin observa, no entanto, nenhum esforço renovado para reduzir as barreiras à entrada de refugiados judeus foi feito pelas potências aliadas. Eles se recusaram a negociar com a Alemanha para buscar a libertação de refugiados judeus porque não queriam ser inundados por refugiados nem tomar qualquer ação que interferisse no esforço de guerra. Susan F. Martin, '*International Migration*' ['Migração internacional], p. 60 (inglês).
- 172** Como uma publicação de Berlim, *Der Weltkampf* observou: "Estamos dizendo abertamente que não queremos os judeus enquanto as democracias continuam alegando que estão dispostas a recebê-los – e então deixam os convidados no frio. Afinal, não somos nós, os selvagens, homens melhores?" Citado em Kelley e Trebilcock, '*The Making of the Mosaic*' ['A construção do mosaico'], p.256 (inglês).
- 173** Skran, '*Refugees in Inter-War Europe*' ['Refugiados na Europa do Entre Guerras'], p. 222 (inglês). Skran estima que metade dos que imigraram da Alemanha foram assistidos por organizações privadas. Emma Haddad, '*The Refugee in International Society: Between Sovereigns*' ['O Refugiado na Sociedade Internacional: Entre Soberanos'] (Cambridge: Cambridge University Press, 2008) (inglês); Ronald C. Newton, '*Indifferent Sanctuary: German-Speaking Refugees and Exiles in Argentina, 1933–1945*' ['Santuário Indiferente: Refugiados e Exilados de Língua Alemã na Argentina, 1933–1945'], *Journal of Interamerican Studies and World Affairs* 24, no. 4 (novembro 1982): pp. 395–420 (inglês); Gao Bei, '*The Chinese Nationalist Government's Policy toward European Jewish Refugees during World War II*' ['A política do governo nacionalista chinês em relação aos refugiados judeus europeus durante a Segunda Guerra Mundial'], *Modern China* 37, no. 2 (março 2011): pp. 202–237 (inglês). Veja também: '[Refugiados](#)', *Holocaust Encyclopedia* website.
- 174** Stephen MacKinnon, 'Refugee Flight at the Outset of the Anti-Japanese War' ['Fuga de refugiados no início da Guerra Anti-Japonesa'] in Diane Lary e Stephen MacKinnon (eds.), '*Scars of War: The Impact of Warfare on Modern China*' ['Cicatrizes da Guerra: O Impacto da Guerra na China Moderna'] (Vancouver, Canada: UBC Press, 2001), p. 122 (inglês).
- 175** Steven I. Dutch, 'The Largest Act of Environmental Warfare in History' ['O Maior Ato de Guerra Ambiental da História'], *Environmental and Engineering Geoscience* 15, no. 4 (novembro 2009): pp. 287–297 (inglês); Gatrell, '*The Making of the Modern Refugee*' ['A Formação do Refugiado Moderno'], p. 181 (inglês).
- 176** Gatrell, '*The Making of the Modern Refugee*' ['A Formação do Refugiado Moderno'], p. 181 (inglês).
- 177** MacKinnon, 'Refugee Flight at the Outset of the Anti-Japanese War' ['Fuga de refugiados no início da Guerra Anti-Japonesa'], p. 122 (inglês); Gatrell, '*The Making of the Modern Refugee*' ['A Formação do Refugiado Moderno'], p. 178 (inglês). De acordo com Gatrell, "mais de 30 milhões [foram] deslocados até 1939", p. 180.

...PARTE I: As Raízes do Acolhimento...

- 178 Para mais informações sobre a organização em Wuhan e o legado, ver: Ibid, pp.127–133. Para obter informações sobre os esforços de socorro local e organizações de caridade chinesas, consulte: Hanna B. Krebs, [“Responsabilidade, legitimidade, moralidade: o humanitarismo chinês em perspectiva histórica”](#), Documento de Trabalho HPG, *Overseas Development Institute* (setembro 2014), pp. 9, 13; Pichamon Yeophantong [“Compreendendo a ação humanitária no leste e sudeste da Ásia: uma perspectiva histórica”](#), Documento de Trabalho HPG, *Overseas Development Institute* (fevereiro 2014), p. 9.
- 179 Skran, *‘Refugees in Inter-War Europe’* [‘Refugiados na Europa do Entre Guerras’] (inglês). Ela apresenta um resumo no capítulo final, pp. 261–296.
- 180 Emma Haddad, *‘The Refugee in International Society’* [‘O Refugiado na Sociedade Internacional’], p. 129 (inglês). Gatrell estima mais de 40 milhões. Gatrell, *‘The Making of the Modern Refugee’* [‘A Formação do Refugiado Moderno’], p. 89 (inglês).
- 181 Haddad, *‘The Refugee in International Society’* [‘O Refugiado na Sociedade Internacional’], p. 129 (inglês). Haddad conta que os refugiados civis fugiram do avanço dos exércitos alemães, inclusive da Polônia, Bélgica, Holanda, Luxemburgo, França, Iugoslávia e União Soviética.
- 182 Ther, *‘The Outsiders’* [‘Os Forasteiros’], p. 79 (inglês).
- 183 Haddad, *‘The Refugee in International Society’* [‘O Refugiado na Sociedade Internacional’], p. 129 (inglês). Ther escreve que, em geral, os alemães “desabrigaram pelo menos dois milhões de pessoas e deportaram três milhões de poloneses como trabalhadores forçados. Russos, ucranianos e sérvios sofreram destinos parecidos”. Ther, *‘The Outsiders’* [‘Os Forasteiros’], p. 80 (inglês).
- 184 Gatrell, *‘The Making of the Modern Refugee’* [‘A Formação do Refugiado Moderno’], p. 92 (inglês).
- 185 Rebecca Manley, *‘The Perils of Displacement: The Soviet Evacuee between Refugee and Deportee’* [‘Os perigos do deslocamento: a evacuação soviética entre refugiado e deportado’], *Contemporary European History* 16, no. 4 (novembro 2007): pp. 495–509 (inglês).
- 186 Mark Wyman, *‘DPs: Europe’s Displaced Persons, 1945–51’* [‘DPs: Deslocados da Europa, 1945–1951’] (Ithaca, NY: Cornell University Press, 1998), p. 17 (inglês).
- 187 Notavelmente Egito, Palestina, Síria, Irã, bem como Uganda, Tanzânia e Índia, entre outros. Ver, por exemplo: Ishaan Tharoor, [‘A história esquecida dos campos de refugiados europeus no Oriente Médio’](#), *The Washington Post* (2 June 2016); Evan Tapparata e Kuang Keng Kuek Ser, [“Durante a Segunda Guerra Mundial, refugiados europeus fugiram para a Síria. Veja como eram os acampamentos”](#), *The World* (26 abril 2016) (vídeo).
- 188 William I. Hitchcock, *‘The Bitter Road to Freedom: A New History of the Liberation of Europe’* [‘O amargo caminho para a liberdade: uma nova história da libertação da Europa’], (New York: Free Press, 2009), Ch. 7 e 9 (inglês); David Nasaw, *‘The Last Million’* [‘O último Milhão’] (New York: Penguin Press, 2020), pp. 9–12 (inglês).

...PARTE I: As Raízes do Acolhimento...

- 189** Wyman, 'DPs: Europe's Displaced Persons' ['DPs: Deslocados da Europa'], pp. 22–23, 34–35 (inglês).
- 190** Para mais informações sobre o deslocamento na Birmânia e para e dentro da Índia, ver: Yasmin Khan, '*India at War: The Subcontinent and the Second World War*' ['Índia em Guerra: O Subcontinente e a Segunda Guerra Mundial'] (New York: Oxford University Press, 2015) (inglês).
- 191** Richard Overy, '*The Oxford Illustrated History of World War Two*' ['The Oxford Illustrated History of World War Two'] (Oxford: Oxford University Press, 2015), pp. 35, 322 e 337 (inglês).
- 192** ACNUR, '*The State of The World's Refugees 2000: Fifty Years of Humanitarian Action*' ['A Situação dos Refugiados no Mundo 2000: Cinquenta Anos de Ação Humanitária'] (Oxford: Oxford University Press, 2000), p. 59 (inglês).
- 193** Prashant Bharadwaj, Asim Ijaz Khwaja, e Atif R. Mian, 'The Big March: Migratory Flows after the Partition of India' ['A Grande Marcha: Fluxos Migratórios após a Partição da Índia'], *Economic and Political Weekly* 43 (agosto 2008): pp. 1–5 (inglês); L. A. Kosinski and K. M. Elahi (eds.), '*Population Redistribution and Development in South Asia*' ['Redistribuição e Desenvolvimento da População no Sul da Ásia'] (Heidelberg: Springer, 2013) (inglês).
- 194** O número exato de mortos é contestado, mas a maioria dos estudiosos coloca o intervalo entre 0,2 e 2 milhões de pessoas. Para uma discussão das diferentes estimativas, veja: Gyanendra Pandey, '*Remembering Partition: Violence, Nationalism and History in India*' ['Lembrando a Partição: Violência, Nacionalismo e História na Índia'] (Cambridge: Cambridge University Press, 2003), pp. 89–91 (inglês).
- 195** Bharadwaj, Khwaja, e Mian, 'The Big March' ['A Grande Marcha'] (inglês).
- 196** Seu orçamento inicial em 1943 era de US\$ 2 bilhões, dos quais os Estados Unidos concordaram pagar US\$ 1,3 bilhão. As contribuições chegaram a cerca de US\$ 4 bilhões em 1946. Ben Shephard, '*The Long Road Home: The Aftermath of the Second World War*' ['O Longo Caminho para Casa: As Consequências da Segunda Guerra Mundial'] (New York: Anchor Books, 2012), pp. 154–157 (inglês); UNRRA, [50 fatos sobre a UNRRA](#) (New York: UNRRA, 1947).
- 197** A maior parte dos recursos da UNRRA foi gasto na Europa Central, Oriental e meridional. Mais de US\$ 2,5 bilhões em remessas foram direcionadas para lá, em comparação com apenas US\$ 500 milhões para o resto do mundo. Jessica Reinisch, '"Auntie UNRRA" at the Crossroads' ['"Tia UNRRA" na Encruzilhada'], *Past & Present* 218, suppl. 8 (2013): p. 73 (inglês). Sobre isso, bem como o trabalho de desenvolvimento da UNRRA na China, Reinisch cita George Woodbridge, '*UNRRA: The History of the United Nations Relief and Rehabilitation Administration*' ['UNRRA: A História da Administração de Socorro e Reabilitação das Nações Unidas'] vol. 3 (New York: Columbia University Press, 1950), pp. 103, 413–414 (inglês).
- 198** Colin Bundy, 'Migrants, refugees, history and precedents' ['Migrantes, refugiados, história e precedentes'], *Forced Migration Review* 51 (janeiro 2016): p. 6 (inglês).
- 199** Louise W. Holborn, '*The International Refugee Organization: A Specialized Agency of the United Nations: Its History and Work, 1946–1952*' ['A Organização Internacional de Refugiados: Uma Agência Especializada das Nações Unidas: Sua História e Trabalho, 1946–1952'] (London: Oxford University Press, 1956) (inglês).

...PARTE I: As Raízes do Acolhimento...

- 200** EUA e URSS, [Acordo relativo a prisioneiros de guerra e civis libertados por forças que operam sob o comando soviético e forças que operam sob o comando dos Estados Unidos da América](#) (assinado em 11 de fevereiro de 1945). O acordo previa que todos os cidadãos soviéticos libertados à força sob o comando dos Estados Unidos e todos os cidadãos dos Estados Unidos libertados sob o comando soviético “serão, sem demora após sua libertação, separados dos prisioneiros de guerra inimigos e mantidos separados deles em campos ou pontos de concentração até que sejam entregues às autoridades soviéticas ou estadunidenses”, art. 1. De acordo com Hitchcock, os Estados Unidos estavam tão ansiosos para ver seus nacionais em casa que concordaram com a insistência soviética de que o retorno dos cidadãos soviéticos fosse com ou sem seu consentimento. Hitchcock, *‘The Bitter Road to Freedom’* [‘O amargo caminho para a liberdade’], Ch. 7 (inglês). Como observou um advogado do Ministério das Relações Exteriores britânico: “No devido tempo, todos aqueles com quem as autoridades soviéticas desejam negociar devem ser entregues a eles, e não estamos preocupados com o fato de que eles possam ser fuzilados ou tratados com mais severidade do que poderiam ser sob a lei inglesa.” Shephard, *‘The Long Road Home’* [‘O Longo Caminho para Casa’], p. 80 (inglês).
- 201** Ibid., p. 80.
- 202** Shephard, *‘The Long Road Home’* [‘O Longo Caminho para Casa’], p. 85 (inglês); Ther, *‘The Outsiders’* [‘Os Forasteiros’], p. 175 (inglês).
- 203** Reinisch também observa que os países da Europa Central e Oriental também começaram a se ressentir do domínio dos Estados Unidos e do Reino Unido e, em particular, seu controle sobre suprimentos de socorro. Jessica Reinisch, ‘Internationalism in Relief: the Birth (and Death) of UNRRA’, *Past & Present* [‘Internacionalismo em Alívio: o Nascimento (e Morte) da UNRRA’, Passado e Presente] 210, suppl. 6 (2011): pp. 283–284 (inglês).
- 204** Reinisch, *“Auntie UNRRA” at the Crossroads’* [“Tia UNRRA” na Encruzilhada’]: pp. 87–88 (inglês). Reinisch elabora mais sobre a mudança de política e também observa quantos cidadãos dos Estados Unidos que trabalharam para UNRRA foram posteriormente levados a comparecer às audiências do Comitê de Atividades Antiamericanas da Câmara (p. 97). A evidência de que os comunistas da Iugoslávia e da Polônia estavam privilegiando apoiadores pró-governo para o auxílio da UNRRA enfatizaram ainda mais a desconfiança da instituição, especialmente nos círculos republicanos. O mesmo aconteceu com o fato de que algumas provisões da UNRRA estavam sendo vendidas para financiar outras necessidades. Veja também: Shephard, *‘The Long Road Home’* [‘O Longo Caminho para Casa’], pp. 148–9, 263 (inglês).
- 205** Previa que “a transferência para a Alemanha de populações alemãs, ou elementos delas que permaneçam na Polônia, Tchecoslováquia e Hungria, terá de ser realizada”. [Protocolo dos Procedimentos da Conferência de Potsdam](#) (1 de agosto de 1945), art. XII.
- 206** A inimizade foi mais profunda que a guerra. Bem Shephard observa que na Tchecoslováquia, por exemplo, havia um sentimento entre os tchecos de que eles eram tratados há muito tempo como cidadãos de segunda classe, subordinados à cultura e religião alemãs e quase dominados por uma elite alemã há centenas de anos. Shephard, *‘The Long Road Home’* [‘O Longo Caminho para Casa’], p. 123 (inglês).
- 207** Shephard, *‘The Long Road Home’* [‘O Longo Caminho para Casa’], p. 125 (inglês).

...PARTE I: **As Raízes do Acolhimento...**

- 208** R. M. Douglas, *'Orderly and Humane: The Expulsion of the Germans after the Second World War'* ['Ordenado e Humano: A Expulsão dos Alemães após a Segunda Guerra Mundial'], (New Haven, CT: Yale University Press, 2012), p. 1 (inglês); Federal Ministry for Expellees, Refugees and War Victims, *Facts Concerning the Problem of the German Expellees and Refugees* [Ministério Federal para Exilados, Refugiados e Vítimas de Guerra, Fatos Sobre o Problema dos Expulsos e Refugiados Alemães] (Bonn: Federal Ministry for Expellees, Refugees and War Victims [Ministério Federal para Exilados, Refugiados e Vítimas de Guerra], 1966) (inglês).
- 209** Philipp Ther e Ana Siljak (eds.), *'Redrawing Nations: Ethnic Cleansing in East-Central Europe 1944–1948'* ['Redesenhando Nações: Limpeza Étnica na Europa Centro-Oriental 1944–1948'], (Lanham, MD: Rowman & Littlefield Publishers, 2001), pp. 53–57; Theodora Dragostinova e David Gerlach, *'Demography and Population Movements'* ['Demografia e Movimentos Populacionais'], in Irina Livezeanu e Árpád von Klimó (eds.), *'The Routledge History of East Central Europe since 1700'* ['A Enciclopédia Routledge da História Central Oriental desde 1700'], (Routledge Handbooks Online, 2017) pp. 155–156. De acordo com Gatrell, 250.000 turcos étnicos foram expulsos da Bulgária. Gatrell, *'The Making of the Modern Refugee'* ['A Formação do Refugiado Moderno'], pp. 92–93 (inglês).
- 210** De acordo com Hitchcock, em dois anos após o fim da guerra, cerca de 250.000 refugiados judeus viajaram para o oeste para a Áustria, Alemanha e Itália, principalmente da Polônia e muitos com a esperança de chegar a Palestina. Hitchcock, *'The Bitter Road to Freedom'* ['O amargo caminho para a liberdade'], Ch. 9 (inglês).
- 211** Gatrell, *'The Making of the Modern Refugee'* ['A Formação do Refugiado Moderno'], p. 97 (inglês).
- 212** Nações Unidas, [Constituição da Organização Internacional para os Refugiados](#), (Aberto para assinatura em 15 de dezembro de 1946), UNTS vol. 18, no. 283.
- 213** Ibid.
- 214** Hathaway, *'The Evolution of Refugee Status in International Law'* ['A Evolução do Estatuto de Refugiado no Direito Internacional']: pp. 374–376 (inglês).
- 215** O reassentamento pós-guerra é discutido na Parte III.
- 216** Em 1945, o presidente dos Estados Unidos, Harry Truman, encomendou uma missão de apuração de fatos à Europa. Foi dirigida por Earl G. Harrison, reitor da Faculdade de Direito da Universidade da Pensilvânia e ex-comissário de imigração e naturalização. Harrison relatou que "como as coisas estão agora, parece que estamos tratando os judeus como os nazistas os trataram, exceto que não os exterminamos. Eles estão em campos de concentração em grande número sob nossa guarda militar em vez de tropas da SS". Hitchcock, *'The Bitter Road to Freedom'* ['O amargo caminho para a liberdade'], Ch. 9 (inglês). Hitchcock fornece um relato detalhado das condições nos campos de deslocados durante as consequências imediatas da guerra. Veja também: Wyman, *'DPs: Europe's Displaced Persons'* ['DPs: Deslocados da Europa'], pp. 43–44.
- 217** Hitchcock, *'The Bitter Road to Freedom'* ['O amargo caminho para a liberdade'], ch. 9 (inglês); David Nasaw, *'The Last Million'* ['O último Milhão'], pp. 358–360 (inglês); Gatrell, *'The Making of the Modern Refugee'* ['A Formação do Refugiado Moderno'], p. 122 (inglês).

...PARTE I: As Raízes do Acolhimento...

- 218** ONU, '[A Declaração das Nações Unidas](#)', no *Anuário das Nações Unidas 1946–1947* (Lake Success, NY: Departamento de Informação das Nações Unidas, 1947), parte I, ses. 1, ch. A, p. 1.
- 219** ONU, [Carta das Nações Unidas](#), (26 junho 1945).
- 220** O ECOSOC foi especificamente solicitado a formar um comitê para considerar a questão dos refugiados e redigir um relatório para apresentação à AG. AGNU, '[Questão dos Refugiados](#)' (12 fevereiro 1946), UN Doc A/RES/8(II); AGNU, [Constituição da Organização Internacional de Refugiados e Acordo sobre Medidas Provisórias a serem tomadas em relação a refugiados e pessoas deslocadas](#), (15 dezembro 1946), UN Doc A/RES/62(II).
- 221** [Declaração Universal dos Direitos Humanos](#) (1948).
- 222** Ibid., art. 14(1).
- 223** Excluiu refugiados assistidos por outras agências das Nações Unidas. A Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina no Próximo Oriente (UNRWA) foi criada pela: AGNU, '[Assistência à Refugiados Palestinos](#)' (8 dezembro 1949), UN Doc A/RES/302(IV); a Agência de Reconstrução Coreana das Nações Unidas (UNKRA) foi criada pela: AGNU, '[Alívio e reabilitação da Coreia](#)' (1 dezembro 1950), UN Docs A/RES/410(V).
- 224** AGNU, [Estatuto do Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados](#) (Estatuto do ACNUR) (14 dezembro 1950), UN Doc A/RES/428(V), ch. 1, art. 1.
- 225** O ECOSOC também teve a oportunidade no Estatuto de ter um comitê consultivo de Estados, eleito com base em "seu interesse demonstrado e dedicação à solução do problema dos refugiados", Estatuto do ACNUR (1950), ch. 1, art. 4. Este tornou-se o Comitê Executivo do ACNUR.
- 226** Os Estados Unidos não eram a favor do papel do ACNUR no fornecimento de ajuda, enquanto vários países europeus, assim como a Índia e o Paquistão, achavam que era de vital importância. Ver: Alexander Betts, Gil Loescher and James Milner, '*O Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR): The Politics and Practice of Refugee Protection*' ['A Política e Prática de Proteção de Refugiados'], (Abingdon, UK: Routledge, 2011), p. 14 (inglês).
- 227** ACNUR, '*The State of the World's Refugees 2000*' ['A Situação dos Refugiados no Mundo 2000'], p. 22 (inglês).
- 228** Seu orçamento logo foi aumentado por uma contribuição de mais de US\$ 3 milhões da Fundação Ford para ajudar na integração de refugiados na Europa, ver: '*State of the World's Refugees 2000*' ['A Situação dos Refugiados no Mundo 2000'], p. 22 (inglês). A criação do Fundo das Nações Unidas para Refugiados ocorreu em 1955, um ano antes da morte prematura de van Heuven Goedhart. Cresceu para mais de US\$ 16 milhões em 1958, quando foi totalmente incorporado aos programas anuais do ACNUR. UNHCR, '*Forty Years of International Assistance to Refugees*' ['Quarenta anos de assistência internacional aos refugiados'] (Geneva: Public Information Services, 1962), p. 26.

...PARTE I: As Raízes do Acolhimento...

- 229** Harley, *'Refugee Participation Revisited'* ['Participação de refugiados revisitada']. Em seu estudo sobre as contribuições dos refugiados para a lei dos refugiados e suas respostas no início do século XX, Harley descreve como as próprias experiências de refugiado de van Heuven Goedhart afetaram profundamente sua liderança no ACNUR. Ele formou parcerias firmes e agradecidas com organizações voluntárias, acreditando que elas mereciam sua "sincera homenagem" pelas contribuições que fizeram. Convencido de que o Escritório só poderia ser eficaz se tivesse acesso direto aos refugiados onde quer que fosse necessário, ele estabeleceu escritórios nos países não apenas na Europa, mas também em outras áreas geográficas, incluindo Bogotá, Cairo e Hong Kong. Veja: Gerrit Jan van Heuven Goedhart, *'Discurso feito pelo Dr. Gerrit Jan van Heuven Goedhart, Alto Comissário das Nações Unidas para os Refugiados'*, na Reunião da Ajuda Suíça à Europa em Berne, 19 de fevereiro de 1953.
- 230** [ECOSOC Res. 248 \(IX\)B](#) (8 agosto 1949), UN Doc E/RES/248(IX). Tornou-se conhecido como Comitê Ad Hoc. O comitê foi instruído a considerar se uma convenção consolidada era necessária e, se fosse, a preparar um projeto de texto.
- 231** Bélgica, Brasil, Canadá, China (Taiwan), Dinamarca, Israel, Polônia, União Soviética, Turquia, Reino Unido, Estados Unidos e Venezuela. Os membros da Polônia e da União Soviética renunciaram oficialmente, no entanto, porque não consideravam Taiwan um Estado membro legítimo das Nações Unidas.
- 232** Harley, *'Refugee Participation Revisited'* ['Participação de refugiados revisitada'] (inglês).
- 233** Harley, *'Refugee Participation Revisited'* ['Participação de refugiados revisitada'] (inglês); Irial Glynn, 'The Genesis and Development of Article 1 of the 1951 Refugee Convention' ['A gênese e desenvolvimento do artigo 1.º da Convenção sobre os Refugiados de 1951'], *Journal of Refugee Studies* 25, no. 1 (2011): p. 136 (inglês). Harley também observa, no entanto, que Robinson foi bem-sucedido em argumentar por sua não aplicabilidade a pessoas que fogem de desastres ambientais.
- 234** Agora tipificado nos arts. 32 e 33 da [Convenção relativa ao Estatuto dos Refugiados](#) (adotada em 25 de julho de 1951) (Convenção de 1951), UN Doc A/CONF.2/108; Harley, *'Refugee Participation Revisited'* ['Participação de refugiados revisitada'] (inglês).
- 235** Terje Einarsen, 'Drafting History of the 1951 Convention and the 1967 Protocol' ['História da Elaboração da Convenção de 1951 e do Protocolo de 1967'], in Andreas Zimmermann (ed.), *'The 1951 Convention Relating to the Status of Refugees and Its 1967 Protocol: A Commentary'* ['A Convenção de 1951 sobre o Estatuto dos Refugiados e seu Protocolo de 1967: Um Comentário'] (Oxford: Oxford University Press, 2011), C: IV: 4 para. 42 (inglês).
- 236** *Ibid.*, paras. 46–50.
- 237** Austrália, Áustria, Bélgica, Brasil, Canadá, Colômbia, Dinamarca, Egito, França República Federal da Alemanha, Grécia, Santa Sé, Iraque, Israel, Itália, Luxemburgo, Mônaco, Holanda, Noruega, Suécia, Suíça (a delegação suíça também representou Liechtenstein), Turquia, Reino Unido, Estados Unidos, Venezuela, Iugoslávia. Conferência de Plenipotenciários das Nações Unidas sobre o Estatuto dos Refugiados e Apátridas, ['Ato Final e Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados'](#) (25 julho 1951) UN Doc A/CONF.2/108.

...PARTE I: As Raízes do Acolhimento...

- 238** Congo, Madagáscar, Mônaco e Turquia. A Turquia manteve sua declaração de limitação geográfica após a adesão ao Protocolo de 1967.
- 239** Texto disponível em ACNUR, '[Convenção e Protocolo Relativo ao Estatuto dos Refugiados](#)' (ACNUR, 2010).
- 240** James C. Hathaway, '*The Law of Refugee Status*' ['O Direito do Estatuto de Refugiado'] (Toronto, Vancouver: Butterworths Canada Ltd, 1991), p. 8. Hathaway escreve que "ao exigir proteção para aqueles cujos direitos civis e políticos (de inspiração ocidental) são comprometidos, sem ao mesmo tempo proteger pessoas cujos direitos civis e socioeconômicos (de inspiração socialista) estão em risco, a convenção adotou uma lógica de direitos humanos incompleta e politicamente partidária."
- 241** Terje Einarsen sugere que é provável que este fundamento tenha como objetivo incluir aqueles que sofreram sob o Terceiro Reich por serem "indesejáveis", como "doentes hereditários", "pessoas antissociais" e "homossexuais", Einarsen, '*Drafting History*' ['História da Elaboração'], C: V: 2 (inglês).
- 242** A única exceção é para a pessoa para quem há motivos razoáveis "para considerar como um perigo para a segurança do país em que se encontra, ou que, tendo sido condenado por sentença transitada em julgado por um crime particularmente grave, constitua um perigo à comunidade daquele país". '*The Refugee Convention*' ['A Convenção dos Refugiados'] (1951), art. 33.
- 243** Outros artigos não derogáveis da Convenção são relativos à definição, não discriminação, liberdade de religião e acesso aos tribunais. Convenção de 1951 arts. 1, 3, 4 e 16(1) respectivamente. Sobre a não repulsão como um princípio de direito internacional consuetudinário, ver: ACNUR '[Parecer Consultivo sobre a Aplicação Extraterritorial das Obrigações de Não Repulsão ao abrigo da Convenção de 1951 relativa ao Estatuto dos Refugiados e do seu Protocolo de 1967](#)'.
- 244** Aleinikoff e Zamore escrevem que este foi um meio de lidar com aqueles que permaneceram nos campos de deslocados. Afirmam "que vinham financiando o IRO (assim como programas de desenvolvimento mais amplos, principalmente o Plano Marshall) e reinstalando centenas de milhares de refugiados. Chegaram à conclusão de que as populações restantes precisariam ser integradas aos estados em que residiam." Leah Zamore e T. Alexander Aleinikoff, '*The Arc of Protection: Toward a New International Refugee Regime*' ['O Arco da Proteção: Rumo a um Novo Regime Internacional de Refugiados'] (Redwood City, CA: Stanford University Press, 2019), p. 44 (inglês).
- 245** Convenção de 1951, arts. 16, 23, 20, 22, 14, 29 e 24.
- 246** Convenção de 1951, arts. 17 e 15.
- 247** Convenção de 1951, arts. 18, 21 e 22.
- 248** Convenção de 1951, art. 34. O Comitê Ad Hoc foi informado por um esboço inicial da Convenção fornecido pelo Secretário-Geral que, ao transmiti-lo ao Comitê, enfatizou que o objetivo era que os refugiados fossem integrados ao sistema econômico dos países de asilo, para suprir suas próprias necessidades e ser plenamente integrado à comunidade nacional. Comitê Ad Hoc da ONU sobre Refugiados e Apátridas,

...PARTE I: As Raízes do Acolhimento...

[‘Comitê Ad Hoc sobre Apátrida e Problemas Relacionados, Primeira Sessão: Registro Resumido da Vigésima Segunda Reunião’](#) (2 fevereiro 1950), UN Doc E/AC.32/SR.22.

- 249** Artigo 35 da Convenção de 1951 e Parágrafo 8 do Estatuto do ACNUR. Os Estados comprometem-se a cooperar com o Escritório e a fornecer-lhe informações e dados estatísticos sobre a condição dos refugiados, a implementação da Convenção e as leis e decretos relativos aos refugiados. Sobre as formas como o ACNUR exerce essa responsabilidade, ver: Volker Türk, [‘Responsabilidade de supervisão do ACNUR’](#), Documento de trabalho 67, *New Issues in Refugee Research*, ACNUR (outubro 2002): pp. 6–16.
- 250** Para exemplos, veja: Volker Türk e Rebecca Dowd, ‘Protection Gaps’ [‘Lacunas de proteção’], in Elena Fiddian-Qasmiyeh, Gil Loescher, Katy Long, e Nando Sigona (eds.), [‘O Manual de Oxford Sobre Estudos Sobre Refugiados e Migração Forçada’](#) (Oxford: Oxford University Press, 2014).
- 251** Discutido mais adiante na Parte II.
- 252** Alguns exemplos dos comentários são: Betts, Loescher, e Milner, *The United Nations High Commissioner for Refugees* [O Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados] (inglês); Guy S. Goodwin-Gill, ‘The Movements of People between States in the 21st Century: An Agenda for Urgent Institutional Change’ [‘Os Movimentos de Pessoas entre Estados no Século XXI: Uma Agenda para Mudança Institucional Urgente’], *International Journal of Refugee Law* 28, no. 4 (dezembro 2016): pp. 679–694 (inglês); Volker Türk e Madeline Garlick, ‘From Burdens and Responsibilities to Opportunities: The Comprehensive Refugee Response Framework and a Global Compact on Refugees’ [‘Dos Fardos e Responsabilidades às Oportunidades: A Estrutura Abrangente de Resposta aos Refugiados e um Pacto Global sobre Refugiados’], *International Journal of Refugee Law* 28, no. 4 (dezembro 2016): pp. 656–678 (inglês); Zamore e Aleinikoff, *‘The Arc of Protection’* [‘O Arco da Proteção’] (inglês).
- 253** ‘Discurso de Encerramento do Sr. Larson, Presidente da Conferência de Plenipotenciários sobre o Estatuto dos Refugiados’ 35 Reunião, julho de 1951, Arquivos do ACNUR, ‘Conferência de Plenipotenciários sobre o Projeto de Convenção sobre o Estatuto dos Refugiados, 1951’, 4/1/1–G1/12/1/10 (inglês).
- 254** [‘A Convenção de Refugiados de 1951’](#), website do ACNUR.
- 255** ACNUR, *‘Global Trends: Forced Displacement in 2020, Annual Report’* [‘Tendências Globais: Deslocamento Forçado em 2020, Relatório Anual’], (2021), pp. 5, 19 (inglês).

PARTE II: **Protegendo de forma mais ampla**

- 1 [Convenção Sobre a Condição dos Refugiados](#) (adotada em 25 de julho de 1951) (Convenção de 1951), Doc. ONU A/CONF.2/108, Artigos 35 e 36.
- 2 O Estatuto do ACNUR prevê que: “O Alto Comissariado assegurará a proteção de todos os refugiados que estiverem sob seu mandato das seguintes formas: a) Promovendo a conclusão e ratificação de convenções internacionais para proteção dos refugiados, velando pela sua aplicação e propondo alterações às mesmas”, Parágrafo 8. AGNU, [Estatuto do Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados](#) (14 de dezembro de 1950), Doc. ONU A/RES/428 (V). Para mais informações sobre as responsabilidades de supervisão do ACNUR, ver: Volker Türk, [Responsabilidade de Supervisão do ACNUR](#), Documento de Trabalho No. 67 (inglês), *New Issues in Refugee Research*, ACNUR (outubro 2002).
- 3 Refugiados, solicitantes de reconhecimento da condição de refugiado, retornados, apátridas e deslocados internos. Para mais informações sobre o mandato do ACNUR, ver: ACNUR, [Nota Sobre o Mandato do Alto Comissário para os Refugiados](#) (outubro 2013) (inglês).
- 4 [Sepet e Outro v. Secretário de Estado para o Departamento de Assuntos Internos](#) (2003) UKHL 15 (UK), para. 6 (inglês). Reconhecido de forma semelhante em outras jurisdições, ver: [Suresh v. Canadá](#) (2002) 1 SCR 3 (Canadá), para. 87; [A. v. Ministro da Imigração & Questões Étnicas](#) (1997) 190 CLR 225 (Austrália), para. 22; [AC \(Síria\)](#) (2011) NZIPT 800035 (Nova Zelândia), para. 62.
- 5 Como parte de suas responsabilidades de supervisão sob a Convenção de 1951, o ACNUR emite diretrizes sobre proteção internacional que fornecem orientações interpretativas e processuais, refletindo a jurisprudência legal atualizada. ACNUR, [Manual para a Determinação da Condição de Refugiado e Orientações Sobre Proteção Internacional](#), Documentos Coletados, website do ACNUR (inglês).
- 6 Para uma análise legal da perseguição por atores não estatais, ver: James C. Hathaway e Michelle Foster, *The Law of Refugee Status* [‘A Lei da Condição de Refugiado’] (Cambridge: Cambridge University Press, 2014), pp. 292–332 (inglês); ACNUR, [Orientações Sobre Solicitações de Reconhecimento da Condição de Refugiado Relacionadas a Vítimas de Gangues Organizadas](#) (31 de março de 2010) (inglês).
- 7 Para uma análise legal de como a compreensão da perseguição por razão de pertencimento a um determinado grupo social (Ex.: devido ao gênero, orientação sexual e/ou identidade de gênero, família, idade e deficiência) evoluiu ao longo do tempo, ver: Hathaway e Foster, *The Law of Refugee Status* [‘A Lei da Condição de Refugiado’], pp. 423–461 (inglês); Guy S. Goodwin-Gill e Jane McAdam, *The Refugee in International Law* [‘O Refugiado no Direito Internacional’] (Oxford: Oxford University Press, 2007), pp. 73–86 (inglês); ACNUR, *Handbook on Procedures and Criteria for Determining Refugee Status under the 1951 Convention and the 1967 Protocol relating to the Status of Refugees* [‘Manual de Procedimentos e Critérios para a Determinação da Condição de Refugiado sob a Convenção de 1951 e o Protocolo de 1967 Relacionado à Condição de Refugiado’] (Genebra: ACNUR, 2019) (inglês); ACNUR, [Pessoas necessitadas de proteção internacional](#), Ficha Informativa (junho 2017); ACNUR, [Orientações Sobre Proteção Internacional](#)

...PARTE II: Protegendo de forma mais ampla...

No. 2: 'Membros de um grupo social específico' dentro do contexto do Artigo 1A(2) da Convenção de 1951 e/ou seu Protocolo de 1967 Relacionado à Condição de Refugiado (7 de maio de 2002), p. 2 (inglês).

- 8 O ACNUR foi convocado a prestar assistência, inicialmente pela Tunísia e mais tarde pela Assembleia Geral da ONU. Este foi o início de um engajamento muito mais expansivo na África. ACNUR, 'Chapter 2: Decolonization in Africa', in *The State of The World's Refugees 2000: Fifty Years of Humanitarian Action* ['Capítulo 2: Descolonização na África' em *A Condição dos Refugiados no Mundo em 2000: 50 Anos de Ação Humanitária*] (Oxford: Oxford University Press, 2000), pp. 38–44 (inglês).
- 9 Em 1954, a África estava quase inteiramente sob domínio colonial, com a exceção do Egito, Etiópia, Libéria e Líbia, que eram Estados Soberanos, e da África do Sul que tinha status de Domínio. Para obter uma lista das datas de independência dos Estados Africanos, ver: [Lista Cronológica da Independência Africana](#), website *ThoughtCo*. (25 de janeiro de 2020) (inglês).
- 10 John Parker e Richard Rathbone, 'African History: A Very Short Introduction' ['História Africana: Uma Breve Introdução'], (Oxford: Oxford University Press, 2007) (inglês).
- 11 AGNU, [Declaração sobre a concessão da independência aos países e povos coloniais](#) (14 de dezembro de 1960), Doc. ONU A/RES/1514(XV).
- 12 Por exemplo, o Art. 1 (2) "direitos iguais e autodeterminação dos povos" e [cap. XI](#) ("Declaração sobre Territórios Não-Autônomos", Artigos 73 e 74), ONU, [Carta das Nações Unidas](#) (26 de junho de 1945). A carta foi assinada em 26 de junho de 1945 e entrou em vigor em 24 de outubro de 1945.
- 13 Basil Davidson, [A Luta por Independência na África "Portuguesa": 15 milhões de africanos em Angola, Moçambique e Guiné-Bissau em busca de uma nova identidade](#), *Correio da UNESCO: uma janela para o mundo* XXVI, 11 (1973): pp. 5–10 (inglês).
- 14 A Guiné-Bissau conquistou a independência em 1973, Moçambique em 1974 e a Angola em 1975. A essa altura, o governo em Portugal havia sido derrubado. A crescente insatisfação com as guerras coloniais, que em 1970 exigiam 40% do orçamento nacional anual português, contribuiu para a queda do governo. Ver: Peter Abbott e Ronald Volstad, 'Modern African Wars: Angola and Mozambique 1961–74, vol. 2' ['Guerras Africanas Modernas: Angola e Moçambique 1961–74, vol. 2'] (Oxford: Osprey Publishing, 1988), pp. 34–35 (inglês).
- 15 Entre 1960 e 1975, o número de refugiados de Angola, Guiné-Bissau e Moçambique flutuou, atingindo um pico em 1974, quando cerca de 670.000 novos refugiados foram registrados, dos quais 450.000 eram de Angola e a maioria dos quais buscava asilo no território que é hoje reconhecido como a República Democrática do Congo. Grupos rebeldes estabeleceram bases de comando e logística em países vizinhos, grupos marxistas recebiam apoio da China, Cuba e União Soviética e grupos que favoreciam sistemas democráticos de livre mercado recebiam apoio dos Estados Unidos. Thomas H. Henriksen, 'People's War in Angola, Mozambique, and Guinea- Bissau' ['Guerra do Povo na Angola, em Moçambique e Guiné-Bissau'], *The Journal of Modern African Studies* 14 no. 3' (1976): pp. 377–399 (inglês); Aristide Zolberg, Astri Suhrke e Sergio Aguayo, *Escape from Violence: Conflict and the Refugee Crisis in the Developing World*

...PARTE II: **Protegendo de forma mais ampla...**

[‘Escapando da Violência: Conflito e a Crise de Refugiados no Mundo em Desenvolvimento’] (Nova York: Oxford University Press, 1989), pp. 75–79; ACNUR, [RefugeeData Finder](#) (inglês).

- 16 ACNUR, [Refugee Data Finder](#) (inglês).
- 17 ACNUR, [Refugee Data Finder](#) (inglês). A formação da milícia Tutsi com a intenção de recuperar o poder em Ruanda e o apoio de alguns grupos às insurgências locais no território que hoje constitui a República Democrática do Congo, levaram o governo a exigir que os refugiados ruandeses se estabelecessem em outro local. Cerca de metade das pessoas no Congo se deslocaram para o Burundi e para a Uganda. Para mais informações sobre a crise na região, ver: Philip Gourevitch *‘Gostaríamos de Informar que Amanhã Seremos Mortos com Nossas Famílias’* (Nova York: Picador, 2000) (inglês); Gérard Prunier, *‘A Crise de Ruanda 1959–1994: História de um Genocídio’* (Londres: C. Hurst & Co. Publishers, 1995) (inglês).
- 18 Esta é a região da África fica localizada em torno dos seguintes lagos: Lago Alberto; Lago Eduardo; Lago Quivu; Lago Niassa; Lago Tanganica; e Lago Vitória. Termo frequentemente usado para se referir aos países que fazem fronteira com esses lagos: Burundi; República Democrática do Congo; Quênia; Ruanda; Tanzânia; e Uganda. O deslocamento massivo da década de 1990 é discutido na Parte III.
- 19 Mark Fathi Massoud, *‘Law’s Fragile State: Colonial, Authoritarian, and Humanitarian Legacies in Sudan’* [‘O Estado Frágil da Lei: Legados Coloniais, Autoritários e Humanitários no Sudão’] (Nova York: Cambridge University Press, 2013), p. 91 (inglês) e, para maiores informações, ver: pp. 88–92.
- 20 Ibid., p. 94.
- 21 ACNUR, [Refugee Data Finder](#) (inglês).
- 22 Zolberg, Suhrke e Aguayo, *‘Escape from Violence’* [‘Escapando da Violência’], p. 52 (inglês). De acordo com dados do ACNUR, o maior número de refugiados sudaneses durante esse período foi de 175.500 pessoas, registrado em 1968. Os números de deslocamento interno foram tirados da publicação de Zolberg, Suhrke e Aguayo, *‘Escape from Violence’* [‘Escapando da Violência’] (inglês).
- 23 As operações do ACNUR na África constituíam 70% de seu orçamento até o final da década de 1960. Zolberg, Suhrke e Aguayo, *‘Escape from Violence’* [‘Escapando da Violência’], p. 38 (inglês). Sobre o número de refugiados reconhecidos na época, ver: ACNUR, [Refugee Data Finder](#) (inglês).
- 24 Também foi influenciado pelo fato de que governos recém-formados foram ameaçados pelos esforços contrários às insurgências dos Estados vizinhos. A Convenção da OUA conta com disposições para garantir que a condição de refugiado não seja usada para esse fim, obrigando os Estados a proibirem que os refugiados ataquem qualquer Estado-Membro ou façam parte de “qualquer atividade que possa causar tensão” e a estabelecerem refugiados, na medida do possível, a uma distância razoável da fronteira com seu país. Organização da Unidade Africana (OUA), [Convenção que Rege os Aspectos Específicos das Questões de Refugiados na África](#) (10 de setembro de 1969) (Convenção da OUA), Arts. 3(2) e 2 (6). Para mais informações sobre essa motivação em geral, ver: Tamara Wood, *‘Em Busca do Refugiado Africano: Uma interpretação escrupulosa da definição expandida de refugiado na África’*, tese de PhD, University of New South Wales, 2018, pp. 30–31 (inglês); Marina Sharpe, *‘The Regional Law of Refugee Protection*

...PARTE II: Protegendo de forma mais ampla...

in Africa [‘A Lei Regional de Proteção aos Refugiados na África’] (Oxford: Oxford University Press, 2018), pp. 22–23 (inglês).

- 25 [Convenção](#) da OUA (1969), Preâmbulo.
- 26 Ibid., Arts. 2(3), 2(4), 2(1), 5, respectivamente.
- 27 Ibid., art. 1(2).
- 28 Bonaventure Rutinwa, ‘Relationship between the 1951 Refugee Convention and the 1969 OAU Convention on Refugees: A Historical Perspective’ [‘Relação entre a Convenção sobre Refugiados de 1951 e a Convenção Sobre Refugiados de 1969 da OUA: Uma Perspectiva Histórica’], em Volker Türk, Alice Edwards, and C. W. Wouters (eds.) (inglês), *‘In Flight from Conflict and Violence: UNHCR’s Consultations on Refugee Status and Other Forms of International Protection’* [‘Fugindo de Conflitos e Violência: Consultas do ACNUR sobre a Condição de Refugiado e Outras Formas de Proteção Internacional’] (Nova York: Cambridge University Press, 2017), pp. 108–109 (inglês).
- 29 Isso foi feito, por exemplo, em 2010 e 2011 em Gana, Guiné, Libéria e Togo para indivíduos que fugiam da Costa do Marfim. Sharpe, *‘The Regional Law of Refugee Protection in Africa’* [‘A Lei Regional de Proteção aos Refugiados na África’], p. 47 (inglês). Na Etiópia, uma abordagem *prima facie* é usada para pessoas que fogem do Sudão do Sul e da Somália. Tsion Tadesse Abebe, Allehone Abebe e Marina Sharpe, [‘50 Anos da Convenção Sobre Refugiados de 1969 da OUA’](#) (2019): p. 5 (inglês). Sobre a abordagem *prima facie*, ver: Nota final 38.
- 30 Tamara Wood, [‘Proteção e Desastres no Chifre Africano: Normas e Prática para Abordar o Deslocamento Entre Fronteiras em Contextos de Desastre’](#), Artigo Técnico (Nansen Initiative, janeiro 2013), pp. 23–30 (inglês); Sharpe, *‘The Regional Law of Refugee Protection in Africa’* [‘A Lei Regional de Proteção aos Refugiados na África’], pp. 49–51 (inglês). Guy Goodwin Gill e Jane McAdam observam que, embora essa interpretação seja possível, a visão predominante entre os Estados é que deve haver uma ligação com o conflito e a violência no país em questão, como foi o caso quando os países do Chifre da África aceitaram refugiados somalis seguindo uma abordagem *prima facie* durante a seca de 2011–2012. Guy S. Goodwin-Gill e Jane McAdam, *‘UNHCR & Climate Change, Disasters and Displacement’* [‘O ACNUR e as Mudanças Climáticas, Desastres e Deslocamento’] (Genebra: ACNUR, 2017), p. 32 (inglês). Sobre a abordagem *prima facie*, ver: Nota final 38.
- 31 Este trabalho deve começar no último trimestre de 2021. União Africana, [Declaração Addis Ababa da Reunião Continental Comemorativa Sobre a Implementação e Supervisão da Convenção Sobre Refugiados de 1969 da OUA](#) (20 de junho de 2019) (inglês).
- 32 Os Estados que assinaram, porém não ratificaram a Convenção são: Eritreia, Madagascar, Maurícia, Namíbia, São Tomé e Príncipe, Somália e Saara Ocidental. Madagascar, Namíbia, São Tomé e Príncipe e Somália são signatários da Convenção de 1951.
- 33 Marina Sharpe, ‘Regional Refugee Regimes: Africa’ [‘Regimes Regionais de Refugiados: África’], in Cathryn Costello, Michelle Foster e Jane McAdam (eds.), *‘The Oxford Handbook of International Refugee Law’* [‘O

...PARTE II: **Protegendo de forma mais ampla...**

Manual de Oxford Sobre Direito Internacional dos Refugiados'] (Oxford: Oxford University Press, 2021), p. 293 (inglês). Para mais informações sobre a aplicação doméstica da Convenção da OUA, ver também: Tamara Wood, 'Who Is a Refugee in Africa? A Principled Framework for Interpreting and Applying Africa's Expanded Refugee Definition', ['Quem é Refugiado na África? Uma Estrutura de Princípios para Interpretar e Aplicar a Definição Expandida de Refugiado na África'] *International Journal of Refugee Law* 31, no. 2–3 (2019): p. 295 (inglês).

- 34 Colóquio Sobre a Proteção Internacional dos Refugiados na América Central, México e Panamá, [Declaração de Cartagena sobre os Refugiados e a Proteção dos Pessoas que Fogem de Conflitos Armados e Outras Situações de Violência na América Latina](#) (22 de novembro de 1984) (Declaração de Cartagena) (inglês).
- 35 Organização Consultiva Legal Asiático-Africana, [Texto Final das Regras de Bangkok de 1966 da AALCO Sobre o Tratamento de Refugiados, conforme adotadas em 24 de junho de 2001 na 40ª Sessão da AALCO em Nova Deli](#) (24 de junho de 2001) (Regras de Bangkok) (inglês).
- 36 União Africana, [Convenção para a Proteção e Assistência de Deslocados Internos na África](#) (23 de outubro de 2009) (Convenção de Kampala) (inglês).
- 37 Convenção da OUA (1969), Preâmbulo.
- 38 Esta é uma abordagem que é usada quando as evidências mostram de forma inequívoca que os refugiados estão em risco de sofrerem danos pelos motivos listados na Convenção de 1951 e que isso não precisa ser estabelecido em um processo de avaliação individual. ACNUR, '[Orientações Sobre Proteção Internacional No. 11: Reconhecimento Prima Facie da Condição de Refugiado](#)', (24 de junho de 2015), p. 11 (inglês).
- 39 Inclusive, em seu 50º aniversário em 2019, declarou "O Ano dos Refugiados, Retornados e Deslocados Internos". Ver: Tadesse Abebe, Abebe, e Sharpe, 'The 1969 OAU Refugee Convention at 50' ['50 Anos da Convenção Sobre Refugiados de 1969 da OUA'] (inglês). Também é conhecido como um dos principais instrumentos regionais de proteção aos refugiados no Pacto Global sobre Refugiados. Assembleia Geral da ONU, [Pacto Global sobre Refugiados](#) (2018), Doc. ONU A/73/12 (Parte II), I. B. 5.
- 40 Também deve ser notado que, em 2017, a Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento (IGAD) adotou a Declaração de Djibuti Sobre Educação, na qual os Estados-Membros se comprometem a garantir que "todos os refugiados, retornados e membros das comunidades de acolhida tenham acesso a educação de qualidade em um ambiente de aprendizagem seguro dentro de [seus] respectivos países, sem discriminação". IGAD, '[Declaração de Djibuti na Conferência Regional Sobre a Educação dos Refugiados nos Estados-Membros da IGAD](#)' (14 de dezembro de 2017) (inglês); ACNUR, '[Implementando a Declaração de Djibuti: Educação para os refugiados, retornados e comunidades de acolhida](#)', Plataforma Digital do Pacto Global Sobre Refugiados (25 de março 2020) (inglês).
- 41 Marina Sharpe e outros autores apontam para as seguintes situações como exemplos: refugiados fugindo da Libéria em 1996, de Serra Leoa em 1999 e da Angola em 2000; e os retornos forçados de somalis do Quênia em 2010, 2013 e 2014; de ruandeses de Uganda em 2010; de nigerianos de Camarões começando em 2015; de nigerianos do norte do Níger em 2015; e de eritreus do Sudão em 2016. Sharpe, '*The Regional Law of Refugee Protection in Africa*' ['A Lei Regional de Proteção aos Refugiados na África'], pp. 75–76

...PARTE II: Protegendo de forma mais ampla...

(inglês); Tadesse Abebe, Abebe, e Sharpe, 'The 1969 OAU Refugee Convention at 50' ['50 Anos da Convenção Sobre Refugiados de 1969 da OUA'], p. 7 (inglês). Para exemplos anteriores à década de 1990, ver: George Okoth-Obbo, 'Thirty years on: a legal review of the 1969 OAU Refugee Convention', *African Yearbook of International Law* 8 ["Trinta anos: uma revisão legal da Convenção Sobre Refugiados de 1969 da OUA"], *African Yearbook of International Law* 8, (2000): p. 84 (inglês) e Sharpe, 'The Regional Law of Refugee Protection in Africa' ['A Lei Regional de Proteção aos Refugiados na África'], p. 74 (inglês). Exemplos mais recentes incluem retornos forçados de nigerianos de Camarões em 2018 e 2019 e a rejeição de moçambicanos por parte da Tanzânia em 2021. ACNUR, [ACNUR demonstra preocupação com os retornos forçados de nigerianos por parte de Camarões](#), Comunicado de Imprensa (20 de abril de 2018) (inglês); ACNUR, [ACNUR condena retornos forçados de refugiados por Camarões](#), Comunicado de Imprensa (18 de janeiro de 2019) (inglês); ACNUR, [ACNUR faz apelo para que moçambicanos que escapam de violência sejam recebidos na Tanzânia](#), Comunicado de Imprensa (18 de maio de 2021) (inglês).

- 42 Ver estudo encomendado pelo ACNUR: Marina Sharpe, [A Convenção Sobre Refugiados de 1969 da OUA e a Proteção a Pessoas que Escapam do Conflito Armado e de Outras Situações de Violência no Contexto da Determinação Individual da Condição de Refugiado](#), Artigo de Pesquisa (janeiro 2013) (inglês). Ver também: Wood, 'Who Is a Refugee in Africa?' ['Quem é Refugiado na África?'], p. 301 (inglês) e Rutinwa, 'Relationship between the 1951 Refugee Convention and the 1969 OAU Convention on Refugees' ['Relação Entre a Convenção Sobre Refugiados de 1951 e a Convenção Sobre Refugiados de 1969 da OUA'], pp. 109–110 (inglês).
- 43 Uganda, por exemplo, vem há muito adotando políticas progressistas, que foram mantidas mesmo com o aumento do número de refugiados. Isso é discutido em maior detalhe na Parte III.
- 44 Para mais informações sobre campos e restrições à integração, ver: Parte III. Devido à sua complementaridade, a Convenção da OUA não lista os direitos sociais e econômicos como a Convenção de 1951, embora se considere que ela estende os mesmos direitos aos refugiados em virtude de seu reconhecimento da Convenção de 1951 como a fonte universal dos direitos dos refugiados. Convenção da OUA (1969), Preâmbulo, parágrafo 9. Para uma discussão mais aprofundada sobre as interpretações jurídicas a este respeito, ver: Marina Sharpe, 'The 1969 African Refugee Convention: Innovations, Misconceptions, and Omission' ['A Convenção Africana Sobre Refugiados de 1969: Inovações, Equívocos e Omissão'] *McGill Law Journal* 58, no. 1 (setembro 2012): pp. 124–129 (inglês).
- 45 Rutinwa, 'Relationship between the 1951 Refugee Convention and the 1969 OAU Convention on Refugees' ['Relação entre a Convenção sobre Refugiados de 1951 e a Convenção Sobre Refugiados de 1969 da OUA'], p. 113 (inglês).
- 46 Pacto Global Sobre os Refugiados (2018).
- 47 Barry Sen, 'Protection of Refugees: Bangkok Principles and After' ['Proteção dos Refugiados: Regras de Bangkok e Depois'], *Journal of the Indian Law Institute* 34, no. 2 (1992): p. 187 (inglês).
- 48 Organização Consultiva Legal Asiático-Africana, '[Sobre a AALCO](#)', website, parte A. "Origem" e parte C. "Estados-Membros" (inglês).

...PARTE II: **Protegendo de forma mais ampla...**

- 49 Seis dos 10 principais Estados que recebem refugiados são membros da AALCO: Turquia (3,7 milhões); Paquistão (1,4 milhão); Uganda (1,4 milhão); Sudão (1 milhão); Líbano (0,9 milhão); e Bangladesh (0,9 milhão). ACNUR, [Tendências Globais: Deslocamento Forçado em 2020](#), Relatório (2021): p. 8. Desses, Sudão, Turquia e Uganda são signatários da Convenção e do Protocolo de 1951.
- 50 Susan Kneebone, 'ASEAN and the Conceptualization of Refugee Protection in Southeastern Asian States' ['ASEAN e a Conceitualização da Proteção aos Refugiados nos Estados do Sudeste da Ásia'], in Ademola Abass e Francesca Ippolito (eds.), *'Regional Approaches to the Protection of Asylum Seekers: An International Legal Perspective'* ['Abordagens Internacionais à Proteção de Solicitantes de Reconhecimento da Condição de Refugiado: Uma Perspectiva Jurídica Internacional'] (Aldershot, UK: Ashgate Publishing, 2014): p. 315 (inglês).
- 51 Como na Convenção da OUA e na Declaração de Cartagena. Regras de Bangkok (2001), Arts. I(1) e I(2).
- 52 Ibid., art. V.
- 53 Ibid., arts. VII, IX, X. A referência ao compartilhamento de responsabilidades foi adicionada em 1987, quando o número total de deslocamentos na Ásia e na África cresceu exponencialmente, principalmente devido ao aumento do número de refugiados afegãos que fugiram após a invasão soviética do Afeganistão. AALCO, [Adendo Sobre a Condição e o Tratamento de Refugiados](#) (13 de janeiro de 1987) (inglês).
- 54 Sara E. Davies, 'Legitimising Rejection: International Refugee Law in Southeast Asia' ['Legitimando a Rejeição: Direito Internacional dos Refugiados no Sudeste da Ásia'], *Refugees and Human Rights* 13 (2007): p. 4 (inglês); Hui-Yi Katherine Tseng, 'Protect the Unprotected: the escaping North Korean issue and China's dual dilemma of theoretical enlightenment and operational trial' ['Protegendo os Desprotegidos: a questão dos norte-coreanos em fuga e o dilema duplo da China relacionado ao esclarecimento teórico e ao julgamento operacional'], *The Pacific Review* 32, no. 4 (2019): pp. 513–517 (inglês); Merrill Smith, [As Regras de Bangkok Sobre a Condição e Tratamento de Refugiados](#), *Rights in Exile* 18 (3 de dezembro de 2011) (inglês). As soluções são discutidas em maiores detalhes na Parte III.
- 55 Pia Oberoi, 'Developments. Regional Initiatives on Refugee Protection in South Asia' ['Iniciativas Regionais Sobre a Proteção aos Refugiados no Sul da Ásia'], *International Journal of Refugee Law* 11, vol. 1 (1999): pp. 197–201 (inglês) e Smith, 'The Bangkok Principles' ['As Regras de Bangkok'] (inglês).
- 56 Primeiro Congresso Sul-Americano sobre Direito Privado Internacional, [Tratado de Montevideu Sobre Direito Penal Internacional](#) (23 de janeiro de 1889), art. 16. Para mais informações sobre o Tratado, ver: Anders B. Johnsson, 'Montevideo Treaty on International Penal Law: 1889–1989 – 100 years of treaty making on asylum issues' ['Tratado de Montevideu Sobre Direito Penal Internacional: 1889–1989 – 100 anos da celebração de tratados sobre questões de refúgio'], *International Journal of Refugee Law* 1, no. 4 (1989): pp. 554–574 (inglês).
- 57 Organização dos Estados Americanos (OEA), Convenção Sobre Refúgio Político (26 de dezembro de 1933); OEA, Tratado Sobre Refúgio e Refúgio Político (4 de agosto de 1939); OEA, Convenção Sobre Refúgio Diplomático (28 de março de 1954), Série do Tratado da OEA, N° 19, Registro da ONU: 20/03/89 N° 24377;

...PARTE II: Protegendo de forma mais ampla...

OEA, Convenção sobre Refúgio Territorial (28 de março de 1954), Série do Tratado da OEA, N° 19, Registro da ONU: 20/03/89 N° 24378.

- 58 José H. Fischel de Andrade, 'The 1984 Cartagena Declaration: A Critical Review of Some Aspects of Its Emergence and Relevance' ['A Declaração de Cartagena de 1984: Uma Revisão Crítica de Alguns Aspectos de sua Elaboração e Relevância'], *Refugee Survey Quarterly* 38, no. 4 (2019): p. 345. O autor observa que não há um relato preciso do número de pessoas deslocadas à força como resultado dos conflitos no final dos anos 1970 e início dos anos 1980 na América Central, mas estima-se que cerca de 2 milhões de pessoas tenham sido deslocadas no total. A maioria dos deslocados por conflitos são deslocados internos. Os números conhecidos e registrados pelo ACNUR na época não incluíam deslocados internos. ACNUR, 'The State of The World's Refugees 2000' ['A Condição dos Refugiados no Mundo em 2000'], p. 124 (inglês).
- 59 Por exemplo, o México – que, de acordo com registros do ACNUR, recebeu cerca de 170.000 refugiados no início dos anos 1980 – e Honduras não eram partes da Convenção de 1951 na época. ACNUR, [Refugee Data Finder](#) (inglês). Para ver os Estados signatários da Convenção de 1951 e do seu Protocolo de 1967 (incluindo reservas e declarações), ver: Convenção de 1951.
- 60 Zolberg, Suhrke and Aguayo, 'Escape from Violence' ['Escapando da Violência'], pp. 204–205 (inglês).
- 61 Para mais informações sobre as preocupações dos EUA em relação aos movimentos de reforma social e agrária na América Central durante este período e sobre o apoio aos governos e insurgências de direita, ver: ACNUR, 'The State of the World's Refugees 2000' ['A Condição dos Refugiados no Mundo em 2000'], pp. 121–123 (inglês). Os Estados Unidos se opuseram à ideologia socialista dos sandinistas, suas políticas econômicas, suas relações estreitas com Cuba e o apoio que forneceram aos rebeldes salvadorenhos e guatemaltecos.
- 62 ACNUR, [Refugee Data Finder](#) (inglês). De acordo com dados do ACNUR, em 1985 haviam 52.650 refugiados nicaraguenses, dos quais 35.000 estavam em Honduras e 15.200 na Costa Rica. ACNUR, [Refugee Data Finder](#) (inglês). Em 1989, esse número aumentou para um total de 97.700, dos quais 41.590 estavam em Honduras e 38.560 na Costa Rica. ACNUR, [Refugee Data Finder](#) (inglês). Após a assinatura dos acordos de paz, os retornos começaram a aumentar e o número de refugiados nicaraguenses caiu para 53.000 em 1990. ACNUR, [Refugee Data Finder](#) (inglês).
- 63 Cinco desses movimentos se uniram na Frente de Libertação Nacional Farabundo Martí (Frente Farabundo Martí para la Liberación Nacional, ou FMLN). As estimativas colocam o número de mortes de civis entre 30.000 e 70.000. Para mais informações sobre essas estimativas e atrocidades, ver: World Peace Foundation, [El Salvador](#), website *Mass Atrocity Endings* (7 de agosto de 2015) (inglês); Amelia Hoover Green, 'The Commander's Dilemma: Violence and Restraint in Wartime' ['O Dilema do Comandante: Violência e Contenção em Tempos de Guerra'] (Ithaca, NY: Cornell University Press, 2018) (inglês); ACNUR, 'The State of The World's Refugees 2000' ['A Condição dos Refugiados no Mundo em 2000'], p. 123.
- 64 Zolberg, Suhrke, and Aguayo, 'Escape from Violence' ['Escapando da Violência'], pp. 206–207 (inglês); Megan Bradley, 'Unlocking Protracted Displacement: Central America's "Success Story" Reconsidered' ['Revelando o Deslocamento Prolongado: A "História de Sucesso" da América Central Reconsiderada'], *Refugee Survey*

...PARTE II: **Protegendo de forma mais ampla...**

Quarterly 30, no. 4 (dezembro 2011): p. 90 (inglês); María Cristina García, *Seeking Refuge: Central American Migration to Mexico, the United States, and Canada* [‘Buscando Refúgio: Migração da América Central para o México, Estados Unidos e Canadá’] (Berkeley, CA: University of California Press, 2006): p. 35 (inglês). Os registros do ACNUR para esse momento não incluem deslocados internos e os números de refugiados são muito menores, possivelmente devido às baixas taxas de registro e reconhecimento. ACNUR, [Refugee Data Finder](#) (inglês).

- 65 Com vários grupos unidos na Unidade Revolucionária Nacional da Guatemala (Unidad Revolucionaria Nacional Guatemalteca, ou UNRG).
- 66 Os registros do ACNUR desta época não incluem deslocados internos e o número de refugiados guatemaltecos conhecidos pelo ACNUR na época era muito menor, ficando abaixo de 54.000, mesmo durante os anos de pico. Essa discrepância pode ser devido a um nível comparativamente baixo de registros oficiais. ACNUR, [Refugee Data Finder](#) (inglês).
- 67 Fischel de Andrade, ‘The 1984 Cartagena Declaration’ [‘A Declaração de Cartagena de 1984’], p. 348 (inglês); ACNUR, *The State of The World’s Refugees 2000* [‘A Condição dos Refugiados no Mundo em 2000’], p. 124 (inglês).
- 68 Rebecca Bodenheimer, [A Guerra Civil da Guatemala: História e Impacto](#), website *ThoughtCo*. (22 de março de 2020) (inglês). Como parte do processo de paz na Guatemala, uma Comissão de Clarificação Histórica foi estabelecida por meio de um acordo assinado pelas Partes em Oslo, Noruega, em 1994. Esse acordo revisa as causas profundas da guerra e documenta as graves violações dos direitos humanos cometidas. A Comissão concluiu que as forças do Estado e os grupos paramilitares relacionados a elas foram responsáveis por “93% das violações documentadas pela CEH, 92% das execuções arbitrárias e 91% dos desaparecimentos forçados”. Ela registra em detalhes a crueldade específica das forças do Estado, apontando que “vários atos de selvageria foram cometidos na maioria dos ataques”. Comissão de Clarificação Histórica, [Guatemala: Memória do Silêncio](#), Relatório (1999), paras. 15, 87 (inglês).
- 69 ACNUR, *The State of the World’s Refugees 2000* [‘A Condição dos Refugiados no Mundo em 2000’], pp. 128–131 (inglês).
- 70 ACNUR, *The State of the World’s Refugees 2000* [‘A Condição dos Refugiados no Mundo em 2000’], pp. 124. (inglês)
- 71 Dez governos foram representados: Belize, Colômbia, Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá e Venezuela. Especialistas de países da região também participaram.
- 72 Declaração de Cartagena, Arts. III(5) e III(12).
- 73 Ibid., arts. III(6), II(h), II(i).
- 74 Ibid., art. III(11).

...PARTE II: Protegendo de forma mais ampla...

- 75 Ibid., art. III(3).
- 76 Argentina, Bolívia, Chile, El Salvador, Guatemala, México e Nicarágua adotaram a definição em sua totalidade. Belize, Brasil, Colômbia, Equador, Honduras, Paraguai, Peru e Uruguai adotaram modificações. Luisa Feline Freier, Isabel Berganza e Cécile Blouin, 'The Cartagena Refugee Definition and Venezuelan Displacement in Latin America' ['A Definição de "Refugiado" na Declaração de Cartagena e o Deslocamento Venezuelano na América Latina'], *International Migration* 58, no. 6 (2 de dezembro de 2020): pp. 15–19 (inglês). Sobre a medida em que os países da região incorporaram ou não as disposições em suas leis nacionais em sua totalidade e/ou de forma modificada, ver: Michael Reed-Hurtado, 'The Cartagena Declaration on Refugees and the Protection of People Fleeing Armed Conflict and Other Situations of Violence in Latin America' ['A Declaração de Cartagena Sobre Refugiados e a Proteção de Pessoas que Fogem de Conflitos Armados e Outras Situações de Violência na América Latina'] in Türk, Edwards e Wouters (eds.), *'In Flight from Conflict and Violence'* ['Escapando de Conflitos e Violência'], pp. 158–161 (inglês).
- 77 Colômbia, Costa Rica, Equador e México. Juan Ignacio Mondelli, [Reformulando o Refúgio na América Latina como Resposta aos Movimentos Mistos em Larga-Escala: Uma Década de Progressos e Desafios \(2009–2019\)](#), Artigo de Referência para o 70º Aniversário da Convenção de 1951, ACNUR (outubro 2021) (inglês), p. 5.
- 78 *Família Pacheco Tineo vs. Estado Plurinacional da Bolívia* (2013) CIDH, paras. 137–140 (inglês); *Opinião de Consultoria OC-25/18* (2018) CIDH, paras. 112, 113, 131 e 132 (inglês); *Opinião de Consultoria OC-21/14* (2014) CIDH, paras. 102–123 (inglês). O Tribunal considerou as obrigações do Estado nos termos do Artigo 22 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, que entrou em vigor em 1978. Esse artigo prevê o direito de cada pessoa "buscar e receber o reconhecimento da condição de refugiado" de acordo com a "legislação do Estado e as convenções internacionais". OEA, Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de San José) (1969).
- 79 Para maiores informações, ver: 'Remodeling Asylum in Latin America' ['Remodelando o Refúgio na América Latina'], pp. 7–11 (inglês).
- 80 Isso inclui a Declaração de San José de 1994 (Cartagena +10), que, entre outras coisas, lista princípios para responder ao deslocamento interno, anos antes de os princípios orientadores internacionais sobre deslocamento interno serem formulados. A Declaração de Cartagena também é um documento fundamental para a declaração do México de 2004 (Cartagena +20) que incluiu um plano de ação para soluções sustentáveis e cooperação regional avançada para a gestão de fronteiras, soluções para refugiados e cooperação entre cidades. A declaração do Brasil de 2014 também reafirmou a Declaração de Cartagena e incluiu um ambicioso plano de ação para o período de 2015 a 2024. Pela primeira vez, os países do Caribe aderiram como membros desse processo. Carlos Maldonado Castillo, 'The Cartagena Process: 30 Years of Innovation and Solidarity' ['O Processo de Cartagena: 30 anos de Inovação e Solidariedade'], *Forced Migration Review* 49 (2015): p. 90 (inglês); Mondelli, 'Remodeling Asylum in Latin America' ['Remodelando o Refúgio na América Latina'], p. 7 (inglês).
- 81 Reed-Hurtado, 'The Cartagena Declaration on Refugees' ['A Declaração de Cartagena Sobre Refugiados'], p. 162 (inglês).

...PARTE II: Protegendo de forma mais ampla...

- 82 R4V, '[Números Principais](#)', website Plataforma Regional de Coordenação Interagencial R4V (Response for Venezuelans).
- 83 ACNUR, [Orientações Sobre Considerações de Proteção Internacional para Venezuelanos – Atualização](#) (maio 2019), para. 5 (inglês).
- 84 Argentina, Bolívia, Brasil, México, Paraguai e Uruguai.
- 85 Dos mais de 1 milhão de solicitações de reconhecimento da condição de refugiado apresentadas, apenas 170.000 receberam uma decisão positiva no final de 2020. R4V, 'Key Figures'.
- 86 ACNUR, [ACNUR parabeniza decisão do Brasil de reconhecer milhares de venezuelanos como refugiados](#), Briefing de Imprensa (6 de dezembro de 2019). No final de 2020, o Brasil havia aceitado 46.700 refugiados venezuelanos por meio da abordagem prima facie. ACNUR, [Refugee Data Finder](#) (inglês).
- 87 Blouin, Berganza e Freier, 'The Spirit of Cartagena?' ['O Espírito de Cartagena?'], p. 66 (inglês).
- 88 R4V, [Residência e Autorizações de Residência](#), website Plataforma Regional de Coordenação Interagencial R4V (Response for Venezuelans). A Argentina, o Brasil, o Chile, a Colômbia, o Equador e o Peru, por exemplo, usaram programas de Permissão de Permanência Temporária e/ou requisitos simplificados em seus sistemas de emissão de vistos/migração para facilitar o acesso dos venezuelanos a alternativas e documentação de permanência legal.
- 89 Grupo Interagencial sobre Flujos Migratorios Mixtos (GIFMM) e R4V, [Venezuelanos na Colômbia, Ficha Informativa \(novembro de 2020\)](#) (inglês).
- 90 Ministério de Relações Exteriores, República da Colômbia, [Decreto N° 216: Estatuto Temporário de Proteção aos Migrantes Venezuelanos sob Proteção Temporária](#) (1 de março de 2021) (espanhol).
- 91 BBC News, [Colômbia irá conceder condição legal a migrantes venezuelanos](#), website (9 de fevereiro de 2021) (inglês).
- 92 ACNUR, [Alto Comissário Sobre Refugiados elogia América Latina por seu compromisso à inclusão de todos necessitados de proteção](#), Comunicado de Imprensa (23 de junho de 2021) (inglês); Luc Cohen, [Equador irá começar novo "processo de normalização" para migrantes venezuelanos](#), *Reuters* (17 de junho de 2021) (inglês).
- 93 ACNUR, [Refugee Data Finder](#) (inglês). No final de 2020, as populações deslocadas à força de El Salvador, Guatemala e Honduras incluíam cerca de 105.000 refugiados sob o mandato do ACNUR e quase 445.000 solicitantes de reconhecimento da condição de refugiado. Havia mais 319.000 deslocados internos, a grande maioria em Honduras (cerca de 77%) e o restante em El Salvador. ACNUR, [Refugee Data Finder](#) (inglês).
- 94 Para mais informações, ver: ACNUR, '[O MIRPS](#)', Plataforma Digital Pacto Global Sobre Refugiados (inglês).

...PARTE II: Protegendo de forma mais ampla...

- 95 ACNUR, [Refugee Data Finder](#) (inglês); ACNUR, [Refugee Data Finder](#) (inglês). A maioria dos reconhecimentos foi na Costa Rica, México, Espanha e Estados Unidos. ACNUR, [Refugee Data Finder](#) (inglês).
- 96 Ver: nota final 76.
- 97 Discutido em maiores detalhes na Parte III.
- 98 Discutido em maiores detalhes ainda nessa Parte.
- 99 Como observado no Preâmbulo da Convenção de 1951. O compromisso também pode ser encontrado no Artigo II, No. 4, da Convenção da OUA (1969): “quando um Estado-Membro tiver dificuldade em continuar acolhendo refugiados, esse Estado-Membro poderá recorrer a outros Estados-Membros diretamente ou através da OUA, e esses outros Estados-Membros tomarão as medidas adequadas para aliviar as pressões sobre o Estado-Membro que concede asilo, no espírito da solidariedade africana e da cooperação internacional.”
- 100 ACNUR, [Compilação Temática de Conclusões do Comitê Executivo \(7ª Edição\)](#) (junho de 2014): pp. 44 e 42–61 (inglês).
- 101 Ibid. Ver, por exemplo: No. 100 (LV) 2004 ‘International Cooperation and Burden and Responsibility Sharing in Mass Influx Situations’ [‘Cooperação Internacional e Compartilhamento de Responsabilidades em Situações de Deslocamento Massivo’] (inglês), que reafirma que “o respeito pelos Estados e por suas responsabilidades de proteção aos refugiados é reforçado pela solidariedade internacional que envolve todos os membros da comunidade internacional e o regime de proteção aos refugiados é fortalecido pelo compromisso com a cooperação internacional, em um espírito de solidariedade e divisão de responsabilidades entre todos os Estados”, p.56 (inglês).
- 102 ACNUR, ‘*Global Trends 2020*’ [‘Tendências Globais 2020’], p. 2 (inglês).
- 103 ACNUR, ‘[Reassentamento](#)’, website do ACNUR.
- 104 Ver, por exemplo: Barnaby Willitts-King e Alexandra Spencer, [Reduzindo a lacuna de financiamento humanitário: revisão do progresso desde o relatório do Painel de Alto-Nível sobre financiamento humanitário](#), Relatório Encomendado pelo HPG, Overseas Development Institute (abril 2021) (inglês); ACNUR, [Engajamento do ACNUR na Grande Barganha: Resumo do progresso feito por fluxo de trabalho](#), Atualização Externa (novembro 2020) (inglês). Os relatórios mostram que o financiamento global aumentou nos últimos anos, mas a lacuna entre as necessidades e os recursos não diminuiu, além dos altos níveis de escassez de recursos persistirem.
- 105 Ver: Parte V.
- 106 Hathaway e Gammeltoft-Hansen referem-se a isso como uma “atitude esquizofrênica em relação ao direito internacional dos refugiados” porque eles permanecem formalmente envolvidos com o direito dos refugiados, mas simultaneamente tentam evitar as responsabilidades relacionadas a ele. James C. Hathaway

...PARTE II: **Protegendo de forma mais ampla...**

e Thomas Gammeltoft-Hansen, 'Non-Refoulement in a World of Cooperative Deterrence' ['Não-Rejeição em um Mundo de Dissuasão Cooperativa'], *Columbia Journal of Transnational Law* 53, no. 2 (2015): p. 282 (inglês).

- 107 E, após dois anos de consultas globais, teve como objetivo enfrentar os muitos desafios encontrados na implementação da Convenção de 1951 e seu Protocolo de 1967, incluindo novas formas de perseguição e conflito, movimentos mistos complexos, a relutância de muitos Estados em aceitar refugiados e a interpretação restritiva da Convenção de 1951. Para os trabalhos e conclusões resultantes das consultas globais, ver: Erika Feller, Volker Türk, e Frances Nicholson, *'Refugee Protection in International Law: UNHCR's Global Consultations on International Protection'* ['Proteção dos Refugiados no Direito Internacional: Consultas Globais do ACNUR sobre Proteção Internacional'] (Nova York: Cambridge University Press, 2003) (inglês).
- 108 ACNUR, [Declaração dos Estados-Parte da Convenção de 1951 e/ou seu Protocolo de 1967 Relacionados à Condição de Refugiado](#) (16 de janeiro de 2002), Doc. ONU HCR/MMSP/2001/09 (inglês); ACNUR, [Relatório da Reunião Ministerial de Estados-Membros da Convenção de 1951 e/ou seu Protocolo Sobre a Condição de Refugiado](#) (18 de janeiro de 2002), Doc. ONU HCR/MMSP/2001/10 (inglês).
- 109 ACNUR, [Agenda de Proteção \(Terceira Edição\)](#) (outubro 2003) (inglês).
- 110 ONU, [Comunicado Ministerial](#) (8 de dezembro de 2011), Doc. ONU HCR/MINCOMMS/2011/6 (inglês). 153 Estados-Membros das Nações Unidas participaram no evento intergovernamental a nível ministerial dos Estados-Membros das Nações Unidas por ocasião do 60º Aniversário da Convenção de 1951 Sobre o Estatuto dos Refugiados e o 50º aniversário da Convenção de 1961 sobre a Redução da Apatridia, realizada em Genebra (7–8 de dezembro de 2011), que culminou na emissão do Comunicado. ACNUR, [Reunião Ministerial: Lista de Participantes](#) (22 de dezembro de 2011), Doc. ONU HCR/MINCOMMS/2011/09 (francês).
- 111 Ver mais adiante nesta Parte.
- 112 Informado pelo relatório do Secretário-Geral à AGNU [Em segurança e dignidade: abordando grandes movimentos de refugiados e migrantes](#) (21 de abril de 2016), Doc. ONU A/70/59 (vários idiomas).
- 113 AGNU, [Declaração de Nova York para Refugiados e Migrantes](#) (19 de setembro de 2016), ONU Doc. A/RES/71/1 (vários idiomas).
- 114 181 Estados-Membros das Nações Unidas votaram a favor da adoção do Pacto Global sobre Refugiados, a Hungria e os Estados Unidos votaram contra, e a República Dominicana, Eritreia e Líbia se abstiveram. 152 Estados Membros da ONU votaram a favor da adoção do Pacto Global para Migração Segura, Ordenada e Regular, cinco (República Tcheca, Hungria, Israel, Polônia, Estados Unidos) votaram contra e 12 se abstiveram. [Pacto Global sobre refugiados](#) (2018); [AGNU, Pacto Global para Migração Segura, Ordenada e Regular](#) (PGM) (19 de dezembro de 2018), Doc. ONU A/RES/73/195 (vários idiomas).
- 115 Pacto Global sobre Refugiados (2018), paras. 60–61; Pacto Global para Migração Segura, Ordenada e Regular (2018), objetivo 7, parágrafo 23. O PGM também faz referência específica a isso em relação aos esforços de busca e resgate. Objetivo 8, parágrafo 24.

...PARTE II: Protegendo de forma mais ampla...

- 116** Pacto Global sobre Refugiados (2018), paras. 13, 57–58, 94–96; Pacto Global para Migração Segura, Ordenada e Regular (2018), objetivo 10. Isso é consistente com os Protocolos de Palermo que são complementares à [Convenção da AGNU Contra o Crime Organizado Transnacional](#) (15 de novembro de 2000), Doc. ONUA/RES/55/25; AGNU, [Protocolo para Prevenir, Suprimir e Punir o Tráfico de Pessoas, Especialmente Mulheres e Crianças, Complementando a Convenção das Nações Unidas Contra o Crime Organizado Transnacional](#) (15 de novembro de 2000) (inglês); AGNU, [Protocolo Contra o Contrabando de Migrantes via Terrestre, Marítima e Aérea, Completando a Convenção das Nações Unidas Contra o Crime Organizado Transnacional](#) (15 de novembro de 2000) (inglês).
- 117** ACNUR, ‘*Agenda for Protection*’ [‘Agenda de Proteção’], pp. 46–52 (inglês); ACNUR, [O Plano de 10 Pontos em Ação: Atualização de 2016](#) (dezembro 2016) (inglês).
- 118** Convenção Contra o Crime Organizado Transnacional (2000); “Protocolo Contra o Contrabando de Migrantes por via Terrestre, Marítima e Aérea”; “Protocolo das Nações Unidas para Prevenir, Suprimir e Punir o Tráfico de Pessoas, Especialmente Mulheres e Crianças”.
- 119** Os riscos que dão origem à necessidade de proteção internacional incluem perseguição, ameaças à vida, liberdade ou integridade física decorrentes de conflitos armados, desordem pública grave, certas situações de violência ou outros riscos. Os refugiados têm direito à proteção internacional, assim como outras pessoas que se encontram fora de seu próprio país e não podem voltar, pois estariam em risco e seu país não está disposto ou não é capaz de protegê-las. Para mais informações sobre isso e uma lista de acordos internacionais e regionais que incluem o princípio de não rejeição, ver: ACNUR, ‘Persons in Need of International Protection’ [‘Pessoas Necessitadas de Proteção Internacional’] (inglês).
- 120** Mathias Czaika, Hein De Haas e Maria Villares-Varela, ‘The Global Evolution of Travel Visa Regimes’ [‘A Evolução Global dos Vistos de Viagem’], *Population and Development Review* 44, no. 3 (2018): p. 592 (inglês).
- 121** Czaika, De Haas, and Villares-Varela, ‘The Global Evolution of Travel Visa Regimes’ [‘A Evolução Global dos Vistos de Viagem’] (inglês). Os autores mostram como a emissão de vistos têm sido a regra e não a exceção nas últimas 40 décadas, ver: pp. 591–592 e 601 (inglês).
- 122** Ibid.: p. 594. Eles observam que existem pelo menos 20 sindicatos e comunidades econômicas em todo o mundo que geralmente (mas não exclusivamente) liberalizam o comércio, o investimento, as viagens e a migração entre Estados-Membros, ver: p. 597.
- 123** Sobre o uso de vistos, ver: Ibid.: p. 610 (inglês). Para exemplos de países que usam procedimentos para a emissão de vistos a fim de reduzir solicitações de reconhecimento da condição de refugiado, ver: David Scott Fitzgerald, *Refuge beyond Reach: How Rich Democracies Repel Asylum Seekers* [‘Refúgio para Além do Alcance: Como as Democracias Ricas Rejeitam os Solicitantes de reconhecimento da condição de refugiado’] (New York: Oxford University Press, 2019) (inglês). O Canadá, por exemplo, impôs requisitos de visto em resposta ao aumento das solicitações de reconhecimento da condição de refugiado de pessoas vindas do Haiti no final dos anos 1970, da América Central e Latina nas décadas de 1970 e 1980, da República Tcheca nos anos 1990 (momento em que as solicitações de povos ciganos aumentaram novamente) e da Hungria e do Zimbábue no início dos anos 2000, pp. 60–61 (inglês). A UE também usou vistos em resposta ao aumento dos fluxos de refugiados. Em 1987, a Comunidade Europeia emitiu uma lista de 50 países

...PARTE II: Protegendo de forma mais ampla...

qualificados para a emissão de vistos, que foi expandida para mais de 100 países no novo milênio. Vistos adicionais de trânsito aeroportuário foram impostos aos nacionais de alguns dos maiores movimentos de refugiados. Ibid., p. 165 (inglês). O visto é exigido para que a maioria das nacionalidades entre nos Estados Unidos, um requisito que não é destinado exclusivamente aos solicitantes de reconhecimento da condição de refugiado, mas que não faz exceção para eles, pp. 60–61 (inglês).

124 Convenção de 1951, Arts. 31, 33.

125 Hathaway and Gammeltoft-Hansen, 'Non-Refoulement in a World of Cooperative Deterrence' ['Não-Rejeição em um Mundo de Dissuasão Cooperativa'], pp. 238–239 (inglês).

126 Canadá: [Lei da Imigração \(1869\)](#), arts. 3–4 and 11 (inglês); Austrália: [Lei de Restrição da Imigração \(1901\)](#), para. 9 (inglês). Esta Lei foi a base da Política de "só brancos" da Austrália. USA: [Lei da Imigração \(1924\)](#), sessão 16 (inglês). UK: [Lei Britânica para Estrangeiros \(1793\)](#), sessões II e VII (inglês).

127 Astri Suhrke e Kathleen Newland, 'UNHCR: Uphill into the Future' ['O Caminho árduo do ACNUR em direção ao futuro'], *The International Migration Review* 35, no. 1 (2001): p. 290 (inglês).

128 Bernard Ryan e Valsamis Mitsilegas, 'Extraterritorial Immigration Control: Legal Challenges' ['Controle Extra-territorial da Imigração: Desafios Jurídicos'] (Leiden: Brill Nijhoff, 2010): p. 20 (inglês). Hathaway and Gammeltoft-Hansen, 'Non-Refoulement in a World of Cooperative Deterrence' ['Não-Rejeição em um Mundo de Dissuasão Cooperativa'], p. 253 (inglês).

129 Paula Hancocks, [Israel inicia instalação de barreira na fronteira com o Egito](#), *CNN News* (22 de novembro de 2010) (inglês).

130 Para consultar o número de refugiados e solicitantes de reconhecimento da condição de refugiado em Israel em 2012, ver: ACNUR, [Refugee Data Finder](#) (inglês). Hadas Yaron, Nurit Hashimshony-Yaffe e John Campbell, "Infiltrators" or Refugees? An Analysis of Israel's Policy Towards African Asylum-Seekers' ["Infiltrados" ou Refugiados? Uma Análise da Política Adotada por Israel para Lidar com Solicitantes de reconhecimento da condição de refugiado Africanos'], *International Migration* 51, no. 4 (2013): pp. 4–5 (inglês); Ron Friedman, [Netanyahu: Migrantes ameaçam nossa identidade nacional](#), *The Times of Israel* (20 de maio de 2012) (inglês).

131 ACNUR, [Posição do ACNUR sobre a condição de nacionais da Eritreia e do Sudão definidos como "infiltrados" por Israel](#) (novembro de 2017), para. 3 (inglês). Para uma cronologia das movimentações legislativas a partir de 2010 que afetam os solicitantes de reconhecimento da condição de refugiado e os procedimentos de asilo em Israel, ACNUR Israel, 'Legislação', website. Sobre as taxas de reconhecimento em Israel se comparado à UE, ver: nota final 138.

132 ACNUR, [Posição do ACNUR sobre a condição de nacionais da Eritreia e do Sudão definidos como "infiltrados" por Israel](#).

133 ACNUR, [ACNUR demonstra preocupação com uma nova Emenda à Lei israelense sobre a prevenção da infiltração](#), Notas de Briefing (10 de janeiro de 2014) (inglês).

...PARTE II: **Protegendo de forma mais ampla...**

- 134** O Tribunal emitiu sua decisão em 12 de setembro de 2014. Reuven Ziegler, [Segundo “strike” e você está \(finalmente\) eliminado? A eliminação da prevenção da infiltração](#), *Israel Democracy Institute* (29 de setembro de 2014) (inglês).
- 135** ACNUR Israel, ‘Legislação’; ACNUR, [ACNUR preocupado com as propostas de realocação de Israel](#), Comunicado de Imprensa (17 de novembro de 2017) (inglês).
- 136** A suspensão das deportações foi ordenada pelo Tribunal Superior de Israel em março de 2018. No final de 2018, havia cerca de 32.000 eritreus e sudaneses em Israel, se comparado a cerca de 48.000 em 2012. ACNUR, [Refugee Data Finder](#) (inglês). Cerca de 4.500 foram realocados sob a Política de Realocação Forçada do governo israelense. ACNUR, [ACNUR e Israel assinam acordo para encontrar soluções para eritreus e sudaneses](#), Comunicado de Imprensa (2 de abril de 2018) (inglês).
- 137** *The Times of Israel*, [Por volta de 200 solicitantes de reconhecimento da condição de refugiado cruzam a fronteira de Israel apesar da cerca em Sinai](#) (6 de dezembro de 2015) (inglês); Gili Cohen, [Israel aumenta altura da cerca na fronteira com o Egito para impedir entrada de solicitantes de reconhecimento da condição de refugiado](#), *Haaretz* (15 de março de 2018) (inglês); Human Rights Watch (HRW), [ONU: Egito Encabeçará Agência de Governança para Refugiados – Enfatiza urgência do fim dos abusos contra refugiados e solicitantes de reconhecimento da condição de refugiado por parte do Cairo](#), *HRW News* (8 de outubro de 2010) (inglês); HRW, [Egito/Israel: Egito deve acabar com a prática de “atirar para parar” na fronteira de Sinai](#), *HRW News* (11 de dezembro de 2008) (inglês); Patrick Strickland, [Refugiados sudaneses baleados e mortos na fronteira entre Egito e Israel](#), *Al Jazeera* (15 de novembro de 2015) (inglês); Rachel Humphris, [Refugiados e os Rashaida: Tráfico e contrabando humano da Eritreia para o Sudão e o Egito](#), Artigo de Pesquisa No. 254, *New Issues in Refugee Research*, ACNUR (março 2013): p. 4 (inglês).
- 138** Para ver os números até 2017, consulte: ‘UNHCR’s position on the status of Eritrean and Sudanese nationals defined as “infiltrators” by Israel’ [Posição do ACNUR sobre a condição de nacionais da Eritreia e do Sudão definidos como “infiltrados” por Israel], p. 3 (inglês). Entre 2018 e 2020, as taxas de reconhecimento para os eritreus em Israel foram, em média, abaixo de 2%. Nenhum sudanês foi reconhecido como refugiado em Israel durante esse período. Cerca de 600 sudaneses receberam status de proteção complementar. Para consultar os números de sudaneses, ver: [Refugee Data Finder](#) (inglês) e para os números da Eritreia, ver: ACNUR, [Refugee Data Finder](#) (inglês). Em 2018 e 2019, as taxas de reconhecimento de eritreus pela UE foram de cerca de 80% e a taxa de reconhecimento de sudaneses flutuou entre 54 e 62%. Em 2020, a taxa de reconhecimento dos eritreus na UE era de 82% e os dados preliminares para sudaneses indicaram uma taxa de reconhecimento de aproximadamente 46%. Comissão Europeia, [Decisões de primeira instância sobre solicitações por cidadania, idade e sexo – dados anuais agregados \(arredondados\)](#), *Eurostat Data Browser* (6 de março de 2021) (inglês).
- 139** Keno Verseck, [Como a Hungria vem violando as leis da UE sobre refugiados](#), *Deutsche Welle* (2 de agosto de 2021) (inglês); AGNU, Conselho de Direitos Humanos, [Visita à Hungria: Relatório do Relator Especial sobre direitos humanos de migrantes](#) (11 de maio 2020), Doc. ONU A/HRC/44/42/Add.1, pp. 7–8 (inglês); ACNUR, [Hungria Como País de Refúgio: Observações sobre medidas jurídicas restritivas e prática subsequente implementada entre julho de 20`5 e março de 2016](#), Relatório (maio de 2016), pp. 8–12 (inglês).

...PARTE II: Protegendo de forma mais ampla...

- 140** *Comissão Europeia vs. Hungria* (17 de dezembro de 2020), CJEU, C-808/18, para. 175 (inglês).
- 141** *Comissão Europeia vs. Hungria*, para. 266 (inglês).
- 142** Em 9 de junho de 2021, A Comissão Europeia deu início a um procedimento de não conformidade contra a Hungria nos termos do Artigo 260 No. 2, do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (TFUE) por não cumprir o Acórdão do TJUE de 17 de dezembro de 2020 (C-808/18). A Comissão pode considerar remeter o caso ao TJUE com uma proposta de sanções financeiras. Comissão Europeia, [Pacote de Infrações de Junho: Principais Decisões](#), website (9 de junho de 2021) (inglês).
- 143** ACNUR, [Posição do ACNUR sobre a Lei húngara LVIII de 2020 sobre as Regras de Transição e Preparo Epidemiológico relacionadas à Cessação do Estado de Perigo](#) (junho 2020) (inglês).
- 144** Ibid.; ACNUR, [Acesso ao refúgio corre ainda mais risco na Hungria](#), Comunicado de Imprensa (29 de junho de 2020) (inglês). Sobre outras reações às legislações, ver, por exemplo: Parlamento Europeu, [Questões parlamentares: Acesso ao refúgio na Hungria](#), (7 de julho 2020), E-004020/2020; [A Resposta à Questão Parlamentar](#) (19 de novembro de 2020), E-004020/2020(ASW) (inglês). A Comissão observou na sua resposta que “tem sérias preocupações sobre a compatibilidade do novo sistema com as obrigações decorrentes da Lei de Refúgio da UE de garantir acesso a um procedimento de reconhecimento da condição de refugiado eficiente, inclusive na fronteira, e já abordou o assunto com o governo húngaro em várias ocasiões”.
- 145** A UE informou que as chegadas estavam sendo facilitadas por Belarus “como uma ferramenta política para desestabilizar a União Europeia e seus Estados-Membros”. Comissão Europeia, [Comunicado da Comissão ao Parlamento Europeu, o Conselho, o Comitê Social e Econômico e o Comitê das Regiões sobre o Relatório Sobre Migração e Refúgio](#) (29 de setembro de 2021), COM(2021) 590 final, pp. 1, 3, 10 (inglês). As agências pediram que a situação fosse gerenciada “de acordo com as obrigações jurídicas internacionais” e disseram que “solicitantes de reconhecimento da condição de refugiado e migrantes nunca devem ser usados para fins políticos por parte dos Estados”. ACNUR, [ACNUR e OIM chocados e entristecidos com as mortes perto da fronteira entre Belarus e Polônia](#), Comunicado de Imprensa (21 de setembro de 2021) (inglês/espanho/francês/árabe). A Polônia havia anunciado anteriormente medidas para construir uma cerca e aumentar sua presença militar ao longo de sua fronteira. Kasper Pempel, [Polônia irá construir cerca e dobrar número de soldados na fronteira com Belarus](#), *Reuters* (23 de agosto de 2021) (inglês). Dois casos estão atualmente sendo analisados perante o Tribunal Europeu de Direitos Humanos (TEDH), esses casos foram apresentados por solicitantes que buscam reconhecimento como refugiados nas fronteiras da Letônia e da Polônia. Numa decisão provisória, o Tribunal decidiu solicitar às autoridades polacas e letãs que prestassem assistência aos solicitantes, sem prejuízo de suas decisões sobre o mérito das solicitações. TEDH, [Tribunal indica medidas interinas em relação a iraquianos e afegãos na fronteira entre Belarus, Letônia e Polônia](#), Comunicado de Imprensa (25 de agosto de 2021) (inglês).
- 146** Christopher Giles, [O Muro do Trump: Quanto dele foi construído durante o seu mandato?](#), *BBC News* (12 de janeiro de 2021) (inglês); Lauren Giella, [Checagem de Fatos: O presidente Trump construiu o “grande e lindo” muro na fronteira que ele prometeu?](#), *Newsweek* (12 de janeiro de 2021) (inglês).
- 147** ACNUR, [ACNUR está profundamente preocupado com as novas restrições ao asilo nos EUA](#), Comunicado de Imprensa (15 de julho de 2019) (inglês).

...PARTE II: Protegendo de forma mais ampla...

- 148** Departamento de Segurança Interna dos EUA, [Protocolos de Proteção aos Migrantes](#), Conteúdo Arquivado (24 de janeiro de 2019) (inglês).
- 149** 70.000 solicitantes de reconhecimento da condição de refugiado foram devolvidos ao México sob essa prática, até que ela fosse descontinuada em fevereiro de 2021. Em maio de 2021, mais de 11.200 solicitantes de reconhecimento da condição de refugiado com casos ativos no programa foram autorizados a retornar aos Estados Unidos para aguardar as decisões. Kristy Siegfried, [Briefing Sobre Refugiados](#), website ACNUR (4 de junho de 2021) (inglês). Entre as críticas à política estão as condições inseguras nas quais migrantes e refugiados são obrigados a esperar no México. HRW, ["Como se eu estivesse me afogando"- Crianças e Famílias Colocadas em Perigo pelo Programa "Fique no México" dos EUA](#), Relatório (Janeiro 2021) (inglês).
- 150** ACNUR, [Refugee Data Finder](#) (inglês). Em 2016, 96.900 refugiados foram reassentados nos Estados Unidos. Este número caiu para 33.400 em 2017 e para 22.900 em 2018. Em 2019, o número aumentou novamente, mas ainda se manteve em apenas 27.500. Em 2020, O número total estava em uma baixa histórica de 9.900 no contexto da pandemia da COVID-19, durante a qual o acesso ao reconhecimento da condição de refugiado foi ainda mais reduzido.
- 151** Ariel G. Soto Ruiz, [Políticas de migração do México um ano após a reformulação do Acordo EUA-México](#), Briefing de Política, Migration Policy Institute (junho 2020) (inglês). O México teria agido por preocupações de que, caso contrário, enfrentaria uma escalada nas tarifas comerciais. Makini Brice, [Trump ameaça aumentar tarifas para o México como retaliação à parte do acordo de migração](#), Reuters (10 de junho de 2019) (inglês); BBC News, [Conversas entre EUA e México: Um acordo para evitar tarifas foi atingido, diz Trump](#), website (9 de junho de 2019) (inglês).
- 152** Alfândega e Proteção de Fronteiras dos EUA, [Informações Sobre Migração na fronteira Sudoeste 2019](#), website (inglês). As métricas de inadmissibilidade incluem: "indivíduos encontrados em portos de entrada que buscam admissão legal nos Estados Unidos, mas são determinados como inadmissíveis, indivíduos que se apresentam para buscar proteção humanitária sob nossas leis e indivíduos que retiram um pedido de admissão e retornam aos seus países de origem dentro de um curto período de tempo".
- 153** Os solicitantes de reconhecimento da condição de refugiado ou são incluídos em processos formais de imigração ou em processos de remoção acelerada. Nesse último, a pessoa pode expressar medo de perseguição ou tortura em seu país de origem e um Oficial de Refúgio dos Estados Unidos avalia se existe uma "possibilidade significativa" de que essa afirmação seja reconhecida em uma audiência formal. Caso positivo, a pessoa é enviada para o processo de audição formal. As pessoas que têm sua solicitação negada podem solicitar uma revisão da decisão por um juiz de imigração. Caso o juiz confirme a decisão negativa, a pessoa é removida. Antes de 2013, 4 a 8% dos solicitantes de reconhecimento da condição de refugiado vindos da América Central foram encaminhados para processamento acelerado. Esse número aumentou para mais de 40%. Ben Harrington, [A Lei do Procedimento de Asilo na Fronteira: Estatutos e Implementação da Agência](#), Relatório do Serviço de Pesquisa do Congresso R46755 (4 de setembro de 2021): pp. 10–13, 17–18, 20–25, 27–28 (inglês); Departamento de Segurança Interna dos EUA, [Avaliação de Protocolos de Proteção à Migrantes \(MPP\)](#) (28 de outubro de 2019): p. 7 (inglês).
- 154** A mais controversa é a separação das crianças de seus pais e sua detenção. Especialistas em Direitos Humanos das Nações Unidas declararam a prática ilegal sob o Direito Internacional. Esta política foi encerrada pelo

...PARTE II: Protegendo de forma mais ampla...

presidente Trump em junho de 2018. ACNUDH, [Especialistas da ONU pedem que os EUA libertem crianças de detenção e parem de usá-las para desincentivar a migração irregular](#), ACNUDH Notícias (22 de junho de 2018). Em um arquivamento de abril de 2021 no Tribunal Distrital do Sul da Califórnia, o Departamento de Justiça dos EUA e a American Civil Liberties Union (ACLU) relataram que ainda havia mais de 445 crianças separadas que não haviam sido reunidas aos seus pais. A maioria dos pais havia sido deportada. [Sra. L. vs. EUA Imigração e Aplicação da Lei Alfandegária](#) (2018) S.D. Cal., 3:18-cv-00428 (inglês); Aishvarya Kavi, [Tribunal diz que os pais de 445 crianças migrantes separadas ainda não foram encontrados](#), *The New York Times* (8 de abril de 2021) (inglês).

- 155 Eleanor Acer, [Processos Criminais e Entrada Ilegal: Indo Mais a Fundo](#), website *Just Security* (18 de julho de 2019) (inglês); Conselho Norte Americano de Imigração, [Processando Acusados de Entrada Ilegal nos EUA](#), Ficha Informativa (23 de agosto de 2021) (inglês).
- 156 Departamento de Segurança Interna, [Declaração Sobre a Suspensão de Novas Inscrições no Programa de Protocolos de Proteção a Migrantes](#), website (20 de janeiro de 2021) (inglês). Essa decisão foi posteriormente objeto de contestações judiciais. Em agosto de 2021, um juiz distrital do Texas decidiu que o governo deveria restabelecer os protocolos de proteção aos migrantes. Subsequentemente, a administração Biden apresentou um recurso de emergência à Suprema Corte dos Estados Unidos para suspender a ordem. O tribunal recusou, exigindo que o governo Biden fizesse um esforço de “boa-fé” para implementar a política enquanto o caso é processado no tribunal. [Biden vs. Texas](#) (2021) USSC, 21-10806. A administração também suspendeu e iniciou o processo para rescindir os Acordos de Cooperação em Matéria de Refúgio (ACA) com os governos da Guatemala, Honduras e El Salvador. Sob os acordos, uma pessoa poderia ser negada o direito de buscar asilo na fronteira dos Estados Unidos e ser enviada a qualquer um desses países. Secretário de Estado dos EUA Antony J. Blinken, [Suspensão e Encerramento dos Acordo de Cooperação em Matéria de Refúgio com El Salvador, Guatemala e Honduras](#), Comunicado de Imprensa (2 de junho de 2021) (inglês); Aaron Reichlin-Melnick, [Governo Biden Encerra Acordos com “Países Terceiros Seguro”](#), *Immigration Impact* (8 de fevereiro de 2021) (inglês).
- 157 Centro de Controle e Prevenção de Doenças (CDC), Departamento de Saúde e Serviços Humanos (HHS), [Ordem que suspende o direito de introduzir pessoas vindas de países onde exista doença transmissível e digna de quarentena](#), *Registro Federal* (13 de outubro de 2020); Representante do ACNUR nos Estados Unidos e no Caribe Matthew Reynolds, [ACNUR demonstra preocupação com voos de expulsão do EUA em meio às restrições relacionadas à COVID-19](#), Comunicado de Imprensa (11 de agosto de 2021).
- 158 ONU, [Chefe do ACNUR pede que os EUA encerrem as restrições de asilo relacionadas à COVID-19 na fronteira com o México](#), ONU Notícias (20 de maio de 2021) (inglês); ACNUR, [Comunicado de Imprensa do Alto Comissário para os Refugiados Filippo Grande sobre as condições e expulsões na fronteira dos EUA](#), Comunicado de Imprensa (21 de setembro de 2021) (inglês). O governo Biden havia estendido a proteção temporária aos haitianos que vieram para os Estados Unidos após o terremoto de 2010 apenas alguns meses antes. Serviços de Imigração e Cidadania dos EUA, [Condição de Proteção Temporária para País Específico: Haiti](#) (maio 2021) (inglês).
- 159 Inclusive nos aeroportos. Regina Jefferies, Daniel Ghezelbash e Asher Lazarus Hirsch, [Avaliando Solicitações de Proteção em Aeroportos: Desenvolvimento de procedimentos para cumprir com obrigações internacionais e domésticas](#), Briefing de Política 9, Kaldor Centre for Refugee Law (setembro 2020) (inglês).

...PARTE II: Protegendo de forma mais ampla...

- 160** Pessoas que entraram na Austrália com vistos e por meio de aeroportos e então apresentaram uma solicitação de reconhecimento da condição de refugiado ou que foram consideradas “suspeitas” de ter possibilidade de apresentarem solicitação posteriormente também enfrentaram detenção. Ibid., p. 8 (inglês).
- 161** De acordo com os registros oficiais da Austrália, o número de chegadas não autorizadas por mar aumentou constantemente nos anos anteriores: de 200 pessoas em 1998 para de 3.700 pessoas em 1999, perto de 3.000 em 2000 e mais de 5.500 em 2001. Janet Phillips e Harriet Spinks, [Chegadas por Barco à Austrália desde 1976](#), Artigo de Pesquisa, Parlamento da Austrália, Departamento de Serviços Parlamentares: Sessão de Proteção Social (2013), Apêndice A; Parlamento da Austrália, Comitê Especial do Senado, [Capítulo 10 - Solução Pacífica: Negociações e Acordos](#), ‘A Certain Maritime Incident’ [‘Um Certo Incidente Marinho’], Relatório (2002) (inglês); Kaldor Centre for International Refugee Law, [A Questão de Tampa: 20 anos depois](#), website (10 de agosto de 2021) (inglês).
- 162** Ariane Rummery, [A “Solução Pacífica” da Austrália chega a um fim: Últimos 21 refugiados do Sri Lanka em Nauru deixam a Austrália](#), ACNUR Notícias (11 de fevereiro de 2008) (inglês).
- 163** Janet Phillips, [Chegadas e “retornos” de barco da Austrália desde 1976: um guia rápido sobre as estatísticas](#), Artigo de Pesquisa, Parlamento da Austrália, Departamento de Serviços Parlamentares (2017), tabela 1 (inglês); Bob Douglas, Claire Higgins, Arja Keski-Nummi, Jane McAdam e Travers McLeod, [Para além dos barcos: desenvolvendo uma política de asilo para o longo-prazo](#), Relatório em Continuidade da Mesa Redonda de Alto-Nível (novembro 2014): p. 17 (inglês).
- 164** Estima-se que houve 1.400 mortes no mar entre 2001 e 2014. Ver: Douglas et al., ‘Beyond the boats’ [‘Além dos barcos’], p. 13 (inglês); Kenneth McLeod, [Viagens mortais: Mortes na fronteira associadas à Austrália](#), Gráficos Interativos, SBS News (23 de abril de 2015) (inglês).
- 165** Eles eram predominantemente do Afeganistão, Irã, Iraque, Paquistão, Sri Lanka ou apátridas. Janet Phillips, [Solicitantes de reconhecimento da condição de refugiado e refugiados: quais são os fatos?](#), Artigo de Pesquisa, Parlamento da Austrália, Departamento de Serviços Parlamentares: Sessão de Políticas Sociais (2015) (inglês).
- 166** Conselho de Refugiados da Austrália, [Estatísticas de processamento offshore - Quantas pessoas estão em Nauru e PNG?](#), website (30 de agosto de 2021) (inglês).
- 167** Como parte de medidas mais amplas para remover incentivos para pessoas que tentam vir para a Austrália sem autorização prévia. Ver: Governo da Austrália, [Relatório do Painel de Especialistas Sobre Solicitantes de reconhecimento da condição de refugiado](#) (13 de agosto de 2012) (inglês); Janet Phillips, [Comparação entre as políticas governamentais de Asilo da Coalizão e do Partido Trabalhista na Austrália desde 2001](#), Artigo de Pesquisa, Parlamento da Austrália, Departamento de Serviços Parlamentares: Sessão de Políticas Sociais (2 de fevereiro de 2017) (inglês); Elibritt Karlsen, [Processamento offshore de solicitantes de reconhecimento da condição de refugiado em Nauru e PNG por parte da Austrália: um guia rápido sobre estatísticas e recursos](#), Artigo de Pesquisa, Parlamento da Austrália, Departamento de Serviços Parlamentares: Sessão de Processamento de Leis e Emendas (19 de dezembro de 2016) (inglês).
- 168** Departamento de Relações Internas, Governo da Austrália, [Operação Fronteiras Soberanas](#), website (inglês).

...PARTE II: **Protegendo de forma mais ampla...**

- 169 ACNUR, [Retorno ao Sri Lanka de indivíduos interceptados no mar](#), Comunicado de Imprensa (7 de julho de 2014) (inglês); Comitê da ONU Sobre os Direitos da Criança, [Constatações e observações sobre o quinto e o sexto relatórios periódicos da Austrália combinados](#) (1 de novembro de 2019), Doc. ONU CRC/C/AUS/CO/5-6, pp. 12–13 (inglês); Comitê da ONU sobre Eliminação da Discriminação contra Mulheres, [Observações e constatações sobre o oitavo relatório periódico da Austrália](#), (25 de julho de 2018), Doc. ONU CEDAW/C/AUS/CO/8, p. 16 (inglês); Comitê para a Eliminação da Discriminação Racial, [Observações e constatações sobre os relatórios dezoito a vinte da Austrália](#), (26 de dezembro de 2017), Doc. ONU CERD/C/AUS/CO/18-20, p. 7 (inglês); Zeid Ra'ad Al Hussein, [Declaração do Alto Comissário da ONU sobre Direitos Humanos sobre os Direitos Humanos de Migrantes na 29ª Sessão do Conselho de Direitos Humanos](#), Discurso publicado no website do ACNUDH (15 de junho de 2015) (inglês).
- 170 Conselho de Direitos Humanos, [Relatório do Relator Especial sobre os Direitos Humanos de Migrantes em sua missão na Austrália e nos centros de processamento em Nauru](#), (24 de abril 2017), Doc. ONU A/HRC/35/25/Add.3, paras. 72–79 (inglês).
- 171 Ibid., paras. 80–82 (inglês).
- 172 *Namah v. Pato* (2016) PNGSC, SC1497; Kelly Buchanan, [Austrália e Papua-Nova Guiné: Supremo Tribunal Decide que a Detenção de Solicitantes de reconhecimento da condição de refugiado é Inconstitucional](#), *Monitor Jurídico Global*, website da Biblioteca do Congresso (2 de maio de 2016) (inglês).
- 173 Joseph Lew, [Fotos do Centro de Detenção de Imigrantes em Nauru \(Atualmente\) Vazio](#), *VICE World News* (22 de outubro de 2020) (inglês); Conselho de Refugiados da Austrália, [Sete Anos Depois: Uma Visão Geral das Políticas de Processamento Offshore da Austrália](#), Relatório (Julho 2020), p. 7 (inglês). O Centro Regional de Processamento de Nauru (em 2015) e o Centro Regional de Processamento da Ilha de Manus (em 2016) já haviam sido transformados em instalações mais abertas. ACNUR, [ACNUR pede à Austrália para agir e salvar vidas que correm risco imediato](#), Comunicado de Imprensa (23 de outubro de 2018) (inglês).
- 174 Kaldor Centre for International Refugee Law, [Processamento Offshore: Uma Visão Geral](#), Ficha informativa (11 de janeiro de 2021) (inglês); Conselho de Refugiados da Austrália, 'Seven Years on: Na Overview', ['Sete Anos depois: Uma Visão Geral'], p. 11 (inglês).
- 175 Conselho de Refugiados da Austrália, 'How many people are on Nauru and PNG?' ['Quantas pessoas estão em Nauru e PNG?'] (inglês).
- 176 Comissão Australiana de Direitos Humanos, [Conte-me Sobre: a Emissão de Vistos para Solicitantes de reconhecimento da condição de refugiado](#), Ficha Informativa (17 de abril de 2013) (inglês).
- 177 Departamento de Relações Internas, Governo da Austrália, [Detenção de Imigrantes e Resumo das Estatísticas da Comunidade](#), Relatório (30 de abril de 2021) (inglês). Ver também: ACNUR, [Austrália: Contribuição do ACNUR para a Revisão Periódica Universal, Austrália - 37ª Sessão UPR](#) (julho de 2020), p. 4 (inglês).
- 178 Claire P. Gutekunst, 'Interdiction of Haitian Migrants on the High Seas: A Legal and Policy Analysis,' ['Interdição de Migrantes Haitianos em Alto Mar: uma análise jurídica e política'] *The Yale Journal of International Law* 10, no. 1 (1984): pp. 152–154 (inglês). Para mais informações sobre a situação econômica e de direitos

...PARTE II: **Protegendo de forma mais ampla...**

humanos, ver: David Nicholls, [Haiti: a ascensão e queda do Duvalierismo](#), *Third World Quarterly* 8, no. 4 (1986): pp. 1243–1244 (inglês); HRW, [O Encontro do Haiti com a história: o caso de Jean-Claude Duvalier](#), Relatório (2011): p. 2 (inglês).

- 179 Claire P. Gutekunst, 'Interdiction of Haitian Migrants on the High Seas' ['Interdição de Migrantes Haitianos em Alto Mar'], pp. 156–158 e 164 (inglês). Práticas como audiências aceleradas e audiências de exclusão em massa a portas fechadas violaram a Lei constitucional e estatutária dos Estados Unidos em vários casos judiciais. As audiências individuais subsequentes também foram consideradas como em descumprimento de salvaguardas processuais. Ver Também: Gil Loescher e John Scanlan, 'Human Rights, U.S. Foreign Policy, and Haitian Refugees' ['Direitos Humanos, Política Externa dos EUA e Refugiados Haitianos'], *Journal of Interamerican Studies and World Affairs* 26, no. 3 (1984): pp. 333, 335, 339–341, 345 (inglês).
- 180 Niels Frenzen, 'Responses to "Boat Migration": A Global Perspective – US Practices' ['Respostas à "Migração em Barcos": Uma Perspectiva Global – Práticas dos EUA'], in Violeta Moreno-Lax e Efthymios Papastavridis (eds.), *'Boat Refugees' and Migrants at Sea: A Comprehensive Approach* ["Refugiados em Barcos" e Migrantes no Mar: Uma Abordagem Abrangente] (Leiden: Brill Nijhoff, 2017): p. 287 (inglês). A única maneira de um haitiano ter acesso a uma entrevista de triagem era gritar ou usar gestos para "manifestar medo". Isso ficou conhecido como o "teste do grito". Eleanor Acer, [Um Sistema Feito para Falhar com os Haitianos](#), *Human Rights First* website (10 de fevereiro de 2010) (inglês). FitzGerald, *'Refuge beyond Reach'* ['Refúgio para além do Alcance'], pp. 79–82 (inglês).
- 181 Niels Frenzen, 'Responses to "Boat Migration"' ['Respostas à "Migração em Barcos"]', pp. 282–283, 288–292, 296–297 (inglês).
- 182 Segurança Interna e Guarda Costeira dos Estados Unidos, [Avaliação da Aplicação da Lei Marítima – Relatório do Ano Fiscal de 2020 ao Congresso](#), Relatório (9 de dezembro de 2020): pp. 5–7 (inglês). O relatório refere-se a uma ordem executiva que afirma que as obrigações do governo sob o Protocolo de 1967 não se estendem a pessoas localizadas fora do território dos Estados Unidos. Também se refere à Ordem Executiva que autoriza o Procurador-Geral a «manter sob custódia, em qualquer local que considere apropriado, quaisquer estrangeiros sem documentos que tenha motivos para acreditar que estejam buscando entrar nos Estados Unidos e que sejam interditados ou interceptados na região do Caribe». George Bush, [Ordem Executiva 12807, Interdição de Estrangeiros Ilegais](#) (1992), Biblioteca Digital do Departamento de Segurança Interna (inglês); George W. Bush, [Ordem Executiva 13276, Delegação de Responsabilidades em Matéria de Estrangeiros Sem Documentos Interditados ou Interceptados na Região do Caribe](#) (2002), Biblioteca Digital do Departamento de Segurança Interna (inglês).
- 183 Frenzen, 'Responses to "Boat Migration"' ['Respostas à "Migração em Barcos"]', pp. 299–302 (inglês); Azadeh Dastyari, *United States 'Migrant Interdiction and the Detention of Refugees in Guantánamo Bay'* ['Interdição de Migrantes nos Estados Unidos e Detenção de Refugiados na Baía de Guantánamo'] (Cambridge: Cambridge University Press, 2015): pp. 161–171, 207–214 (inglês); Bill Frelick, Ian M. Kysel e Jennifer Podkul, 'The Impact of Externalization of Migration Controls on the Rights of Asylum Seekers and Other Migrants' ['O impacto da externalização dos controles de migração sobre os direitos de solicitantes de reconhecimento da condição de refugiado e outros migrantes'], *Journal on Migration and Human Security* 4, no. 4 (dezembro de 2016): p. 200 (inglês).

...PARTE II: **Protegendo de forma mais ampla...**

- 184 [Sala vs. Conselho de Centros Haitianos, Inc.](#) (1993) USSC, 509 U. S. 155 (inglês).
- 185 Hathaway and Gammeltoft-Hansen, 'Non-Refoulement in a World of Cooperative Deterrence' ['Não-Rejeição em um Mundo de Dissuasão Cooperativa'], pp. 247–248 (inglês). Para uma análise de *Sala vs. Conselho de Centros Haitianos*, ver: Dastyari, 'United States Migrant Interdiction and the Detention of Refugees in Guantánamo Bay' ['Interdição de Migrantes nos Estados Unidos e Detenção de Refugiados na Baía de Guantánamo'], pp. 106–112 inglês; Fitzgerald, 'Refuge beyond Reach' ['Refúgio para além do Alcance'], pp. 84–91 (inglês).
- 186 Hathaway and Gammeltoft-Hansen, 'Non-Refoulement in a World of Cooperative Deterrence' ['Não-Rejeição em um Mundo de Dissuasão Cooperativa'], p. 247 (inglês).
- 187 [Hirsi Jamaa e outros vs. Itália](#) (2012) CEDH, 27765/09.
- 188 Conselho da Europa, [Convenção para a Proteção dos Direitos Humanos e das Liberdades Fundamentais](#) (4 de novembro de 1950), UNTS vol. 213, n. o 2889, artigo 3 (inglês).
- 189 [Hirsi Jamaa e outros vs. Itália](#), para. 82, 123 (inglês).
- 190 Para mais comentários sobre o caso, ver: Meltem Ineli-Ciger, 'Temporary Protection in Law and Practice' ['Proteção Temporária no Direito e na Prática'] (Leiden: Brill Nijhoff, 2018): p. 56 (inglês).
- 191 ACNUR, [ACNUR adverte contra "exportação" do refúgio e pede compartilhamento de responsabilidades no acolhimento de refugiados e não transferência do fardo](#), Comunicado de Imprensa (19 de maio de 2021); ACNUR, [Observações sobre a Proposta de Alteração da Lei para Estrangeiros na Dinamarca \(Introdução da possibilidade de transferir solicitantes de reconhecimento da condição de refugiado para países terceiros para processamento das solicitações e alojamento\)](#) (8 de março de 2021), para. 16 (inglês).
- 192 Em 2021, os Estados Unidos haviam se apropriado de cerca de US \$3,3 bilhões para implementação da iniciativa Mérida, começando em 2008. Clare Ribando Seelke, [México: Evolução da Iniciativa Mérida, 2007–2021](#), Relatório do Serviço de Pesquisa do Congresso IF10578 (13 de janeiro de 2021) (inglês): p. 1; Clare Ribando Seelke e Kristin Finklea, [Cooperação de Segurança México-EUA: Iniciativa Mérida e Além](#), Relatório do Serviço de Pesquisa do Congresso R41349 (29 de junho de 2017): pp. 11–12 (inglês). Outros investimentos na região vieram através da iniciativa de segurança da América Central (CARSI) e, a partir de 2014, da estratégia de engajamento na América Central, que objetivou não só melhorar as condições na região como também fornecer meios para reduzir chegadas não autorizadas. Os gastos com o financiamento aprovado foram desacelerados durante o governo Trump, o que alguns disseram que pode ter contribuído para o aumento das chegadas. Em 2021, a administração Biden anunciou uma estratégia abrangente de US \$ 4 bilhões para a região. Peter J. Meyer, [Estratégia dos EUA para Engajamento na América Central: Questões Políticas para o Congresso](#), Relatório do Serviço de Pesquisa do Congresso 44812 (12 de novembro de 2019): pp. 4–5, 12, 18–20, 22–23 (inglês); Mark L. Schneider, [Seis Meses Depois: Mudanças na Política dos EUA em Relação ao Triângulo do Norte](#), Comentário, Center for Strategic and International Studies (CSIS) (20 de julho de 2021) (inglês).
- 193 Incluindo através do treinamento de oficiais de fronteira e do fornecimento de barcos de patrulha e equipamentos de vigilância. Hathaway e Gammeltoft-Hansen, 'Non-Refoulement in a World of Cooperative

...PARTE II: Protegendo de forma mais ampla...

Deterrence’ [‘Não-Rejeição em um Mundo de Dissuasão Cooperativa’], pp. 254 (inglês); Human Rights Law Centre, *‘Can’t flee, can’t stay: Australia’s interception and return of Sri Lankan asylum seekers’* [‘Não posso fugir, não posso ficar: interceptação da Austrália e retorno de solicitantes de reconhecimento da condição de refugiado do Sri Lanka’], Relatório (março de 2014): pp. 24–25, 27–33 (inglês). Essas medidas foram criticadas por ativistas de direitos humanos, inclusive porque impediam que pessoas que corriam risco no Sri Lanka fugissem. Ibid., pp. 4–7 e 14–18 (inglês).

- 194** Hathaway and Gammeltoft-Hansen, ‘Non-Refoulement in a World of Cooperative Deterrence’ [‘Não-Rejeição em um Mundo de Dissuasão Cooperativa’], p. 254 (inglês).
- 195** Mais de 800 milhões de euros foram mobilizados desde 2015 apenas pela janela norte do Fundo Fiduciário de Emergência da UE para a África, que foram enviados para 38 programas implementados na Argélia, Egito, Líbia, Marrocos e Tunísia. Mais da metade desses recursos são investidos em proteção, estabilização da comunidade e apoio socioeconômico, enquanto um terço vai para a gestão das fronteiras e o restante para a governança da migração e migração laboral. UE, [Fundo Fiduciário de Emergência da UE para África: Melhorando a Gestão da Migração na Região Norte de África](#), Ficha Informativa (setembro de 2020) (inglês). Existem outros acordos bilaterais, como no caso de Marrocos, indicado abaixo.
- 196** Hathaway and Gammeltoft-Hansen, ‘Non-Refoulement in a World of Cooperative Deterrence’ [‘Não-Rejeição em um Mundo de Dissuasão Cooperativa’], p. 251 (inglês).
- 197** Isso foi supostamente aprovado logo após o Marrocos relaxar seus controles de fronteira, permitindo que 12.000 migrantes e solicitantes de reconhecimento da condição de refugiado entrassem no país dentro do espaço de dois dias. Autoridades espanholas acusaram o Marrocos de usar migrantes como um meio de exercer influência sobre a Espanha, em meio a tensões políticas causadas pelo fato de a Espanha ter permitido que um líder da Frente Polisário tivesse acesso a tratamento médico no país. Nicholas Casey e José Bautista, [“Entrem, pessoal!”: o aceno de mão que desencadeou a briga sobre migração entre Espanha e Marrocos](#), *The New York Times* (2 de junho de 2021).
- 198** Ibid. (inglês).
- 199** Hathaway and Gammeltoft-Hansen, ‘Non-Refoulement in a World of Cooperative Deterrence’ [‘Não-Rejeição em um Mundo de Dissuasão Cooperativa’], p. 250 (inglês).
- 200** O financiamento é enviado através do mecanismo e apenas parte dele é fornecida na forma de subvenções diretas aos ministérios de governo. Comissão Europeia, ‘The EU Facility for Refugees in Turkey’ [‘O Mecanismo da UE para Refugiados na Turquia’], Ficha Informativa (setembro de 2021) (inglês).
- 201** UE, Conselho da União Europeia, [‘Declaração UE-Turquia’](#) (18 de março de 2016); Kyilah Terry, [O Acordo UE-Turquia, cinco anos depois: um modelo duradouro, apesar de desgastado e controverso](#), Artigo, Migration Policy Institute (8 de abril de 2021) (inglês); Berkay Mandiraci, [Compartilhando o Fardo: Revisitando o Acordo de Migração UE-Turquia](#), Comentário, International Crisis Group (13 de março de 2020) (inglês).
- 202** ACNUR, [A reação do ACNUR à Declaração dos Chefes de Estado da UE e do Governo da Turquia](#), Briefing de Imprensa (8 de março de 2016) (inglês); ACNUR, [ACNUR manifesta preocupação com o plano UE-Turquia](#), ACNUR Notícias (11 de março de 2016) (inglês); ACNUR, [Considerações legais sobre o retorno de solicitantes](#)

...PARTE II: **Protegendo de forma mais ampla...**

de reconhecimento da condição de refugiado e refugiados da Grécia à Turquia como parte da Cooperação UE-Turquia no combate à Crise Migratória e no âmbito do conceito de país terceiro seguro e primeiro país de asilo, (23 de março de 2016) (inglês); ACNUR, [Considerações legais sobre o acesso à proteção e a conexão entre o refugiado e o país terceiro no contexto de retorno ou transferência para países terceiros seguros](#) (abril de 2018) (inglês). Ver também: Lisa Haferlach e Dilek Kurban, 'Lessons Learnt from the EU-Turkey Refugee Agreement in Guiding EU Migration Partnerships with Origin and Transit Countries' ['Lições Aprendidas com o Acordo de Refugiados UE-Turquia Sobre a Orientação das Parcerias de Migração Entre a UE e Países de Origem e Trânsito'], *Global Policy* 8, no. S4 (2017): pp. 85–93 (inglês); Serviço Jesuíta aos Refugiados, [O Acordo UE-Turquia: Análise e Considerações](#), Artigo de Discussão de Política da Europa (30 de abril de 2016) (inglês).

- 203 A Turquia pode conceder uma "condição de refugiado condicional" aos não-europeus, essa condição prevê um âmbito de proteção menor e destina-se a ser temporária, considerando que a única solução duradoura seria o reassentamento em outro país. Desde 2011, a Turquia concede proteção temporária aos sírios que fogem da guerra civil. Ineli-Ciger, '*Temporary Protection in Law and Practice*' ['Proteção Temporária no Direito e na Prática'], pp. 168–170 (inglês).
- 204 Comissão Europeia, [Declaração UE-Turquia: Três Anos Depois](#), (março de 2019): p. 1 (inglês); ACNUR, [Situação no Mediterrâneo](#), Portal de Dados Operacionais do ACNUR – Situações de Refugiados.
- 205 Mais de 34.180 refugiados foram reassentados da Turquia para a Europa entre 2016 e 2021, o que fica muito aquém do máximo acordado de 72.000. ACNUR, [Resettlement Data Finder \(RDF\)](#) (inglês); Comissão Europeia, 'EU-Turkey Statement: Three Years On' ['Declaração UE-Turquia: Três Anos Depois'], p. 2 (inglês); Terry, 'The EU-Turkey Deal' ['O Acordo UE-Turquia'] (inglês).
- 206 Isso pode ter contribuído para a decisão da Turquia de relaxar seus controles no início de 2020. Terry, 'The EU-Turkey Deal' ['O Acordo UE-Turquia'] (inglês); Mandiraci, 'Sharing the Burden' ['Compartilhando Responsabilidades'] (inglês); ACNUR, [Declaração do ACNUR sobre a Situação na Fronteira Turquia-UE](#), Comunicado de Imprensa (2 de março de 2020) (inglês). Alguns observadores dizem que outros fatores também podem ter desempenhado um papel nessa decisão, incluindo a garantia de financiamento adicional e a busca de apoio da UE à estratégia militar da Turquia em Idlib, Síria. Mandiraci, 'Sharing the Burden' ['Compartilhando Responsabilidades'] (inglês).
- 207 Frontex, [Fluxos migratórios: rotas orientais, centrais e ocidentais](#), Infográfico; Frontex, '[Rota do Mediterrâneo Oriental](#)', website (inglês).
- 208 A rota do Mediterrâneo Central conecta a África Subsaariana através do Norte da África Central (Argélia, Líbia e Tunísia) com a Europa (Itália e Malta). A rota do Mediterrâneo Ocidental conecta o noroeste da África (Marrocos e Argélia ocidental) com a Espanha. ACNUR, [Rotas do Mar Mediterrâneo Oeste e Central: trabalhando com alternativas à viagens perigosas para refugiados](#), Estratégia e Recurso de Mitigação de Risco Atualizado (janeiro de 2021): p. 5 (inglês).
- 209 União Europeia, [Fundo Fiduciário de Emergência da UE para África: Estratégia no Norte da África](#), website (inglês); Mixed Migration Centre, [Revisão da Migração Mista em 2020](#), Relatório Anual (18 de novembro de 2020): pp. 19–25 (inglês).

...PARTE II: Protegendo de forma mais ampla...

- 210** A Organização Internacional para as Migrações (OIM) estima que, embora quase 800.000 migrantes tenham deixado a Líbia em 2011, o país continua a acolher mais de 570.000 migrantes que trabalham principalmente em setores que representam maiores riscos para a saúde e segurança e fornecem menos proteção contra a violência, exploração e abuso (como construção, abastecimento de água, eletricidade e gás, agricultura, pastoreio, indústria alimentar e artesanato manual). A OIM estima que cerca de 22% dos migrantes estão desempregados. Emma Borgnäs, Linda Cottone, Tassilo Teppert, 'Labour Migration Dynamics in Libya' ['Dinâmica da Migração Laboral na Líbia']; in Philippe Fargues et al. (eds.), *'Migration in West and North Africa and across the Mediterranean: Trends, Risks, Development and Governance'* ['Migração no Oeste e Norte da África e em todo o Mediterrâneo: Tendências, Riscos, Desenvolvimento e Governança'] (OIM, 2020): p. 303 (inglês); Matriz de Rastreamento do Deslocamento (DTM) e OIM, [Relatório de Migração da Líbia](#), 33ª Rodada do Rastreo de Mobilidade (Setembro–Outubro de 2020): p.6 (inglês); DTM e OIM, [Relatório de Migração da Líbia](#), 35ª do Rastreo de Mobilidade (janeiro–fevereiro de 2021): p. 4 (inglês). Ao final de 2020, havia cerca de 44.000 refugiados e solicitantes de reconhecimento da condição de refugiado registrados com o ACNUR e várias centenas de milhares estimados como deslocados internos, devido ao conflito. ACNUR, [Refugee Data Finder](#) (inglês).
- 211** Salah Sarrar, ['Gaddafi e Berlusconi assinam acordo no valor de bilhões, Reuters](#) (30 de agosto de 2008) (inglês); Ian Traynor, [UE quer fechar acordo sobre imigração com Muammar Gaddafi](#), *The Guardian* (1 de setembro de 2010) (inglês).
- 212** Katie Kuschminder, [País que já foi um destino para migrantes, a Líbia pós-Gaddafi passou de rota de trânsito à local de contenção](#), Artigo, Migration Policy Institute (5 de agosto de 2020) (inglês); OIM, [Vivendo e trabalhando em meio ao conflito: a condição de migrantes de longa data na Líbia](#) (2019): pp. 1–2 (inglês).
- 213** Em 2016, A Itália recebeu cerca de 181.400 chegadas, a maioria das quais era proveniente da Líbia (cerca de 163.000 pessoas). A Espanha recebeu cerca de 8.200 pessoas. ACNUR, 'Mediterranean Situation' ['Situação no Mediterrâneo'] (inglês); ACNUR, [Atualização de Países da Itália - dezembro de 2016](#), Relatório de Situação (9 de fevereiro de 2017) (inglês).
- 214** ACNUR, 'Mediterranean Situation' ['Situação no Mediterrâneo'] (inglês); Deutsche Welle, [Milhares de migrantes africanos salvos na costa da Itália](#), website (5 de outubro de 2016) (inglês); Phillip Connor, [Itália pode superar a Grécia em chegadas de refugiados em 2016](#), Artigo, website Pew Research Center (2 de novembro de 2016) (inglês); Steve Scherer, [Recorde de 2016 leva número de chegadas de migrantes na Itália a mais de meio milhão](#), *Reuters* (30 de dezembro de 2016) (inglês); Louise Hunt, [Lacunas se alargam no sistema de asilo "impossível" da Itália](#), *The New Humanitarian* (15 de agosto de 2016) (inglês).
- 215** As realocações foram baseadas em cotas que contabilizaram apenas solicitantes de refúgio de nacionalidades com uma taxa média de elegibilidade de 75% ou mais por parte da UE para transferência. Uma auditoria concluiu que, de um total de cerca de meio milhão de solicitantes de refúgio qualificados na Grécia e na Itália, apenas 35.000 (cerca de 22.000 da Grécia e cerca de 13.000 da Itália) foram realocados para 22 Estados-Membros e três países associados (Liechtenstein, Noruega e Suíça). O Reino Unido e a Dinamarca exerceram seu direito de não participar e a Hungria e a Polónia se recusaram a realocar quaisquer solicitantes de reconhecimento da condição de refugiado. Tribunal de Contas Europeu, [Relatório especial N.º 24/2019: Refúgio, realocação e retorno de migrantes: É tempo de intensificar as ações para lidar com as disparidades entre objetivos e resultados](#) (13 de novembro de 2019): pp. 8 e 20–22 (inglês).

...PARTE II: Protegendo de forma mais ampla...

- 216** Como por meio do fechamento de portos, recusas no momento do desembarque e repercussões legais para membros das equipes de embarcações de resgate. ACNUR, [ACNUR e OIM pedem desembarque urgente de migrantes e refugiados resgatados no Mar Mediterrâneo Central](#), Comunicado de Imprensa (29 de Agosto de 2020) (inglês); Crispian Balmer, [Tribunais italianos devem trazer acusações contra equipes de resgate marítimo e ONGs](#), *Reuters* (3 de março de 2021) (inglês); Médicos Sem Fronteiras (MSF) Internacional, [Vidas estão risco enquanto recurso para libertar o Sea-Watch 4 é tramitado](#), Comunicado de Imprensa (23 de outubro de 2020) (inglês).
- 217** ACNUDH, [“Negligência Letal”: Busca e Resgate e a Proteção de Migrantes no Mar Mediterrâneo Central](#), Relatório (maio de 2021): p. 21 (inglês).
- 218** De acordo com a Agência dos Direitos Fundamentais da União Europeia (FRA), “em alguns casos, os navios de resgate foram bloqueados em portos devido a problemas de bandeira ou à incapacidade de atenderem a requisitos técnicos relacionados à segurança marítima”. FRA, [Atualização de dezembro de 2020 – Navios de ONGs envolvidos em buscas e resgates no Mediterrâneo e processos jurídicos contra essas embarcações](#), website (18 de dezembro de 2020) (inglês).
- 219** O ACNUR e a OIM sempre se opuseram à criminalização do salvamento de vidas no mar, enfatizando o papel crucial que as ONGs tiveram nesse esforço. As organizações também apelam para que não seja solicitado que os navios comerciais transfiram pessoas resgatadas para a Guarda Costeira da Líbia ou que desembarquem na Líbia. ACNUR, [Declaração Conjunta: Alto Comissário das Nações Unidas para os Refugiados Filippo Grandi e Diretor-Geral da OIM António Vitorino entram em consenso sobre a necessidade de ação na situação Líbia-Mediterrâneo](#), (22 de julho de 2019) (inglês). Em setembro de 2020, a Comissão da União Europeia apresentou propostas para um novo pacto sobre refúgio e migração (Novo Pacto da UE). As propostas incluem, por exemplo, novos procedimentos de fronteira e de retorno, medidas de preparação e solidariedade, promoção de vias jurídicas para a UE e reforço das operações de busca e salvamento. De forma positiva, esse pacto reconhece que “há uma necessidade de evitar a criminalização daqueles que prestam assistência humanitária a pessoas em perigo no mar”. Comissão Europeia, [Recomendação da Comissão \(UE\) 2020/1365, de 23 de setembro de 2020, relativa à cooperação entre Estados-Membros nas operações efetuadas por navios detidos ou operados por entidades privadas para fins de atividades de busca e resgate](#), *Official Journal of the European Union* 63 (outubro de 2020), para. 5 (inglês).
- 220** No total, a UE destinou cerca de 700 milhões de euros em apoio à Líbia entre 2014 e 2020, por meio de vários instrumentos de financiamento. O Fundo Fiduciário de Emergência para a África da EU investiu, até o momento, 455 milhões de euros em projetos comunitários de estabilização, proteção e gestão de fronteiras na Líbia sob a janela do Norte da África. Dentre esses recursos, 13% foram alocados para projetos de gerenciamento de fronteiras, que incluíram treinamentos técnicos para membros da Guarda Costeira da Líbia, bem como suporte logístico e de infraestrutura. Fundo Fiduciário de Emergência da UE para África, [Apoio da UE à migração na Líbia](#), Ficha Informativa (outubro de 2020) (inglês); Fundo Fiduciário da UE para a África, [DEC: Apoio à gestão integrada das fronteiras e das migrações na Líbia – Primeira fase](#), website (27 de julho de 2017) (inglês); Fundo Fiduciário da UE para a África, [DEC: Apoio à gestão integrada das fronteiras e das migrações na Líbia – Segunda fase](#), website (13 de dezembro de 2018) (inglês). A Itália também forneceu assistência adicional às autoridades da Líbia. Charlotte Oberti, [Acordo entre Itália e a guarda-costeira da Líbia renovado por três anos](#), *InfoMigrants* (7 de fevereiro de 2020) (inglês); Anja Palm, [Memorando de Entendimento Itália-Líbia: A linha de base de uma política-abordagem destinada a fechar todas as portas para a Europa?](#), blog UE Migration and Asylum Law and Policy (2 de outubro de 2017) (inglês).

...PARTE II: Protegendo de forma mais ampla...

- 221 As regiões de busca e resgate (SAR) são estabelecidas de acordo com a Convenção Internacional de Busca e Resgate Marítimo para garantir que o resgate de pessoas em perigo no mar seja coordenado e que a assistência seja prestada de forma adequada. Organização Marítima Internacional (IMO), [Convenção SAR](#), website (27 de abril de 1979) (inglês). Eles são reconhecidos pela Organização Marítma Internacional. Ver: Alarm Phone et al., [Controle Remoto: a Colaboração entre UE e Líbia na Interceptação em Massa de Migrantes no Mediterrâneo Central](#), Relatório (17 de junho de 2020): pp. 2 e 8–10 (inglês).
- 222 O novo pacto da UE inclui propostas destinadas a reforçar as operações de busca e salvamento dos Estados-Membros da UE, listar arranjos de desembarque previsíveis e baseados em mecanismos de solidariedade na UE e reforçar a cooperação com os países de origem e de trânsito. Comissão Europeia, [Comunicado da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comitê Econômico e Social Europeu e ao Comitê das Regiões Sobre um Novo Pacto de Migração e Refúgio](#), (23 de setembro de 2020), COM/2020/609, pp. 13–14 (inglês). Para mais informações sobre o novo pacto da UE, ver: Comissão Europeia, [Novo Pacto sobre Migração e Refúgio: Um novo começo para a migração na Europa](#), website (inglês); Comissão Europeia, [Pacote de Migração e Refúgio: Novo Pacto sobre a Migração e Documentos de Refúgio adotados em 23 de setembro de 2020](#), Documentos Coletados (inglês). Para informações atualizadas sobre as propostas, ver: Comissão Europeia, 'Report on Migration and Asylum' ['Relatório Sobre Migração e Refúgio'] (29 de setembro de 2021) (inglês).
- 223 Tom Kington, [Navios turcos reforçam o papel da Europa nas águas da Líbia](#), *The Times* (21 de maio de 2021); Emma Wallis, [Navios turcos estão trabalhando com a Guarda Costeira da Líbia no Mediterrâneo Central?](#), *InfoMigrants* (30 de janeiro de 2020) (inglês).
- 224 ACNUR, [Posição do ACNUR sobre a designação da Líbia como um país terceiro seguro e como um local de segurança para fins de desembarque após resgate no mar](#) (setembro de 2020), paras. 10 e 13 (inglês).
- 225 O número estimado de detidos em centros de detenção oficiais muda constantemente e desaparecimentos forçados são relatados. Em 30 de julho de 2021, o ACNUR estimou que cerca de 5.400 indivíduos haviam sido detidos na Líbia, dos quais 1.000 eram pessoas de interesse para o ACNUR (refugiados, solicitantes de reconhecimento da condição de refugiado, deslocados internos, retornados e apátridas). ACNUR, [Atualização Sobre a Líbia](#), Relatório de Situação (30 de julho de 2021) (inglês).
- 226 Anistia Internacional, [Entre a vida e a morte: refugiados e migrantes presos no ciclo de abuso da Líbia](#), Relatório (2000): pp. 21–32 (inglês); HRW, [Sem Escapatória do Inferno: Políticas da UE contribuem para o abuso de migrantes na Líbia](#), Relatório (2019): pp. 30–57 (inglês).
- 227 ACNUR/OIM, [OIM e ACNUR condenam o retorno de migrantes e refugiados à Líbia](#), Comunicado de Imprensa Conjunto (16 de junho de 2021) (inglês).
- 228 Secretário-Geral Das Nações Unidas, [Vídeo dos Comentários do Secretário-Geral da ONU na Conferência Berlim II Sobre a Líbia](#), Transcrição (23 de junho de 2021) (inglês); Representante Permanente da Alemanha junto das Nações Unidas, [Carta de 22 de janeiro de 2020 do Representante Permanente da Alemanha nas Nações Unidas ao Presidente do Conselho de Segurança](#), Anexo I: Conferência de Berlim Sobre a Líbia: Conclusões da Conferência (22 de janeiro de 2020), Doc. ONU S/2020/63; ACNUR, 'Position on the Designation of Libya' ['Posição sobre a designação da Líbia'], paras. 33 e 34 (inglês); CSNU, [Res. 2510](#)

...PARTE II: **Protegendo de forma mais ampla...**

(12 de fevereiro de 2020), Doc. ONU S/RES/2510; Zeid Ra'ad Al Hussein, [Chefe de Direitos Humanos da ONU: Sofrimento de migrantes na Líbia é um ultraje à consciência da humanidade](#), ACNUR Notícias (14 de novembro de 2017) (inglês).

- 229 Julia Litzkow, Bram Frouws e Roberto Forin (Mixed Migration Centre), [Contrabando e Migração Mista: Insights e mensagens-chave tiradas de uma década de pesquisa no MMC e coleta de dados do 4Mi](#), Artigo de Briefing (Junho 2021): p. 5 (inglês); Conselho de Refugiados Holandês e MMC, [Combatendo o Contrabando de Pessoas: Não Existe Bala de Prata para uma Mobilidade Mais Segura – Recomendações baseadas em evidências para uma abordagem sensível à proteção no combate ao contrabando de pessoas](#), Artigo de Posicionamento (Julho 2021): p. 3 (inglês).
- 230 ACNUR, 'Mediterranean Situation' ['Situação no Mediterrâneo'] (inglês). O número de chegadas no Mediterrâneo Central aumentou em 2020, possivelmente como resultado do impacto das medidas de combate à COVID-19 no norte da África e em outros países africanos. ACNUR, 'Routes towards the Western and Central Mediterranean Sea' ['Rotas em direção ao Mar Mediterrâneo Ocidental e Central'], pp. 9–11 (inglês). Ver também: Frontex, 'Migration Flows' ['Fluxos Migratórios'] (inglês).
- 231 ACNUR, 'Mediterranean Situation' ['Situação no Mediterrâneo'] (inglês); Frontex, 'Migration Flows' ['Fluxos Migratórios'] (inglês).
- 232 ACNUR, [Espanha – Chegadas por Mar e por Terra – dezembro 2019](#), Ficha Informativa (23 de janeiro de 2020) (inglês); ACNUR, [Espanha – Chegadas por Mar e por Terra – dezembro 2020](#), Ficha Informativa, (19 de janeiro de 2021) (inglês).
- 233 A maioria dos refugiados e migrantes nesta rota transita pela Gâmbia, Mauritânia, Marrocos, Senegal e Saara Ocidental. ACNUR, 'Routes towards the Western and Central Mediterranean Sea' ['Rotas em direção ao Mar Mediterrâneo Ocidental e Central'], pp. 4, 10–11 (inglês); Conselho Europeu e Conselho da União Europeia, [Rotas do Mediterrâneo Ocidental e da África Ocidental](#), website, (inglês).
- 234 Cerca de 1.750 pessoas podem ter morrido ao longo dessas rotas terrestres entre 2018 e 2019, com uma média de pelo menos 72 mortes por mês. ACNUR e MMC, ["Nessa jornada, ninguém se importa se você vive ou morre." Abuso, proteção e justiça nas rotas entre o leste e o oeste da África e na costa mediterrânea africana da África](#), Relatório (julho de 2020): pp. 7, 14 (inglês).
- 235 Ana-Maria Murphy-Teixidor (MMC), [Migração mista e contrabando de migrantes na Líbia: O papel de contrabandistas intermediários não-líbios](#), Artigo de Briefing (junho 2021): p. 2 (inglês).
- 236 Litzkow, Frouws e Forin, 'Smuggling and mixed migration: Insights and key messages' ['Contrabando e migração mista: Insights e mensagens-chave'], p. 4 (inglês); RDC e MMC, 'Countering Human Smuggling: No Silver Bullet for Safer Mobility' ['Combate ao contrabando de pessoas: Não Existe Bala de Prata para uma Mobilidade Mais Segura'], p. 5 (inglês).
- 237 Ioanna Kotsioni, 'Detention of Migrants and Asylum-Seekers: The Challenge for Humanitarian Actors' ['Detenção de Migrantes e Solicitantes de Reconhecimento da Condição de Refugiado: O Desafio de Atores Humanitários'] *Refugee Survey Quarterly* 35 (2016): pp. 41–55.

...PARTE II: Protegendo de forma mais ampla...

- 238** Shin-wha Lee, 'South Korea's Refugee Policies: National and Human Security Perspectives' ['Políticas de Refúgio da Coreia do Sul: Perspectivas de Segurança Nacional e Humana'], in Carolina G. Hernandez et al. (eds.), *'Human Security and Cross-Border Cooperation in East Asia'* ['Segurança Humana e Cooperação Transfronteiriça no Leste da Ásia'] (Cham, Switzerland: Palgrave Macmillan, 2019): pp. 227–248 (inglês). No Japão, os solicitantes que fogem de situações de violência armada e conflitos têm a condição de refugiado sob a Convenção de 1951 negada, sob alegações de que eles não são visados individualmente e sim vítimas de violência indiscriminada. Brian Aycock and Naoko Hashimoto, 'Complementary Protection in Japan: To What Extent Does Japan Offer Effective International Protection for Those Who Fall Outside the 1951 Refugee Convention?' ['Proteção Complementar no Japão: Até onde o Japão oferece proteção eficiente aos que não se enquadram na Convenção de 1951?'], *Leis* 10, no. 16 (2021): pp. 6, 9, 19 (inglês). Ver também: Naoko Hashimoto, [Por que o Japão reconhece tão poucos refugiados?](#), Blog Refugee Law Initiative (1 de maio de 2018) (inglês).
- 239** Entre 2010 e 2020, a Coreia do Sul reconheceu cerca de 700 refugiados, rejeitou 31.700 pedidos e concedeu proteção complementar a 2.200 pessoas. O Japão reconheceu cerca de 200 refugiados, rejeitou 77.700 solicitações e concedeu proteção complementar a 1.300 pessoas. ACNUR, [Refugee Data Finder](#) (inglês). Ver também: Lee, 'South Korea's Refugee Policies' ['Políticas de Refúgio na Coreia do Sul'] (inglês).
- 240** Entre 2010 e 2019. ACNUR, [Tendências Globais: Deslocamento Forçado em 2019](#), Relatório (2020): p. 43 (inglês).
- 241** Lee, 'South Korea's Refugee Policies' ['Políticas de Refúgio na Coreia do Sul'] (inglês); Aycock e Hashimoto, 'Complementary Protection in Japan' ['Proteção Complementar no Japão'], pp. 18–23 (inglês).
- 242** Ademola Abass e Francesca Ippolito, 'Establishing the Common European Asylum System: "It's a Long, Long Way to Tipperary"' ['Estabelecendo o Sistema de Refúgio Comum Europeu: "É um Longo Caminho até Tipperary"'], in *'Regional Approaches to the Protection of Asylum Seekers'* ['Abordagens Regionais à Proteção de Solicitantes de Refúgio'], pp. 114–124 (inglês).
- 243** ACNUR, [Refugee Data Finder](#) (inglês); ACNUR, [Refugee Data Finder](#) (inglês).
- 244** Conselho Europeu para Refugiados e Exilados (ECRE), [Fazendo o CEAS Funcionar, Começando Hoje](#), Nota de Política #22 (2019) (inglês).
- 245** Câmara dos Comuns do Reino Unido, [Projeto de Lei Sobre Nacionalidade e Fronteiras](#), PL 141 de 2021–2022 (inglês).
- 246** Governo do Reino Unido, [Novo Plano de Imigração](#), Declaração de Política (24 de março de 2021) (inglês).
- 247** ACNUR, [Observações Sobre a Declaração de Política do Novo Plano de Imigração do Governo do Reino Unido](#) (maio 2021) (inglês); ACNUR, [Projeto de Lei sobre Asilo do Reino Unido estaria em descumprimento do Direito Internacional, causando danos a refugiados e à cooperação global](#), Comunicado de Imprensa (23 de setembro de 2021).

...PARTE II: **Protegendo de forma mais ampla...**

- 248** Martin Lemberg-Pedersen, [Editorial: Desejos de Externalização Dinamarqueses e o Plano de Atingir a Marca de Zero Solicitantes de Refúgio](#), website *ECRE* (12 de março de 2021) (inglês).
- 249** ACNUR, [Refugee Data Finder](#) (inglês).
- 250** Governo da Dinamarca, [Forslag til lov om ændring af udlændingeloven og hjemrejseloven \(Indførelse af mulighed for overførsel af asylansøgere til asylsagsbehandling og eventuel efterfølgende beskyttelse i tredjelande\)](#) [Proposta de alteração da Lei de Estrangeiros e da Lei de Retorno da Dinamarca (introdução da possibilidade de transferir solicitantes de reconhecimento da condição de refugiado para processos de asilo e possível proteção subsequente em países terceiros)] (3 de junho de 2021), L 226, website do parlamento dinamarquês (dinamarquês).
- 251** Jan M. Olsen, [Dinamarqueses rejeitam enviado de migração enquanto UE visa reformas no sistema de asilo](#), *AP News* (10 de setembro de 2020) (inglês).
- 252** ACNUR, [Observações sobre as Propostas de emenda à Lei de Estrangeiros da Dinamarca \(introdução da possibilidade de transferir solicitantes de reconhecimento da condição de refugiado para processos de asilo e possível proteção subsequente em países terceiros\)](#) (8 de março de 2021), para. 11 (inglês).
- 253** Lemberg-Pedersen, 'Op-Ed: Danish Externalization Desires and the Drive Towards Zero Asylum Seekers' [Editorial: Desejos de Externalização Dinamarqueses e a Vontade ter Zero Solicitantes de Refúgio].
- 254** ACNUR, [ACNUR está profundamente preocupado com os planos discriminatórios de processamento em dois níveis para asilo do Reino Unido e pede reconsideração](#), Comunicado de Imprensa (10 de maio de 2021) (inglês); John Cosgrave et al., [Refugiados e migrantes na Europa - Fluxos escondidos, fronteiras reforçadas e custos altos](#), Relatório (ODI, Setembro 2016) (inglês).
- 255** Peter Tinti e Tuesday Reitano, *'Migrant, Refugee, Smuggler, Saviour'* [Migrante, Refugiado, Contrabandista, Salvador] (Londres: C. Hurst & Co, 2016): p. 5 (inglês).
- 256** Eles defendem o importante argumento de que: "em cada ponto de conexão e ao longo de cada rota principal, o mercado de contrabando precisa ser analisado a partir de sua economia política única, a fim de entender as motivações daqueles que se movem pela rota, dos envolvidos no comércio, dos que protegem esse sistema e dos que lucram com ele". *Ibid.*, p. 273 (inglês).
- 257** "Efeitos negativos das mudanças climáticas" significa: mudanças no meio ambiente físico ou biota resultantes da mudança do clima que tenham efeitos deletérios significativos sobre a composição, resiliência ou produtividade de ecossistemas naturais e administrados, sobre o funcionamento de sistemas socioeconômicos ou sobre a saúde e o bem-estar humanos. [Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima](#) (UNFCCC) (1992), UNTS vol. 1771, no. 30822, art. 1.
- 258** Desastre é a séria interrupção do funcionamento de uma comunidade ou sociedade que causa perdas humanas e/ou importantes perdas materiais, econômicas ou ambientais; que excedem a capacidade da comunidade ou sociedade afetada de lidar com a situação utilizando seus processos de gestão de riscos. Ver: Escritório das Nações Unidas para Redução de Riscos de Desastres [Terminologia: Glossário - Desastre](#), website. Eles podem incluir (mas não estão limitados a) desastres relacionados aos impactos das mudanças

...PARTE II: Protegendo de forma mais ampla...

climáticas. Ver: ACNUR, [Conceitos-Chave sobre mudanças climáticas e deslocamento causado por desastres](#), Ficha Informativa (inglês).

- 259** Dados do Centro de Monitoramento de Deslocamento Interno (IDMC) mostram que os novos deslocamentos internos causados por desastres excederam os novos deslocamentos internos causados por conflitos em todos os anos desde 2011. IDMC, [Relatório global sobre deslocamento interno: Deslocamento interno em meio às mudanças climáticas 2021](#) (GRID 2021), Relatório (maio 2021): p. 8 (inglês).
- 260** Phil Orchard, *Protecting the Internally Displaced: Rhetoric and Reality* ['Protegendo os Deslocados Internos: Retórica e Realidade'] (NY: Routledge, 2019): pp. 63–64 (inglês).
- 261** Ibid., pp. 64–72 (inglês). Ele também relata que o mandato da UNRRA foi expandido para incluir assistência aos deslocados dentro e fora de seus países, enquanto a subsequente definição de refugiado da OIR foi limitada àqueles que se encontravam fora de seus países.
- 262** Ibid., pp. 75–79.
- 263** Eleanor Roosevelt, citada em 'Orchard, *Protecting the Internally Displaced*' ['Protegendo os Deslocados Internos'], p. 74 (inglês).
- 264** UNGA, 'Statute of the Office of the United Nations High Commissioner for Refugees' ['Estatuto do Escritório do Alto Comissário das Nações Unidas para os Refugiados'] (1950), para. 9 (inglês).
- 265** Samuel Cheung, [Deslocamento Interno, ACNUR e a Comunidade Internacional](#), Artigo de Referência para o 70º Aniversário da Convenção Sobre Refugiados, ACNUR (Outubro 2021): pp. 3–4 (inglês); UNGA, [Escritório do Alto Comissário das Nações Unidas para os Refugiados](#) (26 de abril de 1993), Doc. ONU A/RES/47/105, para. 14; Comitê Executivo do Programa do Alto Comissário, [Deslocados Internos No. 75 \(XLV\)](#) (7 de outubro de 1994).
- 266** Samuel Cheung, 'Internal Displacement, UNHCR and the International Community' ['Deslocamento Interno, ACNUR e a Comunidade Internacional'], pp. 5–8 (inglês). Ver também: Susan Martin, 'Making the UN Work: Forced Migration and Institutional Reform' ['Fazendo a ONU Funcionar: Migração Forçada e Reforma Institucional'], *Journal of Refugee Studies* 17, no. 3 (2004): pp. 301–318 (inglês).
- 267** UNGA, [Nova Ordem Humanitária Internacional](#) (14 de dezembro de 1981), Doc. ONU A/RES/36/136.
- 268** ECOSOC, Comissão de Direitos Humanos, [Estudo Sobre Direito Humanos e Deslocamentos Massivos](#) (1981), Doc. ONU E/CN.4/1503.
- 269** Escritório Independente para Questões Humanitárias (anteriormente Comissão Independente para Questões Humanitárias Internacionais), [Propósito](#), website (inglês).
- 270** Comissão Independente para Questões Humanitárias Internacionais, *Winning the Human Race? The Report of the Independent Commission on International Humanitarian Issues* ['Ganhando a Corrida Humana? Relatório da Comissão Independente Sobre Questões Humanitárias Internacionais'] (Londres: Zed Books, 1988): pp. 97–107 (inglês).

...PARTE II: **Protegendo de forma mais ampla...**

- 271** Nesse meio tempo, duas conferências internacionais também discutiram a necessidade de melhores respostas internacionais e institucionais aos deslocados internos: UNGA, [Conferência Internacional sobre Refugiados Centro-Americanos](#) (16 de dezembro de 1991), Doc. ONU A/RES/46/107; Secretário-Geral da ONU, [Conferência Internacional sobre a situação dos refugiados, repatriados e deslocados na África Austral \(SARRED\)](#), Relatório (19 de outubro de 1988), Doc. ONU A/43/717.
- 272** ECOSOC, [Nota do Secretário-Geral sobre a "Resolução 1990/7, Anexo: Relatório sobre refugiados, deslocados e retornados preparado por Jacques Cuénod, Consultor do Conselho Econômico](#) (27 de junho de 1991), Doc. ONU E/1991/109/Add.1 (inglês).
- 273** UNGA, [Fortalecendo a coordenação da assistência em emergências humanitárias por parte das Nações Unidas](#) (19 de dezembro de 1991), Doc. ONU A/RES/46/182 (inglês). Ver seção sobre Coordenação Internacional nesta Parte.
- 274** Foi aprovado pelo Conselho Econômico e Social em 20 de julho de 1992. Como parte de seu mandato, ele deve considerar as normas internacionais aplicáveis aos deslocados internos. A posição se manteve até 2010, quando o Conselho de Direitos Humanos nomeou um Relator Especial Sobre os Direitos Humanos dos Deslocados Internos.
- 275** Francis M. Deng, [Estudo abrangente preparado por Frances M. Deng, Representante do Secretário-Geral sobre questões de direitos humanos relacionadas a deslocados internos e à Resolução 1992/73 da Comissão de Direitos Humanos](#) (21 de janeiro de 1993), Doc. ONU E/CN.4/1993/35.
- 276** UNGA, [Proteção e assistência aos deslocados internos](#) (11 de março de 1996), Doc. ONU A/RES/50/195 e Comissão da ONU Sobre Direitos Humanos, [Deslocados Internos](#) (19 de abril de 1996), Doc. ONU E/CN.4/RES/1996/52. Deng trabalhou com uma equipe de juristas internacionais no desenvolvimento dos princípios orientadores sobre deslocamento interno. Comissão das Nações Unidas sobre Direitos Humanos, [Relatório do Representante do Secretário-Geral, Sr. Francis M. Deng sobre a resolução 1997/39 Anexo: Princípios Orientadores sobre Deslocamento Interno](#) (11 de fevereiro de 1998), Doc. ONU E/CN.4/1998/53/Add.2, para 12.
- 277** Francis. M. Deng, 'Report of the Representative of the Secretary-General, Mr. Francis M. Deng, Submitted Pursuant to Commission Resolution 1997/39, Addendum: Guiding Principles on Internal Displacement' ['Relatório do Representante do Secretário-Geral, Sr. Francis M. Deng, sobre a Resolução 1997/39 Anexo: Princípios Orientadores sobre Deslocamento Interno'], para. 9
- 278** 'Guiding Principles on Internal Displacement, Introduction', ['Princípios Orientadores sobre Deslocamento Interno, Introdução'] para. 2.
- 279** Ibid., Princípios 1, 8, 12 e 14 (inglês).
- 280** Ibid., Princípio 6.
- 281** Ibid., Princípio 7.

...PARTE II: Protegendo de forma mais ampla...

282 Ibid., Princípios 18–20 e 23.

283 Roberta Cohen e Francis M. Deng, 'Reflections from Former Mandate Holders: Developing the Normative Framework for IDPs' ['Reflexões de Ex-Titulares de Mandato: Desenvolvendo o Quadro Normativo para Deslocados Internos'], *International Journal of Refugee Law* 30, no. 2 (2018): pp. 310–311(inglês).

284 Conferência Internacional sobre a Região dos Grandes Lagos (ICGLR), '[Protocolo ao Pacto de Segurança, Estabilidade e Desenvolvimento na Região dos Grandes Lagos: Proteção e assistência aos Deslocados Internos](#)' (30 de novembro de 2006).

285 [Convenção de Kampala](#) (2009). A Convenção de Kampala expande os Princípios Orientadores. Por exemplo, ela elabora as proteções oferecidas aos deslocados internos em situações de conflito armado, as proibições relacionadas a grupos armados (artigo 7), as obrigações dos Estados para além das especificadas nos Princípios Orientadores (artigo 9) e a prevenção de deslocamento induzido por projetos (artigo 10).

286 UNGA, [Resultados da Cúpula Mundial de 2005](#) (16 de setembro de 2005), Doc. ONU A/RES/60/1, para. 132.

287 Ver, por exemplo: Conselho de Direitos Humanos da ONU [Mandato do Relator Especial sobre os direitos humanos dos deslocados internos](#) (11 de julho de 2019), Doc. ONU A/HRC/RES/41/15; UNSC, [Relatório do Secretário-Geral ao Conselho de segurança sobre a proteção de civis em conflitos armados](#) (8 de setembro de 1999), Doc. ONU S/1999/957, Recomendação 7; UNGA, [Proteção e assistência aos deslocados internos](#) (18 de janeiro de 2019), Doc. ONU A/RES/74/160. Para marcar o 20º aniversário dos Princípios Orientadores, o Relator Especial, em conjunto com o ACNUR e o OCHA, lançou o Plano de Ação GP20, baseado nos Princípios Orientadores e com o objetivo de reduzir e resolver o deslocamento interno por meio de prevenção, proteção e soluções. Conselho De Direitos Humanos, [Relatório do Relator Especial sobre os Direitos Humanos dos Deslocados Internos](#) (11 de abril de 2018), Doc. ONU A/HRC/38/39; Conselho de Direitos Humanos, [Atividades globais e nacionais no vigésimo aniversário dos Princípios Orientadores sobre deslocamento interno](#) (12 de junho de 2019), Doc. ONU A/HRC/40/41/Add.1.

288 Ver, por exemplo: OEA, [Deslocados Internos](#) (3 de junho de 2008), AG/RES 2417 (XXXVIII-O/08) (inglês). Ver também: Conselho da Europa, Comitê de Ministros, [Recomendação Rec. \(2006\) do Comitê de Ministros aos Estados-Membros Sobre Deslocados Internos](#) (5 de abril de 2006) (inglês).

289 David J. Cantor, "'The IDP in International Law'? Developments, Debates, Prospects' ["O Deslocado Interno no Direito Internacional"? Desenvolvimentos, Debates, Perspectivas'], *International Journal of Refugee Law* 30, no. 2 (2018): pp. 199–200 (inglês). Ele extrai exemplos dos órgãos do tratado que interpretam os seguintes instrumentos: "O Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos de 1966 (ICCPR); a Convenção Europeia de Direitos Humanos de 1950 (CEDH) e seu Protocolo N° 1 de 1952 (CEDHP1) e Protocolo N° 4 de 1963 (CEDHP4); a Convenção Americana de Direitos Humanos de 1969 (CADH); e a Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos (CADHP) de 1981".

290 Cohen e Deng, 'Reflections from Former Mandate Holders: Developing the Normative Framework for IDPs' ['Reflexões de Ex-Titulares de Mandatos: Desenvolvendo o quadro normativo para deslocados internos'], p. 312 (inglês).

...PARTE II: Protegendo de forma mais ampla...

- 291** Escritório das Nações Unidas Sobre a Prevenção do Genocídio e a Responsabilidade de Proteger, [Sobre: Responsabilidade de proteger](#), website; Ivan Šimonović, [A Responsabilidade de Proteger](#), *UN Chronicle* (inglês).
- 292** Phil Orchard, 'Protecting the Internally Displaced' ['Protegendo os deslocados internos'], pp. 225–226 (inglês). Ele observa, por exemplo: o Quirguistão, onde a definição inclui apenas cidadãos cujas casas foram destruídas durante um determinado período de tempo e em áreas específicas; o Kosovo, que adotou uma definição ampla, mas cuja política é limitada aos deslocados dentro de um período fixo entre 1998 e 2004; e a Bósnia, cuja lei abrangia apenas os cidadãos deslocados após 1991. Em todos esses contextos, as limitações específicas estabelecidas pelos governos excluíram alguns deslocados internos necessitados.
- 293** Esse foi o caso, por exemplo, das primeiras leis e políticas adotadas pela Angola e por Kosovo, embora Adeola e Orchard observem que, nos últimos anos, a maior parte da legislação sobre deslocados internos inclui todas as soluções possíveis e envolve os deslocados internos no planejamento e na tomada de decisões. Romola Adeola e Phil Orchard, 'The Role of Law and Policy in Fostering Responsibility and Accountability of Governments Towards Internally Displaced Persons' ['O papel do Direito e das Políticas em Fomentar a Responsabilidade e Responsabilização de Governos em Relação aos Deslocados Internos'], *Refugee Survey Quarterly* 39, no. 4 (2020): pp. 416–418 (inglês). Ver também: Daniel MacGuire, 'The Relationship between National Normative Frameworks on Internal Displacement and the Reduction of Displacement' ['A relação entre os quadros normativos nacionais sobre deslocamento interno e a redução do deslocamento'], *International Journal of Refugee Law* 30, no. 2 (2018): pp. 276–277 (inglês).
- 294** De acordo com Adeola e Orchard, em 2020, 43 Estados que passavam por situações de deslocamento induzido por conflito possuíam leis e políticas sobre o deslocamento interno. Das 72 principais leis e políticas, os Princípios Orientadores são mencionados em menos da metade (32) e sua definição de "deslocado interno" é endossada em 21. Adeola e Orchard, 'The Role of Law and Policy in Fostering Responsibility and Accountability' ['O papel do Direito e das Políticas em Fomentar a Responsabilidade e a Responsabilização'], p. 414 (inglês). Para consultar um banco de dados de leis e políticas nacionais, ver: Global Protection Cluster, [Base de Dados Global Sobre Leis e Políticas Relacionadas a Deslocados Internos](#), website (inglês).
- 295** Orchard, 'Protecting the Internally Displaced' ['Protegendo os Deslocados Internos'], pp. 196–199, 211–213 (inglês). Ele cita vários exemplos entre os anos 1990 e 2018, como o Burundi após os acordos de Arusha que encerraram a guerra civil de 7 anos, os compromissos assumidos pela Guatemala na facilitação do retorno e na reintegração de deslocados internos após o fim de sua guerra civil de 36 anos em meados da década de 1990 e o fracasso do Sudão do Sul em cumprir suas obrigações para com os deslocados internos, estabelecidas na Constituição de transição de 2011. Em relação a este último, esforços promissores para elaborar uma nova lei de deslocados internos (que estaria de acordo com a Convenção de Kampala) vêm sendo feitos desde 2018, esse processo vem incluindo as opiniões dos deslocados internos. Ver: GP20, [Trabalhando melhor juntos para prevenir, abordar e encontrar soluções duráveis para o deslocamento interno: Compilação de práticas nacionais do GP20](#), Relatório (23 de novembro de 2020): pp. 181–182 (inglês).
- 296** Por exemplo, em situações em que enfrentam discriminação ou são incapazes de conseguir a documentação necessária, acessar serviços de saúde, empregos, educação e abrigo. Orchard, 'Protecting the Internally Displaced' ['Protegendo os Deslocados Internos'], pp. 170–171 (inglês); HRW, [Lutando Mesmo na Paz – Retorno e Reassentamento em Angola](#), Relatório, vol. 5, no. 16(A) (agosto 2003).

...PARTE II: Protegendo de forma mais ampla...

- 297** Essas foram algumas das principais conclusões de um exercício de avaliação realizado pelo Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV), que examinou experiências em oito Estados africanos que implementaram leis e políticas para deslocados internos. CICV, 'Translating the Kampala Convention into Practice: A Stocktaking Exercise' ['Traduzindo a Convenção de Kampala na Prática: Um Exercício de Avaliação'], *Revisão Internacional da Cruz Vermelha* 99, no. 904 (2017): pp. 404–405 (inglês). Ver também: Painel de Alto Nível do Secretário-Geral da ONU sobre Deslocamento, [Esclarecendo Conceitos sobre o Deslocamento Interno: Uma Visão para o Futuro](#), Relatório (setembro de 2021): pp. 5, 9, 18–20 (inglês).
- 298** Orchard, 'Protecting the Internally Displaced' ['Protegendo os Deslocados Internos'], pp. 144–145, 152–153, 159 (inglês).
- 299** Adeola and Orchard, 'The Role of Law and Policy in Fostering Responsibility and Accountability' ['O Papel do Direito e das Políticas em Fomentar a Responsabilidade e Responsabilização'], pp. 421–422 (inglês); Orchard, 'Protecting the Internally Displaced' ['Protegendo os Deslocados Internos'], p. 228 (inglês).
- 300** Conselho de Direitos Humanos, [Deslocamento Interno e o Papel das Instituições Nacionais de Direitos Humanos: Relatório do Relator Especial Sobre os Direitos dos Deslocados Internos](#) (17 de abril de 2019), Doc. ONU A/HRC/41/40, pp. 9–11, 13–15.
- 301** Ministério de Refugiados e Repatriação, República Islâmica do Afeganistão, [A Política Nacional da República Islâmica do Afeganistão sobre Deslocamento Interno](#) (2013) (inglês).
- 302** Orchard, 'Protecting the Internally Displaced' ['Protegendo os Deslocados Internos'], pp. 193–196, 213 (inglês).
- 303** GP20, 'Working Together Better to Prevent, Address and Find Durable Solutions to Internal Displacement' ['Trabalhando melhor juntos para prevenir, abordar e encontrar soluções duráveis para o deslocamento interno'], pp. 133–138 (inglês).
- 304** ECOSOC, [Nota do Secretário-Geral sobre a "Resolução 1990/7, Anexo: Relatório sobre refugiados, deslocados e retornados preparado por Jacques Cuénod, Consultor" do Conselho Econômico e Social](#), para. 125 (inglês).
- 305** Abby Stoddard et al, [Avaliação da Abordagem de Cluster](#), Humanitarian Policy Group, Overseas Development Institute (novembro de 2007); Julia Steets et al., [Avaliação da Abordagem de Cluster 2 Relatório de Síntese](#), Groupe Urgence Réhabilitation Développement, Global Public Policy Institute (abril de 2010) (inglês); Simon Bagshaw e Diane Paul, [Proteger ou Negligenciar? Rumo a uma abordagem mais eficaz por parte das Nações Unidas sobre a proteção de deslocados internos - Uma Avaliação](#) (Projeto Brookings-SAIS sobre deslocamento interno e Escritório das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários, novembro de 2004) (inglês); Elizabeth Ferris, [Dez anos após a Reforma Humanitária: Qual a situação dos Deslocados Internos?](#), Estudo, Projeto Brookings-SAIS sobre deslocamento interno (dezembro de 2014).
- 306** Ferris, 'Ten Years After Humanitarian Reform' ['Dez Anos Após a Reforma Humanitária'].
- 307** Walter Kälin, [Governança Global Inovadora para Deslocados Internos](#), Documento de pesquisa do Conselho Mundial de Refugiados N° 10, Centro de Inovação em Governança Internacional (abril de 2019): pp. 9–12.

...PARTE II: Protegendo de forma mais ampla...

- 308** Painel de Alto Nível do Secretário-Geral da ONU sobre Deslocamento Interno, *'Shining a Light on Internal Displacement'* [‘Esclarecendo Conceitos Sobre o Deslocamento Interno’], pp. 64–70 (inglês).
- 309** Ibid.
- 310** O Grupo Consultivo sobre Mudanças Climáticas e Mobilidade Humana observa que a mobilidade humana abrange: i) deslocamento: “situações em que as pessoas são forçadas a deixar suas casas ou locais de residência habitual”; ii) migração: “movimentos predominantemente voluntários”; e iii) realocação planejada: “a realocação organizada, normalmente instigada, supervisionada e realizada pelo Estado com o consentimento ou a pedido da comunidade”. Grupo Consultivo sobre Mudanças Climáticas e Mobilidade Humana, [Mobilidade Humana no Contexto das Mudanças Climáticas](#), Relatório (março de 2014): p. 3. O Grupo Consultivo é composto por OIT, OIM, NRC/IDMC, Refugees International, Sciences Po–CERI, PNUD, ACNUR e UNU-EHS. Essa definição se encontra entre suas Recomendações Sobre Mobilidade Humana no Contexto das Mudanças Climáticas feitas à COP20 em Lima, Peru.
- 311** Ver: Parte I.
- 312** A pecuária, por exemplo, “Foi desenvolvida há 7.000 anos, em resposta às mudanças climáticas de longo-prazo. Ela se espalhou por todo o norte da África como uma adaptação ao clima árido, em constante mudança e cada vez mais imprevisível da região”. FAO, [Pecuária na Região Árida da África: reduzindo riscos, abordando a vulnerabilidade e melhorando a resiliência](#) (outubro de 2018): p. ix (inglês). “Hoje, as mudanças climáticas também podem ter um efeito positivo, permitindo novas atividades econômicas, como a agricultura ou o turismo”. Sarah Opitz Stapleton et al., [Mudanças climáticas, migração e deslocamento: a necessidade de uma abordagem coerente e informada sobre os riscos](#), Relatório (ODI e PNUD, novembro de 2017): p. 7 (inglês).
- 313** Ver: Escritório das Nações Unidas para Redução de Riscos de Desastres, [Terminologia: Glossário – Desastre](#), website.
- 314** Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), [Mudanças Climáticas 2021 – Embasamento da Ciência Física](#), Relatório (7 de agosto de 2021): pp. 4–41 (inglês).
- 315** IDMC, *GRID 2021*, pp. 11–12 (inglês). Para uma definição de “perigos”, ver: Organização Meteorológica Mundial, [Perigos Naturais e Redução do Risco de Desastres](#), website (inglês).
- 316** Desses, 9,8 milhões foram deslocados internamente e 1,4 milhão externamente. ACNUR, *Global Trends 2020* [Tendências Globais 2020], p. 6 (inglês).
- 317** Segundo Etienne Piguet, isso ocorreu devido a uma crença “de que a modernidade implica um impacto decrescente da natureza nas sociedades”. Etienne Piguet, [Mobilidade, Migração e as Mudanças Climáticas](#) [Vídeo], Global Migration Lecture, Graduate Institute of Geneva, 2 de março de 2021 (inglês).
- 318** Piguet fornece sete razões para isso. Etienne Piguet, ‘From “Primitive Migration” to “Climate Refugees”: The Curious Fate of the Natural Environment in Migration Studies’ [‘De “Migração Primitiva” para “Refugiados Climáticos”: O curioso destino do Meio-Ambiente Natural nos Estudos Sobre Migração’], *Annals of the*

...PARTE II: Protegendo de forma mais ampla...

Association of American Geographers 103, no. 1 (2013): pp. 153–154 (inglês). Em 1992, as Nações Unidas convocaram uma Conferência Internacional sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (Cúpula da Terra). Os participantes incluíram líderes políticos, diplomatas, cientistas, representantes da imprensa e ONGs de 179 países. O foco foi o impacto das atividades socioeconômicas humanas no meio ambiente. Na ocasião, os Estados concordaram sobre a necessidade de uma Convenção do Clima. ONU, [Conferência das Nações Unidas sobre o Meio-Ambiente e o Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro, Brasil, de 3 a 14 de junho de 1992: Histórico](#), website. Isso acabaria levando à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC) e à criação da Força-Tarefa da UNFCCC sobre Deslocamento Climático, a ser discutida mais adiante, ainda nessa Parte. Para mais informações sobre como as pesquisas recentes informaram as deliberações da UNFCCC e levaram a migração e o deslocamento a serem formalmente reconhecidos no processo da UNFCCC, ver: Koko Warner, [Deslocamento Induzido Pelas Mudanças Climáticas: Adaptação Política no Contexto das Negociações Climáticas da UNFCCC](#), Artigo de Background para a Mesa Redonda Especializada do ACNUR Sobre Mudanças Climáticas e Deslocamento (maio de 2011) (inglês).

- 319** IPCC, [Mudanças Climáticas: Avaliações do IPCC de 1990 e 1992](#), Relatório (junho 1992): pp. 89, 103 (inglês).
- 320** Norman Myers, 'Environmental Refugees' ['Refugiados Ambientais'], *Population and Environment* 19 no. 2 (1997): p. 175 (inglês).
- 321** Piguet, 'From "Primitive Migration" to "Climate Refugees"' ['De "Migração Primitiva" para "Refugiados Climáticos"'], pp. 154–155 (inglês). Em 2007, o Alto Representante e a Comissão Europeia ao Conselho Europeu alertaram para "milhões de migrantes ambientais até 2020" como um dos riscos enfrentados pelo continente. Javier Solana e Benita Ferrero-Waldner, [Mudanças Climáticas e Segurança Internacional: Artigo do Alto Representante e da Comissão Europeia ao Conselho Europeu](#) (14 de março de 2008), S113/08, p. 4 (inglês).
- 322** Piguet, 'From "Primitive Migration" to "Climate Refugees"' ['De "Migração Primitiva" para "Refugiados Climáticos"'], p. 154 (inglês).
- 323** Ibid., p. 155. Ver Também: François Gemenne, 'Why the numbers don't add up: A review of estimates and predictions of people displaced by environmental changes' ['Por que a conta não fecha? Uma revisão de estimativas e previsões de deslocamentos causados pelas mudanças ambientais'], *Global Environmental Change* 21, no. 1 (2011): pp. 41–49; Caroline Zickgraf, [Mudanças Climáticas e Migração: Mitos e Realidades](#), *Green European Journal* (20 de janeiro de 2020).
- 324** Opitz Stapleton et al., 'Climate Change, Migration and Displacement' ['Mudanças Climáticas, Migração e Deslocamento'], pp. 12–14 (inglês); Gabinete de Governo para a Ciência, Londres, [Previsão: Migração Mudanças Ambientais Globais](#), Relatório Final de Projeto (2011): pp. 11–12 (inglês); K. K. Rigaud et al., [Groundswell: Preparação para a Migração Climática Interna](#), Relatório, (Grupo Banco Mundial, 2018): pp. 19–20 (inglês).
- 325** Viviane Clement et al., [Groundswell Parte 2: Ações Relacionadas à Migração Interna](#), Relatório, (Grupo Banco Mundial, 2021). p. xxxi; Rigaud et al., 'Groundswell', pp. 19–29 (inglês).

...PARTE II: Protegendo de forma mais ampla...

- 326** Janani Vivekananda et al., [Reforçando a Estabilidade: Abordando o Riscos Climáticos e a Fragilidade na Região do Lago Chade](#) (Adelphi, 15 de maio de 2019) (inglês); Saheed Babajide Owonikoko e Jude A. Momodu, 'Environmental Degradation, Livelihood and the Stability of Chad Basin Region' ['Degradação ambiental, meios de subsistência, e a estabilidade da região da bacia do Chade'], *Small Wars & Insurgencies* 31, no. 6 (17 de agosto de 2020): pp. 1295–1322 (inglês).
- 327** Para uma revisão das estimativas globais de aumento do nível do mar e tendências de migração, ver: Celia McMichael et al., 'A Review of Estimating Population Exposure to Sea- Level Rise and the Relevance for Migration' ['Uma revisão da estimativa da exposição da população ao aumento do nível do mar e de sua relevância para a migração'], *Environmental Research Letters* (28 de setembro de 2020). De acordo com a estimativa de Piguet, cinco estados insulares (Kiribati, Maldivas, Ilhas Marshall, Nauru e Tuvalu) correm o risco de serem submersos até o final do século, a ponto de ficarem inabitáveis. Isso potencialmente deixaria os mais de meio milhão de habitantes das regiões apátridas. Etienne Piguet, 'Climatic Statelessness: Risk Assessment and Policy Options' ['Apátrida Climática: Avaliação de Risco e Opções Políticas'], *Population and Development Review* 45, no. 4 (2019): p. 871 (inglês). Ver também: Etienne Piguet, ['Mobilidade, Migração e Mudanças Climáticas'](#) ['Mobilidade, Migração e Mudanças Climáticas'] (inglês).
- 328** Em 2018, o IPCC informou que: "os riscos climáticos para a saúde, os meios de subsistência, a segurança alimentar, o abastecimento de água, a segurança humana e o crescimento econômico devem aumentar já com o aquecimento global de 1,5°C, e aumentarão mais ainda quando chegarmos a 2°C". IPCC, [Resumo para Formuladores de Políticas, Relatório Especial: Aquecimento Global de 1,5 °C](#) (2018): p. 9 (inglês). Em 2021, o Painel informou que "a menos que haja reduções imediatas, rápidas e em larga escala nas emissões de gases de efeito estufa, não será possível limitar o aquecimento em cerca de 1,5°C ou mesmo 2°C". IPCC, [Mudanças climáticas generalizadas, rápidas e em intensificação](#), Comunicado de Imprensa (9 de agosto de 2021). IPCC, *'Climate Change 2021 – The Physical Science Basis'* ['Mudanças Climáticas 2021 – Embasamento da Ciência Física'] (inglês).
- 329** Clement et al., 'Groundswell Part 2' ['Groundswell Parte 2']; Rigaud et al., 'Groundswell' (inglês).
- 330** Clement et al., 'Groundswell Part 2' ['Groundswell Parte 2'], pp. xxii, 3 (inglês). Especificamente, a modelagem estima os seguintes possíveis cenários de deslocamento interno: aproximadamente 86 milhões de pessoas na África Subsaariana, 49 milhões no leste asiático e no Pacífico, 40 milhões no sul da Ásia; 19 milhões no norte da África, 17 milhões na América Latina e 5 milhões na Europa Oriental e Ásia Central, pp. xv, xxii. Ver também: Graham Watkins e Andrea Garcia Salinas, [A crise climática pode gerar deslocamento humano massivo na América Latina e no Caribe](#), Blog do Banco Interamericano de Desenvolvimento (30 de outubro de 2020) (inglês).
- 331** Clement et al., 'Groundswell Part 2', pp. xxvii, xxviii; Rigaud et al., 'Groundswell', p. 181 (inglês).
- 332** Grupo Banco Mundial, [Plano de Ação para a Adaptação e Resiliência às Mudanças Climáticas: Gerenciando riscos para um futuro mais resiliente](#) (2019): p. 5 (inglês).
- 333** Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 13, de: UNGA, [Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável](#) (25 de setembro de 2015), Doc. ONU A/RES/70/1.

...PARTE II: Protegendo de forma mais ampla...

- 334** Ver, por exemplo: Guy J. Abel et al. 'Climate, Conflict and Forced Migration' ['Clima, Conflito e Migração Forçada'], *Global Environmental Change* 54 (2019): pp. 239–249 (inglês). Em seu estudo dos países afetados pela Primavera Árabe durante 2010–2012 e de alguns países subsaarianos durante o mesmo período, eles concluem que a afirmação de que as mudanças climáticas levarão a conflitos e, consequentemente, ao deslocamento é muito simplista. Esse cenário pode ocorrer, mas depende de outras variáveis, e é mais provável caso os efeitos das mudanças climáticas coincidam com a instabilidade política e as respostas inadequadas do governo. Ver também: Asha Amirali, [Migração e o risco de violência, conflitos e instabilidade](#), Relatório K4D Helpdesk (18 de março de 2020): pp. 5–8 (inglês).
- 335** Guy J. Abel et al., 'Climate, Conflict and Forced Migration' ['Clima, Conflito e Migração Forçada'] (inglês); François Gemenne et al., [Deslocamento forçado causado por desastres e pelos impactos das mudanças climáticas](#), Documento de referência para o 70º aniversário da Convenção Sobre Refugiados de 1951, ACNUR (outubro de 2021): pp. 9–14 (inglês); Gabinete de Governo para a Ciência, 'Foresight: Migration and Global Environmental Change' ['Previsão: Migração e Mudanças Ambientais Globais'], pp. 20–21 (inglês).
- 336** ICRC, [Quando a Chuva Vira Pó: Entendendo e respondendo ao impacto combinado de conflitos armados e da crise climática e ambiental na vida das pessoas](#), Relatório (2020): pp. 5, 8, 10 (inglês). Por exemplo, observa que 60% dos 20 países considerados mais vulneráveis às mudanças climáticas são aqueles afetados por conflitos armados. Da mesma forma, o Instituto Internacional de Pesquisa Sobre Paz de Estocolmo (SIPRI) informou, em fevereiro de 2021, que "6 das 10 maiores operações de paz da ONU (por tamanho de equipe internacional) estavam em países classificados como mais expostos às mudanças climáticas". Florian Krampe, [Porque as operações de paz das Nações Unidas não podem ignorar as mudanças climáticas](#), SIPRI website (22 de fevereiro de 2021) (inglês).
- 337** Laura Heaton, [A chave para salvar a Somália está acumulando poeira no interior da Grã Bretanha](#), *Politica Externa* (31 de maio de 2017) (inglês).
- 338** Sanjula Weerasinghe, [Na Rota de Perigo: Proteção internacional no contexto da dinâmica entre conflito e violência e desastres ou mudanças climáticas](#), Relatório do ACNUR (dezembro de 2018): pp. 36–37 (inglês).
- 339** Karolina Eklöw e Florian Krampe, [Riscos de segurança relacionados ao clima e a construção da paz na Somália](#), Artigo de Política No. 53, SIPRI, (23 de outubro de 2019): pp. 26–27 (inglês).
- 340** ACNUR, [Tendências Globais: Deslocamento Forçado em 2011](#), Relatório (2012): p. 12 (inglês).
- 341** Ver: Eklöw e Krampe, 'Climate-related security risks and peacebuilding in Somalia' ['Riscos de segurança relacionados ao clima e a construção da paz na Somália'] (inglês); Giovanna Kuele e Ana Cristina Miola, [Mudanças climáticas estão alimentando o conflito armado na Somália](#), website do *Institute for Security Studies (ISS)* (6 de abril de 2018) (inglês). Shalle Hassan Abdirahman descreveu como a seca e o confisco de pequenos bens por parte do Al-Shabaab afetou toda a comunidade: "nos forçavam a produzir o que não tínhamos", ele diz. Katie Nguyen, [Somalis fogem para a Etiópia enquanto seca agrava os problemas de segurança](#), ACNUR Notícias, 2019 (inglês). Para um exemplo anterior de como as políticas da autoridade colonial no Sahel contribuíram para a fome, ver: Piguet, 'From "Primitive Migration" to "Climate Refugees" ['De "Migração Primitiva" para "Refugiados Climáticos"]', p. 157 (inglês).

...PARTE II: Protegendo de forma mais ampla...

- 342** Robert Malley, [As mudanças climáticas estão moldando o futuro do conflito](#), Transcrição, Discurso proferido ao Conselho de Segurança da ONU na Reunião Fórmula Arria Sobre Riscos Climáticos e de Segurança (22 de abril de 2020) (inglês). Outros exemplos incluem políticas bem-intencionadas adotadas no Mali durante a década de 1970, que inadvertidamente levaram à competição entre as comunidades. Naquela época, novos poços no centro do Mali foram construídos para beneficiar os pastores Fulani. Os poços não só melhoraram as áreas de pastoreio, mas tornaram as áreas anteriormente áridas mais atraentes para os agricultores. Os agricultores Dogon se estabeleceram no centro do Mali inicialmente com a permissão dos pastores Fulani. Com o tempo, as tensões entre pastores e agricultores aumentaram, à medida que os agricultores reivindicavam mais direitos sobre a terra. Na ausência de mecanismos eficazes de solução do uso da terra, os conflitos aumentaram, resultando no surgimento de grupos jihadistas e de autodefesa. Ibrahim Yahaya Ibrahim, [Papel das mudanças climáticas nos conflitos do Sahel Central: não está tão claro](#), *The Africa Report* (24 de abril de 2020) (inglês).
- 343** FAO, 'Pastoralism in Africa's Drylands' ['Pastoralismo nas terras áridas da África'], p. ix, 4–7 (inglês); FAO, [Análise de resiliência de comunidades pastorais e agropastorais nas áreas do Sudão do Sul que fazem fronteira com o Sudão, a Etiópia, o Quênia e Uganda](#), Relatório de Análise de Resiliência da FAO N° 17 (2019): pp. V, ix, 1–2, 7 (inglês).
- 344** FAO, 'Pastoralism in Africa's Drylands' ['Pastoralismo nas terras áridas da África'], pp. 4–17 (inglês); UNOWAS, [Pastoralismo e Segurança na África Ocidental e no Sahel: Rumo à coexistência pacífica](#) (2018): pp. 13–14 (inglês); Robert Malley, 'Climate Change Is Shaping the Future of Conflict' ['As Mudanças Climáticas Estão Moldando o Futuro do Conflito'] (inglês). Outros exemplos podem ser encontrados na publicação 'When Rain Turns to Dust' ['Quando a Chuva Vira Pó'] do CICV.
- 345** As resoluções relevantes do Conselho de Segurança em relação às causas profundas incluem: [Res. CSNU 2558](#) (2020), S/RES/2558 e [Res. CSNU 2282](#) (2016), S/RES/2282. As resoluções do Conselho de Segurança sobre os efeitos adversos das mudanças climáticas dentro das estratégias de gestão de riscos em 2020 incluem: [Res. CSNU 2552](#), S/RES/2552; [Res. CSNU 2524](#), S/RES/2524; [Res. CSNU 2556](#), S/RES/2556; [Res. CSNU 2531](#), S/RES/2531; e [Res. CSNU 2540](#), S/RES/2540. Rede De Especialistas em Segurança Climática, [Segurança Climática no CSNU – Uma História Breve](#), website. No entanto, não há consenso no Conselho de Segurança sobre se os efeitos adversos das mudanças climáticas são uma questão de paz e segurança internacional e, portanto, motivo de preocupação para o Conselho. A Rússia e a China consideram que os efeitos adversos das mudanças climáticas são questões de desenvolvimento e, portanto, seriam melhor abordadas nos fóruns internacionais relacionados a esse tema. Em contraste, a França, o Reino Unido e, mais recentemente, os Estados Unidos assumem a posição de que as mudanças climáticas são uma ameaça à segurança coletiva e, portanto, merecem atenção e ação por parte do Conselho de Segurança. Stéphanie Fillion, [A questão das guerras induzidas pelo clima será introduzida na Agenda do Conselho de Segurança da ONU? O Reino Unido irá tentar](#), *PassBlue* (18 de fevereiro de 2020) (inglês). Ver também: Relatório do Conselho de Segurança, [O Conselho de Segurança da ONU e as Mudanças Climáticas](#), Relatório de Pesquisa (21 de junho de 2021) (inglês).
- 346** Janani Vivekananda, Adam Day e Susanne Wolfmaier, [O que o Conselho de Segurança da ONU pode fazer na relação entre clima e segurança?](#), Artigo de Política CSEN (21 de julho de 2020): p. 5 (inglês).
- 347** Rigaud et al., 'Groundswell', pp. xxii, 5–7 and 184–187 (inglês).

...PARTE II: Protegendo de forma mais ampla...

- 348 Refugees International, [Hindou Oumarou Ibrahim, Refugees International Richard C. Holbrooke Ganhador 2020](#), blog (21 de abril de 2020).
- 349 Governo de Fiji, [Diretrizes planejadas de realocação: um quadro normativo para lidar com a realocação relacionada às mudanças climáticas](#) (2018) (inglês). Outras políticas importantes são: Governo de Fiji, [Diretrizes de deslocamento: contexto das mudanças e desastres climáticos](#) (2019) (inglês); Governo de Fiji, [Política Nacional de Mudanças Climáticas da República de Fiji 2018-2030](#) (2019) (inglês); Governo de Fiji, [Plano Nacional de Adaptação da República de Fiji: Um caminho para a resiliência climática](#) (2018) (inglês).
- 350 Essas e outras práticas estão documentadas em: GP20, 'Working Together Better to Prevent, Address and Find Durable Solutions to Internal Displacement' ['Trabalhando melhor juntos para prevenir, abordar e encontrar soluções duráveis para o deslocamento interno'], pp. 89–94 (inglês).
- 351 T. Alexander Aleinikoff, 'Environmental Mobility: The Responsibility of the International Community' ['Mobilidade Ambiental: A Responsabilidade da Comunidade Internacional'], *International Migration* 58, No. 6, Comentário (2020): p. 256 (inglês). Um relatório da Oxfam e do Stockholm Environment Institute (SEI) descobriu que "os 10% mais ricos da população mundial (cerca de 630 milhões de pessoas) eram responsáveis por 52% das emissões cumulativas de carbono" e "os 50% mais pobres (cerca de 3.1 bilhão de pessoas) eram responsáveis por apenas 7% das emissões cumulativas". Tim Gore, [Confrontando a desigualdade de carbono](#), Resumo de Relatório (21 de setembro de 2020) (inglês). Para um exemplo de como reduzir as emissões de gases de efeito estufa fazendo com que o poluidor pague por sua poluição, ver: Hillary Aidun, Daniel J. Metzger e Michael B. Gerrard, [Princípios do Direito Internacional e a adoção de um mecanismo baseado no mercado de emissões de gases de efeito estufa no transporte de cargas](#), Relatório, Sabin Center for Climate Change Law (fevereiro de 2021): pp. 4–13 (inglês).
- 352 Atualmente, a UNFCCC tem 197 membros (196 Estados e 1 organização regional de integração econômica). Nações Unidas, [Status da Ratificação do Convenção](#), Site da UNFCCC.
- 353 Todos os anos, a Conferência das Partes (COP) analisa o progresso da convenção e planeja o trabalho futuro. Em 2015, 21 anos após a primeira reunião, as partes assinaram o Acordo de Paris, com o objetivo de fortalecer a resposta global. O Acordo de Paris é um compromisso dos Estados em limitar o aumento da temperatura climática em meados do século para bem abaixo de 2 graus Celsius, tendo como base os níveis pré-industriais, além de envidar esforços para limitar o aumento da temperatura para menos de 1,5 graus Celsius. UNFCCC, [Acordo de Paris](#), em [Relatório da Conferência das Partes sobre sua vigésima primeira sessão, realizada em Paris, de 30 de novembro a 13 de dezembro de 2015](#) (29 de janeiro de 2016), Doc. ONU FCCC/CP/2015/10/Add.1, Anexo, art. 2.1. (a).
- 354 UNFCCC, [Adendo: Parte dois: Ações tomadas pela Conferência das Partes em sua vigésima primeira sessão](#), em Relatório da Conferência das partes sobre sua vigésima primeira sessão, realizada em Paris, de 30 de novembro a 13 de dezembro de 2015 (29 de janeiro de 2016), Doc. ONU FCCC/CP/2015/10/Add.1, par. 49.
- 355 Conferência Mundial da ONU Sobre Redução do Risco de Desastres, [Marco de Sendai para Redução do Risco de Desastres 2015-2030](#) (18 de março de 2015). Foi adotado pela Assembleia Geral em 2015 e estará em vigor até 2030.

...PARTE II: **Protegendo de forma mais ampla...**

- 356** Michelle Yonetani, [Nos Posicionando para a Ação: Deslocamento no Marco de Sendai para a Redução do Risco de Desastres](#), Artigo de Briefing, IDMC (16 de fevereiro de 2017) (inglês).
- 357** Muitos Estados fazem relatórios anuais. Em setembro de 2019, 47 países menos desenvolvidos começaram a elaborar relatórios, e mais de 100 países relataram ter estratégias nacionais em vigor. No entanto, relativamente poucas estratégias de país estão totalmente alinhadas com os princípios do Marco de Sendai. Mami Mizutori, 'Reflections on the Sendai Framework for Disaster Risk Reduction: Five Years Since Its Adoption' ['Reflexões Sobre o Marco de Sendai para a Redução do Risco de Desastres: Cinco anos desde a sua adoção'], *International Journal of Disaster Risk Science* 11, No. 2, Comentário (2020): p. 148 (inglês). UNDRR, [Medição da Implementação do Marco de Sendai](#), website *Sendai Monitor* (inglês).
- 358** Mizutori, 'Reflections on the Sendai Framework' ['Reflexões Sobre o Marco de Sendai'], p. 148 (inglês); Yonetani, 'Positioned for Action: Displacement in the Sendai Framework' ['Nos Posicionando para a Ação: Deslocamento no Marco de Sendai'], pp. 4, 9 (inglês).
- 359** [Pacto Global para Migração Segura, Ordenada e Regular](#) (2018), paras 18(a), 18(h) –18(l), 21 (h). A Rede das Nações Unidas para a Migração inclui instrumentos para apoiar os Estados em seu plano de trabalho e em suas políticas e análises, a fim de ajudá-los a atingirem os objetivos do Pacto Global para Migração Segura, Ordenada e Regular. Rede das Nações Unidas Sobre Migração, ['Plano de Trabalho da Rede: Prioridades 2021-2022'](#) (28 de abril de 2021): p. 14.
- 360** Ver: ACNUR, [Considerações legais sobre solicitações de proteção internacional feitas no contexto dos efeitos adversos das mudanças e desastres climáticos](#) (1 de outubro de 2020) (inglês).
- 361** The Nansen Initiative, [Agenda para a Proteção de Deslocados Transfronteiriços no Contexto de Desastres e Mudanças Climáticas](#), Vol. 1 (dezembro de 2015), para. 56 (inglês); Weerasinghe, 'In Harm's Way' ['Na Rota de Perigo'], pp. 2–4 (inglês); ACNUR, 'Legal considerations regarding claims for international protection made in the context of the adverse effects of climate change and disasters' ['Considerações legais sobre solicitações de proteção internacional feitas no contexto dos efeitos adversos das mudanças e desastres climáticos'], pp. 7–10 (inglês).
- 362** Convenção da OUA (1969), art. 1(2); Declaração de Cartagena (1984), art. III (3); Sharpe, 'The Regional Law of Refugee Protection in Africa' ['A Lei Regional de Proteção aos Refugiados na África'], pp. 48–49 (inglês).
- 363** Goodwin-Gill e McAdam, 'Climate Change, Disasters and Displacement' ['Mudanças Climáticas, Desastres e Deslocamento'], pp. 35–36 (inglês).
- 364** Wood, 'Who Is a Refugee in Africa?' ['Quem é Refugiado na África?'], p. 307 (inglês); Sharpe, 'The Regional Law of Refugee Protection in Africa' ['A Lei Regional de Proteção aos Refugiados na África'], pp. 48–49 (inglês); ACNUR, 'Legal considerations regarding claims for international protection made in the context of the adverse effects of climate change and disasters' ['Considerações legais sobre solicitações de proteção internacional feitas no contexto dos efeitos adversos das mudanças e desastres climáticos'], pp. 8–9 (inglês).
- 365** Por exemplo, UNGA, [Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos \(ICCPR\)](#) (16 de dezembro de 1966), Doc. ONU A/RES/2200 (XXI)a, arts. 6, 7. Ver também: ACNUR, 'Legal considerations regarding claims

...PARTE II: Protegendo de forma mais ampla...

for international protection made in the context of the adverse effects of climate change and disasters' ['Considerações legais sobre solicitações de proteção internacional feitas no contexto dos efeitos adversos das mudanças e desastres climáticos'], para 19.

- 366** O Comitê de Direitos Humanos (CDH) é um órgão de especialistas independentes que monitora a implementação do ICCPR por seus Estados-Membros. [Ioane Teitiota v. New Zealand](#) [Nova Zelândia] (2020), HRC, No. CCPR/C/127/D/2728/2016 (inglês).
- 367** Ibid., para. 9.11. O parágrafo 61 do Pacto Global Sobre Refugiados também pede a “determinação justa e eficiente de solicitações individuais de proteção internacional” feitas de acordo com as “obrigações internacionais e regionais aplicáveis” ao Estado. Pacto Global Sobre Refugiados (2018).
- 368** Ama Francis, [Acordos de Livre Circulação e Migração Induzida Pelo Clima: Um Estudo de Caso do Caribe](#), Sabin Center for Climate Change Law (Setembro de 2019): p. 18 (inglês); David Cantor, ‘Environment, Mobility, and International Law: A New Approach in the Americas’ [‘Meio Ambiente, Mobilidade e Direito Internacional: Uma Nova Abordagem nas Américas’], *Chicago Journal of International Law* 21, no. 2 (2021): p. 302 (inglês). Segundo Susan Martin, a prática discricionária por motivos humanitários pode ser encontrada nas leis e práticas da Argentina, Bolívia, Brasil, Canadá, Chile, Costa Rica, Equador, El Salvador, Guatemala, Honduras, Jamaica, México, Nicarágua, Panamá, Peru e Estados Unidos. Várias leis fazem referência específica ao seu uso em circunstâncias de desastres naturais, como as leis da Argentina, México e Peru. Susan Martin, ‘Climate Change’ [‘Mudanças Climáticas’], ACNUR (não publicado), pp. 9–10 (inglês).
- 369** IGAD, [Protocolo Sobre Livre Circulação de Pessoas Aprovado na Reunião Ministerial](#), Comunicado de Imprensa (26 de fevereiro de 2020) (inglês).
- 370** Reunião Ministerial Setorial sobre o Protocolo para a Livre Circulação de Pessoas na Região da IGAD, Cartum e República do Sudão, [Comunicado](#) (26 de fevereiro de 2020) (inglês). Ver também: Tamara Wood, [Opinião: Novo pacto oferece soluções inovadoras para o deslocamento climático](#), *Reuters*, (28 de fevereiro de 2020) (inglês).
- 371** Ver: Tamara Wood, [O papel de Acordos de Livre Circulação de Pessoas para lidar com o deslocamento causado por desastres: Um Estudo da África](#), Relatório da *Plataforma Sobre Deslocamento em Desastres* (Maio de 2018) (inglês).
- 372** Para exemplos de defensores desse ponto de vista, ver: Jane McAdam, Jane McAdam, ‘Swimming against the Tide: Why a Climate Change Displacement Treaty is Not the Answer’ [‘Nadando Contra a Maré: Porque um Tratado de Deslocamento em Caso de Mudanças Climáticas Não é a Resposta’], *International Journal of Refugee Law* 23, no. 1 (2011): pp. 5–6 (inglês). Ver também: François Gemenne et al., ‘Forced displacement related to the impacts of climate change and disasters’ [‘Deslocamento forçado relacionado aos impactos das mudanças e desastres climáticos’], p. 5 (inglês).
- 373** Guy Goodwin-Gill e Jane McAdam, [O ACNUR e as Mudanças Climáticas, Desastres, e Deslocamento](#), Relatório ACNUR, (maio de 2017): pp. 13–18 (inglês).

...PARTE II: Protegendo de forma mais ampla...

- 374** Cantor, 'Environment, Mobility, and International Law' ['Meio-Ambiente, Mobilidade e Direito Internacional'], pp. 320–322 (inglês).
- 375** Ver, por exemplo: Jane McAdam, 'Swimming against the Tide' ['Nadando Contra a Maré'] (inglês) Simon Behrman e Avidan Kent, '*Climate Refugees: Beyond the Legal Impasse?*' ['Refugiados Climáticos: Para além do impasse legal?'] (Abingdon, UK: Routledge, 2018) (inglês); Cantor, 'Environment, Mobility, and International Law' ['Meio-Ambiente, Mobilidade e Direito Internacional'], pp. 280–282, 320–322 (inglês); Alexander Betts, [Em direção a uma "lei flexível" para a proteção dos migrantes vulneráveis](#), Documento de Pesquisa Nº 162, *New Issues in Refugee Research*, ACNUR (agosto de 2008) (inglês).
- 376** McAdam cita especificamente respostas que "podem permitir que as pessoas permaneçam em suas casas pelo maior tempo possível (que é o desejo predominante entre as comunidades afetadas), movam-se com segurança dentro de seus próprios países ou migrem de maneira planejada ao longo do tempo". McAdam, 'Swimming against the Tide' ['Nadando Contra a Maré'], pp. 5–6 (inglês).
- 377** Goodwin-Gill and McAdam, 'UNHCR and Climate Change, Disasters, and Displacement' ['O ACNUR e as Mudanças Climáticas, Desastres e Deslocamento'], pp. 14–19 (inglês).
- 378** Nansen Initiative, 'Agenda for the Protection of Cross-Border Displaced Persons in the Context of Disasters and Climate Change' ['Agenda para a Proteção de Deslocados Transfronteiriços no Contexto de Desastres e Mudanças Climáticas'] (inglês).
- 379** Ibid., pp. 45–48 (inglês).
- 380** Ibid., pp. 24–29. Ver também: Koko Warner et al., [Integração de Questões de Mobilidade Humana nos Planos Nacionais de Adaptação](#), Briefing de Política UNU-EHS no. 9 (junho de 2014). As páginas 18 a 24 desse relatório descrevem como os Planos Nacionais de Adaptação em Kiribati, Tuvalu e outros países, como Bangladesh e Quênia, vinculam as mudanças climáticas e a mobilidade humana e incluem programas de reassentamento e outros programas de desenvolvimento para melhor gerenciar e apoiar diferentes tipos de mobilidade causadas pelas mudanças climáticas.
- 381** Nansen Initiative, 'Agenda for the Protection of Cross-Border Displaced Persons in the Context of Disasters and Climate Change' ['Agenda para a Proteção de Deslocados Transfronteiriços no Contexto de Desastres e Mudanças Climáticas'], pp. 36–39 (inglês). Quanto à prevenção, a Agenda examina abordagens para mapeamento e redução de riscos, incluindo estratégias usadas pelos Estados para reduzir vulnerabilidades e se tornarem mais resilientes aos riscos, pp. 34–36.
- 382** Foi criada em 2016, é liderada pelo Estado e tem sede em Genebra. Plataforma Sobre Deslocamento de Desastres, '[Sobre Nós](#)' website.
- 383** Nansen Initiative, [Guia para práticas eficazes para os países membros do RCM: Proteção das pessoas que atravessam fronteiras em contextos de desastre](#) (2016) (inglês). Adotado por Belize, Canadá, Costa Rica, República Dominicana, El Salvador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá e Estados Unidos.

...PARTE II: Protegendo de forma mais ampla...

- 384** Cantor, 'Environment, Mobility, and International Law' ['Meio Ambiente, Mobilidade e Direito Internacional'], p. 318 (inglês).
- 385** Conferência Sul-Americana sobre Migração (CSM), Organização Internacional para Migração (OIM), Plataforma sobre Deslocamento em Desastres (PDD), [Orientações Regionais sobre proteção e assistência à deslocados transfronteiriços e migrantes em países afetados por desastres naturais](#) (espanhol) (2019). As Orientações Regionais fornecem diretrizes adaptadas à região sobre redução de riscos, admissão, arranjos de permanência temporária e soluções duráveis para pessoas que não podem retornar a seus respectivos países de origem. As orientações também incluem migrantes afetados por desastres em seus respectivos países de residência ou em países de trânsito.
- 386** PDD, [Relatório – Workshop do Comitê Consultivo 2019](#) (fevereiro de 2019): p. 12 (inglês).
- 387** Nansen Initiative, 'Agenda for the Protection of Cross-Border Displaced Persons in the Context of Disasters and Climate Change' ['Agenda para a Proteção de Deslocados Transfronteiriços no Contexto de Desastres e Mudanças Climáticas'], pp. 6 e 50 (inglês).
- 388** Congresso dos Estados Unidos, [Lei de Imigração](#) (1990), Pub. L. 101–649, 104 STAT. 4978, art. 244 A(b) (inglês).
- 389** Cantor, 'Environment, Mobility, and International Law' ['Meio-Ambiente, Mobilidade e Direito Internacional'], pp. 294–295 (inglês). Ele fornece vários exemplos. Embora usada com pouca frequência, a condição de proteção temporária (TPS) beneficiou os nacionais de países afetados pelos seguintes desastres: Furacão Mitch de 1998 (El Salvador, Honduras e Nicarágua), erupção vulcânica de 199 em Montserrat e terremoto de 2000 em El Salvador. Após o terremoto de 2010 no Haiti, cidadãos haitianos também receberam proteção temporária. Essa condição foi estendida em maio de 2021. Serviços de Imigração e Cidadania dos EUA, [Condição de Proteção Temporária para País Específico: Haiti](#), website (inglês). Em linhas mais gerais, ver: Jill H. Wilson, [Condição de proteção temporária e partida forçada adiada](#), Relatório do Serviço de Pesquisa do Congresso RS20844 (9 de agosto de 2021) (inglês).
- 390** Cantor, 'Environment, Mobility, and International Law' ['Meio-Ambiente, Mobilidade e Direito Internacional'], p. 296 (inglês). A Jamaica usou essas opções para haitianos após o terremoto de 2010.
- 391** Ibid., p. 300 (inglês).
- 392** Ibid., p. 298. A Costa Rica, por exemplo, regularizou 150.000 migrantes afetados pelo furacão Mitch.
- 393** Pacto Global das Nações Unidas para Migração Segura, Ordenada e Regular (2018), Objetivo 5.
- 394** Susan Martin, 'Climate Change' ['Mudanças Climáticas'], pp. 16–17 (inglês). Ver também: Holly Lawton, [Regime de Trabalho do Pacífico: Em expansão enquanto as fronteiras estão fechadas](#), Blog do Development Policy Centre (27 de maio de 2021) (inglês); Hikina Whakatutuki, [Relatório Sobre as Tendências de Migrantes do Pacífico e Resultados de Assentamento](#), Ministério de Negócios, Inovação e Emprego da Nova Zelândia (MBIE) (dezembro de 2018) (inglês).

...PARTE II: Protegendo de forma mais ampla...

- 395** Brookings Institution, University of Bern, [Abordando o Deslocamento Interno: Um Marco para a Responsabilização Nacional](#) (abril de 2005) (inglês). Essa é uma obrigação sob a Convenção de Kampala, que deve ser operacionalizada pelos Estados através de leis e práticas nacionais. Convenção de Kampala (2009), art. 13.1. A importância de que governos implementem “processos e sistemas para coletar, analisar e gerenciar dados de deslocamento interno” (sendo sempre apoiados em seus esforços) também foi enfatizada pelo painel de alto nível sobre deslocamento interno. Painel de Alto-Nível Sobre Deslocamento Interno, *‘Shining the Light on Internal Displacement’* [‘Esclarecendo Conceitos sobre o Deslocamento Interno’], pp. 37–39 (inglês).
- 396** Ibid.; Natalia Baal e Laura Ronkainen, [Obtenção de dados representativos sobre deslocados internos: desafios e recomendações](#), Série Técnica do ACNUR Sobre Estatísticas (abril de 2017) (inglês).
- 397** Gabriel Cardona-Fox, ‘The Politics of IDP Data’ [‘A Política de Dados Sobre Deslocados Internos’], *Refugee Survey Quarterly* 39, no. 4 (2020): pp. 626–627 (inglês).
- 398** Cardona-Fox observa que, na Ucrânia, o governo “só reconhece os deslocados internos oficialmente registrados junto às autoridades e, assim, superou vários obstáculos restritivos, como a produção de documentação, que nem sempre é possível”. Ibid., pp. 624–625. Para uma revisão mais aprofundada dos desafios na Ucrânia, ver: IDMC, [‘Registro de Deslocados internos na Ucrânia: Quem está dentro? Quem está fora? E quem está contando?’](#), Opinião de Especialista (março 2015) (inglês).
- 399** Cardona-Fox, *‘The Politics of IDP Data’* [‘A Política de Dados Sobre Deslocados Internos’], pp. 626–629.
- 400** Ibid.: p. 623 (inglês).
- 401** Kira Vinke e Roman Hoffmann observam que a maioria das migrações relacionadas ao clima é interna. No entanto, isso é difícil monitorar, já que nenhum mecanismo de monitoramento está em vigor para coletar dados regulares sobre a mobilidade da população dentro e entre países. Para ver mais sobre este e outros desafios relacionados à coleta de dados, ver: Vinke e Hoffman, ‘Data for a difficult subject: Climate change and human migration’ [‘Dados sobre um assunto difícil: Mudanças climáticas e migração humana’], *Migration Policy Practice* 10, no. 1 (2020): pp. 16–20 (inglês).
- 402** Os esforços para melhorar a coleta coordenada de dados são discutidos mais adiante, na Parte V.
- 403** Natalia Krynsky Baal, [Dados de deslocamento forçado: lacunas críticas e oportunidades-chave no contexto do Pacto Global Sobre Refugiados](#), Documento de Referência para o 70º Aniversário da Convenção Sobre Refugiados de 1951, ACNUR (outubro de 2021), pp. 10–11 (inglês).
- 404** Os atores atualmente envolvidos na coleta de dados sobre deslocados internos incluem o ACNUR, o IDMC, a OIM, as ONGs e o Serviço Conjunto de Caracterização de Deslocados Internos (JIPS). Para saber mais sobre seus papéis, ver: Eurostat, [Relatório Técnico Sobre Estatísticas Relacionadas à Deslocados Internos](#) (17 de outubro de 2018): pp. 64–66 (inglês). Os desafios relacionados à coleta e à qualidade dos dados são frequentemente observados pelo ACNUR e pelo IDMC. Desde 1998, a IDMC fornece estimativas anualmente consolidadas e de origem múltipla sobre deslocados internos por motivos de conflitos e

...PARTE II: Protegendo de forma mais ampla...

violência e também devido a desastres. Ver: IDMC, *GRID 2021*. Sobre a disponibilidade de dados do ACNUR, ver: ACNUR, [Refugee Data Finder: Metodologia](#), website (inglês).

- 405** Debora Gonzalez Tejero, Lorenzo Guadagno, Alessandro Nicoletti, [Mobilidade Humana e Meio-Ambiente: Desafios para a coleta de dados e formulação de políticas](#), *Migration Policy Practice* 10, no. 1 (janeiro-março de 2020): p. 5 (inglês). Mesmo quando os migrantes são questionados sobre o motivo de seu deslocamento, é frequentemente pedido que citem o principal motivo, omitindo outros fatores influenciadores. Isso pode ser melhorado através do uso de escalas de classificação. Cantor e Apollo fazem uma observação semelhante em relação ao deslocamento interno em geral. David James Cantor e Jacob Ochieng Apollo, 'Internal Displacement, Internal Migration, and Refugee Flows: Connecting the Dots' ['Deslocamento interno, migração interna e fluxos de refugiados: ligando os pontos'], *Refugee Survey Quarterly* 39, no. 4 (2020): pp. 647–664 (inglês). Eles observam que o deslocamento interno “nem sempre pode ser separado de outras formas de movimento”, p. 660. Além do conflito, os padrões de deslocamento, incluindo decisões sobre quando, onde e por quanto tempo se mover podem ser influenciadas por outros fatores, como oportunidades de trabalho e conexões familiares ou sociais em outras partes do país. O movimento pode refletir tendências mais amplas, como a migração das áreas rurais para as urbanas. *Ibid.*, pp. 648–649.
- 406** O EGRIS faz parte da Comissão Estatística das Nações Unidas, que foi criada em 1947 para definir padrões globais para a coleta e uso de estatísticas. Entre as áreas relevantes de mensuração estão: condição legal e civil; educação, saúde e condição econômica; e inclusão social. Os indicadores de progresso incluem: cidadania, documentação civil e documentos de viagem; condição familiar; proficiência linguística; renda e consumo; direito de trabalhar, de mover-se livremente, de possuir propriedade, de abrir uma conta bancária e de ter acesso a benefícios e à justiça.
- 407** EGRIS, [Recomendação Internacional Sobre Estatísticas Relacionadas à Refugiados \(IRRS\)](#) (março de 2018); EGRIS, [Recomendações Internacionais Sobre Estatísticas Relacionadas à Deslocados Internos \(IRIS\)](#) (março de 2020). Aprovadas em 2020 pela Comissão Estatística das Nações Unidas, elas fornecem uma estrutura internacional para a produção e divulgação de estatísticas de qualidade e comparáveis entre regiões e países.
- 408** Grupo Banco Mundial, [Registro Civil Global e Estatísticas Vitais: Sobre as CRVS](#), website (20 de março de 2018) (inglês).

PARTE III: **Soluções – Um Registro Desigual**

- 1 Embora essas fontes nos permitam ver as tendências gerais e as lições aprendidas, permanecem lacunas significativas nos dados. Estas são discutidas mais adiante nesta Parte em relação a cada uma das soluções.
- 2 As exceções ocorreram durante os anos de 1971–1972, 1991–1992, 1994, 1996 e 2002–2005, quando os retornos anuais excederam 10% da população total de refugiados. Veja: ACNUR, [Refugee Data Finder](#) (inglês).
- 3 A coleta de dados sobre deslocamento interno começou em 1993 e sobre o retorno de deslocados internos em 1997.
- 4 ACNUR, [Refugee Data Finder](#) (inglês). Em 13 dos últimos 23 anos (ou seja, desde que os dados se tornaram disponíveis), as taxas de retorno anual permaneceram abaixo de 10%. Em sete desses 23 anos, os retornos anuais variaram de 11 a pouco menos de 20%. Em apenas três anos, as taxas de retorno variaram de 21 a 26 por cento do total global de deslocamentos internos induzidos por conflitos.
- 5 Em cada um dos últimos 20 anos, entre um terço e dois terços das pessoas deslocadas à força no mundo eram desses países. Desde 2013, a Síria tem sido o principal país de origem, produzindo consistentemente um quinto ou mais de todas as pessoas deslocadas à força em todo o mundo. Veja: ACNUR, [Refugee Data Finder](#) (inglês).
- 6 Grupo Banco Mundial, [Deslocados à Força: Rumo a uma Abordagem de Desenvolvimento Apoiando Refugiados, Deslocados Internos e Quem os Acolhe](#) (Washington, D.C: World Bank, 2017): p. 105 (inglês).
- 7 Ibrahim Elbadawi, Linda Kaltani, e Klaus Schmidt-Hebbel, [Ajuda Pós-Conflito, Ajuste da Taxa de Câmbio Real e Crescimento Recuperado](#), Documento de Trabalho 4187, Banco Mundial (abril de 2007): pp. 5–6, 18–20 (inglês).
- 8 Grupo Banco Mundial, *‘Forcibly Displaced’* [‘Deslocados à força’], p. 107 (inglês).
- 9 Pesquisas realizadas desde 2018 pelo IDMC entre os retornados no Afeganistão, Colômbia, Iraque, Mianmar, Nigéria e Sudão do Sul descobriram que quase 77% viviam fora de suas respectivas áreas de origem no momento da pesquisa. Enquanto alguns optaram por se estabelecer em outros lugares em busca de novas oportunidades de subsistência, muitos desses refugiados que retornaram não puderam retornar às suas áreas de origem ou foram deslocados novamente. Ver: Bina Desai et al., [Deste lado da fronteira – O desafio global do deslocamento interno: escala, impactos e soluções](#), Documento de referência para o 70º aniversário da Convenção sobre Refugiados de 1951, ACNUR (outubro de 2021): pp. 6–8 (inglês).
- 10 Para exemplos, veja: Victoria Metcalfe, Simone Haysom, e Ellen Martin, [Santuário na Cidade? Deslocamento Urbano e Vulnerabilidade em Cabul](#), Documento de Trabalho, Humanitarian Policy Group [Grupo de Política Humanitária], Overseas Development Institute [Instituto de Desenvolvimento Ultramarino] (junho de 2012):

...PARTE III: Soluções – Um Registro Desigual...

p. 39 (inglês). E para a necessidade de novas abordagens, ver: Simone Haysom, [Santuário na Cidade? Deslocamento urbano e vulnerabilidade](#), HPG Relatório final 33, ODI (junho de 2013) (inglês).

- 11 Grupo Banco Mundial, *'Forcibly Displaced'* ['Deslocados à força'], p. 101 (inglês).
- 12 Niels Harild, Asger Christensen, e Roger Zetter, [Retorno Sustentável de Refugiados: Gatilhos, Limitações e Lições sobre como Enfrentar os Desafios de Desenvolvimento do Deslocamento Forçado](#), Relatório (Grupo do Banco Mundial, 2015), pp. x, xv, 10, 12, 13, 14, 35, 110, 127–128 (inglês).
- 13 O medo do recrutamento forçado está entre as preocupações que os jovens refugiados sírios do sexo masculino observam ao contemplar o retorno. Jovens refugiados somalis citam um medo semelhante em relação ao recrutamento forçado pelo Al-Shabaab. Ver: DRC et al., [Despreparados para \(re\)integração: lições aprendidas do Afeganistão, Somália e Síria sobre o retorno de refugiados a áreas urbanas](#), Relatório (novembro de 2019), pp. 19, 21 (inglês).
- 14 Desai et al., 'Deste lado da fronteira – O desafio global do deslocamento interno', p.6 (inglês).
- 15 Rez Gardi, 'The Future of Solutions' ['O Futuro das Soluções'], Documento de referência para o 70º aniversário da Convenção sobre Refugiados de 1951, ACNUR (outubro de 2021) (inglês). Eles foram eventualmente reassentados na Nova Zelândia.
- 16 Geralmente, a decisão é tomada após uma entrevista pessoal para determinar se o refugiado em questão atende às próprias prioridades do Estado e a validade dos documentos fornecidos é avaliada.
- 17 Como será discutido mais adiante nesta Parte, é digno de nota que o número anual de reassentamento de refugiados ultrapassou 100.000 em apenas 21 dos 61 anos desde 1959, quando os dados se tornaram disponíveis pela primeira vez. Veja: ACNUR, [Refugee Data Finder](#) (inglês).
- 18 Isso inclui pessoas que correm o risco de serem repatriadas à força para seus países ou que estão sendo seriamente ameaçadas por outros. Também pode incluir pessoas com necessidades de saúde específicas que não podem ser tratadas adequadamente no país de refúgio, incluindo tratamentos que salvam vidas ou intervenções psicológicas para aqueles que sobreviveram à tortura ou violência extrema. Também pode incluir crianças que correm o risco de serem forçadas a trabalhar ou a se casar, ou de serem traficadas. Veja: ACNUR, [Manual do Reassentamento](#) (2011) (inglês).
- 19 Em casos de extrema urgência em relação aos refugiados em risco imediato, alguns Estados fornecem um processamento mais rápido, que pode ser concluído em até sete dias após o encaminhamento do ACNUR.
- 20 Comumente experimentado pela equipe de reassentamento do ACNUR em locais de campo. Isso pode criar incentivos conflitantes. Por exemplo, alguns refugiados podem estar menos inclinados a aceitar medidas para superar suas vulnerabilidades se acreditarem que isso pode prejudicar sua capacidade de serem selecionados para reassentamento com base em suas necessidades específicas.
- 21 Discutido mais adiante nesta Parte.

...PARTE III: Soluções – Um Registro Desigual...

- 22 Para fins estatísticos, o ACNUR refere-se à naturalização como o processo legal pelo qual os não-cidadãos podem adquirir a cidadania. Ver: ACNUR, [Tendências Globais: Deslocamento Forçado em 2019](#), Relatório Anual (2020): pp. 68–69 (inglês).
- 23 Os dados disponíveis sobre naturalização permanecem limitados. O número de países que informaram sobre naturalização para fins da Revisão Semestral de 2020 do ACNUR foi de 25; O ACNUR, portanto, considera que os dados disponíveis subestimam até que ponto os refugiados são de fato naturalizados.
- 24 Holanda, França, Bélgica e Irlanda naturalizaram 26.700, 18.600, 14.800 e 4.900 refugiados, respectivamente, na década. ACNUR, [Refugee Data Finder](#) (inglês).
- 25 ACNUR, *Global Trends 2019* [Tendências Globais 2019], p. 54 (inglês); ACNUR, [Refugee Data Finder](#) (inglês).
- 26 ACNUR, [Refugee Data Finder](#) (inglês).
- 27 Grupo Banco Mundial, *'Forcibly Displaced'* ['Deslocados à força'], p. 112 (inglês).
- 28 Grupo Banco Mundial, *'Forcibly Displaced'* ['Deslocados à força'], p. 68 (inglês). Embora se acredite que haja um ganho líquido positivo, eles ainda podem deslocar outros trabalhadores da comunidade anfitriã que podem precisar de mais desenvolvimento de habilidades e apoio. Para saber mais sobre isso, veja: Inclusão Econômica na Parte IV.
- 29 Zara Sarzin observa que essas preocupações “são muitas vezes baseadas em percepções infundadas em vez de evidências empíricas, e tendem a se concentrar em custos de curto prazo em vez de benefícios de longo prazo decorrentes da inclusão econômica de migrantes forçados”. Zara Sarzin, [O impacto da migração forçada nos resultados do mercado de trabalho e bem-estar das comunidades de acolhida](#), Documento de referência para o 70º aniversário da Convenção sobre Refugiados de 1951, ACNUR (outubro de 2021): p. 3 (inglês). Veja também a discussão sobre Inclusão Econômica na Parte IV.
- 30 ACNUR, [Meios de Subsistência e Inclusão Econômica](#), website (inglês).
- 31 Roger Zetter e Héloïse Ruadel, [Direito ao Trabalho e Acesso aos Mercados de Trabalho dos Refugiados – Uma Avaliação](#), Parte I, KNOMAD (setembro de 2016): p. 29 (inglês).
- 32 Por exemplo, veja: Utz Johann Pape e Ambika Sharma, [Informando soluções duráveis para deslocamento interno na Nigéria, Somália, Sudão do Sul e Sudão Vol. A: 'Visão Geral'](#), Relatório, Grupo Banco Mundial (2019): pp. ix, x, 4, 13, 27, 32 (inglês).
- 33 Grupo Banco Mundial, *'Forcibly Displaced'* ['Deslocados à força'], p. 111 (inglês).
- 34 Isso é discutido na Parte II. Por exemplo, vários países, incluindo alguns com o maior número de pessoas deslocadas internamente, como Somália, Sudão do Sul e Afeganistão, têm leis e políticas nacionais que refletem os critérios e princípios da [IASC, Quadro de Soluções Duráveis para Deslocados Internos](#) (abril de 2010) (inglês). Além disso, veja: Cluster de Proteção, ['20º Aniversário dos Princípios Orientadores sobre Deslocamento Interno: Um Plano de Ação para Avançar na Prevenção, Proteção e Soluções para Deslocados Internos 2018–2020'](#) (23 de maio de 2018) (inglês).

...PARTE III: Soluções – Um Registro Desigual...

- 35 O Painel de Alto Nível sobre Deslocamento Interno aborda esse problema em suas recomendações. Exige “uma combinação de incentivos positivos e medidas de responsabilização”, incluindo incentivos financeiros e outros, advocacia diplomática de alto nível e processos criminais por abusos flagrantes. Ver: Painel de Alto Nível do Secretário-Geral da ONU sobre Deslocamento Interno, [Esclarecendo Conceitos sobre Deslocamento Interno: Uma Visão para o Futuro](#), Relatório (setembro de 2021): pp. 18–20 (inglês).
- 36 ECOSOC, [Comitê Ad Hoc sobre Apatridia e Problemas Relacionados, Situação de Refugiados e Apátridas – Memorando do Secretário-Geral](#) (3 de janeiro 1950), UN Doc E/AC.32/2 (inglês).
- 37 O Estatuto do ACNUR prevê que se deve buscar soluções permanentes para os refugiados, auxiliando os governos a “facilitar a repatriação voluntária” ou “assimilação dentro de novas comunidades nacionais”. Ver: AGNU, [Estatuto do Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados](#) (14 de dezembro de 1950) (Estatuto do ACNUR), UN Doc A/RES/428(V), ch. 1, para. 1 (inglês).
- 38 Ver: Parte I. Ver também: [Convenção relativa ao Estatuto dos Refugiados](#) (adotada em 25 de julho de 1951), UN Doc CONF.2/108, art. 34; T (inglês). Alexander Aleinikoff e Stephen Poellot, ‘The Responsibility to Solve: The International Community and Protracted Refugee Situations’ [‘A Responsabilidade de Resolver: A comunidade Internacional e Situações Prolongadas de Refugiados’], *Virginia Journal of International Law* 54 (março de 2014) (inglês).
- 39 Art. 33 da Convenção de 1951. O direito de retorno encontra-se no artigo 13 da [Declaração Universal dos Direitos Humanos](#) (adotada em 10 de dezembro de 1948), artigo 14(1), UN Doc A/RES/217(III) (inglês).
- 40 [Organização da Unidade Africana, Convenção que Rege os Aspectos Específicos dos Problemas de Refugiados na África](#) (10 de setembro de 1969) (Convenção da OAU) (inglês); Colóquio sobre a Proteção Internacional dos Refugiados na América Central, México e Panamá, [Declaração de Cartagena sobre Refugiados e Proteção de Pessoas Fugindo de Conflitos Armados e Outras Situações de Violência na América Latina](#) (22 de novembro de 1984) ([Declaração de Cartagena](#)); (inglês); Organização Consultiva Jurídica Asiático-Africana, [Princípios de Bangkok sobre a Situação e Tratamento dos Refugiados](#) (31 de dezembro de 1966) (Princípios de Bangkok) (inglês); Parlamento Europeu e Conselho, [Sobre as normas para a qualificação de nacionais de países terceiros ou apátridas como beneficiários de proteção internacional, para um estatuto uniforme para refugiados ou para pessoas elegíveis para proteção subsidiária, e para o conteúdo da proteção concedida](#) (13 dezembro de 2011), Directive 2011/95/EU (inglês); Assembleia Geral da ONU, [Pacto Global sobre Refugiados](#) (2 de agosto de 2018), UN Doc A/73/12 (Part II) (inglês).
- 41 Na prática, isso ocorre por meio de acordos tripartidos entre o país de acolhida, o país de origem e o ACNUR.
- 42 O engajamento dos Estados e das agências intergovernamentais, bem como os direitos dos retornados e a não penalização por terem saído encontram-se na Convenção da OUA, art. V em relação aos refugiados na África. Os Princípios de Bangkok estipulam um direito de retorno no art. VI, a voluntariedade do retorno e a não penalização por ter saído do art. VII, a promoção de soluções abrangentes, incluindo repatriação voluntária, assentamento local e reassentamento em terceiro país no art. VIII, e o direito à indenização no art. IX.

...PARTE III: Soluções – Um Registro Desigual...

- 43 Ver: Parte I.
- 44 Vinte e nove Estados fizeram reservas sobre o art. 17 (emprego assalariado). Vinte Estados fizeram reservas quanto à legislação trabalhista e previdenciária (art. 24).
- 45 A Convenção sobre Refugiados (1951), art. 34. O Comitê Ad Hoc foi informado por um esboço inicial da Convenção fornecido pelo Secretário-Geral que, ao transmiti-lo ao Comitê, enfatizou que o objetivo era que os refugiados fossem integrados ao sistema econômico dos países de asilo, para suprir suas próprias necessidades e ser totalmente integrado à comunidade nacional. ECOSOC, [Comitê Ad Hoc sobre Apatridia e Problemas Relacionados, Primeira Sessão](#) (14 de fevereiro de 1950), UN Doc E/AC.32/SR.22 (inglês).
- 46 Convenção da OAU (1969), art. II (1) (inglês).
- 47 Ibid., Preâmbulo (inglês).
- 48 Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), [Protocolo Relativo à Livre Circulação de Pessoas, Residência e Estabelecimento](#) (29 de maio de 1979), A/P 1/5/79 (inglês). Foi revisto e atualizado em 1993. O objetivo do protocolo é permitir que os cidadãos da comunidade entrem, residam e se envolvam economicamente no território de um Estado membro. Isso deve ser automático nos primeiros 90 dias e estendido por meio de processos estabelecidos posteriormente.
- 49 Aderanti Adepoju, Alistair Boulton, e Mariah Levin, [Promovendo a integração através da mobilidade: livre circulação e o Protocolo da CEDEAO](#), Documento de Trabalho 150, *New Issues in Refugee Research*, ACNUR (2007) (inglês). Eles também observam outras barreiras, incluindo custos de vistos, que eram proibitivos para muitos refugiados. A Nigéria é uma exceção notável: entre 2007 e 2010, forneceu status de migração para 117.000 refugiados liberianos e 18.000 serra-leoneses, discutidos mais adiante nesta Parte. Para mais informações sobre o Protocolo e como ele facilitou o movimento de alguns grupos sobre outros, veja: Thomas Yeboah et al, 'The ECOWAS Free Movement Protocol and Diversity of Experiences of Different Categories of Migrants: A Qualitative Study' ['O Protocolo de Livre Circulação da CEDEAO e Diversidade de Experiências de Diferentes Categorias de Migrantes: Um Estudo Qualitativo'], *International Migration* 59, no. 3 (junho de 2021) (inglês).
- 50 Incluído na Lei Contadora sobre Paz e Cooperação na América Central. Ver: A Declaração de Cartagena (1984).
- 51 Governos da América Latina e do Caribe, [Um Marco de Cooperação e Solidariedade Regional para Fortalecer a Proteção Internacional de Refugiados, Deslocados e Apátridas na América Latina e no Caribe](#) (Declaração e Plano de Ação do Brasil) (3 de dezembro de 2014) (inglês). Para discussão sobre o impacto de declarações anteriores sobre a atual crise de deslocamento da Venezuela, ver: Luisa Feline Freier, Isabel Berganza e Cécile Blouin, 'The Cartagena Refugee Definition and Venezuelan Displacement in Latin America' ['A definição de refugiado de Cartagena e o deslocamento venezuelano na América Latina'], *International Migration* 58, no. 6 (dezembro de 2020) (inglês).
- 52 ONU, [Pacto Global sobre Refugiados](#) (2018) (inglês); Declaração do Brasil (2014), paras. 98–99 (inglês).

...PARTE III: Soluções – Um Registro Desigual...

- 53 Ver: Parte I.
- 54 Para os compromissos do Fórum Global de Refugiados, consulte: ACNUR, [Painel de Compromissos e Contribuições](#), *The Global Compact on Refugees Digital Platform*. [Plataforma Digital do Pacto Global sobre Refugiados] (inglês).
- 55 Francis M. Deng, 'Guiding Principles on Internal Displacement' ['Princípios Orientadores sobre Deslocamento Interno'], *International Migration Review* 33, no. 2 (junho de 1999): pp. 484–493 (inglês).
- 56 Ibid., p. 493.
- 57 [União Africana, Convenção para a Proteção e Assistência a Deslocados Internos na África](#) (23 de outubro de 2009) (Convenção de Kampala), art. 2 (inglês).
- 58 O fórum de coordenação humanitária de parceiros humanitários da ONU e não pertencentes à ONU.
- 59 IASC, 'Framework on Durable Solutions for Internally Displaced Persons' ['Quadro de Soluções Duráveis para Deslocados Internos'], p. 5 (inglês).
- 60 Ibid., p. 27 (inglês).
- 61 Veja, por exemplo, alguns dos problemas que o Banco Mundial relaciona com as definições atuais, discutidas nesta Parte. Banco Mundial, [Questões para consideração do painel de alto nível sobre deslocamento interno](#), submissão, 2020 (inglês).
- 62 GP20, [Submissão da Iniciativa GP20 ao Painel de Alto Nível do Secretário-Geral da ONU sobre Deslocamento Interno](#) (8 de maio de 2020): p. 7 (inglês). O resumo de políticas do GP20 de 2021 também reconhece que, devido ao caráter genérico da definição do IASC, deve ser aplicado considerando a situação e o contexto específicos e complementar orientações operacionais mais detalhadas adotadas por atores humanitários e de desenvolvimento ou autoridades nacionais e locais. GP20, [Dez Anos desde IASC Quadro de Soluções Duráveis](#), Resumo de Políticas (maio de 2021): p.4 (inglês).
- 63 Megan Bradley, 'Durable Solutions and the Right of Return for IDPs: Evolving Interpretations' ['Soluções duráveis e o direito de retorno para deslocados internos: interpretações em evolução'], *International Journal of Refugee Law* 30, no. 2 (2018), pp. 218–242 (inglês).
- 64 O Banco Mundial defende a definição de soluções duráveis "como o ponto em que os deslocados internos vivem em condições semelhantes às do resto da população". Banco Mundial, 'Issues for Consideration by the High-Level Panel on Internal Displacement' ['Questões para consideração do painel de alto nível sobre deslocamento interno'], p. 4 (inglês). Em algumas situações, as políticas governamentais criam incentivos para que continuem a ser contabilizados como deslocados mesmo depois de alcançada uma solução. Por exemplo, um exercício de perfil de pessoas deslocadas internamente na região de Luhansk, na Ucrânia, observou que, embora muitas pessoas deslocadas internamente percebessem que estavam integradas, as políticas governamentais exigiam que elas mantivessem sua condição de deslocados internos para ter

...PARTE III: **Soluções – Um Registro Desigual...**

acesso a pensões e outros benefícios sociais. Conselho Norueguês de Refugiados e Serviço Conjunto de Perfis de IDP, [Perfil da situação de IDP na região de Luhansk, Ucrânia – Abordagem baseada em dados para soluções duráveis](#), Relatório (dezembro de 2020): p. 25 (inglês).

- 65 O ACNUR estimou o número de refugiados por região a partir de 1950, com números anuais mais precisos de refugiados disponíveis por países de origem e asilo a partir de 1980. Os números anuais de reassentamento tornaram-se disponíveis a partir de 1959. A partir da década de 1980, os conjuntos de dados do ACNUR incluem dados governamentais sobre o número anual de refugiados que os governos reassentaram, incluindo, mas não se limitando a, refugiados encaminhados pelo ACNUR. Desde 2003, o ACNUR mantém estatísticas anuais sobre as atividades de reassentamento do ACNUR, como envios aos países de reassentamento e partidas anuais.
- 66 Em 1998, o Centro de Monitoramento de Deslocamento Interno (IDMC/[Internal Displacement Monitoring Centre](#)) foi estabelecido como parte do Conselho Norueguês de Refugiados para fornecer dados e análises abrangentes sobre situações de deslocamento interno. O IDMC fornece anualmente um Relatório Global sobre Deslocamento Interno (GRID/[Global Report on Internal Displacement](#)), que inclui um repositório de dados e análises sobre deslocamento interno. A consolidação dos dados do ACNUR coletados por meio de suas atividades estatísticas anuais, dados fornecidos pela Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina no Oriente Próximo (UNRWA) e dados fornecidos pelo IDMC sobre pessoas deslocadas dentro de seu país devido a conflitos ou violência estão disponíveis em: ACNUR, [Refugee Data Finder](#) (inglês). Para mais informações sobre a disponibilidade de dados, consulte: ACNUR, 'Metodologia'/'[Methodology](#)', website
- 67 Entre os desafios está que as definições nacionais para pessoas deslocadas internamente não são uniformes e podem ser politicamente motivadas (por exemplo, reconhecer apenas pessoas deslocadas por certos atores e não por outros). Além disso, existem desafios significativos de coleta de dados em áreas frágeis e afetadas por conflitos que podem levar a sub e supernotificações. Ver: Banco Mundial, 'Issues for Consideration by the High-Level Panel on Internal Displacement' ['Questões para consideração do painel de alto nível sobre deslocamento interno']. Geralmente, a compilação de estatísticas de retorno de refugiados e deslocamentos internos é complexa devido a diferenças na disponibilidade, pontualidade, qualidade e comparabilidade das estatísticas recebidas de diferentes fontes. Para mais informações sobre a disponibilidade de dados, ver: ACNUR, [Metodologia](#) (inglês); ACNUR [Anuário Estatístico 2010](#) (2011), pp. 15–20 (inglês).
- 68 ACNUR, 'Global Trends' ['Tendências Globais'] (2019): p. 54 (inglês).
- 69 Ibid., p. 54.
- 70 Embora não formalmente vinculantes, as [Conclusões sobre Proteção Internacional](#) (inglês) são relevantes para a interpretação do regime de proteção internacional. Constituem expressões de opinião amplamente representativas dos pontos de vista da comunidade internacional.
- 71 ACNUR, [Uma compilação temática das conclusões do Comitê Executivo \(7ª edição\)](#) (junho de 2014) (inglês). O Comitê Executivo é composto por 104 Estados eleitos para o Comitê pelo Conselho Econômico e Social das Nações Unidas.

...PARTE III: Soluções – Um Registro Desigual...

- 72 ACNUR, [Refugee Data Finder](#) (inglês).
- 73 Sadako N. Ogata, *The Turbulent Decade: Confronting the Refugee Crises of the 1990s* [‘A Década Turbulenta: Enfrentando a Crise dos Refugiados dos Anos 1990’] (New York: W.W. Norton & Co, 2005): p. 277 (inglês).
- 74 ACNUR, [Refugee Data Finder](#). Os dados disponíveis sobre retornos de refugiados durante este período são provavelmente subestimados, pois os dados sobre retornos só se tornaram disponíveis em 1965 e estavam disponíveis apenas parcialmente até a década de 1990. Como mencionado anteriormente, o número de deslocados internos que retornaram neste período não é conhecido.
- 75 Ver: Parte I.
- 76 ACNUR, *The State of The World’s Refugees 2000: Fifty Years of Humanitarian Action* [‘A Situação dos Refugiados no Mundo 2000: Cinquenta Anos de Ação Humanitária’] (NY: Oxford University Press, 2000): pp. 41–42 (inglês).
- 77 De acordo com Gil Loescher, isso ajudou a conquistar a confiança dos Estados africanos que estavam então abertos à orientação normativa do ACNUR. Gil Loescher, *The UNHCR and World Politics: A Perilous Path* [‘O ACNUR e a política mundial: um caminho perigoso.’] (Oxford: Oxford University Press, 2001): pp. 107–109 (inglês).
- 78 Após os Acordos de Dayton que concluíram a Guerra da Bósnia, o retorno dos refugiados não teve destaque nos acordos de paz. Os acordos de paz são o culminar das negociações. O retorno e a reintegração sustentável são processos contínuos que estão sujeitos a muitas variáveis por períodos de tempo indeterminados. As partes de um acordo de paz podem não ser as mesmas partes necessárias para estabelecer termos e condições para o retorno de refugiados.
- 79 Para mais sobre a crise argelina, ver: ACNUR, *The State of The World’s Refugees 2000* [‘A Situação dos Refugiados no Mundo 2000’], pp. 41–43 (inglês).
- 80 Loescher, *The UNHCR and World Politics* [‘O ACNUR e a política mundial’], pp. 107–108 (inglês).
- 81 Para as diferentes percepções e terminologia sobre a guerra, ver: Anam Zakaria, [Relembrando a Guerra de 1971 no Paquistão do Leste](#), *Al Jazeera* (16 de janeiro de 2016) (inglês).
- 82 Willem van Schendel, ‘Pakistan Falls Apart’ [‘O Paquistão desmorona’], in *A History of Bangladesh* [‘Uma História de Bangladesh’] (Cambridge: Cambridge University Press, 2009): pp. 121–130 (inglês).
- 83 Conforme descrito por Gary Bass em seu livro sobre esses eventos e a resposta dos EUA, foi um “massacre” que “nos anais sombrios da crueldade moderna.. classifica-se como tão sangrento quanto o da Bósnia, e, segundo alguns relatos, na mesma liga que Ruanda”. Gary J. Bass, *The Blood Telegram* [‘O Telegrama de Sangue’] (NY: Penguin Random House, 2014): p. xiii (inglês).
- 84 ACNUR, *The State of The World’s Refugees 2000* [‘A Situação dos Refugiados no Mundo 2000’], p. 61 (inglês). As estimativas do número de mortes variam. O número oficial de Bangladesh é de 3 milhões,

...PARTE III: Soluções – Um Registro Desigual...

embora o Departamento de Estado dos Estados Unidos estimou 200.000, o que, de acordo com Gary Bass, é conservador. Gary Bass, [Olhando para Longe do Genocídio](#), *The New Yorker* (19 November 2013) (inglês).

- 85** Loescher, *'The UNHCR and World Politics'* ['O ACNUR e a política mundial'], pp. 159–160 (inglês).
- 86** O ACNUR também coordenou em nome das Nações Unidas os esforços humanitários em apoio ao intercâmbio de populações entre Paquistão, Índia e Bangladesh. Este exercício de repatriação foi englobado no Acordo de Nova Deli, assinado em 1993 pelo Paquistão, Índia e Bangladesh. Previa o repatriamento de prisioneiros de guerra paquistaneses e internos civis na Índia, todos bengalis no Paquistão e não bengalis em Bangladesh que optaram por se mudar para o Paquistão. Mais de 230.000 pessoas foram beneficiadas com este acordo. Para mais informações sobre isso e o afluxo de refugiados para a Índia, veja: ACNUR, 'Rupture in South Asia' ['Ruptura no Sul da Ásia'], em *'The State of The World's Refugees 2000'* ['A Situação dos Refugiados no Mundo 2000'], pp. 59–74 (inglês).
- 87** O ACNUR e o CICV também apoiaram a transferência de mais de 200.000 pessoas que se viram "presas em estados dos quais não queriam mais fazer parte". Estes incluíam bengalis no Paquistão e biharis em Bangladesh. ACNUR, *'The State of The World's Refugees 2000'* ['A Situação dos Refugiados no Mundo 2000'], pp. 71–74 (inglês).
- 88** Observe, no entanto, que os falantes de urdu de Bangladesh, que constituíam uma minoria privilegiada antes da guerra, foram confinados em campos nos 40 anos que se seguiram à guerra, sem reconhecimento de sua identidade legal e direitos associados. Para saber mais sobre a resolução de sua situação por meio da concessão de cidadania reconhecida, veja: Ninette Kelley, 'Ideas, Interests, and Institutions: Conceding Citizenship in Bangladesh' ['Ideias, Interesses e Instituições: Concedendo Cidadania em Bangladesh'], *The University of Toronto Law Journal* 60, 2 (2010): pp. 349–371 (inglês).
- 89** ACNUR, *'The State of The World's Refugees 2000'* ['A Situação dos Refugiados no Mundo 2000'], p. 75 (inglês); Katy Long, *'The Point of No Return: Rights, Refugees, and Repatriation'* ['O ponto sem retorno: direitos, refugiados e repatriação'] (Oxford: Oxford University Press, 2013), pp. 90–91 (inglês); Loescher, *'The UNHCR and World Politics'* ['O ACNUR e a política mundial'], pp. 224–225 (inglês).
- 90** Long, *'The Point of No Return'* ['O ponto sem retorno'], pp. 90–91 (inglês); Loescher, *'The UNHCR and World Politics'* ['O ACNUR e a política mundial'], pp. 224–225 (inglês).
- 91** Discutido posteriormente nesta Parte.
- 92** Discutido mais adiante em Reassentamento nesta Parte.
- 93** Loescher, *'The UNHCR and World Politics'* ['O ACNUR e a política mundial'], pp. 210–211 (inglês).
- 94** Ibid., p. 213.
- 95** Ibid., pp. 210–13.
- 96** Outros movimentos de retorno pós-independência durante a década de 1970 que foram igualmente assistidos, mas em escala muito menor, foram para a Guiné-Bissau (51.000 pessoas), Angola (86.000 pessoas) e Moçambique (59.000 pessoas). ACNUR, [Refugee Data Finder](#) (inglês).

...PARTE III: Soluções – Um Registro Desigual...

- 97 ACNUR, [Refugee Data Finder](#) (inglês). Loescher, 'The UNHCR and World Politics' ['O ACNUR e a política mundial'], pp. 149–150 (inglês).
- 98 O conflito entre o sul e o norte continuaria até que o sul alcançasse a independência em 2011. A paz, no entanto, durou pouco: em dois anos, o novo país mergulhou em uma prolongada guerra civil, causando deslocamentos forçados em massa. Em outras partes do Sudão, outra rebelião em Darfur eclodiu em 2003, também levando ao deslocamento em massa e à fragilidade contínua, exigindo a presença contínua de uma operação de paz da União Africana e da ONU até o final de 2020.
- 99 ACNUR, [Refugee Data Finder](#) (inglês).
- 100 ACNUR, 'Chapter 5: Proxy Wars in Africa, Asia and Central America' ['Guerras por Procuração na África, Ásia e América Central'] em 'The State of The World's Refugees 2000' ['A Situação dos Refugiados no Mundo 2000'], pp. 106–107 (inglês).
- 101 Ibid., p. 110.
- 102 Jeff Crisp, 'The Politics of Repatriation: Ethiopian Refugees in Djibouti, 1977– 83' ['A Política de Repatriação: Refugiados Etiópes em Djibuti, 1977–83'], *Review of African Political Economy* 30 (1984): pp. 73–82 (inglês).
- 103 ACNUR, 'The State of the World's Refugees 2000' ['A Situação dos Refugiados no Mundo 2000'], p. 115 (inglês). As circunstâncias que levaram a este êxodo são discutidas na Parte II.
- 104 Long, 'The Point of No Return' ['O ponto sem retorno'], pp. 98–99 (inglês).
- 105 Na revisão de Barbara Hendrie sobre o movimento de retorno, ela escreve que o ACNUR não participou formalmente devido à ausência de acordo do governo etíope, a falta de apoio dos Estados Unidos e porque o ACNUR não tinha informações suficientes ou acesso a áreas de retorno nem apreciação plena das habilidades de enfrentamento dos Tigrínios. Barbara Hendrie, 'The Politics of Repatriation: The Tigrayan Refugee Repatriation 1985–1987' ['A Política de Repatriação: A Repatriação de Refugiados Tigríneos 1985–1987'], *Journal of Refugee Studies* 4, no. 2 (1991): pp. 200–218 (inglês).
- 106 ACNUR, [Manual de Lições Selecionadas Aprendidas no Campo: Operações de Refugiados e Gestão Ambiental](#) (dezembro de 2002): p. 12 (inglês); Hendrie observa que inicialmente os homens retornaram e suas famílias seguiram à medida que a produção agrícola melhorou. Hendrie, 'The Politics of Repatriation' ['A Política de Repatriação'], p. 204 (inglês).
- 107 Anistia Internacional, [Etiópia: Resposta Internacional Fraca à Guerra do Tigré Alimenta Violações Hediondas nos Últimos Seis Meses](#), Comunicado à Imprensa (4 de maio de 2021) (inglês).
- 108 Antes do conflito, a região do Tigré abrigava cerca de 100.000 deslocados internos etíopes. Em março de 2021, o número de deslocados internos no Tigré aumentou para cerca de 1 milhão de pessoas. Alguns sugerem que esta é apenas uma estimativa, pois o acesso à região foi restrito. Além disso, mais de 63.000 etíopes fugiram para o Sudão em abril de 2021. ACNUR, [Situação da Etiópia \(Região do Tigré\) Atualização Regional nº 15](#), Relatório de Situação (5 de maio de 2021): pp. 1, 3 (inglês); ACNUR, [Situação da Etiópia – Resposta de Emergência do Tigré](#), Portal de Dados Operacionais (inglês).

...PARTE III: Soluções – Um Registro Desigual...

- 109** ACNUR, [Refugee Data Finder](#) (inglês). Em 1989, o número de refugiados de Uganda no Sudão havia diminuído para pouco mais de 9.000.
- 110** Jeff Crisp, 'Ugandan Refugees in Sudan and Zaire: The Problem of Repatriation' ['Refugiados de Uganda no Sudão e no Zaire: o problema da repatriação'], *African Affairs* 85, no. 339 (1986): p. 174 (inglês). Ele observa que a assistência alimentar foi cortada no sul do Sudão e que a fome e a falta de assistência médica estavam entre os motivos do retorno. Ele também escreve que retornaram mais do Zaire (agora República Democrática do Congo) do que do Sudão.
- 111** IDMC, [Uganda: Foco muda para garantir soluções duráveis para deslocados internos](#), Perfil de Deslocamento Interno (3 de novembro de 2008): p. 9 (inglês).
- 112** Entre 1980 e 1989, quase 568.000 refugiados ugandenses retornaram, segundo dados do ACNUR. ACNUR, [Refugee Data Finder](#) (inglês). No entanto, várias fontes indicam que a coleta de dados precisos era difícil na época e os números devem, portanto, ser considerados apenas indicativos. Sobre esta questão, ver, por exemplo: Crisp, 'Ugandan Refugees in Sudan and Zaire' ['Refugiados de Uganda no Sudão e no Zaire'] (inglês). Para mais informações sobre o deslocamento de Uganda neste momento, veja: Lucy Hovil, [Políticas de Refugiados de Uganda: A História, a Política, o Caminho a Seguir](#), Documento de Política, International Refugee Rights Initiative (outubro de 2018): pp. 4–5 (inglês).
- 113** ACNUR, [Refugee Data Finder](#) (inglês).
- 114** Penelope Mathew e Tristan Harley, *'Refugees, Regionalism and Responsibility'* ['Refugiados, Regionalismo e Responsabilidade'] (Cheltenham, UK: Edward Elgar Publishing Ltd, 2016): p. 165 (inglês).
- 115** Alexander Betts observa que "as únicas contribuições significativas dos doadores foram feitas com base em interesses estratégicos e de política externa mais amplos, com os Estados Unidos, por exemplo, direcionando a maioria de suas contribuições para "seus aliados estratégicos nos conflitos por procuração da Guerra Fria na África". Alexander Betts, *'Protection by Persuasion: International Cooperation in the Refugee Regime'* ['Proteção por Persuasão: Cooperação Internacional no Regime de Refugiados'] (Ithaca, NY: Cornell University Press, 2009): pp. 65–66 (inglês). Mathew e Harley observam que esses aliados incluíam Angola e Sudão, Mathew e Harley, *'Refugees, Regionalism and Responsibility'* ['Refugiados, Regionalismo e Responsabilidade'], p. 172 (inglês).
- 116** Assembleia Geral da ONU, Resolução 37/197, [Conferência Internacional sobre Assistência aos Refugiados na África](#) (18 de dezembro de 1982), UN Doc A/RES/37/197, para. 5 (inglês).
- 117** Kate Milner lembra como os principais doadores foram criticados por sua lenta resposta inicial para ajudar um regime comunista cujas políticas contribuíram para a grande crise. Kate Milner, [Flashback 1984: Retrato de uma Fome](#), *BBC News* (6 Abril 2000) (inglês).
- 118** Esta e a seguinte avaliação podem ser encontradas em Robert F. Gorman, *'Coping With Africa's Refugee Burden: A Time for Solutions'* ['Enfrentando o Encargo dos Refugiados da África: um tempo para soluções'] (Leiden: Martinus Nijhoff Publishers, 1987): pp. 24–30 (inglês).

...PARTE III: Soluções – Um Registro Desigual...

- 119** Em 2017, a Assembleia Geral solicitou ao ACNUR que “coordenasse um esforço para medir o impacto decorrente do acolhimento, proteção e assistência aos refugiados, com o objetivo de avaliar as lacunas na cooperação internacional e promover o compartilhamento de encargos e responsabilidades mais equitativos e sustentáveis, e começar a relatar os resultados aos Estados Membros em 2018”. Afirmado no próximo ano no Pacto Global sobre Refugiados, para. 103 (inglês).
- 120** Robert F. Gorman, ‘*Coping With Africa’s Refugee Burden*’ [‘Enfrentando o Encargo dos Refugiados da África’], pp. 24–25 (inglês); Robert F. Gorman, ‘Beyond ICARA II: Implementing Refugee-Related Development Assistance’, *International Migration Review* 20 [‘Implementando a Assistência ao Desenvolvimento Relacionada a Refugiados’, *Revisão de Migração Internacional* 20’], no. 2 (março de 1986): p. 288 (inglês).
- 121** A Assembleia Geral solicitou ao ACNUR que coordenasse os esforços para medir o impacto decorrente do acolhimento, proteção e assistência aos refugiados como parte dos compromissos mais amplos do Pacto Global sobre Refugiados em relação ao compartilhamento de ônus aprimorado. Para tanto, o ACNUR, com o apoio do Banco Mundial e em consulta com vários Estados membros, vem trabalhando para desenvolver uma abordagem e uma metodologia comuns para medir o impacto. Existem muitos desafios, entre os quais a disponibilidade de dados sólidos comparáveis e a dificuldade em isolar os impactos causados pelos refugiados nas comunidades anfitriãs de outras causas, incluindo conflitos vizinhos. Para mais informações sobre este trabalho em andamento, veja: ACNUR, [Medição do Impacto de Hospedar, Proteger e Assistir Refugiados](#), Relatório de Progresso (1 de julho de 2020) (inglês).
- 122** Robert F. Gorman, ‘Beyond ICARA II’ [Além do ICARA II], pp. 288–289 (inglês).
- 123** Evidente no Pacto Global sobre Refugiados e discutido com mais detalhes na Parte V.
- 124** ACNUR, [Refugee Data Finder](#) (inglês).
- 125** ACNUR, [Refugee Data Finder](#) (inglês).
- 126** Ogata, ‘*The Turbulent Decade*’ [‘A Década Turbulenta’], pp. 285–286 (inglês).
- 127** ACNUR, ‘Going Home: Voluntary Repatriation’ [‘Indo pra Casa: repatriação voluntária’], em ‘*The State of The World’s Refugees 1993: The Challenge of Protection*’ [‘A Situação dos Refugiados no Mundo 1993: O Desafio da Proteção’] (NY: Penguin, 1993): p. 104 (inglês).
- 128** Conselho de Segurança da ONU, [Ato Final da Conferência de Paris sobre o Camboja](#) (30 de outubro de 1991), UN Doc S/23177, art. 20 (inglês).
- 129** Long, ‘*The Point of No Return*’ [‘O ponto sem retorno’], p. 123 (inglês); Loescher, ‘*The UNHCR and World Politics*’ [‘O ACNUR e a política mundial’], pp. 281–282 (inglês).
- 130** Vários fatores ajudaram a estabilizar o país, incluindo a retomada da ajuda internacional após as eleições supervisionadas pelas Nações Unidas em 1993, que ajudaram a atrair investimentos estrangeiros diretos e a recuperação econômica. O retorno do príncipe Sihanouk ao Camboja foi uma influência estabilizadora,

...PARTE III: **Soluções – Um Registro Desigual...**

ajudando a curar o trauma das décadas anteriores. Embora tenha sido afastado por um golpe de estado em 1997 pelo primeiro-ministro Hun Sen, o país não experimentou um novo conflito armado interno. Sokty Chhair e Luyna Ung, [História Econômica da Industrialização no Camboja](#), Documento de Trabalho No. 2013/134, UNU-Wider (2013) (inglês); Hal Hill e Jayat Menon, [Camboja: Crescimento Rápido com Restrições Institucionais](#), Documento de Trabalho 331, Banco de Desenvolvimento da Ásia (janeiro de 2013) (inglês). Os estudiosos examinaram o impacto do acordo de paz e, especificamente, as lições aprendidas que podem ter influência na evolução do governo de partido único e da agitação política em tempos mais recentes. Veja, por exemplo: United States Institute for Peace, [Lições dos Acordos de Paz de Paris do Camboja para a Agitação Política de Hoje](#), Resumo (16 de maio de 2017) (inglês). Veja também: Hal Hill e Jayat Menon, 'Cambodia: Rapid Growth with Institutional Constraints' ['Camboja: crescimento rápido com restrições institucionais'] (inglês).

- 131 Loescher, *'The UNHCR and World Politics'* ['O ACNUR e a política mundial'], pp. 284–286 (inglês); ACNUR, [Refugee Data Finder](#) (inglês).
- 132 UNHCR, [Refugee Data Finder](#) (inglês).
- 133 Loescher, *'The UNHCR and World Politics'* ['O ACNUR e a política mundial'], pp. 224–225 (inglês); Long, *'The Point of No Return'* ['O ponto sem retorno'], pp. 123–25 (inglês).
- 134 ONU, [Crise de Refugiados Rohingya é um "Pesadelo dos Direitos Humanos"](#), [Chefe da ONU diz ao Conselho de Segurança](#), *UN News* (28 de setembro de 2017) (inglês).
- 135 ACNUR, [Refugee Data Finder](#) (inglês).
- 136 ACNUR, *'The State of The World's Refugees 2000'* ['A Situação dos Refugiados no Mundo 2000'], p. 212 (inglês).
- 137 Ogata, *'The Turbulent Decade'* ['A Década Turbulenta'], p. 28 (inglês).
- 138 Conselho de Segurança da ONU, [Resolução 688](#) (5 de abril de 1991), UN Doc S/RES/688(1991) (inglês).
- 139 A Coalizão foi estabelecida após uma resolução do Conselho de Segurança de 1990 autorizando os Estados a usar "todas as medidas necessárias" para forçar a retirada do Iraque do Kuwait. UNSC, [Res. 678](#) (29 de novembro 1990), UN Doc S/RES/678(1990) (inglês).
- 140 De acordo com o [Refugee Data Finder](#) do ACNUR, um total de 1,3 milhão de pessoas retornou ao Iraque em 1991. Veja também: ACNUR, *'The State of The World's Refugees 2000'* ['A Situação dos Refugiados no Mundo 2000'], pp. 213–218 (inglês).
- 141 ACNUR, *'The State of The World's Refugees 2000'* ['A Situação dos Refugiados no Mundo 2000'], p. 213 (inglês); Long, *'The Point of No Return'* ['O ponto sem retorno'], pp. 107–109 (inglês).
- 142 Em seu livro, Gil Loescher também observa que a experiência levou o ACNUR a melhorar seus mecanismos de preparação e resposta a emergências, incluindo cadeia de suprimentos e armazenamento. Dada

...PARTE III: Soluções – Um Registro Desigual...

a influência da mídia nesse período, também levou a maiores investimentos em comunicação pública. Loescher, *'The UNHCR and World Politics'* ['O ACNUR e a política mundial'], pp. 290–291 (inglês).

143 ACNUR, [Refugee Data Finder](#) (inglês).

144 A região dos Grandes Lagos na África inclui Burundi, a República Democrática do Congo e a Tanzânia.

145 Ogata, *'The Turbulent Decade'* ['A Década Turbulenta'], p. 176 (inglês).

146 Um total de 1,2 milhão de refugiados retornou ao Ruanda de Burundi, Tanzânia, Uganda e Zaire em 1994. ACNUR, [Refugee Data Finder](#). Para mais informações sobre este movimento, ver: ACNUR, *'The State of The World's Refugees 2000'* ['A Situação dos Refugiados no Mundo 2000'], pp. 245–273 (inglês).

147 Aqueles que cruzaram fronteiras para fugir foram para o Zaire, Tanzânia, Burundi e Uganda. Ogata, *'The Turbulent Decade'* ['A Década Turbulenta'], p. 189 (inglês).

148 Long, *'The Point of No Return'* ['O ponto sem retorno'], p. 127 (inglês).

149 Um relatório encomendado pelo ACNUR por Robert Gersony para avaliar as condições de repatriação e reintegração descobriu que entre 5.000 e 10.000 pessoas foram mortas a cada mês do final de abril a julho de 1994. Ogata, *'The Turbulent Decade'* ['A Década Turbulenta'], pp. 190–195 (inglês).

150 ACNUR, *'The State of The World's Refugees 2000'* ['A Situação dos Refugiados no Mundo 2000'], p. 250 (inglês).

151 Em 1994, cerca de 12.000 refugiados ruandeses morreram em Goma, no leste do Zaire. A. K. Siddique et al., 'Why Treatment Centres Failed to Prevent Cholera Deaths among Rwandan Refugees in Goma, Zaire' ['Por que os Centros de Tratamento Falharam em Prevenir Mortes por Cólera entre Refugiados de Ruanda em Goma, Zaire'], *The Lancet* 345, no. 8946 (1995): p. 359 (inglês).

152 Uma tentativa inicial de apoiar o desdobramento de uma força de segurança especial zairense dentro dos campos trouxe um pouco de ordem. Mas isso durou relativamente pouco por várias razões, incluindo divisões políticas e corrupção, e a impunidade dentro dos campos continuou.

153 Kisangani N. F. Emizet, 'The Massacre of Refugees in Congo: A Case of UN Peacekeeping Failure and International Law' ['O Massacre de Refugiados no Congo: Um Caso de Falha na Manutenção da Paz da ONU e Direito Internacional'], *The Journal of Modern African Studies* 38, no. 2 (2000): pp. 168–169 (inglês).

154 *Ibid.*, pp. 168–169.

155 AGNU, [Relatório da Missão Conjunta Encarregada de Investigar Alegações de Massacres e Outras Violações de Direitos Humanos que Ocorrem no Leste do Zaire \(agora República Democrática do Congo\) desde setembro de 1996](#) (2 de julho de 1997): paras. 38–76 (inglês); Emizet, 'The Massacre of Refugees in Congo' ['O Massacre de Refugiados no Congo'], p. 163 (inglês).

...PARTE III: Soluções – Um Registro Desigual...

- 156 Ray Wilkinson, 'Cover Story: Heart of Darkness' [Matéria de capa: Coração das Trevas], *Refugees Magazine* 110; 'Crisis in the Great Lakes' [Crise nos Grandes Lagos], ACNUR (1997) (inglês).
- 157 ACNUR, [Refugee Data Finder](#) (inglês). Em maio de 1997, o governo de Mobutu caiu.
- 158 No final daquele ano, mais de meio milhão de refugiados haviam retornado da Tanzânia para Ruanda. ACNUR, [Refugee Data Finder](#) (inglês). Para saber mais sobre esse movimento de retorno, veja: Ogata, 'The Turbulent Decade' [A Década Turbulenta], pp. 253–255 (inglês); Long, 'The Point of No Return' [O ponto sem retorno], pp. 130–131 (inglês).
- 159 O campo de Kibeho detinha mais de 80.000 refugiados hutus com medo de serem mortos em ataques de vingança caso voltassem para casa. Segundo o governo ruandês, o campo abrigou os responsáveis pelo genocídio. Anunciou que o campo seria fechado e todos os residentes do campo passariam por triagem para estabelecer possível culpabilidade no genocídio. As tensões se intensificaram e os suprimentos de comida e água se esgotaram. Gérard Prunier, 'Africa's World War: Congo, the Rwandan Genocide, and the Making of a Continental Catastrophe' [A Guerra Mundial da África: Congo, o Genocídio de Ruanda e a Formação de uma Catástrofe Continental] (Oxford: Oxford University Press, 2009): pp. 37–72 (inglês). Segundo relato do jornalista Joshua Hammer, houve tiroteio quando alguns tentaram fugir da triagem. Joshua Hammer, [Ele foi o herói do "Hotel Ruanda". Agora ele é acusado de terrorismo](#), *The New York Times* (2 de março de 2021) (inglês).
- 160 Sucessivos assassinatos de trabalhadores humanitários internacionais e a resposta também ilustraram a precariedade da situação. Três trabalhadores humanitários espanhóis foram mortos por milicianos hutus no noroeste de Ruanda em janeiro de 1997. Trezentas pessoas foram mortas pelo exército ruandês na tentativa de prender os suspeitos. No mês seguinte, cinco observadores de direitos humanos da ONU foram assassinados em Cyangugu, levando a ONU a retirar seus trabalhadores humanitários da região ocidental. Anistia Internacional, [Ruanda: Acabando com o Silêncio](#), (25 de setembro de 1997): p. 19 (inglês).
- 161 Human Rights Watch, [Refúgio Incerto: Falhas Internacionais na Proteção dos Refugiados](#), Relatório (abril de 1997): p. 4 (inglês); Anistia Internacional, [Ruanda: direitos humanos negligenciados no repatriamento em massa](#), Relatório (janeiro de 1997) (inglês); Anistia Internacional, [Região dos Grandes Lagos: ainda precisando de proteção: repatriação, repulsão e segurança dos refugiados e deslocados internos](#), Relatório (janeiro de 1997); Anistia Internacional, [Ruanda: delegados da Anistia de volta de Ruanda relatam nova onda de abusos dos direitos humanos](#), Comunicado de Imprensa (19 de fevereiro de 1997) (inglês).
- 162 Em 1997, a Alta Comissária da ONU para Refugiados, Sadako Ogata, reconheceu isso quando admitiu que: "O ACNUR enfrenta pressões crescentes para apoiar a repatriação que não é estritamente voluntária nem estritamente segura. Ou a segurança no país de asilo não pode ser garantida, devido a conflitos armados ou insegurança, ou porque o asilo está sendo retirado pelo governo de acolhida. Embora possa haver problemas em casa, voltar para casa em tais circunstâncias pode ser melhor do que ficar" Citado em ACNUR, 'The State of The World's Refugees: A Humanitarian Agenda 1997–1998' [A Situação dos Refugiados no Mundo: Uma Agenda Humanitária 1997–1998], (New York: Oxford University Press, 1997): p. 91 (inglês).
- 163 Alexander Betts, Gil Loescher, e James Milner, ACNUR, 'The Politics and Practice of Refugee Protection' [A Política e a Prática de Proteção aos Refugiados] (Abingdon, UK: Routledge, 2011): p. 51 (inglês).

...PARTE III: Soluções – Um Registro Desigual...

- 164** Loescher, *'The UNHCR and World Politics'* ['O ACNUR e a política mundial'], pp. 282–283 (inglês); ACNUR, [Refugee Data Finder](#) (inglês).
- 165** UNSC, [Acordo Geral de Paz para Moçambique](#) (8 de outubro de 1992), UN Doc S/24635 (inglês).
- 166** Operação das Nações Unidas em Moçambique (ONUMOZ, Português), que terminou em janeiro de 1995.
- 167** Jeff Crisp et al., 'Rebuilding a War-Torn Society: A Review of the UNHCR Reintegration Programme for Mozambican Returnees' ['Reconstruindo uma sociedade devastada pela guerra: uma revisão do programa de reintegração do ACNUR para os retornados moçambicanos'], *Refugee Survey Quarterly* 16, 2 (1997): pp. 24–71 (inglês).
- 168** Crisp et al., 'Rebuilding a War-Torn Society' ['Reconstruindo uma sociedade devastada pela guerra'], pp. 24–25 (inglês). Eles também descobriram que a presença do ACNUR em todo o país ajudou a construir confiança em contrapartida, além de desempenhar um papel na resolução de disputas locais, pp. 38, 54.
- 169** Crisp et al., 'Rebuilding a War-Torn Society' ['Reconstruindo uma sociedade devastada pela guerra'], p. 31 (inglês).
- 170** O ACNUR havia indicado previamente que eles seriam reconhecidos *prima facie*, mas os Estados receptores estavam relutantes em fazê-lo. Os números são a melhor estimativa. Aristide R. Zolberg, Astri Suhrke, e Sergio Aguayo, *'Escape from Violence: Conflict and the Refugee Crisis in the Developing World'* ['Fuga da Violência: Conflito e Crise de Refugiados no Mundo em Desenvolvimento'] (New York: Oxford University Press, 1989): p. 212 (inglês); José H. Fischel de Andrade, 'The 1984 Cartagena Declaration: A Critical Review of Some Aspects of Its Emergence and Relevance' ['A Declaração de Cartagena de 1984: uma revisão crítica de alguns aspectos de seu surgimento e relevância.'], *Refugee Survey Quarterly* 38, no. 4 (1 de dezembro de 2019): pp. 345, 348 (inglês); ACNUR, *'The State of The World's Refugees 2000'* ['A Situação dos Refugiados no Mundo 2000'], p. 136 (inglês).
- 171** CIREFCA, [Declaração e Plano de Ação Concertado em Favor dos Refugiados, Retornados e Deslocados da América Central](#) (30 de maio de 1989), CIREFCA 89/13/Rev.1, I: Declaração, para. 22 (inglês).
- 172** CIREFCA, 'Declaration and Concerted Plan of Action, II: Plan of Action' ['Declaração e Plano de Ação Concertado, II: Plano de Ação'], paras. 21–23 (inglês).
- 173** Alexander Betts, [Planos de Ação Abrangentes: Insights do CIREFCA e do CPA da Indochina](#), Documento de Trabalho 120, *New Issues in Refugee Research*, ACNUR (2006): p. 15 (Inglês).
- 174** *Ibid.*, pp. 10–11.
- 175** A Comunidade Econômica Europeia contribuiu com US\$ 115 milhões. Além disso, a Itália foi o maior doador bilateral fornecendo mais de US\$ 115 milhões para projetos de desenvolvimento, seguido pela Suécia, que prometeu US\$ 60 milhões. Os Estados Unidos, tão proeminentes no CPA, optaram por privilegiar seu processo bilateral em detrimento dos processos multilaterais. Isso foi impulsionado, em parte, por suas alianças políticas, com o apoio à Nicarágua aumentando depois que os sandinistas perderam a eleição de

...PARTE III: Soluções – Um Registro Desigual...

1990. ACNUR, '[Revisão do Processo CIREFCA](#)', Relatório de Avaliação (1 de maio de 1994) (inglês); Betts, 'Comprehensive Plans of Action' ['Planos de Ação Abrangentes'], pp. 11, 27–28, 52–53 (inglês); Mathew and Harley, '*Refugees, Regionalism and Responsibility*' ['Refugiados, Regionalismo e Responsabilidade'], p. 178 (inglês).

176 ACNUR, [Refugee Data Finder](#) (inglês).

177 Ron Redmond, [O Lado Humano do CIREFCA](#), *Refugees Magazine* 99, ACNUR (1995) (inglês). As ONGs ganharam mais destaque e implementaram cerca de 40% de todo o financiamento de projetos recebido. Ver: Betts, 'Comprehensive Plans of Action' ['Planos de Ação Abrangentes'], p. 15 (inglês). De acordo com Betts, isso foi importante porque os Estados da região tradicionalmente relutavam em reconhecer o papel da sociedade civil ou de agentes não estatais.

178 Parte dessa falha foi atribuída às principais organizações internacionais: ACNUR e PNUD. Na época, o ACNUR não se considerava um mandato para os deslocados internos e a abordagem do PNUD era geograficamente baseada, concentrando-se em áreas de alta vulnerabilidade e necessidades, que nem sempre incluíam deslocados internos. Ver: Betts, 'Comprehensive Plans of Action' ['Planos de Ação Abrangentes'], pp. 8–10, 12, 18 (inglês). Veja também: Megan Bradley, 'Forced Migration in Central America and the Caribbean' ['Migração forçada na América Central e no Caribe']; '*The Oxford Handbook of Refugee and Forced Migration Studies*' ['O Manual de Oxford Sobre Estudos Sobre Refugiados e Migração Forçada'] (NY: Oxford University Press, 2014): p. 106 (inglês); Arafat Jamal, [Repatriação e reintegração de refugiados na Guatemala: lições aprendidas com a experiência do ACNUR](#), Relatório de Avaliação, UNHCR-EPAU (2000) (inglês); Paula Worby, [Segurança e Dignidade: Acesso à Terra e Refugiados Retornados da Guatemala](#), *Refuge* 19, No 3 (2021): pp. 17–24 (inglês).

179 Betts, 'Comprehensive Plans of Action' ['Planos de Ação Abrangentes'], p. 14 (inglês). De acordo com Betts, o cumprimento das condições normativas de proteção não era uma condição do financiamento do desenvolvimento que o PNUD coordenou e o governo italiano apoiou. Uma oportunidade de usar a alavancagem do financiamento para melhorar as políticas de refugiados foi perdida, pois as políticas restritivas permaneceram em alguns países.

180 O relatório de 1993 da Comissão para El Salvador, aprovado pela ONU, implicou o Estado como responsável por 85% dos abusos de direitos humanos na guerra, incluindo indivíduos nomeados nas forças armadas, no serviço civil e no judiciário. Reinaldo Figueredo Planchart, Belisario Betancur, e Thomas Buergenthal [Da loucura à esperança: a guerra de 12 anos em El Salvador: Relatório da Comissão sobre a Verdade para El Salvador](#) (1 de abril de 1993) UN Doc S/25500, Anexo, p. 43 (inglês). A Comissão da Verdade para a Guatemala, patrocinada pela ONU, também descobriu que 93% das violações generalizadas de direitos humanos na Guatemala foram perpetradas pelo Estado, principalmente o exército, e que mais de 83% das vítimas eram indígenas maias. Comissão de Esclarecimento Histórico, [Guatemala: Memória do Silêncio](#), Relatório (1999): pp. 20, 85 (inglês).

181 Jose Miguel Cruz, 'The Root Causes of the Central American Crisis' ['As Causas de Origem da Crise na América Central'], *Current History* 114, no. 769 (fevereiro de 2015): pp. 43–48 (inglês).

...PARTE III: Soluções – Um Registro Desigual...

- 182** Ibid., pp. 46–48. Estresses econômicos adicionais também contribuíram para a migração da região. Alguns foram causados pelos efeitos adversos das mudanças climáticas, que levaram ao aumento das tempestades e inundações nos últimos anos. Juntamente com outros fatores políticos, sociais e econômicos, eles influenciaram as decisões de migrar para o exterior. Mais recentemente, a pandemia do COVID-19 levou a mais perdas econômicas e, em 2020, dois furacões sucessivos que atingiram a América Central e o México deslocaram cerca de 3 milhões de pessoas. Comitê Internacional de Resgate (IRC), [As tendências de busca de migração apontam para um deslocamento crescente da América Central devido ao COVID, mudanças climáticas e conflitos](#), Comunicado de imprensa (16 de março de 2021) (inglês); The Nansen Initiative, 'Disasters and Cross-Border Displacement in Central America: Emerging Needs, New Responses' ['A Iniciativa Nansen, 'Desastres e Deslocamento Transfronteiriço na América Central: Necessidades Emergentes, Novas Respostas'], Documento de Referência (2013) (inglês); Organização Meteorológica Mundial, '[Perigos Naturais e Redução do Risco de Desastres](#)', website (inglês); Gena Steffens, [Mudanças climáticas forçam guatemaltecos desesperados a migrar](#), *National Geographic* (23 de outubro de 2018) (inglês).
- 183** ACNUR, [Refugee Data Finder](#) (inglês).
- 184** Para saber mais sobre a situação em Kosovo, veja: UNSC, [Res. 1244](#) (10 de junho de 1999), UN Doc S/Res/1244 (1999) (inglês).
- 185** ACNUR, [Refugee Data Finder](#) (inglês). Algumas estatísticas anteriores sugeriram que os números eram maiores, com cerca de 700.000 deslocados para países da Europa Ocidental e 500.000 a 800.000 deslocados para países vizinhos. Ogata, '*The Turbulent Decade*' ['A Década Turbulenta'], pp. 112, 167 (inglês); ACNUR, '*The State of The World's Refugees 2000*' ['A Situação dos Refugiados no Mundo 2000'], p. 219 (inglês).
- 186** Ao relatar o 25º aniversário dos Acordos de Paz de Dayton, *The Economist* descreveu como o país permaneceu profundamente dividido etnicamente e o impacto da estrutura política no aprofundamento das divisões e no impedimento do desenvolvimento econômico. *The Economist*, [Dayton aos 25: após um quarto de século de paz, a Bósnia permanece miserável](#) (21 de novembro de 2020) (inglês).
- 187** A República da Bósnia e Herzegovina, a Federação da Bósnia e Herzegovina e a República Srpska, [Acordo de Paz de Dayton](#) (21 de novembro de 1995), Anexo 7: Acordo sobre Refugiados e Pessoas Deslocadas (inglês).
- 188** Por exemplo, de acordo com Long, as autoridades nacionalistas "cria[ram] incentivos econômicos para "seu" povo se mudar por meio da distribuição muitas vezes ilegal de terrenos para construção e instalações comerciais". A intimidação e o assédio de minorias com impunidade, a presença contínua de criminosos de guerra e três sistemas educacionais que ensinavam histórias diferentes estavam entre os muitos desafios em curso. Long, '*The Point of No Return*' ['O ponto sem retorno'], pp. 113–114 (inglês); Loescher, '*The UNHCR and World Politics*' ['O ACNUR e a política mundial'], p. 323 (inglês).
- 189** Maria Derks-Normandin, [Vinculando paz, segurança e soluções duráveis em uma sociedade multiétnica: o caso de Kosovo](#), relatório (Brookings Institution, 2014): p. i (inglês); Banco Mundial, [População Total: Kosovo](#), Banco de Dados (inglês). Ogata escreve que em meados de maio de 1999, 800.000 haviam fugido

...PARTE III: Soluções – Um Registro Desigual...

externamente e 600.000 estavam deslocados internamente. Ogata, *'The Turbulent Decade'* [‘A Década Turbulenta’], pp. 153 e 161 (inglês). O [Refugee Data Finder](#) do ACNUR mostra números mais baixos porque não leva em conta o deslocamento de curto prazo dentro do ano.

- 190** A presença internacional foi para monitorar a retirada das forças sérvias, desmilitarizar o Exército de Libertação do Kosovo e outros grupos armados e estabelecer “um ambiente seguro no qual refugiados e pessoas deslocadas possam voltar para casa em segurança, a presença civil internacional possa operar, uma administração de transição possa ser estabelecida, e a ajuda humanitária pode ser fornecida”, UNSC Res. 1244 (inglês).
- 191** Derks-Normandin, *'Linking Peace, Security and Durable Solutions in a Multi- Ethnic Society'* [‘Vinculando paz, segurança e soluções duráveis em uma sociedade multiétnica’], pp. 19–23 (inglês).
- 192** Ogata, *'The Turbulent Decade'* [‘A Década Turbulenta’], pp. 159–162 (inglês).
- 193** Em outubro de 2020, a Missão Interina das Nações Unidas em Kosovo informou que “ainda restam 16.052 pessoas deslocadas dentro de Kosovo”, bem como “69.627 pessoas com necessidades relacionadas a deslocamentos nos Balcãs Ocidentais”. UNSC, [Missão de Administração Interina das Nações Unidas no Kosovo: Relatório do Secretário-Geral](#) (1 de outubro de 2020), UN Doc S/2020/964 (inglês).
- 194** Ben Shephard, *'The Long Road Home: The Aftermath of the Second World War'* [‘O Longo Caminho para Casa: As Consequências da Segunda Guerra Mundial’] (NY: Penguin Random House, 2012), p. 5 (inglês).
- 195** Ibid., pp. 4–5. Veja também: Parte I.
- 196** AGNU, [Constituição da Organização Internacional de Refugiados](#) (15 de dezembro de 1946), UN Doc A/RES/62(II), Anexo I, Parte 1, Sessão D4 e Anexo III (inglês). Essa exclusão abrangia os alemães que haviam sido evacuados da Alemanha durante a guerra, bem como aqueles que estavam sendo expulsos de países da Europa.
- 197** Para saber mais sobre a posição da União Soviética e o trabalho do IRO: ‘Shephard, *The Long Road Home*’ [‘O Longo Caminho para Casa’], pp. 264, 339, 384 (inglês); George Ginsburgs, ‘The Soviet Union and the Problem of Refugees and Displaced Persons 1917–1956’ [‘A União Soviética e o Problema dos Refugiados e Deslocados 1917–1956’], *American Journal of International Law* 51, no. 2 (abril de 1957): pp. 325–361 (inglês).
- 198** Também facilitou o retorno de 73.000 deslocados. ACNUR, *'The State of The World's Refugees 2000'* [‘A Situação dos Refugiados no Mundo 2000’], p. 17 (inglês).
- 199** Shephard, *'The Long Road Home'* [‘O Longo Caminho para Casa’], p. 343 (inglês). Ele observa que os países que concordaram em reassentar os refugiados “tentaram extrair apenas aquelas pessoas que se adequavam às suas necessidades de trabalho e filosofia de imigração”, e o resultado determinava se um refugiado acabava no “Chile, ou Chicago, Manitoba ou Melbourne”, p. 5.

...PARTE III: Soluções – Um Registro Desigual...

- 200** Auguste Lindt, que foi o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados de 1956 a 1960, pressionou muito para que isso acabasse, dizendo que era uma tragédia que muitos fossem abandonados. [Declaração do Dr. Auguste R. Lindt](#), Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados, na Reunião Especial sobre o Ano Mundial do Refugiado, Décima Sessão, Conselho do Comitê Intergovernamental para as Migrações Europeias (ICEM), 9 de abril de 1959. Levaria vários anos mais além da expiração de seu mandato antes que as soluções para a população residual do campo fossem resolvidas.
- 201** Shephard, *'The Long Road Home'* ['O Longo Caminho para Casa'], p. 383 (Estados Unidos): p. 340 (Europa Ocidental): p. 347 (América Latina). No Canadá, as chegadas ocorreram ao longo de vários anos. Ver: Governo do Canadá, [A chegada de pessoas deslocadas no Canadá, 1945–1951](#), website (inglês). Com relação à Austrália, ver: Arquivos Nacionais da Austrália, [Refugiados Deslocados pela Segunda Guerra Mundial](#) (1947), website (inglês).
- 202** David Nasaw, *'The Last Million: Europe's Displaced Persons from World War to Cold War'* ['O último milhão: os deslocados da Europa da Guerra Mundial à Guerra Fria'] (NY: Penguin Random House, 2020): pp. 358–434 (inglês).
- 203** Nasaw, *'The Last Million'* ['O último milhão'], pp. 10–13 e 36–38; Adina Hoffman, [Como um milhão de refugiados se tornaram peões dos aliados no pós-guerra](#), *The New York Times* (15 de setembro de 2020) (inglês); Judy Feigin, ['O Escritório de Investigações Especiais: Esforçando-se pela responsabilidade após o Holocausto'](#), Relatório do Departamento de Justiça (dezembro de 2006), publicado online pelo *The New York Times* (inglês).
- 204** Shephard, *'The Long Road Home'* ['O Longo Caminho para Casa'], p. 346 (inglês).
- 205** Os Estados Unidos foram, de longe, o maior país de reassentamento. A partir da década de 1950, seu Programa de Fuga tinha três objetivos principais: ajudar as pessoas que fugiam do bloco sino-soviético, encorajar outros a fazê-lo e fornecer aos Estados Unidos informações vitais. ['Aerograma Circular nº 72: O Secretário de Estado a Certos Escritórios Diplomáticos e Consulares'](#), em David M. Baehler et al. (eds.), *'Foreign Relations of the United States, 1952 to 1954, Eastern Europe; Soviet Union; Eastern Mediterranean vol. VIII'* ['Relações Exteriores dos Estados Unidos, 1952 a 1954, Europa Oriental; União Soviética; Mediterrâneo Oriental vol. VIII'] (Washington D.C.: United States Government Printing Office, 1988), publicado online por *The Office of the Historian* (inglês); Deutsche Welle, [Programa de reassentamento da Guerra Fria dos EUA usado para propaganda, espionagem](#), (29 de dezembro de 2008) (inglês).
- 206** ACNUR, *'The State of The World's Refugees 2000'* ['A Situação dos Refugiados no Mundo 2000'], pp. 29, 32 (inglês).
- 207** Esse apoio, juntamente com a advocacia do ACNUR, também ajudou a garantir que os familiares fossem reassentados com refugiados selecionados. Loescher, *'The UNHCR and World Politics'* ['O ACNUR e a política mundial'], p. 88 (inglês).
- 208** Entre a população refugiada havia menores e jovens que foram separados de suas famílias na Hungria. Acreditando na importância da unidade familiar, Lindt trabalhou com as autoridades na Hungria, Áustria

...PARTE III: Soluções – Um Registro Desigual...

e Estados ocidentais de asilo e reassentamento para permitir sua repatriação voluntária. De acordo com Loescher, cerca de 18.000 voltaram para casa. Loescher, *'The UNHCR and World Politics'* [O ACNUR e a política mundial], p. 88 (inglês).

- 209 Shezan Muhammedi, "Gifts From Amin": The Resettlement, Integration, and Identities of Ugandan Asian Refugees in Canada' ["Presentes de Amin": O Reassentamento, Integração e Identidades de Refugiados Asiáticos Ugandenses no Canadá], Tese de Doutorado, Universidade de Ontário Ocidental, (2017): pp. 101–102 (inglês); Becky Taylor, 'Good Citizens? Ugandan Asians, Volunteers and "Race" Relations in 1970s Britain' ['Bons Cidadãos? Asiáticos ugandenses, voluntários e relações "raciais" na Grã-Bretanha dos anos 1970'], *History Workshop Journal* 85 (janeiro de 2018): p. 121 (inglês).
- 210 Muhammedi, "Gifts From Amin" ["Presentes de Amin"], pp. 3, 5 e 51 (inglês). A população do sul da Ásia estava fortemente concentrada nos setores comercial, gerencial e profissional. Para mais informações sobre o reassentamento de asiáticos ugandenses, veja: Loescher, *'The UNHCR and World Politics'* [O ACNUR e a política mundial], pp. 164–167 (inglês).
- 211 Essa estimativa inclui cerca de 650.000 vietnamitas que partiram diretamente de seu país de origem e cerca de 800.000 refugiados vietnamitas, cambojanos e laosianos que foram reassentados de países da região. Judith Kumin, 'Orderly Departure from Vietnam: Cold War Anomaly or Humanitarian Innovation?' ['Partida ordenada do Vietnã: anomalia da Guerra Fria ou inovação humanitária?'], *Refugee Survey Quarterly* 27, no. 1 (2008): p. 105 (inglês). ACNUR, [Refugee Data Finder](#) (inglês). As estimativas anteriores eram ainda maiores do que isso. ACNUR, *'The State of The World's Refugees 2000'* [A Situação dos Refugiados no Mundo 2000], p. 85 (inglês).
- 212 ACNUR, [Refugee Data Finder](#) (inglês).
- 213 ACNUR, *'The State of The World's Refugees 2000'* [A Situação dos Refugiados no Mundo 2000], p. 82 (inglês).
- 214 Para saber mais sobre os chineses étnicos no Vietnã e as circunstâncias desse êxodo, veja: Pao-min Chang, 'The Sino-Vietnamese Dispute over the Ethnic Chinese' [A disputa sino-vietnamita sobre os chineses étnicos], *The China Quarterly* 90 (junho de 1982): pp. 195–230 (inglês). O número total que fugiu é encontrado em p. 230; Kumin, 'Orderly Departure from Vietnam' ['Partida ordenada do Vietnã'], pp. 107–109 (inglês); ACNUR, [Refugee Data Finder](#) (inglês).
- 215 ACNUR, [Refugee Data Finder](#); Os Editores da Encyclopaedia Britannica, [Khmer Rouge](#), *Encyclopædia Britannica* online (inglês).
- 216 Relatos da época detalhavam a brutalidade dos piratas que atacaram refugiados com porretes e facas, roubaram seus pertences, mataram muitos e sequestraram mulheres e meninas. ACNUR, *'The State of The World's Refugees 2000'* [A Situação dos Refugiados no Mundo 2000], p. 87 (inglês).
- 217 Barry Wain, *'The Refused: The Agony of the Indochina Refugees'* [Os recusados: a agonia dos refugiados da Indochina] (New York: Simon and Schuster, 1981): p. 83 (inglês); Outras estimativas colocam o total de pessoas que morreram no mar durante a crise em cerca de 200.000. Ver: Nghia M. Vo, *'The Vietnamese*

...PARTE III: Soluções – Um Registro Desigual...

Boat People, 1954 and 1975–1992 [‘As Pessoas nos Barcos Vietnamitas, 1954 e 1975–1992’] (Jefferson, N.C.: McFarland, 2006): p. 167 (inglês).

- 218** Austrália, Canadá, França, Alemanha, Reino Unido e Estados Unidos concordaram coletivamente em reassentar 260.000 refugiados, ver: Mathew e Harley, *‘Refugees, Regionalism and Responsibility’* [‘Refugiados, Regionalismo e Responsabilidade’], p. 145 (inglês).
- 219** *Ibid.*, pp. 145–146. Os acordos subsequentes incluíram maior cooperação regional para operações de resgate no mar e ajuda de emergência para cambojanos deslocados, p. 147.
- 220** Kumin, *‘Orderly Departure from Vietnam’* [‘Partida ordenada do Vietnã’], p. 105 (inglês). Judith Kumin é a ex-chefe dos programas do ACNUR para a saída ordenada do Vietnã e para o reassentamento de refugiados da Indochina.
- 221** ACNUR, [Refugee Data Finder](#) (inglês). ACNUR, *‘The State of The World’s Refugees 2000’* [‘A Situação dos Refugiados no Mundo 2000’], p. 84 (inglês).
- 222** Notavelmente da Tailândia e Malásia.
- 223** AGNU, [Declaração e Plano de Ação Abrangente da Conferência Internacional sobre Refugiados Indo-Chineses, Relatório do Secretário-Geral](#) (22 de setembro de 1989), UN Doc A/44/523, Part II, D (inglês).
- 224** Para acomodar as diferenças entre os Estados, com alguns insistindo que os retornos sejam voluntários e outros se recusando a especificar isso no acordo, foi acordado que aqueles que tiveram o status de refugiado negado receberiam aconselhamento por um período de três meses para incentivar seu retorno voluntário e seriam monitorados pelo ACNUR ao retornar. Betts, *‘Comprehensive Plans of Action’* [‘Planos de Ação Abrangentes’], pp. 35–36 (inglês).
- 225** Mathew e Harley, *‘Refugees, Regionalism and Responsibility’* [‘Refugiados, Regionalismo e Responsabilidade’], pp. 151–152 (inglês). Eles observam que entre 1989 e 1995, o ACNUR realizou mais de 18.000 visitas de monitoramento de retornados ao Vietnã, p. 152.
- 226** *Ibid.*, pp. 145–151. Dois países continuaram a barrar novas chegadas: Cingapura não permitia mais casos de resgate no mar ou chegadas diretas para desembarcar; e as autoridades locais da Malásia receberam ordens para redirecionar as chegadas de barcos de volta às águas internacionais entre 1989 e 1990. ACNUR, *‘State of the World’s Refugees 2000’* [‘A Situação dos Refugiados no Mundo 2000’], pp. 83, 85 (inglês).
- 227** ACNUR, [Refugee Data Finder](#) (inglês). Kumin, *‘Orderly Departure from Vietnam’* [‘Partida ordenada do Vietnã’], pp. 104–105 (inglês).
- 228** Isso foi significativo, pois muitos dos Estados não eram partes da Convenção sobre Refugiados (1951) ou Protocolo sobre Refugiados (1967).
- 229** Richard Towle, *‘Processes and Critiques of the Indo-Chinese Comprehensive Plan of Action: An Instrument of International Burden-Sharing?’* [‘Processos e Críticas ao Plano de Ação Integral Indo-Chinês: Um

...PARTE III: Soluções – Um Registro Desigual...

Instrumento de Compartilhamento de Encargos Internacionais?'], *International Journal of Refugee Law* 18, no. 3–4 (setembro/dezembro de 2006): pp. 537–570 (inglês).

- 230 Mathew and Harley, 'Refugees, Regionalism and Responsibility' ['Refugiados, Regionalismo e Responsabilidade'], p. 155 (inglês). Observe, no entanto, que Towle sugere que, mesmo com esses desafios, o CPA foi importante porque ajudou o ACNUR, funcionários do governo e defensores a desenvolver experiências e lições aprendidas em abordagens para determinações de status de refugiado individualizado em massa. Richard Towle, 'Processes and Critiques of the Indo-Chinese Comprehensive Plan of Action' ['Processos e Críticas ao Plano de Ação Integral Indo-Chinês'], p. 269 (inglês).
- 231 Mathew and Harley, 'Refugees, Regionalism and Responsibility' ['Refugiados, Regionalismo e Responsabilidade'], pp. 157–158 (inglês).
- 232 Sara Ellen Davies, 'Legitimising Rejection: International Refugee Law in Southeast Asia' ['Legitimando a Rejeição: Lei Internacional de Refugiados no Sudeste Asiático'] (Leiden: Brill, 2008): p. 226 (inglês).
- 233 Sobre os interesses políticos dos Estados Unidos, ver: Betts, 'Comprehensive Plans of Action' ['Planos de Ação Abrangentes'], pp. 42–43 (inglês). Em relação ao Canadá e à CPA, ver: Ninette Kelley e Michael Trebilcock, 'The Making of the Mosaic: A History of Canadian Immigration Policy' ['A construção do mosaico: uma história da política de imigração canadense'] (Toronto: University of Toronto Press, 2010): pp. 397–398 (inglês). A diáspora vietnamita foi particularmente favorável, assim como grupos civis e religiosos.
- 234 Por exemplo, em 1980, havia cerca de 2 milhões de refugiados afegãos e mais de 2,5 milhões de refugiados da Etiópia. Em 1989, na época da segunda conferência internacional para refugiados da Indochina, havia mais de 5,5 milhões de refugiados afegãos, 1,4 milhão de refugiados da Etiópia e 1 milhão de refugiados de Moçambique. ACNUR, 'State of the World's Refugees 2000' ['A Situação dos Refugiados no Mundo 2000'], p. 314 (inglês).
- 235 John Fredriksson e Christine Mougne, '[Reassentamento na década de 1990: uma revisão de políticas e práticas](#)', ACNUR (dezembro de 1994): pp. 5–6 (inglês).
- 236 Embora esses países tenham mantido uma porta aberta para os refugiados durante esse período, políticas restritivas, como a [Lei \(de Controle\) de Refugiados de 1966](#) na Tanzânia, a [Lei de Controle de Refugiados Estrangeiros \(CARA\) de 1960](#) em Uganda e a [Lei \(de Controle\) de Refugiados de 1970](#) na Zâmbia estavam em vigor. Essas, no entanto, nem sempre foram totalmente implementadas na prática.
- 237 Alexander Betts et al., 'Refugee Economies in Uganda: What Difference Does the Self-Reliance Model Make?' ['Economias de refugiados em Uganda: que diferença faz o modelo de autossuficiência?'] (Oxford: Refugee Studies Centre, 2019): p. 6 (inglês). A política e a prática tornaram-se mais restritivas na Tanzânia na década de 1990, ver: Michèle Morel, 'The lack of refugee burden-sharing in Tanzania: tragic effects' ['A falta de compartilhamento de encargos de refugiados na Tanzânia: efeitos trágicos'], *Afrika Focus* 22, 1 (2009): pp. 111–112 (inglês); James Milner, [Dois passos à frente, um passo atrás: entendendo a mudança política da política de refugiados na Tanzânia](#), Trabalho de Pesquisa 255, *New Issues in Refugee Research*, ACNUR (julho de 2013): pp. 4–7 (inglês). Embora tenha imposto algumas restrições aos refugiados, principalmente

...PARTE III: Soluções – Um Registro Desigual...

em termos de liberdade de movimento, a Zâmbia está buscando políticas cada vez mais inclusivas, principalmente nos últimos anos, ver: 'UNHCR, ['Implementing a Comprehensive Refugee Response: The Zambia Experience'](#), Relatório (dezembro de 2019) (inglês).

- 238** Ver, por exemplo: Sadruddin Aga Khan, [Declaração do Príncipe Sadruddin Aga Khan, Alto Comissário das Nações Unidas para os Refugiados, ao Terceiro Comitê da Assembleia Geral das Nações Unidas na sua 1519ª Reunião, 20 de Novembro de 1967](#) (20 de novembro de 1967) (inglês).
- 239** Incluindo a documentação civil e a adjudicação e execução dos direitos de habitação, terra e propriedade. ACNUR, [Agenda para Proteção \(Terceira Edição\)](#) (outubro de 2003): p. 77 (inglês). As Consultas Globais sobre Proteção Internacional e a Agenda para Proteção também são discutidas na Parte II.
- 240** ACNUR, *'Agenda for Protection'* ['Agenda para Proteção'] (inglês).
- 241** O Pacto Global exige o aumento do conjunto de locais de reassentamento e mais investimento em serviços robustos de recepção e integração. Ver: AGNU, 'Global Compact on Refugees' ['Pacto Global Sobre Refugiados'] (2018): paras. 91–92 (inglês). Veja também: AGNU, [Res. 73/151](#) (17 dezembro de 2018), UN Doc A/RES/73/151, para. 53 (inglês).
- 242** Refletido no Pacto Global sobre Refugiados, com ênfase na melhoria da cooperação entre atores políticos, humanitários, de desenvolvimento e de paz. Ver: 'Global Compact on Refugees' ['Pacto Global Sobre Refugiados'], paras. 8, 11, 24 e 48 (inglês).
- 243** Veja, por exemplo, o estudo da OCDE de 2017 que observou que, apesar de "mais de 15 anos de esforços internacionais em larga escala no Afeganistão, o país continua marcado por um estado de direito fraco, fragilidade política e insegurança persistente – circunstâncias que provavelmente continuarão a ocorrer. Desencorajar muitos refugiados e migrantes afegãos no exterior a voltarem para casa voluntariamente", Susanna Morrison-Métois, [Reagindo a crises de refugiados: lições de avaliações no Afeganistão como país de origem](#), Documento de Trabalho de Cooperação de Desenvolvimento da OCDE (2017): p. 1 (inglês).
- 244** Muitos refugiados de áreas rurais, por exemplo, não retornam ao seu local de origem e muitos se mudam para áreas urbanas. Banco Mundial, *'Forcibly Displaced'* ['Deslocados à Força'], pp. 101–103 (inglês). Veja também os estudos discutidos em Jolien Tegenbos e Koen Vlassenroot, [Indo para Casa? Uma Revisão Sistemática da Literatura sobre Deslocamento, Retorno e Ciclos de Violência](#), Documento de Trabalho, LSE Conflict Research Programme (2018) (inglês). Tegenbos e Vlassenroot concluem a partir de sua revisão que a maioria dos estudos sobre o retorno de refugiados e pessoas deslocadas internamente se concentra bastante em grupos específicos e em políticas de desenvolvimento e de retorno humanitário. Identificam áreas que precisam de mais pesquisas, incluindo: a experiência das populações de repatriados que continuam a se movimentar e aquelas que não seguem o retorno; como as mudanças sociais nas áreas de retorno afetam as estratégias e posições daqueles que consideram o retorno e daqueles que ficaram para trás; e o papel do governo local em regiões onde as instituições nacionais estão ausentes, pp. 25–26.
- 245** O ACNUR aumentou substancialmente sua assistência ao retorno para ajudar os retornados e foi criticado por algumas organizações de direitos humanos por ajudar em retornos forçados. Por sua vez, o ACNUR informou sobre a necessidade de ajudar os retornados em meio à crescente insegurança no Paquistão.

...PARTE III: **Soluções – Um Registro Desigual...**

Gerry Simpson, '[Coerção do Paquistão, cumplicidade da ONU: o retorno forçado em massa de refugiados afegãos](#)', Relatório, *Human Rights Watch* (13 de fevereiro de 2017); ACNUR, [Repatriação de refugiados afegãos do Paquistão: Apelo Suplementar \(Revisado\)](#) (28 de outubro de 2016) (inglês).

246 ACNUR, [Refugee Data Finder](#) (inglês).

247 ACNUR, [Refugee Data Finder](#) (inglês).

248 No final de 2020, havia cerca de 2,85 milhões de afegãos deslocados internamente. ACNUR, [Refugee Data Finder](#) (inglês). Este número aumentou vertiginosamente em 2021. ACNUR, ["Após o transporte aéreo". Comentário de notícias atribuível ao Alto Comissariado da ONU para Refugiados Filippo Grandi](#), Comunicado de Imprensa (30 de agosto de 2021) (inglês).

249 Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, [Índice de Desenvolvimento Humano](#), website (inglês). Veja também: PNUD, [Relatórios de Desenvolvimento Humano: Afeganistão](#), website (inglês). David Turton e Peter Marsden, [Levando refugiados para passear? A Política de Retorno de Refugiados ao Afeganistão](#), Documento de Trabalho, *The Afghanistan Research and Evaluation Unit* (dezembro de 2002): p. 20 (inglês). Em um simpósio de dezembro de 2020, o Representante Residente do PNUD no Afeganistão apontou para o fato de que o país tinha uma taxa de desemprego de 70% e um crescimento econômico significativo seria necessário para apoiar e sustentar o retorno de refugiados em grande escala. Simpósio do Centro de Conflitos e Estudos Humanitários, [Colocando o Retorno e a Reintegração de Refugiados no Coração da Política de Desenvolvimento Internacional](#), website (7 de dezembro de 2020) (inglês).

250 Embora a assistência ao retorno por si só não seja suficiente para garantir a sustentabilidade. Para reflexões sobre os retornos afegãos, veja por exemplo: Thea Yde-Jensen et al., [Pessoas deslocadas do Afeganistão: um perfil socioeconômico, 2013-2014](#), Relatório (Banco Mundial, 2018): pp. 4–5 (inglês); e Hisham Esper, Nandini Krishan, e Christina Wieser, [Mais e melhor: avaliando o impacto de uma variação na assistência em dinheiro nos resultados de reintegração de refugiados afegãos que retornam](#), documento preliminar, apresentado na Conferência de Pesquisa de 2020 sobre deslocamento forçado (inglês).

251 Em 2012, o ACNUR juntamente com o Afeganistão, Irã e Paquistão, concordaram em uma Estratégia de Soluções para Refugiados Afegãos (SSAR) para facilitar a repatriação e permitir a reintegração sustentável, inclusive por meio de projetos de apoio à comunidade. A ideia era incentivar o investimento em infraestruturas (escolas, reabilitação de estradas, pontos de água) e serviços (colocação de emprego, serviços de saúde). Um relatório de 2019 do Conselho Dinamarquês para Refugiados e outras ONGs observou que as expectativas não foram atendidas por vários motivos, incluindo falta de apoio do Estado, falta de medidas para salvaguardar os princípios de proteção, dependência excessiva do retorno como a solução preferida e inclusão e consulta insuficientes da sociedade civil e dos refugiados. DRC et al., [Despreparado para \(Re\) Integração](#), p. 37 (inglês). A estratégia foi revista em 2019 através da criação de uma Plataforma de Apoio para mobilizar apoio financeiro, técnico e material adicional. Governos da República Islâmica do Afeganistão et al., [Plataforma de Apoio SSAR: Comunicado Conjunto](#), Portal de Dados Operacionais do ACNUR (16 de dezembro de 2019) (inglês).

252 Ver: Katy Long, 'Rethinking "Durable" Solutions' ['Repensando Soluções "Duráveis"']; *The Oxford Handbook of Refugee and Forced Migration Studies* ['O Manual de Oxford Sobre Estudos Sobre Refugiados e Migração Forçada'] (NY: Oxford University Press, 2014) (inglês).

...PARTE III: Soluções – Um Registro Desigual...

- 253 ACNUR, [Refugee Data Finder](#) e ACNUR, [Refugee Data Finder](#). Segundo Lucy Hovil, [Esperando pela paz, com medo da guerra: os dilemas da repatriação e pertencimento nas fronteiras de Uganda e Sudão do Sul](#), Trabalho de Pesquisa 196, *New Studies in Refugee Research*, ACNUR (novembro 2010): p. 8 (inglês), mais de 2 milhões retornaram neste período.
- 254 Sara Pantuliano et al., [O Longo Caminho para Casa: Oportunidades e Obstáculos para a Reintegração de Deslocados Internos e Refugiados que Retornam ao Suão do Sul e às Três Áreas - Relatório da Fase II](#), HPG, ODI (2008): p. 1 (inglês).
- 255 Ibid., pp. 9–15. Ela observa como alguns membros da família ficaram para trás em Uganda para acessar serviços de saúde e educação, mas ainda se consideravam repatriados para o Sudão.
- 256 Na década seguinte, o número de refugiados e deslocados internos do Sudão do Sul subiria novamente para 2,2 milhões de refugiados e 1,6 milhão de deslocados internos em 2020, segundo dados do ACNUR. ACNUR, [Refugee Data Finder](#) (inglês).
- 257 O número de refugiados da República Democrática do Congo também aumentou de cerca de 477.000 em 2010 para mais de 840.000 em 2020. ACNUR, [Refugee Data Finder](#) (inglês).
- 258 ACNUR, [Refugee Data Finder](#) (inglês). OCHA, [Visão Geral das Necessidades Humanitárias: República Árabe Síria](#), Ciclo do Programa Humanitário 2021 (março de 2021) (inglês).
- 259 OCHA, [República Árabe Síria: Visão Geral dos Movimentos Espontâneos de Repatriados de Deslocados Internos, Janeiro a Dezembro de 2020 \(em 31 de dezembro de 2020\)](#), *ReliefWeb* (8 de março de 2021). Em alguns casos, a mesma pessoa deslocada internamente pode ter se mudado várias vezes.
- 260 ACNUR, [Resposta regional aos refugiados da Síria: soluções duráveis](#), Portal de Dados Operacionais (7 de julho de 2021). Os números das devoluções são limitados àqueles que o ACNUR pode verificar; o número real poderia ser maior, embora ainda menor do que o número que permanece fora do país.
- 261 Banco Mundial, [A mobilidade dos sírios deslocados: uma análise econômica e social](#) (Banco Mundial, 2020) (inglês).
- 262 ACNUR, [Sexta Pesquisa Regional sobre Refugiados Sírios](#), 'Perceptions and Intentions on Returns to Syria' ['Percepções e intenções sobre retornos à Síria'], Relatório (março de 2021) (inglês).
- 263 Essencialmente, reconhecendo que estavam se valendo novamente da proteção de seus países. Katy Long, 'Rethinking "Durable" Solutions' ['Repensando Soluções "Duráveis"'], p. 483 (inglês).
- 264 Banco Mundial, [Afeganistão: Proposta de subsídio do projeto Eshteghal Zaiee-Karmondona \(EZ-Kar\)](#), Documento de Avaliação do Projeto (27 de novembro de 2018) (inglês).
- 265 Entre 2000 e 2009, quase 50% dos refugiados reassentados vieram do Iraque, Mianmar, Somália, Sudão, Irã e Afeganistão. Os 50% restantes vieram de vários outros países ao redor do mundo. Em contraste, mais de 50% dos refugiados reassentados na década de 1990 vieram apenas do Vietnã e da Rússia. ACNUR, [Refugee Data Finder](#) (inglês).

...PARTE III: Soluções – Um Registro Desigual...

- 266** ACNUR, [Relatório de progresso sobre o reassentamento](#) (7 de junho de 2004), UN Doc EC/54/SC/CRP.10; ACNUR, [Refugee Data Finder](#) (inglês).
- 267** Entre 2002 e 2013 – com exceção de 2009 – os números anuais de reassentamento ficaram abaixo de 100.000. A média desses anos (exceto 2009) foi inferior a 80.000 por ano. ACNUR, [Refugee Data Finder](#) (inglês).
- 268** A Estrutura foi elaborada e aprovada pelo Grupo Central de Reassentamento, composto por Estados do mundo desenvolvido e em desenvolvimento, incluindo Estados que hospedam refugiados por períodos prolongados, bem como países de reassentamento de longa data e emergentes. A Comissão Europeia e a Organização Internacional para as Migrações (OIM) também foram membros. ACNUR, [Relatório de progresso: Convenção Plus](#), (8 de novembro de 2005), UN Doc FORUM/2005/6 (inglês).
- 269** Várias razões foram apresentadas para isso, incluindo a instabilidade dentro da Somália que tornou o retorno voluntário – um componente chave do plano – prematuro, bem como a ausência de uma autoridade governamental na Somália com autoridade reconhecida para agir e adesão insuficiente dentro do ACNUR e entre os Estados doadores.
- 270** O ACNUR, em alguns anos, enfrentou dificuldades para cumprir as cotas anuais de reassentamento. O reassentamento em grupo ajudou a superar isso e pode ser aplicado àqueles que vêm do mesmo país, fugindo de circunstâncias semelhantes e com perfis de risco semelhantes que precisam de reassentamento. Aqueles que se beneficiaram disso incluem grupos específicos de refugiados do Afeganistão, Butão, Burundi, República Democrática do Congo, Eritreia, Libéria, Mianmar, Somália e Uzbequistão.
- 271** As situações em que foi usado com sucesso foram relativamente modestas. Por exemplo, foi alcançado um acordo com a Índia em 2015 pelo qual os países de reassentamento concordaram em reinstalar 300 refugiados na Índia em troca da Índia concordar em naturalizar vários milhares de refugiados sikhs e hindus. Também na Ásia, o reassentamento de refugiados birmaneses da Tailândia melhorou o acesso do ACNUR aos refugiados e permitiu que o ACNUR estabelecesse um processo de asilo para os recém-chegados. Joanne van Selm, [Grandes Expectativas: Uma Revisão do Uso Estratégico do Reassentamento](#), Avaliação, Serviço de Avaliação e Desenvolvimento de Políticas do ACNUR (2013): pp. 18–20 (inglês).
- 272** Prontamente respondendo Erika Feller, então Diretora de Proteção Internacional do ACNUR, a advertir em 2007 que “o reassentamento não deve substituir o asilo dentro de um Estado para chegadas espontâneas; nem deve tornar-se o quid pro quo para um acordo de readmissão funcional”. van Selm, ‘Great Expectations’ [‘Grandes Expectativas’], p. 20.
- 273** As preocupações do ACNUR sobre o processamento offshore foram comunicadas ao Ministro Australiano da Imigração e Cidadania e encontram-se em: António Guterres (Ex-Alto Comissário das Nações Unidas para os Refugiados), [Correspondência ao Exmo. Chris Bowen MP, ex-ministro da Imigração e Cidadania da Austrália sobre o Centro de Detenção de Nauru](#) (5 de setembro de 2012), em ‘United Nations Observations on Australia’s transfer arrangements with Nauru and Papua New Guinea’ [‘Observações das Nações Unidas sobre os acordos de transferência da Austrália com Nauru e Papua Nova Guiné’], ACNUR website (inglês).
- 274** Estes foram estabelecidos entre 2008 e 2011. Um adicional na Eslováquia foi encerrado.

...PARTE III: Soluções – Um Registro Desigual...

- 275** Os Estados de reassentamento participantes aumentaram de 14 em 2014 para mais de 30 em 2017.
- 276** A Síria foi responsável por 20% de todos os refugiados reassentados entre 2010 e 2019, seguida por Iraque e Mianmar, representando coletivamente 50% dos mais de 1 milhão de refugiados reassentados durante esse período. Os refugiados reassentados restantes vieram de países de todo o mundo, amplamente influenciados pela avaliação anual das necessidades do ACNUR.
- 277** O número de refugiados que partem para os países de reassentamento começou a cair mais de 40%, de 173.000 em 2016 para 107.000 em 2019. Por mais de 30 anos, os Estados Unidos reassentaram mais refugiados do que todos os outros países juntos.
- 278** O fechamento de fronteiras induzido pela pandemia e as restrições de viagem interrompem muitos movimentos de reassentamento. ACNUR, [Agência da ONU para Refugiados divulga as necessidades de reassentamento de 2022](#), Comunicado de Imprensa (23 de junho de 2021) (inglês); ACNUR, [Refugee Data Finder](#) (inglês).
- 279** ACNUR, [A Estratégia de Três Anos \(2019–2021\) sobre Reassentamento e Vias Complementares](#) (junho de 2019): pp. 6, 10, 11, 12 e 14 (inglês).
- 280** 'Global Compact on Refugees' ['Pacto Global sobre Refugiados'] (2018), paras. 17–18; ACNUR, [Resultados do Fórum Global de Refugiados 2019](#) Relatório (2020): p. 38 (inglês).
- 281** Isso pode estar relacionado aos recursos adicionais que podem ser necessários para estabelecer programas de reassentamento, como cobrir os custos para processar as solicitações, fornecer integração de refugiados e fortalecer as capacidades dos parceiros locais para ajudar os refugiados na chegada. Veja a discussão mais adiante sobre como esses custos podem ser compensados pelas contribuições que os refugiados reassentados fazem ao longo do tempo.
- 282** Philippe Legrain, [Trabalho de refugiados: um investimento humanitário que gera dividendos econômicos](#) Relatório (*Tent*, 2021) (inglês); Graeme Hugo et al., [Contribuições econômicas, sociais e cívicas de participantes humanitários de primeira e segunda geração](#), Relatório, Departamento de Imigração e Cidadania (2011) (inglês); William N. Evans e Daniel Fitzgerald, [Os resultados econômicos e sociais dos refugiados nos Estados Unidos: evidências da ACS](#), NBER Documento de Trabalho 23498 (Junho de 2017) (inglês); d'Artis Kancs e Patrizio Lecca, [Efeitos sociais, econômicos e fiscais a longo prazo da imigração para a UE: o papel da política de integração](#), JRC Documentos de Trabalho em Economia e Finanças, 2017/4, (*Publication Office of the European Union*, 2017) (inglês).
- 283** Louise Olliff, 'From Resettled Refugees to Humanitarian Actors: Refugee Diaspora Organizations and Everyday Humanitarianism' ['De refugiados reassentados a atores humanitários: organizações da diáspora de refugiados e humanitarismo cotidiano'], *New Political Science* 40, no. 4 (outubro de 2018) (inglês).
- 284** Kalena E. Cortes, 'Are refugees different from economic immigrants? Some empirical evidence on the heterogeneity of immigration groups in the US' ['Os refugiados são diferentes dos imigrantes econômicos? Algumas evidências empíricas sobre a heterogeneidade dos grupos de imigração nos EUA'], *Review of Economics and Statistics* 86, no. 2 (2004): pp. 465–480 (inglês).

...PARTE III: Soluções – Um Registro Desigual...

- 285** Evans e Fitzgerald, 'The Economic and Social Outcomes of Refugees in the United States' ['Os resultados econômicos e sociais dos refugiados nos Estados Unidos'], pp. 7, 33 (inglês).
- 286** OECD, '[How will the refugee surge affect the European economy?](#)', *Migration Policy Debates* 8 (novembro de 2015); Comissão Europeia, '[An Economic Take on the Refugee Crisis: A Macroeconomic Assessment for the EU](#)', Documento Institucional 033 (julho de 2016) (inglês).
- 287** Ver: Zara Sarzin, 'The Impact of Forced Migration on the Labor Market'. ['O Impacto da Migração Forçada no Mercado de Trabalho'] (inglês).
- 288** Em setembro de 2021, por exemplo, os Estados Unidos anunciaram a intenção de aumentar o teto anual para reassentamento de refugiados para 125.000 no ano fiscal de 2022. ACNUR, [ACNUR saúda plano dos EUA para aumentar o reassentamento de refugiados](#), Resumo (21 de setembro de 2021) (inglês).
- 289** AGNU, 'New York Declaration for Refugees and Migrants' ['Declaração de Nova York para Refugiados e Migrantes'] (19 de setembro de 2016), UN Doc A/RES/71/1, paras. 77, 79 (inglês); 'Global Compact on Refugees' ['Pacto Global sobre Refugiados'] (2018), paras. 47, 94–96; AGNU, [Pacto Global para Migração Segura, Ordenada e Regular](#) (19 de dezembro de 2018), UN Doc A/RES/73/195, Objetivo 5 (inglês). Para esforços anteriores para expandir esses caminhos, consulte: Long, 'Rethinking "Durable" Solutions' ['Repensando Soluções "Duráveis"']; Hovil, 'Hoping for Peace, Afraid of War' ['Esperando pela Paz, com Medo da Guerra'], pp. 4–7.
- 290** Hein De Haas, Stephen Castles, e Mark J. Miller, *A Era das Migrações: Movimentos Populacionais Internacionais no Mundo Moderno* (London: Red Globe Press, 2019): p. 9.
- 291** Dois Estados membros não foram incluídos no estudo por causa de seus diferentes métodos de coleta de dados (República da Coreia e Turquia). OCDE e ACNUR, [Caminhos seguros para refugiados II - Estudo da OCDE-ACNUR sobre soluções de países terceiros para refugiados: admissões para fins de reunificação familiar, educação e emprego entre 2010 e 2019](#), Relatório (Março de 2021) (inglês).
- 292** Ibid., p. 14.
- 293** Dos três tipos de vistos emitidos para cidadãos dos sete países ao longo da década, as licenças familiares representaram 67%, as licenças educacionais representaram 18%, enquanto as licenças de trabalho representaram apenas 13%. Quando comparado com o número de autorizações emitidas destas categorias em geral em 2019, os sete países representaram 9% dos vistos de família, 2% dos vistos de educação e 4% dos vistos de trabalho. Ibid., p. 16.
- 294** Muitas pessoas que fogem o fazem repentinamente e muitas vezes sem todos os seus documentos individuais, como certidões de nascimento, casamento e educação, que podem ser essenciais para solicitar um visto de imigração. Mesmo quando possuem documentos, alguns expiram.
- 295** Para exemplos, veja: Tamara Wood, [O papel das "vias complementares" na proteção dos refugiados](#), Relatório, *Kaldor Centre for International Refugee Law* (novembro de 2020): pp. 34–38 (inglês). Entre os exemplos que Tamara Wood fornece estão: os Serviços Universitários Mundiais do Canadá, que facilitou a

...PARTE III: Soluções – Um Registro Desigual...

imigração permanente de 2.000 refugiados para fins de estudo no Canadá desde 1978; a *Japan International Christian University Foundation*, que oferece duas bolsas de estudo para refugiados por ano para refugiados sírios desde 2017; e *Talent Beyond Boundaries*, que juntou 127 refugiados com potenciais empregadores na Austrália e no Canadá desde 2017, embora nem todos tenham imigrado.

- 296** As estatísticas do estudo da OCDE-ACNUR mostraram alguns sinais promissores em 2017, quando a proporção de vistos familiares para nacionais dos países em análise aumentou. Desde então, no entanto, eles caíram para os níveis anteriores. OCDE e ACNUR, 'Safe Pathways for Refugees II' ['Caminhos Seguros para Refugiados II'], pp. 15–16.
- 297** International Labour Organization, [*Estimativas Globais da OIT sobre Trabalhadores Migrantes Internacionais: Resultados e Metodologia*](#) (Terceira edição), (ILO, 2021): p. 14 (inglês).
- 298** OECD e UNHCR, 'Safe Pathways for Refugees II' ['Caminhos Seguros para Refugiados II'], p. 16 (inglês).
- 299** Martin e Ruhs, [*Realismo do mercado de trabalho e os pactos globais sobre migração e refugiados, International Migration*](#) 57, no. 6 (2019): p. 86 (inglês). Eles também apontam que muitos esquemas do mercado de trabalho estão sujeitos a acordos bilaterais entre o país de origem e o país de destino. No caso dos refugiados, o país de origem não pode desempenhar o papel e é improvável que os primeiros países de asilo o façam. Ver: pp. 86–87.
- 300** Michael Lokshin e Martin Ravallion propuseram que os cidadãos tenham o direito de alugar seu direito de trabalhar aos refugiados, permitindo que os refugiados se beneficiem. Tal esquema estaria sujeito a restrições semelhantes às levantadas por Martin e Ruhs. Michael Lokshin e Martin Ravallion, [*O mercado ausente para autorizações de trabalho, Policy Research Working Paper 9005*](#), Grupo Banco Mundial (setembro de 2019) (inglês).
- 301** O projeto é coordenado pelo ministério responsável pela imigração, refugiados e cidadania e envolve governos provinciais participantes, ACNUR e ONGs que recrutam potenciais candidatos para encaminhamento ao Canadá. Governo do Canadá, '[The Economic Mobility Pathways Project: Exploring Labour Mobility as a Complementary Pathway for Refugees](#)', website (14 de outubro de 2020) (inglês).
- 302** Citado em [*Talent Beyond Boundaries*](#), '[Contrate talentos deslocados](#)' [Video]: Kris Braun, ex-vice-presidente de engenharia da Bonfire, Canadá, compartilha sua experiência de contratação de desenvolvedor de software, Mohammed, por meio do site *Talent Beyond Boundaries*. (inglês).
- 303** Veja: O Honorável Coleman MP, [*Discurso ao Menzies Research Centre, Melbourne*](#), Transcrição (7 fevereiro de 2020) (inglês). "O governo também está lançando um *Skilled Refugee Pilot* de dois anos para oferecer emprego qualificado na Austrália para até 100 refugiados qualificados, inclusive em áreas regionais. Estaremos trabalhando com um fornecedor externo experiente para desenvolver o piloto dentro de nossa estrutura de vistos qualificados permanentes existentes".
- 304** Ver: [*Declaração da Baronesa Williams de Trafford à Câmara dos Lordes, Hansard*](#), HC 806, colunas 408–409 (5 de outubro de 2020) (inglês); Kaldor Centre for International Refugee Law, [*Caminhos Complementares para Refugiados: Esquemas de Mobilidade Laboral*](#), Ficha informativa (agosto de 2020) (inglês).

...PARTE III: Soluções – Um Registro Desigual...

- 305** Governo do Canadá, [Pelos números: 40 anos do Programa de Patrocínio Privado de Refugiados do Canadá](#), website (inglês).
- 306** Shauna Labman, 'Private Sponsorship: Complementary or Conflicting Interests?' ['Patrocínio privado: interesses complementares ou conflitantes?'], *Refuge: Canada's Journal on Refugees*, 32, no. 2 (2016): pp. 67–80 (inglês); A. Hirsch, K. Hoang and A. Vogl, 'Australia's Private Refugee Sponsorship Program: Creating Complementary Pathways Or Privatising Humanitarianism?' ['Programa de Patrocínio Privado a Refugiados da Austrália: Criando Caminhos Complementares ou Privatizando o Humanitarismo?'], *Refuge* 35, no. 2 (2019): pp. 109–122 (inglês); Katherine Rehberg, [O Futuro do Reassentamento de Refugiados e Caminhos Complementares](#), Relatório, CWS (12 de outubro 2020) (inglês).
- 307** OECD e UNHCR, 'Safe Pathways for Refugees II' ['Caminhos Seguros para Refugiados II'].
- 308** T. Alexander Aleinikoff e Leah Zamore, 'The Arc of Protection: Toward a New International Refugee Regime' ['O Arco da Proteção: Rumo a um Novo Regime Internacional de Refugiados'] (Redwood City, CA: Stanford University Press, 2019): pp. 81–83, 117 (inglês).
- 309** Como parte da Agenda para a Proteção de 2002, o ACNUR desenvolveu um Quadro para Soluções Duráveis, que incluía a garantia de assistência ao desenvolvimento para permitir a autossuficiência dos refugiados e beneficiar as áreas de acolhimento (Assistência ao Desenvolvimento para Refugiados (DAR)), a abordagem 4R (Repatriação, Reintegração, Reabilitação e Reconstrução) e a abordagem do Desenvolvimento através da Integração Local (DLI). ACNUR, [Estrutura para soluções duráveis para refugiados e pessoas de interesse](#) (maio de 2003). Sobre a *Solutions Alliance*, ver: PNUD, [The Solutions Alliance](#), website (inglês).
- 310** Em 2010, a Iniciativa de Soluções de Transição (TSI) foi concebida como uma tentativa renovada de envolver os atores do desenvolvimento de forma mais sistemática e promover a inclusão de pessoas deslocadas nos planos de desenvolvimento do governo. Veja: ACNUR, [Nota Conceitual – Iniciativa de Soluções de Transição PNUD e ACNUR em colaboração com o Banco Mundial](#) (outubro de 2010) (inglês). Um projeto piloto para deslocados internos na Colômbia foi implementado como parte do TSI entre 2012 e 2016 e foi considerado um sucesso geral em termos de regularização de assentamentos informais e garantia da propriedade da terra. Os desafios, no entanto, permaneceram, incluindo níveis de pobreza persistentemente altos e obstáculos no acesso a serviços básicos devido a problemas contínuos de propriedade da terra. Greta Zeender e Bronwen James Crowther, [Reduzindo o deslocamento interno prolongado: um apanhado de iniciativas bem-sucedidas de desenvolvimento humanitário](#), Documento de Política Ocasional (Escritório de Coordenação de Assuntos Humanitários, junho de 2019): pp. 11–14 (inglês); Econometria, [Avaliação Externa do Programa Conjunto ACNUR-PNUD "Iniciativa de Soluções de Transição"](#), Relatório Final (31 de outubro de 2016): p. 85 (inglês). Conforme observado em um estudo de 2019 do IDMC, a legislação de longa data sobre deslocamento interno, assistência humanitária, compensação e restituição de propriedade e o acordo de paz não resolveram o deslocamento em grande escala. Chloe Sydney, [Preso no meio: buscando soluções duráveis na Colômbia pós-acordo de paz](#), Relatório do IDMC (março de 2019) (inglês).
- 311** ACNUR, [Tendências Globais: Deslocamento Forçado em 2015](#), Relatório (2016) (inglês); UConn Today, [Crise dos refugiados sírios continua a chamar a atenção do mundo](#), Discussão, website (12 de novembro 2015) (inglês).
- 312** Estes são discutidos mais na Parte V.

...PARTE III: Soluções – Um Registro Desigual...

- 313** A situação síria foi o catalisador para essas mudanças, pois muitos refugiados seguiram em frente devido à perda de esperança, incapacidade de trabalhar ou falta de acesso a serviços de saúde e educação. ACNUR, [Sete fatores por trás do movimento de refugiados sírios para a Europa](#), Nota informativa (25 de setembro de 2015). Muitos doadores direcionaram suas políticas e programas para atender a essas necessidades nos países vizinhos da Síria.
- 314** Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável são o núcleo da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, adotada por todos os Estados membros das Nações Unidas em 2015. São 17 objetivos para acabar com a pobreza, melhorar a saúde e a educação, reduzir a desigualdade, estimular o crescimento econômico, combater as mudanças climáticas e proteger o meio ambiente com o objetivo de “não deixar ninguém para trás”. AGNU, [Transformando nosso mundo: a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável](#) (25 de setembro de 2015), UN Doc A/RES/70/1 (inglês).
- 315** ‘*Global Compact on Refugees*’ [Pacto Global sobre Refugiados], paras. 64–84 e 97–99. Além disso, dois de seus quatro objetivos visam: (i) aliviar as pressões sobre os países de acolhida; e (ii) aumentar a autossuficiência dos refugiados, para. 7.
- 316** Os deslocados internos – como cidadãos do país em que são deslocados – devem ser incluídos nos planos nacionais de desenvolvimento.
- 317** Para mais detalhes, veja: Doreen Kibuka-Musoke e Zara Sarzin, [Financiamento para Situações de Deslocamento Forçado](#), Documento de referência para o 70º aniversário da Convenção sobre Refugiados de 1951, ACNUR (outubro de 2021) (inglês). Os critérios para os fundos concessionais do Banco Mundial exigem, entre outros, que os países receptores tenham em vigor políticas e práticas consistentes com os princípios da Convenção de Refugiados de 1951 ou seu Protocolo de 1967.
- 318** Paras. 45–48.
- 319** O Grupo de Especialistas em Estatísticas sobre Refugiados e Deslocados Internos (EGRIS/*Expert Group on Refugee and Internally Displaced Persons Statistics*) faz parte da Comissão Estatística da ONU, que foi criada em 1947 para estabelecer padrões globais para a coleta e uso de estatísticas.
- 320** EGRIS, [Recomendação Internacional sobre Estatísticas de Refugiados \(IRRS\)](#) (março de 2018): pp. 81–113 (inglês). Entre as áreas de medição relevantes para a integração estão: o estado legal e civil; educação, saúde e situação econômica; e inclusão social. Os indicadores de progresso incluem: cidadania, documentação civil e documentos de viagem; situação familiar; proficiência linguística, renda e consumo; direitos de trabalhar, circular livremente, possuir propriedade, abrir uma conta bancária e acessar benefícios e justiça.
- 321** Aprovados em 2020 pela Comissão de Estatística da ONU, eles fornecem uma estrutura acordada internacionalmente para a produção e divulgação de estatísticas de qualidade comparáveis entre regiões e países. EGRIS, [Recomendações Internacionais sobre Estatísticas de Pessoas Deslocadas Internamente \(IRIS\)](#) (março de 2020). Eles se baseiam no [Indicadores e guia de soluções duráveis entre agências](#) para uma análise sistemática e colaborativa que envolva todos os principais interessados. Ver: [Biblioteca de indicadores de soluções duráveis entre agências](#).

...PARTE III: **Soluções – Um Registro Desigual...**

- 322** Karen Jacobsen e Therese Bjørn Mason, '[Measuring Progress Towards Solutions in Darfur](#)', Revisão, '*UK Aid and Durable Solutions Working Group*' ['Grupo de Trabalho de Ajuda e Soluções Duráveis do Reino Unido'], (maio de 2020).
- 323** Varalakshmi Vemuru, Aditya Sarkar, e Andrea Fitri Woodhouse, '[Impacto dos Refugiados nas Comunidades de Acolhimento na Etiópia: Uma Análise Social](#)', Relatório, Banco Mundial (2020).
- 324** Utz Johann Pape et al., '[Informando soluções duráveis para deslocamento interno na Nigéria, Somália, Sudão do Sul e Sudão](#)', Vol. B: '*Country Case Studies*' ['Estudos de Caso de País'], Relatório, Grupo Banco Mundial (2019)
- 325** Ibid., pp. viii–ix, 19 (Nigéria); pp. 19–22 (Somália); pp. 29–30 (Sudão do Sul); e p. 36 (Sudão).
- 326** Jacobsen e Bjørn Mason, '*Measuring Progress Towards Solutions in Darfur*' ['Medindo o progresso rumo a soluções em Darfur']; Zeender e Crowther, '*Reducing Protracted Internal Displacement*' ['Reduzindo o Deslocamento Interno Prolongado'].
- 327** Ministério das Relações Exteriores, República da Colômbia, '[Decree No. 216: Temporary Protection Statute for Venezuelan Migrants under Temporary Protection](#)' (1 março de 2021) (espanhol); BBC News, '[Colômbia concederá status legal a migrantes venezuelanos](#)', website (9 de fevereiro de 2021) (inglês); Julia Symes-Cobb, '[Colômbia dará status de proteção temporária a migrantes venezuelanos](#)', *Reuters* (8 de fevereiro de 2021).
- 328** ACNUR, '[Alto Comissariado da ONU para Refugiados elogia a América Latina por seu compromisso com a inclusão de todos aqueles que precisam de proteção](#)', Comunicado de imprensa (23 de junho de 2021); Luc Cohen, '[Equador iniciará novo "processo de normalização" para migrantes venezuelanos](#)', *Reuters* (17 de junho 2021); ACNUR, '[Atualização mensal do Equador: maio de 2021](#)', website.
- 329** Jaime Giménez e Ángela Méndez Triviño, '[Para os venezuelanos deslocados, a regularização é a chave para construir vidas produtivas](#)', *ACNUR News* (23 de junho 2021).
- 330** OECD, '[Contribuição do "Incentivo aos Imigrantes" para o Desenvolvimento e Promoção da sua Integração](#)', em '*Interrelations between Public Policies, Migration and Development*' ['Inter-relações entre Políticas Públicas, Migração e Desenvolvimento'] (Paris: OECD, 2017) (inglês); Katy Long et al., '[Cidadania, migração e a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável](#)', Documento Informativo ODI (setembro 2017); OECD/ILO, '[Como os Imigrantes Contribuem para as Economias dos Países em Desenvolvimento](#)', Report (Paris: OECD, 2018): pp. 62–71; Patrick A. Imam, e Kangni R. Kpodar, '[Uma Lei de Cidadania Inclusiva promove o desenvolvimento econômico?](#)', Documento de Trabalho 19/3, Fundo Monetário Internacional (11 janeiro 2019): p. 27.
- 331** Grupo Banco Mundial, '*Forcibly Displaced*' ['Deslocados à força], p.113. Ver também: Albert Kraller, 'Regularization of Irregular Migrants and Social Policies: Comparative Perspectives' ['Regularização de Migrantes Irregulares e Políticas Sociais: Perspectivas Comparativas'], *Journal of Immigrant & Refugee Studies* 17, 1 (2019) (inglês): pp. 94–113 para a experiência de sete países europeus entre 2000 e 2014.

PARTE IV: **Melhorando as Perspectivas de Vida**

- 1 Eles foram desenvolvidos por meio de um amplo processo participativo de consultas globais com uma ampla gama de parceiros. Isso inclui governos, sociedade civil, acadêmicos, setor privado e organizações humanitárias internacionais e nacionais, organizações de desenvolvimento, paz e direitos humanos. Assembleia Geral da ONU, [O caminho para a dignidade até 2030: acabando com a pobreza, transformando todas as vidas e protegendo o planeta: Relatório de síntese do secretário-geral sobre a agenda de desenvolvimento sustentável pós-2015](#) (4 de dezembro de 2014), UN Doc A/69/700, paras. 36–47 (inglês).
- 2 Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) são: 1. Erradicação da Pobreza; 2. Fome Zero; 3. Saúde e Bem-estar; 4. Educação de Qualidade; 5 Igualdade de Gênero; 6. Água potável e Saneamento; 7. Energia Limpa e Acessível; 8. Trabalho Decente e Crescimento Econômico; 9. Indústria, Inovação e Infraestrutura; 10. Redução das Desigualdades; 11. Cidades e Comunidades Sustentáveis; 12. Consumo e Produção Responsáveis; 13. Ação Contra a Mudança Global do Clima; 14. Vida na Água; 15. Vida Terrestre; 16. Paz, Justiça e Instituições Eficazes; 17. Parcerias e Meios de Implementação.
- 3 Em contraste com os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio que visavam as nações em desenvolvimento.
- 4 AGNU, [Transformando nosso mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável](#) (25 de setembro de 2015), UN Doc A/RES/70/1 (inglês).
- 5 Ibid., para. 23.
- 6 Alguns Estados, como Somália e Colômbia incluíram deslocados internos em seus planos nacionais de desenvolvimento. Os países da região da IGAD, onde o deslocamento interno é uma grande preocupação, concordaram em 2019 em integrar o deslocamento internos nos planos e políticas nacionais de desenvolvimento. Veja: Devora Levakova, Adrián Calvo Valderrama, Jacques Ajaruvwa Wathum e Damien Jusselme, [Usando abordagens colaborativas para melhorar os dados de deslocamento interno](#), *Forced Migration Review* 65 (novembro 2020): p. 11 (inglês); GP20 Colômbia, [Priorizar a participação dos deslocados internos na condução de soluções](#), *Forced Migration Review* 65 (novembro 2020): pp. 14–15 (inglês); Charles Obila and Ariadna Pop, [Reflexões sobre as experiências do Estado na região da IGAD](#), *Forced Migration Review* 65 (novembro 2020): p. 18 (inglês).
- 7 Estados concordaram em relatar voluntariamente anualmente por meio de Revisões Nacionais Voluntárias (VNR) sobre seu progresso no cumprimento dos ODS. Dos 42 países que completaram VNRs em 2019, apenas 13 mencionaram refugiados como merecedores de atenção específica e nenhum forneceu dados relacionados a refugiados em relação ao cumprimento de qualquer um dos ODS. Veja: Allison Grossman e Lauren Post, [Pessoas desaparecidas: refugiados deixados de fora e deixados para trás nos ODS](#), Relatório, Comitê Internacional de Resgate (setembro 2019) (inglês).
- 8 Os Princípios Orientadores sobre Deslocamento Interno referem-se a deslocados internos como pessoas ou grupos de pessoas que foram forçadas ou obrigadas a fugir ou deixar suas casas ou locais de residência habitual. Este último, portanto, pode incluir pessoas que podem não ser cidadãos, mas que residem no país

...PARTE IV: **Melhorando as Perspectivas de Vida...**

há algum tempo, como os apátridas. Brookings Institution, *Protegendo Deslocados Internos: Um Manual para Legisladores e Formadores de Políticas* (outubro 2008): pp. 12–13 (inglês).

- 9 Ver: Parte II. Questões reconhecidas no relatório do Painel de Alto Nível do Secretário-Geral da ONU sobre Deslocamento Interno, *Esclarecendo Conceitos sobre Deslocamento Interno: Uma Visão para o Futuro*, Relatório (setembro de 2021) (inglês).
- 10 ACNUR, *Tendências Globais: Deslocamento Forçado em 2020*, Relatório Anual (2021): p. 19. Este número inclui refugiados, solicitantes de reconhecimento da condição de refugiado e venezuelanos deslocados no exterior (inglês).
- 11 Por exemplo, no Iraque, Jordânia e Líbano, a chegada de refugiados sírios levou a um maior congestionamento e maior depreciação da infraestrutura de transporte, agravou os problemas estruturais existentes na prestação de serviços de saúde e levou ao aumento dos custos fiscais de energia suportados pelos governos centrais devido ao aumento da demanda. Banco Mundial, *As consequências da guerra: as consequências regionais do conflito na Síria* (Washington, D.C.: Banco Mundial 2020): pp. 20–23 (inglês).
- 12 Banco Mundial, *O Projeto Capital Humano: Perguntas Frequentes*, website (inglês).
- 13 Veja, por exemplo: Banco Mundial, *Deslocados à Força: Rumo a uma Abordagem de Desenvolvimento Apoiando Refugiados, Deslocados Internos e Quem os Acolhe* (Washington, D.C.: Banco Mundial 2017): pp. 49–51, 68 (inglês).
- 14 Banco Mundial, *‘Forcibly Displaced’* [‘Deslocados à Força’], p. 51 (inglês). O impacto econômico e social do conflito na Síria é examinado em: Banco Mundial, *‘The Fallout of War’* [‘As consequências da guerra’] (inglês). Nele observa-se como as economias do Iraque, Jordânia e Líbano eram vulneráveis. O Líbano e a Jordânia dependiam fortemente de investimentos estrangeiros e diretos, que diminuíram, e as rotas de comércio de trânsito foram interrompidas. O Iraque também experimentou uma diminuição nas entradas líquidas de capital e queda nos preços do petróleo entre 2015 e 2018, bem como aumento da instabilidade devido à insurgência do Estado Islâmico. Além disso, cada um tinha baixa resiliência institucional. Ver: pp. 4, 12, 27–29.
- 15 ACNUR, *‘Global Trends 2020’* [‘Tendências Globais 2020’], p. 2 (inglês); ACNUR, *Refugee Data Finder* (inglês). Essas proporções incluem refugiados palestinos sob o mandato da UNRWA. Duas nações menores também têm uma alta proporção com suas respectivas populações: Aruba (1 em 6) e Curaçao (1 em 10).
- 16 Banco Mundial, *‘Forcibly Displaced’* [‘Deslocados à força’], p. 57 (inglês).
- 17 Ibid., p. 65.
- 18 Veja o exemplo em Uganda.
- 19 Banco Mundial, *Relatório de Desenvolvimento Mundial 2018: Aprendendo a Realizar a Promessa da Educação* (2018): p. 3 (inglês).

...PARTE IV: Melhorando as Perspectivas de Vida...

- 20 [Declaração Universal dos Direitos Humanos](#) (adotada em 10 de dezembro de 1948), UN Doc A/RES/217(III), art. 26 (inglês). O Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais também reconhece “o direito de todos à educação” e que “o ensino primário deve ser obrigatório e disponível gratuitamente para todos”, AGNU, [Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais \(PIDESC\)](#) (adotado em 16 de dezembro de 1966), UN Doc A/RES/2200(XII), art. 13 (inglês).
- 21 George Psacharopoulos e Harry Anthony Patrinos, [Retornos ao investimento em educação: uma revisão decenal da literatura global](#), Documento de Trabalho de Pesquisa Política 8402, Banco Mundial (abril 2018) (inglês). Os autores analisaram dados de 139 economias entre 1950 e 2014. Eles descobriram que, para cada ano adicional de educação formal, os rendimentos individuais ao longo da vida aumentaram cerca de 9% em média. As taxas de retorno são mais altas em países de baixa renda e mais altas para meninas do que para meninos. Os autores observam que trabalhos futuros terão como objetivo incluir análises sobre os retornos da qualidade escolar, que só começaram a surgir nos últimos anos. Para uma visão geral dos estudos sobre o retorno da educação, ver também: UNICEF, [O Caso de Investimento para Educação e Equidade](#), Relatório (janeiro 2015): pp. 6–9 (inglês).
- 22 Donald A. P. Bundy et al., [Prioridades de Controle de Doenças: Saúde e Desenvolvimento da Criança e do Adolescente](#) vol. 8 (Washington, D.C.: Banco Mundial, 2017): pp. 423–435 (inglês). Este estudo relaciona o aumento da educação com menores taxas de mortalidade. Educação feminina, em particular, está ligada a reduções significativas da mortalidade em países de baixa e média renda entre 1970 e 2010. Resumos e referências a outros estudos que confirmam o impacto positivo da educação na saúde podem ser encontrados em UNICEF, *‘The Investment Case for Education and Equity’* [‘O Caso de Investimento para Educação e Equidade’], pp. 10–11 (inglês).
- 23 Jeni Klugman et al., [Voz e Agência: Empoderando Mulheres e Meninas para a Prosperidade Compartilhada](#) (Washington D.C.: Banco Mundial Group, 2014): p. 77 (inglês). Este estudo examina os principais impulsionadores e determinantes do fortalecimento da voz e da agência de mulheres e meninas. Entre seus achados, baseados em dados e pesquisas extensivas, está que as mulheres que têm ensino médio ou ensino médio parcial, respectivamente, têm um risco 11% e 36% menor de sofrer violência, em comparação com mulheres sem educação. Além disso, uma mulher com marido ou parceiro com alguma escolaridade apresenta risco reduzido de violência, embora não seja uma redução tão substancial quanto a escolaridade.
- 24 “Cada ano adicional de educação está associado a um aumento do PIB nacional per capita entre 13 e 35 por cento.” UNICEF e IDMC, [Acesso equitativo à educação de qualidade para crianças deslocadas internamente](#), Relatório (2019): p. 4 (inglês).
- 25 World Commission on Environment and Development, *‘Our Common Future’* [‘Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, Nosso Futuro Comum’] (Oxford: Oxford University Press, 1987) (inglês).
- 26 Os ODM surgiram da Declaração de Desenvolvimento das Nações Unidas de 2000, que estabeleceu oito metas. AGNU, [Declaração do Milênio das Nações Unidas](#) (18 setembro 2000), UN Doc A/RES/55/2 (inglês).
- 27 AGNU, *‘Transforming our world’* [‘Transformando nosso mundo’] (2015), Goal 4 [Objetivo 4] (inglês).

...PARTE IV: **Melhorando as Perspectivas de Vida...**

- 28 ONU, [*O Relatório dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio 2015*](#) (2015): p. 4 (inglês).
- 29 Ibid., pp. 24–26.
- 30 Lant Pritchett, [*O renascimento da educação: a escolaridade não é aprender*](#), Center for Global Development (Baltimore, MD: *Brookings Institution Press*, 2013) (inglês); Banco Mundial, 'World Development Report 2018' ['Relatório de Desenvolvimento Mundial 2018'], p. 5 (inglês). Veja também: Banco Mundial, [*Acabando com a Pobreza de Aprendizagem: O que será preciso?*](#), Relatório (2019): p. 16 (inglês).
- 31 Banco Mundial, 'World Development Report 2018' ['Relatório de Desenvolvimento Mundial 2018'], p. 3 (inglês).
- 32 Eric A. Hanushek, 'The Role of Cognitive Skills in Economic Development' ['O Papel das Habilidades Cognitivas no Desenvolvimento Econômico'], *Journal of Economic Literature* 46, no. 3 (2008): pp. 607–688 (inglês). Na visão de Hanushek, a literatura concentrou-se fortemente no nível de educação e não o suficiente no desenvolvimento de habilidades cognitivas ao examinar a ligação entre educação e rendimentos individuais.
- 33 Assembleia Geral da ONU, 'Transforming our world' ['Transformando nosso mundo'], Objetivo 4 (inglês).
- 34 Manos Antoninis e Silvia Montoya, [*O mundo está fora do caminho para cumprir seus compromissos com a educação até 2030*](#), *UNESCO Institute for Statistics*, blog (9 julho 2019) (inglês).
- 35 Ver, por exemplo: Banco Mundial, [*Educação: visão geral*](#), website (inglês). Em 2016, cerca de US\$ 800 milhões foram gastos em educação de refugiados, aproximadamente financiados em partes iguais por ajuda humanitária e de desenvolvimento. Este valor exclui o financiamento fornecido para a educação dos refugiados da Palestina, que representou um valor adicional e US\$ 453 milhões. UNESCO, [*Relatório Global de Monitoramento da Educação 2019: Migração, deslocamento e educação: construindo pontes, não muros*](#) (2019): pp. xix, 250–251 (inglês). Por meio dos mecanismos especiais da Associação Internacional de Desenvolvimento (IDA) do Banco Mundial, Sub-janela IDA18 para Refugiados e Comunidades Anfitriãs e Janela IDA19 para Comunidades Anfitriãs e Refugiados, cerca de US\$ 330 milhões foram aprovados para projetos de educação em fevereiro de 2021. Banco Mundial, 'World Bank's Global Program on Forced Displacement – Brief for Partners Consultation' ['Programa Global do Banco Mundial sobre Deslocamento Forçado – Resumo para Consulta aos Parceiros'] (25 março 2021) (inglês).
- 36 Dina Abu-Ghaida e Karishma Silva, [*Educando os deslocados à força: principais desafios e oportunidades*](#), Documento de referência para o 70º aniversário da Convenção sobre Refugiados de 1951, ACNUR (outubro de 2021): p. 21 (inglês). Veja também: Samer Al-Samarrai et al., [*Vigília de Finanças da Educação 2021*](#), Relatório, Banco Mundial, 2021, p. 2 (inglês). O relatório destaca que "[dois] terços dos países de baixa renda e média-baixa, incluídos nos dados coletados para [Education Finance Watch] cortaram seus orçamentos de educação desde o início da pandemia de COVID-19. Em comparação, apenas um terço dos países de renda média-alta e alta reduziram seu orçamento".
- 37 Abu-Ghaida e Silva, 'Educating the Forcibly Displaced: Key Challenges and Opportunities' ['Educando os deslocados à força: principais desafios e oportunidades'] (inglês).

...PARTE IV: Melhorando as Perspectivas de Vida...

- 38 ACNUR, [Faltando: Educação para Refugiados em Crise](#), Relatório (Setembro 2016): p. 4 (inglês).
- 39 ACNUR, [Resumo de Educação 1: Educação e Proteção](#) (julho 2015): p. 2 (inglês); ACNUR, [Resumo de educação 2: Crianças fora da escola em ambientes de refugiados](#) (julho 2015): p. 1 (inglês).
- 40 Abu-Ghaida e Silva, 'Educating the Forcibly Displaced: Key Challenges and Opportunities' ['Educando os deslocados à força: principais desafios e oportunidades'], p. 8 (inglês). Sobre a importância da educação para o bem-estar psicossocial das crianças deslocadas, ver também: UNESCO, [Educação como cura: abordando o trauma do deslocamento por meio da aprendizagem social e emocional](#), Documento Político 38 (abril 2019) (inglês).
- 41 Da expressão árabe: 'Mitl al fare' bein al ard wa al sama'. Entrevista com o autor, o nome de Ahmed é alterado por questões de confidencialidade. Em 2012, o Ministério da Educação e Ensino Superior libanês abriu as portas das escolas públicas para crianças refugiadas sírias. Os segundos turnos foram posteriormente adicionados à medida que o número de crianças refugiadas sírias aumentou. No final de 2019, mais de 200.000 crianças refugiadas sírias estavam matriculadas em escolas públicas libanesas. No entanto, %44 das crianças refugiadas no Líbano em idade escolar obrigatória permaneceram fora da escola formal. *Lebanon Inter-Agency Working Group*, [Educação: Painel de fim de ano de 2019](#), Ficha Técnica, Portal de Dados Operacionais do ACNUR (inglês).
- 42 Estes são refugiados sob mandato do ACNUR. ACNUR, [Intensificação: Educação de Refugiados em Crise](#), Relatório (2019): p. 11 (inglês). Há mais de 1,3 milhão sob o mandato da UNRWA. ACNUR, [Refugee Data Finder](#) (inglês). O ACNUR estima que 80% dos refugiados se registram no Escritório. Observe que o ACNUR estima que, dos 79,5 milhões de pessoas deslocadas à força no final de 2019, 30 a 34 milhões são crianças. ACNUR, [Tendências Globais: Deslocamento Forçado em 2019](#), Relatório Anual (2020): p. 14 (inglês).
- 43 Idades entre 5 a 17 anos abrangidas. Sobre as dificuldades relacionadas a dados desagregados sobre deslocados internos, ver: IDMC, [Relatório Global sobre Deslocamento Interno](#) (maio 2021): pp. 17–18 (inglês). Em seu relatório conjunto de 2019, o UNICEF e o IDMC estimam que apenas 14% dos países e territórios com dados sobre deslocados internos relacionados a conflito desagregam por idade, dos quais apenas um quarto o faz sistematicamente. UNICEF e IDMC, [Acesso equitativo à educação de qualidade para crianças deslocadas internamente](#), Relatório (julho 2019): p. 4 (inglês). Os desafios do acesso são discutidos mais adiante nesta Parte.
- 44 ACNUR, [Unindo-se para a Educação de Refugiados](#), Relatório (2020): pp. 9, 23 (inglês). Comparações compiladas por Abu-Ghaida e Silva, 'Educating the Forcibly Displaced: Key Challenges and Opportunities' ['Educando os deslocados à força: principais desafios e oportunidades'] (inglês). Usando dados de: Banco Mundial, 'World Development Indicators' ['Indicadores de Desenvolvimento Mundial'], Banco de Dados (inglês). Os dados educacionais do ACNUR recentemente divulgados mostram uma queda nos indicadores da escola primária desde 2019, com 68% das crianças refugiadas matriculadas na escola primária em março de 2020, as matrículas secundárias aumentaram para 34% e as matrículas no ensino superior até 5%. ACNUR, [Mantendo o rumo: os desafios enfrentados pela educação de refugiados](#), Relatório de Educação do ACNUR 2021 (setembro 2021): pp. 6–7 (inglês).

...PARTE IV: Melhorando as Perspectivas de Vida...

- 45 86% das pessoas deslocadas através das fronteiras estão em países em desenvolvimento. ACNUR, 'Global Trends 2020' ['Tendências Globais 2020'], p. 2 (inglês). 98% dos deslocados internos estão em países em desenvolvimento (46,9 de 48,0 milhões). ACNUR, [Refugee Data Finder \(IDMC data\)](#).
- 46 Sarah Dryden-Peterson, 'Refugee Education: The Crossroads of Globalization' ['Educação para refugiados: a encruzilhada da globalização'], *Educational Researcher* 45, no. 9 (dezembro 2016): p. 477 (inglês). O apoio do ACNUR foi principalmente através do financiamento de um número limitado de bolsas de estudo pós-primário.
- 47 Em 1990, a Conferência Mundial sobre Educação adotou a Declaração Mundial sobre Educação para Todos e um Quadro de Ação. O lançamento do programa global foi um produto de cinco agências internacionais líderes: (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), Fundo das Nações Unidas para a População (UNFPA), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e o Banco Mundial. Desde então, a iniciativa cresceu para representar uma ampla coalizão, incluindo governos nacionais, grupos da sociedade civil, atores do desenvolvimento e ONGs especializadas. Veja: UNESCO, [Educação para Todos \(EFA\)](#), *International Bureau of Education*, website (inglês).
- 48 Durante este período, as crianças refugiadas nos campos eram mais propensas a ir à escola do que as crianças deslocadas forçadamente. Marc Sommers, [Crianças, educação e guerra: alcançando os objetivos da Educação para Todos \(EFA\) em países afetados por conflitos](#), Documento de Trabalho de RCP 1, Grupo Banco Mundial (30 junho 2002): pp. 27–28 (inglês). Para mais informações sobre a história das intervenções educacionais para refugiados, ver: Dryden-Peterson, 'Refugee Education' ['Educação para Refugiados'] (inglês).
- 49 ACNUR, [Diretrizes revisadas \(1995\) para assistência educacional aos refugiados](#) (Geneva: UNHCR, 1995), Parte III: 'Refugee Education in Large Scale Emergencies, Oriented to Durable Solutions' ['Educação de Refugiados em Emergências de Grande Escala, Orientada para Soluções Duráveis'] (inglês).
- 50 Dryden-Peterson, 'Refugee Education' ['Educação para Refugiados'] (inglês).
- 51 ACNUR, [Estratégia de Educação 2012–2016](#) (janeiro 2012) (inglês).
- 52 ACNUR, [Educação para Refugiados 2030: Uma Estratégia para a Inclusão de Refugiados](#) (2019) (inglês).
- 53 AGNU, [Pacto Global sobre Refugiados](#) (2 agosto 2018), UN Doc A/73/12 (Part II), para. 68 (inglês). Os sistemas nacionais de educação podem ser formais ou informais. A educação formal refere-se a programas reconhecidos e certificados por um Ministério da Educação. Os programas de educação não formal não são certificados por um Ministério da Educação, embora possam ocorrer em uma instituição de ensino. Eles incluem programas vocacionais e técnicos, bem como alfabetização, aptidões numéricas, habilidades para a vida e atividades recreativas, que podem não levar a um certificado. Abu-Ghaida e Silva, 'Educating the Forcibly Displaced: Key Challenges and Opportunities' ['Educando os deslocados à força: principais desafios e oportunidades'] (inglês).

...PARTE IV: Melhorando as Perspectivas de Vida...

- 54 ACNUR, *'Coming Together For Refugee Education'* ['Unindo-se pela educação de refugiados'], p. 9 (inglês). Os dados são baseados em dados de 12 países que abrigam mais da metade dos 20,4 milhões de refugiados sob o mandato do ACNUR, p. 10. Refere-se ao total de crianças na escola primária, independentemente da idade.
- 55 ACNUR, *'Coming Together For Refugee Education'* ['Unindo-se pela educação de refugiados'], p. 9 (inglês); ACNUR, *'Stepping Up'* ['Intensificação'], p. 23 (inglês).
- 56 UNHCR, *'Coming Together For Refugee Education'* ['Unindo-se pela educação de refugiados'], p. 9 (inglês). Ambas as taxas ficaram bem abaixo da média global de 76%. Banco Mundial, [Indicador de Desenvolvimento Mundial](#) (inglês). Mais estudos são necessários para comparar essas taxas com as populações locais. Isso faz parte dos compromissos gerais para melhorar as respostas ao deslocamento forçado de uma maneira que também beneficie as comunidades de acolhida.
- 57 ACNUR, *'Coming Together For Refugee Education'* ['Unindo-se pela educação de refugiados'], p. 5 (inglês); ACNUR, *'Staying the Course'* ['Mantendo o rumo'], p. 32 (inglês); Naomi Nyamweya, [Deslocamento, educação de meninas e COVID-19](#), Blog da Parceria Global para Educação (26 junho 2020) (inglês).
- 58 Quentin Wodon et al., [Oportunidades perdidas: o alto custo de não educar meninas](#), Relatório, Banco Mundial (julho 2018): p. 4 (inglês). O relatório observa que as mulheres com algum nível de educação primária ganham de 14 a 19 por cento mais do que aquelas sem nenhuma educação. A diferença é ainda mais pronunciada para quem tem ensino superior, que ganha quase três vezes a renda de quem não tem educação.
- 59 Wodon et al., *'Missed Opportunities'* ['Oportunidades perdidas'], p. 4 (inglês); Klugman et al., *'Voice and Agency'* ['Voz e Agência'], pp. 2, 38, 49, 103, 107–111 (inglês). Este estudo cita muitos estudos de caso para sustentar essa correlação. Além disso, as mulheres que se casam cedo têm a chance reduzida de alfabetização, são mais propensas a sofrer violência por parceiro íntimo, têm maior incidência de HIV em alguns contextos e têm menos agência humana em geral.
- 60 Para uma visão geral dos desafios na educação para deslocados internos (IDPs), veja: UNICEF, IDMC, *'Equitable Access to Quality Education for Internally Displaced Children'* ['Acesso equitativo à educação de qualidade para crianças deslocadas internamente'] (inglês).
- 61 A GCPEA é uma coalizão sem fins lucrativos de organizações que inclui: copresidentes da *Human Rights Watch* e *Save the Children*; o Conselho de Acadêmicos em Risco (Cara); o Instituto de Educação Acima de Tudo; Plano Internacional; UNICEF e UNESCO. Coalizão Global para Proteger a Educação de Ataques, GCPEA, [Educação sob ataque: um estudo global de ataques a escolas, universidades, seus alunos e funcionários, 2017–2019](#), Relatório (2020): pp. 8–13 (inglês). Mais de dois terços dos ataques atingiram diretamente escolas e incluíram incêndios criminosos, dispositivos explosivos improvisados (IEDs), ataques aéreos, ataques terrestres, invasões e saques.
- 62 Abu-Ghaida e Silva, *'Educating the Forcibly Displaced: Key Challenges and Opportunities'* ['Educando os deslocados à força: principais desafios e oportunidades'], pp. 8–9 (inglês).

...PARTE IV: Melhorando as Perspectivas de Vida...

- 63 Para aqueles que concluíram o ensino médio antes de evadir-se a falta de certificados escolares oficiais pode ser uma barreira adicional. ACNUR, *'Refugee Education 2030'* ['Educação para Refugiados 2030'], p. 13 (inglês); RRM para Ensino Superior em Emergências e Plataforma Global para Estudantes Sírios, [Educação Superior em Emergências – A caminho de 2030](#), Relatório (janeiro 2020) (inglês).
- 64 Rez Gardi, [Acesso ao ensino superior para pessoas deslocadas à força: desafios, boas práticas e sugestões para o futuro](#), Documento de Referência para 70º Aniversário da Convenção de Refugiados de 1951, ACNUR (outubro de 2021) (inglês). Rez Gardi é uma curda neozelandesa e passou os primeiros seis anos de sua vida em um campo de refugiados no Paquistão.
- 65 UNESCO, *'Global Education Monitoring Report 2019'* ['Relatório Global de Monitoramento da Educação 2019'], p. 235 (inglês).
- 66 Abu-Ghaida e Silva, *'Educating the Forcibly Displaced: Key Challenges and Opportunities'* ['Educando os deslocados à força: principais desafios e oportunidades'], p. 10 (inglês).
- 67 O ensino médio e superior são mais caros, exigem professores especializados e a demanda supera a oferta. Além de não poderem arcar com o custo da educação pós-primária, as pessoas deslocadas à força podem não conseguir renunciar ao trabalho para frequentar a escola por razões financeiras. Para saber mais sobre isso, veja: Abu-Ghaida e Silva, *'Educating the Forcibly Displaced: Key Challenges and Opportunities'* ['Educando os deslocados à força: principais desafios e oportunidades'] (inglês).
- 68 Programas concebidos para este fim são muitas vezes referidos como programas de educação acelerada que o ACNUR descreve como "programas flexíveis, adequados à idade, executados em um prazo acelerado, que visam fornecer acesso à educação para pessoas desfavorecidas, maiores de idade, crianças e jovens fora da escola – especialmente aqueles que perderam ou tiveram sua educação interrompida devido à pobreza, marginalização, conflito e crise." ACNUR, [Educação Acelerada](#), website (inglês).
- 69 Abu-Ghaida e Silva, *'Educating the Forcibly Displaced: Key Challenges and Opportunities'* ['Educando os deslocados à força: principais desafios e oportunidades'], p. 9 (inglês).
- 70 Mohammed Al-Sabahi e Ghaidaa Motahar, [Usando escolas públicas como abrigo para deslocados internos no Iêmen](#), *Forced Migration Review* 55 (junho 2017) (inglês); Mercy Corps, [A promessa de educação aproxima meninas sírias e jordanianas](#), blog (10 fevereiro 2015) (inglês).
- 71 O financiamento de combate ao deslocamento forçado é discutido na Parte V.
- 72 IGAD é uma plataforma intergovernamental regional no Leste e Chifre da África com os seguintes membros: Djibuti; Eritreia; Etiópia; Quênia; Somália; Sudão do Sul; Sudão; e Uganda. Para mais informações sobre a iniciativa, ver: ACNUR, *'Refugee Education 2030'* ['Educação para Refugiados 2030'], p. 31 (inglês).
- 73 As mudanças na taxa bruta de matrículas de refugiados entre 2018/19 e 2019/20 foram de 73% para 76% para o ensino fundamental e de 13% para 11% para o ensino médio. Estatísticas da Educação do ACNUR.
- 74 Na Etiópia, as mudanças na taxa bruta de matrícula de refugiados entre 2018/19 e 2019/20 foram de 67% para 66% no ensino fundamental e de 11% para 13% no ensino médio. Estatísticas da Educação do ACNUR.

...PARTE IV: Melhorando as Perspectivas de Vida...

- 75 ACNUR, [Quênia: Educação](#), website (inglês).
- 76 ACNUR, 'Global Trends 2020' ['Tendências Globais 2020'], p. 2 (inglês).
- 77 Fonte: Jennifer Roberts, Oficial Sênior de Educação do ACNUR em referência a [Dados do Ministério da Educação da Turquia](#) (inglês); No Lost Generation, [Aprendizado Contínuo para Todas as Crianças e Jovens Sírios](#), Relatório (2020): p. 6 (inglês). O relatório fornece uma tabela mostrando as tendências 2017–2020.
- 78 Ibid., p. 5. As taxas de matrícula para estudantes refugiados em geral são menores. A coleta mais recente do ACNUR no Egito relatou taxas de matrícula no ensino médio de 58% e 54%, respectivamente. Estatísticas de Educação do ACNUR. No Fórum Global de Refugiados de 2019, o Egito prometeu promover a inclusão de forma mais uniforme em todos os grupos de refugiados. ACNUR, [Painel de Compromissos e Contribuições](#), Plataforma Digital do Fórum Global de Refugiados (inglês).
- 79 No Lost Generation, 'Continued Learning for All Syrian Children and Youth' ['Aprendizado Contínuo para todas as Crianças e Jovens Sírios'], p. 6 (inglês). Este é um declínio significativo de 280.000 em 2019 e reflete as reduções na inscrição de refugiados experimentada devido ao COVID-19 em 2020.
- 80 No Lost Generation, 'Continued Learning for All Syrian Children and Youth', ['Aprendizado Contínuo para todas as Crianças e Jovens Sírios'], p. 6 (inglês).
- 81 Ibid., pp. 4, 6.
- 82 Ibid., pp. 4, 6. O acesso e a retenção de crianças refugiadas sírias em idade escolar na região do Curdistão continua sendo um 'sério desafio, apesar dos esforços do Ministério da Educação do Governo Regional do Curdistão e se seus parceiros educacionais. Antes da pandemia do COVID-19, as taxas de matrícula na escola primária eram de apenas 51% nos campos e 29% nas áreas urbanas. Uma parte substancial estava matriculada na educação não formal. Uma estratégia para apoiar a inclusão de refugiados no sistema nacional foi desenvolvida pelos parceiros da educação e pelo Ministério da Educação do GRC, que ainda deve ser formalmente adotada pelo Conselho de Ministros. No Lost Generation, 'Continued Learning for All Syrian Children and Youth' ['Aprendizado Contínuo para todas as Crianças e Jovens Sírios'], pp. 4–6 (inglês); Camille Le Coz et al., [Uma ponte para um terreno mais firme: aprendendo com experiências internacionais para apoiar caminhos para soluções no contexto dos refugiados sírios](#), Relatório de Pesquisa, Durable Solutions Platform and Migration Policy Institute (março 2021): p. 55 (inglês).
- 83 Fonte: Jennifer Roberts, Oficial Sênior de Educação do ACNUR. A disponibilidade limitada no sistema público refere-se às escolas onde o árabe é a língua de instrução.
- 84 No Brasil, a taxa bruta de matrícula do 1º ao 9º ano é de cerca de 74% os venezuelanos, e comparação com 100% entre os brasileiros. No ensino médio, é de 40% para os venezuelanos em comparação com 80% para brasileiros. Ver: Mrittika Shamsuddin et al., [Integração de Refugiados e Migrantes Venezuelanos no Brasil](#), Documento de Trabalho de Pesquisa de Políticas 9605, Grupo Banco Mundial (março 2021): pp. 18–20. Veja também: ACNUR/Banco Mundial, [Políticas do Brasil impulsionam inclusão de venezuelanos, mas desafios permanecem](#), Comunicado de imprensa conjunto (18 maio 2021); Sobre a Colômbia, veja: ACNUR, 'Staying the Course' ['Mantendo o rumo'], p. 12 (inglês).

...PARTE IV: **Melhorando as Perspectivas de Vida...**

- 85 R4V Inter-Agency Coordination Platform for Refugees and Migrants from Venezuela, [Plano Regional de Resposta a Refugiados e Migrantes \(RMRP\) para refugiados e migrantes da Venezuela: janeiro a dezembro de 2021](#) (dezembro 2020): pp. 64–65, 88–89, 105–106, 129–130 (inglês); Andrew Selee e Jessica Bolter, [Uma recepção desigual: respostas da América Latina e do Caribe à migração venezuelana e nicaraguense](#), Relatório, *Migration Policy Institute* (fevereiro 2020): pp. 30–34 (inglês).
- 86 Andrew Selee e Jessica Bolter, 'An Uneven Welcome' ['Uma recepção desigual'], p. 31 (inglês). Os autores fornecem vários exemplos, como Peru, Trinidad e Tobago e Uruguai. Ver também: Diana Rodríguez-Gómez, 'Bureaucratic Encounters and the Quest for Educational Access among Colombian Refugees in Ecuador' ['Encontros burocráticos e a busca pelo acesso educacional entre refugiados colombianos no Equador'], *Journal on Education in Emergencies* 5, no. 1 (2019): pp. 62–93 (inglês).
- 87 Global Education Monitoring Report Team, 'Global Education Monitoring Report 2019' ['Relatório Global de Monitoramento da Educação 2019'], p. 236 (inglês). Este relatório estima, com base nos dados disponíveis, que a parcela dos gastos das famílias com educação é de aproximadamente 18% nos países de alta renda, 25% nos de renda média e 33% nos de baixa renda.
- 88 Para uma discussão mais detalhada sobre os dados necessários no setor de educação e por quê, veja: Abu-Ghaida e Silva, 'Educating the Forcibly Displaced: Key Challenges and Opportunities' ['Educando os deslocados à força: principais desafios e oportunidades'] (inglês).
- 89 Conforme observado, a maioria não informa sistematicamente sobre os deslocados internos. Dos 42 países que relataram progresso nos ODS em 2019, apenas 13 mencionaram refugiados como merecedores de atenção específica e nenhum forneceu dados relacionados a refugiados em relação ao cumprimento de qualquer uma das metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.
- 90 Johannes Hoogeveen e Utz Pape (eds.), 'Data Collection in Fragile States: Innovations from Africa and Beyond' ['Coleta de Dados em Estados Frágeis: Inovações da África e Além'] (Cham: Palgrave Macmillan, 2020) (inglês): referenciado em: Abu-Ghaida e Silva, 'Educating the Forcibly Displaced: Key Challenges and Opportunities' ['Educando os deslocados à força: principais desafios e oportunidades'], p. 15 (inglês).
- 91 UNESCO, [Fortalecimento do EMIS e dados para maior resiliência às crises – Conferência Internacional 2020](#), Nota Conceitual (inglês). Conferência realizada na sede da UNESCO, Paris, de 21 a 23 de abril de 2020. Juntamente com *Education Cannot Wait* e NORCAP (grupo de especialistas do Conselho Norueguês para Refugiados, que apoia organizações humanitárias, de desenvolvimento e de construção da paz). NRC, [Sobre a NORCAP](#), website (inglês).
- 92 Abu-Ghaida e Silva, 'Educating the Forcibly Displaced: Key Challenges and Opportunities' ['Educando os deslocados à força: principais desafios e oportunidades'], p. 21 (inglês).
- 93 Banco Mundial, 'World Development Report 2018' ['Relatório de Desenvolvimento Mundial 2018'], p. 108 (inglês). O relatório observa um exemplo desse crescimento: "[O] número de avaliações de impacto de intervenções destinadas a melhorar os resultados da aprendizagem nos países em desenvolvimento aumentou de 19 em 2000 para 299 em 2016".

...PARTE IV: Melhorando as Perspectivas de Vida...

- 94 Como explicam Abu-Ghaida e Silva, “a coleta de dados geralmente tem sido tratada como um subproduto da intervenção, em vez de uma atividade mais deliberada para informar a formulação de políticas baseadas em evidências”. “A coleta de dados geralmente é refletida por meio de relatórios para *Clusters* de Educação ou Proteção, ou de organizações individuais para doadores. Esses dados tendem a ser específicos do programa e não totalmente adequados para responder aos requisitos de dados para o projeto de políticas.” Abu-Ghaida e Silva, *‘Educating the Forcibly Displaced: Key Challenges and Opportunities’* [‘Educando os deslocados à força: principais desafios e oportunidades’], p. 17 (inglês).
- 95 Sobre a necessidade de mais avaliações de impacto em contextos de deslocamento forçado em geral, ver: Paola Elice, [Avaliações de Impacto em Contextos de Deslocamento Forçado: Um Guia para Profissionais](#), Documento de referência para o 70º aniversário da Convenção sobre Refugiados de 1951, ACNUR (outubro de 2021).
- 96 Ragui Assaad, Thomas Ginn, e Mohamed Saleh, [Impacto dos refugiados sírios nos resultados da educação na Jordânia](#), Documento de Trabalho 1214, *Economic Research Forum* (setembro 2018).
- 97 Semih Tumen, [“O efeito dos refugiados nos adolescentes nativos” Pontuações do teste: evidências quase experimentais de Pisa](#), Documento de Trabalho 1356, *Economic Research Forum* (outubro 2019) (inglês).
- 98 Abu-Ghaida e Silva, *‘Educating the Forcibly Displaced: Key Challenges and Opportunities’* [‘Educando os deslocados à força: principais desafios e oportunidades’], pp. 27–28 (inglês). Os autores observam que, em 2016, o apoio humanitário e de desenvolvimento combinado à educação de refugiados (excluindo refugiados da Palestina) totalizou US\$ 800 milhões, seis vezes menos do que o necessário para apoiar a matrícula de crianças refugiadas do jardim de infância até a 12ª série. Veja também: Global Education Monitoring Report Team, *‘Global Education Monitoring Report 2019’* [‘Relatório Global de Monitoramento da Educação 2019’], p. 252 (inglês).
- 99 Banco Mundial e ACNUR, [O custo global da educação inclusiva para refugiados](#), Relatório Conjunto (janeiro 2021): p. 36 (inglês). Isso não inclui crianças refugiadas da Palestina, para as quais seriam necessários mais US\$ 443 milhões por ano.
- 100 Stockholm International Peace Research Institute, [Despesas militares globais têm o maior aumento anual em uma década – diz SIPRI – atingindo US \\$ 1917 bilhões em 2019](#), Comunicado de imprensa (27 April 2020). Em 2019, as despesas militares globais foram de US\$ 1.917 bilhões, o que significa que, em média, mais de US\$ 5 bilhões foram gastos em militares a cada dia.
- 101 Educação não pode esperar (ECW), [Vencer a raça humana: relatório anual de resultados de 2020](#) (julho 2021): p. 12 (inglês).
- 102 Isso inclui a Parceria Global para a Educação (GPE). Lançado em 2002, o GPE é um fundo global dedicado à educação em países de baixa renda. Tornou o apoio a países frágeis e afetados por conflitos uma área prioritária de foco. GPE, [Educação em Situações de Crise](#), website (inglês). Também iniciado há mais de nove anos, o *Educate A Child* (EAC), programa de Educação Acima de Tudo, tem como objetivo desencadear avanços significativos e uma diferença material na vida das crianças que não têm acesso ao ensino

...PARTE IV: **Melhorando as Perspectivas de Vida...**

fundamental. A EAC tem ajudado milhões de crianças fora da escola (OOSC na sigla em inglês) mais difíceis de alcançar, incluindo refugiados, em todo o mundo, a realizar seu direito a uma educação de qualidade.

- 103 Esses mecanismos de financiamento relativamente novos conhecidos como *IDA18 Sub-window for Refugee and Host Communities* e *IDA-19 Window for Host Communities and Refugees* são mais discutidos na Parte V. O financiamento que eles forneceram para a educação representa cerca de 15% dos US\$ 2,2 bilhões acessados até agora. 'World Bank's Global Program on Forced Displacement – Brief for Partners Consultation' ['Programa Global do Banco Mundial sobre Deslocamento Forçado – Resumo para consulta de parceiros], pp. 5–6 (inglês).
- 104 Para países de renda média que podem ter menos acesso à ajuda ao desenvolvimento, promove prazos de empréstimo reduzidos e garantias de pagamento de empréstimos para aumentar seu acesso ao financiamento. *The Education Commission*, [International Finance Facility for Education](#), website (inglês); Abu-Ghaida e Silva, 'Educating the Forcibly Displaced: Key Challenges and Opportunities' ['Educando os deslocados à força: principais desafios e oportunidades'], p. 32 (inglês).
- 105 [Pacto Global Sobre Refugiados \(2018\)](#). (inglês)
- 106 Abu-Ghaida e Silva, 'Educating the Forcibly Displaced: Key Challenges and Opportunities' ['Educando os deslocados à força: principais desafios e oportunidades'] (inglês).
- 107 Ibid.
- 108 Grupo Banco Mundial, [Estratégia do Grupo Banco Mundial para Fragilidade, Conflito e Violência 2020–2025](#), Relatório do Conselho (fevereiro de 2020): p. 11 (inglês).
- 109 Esse também foi um dos compromissos assumidos na Cúpula Humanitária Mundial de 2016. O compromisso foi assumido por todos os envolvidos nos campos do desenvolvimento e humanitário de trabalhar com base na "vantagem comparativa entre os atores, sejam eles locais, nacionais ou internacionais, públicos ou privados" para resultados que reforçam os sistemas nacionais e locais. AGNU, [Uma humanidade: responsabilidade compartilhada: Relatório do Secretário-Geral para a Cúpula Humanitária Mundial](#), Anexo: 'Agenda para a Humanidade' (2 fevereiro 2016), UN Doc A/70/709 (inglês). O fato de muitos parceiros na educação recorrerem aos mesmos doadores também torna a coordenação essencial, um papel que alguns sugeriram que a UNESCO poderia desempenhar. Abu-Ghaida e Silva, 'Educating the Forcibly Displaced: Key Challenges and Opportunities' ['Educando os deslocados à força: principais desafios e oportunidades'].
- 110 Incluindo os relacionados a seu status legal.
- 111 Isabel Arciniegas Guaneme et al., [COVID-19 e pessoas deslocadas à força: abordando os impactos e respondendo aos desafios](#), Documento de referência para o 70º aniversário da Convenção sobre Refugiados de 1951, ACNUR (outubro de 2021): pp. 28–31 (inglês).
- 112 Como por meio de televisão, rádio e mensagens de texto interativas. UNICEF, [COVID-19: As crianças podem continuar aprendendo durante o fechamento das escolas](#), Ficha Técnica (agosto 2020). Outro estudo estima que 2,2 bilhões de pessoas com menos de 25 anos não tinham acesso à internet em casa.

...PARTE IV: Melhorando as Perspectivas de Vida...

UNICEF e União Internacional de Telecomunicações, *Quantas Crianças e Jovens Têm Acesso à Internet em Casa? Estimando a conectividade digital durante a pandemia de COVID-19*, Relatório (2020) (inglês).

- 113** Alastair Westgarth, *Dizendo adeus a Loon*, *Medium* (21 janeiro 2021) (inglês).
- 114** Amy Lynn Smith (Serviço de Inovações do ACNUR), *A Busca de Refugiados' Inclusão na Conectividade Digital*, *Medium* (6 agosto 2021) (inglês).
- 115** Abu-Ghaida e Silva, *'Educating the Forcibly Displaced: Key Challenges and Opportunities'* ['Educando os deslocados à força: principais desafios e oportunidades'].
- 116** Ibid. As qualificações dos professores refugiados muitas vezes não são reconhecidas pelos governos de acolhimento. Isso, bem como as proibições gerais de refugiados que trabalham, significa que eles não podem ajudar a resolver a falta de professores. Alguns professores refugiados qualificados podem apoiar a educação informalmente e podem receber quantias nominais de pagamento de incentivo por organizações internacionais e não governamentais.
- 117** Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais da ONU, *Objetivos de Desenvolvimento Sustentável*, site, Objetivo 3 (inglês).
- 118** Mercedes de Onis e Monika Blössner, 'The World Health Organization Global Database on Child Growth and Malnutrition: methodology and applications' ['O Banco de Dados Global da Organização Mundial da Saúde sobre Crescimento Infantil e Desnutrição: metodologia e aplicações'], *International Journal of Epidemiology* 32, no. 4 (agosto 2003): pp. 518–526 (inglês). Os dados mostram que a desnutrição impede o crescimento físico das crianças, bem como seu desenvolvimento mental. Também os deixa "mais suscetíveis a doenças infecciosas, como malária, meningite e pneumonia".
- 119** Veja, por exemplo: Banco Mundial, *Pobreza e Saúde*, website (inglês).
- 120** Michael J. Toole e Ronald J. Waldman, 'Prevention of Excess Mortality in Refugee and Displaced Populations in Developing Countries' ['Prevenção do Excesso de Mortalidade em Refugiados e Populações Deslocadas em Países em Desenvolvimento'], *Journal of the American Medical Association* 263, no. 24 (27 junho 1990): pp. 3296–3302 (inglês). Um estudo de quatro grandes crises humanitárias em meados da década de 2000 que ocorreram na República Democrática do Congo, Etiópia, Somália e Sudão encontrou taxas de mortalidade significativamente mais altas em deslocados internos do que em refugiados e populações de acolhida afetadas pelas crises. Os autores especularam que a razão para as diferenças poderia ser que os programas humanitários enfrentaram menos obstáculos para alcançar as áreas de refugiados do que as áreas de alta concentração de deslocados internos. Peter Heudtlass, Niko Speybroeck, e Debarati Guha-Sapir, *'Excess mortality in refugees, internally displaced persons and resident populations in complex humanitarian emergencies (1998–2012) – insights from operational data'* ['Excesso de mortalidade em refugiados, pessoas deslocadas internamente e populações residentes em emergências humanitárias complexas (1998–2012) – insights de dados operacionais'], *Conflict and Health* 10, no. 15 (2016): pp. 1–11 (inglês).

...PARTE IV: **Melhorando as Perspectivas de Vida...**

- 121 Mâire A. Connolly et al., 'Communicable diseases in complex emergencies: impact and challenges' ['Doenças transmissíveis em emergências complexas: impacto e desafios'], *The Lancet* 364, no. 9449 (2004): pp. 1974–1983 (inglês). Em 2020, a malária foi a causa mais comum de mortalidade relatada entre os refugiados (20%), seguida por infecções do trato respiratório superior e inferior. ACNUR, [Revisão Global Anual de Saúde Pública de 2020](#) (junho 2021) (inglês); Oluwakemi C. Amodu, Magdalena S. Richter, and Bukola O. Salami, 'A Scoping Review of the Health of Conflict-Induced Internally Displaced Women in Africa' ['Uma Revisão do Âmbito da Saúde das Mulheres Deslocadas Internamente Induzidas por Conflitos na África'], *International Journal of Environmental Research and Public Health* 17, no. 4 (2020): pp. 16–17 (inglês).
- 122 Um nível adequado de atenção à saúde, incluindo imunizantes, pode ajudar a mitigar isso, juntamente com medidas de monitoramento e controle de infecções. Angel N. Desai et al., 'Infectious disease outbreaks among forcibly displaced persons: an analysis of ProMED reports 1996–2016' ['Surto de doenças infecciosas entre pessoas deslocadas à força: uma análise dos relatórios do ProMED 1996–2016'], *Conflict and Health* 14, no. 49 (2020): p. 8 (inglês). O ProMED é um programa da Sociedade Internacional de Doenças Infecciosas (ISID), lançado em 1994 para identificar eventos de saúde incomuns relacionados a doenças infecciosas emergentes e reemergentes e toxinas que afetam humanos, animais e plantas. Ao mesmo tempo, restam poucos dados ou vigilância de doenças tropicais, como Dengue, Zika, Chagas, Chikungunya, Tripanossomíase, às quais também estão expostas populações deslocadas à força.
- 123 Veja, por exemplo: Escritório Regional da OMS para a Europa, [Saúde de refugiados e migrantes: análise da situação regional, práticas, experiências, lições aprendidas e caminhos a seguir](#), Relatório (2018): pp. 8–11 (inglês). O relatório destaca que, apesar das diferenças nas necessidades de saúde resultantes do próprio deslocamento ou da situação nos países de origem, muitas necessidades de saúde dos refugiados e migrantes na UE são compartilhadas com as da população de acolhimento ou da população geral nas regiões de origem em geral. Por exemplo, o relatório observa que as doenças crônicas e não transmissíveis são importantes contribuintes para a mortalidade de refugiados e migrantes na Europa e também são cada vez mais prevalentes entre a população geral globalmente e a população de países de baixa e média renda, em particular.
- 124 Em alguns contextos, isso não é possível, pois o deslocamento ocorre em áreas remotas desassistidas ou áreas de conflito contínuo e/ou populações deslocadas desconfiam dos serviços prestados pelo Estado onde o Estado é a causa de seu deslocamento.
- 125 Por: Dr Jina Swartz (FMedSci), Professor David Cantor (*Internal Displacement Research Programme*), e Professor Bayard Roberts (*London School of Hygiene and Tropical Medicine*). Seu resumo foi baseado em discussões realizadas em um workshop interdisciplinar em fevereiro de 2021 sobre os principais problemas de saúde enfrentados por deslocados internos, lacunas no conhecimento e implicações políticas. '*IDP Health and How it can be Improved*' ['Saúde de deslocados internos e como ela pode ser melhorada'], workshop na Refugee Law Initiative, '*Panel Launch: Enabling Health Solutions for Internally Displaced Persons*' ['Painel de Lançamento: Habilitando Soluções de Saúde para Deslocados Internos'] (19 abril 2021); UK Academy of Medical Sciences (AMS), *Internal Displacement Research Programme (IDRP)*, e *School of Advanced Study (University of London)*, [Resumo da Política: Deslocamento Interno e Saúde – Submetido ao Painel de Alto Nível do Secretário-Geral da ONU sobre Deslocamento Interno](#) (abril 2021) (inglês).
- 126 '*Global Compact on Refugees*' ['Pacto Global Sobre Refugiados'] (2018), para. 72. Especificamente: "Os Estados e as partes interessadas relevantes contribuirão com recursos e conhecimentos para expandir e

...PARTE IV: Melhorando as Perspectivas de Vida...

melhorar a qualidade dos sistemas nacionais de saúde para facilitar o acesso de refugiados e comunidades de acolhida”.

- 127** Ibid., para. 73. Dada a preocupação dos países de acolhida de não serem obrigados a adotar uma estratégia de inclusão, o Pacto Global sobre Refugiados também prevê que a inclusão nos sistemas de saúde está sujeita às leis e políticas nacionais de saúde.
- 128** Ver, por exemplo: G. B. Masfield, *'Food and nutrition procedures in times of disaster'* [Procedimentos de alimentação e nutrição em tempos de desastre], *FAO Nutritional Studies*, no. 21 (1967): pp. 1–96 (inglês). Como se vê, nem sempre incluíam as necessidades nutricionais específicas das mulheres, conforme discutido mais adiante nesta Parte.
- 129** Toole e Waldman, *'Prevention of Excess Mortality in Refugee and Displaced Populations in Developing Countries'* [Prevenção do Excesso de Mortalidade em Refugiados e Populações Deslocadas em Países em Desenvolvimento], p. 3297 (inglês).
- 130** Ibid., pp. 3329–3301.
- 131** Marcos Cueto, *'The ORIGINS of Primary Health Care and SELECTIVE Primary Health Care'* [AS ORIGENS da Atenção Primária à Saúde e da Atenção Primária SELETIVA à Saúde], *American Journal of Public Health* 94, no. 11 (novembro 2004): p. 1865 (inglês).
- 132** *International Conference on Primary Health Care* [Conferência Internacional sobre Atenção Primária à Saúde], [Declaração de Alma-Ata](#) (Alma-Ata, USSR: 1978) (inglês).
- 133** Veja, por exemplo: OMS, [Construindo o caso econômico para a atenção primária à saúde: uma revisão de escopo](#) (2018) (inglês).
- 134** Ninette Kelley, *International NGO Working Group on Refugee Women*, e *International Consultation on Refugee Women* (eds.), *'Working with Refugee Women: A Practical Guide'* [Trabalhando com Mulheres Refugiadas: Um Guia Prático] (Geneva: International NGO Working Group on Refugee Women, 1989): pp. 26–27 (inglês). Deirdre Wulf, *'Refugee Women and Reproductive Health Care: Reassessing Priorities'* [Mulheres Refugiadas e Cuidados de Saúde Reprodutiva: Reavaliando Prioridades] (New York: *Women's Commission for Refugee Women and Children*, 1994): pp. 3, 8 (inglês).
- 135** Em relação à saúde reprodutiva, uma revisão de 1999 em contextos de deslocamento forçado descobriu que, embora a saúde reprodutiva estivesse na agenda das agências e mais recursos fossem apoiá-la, havia barreiras a serem superadas. Entre elas, a hesitação de algumas organizações e “trabalhadores de campo em priorizar a saúde reprodutiva”. Celia Palmer, Louisiana Lush, e Anthony Zwi, *'The emerging international policy agenda for reproductive health services in conflict settings'* [A emergente agenda política internacional para serviços de saúde reprodutiva em cenários de conflito], *Social Science & Medicine* 49, no. 12 (dezembro 1999): pp. 1689–1703 (inglês).
- 136** Discutido na Parte V em Parcerias.

...PARTE IV: **Melhorando as Perspectivas de Vida...**

- 137** Veja, por exemplo, Jordan: *Jordan Times*, [Médicos refugiados empregados na resposta à COVID-19 na Jordânia](#) (4 setembro 2021) (inglês). No Canadá, o governo canadense anunciou um programa especial para requerentes de asilo que trabalharam na resposta de assistência médica ao COVID-19 para serem elegíveis para solicitar residência permanente. No entanto, os defensores dos trabalhadores da linha de frente, apelidados de “anjos da guarda”, levantaram preocupações sobre os baixos números aprovados para residência até agora. *Standing Committee on Citizenship and Immigration* [Comissão Permanente de Cidadania e Imigração] (CIMM), [Anjos da Guarda \(Requerentes de Asilo que Trabalham na Linha de Frente\)](#), Governo do Canadá, website (8 março 2021) (inglês); Jacob Serebrin, [Poucos “anjos da guarda” de Quebec que trabalharam na área da saúde durante a pandemia foram concedidos residência](#), *The Canadian Press* (24 março 2021) (inglês); Stefan Christoff, [Canadá está deportando seus “anjos da guarda”](#), *Al Jazeera* (23 julho 2021) (inglês).
- 138** Liz Miller, ‘*The Irony of Refuge: Gender-Based Violence against Female Refugees in Africa*’ [‘A ironia do refúgio: violência de gênero contra mulheres refugiadas na África’], *Human Rights & Human Welfare: Minority Rights Digest* (2011): pp. 77–90 (inglês). Sobre as Guerras Balcânicas, veja: Caroline Kennedy-Pipe e Penny Stanley, ‘*Rape in War: Lessons of the Balkan Conflicts in the 1990s*’ [‘Estupro na guerra: lições dos conflitos balcânicos na década de 1990’], *The International Journal of Human Rights* 4, no. 3–4 (2000): pp. 67–84 (inglês). Os autores também revisam como o estupro tem sido uma característica comum das histórias de guerra registradas em geral. ACNUR, ‘*The State of The World’s Refugees 2000: Fifty Years of Humanitarian Action*’ [‘A Situação dos Refugiados no Mundo 2000: Cinquenta Anos de Ação Humanitária’] (Oxford: *Oxford University Press*, 2000): p. 87 (inglês); Amodu, Richter, e Salami, ‘*A Scoping Review of the Health of Conflict-Induced Internally Displaced Women in Africa*’ [‘Uma Revisão do Âmbito da Saúde das Mulheres Deslocadas Internamente Induzidas por Conflitos em África’], pp. 4–10 (inglês).
- 139** Os serviços abrangentes de saúde reprodutiva foram ainda mais avançados por meio da adesão ao Pacote Mínimo de Serviços Iniciais para responder às necessidades de saúde reprodutiva no início de uma crise humanitária. Ver: Fundo de População das Nações Unidas, [Pacote Mínimo de Serviço Inicial \(MISP\) para SRH em Situações de Crise](#). Os esforços de prevenção baseados na comunidade podem incluir estratégias para promover comportamentos positivos, atividades de comunicação para aumentar a conscientização sobre direitos legais relevantes, capacitar mulheres e meninas e envolver homens e meninos na compreensão e promoção da igualdade de gênero. Para mais exemplos e avaliações de atividades comunitárias recentes destinadas a prevenir a violência sexual e de gênero, veja: Teresa Hanley, [Resposta SGBV, mitigação de riscos e prevenção em crises humanitárias: Uma síntese das conclusões das avaliações das operações do ACNUR 2019](#) Relatório do ACNUR (setembro 2019): pp. 17–18 (inglês); N. Glass et al., ‘*Evaluating the communities care program: best practice for rigorous research to evaluate gender based violence prevention and response programs in humanitarian settings*’ [‘Avaliando o programa de atendimento às comunidades: melhor prática para pesquisas rigorosas para avaliar programas de prevenção e resposta à violência baseada em gênero em ambientes humanitários’], *Conflict and Health* 12, no. 5 (2018): p. 5 (inglês).
- 140** *Inter-Agency Standing Committee*, [Política: Proteção na Ação Humanitária](#) (outubro 2016) (inglês).
- 141** Evidências mostram que trabalhar com as comunidades para combater a violência sexual e de gênero tende a diminuir a incidência e melhorar a segurança geral. Isso pode incluir estratégias para promover comportamentos positivos, atividades de comunicação para aumentar a conscientização sobre direitos

...PARTE IV: Melhorando as Perspectivas de Vida...

legais relevantes, capacitar mulheres e meninas e envolver homens e meninos na compreensão e promoção da igualdade de gênero. Para mais exemplos e avaliações de atividades comunitárias recentes destinadas a prevenir a violência sexual e de gênero, veja: Hanley, [Resposta SGBV, mitigação de riscos e prevenção em crises humanitárias](#), pp. 17–18 (inglês); N. Glass et al., ‘Evaluating the communities care program’ [‘Avaliando o programa de atendimento às comunidades’] (inglês); ACNUR, [Como a iluminação pública noturna afeta as comunidades de refugiados – Uma avaliação populacional da iluminação comunitária no assentamento de refugiados Rhino Camp, no norte de Uganda](#), Relatório de Avaliação (dezembro 2017). A avaliação constatou que a iluminação preveniu a violência e estimulou atividades produtivas noturnas, como ler ou estudar. Igualmente importante, o engajamento e a gestão da comunidade ajudaram a garantir o sucesso da iniciativa.

- 142 Entre os primeiros exemplos estão os refugiados que fugiram da região de Ogaden, na Etiópia, para a Somália em 1978–1980. Eles foram incluídos nas estratégias nacionais de prevenção e resposta à tuberculose. Paul Shears, ‘Tuberculosis Control in Somali Refugee Camps’ [‘Controle da Tuberculose em Campos de Refugiados da Somália’], *Tubercle* 65, no. 2 (1984): p. 112 (inglês). Nos anos seguintes, esta abordagem foi sistematicamente encorajada. Programa Mundial de Tuberculose da OMS e ACNUR, [Controle da Tuberculose em Situações de Refugiado: Um Manual de Campo Interinstitucional](#) (Genebra: OMS, 1997) (inglês). O manual e sua edição sucessora também contêm mais exemplos de programas iniciais de controle da tuberculose liderados pelo governo que incluem refugiados. OMS e ACNUR, [Tuberculosis Care Cuidados e Controle da Tuberculose em Populações de Refugiados e Deslocados: Um Manual de Campo Interinstitucional](#) (Genebra: OMS, 2007) (inglês).
- 143 O ACNUR mantém um painel que mostra que quase todos os países que recebem financiamento do Fundo Global incluem refugiados em respostas à tuberculose por meio de sistemas nacionais. ACNUR, [Pesquisa de Serviços de Saúde Pública - Inclusão de Refugiados nos Sistemas Nacionais de Saúde](#), website (inglês).
- 144 Veja, por exemplo: M. O. Santos-Ferreira et al., ‘A Study of Seroprevalence of HIV-1 and HIV-2 in Six Provinces of People’s Republic of Angola: Clues to the Spread of HIV Infection’ [‘Um estudo de soroprevalência de HIV-1 e HIV-2 em seis províncias da República Popular de Angola: pistas para a Propagação da infecção pelo HIV’], *Journal of Acquired Immune Deficiency Syndromes* 3, no. 8 (1990): pp. 780–786 (inglês).
- 145 Paul B. Spiegel, ‘HIV/AIDS among Conflict-Affected and Displaced Populations: Dispelling Myths and Taking Action’ [‘HIV/AIDS entre populações afetadas por conflitos e deslocadas: dissipando mitos e agindo’], *Disasters* 28, no. 3 (2004): pp. 322–339 (inglês). Nota: A sessão especial da Assembleia Geral da ONU sobre HIV/Aids em junho de 2001, fez uma declaração de compromisso de apoiar a prevenção e tratamentos de “populações desestabilizadas por conflitos armados [...]”, incluindo pessoas deslocadas à força. AGNU, [Declaração de Compromisso sobre HIV/AIDS](#) (2001): pp. 36–37 (inglês). Em seu estudo de relatórios do ProMed, Desai et al. descobriram que, embora a incidência relatada de doenças além do que seria normalmente esperado aumentou em contextos de deslocamento forçado entre 1996 e 2016, a maioria foi contraída localmente. Desai et al., ‘Infectious Disease Outbreaks among Forcibly Displaced Persons’ [‘Surtos de doenças infecciosas entre pessoas deslocadas à força’], p 8 (inglês).
- 146 UNAIDS, [Sobre UNAIDS](#), website (inglês); ONU, [UNAIDS: Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/AIDS](#), website (inglês).

...PARTE IV: Melhorando as Perspectivas de Vida...

- 147** Sobre orientação para agências humanitárias, ver: *Inter-Agency Standing Committee*, [Diretrizes: Intervenções de HIV/AIDS em ambientes de emergência](#) (2003) (inglês); IASC, [Diretrizes para abordar o HIV em ambientes humanitários](#) (2010) (inglês). UNAIDS, [Estratégia Global de AIDS 2021–2026: Acabar com as Desigualdades. Acabar com a AIDS](#) (2021) (inglês).
- 148** Fundação das Nações Unidas e ACNUR, [Inclusão de Refugiados e Pessoas Deslocadas Internamente nas Solicitações de Fundos Globais de 2016–2019](#), Relatório (2020) (inglês). Estabelecido em 2002, o Fundo Global é um instrumento de financiamento internacional, que fornece US\$ 4 bilhões por ano para apoiar programas em mais de 100 países. Fundo Global, [Visão Geral](#), website (inglês).
- 149** O estudo analisou as solicitações recebidas em 2017–2019 em comparação com as recebidas em 2014–2016. Fundação das Nações Unidas e ACNUR, *'Inclusion of Refugees and Internally Displaced Persons in 2016–2019 Global Fund Applications'* ['Inclusão de Refugiados e Pessoas Deslocadas Internamente em Candidaturas ao Fundo Global de 2016–2019'] (inglês).
- 150** Em março de 2021, o UNAIDS observou que houve progresso na inclusão de refugiados e deslocados internos em programas em contextos humanitários. Também observou que “uma pesquisa com 48 países de acolhimento de refugiados descobriu que em 90% dos países os refugiados que vivem com HIV têm o direito de acesso à TAR através dos sistemas nacionais de saúde” e, em 82% dos países de acolhimento, os refugiados estavam “recebendo certos serviços de HIV através concessões do Fundo Global”. No entanto, também descobriu que era necessário mais trabalho para alcançar o acesso equitativo aos programas nacionais para refugiados e deslocados internos. UNAIDS, *'Global AIDS Strategy 2021–2026'* ['Estratégia Global de AIDS 2021–2026'], pp. 86–87 (inglês).
- 151** Fundação das Nações Unidas e ANUR, *'Inclusion of Refugees and Internally Displaced Persons in 2016–2019 Global Fund Applications'* ['Inclusão de Refugiados e Pessoas Deslocadas Internamente em Candidaturas ao Fundo Global de 2016–2019'] (inglês).
- 152** Isabel Arciniegas Guaneme et al., *'COVID-19 and Forcibly Displaced People'* ['COVID-19 e pessoas deslocadas à força'], pp. 17–19 (inglês).
- 153** ONU, [Eu acredito na humanidade – Jean-Nicolas Beuze Entrevistado por Melissa Fleming](#), podcast Awake at Night, temporada 3, episódio 18 (19 fevereiro 2021) (inglês). Ele observou as escolhas difíceis que as pessoas fazem diariamente – observando que, se você tem uma renda limitada e se as pessoas precisam escolher entre usar seus escassos recursos para comprar sabão ou arroz – a escolha era clara.
- 154** Em junho de 2021, o ACNUR informou que “dos 126 países com uma população de refugiados de mais de 500 pessoas, [...] 123 incluíram explicitamente refugiados em seus planos de vacinação ou forneceram garantias de que o farão. [...] refugiados e solicitantes de reconhecimento da condição de refugiado começaram a receber vacinas COVID-19 em 91 dos 162 países monitorados”. ACNUR, [ACNUR pede aos estados que removam barreiras ao acesso a vacinas COVID-19 para refugiados](#), Comunicado de imprensa (24 junho 2021) (inglês).
- 155** O FMI estimou que mais 95 milhões de pessoas se juntaram às fileiras dos extremamente pobres como resultado da pandemia. FMI, [Perspectivas Econômicas Mundiais: Gerenciando Recuperações Divergentes](#)

...PARTE IV: Melhorando as Perspectivas de Vida...

(abril 2021) (inglês); Banco Mundial, [COVID-19 adicionará até 150 milhões de pessoas à extrema pobreza até 2021](#), Comunicado de Imprensa (7 outubro 2020) (inglês).

- 156 Para uma revisão dos resultados de saúde para populações expostas à tortura e outros traumas em situações de conflito e deslocamento, ver: Zachary Steel et al., 'Association of Torture and Other Potentially Traumatic Events With Mental Health Outcomes Among Populations Exposed to Mass Conflict and Displacement: A Systematic Review and Meta-Analysis' ['Associação de Tortura e Outros Eventos Potencialmente Traumáticos com Desfechos de Saúde Mental entre Populações Expostas a Conflitos em Massa e Deslocamento: Uma Revisão Sistemática e Meta-análise'], *Journal of the American Medical Association* 302, no. 5 (2009): pp. 547–548 (inglês).
- 157 Alguns deles são discutidos a seguir: Derrick Silove, Peter Ventevogel, e Susan Rees, 'The contemporary refugee crisis: an overview of mental health challenges' ['A crise contemporânea dos refugiados: uma visão geral dos desafios da saúde mental'], *World Psychiatry* 16, no. 2 (junho 2017): p. 132 (inglês); Matthew Porter e Nick Haslam, 'Predisplacement and Postdisplacement Factors Associated With Mental Health of Refugees and Internally Displaced Persons: A Meta-analysis' ['Fatores de pré-deslocamento e pós-deslocamento associados à saúde mental de refugiados e deslocados internos: uma meta-análise'], *Journal of the American Medical Association* 294, no. 5 (2005): pp. 602–612 (inglês); Amodu, Richter, e Salami, 'A Scoping Review of the Health of Conflict-Induced Internally Displaced Women in Africa' ['Uma Revisão do Âmbito da Saúde das Mulheres Deslocadas Internamente Induzidas por Conflitos na África'], pp. 10–11 (inglês); Maureen Seguin, 'Aspects of loss and coping among internally displaced populations: Towards a psychosocial approach' ['Aspectos da perda e enfrentamento entre populações deslocadas internamente: Rumo a uma abordagem psicossocial'], em Elena Fiddian-Qasimiyeh (ed.), 'Refuge in a Moving World: Tracing refugee and migrant journeys across disciplines' ['Refúgio em um mundo em movimento: rastreando jornadas de refugiados e migrantes em todas as disciplinas'] (London: UCL Press, 2020): pp. 300–301 (inglês); Elisa Van Ee, Trudy Mooren, e Rolf Kleber, 'Broken mirrors: Shattered relationships within refugee families' ['Espelhos quebrados: relacionamentos despedaçados dentro das famílias de refugiados'], em Ruth Pat-Horenczyk, Danny Brom, Juliet M. Vogel (eds.), 'Helping Children Cope with Trauma: Individual, Family and Community Perspectives' ['Ajudando as crianças a lidar com o trauma: perspectivas individuais, familiares e comunitárias'] (NY: Routledge, 2014): pp. 146–147 (inglês).
- 158 Silove, Ventevogel, e Rees, 'The contemporary refugee crisis' ['A crise contemporânea dos refugiados'], p. 134 (inglês); Kenneth E. Miller e Andrew Rasmussen, 'War exposure, daily stressors, and mental health in conflict and post-conflict settings: Bridging the divide between trauma-focused and psychosocial frameworks' ['Exposição à guerra, estressores diários e saúde mental em ambientes de conflito e pós-conflito: fazendo a ponte entre as estruturas focadas no trauma e as psicossociais'], *Social Science & Medicine* 70, no. 1 (2010): pp. 7–16 (inglês); Kenneth E. Miller e Andrew Rasmussen, 'The mental health of civilians displaced by armed conflict: an ecological model of refugee distress' ['A saúde mental de civis deslocados por conflitos armados: um modelo ecológico de sofrimento dos refugiados'], *Epidemiology and Psychiatric Sciences* 26, no. 2 (abril 2017): pp. 129–138 (inglês).
- 159 Silove, Ventevogel, e Rees, 'The contemporary refugee crisis' ['A crise contemporânea dos refugiados'], pp. 131–132 (inglês).

...PARTE IV: **Melhorando as Perspectivas de Vida...**

- 160 Porter e Haslam, '*Predisplacement and Postdisplacement Factors Associated With Mental Health of Refugees and Internally Displaced Persons*' ['Fatores de pré-deslocamento e pós-deslocamento associados à saúde mental de refugiados e deslocados internos'] (inglês).
- 161 Fiona Charlson et al., '*New WHO prevalence estimates of mental disorders in conflict settings: a systematic review and meta-analysis*' ['Novas estimativas de prevalência da OMS de transtornos mentais em ambientes de conflito: uma revisão sistemática e meta-análise'], *The Lancet* 394, no. 10194 (20 julho 2019): pp. 241, 245 (inglês).
- 162 IASC, [Diretrizes sobre Saúde Mental e Apoio Psicossocial em Situações de Emergência](#) (2007) (inglês). As diretrizes vinculavam a oferta de apoio psicossocial e saúde mental de forma integrada.
- 163 ACNUR, [Orientação Operacional: Programação de Saúde Mental e Apoio Psicossocial para Operações de Refugiados](#) (2013) (inglês).
- 164 OMS e ACNUR, [Guia de Intervenção Humanitária mhGAP \(mhGAP-HIG\)](#) (2015) (inglês).
- 165 Tais como depressão, esquizofrenia e transtorno bipolar.
- 166 Silove, Ventevogel, and Rees, '*The contemporary refugee crisis*' ['A crise contemporânea dos refugiados'], p. 135 (inglês).
- 167 In Silove, Ventevogel, and Rees, '*The contemporary refugee crisis*' ['A crise contemporânea dos refugiados'] (inglês). Os autores afirmam que "populações especiais ou grupos vulneráveis, como ex-crianças-soldados e sobreviventes de violência baseada em gênero, podem exigir programas especificamente projetados" (p. 136). Exemplos de programas especiais para grupos vulneráveis podem ser encontrados a seguir: *War Child*, [Recuperando Sonhos: Priorizando a Saúde Mental e o Bem-Estar Psicossocial de Crianças em Conflito](#), Relatório (2018) (inglês); UNFPA, [Cura quando a crise ataca](#), Relatório (2019) (inglês).
- 168 Hipócrates, 'Preceitos', em Hipócrates: Medicina Antiga. Ares, Águas, Lugares. Epidemias 1 e 3. O Juramento. Preceitos. Nutrição, trad. W.H.S.Jones (Cambridge, MA: *Harvard University Press*, 1923): pp. 303–334 (inglês).
- 169 Veja, por exemplo: Silove, Ventevogel, and Rees, '*The contemporary refugee crisis*' ['A crise contemporânea dos refugiados'], p. 134 (inglês). Ao discutir as terapias cognitivo-comportamentais breves e estruturadas que foram concebidas para uso entre populações de refugiados e pós-conflito, eles observam algumas das vantagens. Estes incluem que "a) podem ser adaptados às culturas locais; b) permitem o treinamento rápido do pessoal da linha de frente; e c) facilitam a transferência de tarefas, ou seja, a transferência de habilidades de profissionais como psicólogos para leigos ou agentes comunitários, uma disposição vital para permitir captação e disseminação em ambientes onde há uma grave falta de especialistas em saúde mental". Eles também observam que são limitados no tempo e de baixo custo, o que contribui para sua disseminação e integração na rotina de saúde pública ou em centros comunitários. Rasheed Hussein Rasheed, [Refugiados prestam serviços de saúde mental em campos fechados no Iraque](#), *UNHCR News* (8 julho 2020) (inglês); Victoria Thomas e Emily Álvarez, [Conselheiros venezuelanos oferecem aos refugiados "Primeiros Socorros Psicológicos"](#), *UNHCR News* (14 maio 2020) (inglês).

...PARTE IV: Melhorando as Perspectivas de Vida...

- 170** Silove, Ventevogel, and Rees, *'The contemporary refugee crisis'* ['A crise contemporânea dos refugiados'], p. 135, (inglês).
- 171** Ibid., p. 132.
- 172** Organização Mundial de Saúde, [As 10 principais causas de morte](#), website (9 dezembro 2020) (inglês).
- 173** Veja o seguinte para pesquisas sobre isso em ambientes afetados por conflitos: Paul B. Spiegel et al., *'Health-care needs of people affected by conflict: future trends and changing frameworks'* ['Necessidades de cuidados de saúde das pessoas afetadas por conflitos: tendências futuras e estruturas em mudança'], *The Lancet* 375, no. 9711 (2010): p. 342 (inglês). Veja também: ACNUR, [Revisão Global de Saúde Pública Anual de 2020](#), (inglês); ACNUR, [Acesso à Saúde](#), website (inglês).
- 174** Jennifer Leaning, Paul Spiegel, and Jeff Crisp, *'Public health equity in refugee situations'* ['Equidade em saúde pública em situações de refugiados'], *Conflict and Health* 5, no. 6 (2011): p. 3 (inglês). No Oriente Médio, por exemplo, tanto as populações de acolhida quanto as deslocadas à força sofrem de uma ampla variedade de doenças não transmissíveis, incluindo hipertensão, diabetes, doenças cardíacas e câncer. Em 2014, uma pesquisa com refugiados sírios e comunidades anfitriãs foi realizada no Líbano e identificou a prevalência e as respostas a cinco doenças não transmissíveis: hipertensão; doença cardiovascular; diabetes; doença respiratória crônica; e artrite. Mais da metade da comunidade anfitriã e das famílias de refugiados (60,2 por cento e 50,4 por cento, respectivamente) relataram um membro com uma das cinco doenças não transmissíveis. Shannon Doocy et al., *'Prevalence, care-seeking, and health service utilization for non-communicable diseases among Syrian refugees and host communities in Lebanon'* ['Prevalência, busca de cuidados e utilização de serviços de saúde para doenças não transmissíveis entre refugiados sírios e comunidades de acolhimento no Líbano'], *Conflict and Health* 10, no. 21 (2016) (inglês).
- 175** OMS, [Doenças Não Transmissíveis](#), website (13 abril 2021) (inglês).
- 176** AGNU, [Declaração política da terceira reunião de alto nível da Assembleia Geral sobre prevenção e controle de doenças não transmissíveis](#) (17 outubro 2018), UN Doc A/RES/73/2, paras. 5, 11 (inglês).
- 177** Paul B. Spiegel et al., *'Health-care needs of people affected by conflict'* ['Necessidades de cuidados de saúde das pessoas afetadas por conflitos'], p. 343 (inglês).
- 178** Ibid.: p. 343.
- 179** Leaning, Spiegel, e Crisp, *'Public health equity in refugee situations'* ['Equidade em saúde pública em situações de refugiados'], p. 3 (inglês). Para números de deslocamento durante a crise do Kosovo, consulte: Parte III. Em 2007, havia 2,3 milhões de refugiados iraquianos. ACNUR, [Refugee Data Finder](#) (inglês).
- 180** Leaning, Spiegel, e Crisp, *'Public health equity in refugee situations'* ['Equidade em saúde pública em situações de refugiados'], p. 4 (inglês).
- 181** Seção de Saúde Pública e HIV do ACNUR, [Princípios e Orientações do ACNUR para Encaminhamento de Cuidados de Saúde para Refugiados e Outras Pessoas de Interesse](#) (2009) (inglês).

...PARTE IV: **Melhorando as Perspectivas de Vida...**

- 182** Leaning, Spiegel, e Crisp, *'Public health equity in refugee situations'* [‘Equidade em saúde pública em situações de refugiados’], p. 6.
- 183** Ibid.: p. 6 (inglês).
- 184** Por exemplo, sobre os dilemas médicos enfrentados pelo ACNUR no Líbano durante a crise na Síria e o uso de Comitês de Cuidados Excepcionais, ver: Karl Blanchet, Fouad M. Fouad, e Tejendra Pherali, *'Syrian refugees in Lebanon: The search for universal health coverage'* [‘Refugiados sírios no Líbano: a busca pela cobertura universal de saúde’], *Conflict and Health* 10, no. 12 (2016) (inglês). Veja também: ACNUR, [Diretrizes para cuidados de saúde de referência no Líbano](#) (janeiro 2014): pp. 11–16 (inglês); ACNUR, [Diretrizes para encaminhamento de cuidados de saúde no Líbano: Procedimentos operacionais padrão](#) (junho 2020): pp. 17–18 (inglês).
- 185** Paul Spiegel, Rebecca Chanis, e Antonio Trujillo, *'Innovative health financing for refugees'* [‘Financiamento de saúde inovador para refugiados’], *BMC Medicine* 16, no. 90 (15 junho 2018) (inglês).
- 186** ACNUR, [Pesquisa de acesso e utilização de saúde: acesso a serviços de saúde entre refugiados sírios na Jordânia](#), Relatório (dezembro 2018) (inglês); ACNUR, [Pesquisa de acesso e utilização de saúde entre refugiados sírios no Líbano](#), Relatório (outubro 2020) (inglês). Veja também: Emily Lyles et al., *'Health service utilization and adherence to medication for hypertension and diabetes among Syrian refugees and affected host communities in Lebanon'* [‘Utilização de serviços de saúde e adesão à medicação para hipertensão e diabetes entre refugiados sírios e comunidades anfitriãs afetadas no Líbano’], *Journal of Diabetes & Metabolic Disorders* 19, no. 2 (2020): pp. 1245–1259 (inglês).
- 187** Dos 48 Estados de acolhida de refugiados que participaram da pesquisa de Inclusão de Saúde Pública do ACNUR, 29 incluíram refugiados em seu plano/política nacional de saúde; mais dois Estados incluíram parcialmente os refugiados. Dos 33 países que tinham esquemas nacionais de seguro de saúde no momento da pesquisa, nove relataram que incluem/cobrem refugiados, e três países adicionais relataram que seus esquemas nacionais de seguro cobrem parcialmente os refugiados. ACNUR, [Inclusão de refugiados nos sistemas nacionais de saúde’ Refugees into National Health Systems](#) (inglês).
- 188** Os subsídios podem ajudar a cobrir o custo dos premiums, mas são difíceis de manter. ACNUR, [Uma Nota de Orientação sobre Esquemas de Seguro de Saúde para Refugiados e Outras Pessoas de Interesse para o ACNUR](#) (março 2012) (inglês); Spiegel, Chanis, e Trujillo, *'Innovative health financing for refugees'* [Financiamento inovador da saúde para refugiados], p. 4 (inglês). Os autores sugerem que certas circunstâncias em que o número de refugiados que pagam os premiums é suficientemente alto poderiam permitir subsidiar ou reduzir os copagamentos daqueles que têm menos meios financeiros. Ibid., p. 4.
- 189** Fornecido através da IDA18 Sub-window for Refugees and Host Communities e um adicional de US\$ 150 milhões para outras partes do país. Banco Mundial, [Projeto de Apoio à Saúde e Gênero para o distrito de Cox's Bazar](#) (aprovado em 31 de março de 2020), Visão Geral de Projeto, website (inglês). Para estatísticas de refugiados em Bangladesh, veja: ACNUR, [Refugee Data Finder](#) (inglês). Veja também: ACNUR, [Autoridades de Bangladesh, agências de ajuda e voluntários de refugiados correm para responder quando um grande incêndio deixa cerca de 45.000 refugiados rohingyas sem abrigo](#), *UNHCR News* (23 de março de 2021) (inglês).

...PARTE IV: Melhorando as Perspectivas de Vida...

- 190** Veja os seguintes sites de Visão Geral do Projeto do Banco Mundial: [Projeto de Investimento em Capital Humano do Baluchistão](#) (inglês); [Camarões – Projeto de Reforço do Desempenho do Sistema de Saúde](#) (inglês); [Djibuti – Projeto de Melhoria do Desempenho do Setor de Saúde](#) (inglês); e [Mauritânia – Projeto de Apoio ao Sistema de Saúde](#) (inglês).
- 191** Banco Mundial, *‘Global Program on Forced Displacement – Brief for Partners Consultation’* [‘Programa Global do Banco Mundial sobre Deslocamento Forçado – Resumo para consulta de parceiros’], pp. 5–6 (inglês). Esses mecanismos, *IDA18 Sub-window for Refugees and Host Communities* e *IDA19 Window for Host Communities and Refugees* são discutidos anteriormente em Educação e na Parte V.
- 192** Para mais detalhes, veja: Spiegel, Chanis, e Trujillo, *‘Innovative health financing for refugees’* [‘Financiamento inovador da saúde para refugiados’] (inglês).
- 193** Filippo Dionigi e Domenico Tabasso, [Tendências acadêmicas em deslocamento forçado](#), Documento de referência para o 70º aniversário da Convenção sobre Refugiados de 1951, ACNUR (outubro de 2021). Veja também recomendações de saúde no relatório do Painel de Alto Nível sobre Deslocamento Interno, *‘Shining a Light on Internal Displacement’* [‘Esclarecendo Conceitos Sobre o Deslocamento Interno’] (inglês).
- 194** [Declaração Universal dos Direitos Humanos](#) (1948), art. 23: “Toda pessoa tem direito ao trabalho, à livre escolha de emprego, a condições justas e favoráveis de trabalho e à proteção contra o desemprego”.
- 195** [Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais](#) (16 dezembro 1966), UN Doc A/RES/2200(XXI), art. 6 (inglês): “Os Estados Partes do presente Pacto reconhecem o direito ao trabalho, que inclui o direito de toda pessoa à oportunidade de ganhar a vida por meio do trabalho que livremente escolher ou aceitar, e tomarão as medidas apropriadas para salvaguardar esse direito.” Artigos 17 – 19 da [Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados](#) (adotada em 25 de julho de 1951) (Convenção de 1951), UN Doc A/CONF.2/108, obrigam os Estados a fornecer aos refugiados o tratamento mais favorável concedido aos estrangeiros em relação ao salário emprego e “tratamento tão favorável quanto possível e, em qualquer caso, não menos favorável do que o concedido aos estrangeiros em geral” no que diz respeito ao trabalho por conta própria e ao exercício de profissões liberais. Os Princípios Orientadores sobre Deslocamento Internacional destacam o direito dos deslocados internos de não serem discriminados no gozo de seus direitos, incluindo o direito de procurar emprego e participar de atividades econômicas. Comissão de Direitos Humanos da ONU, [Relatório do Representante do Secretário-Geral, Sr. Francis M. Deng, apresentado de acordo com a resolução da Comissão 1997/39, Adendo: Princípios Orientadores sobre Deslocamento Interno](#) (11 fevereiro 1998), UN Doc E/CN.4/1998/53/Add.2 (inglês).
- 196** Banco Mundial, *‘Forcibly Displaced’* [‘Deslocados à força’], p. 68 (inglês).
- 197** Muitas pessoas forçadas a fugir o fazem de repente e sem toda a documentação civil e certificados de educação e habilidades. Os refugiados geralmente enfrentam riscos ao recuperar documentos de casa. Deslocados internos também podem enfrentar obstáculos administrativos. Congresso dos poderes locais e regionais do Conselho da Europa, [O papel dos governos locais e regionais na proteção de pessoas deslocadas internamente \(IDPs\)](#), Relatório (29 de outubro de 2019): p. 9 (inglês).

...PARTE IV: **Melhorando as Perspectivas de Vida...**

- 198 Kirsten Schuettler e Laura Caron, [*Intervenções de Emprego para Refugiados e Deslocados Internos*](#), Documento de Trabalho do Jobs Group 47, Banco Mundial (2020): p. 12 (inglês). As redes sociais podem ser úteis para encontrar empregos e referências a empregadores.
- 199 Utz Johann Pape e Ambika Sharma, [*Informando soluções duráveis para deslocamento interno na Nigéria, Somália, Sudão e Sudão do Sul vol. A: "Visão geral"*](#), Grupo Banco Mundial (2019): pp. ix, x, 4, 21, 34 (inglês).
- 200 Schuettler e Caron, 'Jobs Interventions for Refugees and Internally Displaced Persons' ['Intervenções de emprego para refugiados e pessoas deslocadas internamente'], p. 8 (inglês).
- 201 ACNUR, [*Meios de subsistência e inclusão econômica*](#), website (inglês). Os artigos da Convenção de 1951 relativos ao emprego assalariado e à legislação trabalhista também receberam algumas das maiores reservas dos Estados Partes. Para mais informações sobre a abordagem restritiva dos Estados ao direito de trabalhar para os refugiados, ver também: Roger Zetter e Héloïse Ruaudel, [*Direito ao Trabalho dos 'Refugiados' e Acesso aos Mercados de Trabalho - Uma Avaliação, Parte 1*](#), KNOMAD (setembro 2016) (inglês).
- 202 Ibid., pp. 12–13.
- 203 Ibid., p. 18. Dina Nayeri, cuja mãe foi médica no Irã antes de se tornar refugiada, descreve como ela trabalhou muito abaixo de seu nível de habilidade nos Estados Unidos. Ela relata como isso era difícil e como seu sotaque muitas vezes era suficiente para as pessoas assumirem que ela não era inteligente. Dina Nayeri, [*Refugiado ingrato: "Não temos dívida a pagar"*](#), *The Guardian* (4 abril 2017) (inglês).
- 204 Zetter e Ruaudel, 'Refugees' Right to Work and Access to Labor Markets' ['Direito ao Trabalho e Acesso aos Mercados de Trabalho dos Refugiados'], p. 16 (inglês). Alexander Betts et al., 'Refugee Economies: Forced Displacement and Development' ['Economias de Refugiados: Deslocamento Forçado e Desenvolvimento'] (Oxford: Oxford University Press, 2016): p. 52 (inglês); veja também: Joscha Albert et al., [*Considerando com a Realidade: Cinco Principais Descobertas das Finanças em Estudos de Deslocamento*](#), Estudo Conjunto, Tufts University, International Rescue Committee e Katholische Universität Eichstätt-Ingolstadt (abril 2021) (inglês). O Irã mudou recentemente para formalizar o acesso a serviços bancários – incluindo cartões de débito, para refugiados afegãos no país. ACNUR, [*Mudança na política do Irã dá aos refugiados acesso a serviços bancários*](#), UNHCR News (8 junho 2021) (inglês). A Fundação de Políticas Econômicas e de Pesquisa da Turquia também descobriu que "o acesso aos sistemas bancários e o acesso ao financiamento são dois dos principais obstáculos que limitam a inclusão dos empresários sírios na economia turca". *Economic Policy Research Foundation of Turkey*, [*Empreendedorismo sírio e startups de refugiados na Turquia: alavancando a experiência turca*](#), Relatório Final, Tepav e EBRD (2018): p. 9 (inglês).
- 205 Jordânia e Líbano são exceções notáveis, bem como países de acolhida menores, como Aruba e Curaçao. ACNUR, 'Global Trends 2020' ['Tendências Globais 2020'], p. 2 (inglês); Banco Mundial, 'Forcibly Displaced' ['Deslocados à força'], p. 57 (inglês).
- 206 Banco Mundial, 'Forcibly Displaced' ['Deslocados à força'], p. 68 (inglês).
- 207 Zetter e Ruaudel, 'Refugees' Right to Work and Access to Labor Markets' ['Direito ao Trabalho e Acesso aos Mercados de Trabalho dos Refugiados'], 208 (inglês).

...PARTE IV: Melhorando as Perspectivas de Vida...

- 208** Banco Mundial, *'Forcibly Displaced'* ['Deslocados à força'], p. 68 (inglês).
- 209** Fatores contribuintes e rotas para a Europa em 2015 são revistos na OCDE, [Essa crise de migração humanitária é diferente?](#), *OECD Migration Policy Debates* 7 (setembro 2015) (inglês). Veja também: Peter Tinti e Tuesday Reitano, *'Migrant, Refugee, Smuggler, Saviour'* ['Migrante, Refugiado, Contrabandista, Salvador'] (London: C. Hurst & Co, 2016) (inglês).
- 210** Ver, por exemplo: as respostas dos países anfitriões a entrevistas conduzidas pelo Banco Mundial como parte de um estudo quantitativo em 2015. Banco Mundial, *'Forcibly Displaced'* ['Deslocados à força'], pp. 58–59 (inglês).
- 211** *Ibid.*, p. 61. Há vários exemplos na década de 1990 do problema dos grupos armados em campos de refugiados. Veja, por exemplo: Karen Jacobsen, [Uma abordagem de "segurança em primeiro lugar" para proteção física em campos de refugiados](#), Documento de Trabalho (maio 1999) (inglês).
- 212** Banco Mundial, *'Forcibly Displaced'* ['Deslocados à força'], p. 61 (inglês). Os autores reconhecem que pode ser empiricamente difícil separar a presença de deslocados internos dos muitos fatores que determinam como o conflito se espalha durante uma guerra. No entanto, eles observam que os deslocados internos são uma consequência e não a causa do conflito já existente no país.
- 213** Uma ambição expressa pelo secretário-geral das Nações Unidas, Trygve Lie, em 1950. Comitê Ad Hoc do Conselho Econômico e Social da ONU sobre Apatridia e Problemas Relacionados, Situação de Refugiados e Apátridas, [Memorando do Secretário-Geral](#) (3 janeiro 1950), UN Doc E/AC.32/2 (inglês).
- 214** Ver discussão na Parte I e Parte III.
- 215** Discutido na Parte III.
- 216** Schuettler e Caron, *'Jobs Interventions for Refugees and Internally Displaced Persons'* ['Intervenções de emprego para refugiados e pessoas deslocadas internamente'] (inglês).
- 217** *Ibid.*, p. 26–27. Uma avaliação do ACNUR também descobriu que os treinamentos vocacionais que não estavam vinculados aos mercados de trabalho não produziam os resultados pretendidos, veja: ACNUR, [Avaliação das estratégias e abordagens de meios de subsistência do ACNUR](#) (dezembro 2018), p. 31 (inglês).
- 218** Treinamentos de habilidades oferecidos sem considerar se aqueles que deveriam se beneficiar deles tinham tempo ou meios para participar. As mulheres, por exemplo, podem ter sido restringidas devido a normas sociais ou falta de creches. Schuettler e Caron, *'Jobs Interventions for Refugees and Internally Displaced Persons'* ['Intervenções de emprego para refugiados e pessoas deslocadas internamente'], p. 27 (inglês).
- 219** Schuettler e Caron, *'Jobs Interventions for Refugees and Internally Displaced Persons'* ['Intervenções de emprego para refugiados e pessoas deslocadas internamente'], p. 25 (inglês). Especificamente, na Costa Rica, Quênia e Sérvia. Os autores referem-se às seguintes fontes: Michelle Azorbo, *'Microfinance and refugees: lessons learned from UNHCR's experience'* ['Microfinanças e refugiados: lições aprendidas com a experiência do ACNUR'], Trabalho de Pesquisa No. 199, *New Issues in Refugee Research*, ACNUR (janeiro

...PARTE IV: **Melhorando as Perspectivas de Vida...**

2011) (inglês); ACNUR, [Programas de microfinanças nas operações do ACNUR: microcrédito inovador no Quênia – Kiva Zip & RefugeePoint](#), Ficha Técnica (2018) (inglês).

- 220** Schuettler e Caron, *'Jobs Interventions for Refugees and Internally Displaced Persons'* ['Intervenções de emprego para refugiados e pessoas deslocadas internamente'], p. 26 (inglês). Eles observam os seguintes estudos: Christopher Blattman; Laura Ralston, *'Generating Employment in Poor and Fragile States: Evidence from Labor Market and Entrepreneurship Programs'* ['Gerando Emprego em Estados Pobres e Frágeis: Evidências do Mercado de Trabalho e Programas de Empreendedorismo'], *Social Science Research Network* (2015) (inglês); Abdul Latif Jameel Poverty Action Lab (J-PAL) e *Innovations for Poverty Action* (IPA), *'Where Credit Is Due'* ['Onde o crédito é devido'], *Policy Bulletin*, (fevereiro 2015) (inglês); Abhijit Banerjee, Dean Karlan, Jonathan Zinman, *'Six Randomized Evaluations of Microcredit: Introduction and Further Steps'* ['Seis Avaliações Randomizadas de Microcrédito: Introdução e Passos Adicionais'], *American Economic Journal: Applied Economics* 7, no. 1 (2015): pp. 1–21 (inglês).
- 221** Schuettler e Caron, *'Jobs Interventions for Refugees and Internally Displaced Persons'* ['Intervenções de emprego para refugiados e pessoas deslocadas internamente'], p. 26 (inglês).
- 222** ACNUR, [Estrutura para soluções duráveis para refugiados e pessoas de interesse](#), *Core Group on Durable Solutions* (maio 2003) (inglês); Betsy Lippman e Sajjad Malik, [Os 4Rs: o caminho a seguir?](#), *Forced Migration Review* 21 (2004): pp. 9–11 (inglês).
- 223** *'Global Compact on Refugees'* ['Pacto Global Sobre Refugiados'] (2018), paras. 32, 64.
- 224** Ibid., paras. 70–71. Observe também que (i) aliviar as pressões sobre os países de acolhida e (ii) aumentar a autossuficiência dos refugiados são dois de seus quatro objetivos.
- 225** Paolo Verme e Kirsten Schuettler, [O Impacto do Deslocamento Forçado nas Comunidades de Acolhimento: Uma Revisão da Literatura Empírica em Economia](#), Documento de Trabalho de Pesquisa de Políticas 8727, Banco Mundial (fevereiro 2019): p. 3. Esses autores observam que, após 2011, o número médio de estudos por ano aumentou dez vezes.
- 226** Zara Sarzin, [O impacto da migração forçada nos resultados do mercado de trabalho e bem-estar das comunidades de acolhimento](#), Documento de referência para o 70º aniversário da Convenção sobre Refugiados de 1951, ACNUR (outubro de 2021).
- 227** Ibid. O Mariel Boatlift refere-se aos esforços de milhares de cubanos para entrar nos Estados Unidos. Para saber mais sobre esse movimento e a resposta dos Estados Unidos, veja: David Scott FitzGerald, *'Refuge beyond Reach: How Rich Democracies Repel Asylum Seekers'* ['Refúgio além do alcance: como democracias ricas repelem solicitantes de asilo'] (New York: Oxford University Press, 2019): pp. 104–109 (inglês). Para mais informações sobre as causas da fuga e migração de judeus para Israel, veja: Larissa Remennick, *'The Two Waves of Russian-Jewish Migration from the USSR/FSU to Israel: Dissidents of the 1970s and Pragmatics of the 1990s'* ['As duas ondas de migração judaico-russa da URSS/FSU para Israel: dissidentes da década de 1970 e pragmática da década de 1990'], *Diaspora: A Journal of Transnational Studies* 18 (2015): pp. 8–13 (inglês).

...PARTE IV: Melhorando as Perspectivas de Vida...

- 228** ACNUR, [Refugee Data Finder](#) (inglês).
- 229** Markus Gehrsitz e Martin Ungerer, [Empregos, Crime e Votos – Uma Avaliação de Curto Prazo da Crise dos Refugiados na Alemanha](#), Artigo para Discussão No. 10494, IZA Institute for Labor Economics (janeiro 2017): pp. 23–28 (inglês); Thomas Rogers, [Bem-vindo à Alemanha](#), *The New York Review of Books* (29 abril 2021) (inglês); The Economist, [Eles lidaram com isso? Cinco anos após a chegada, os refugiados da Alemanha estão se integrando](#) (29 agosto 2020) (inglês). Rogers observa que os desafios incluíam que muitos dos refugiados chegaram com habilidades, mas estavam trabalhando em empregos muito abaixo de suas qualificações. As mulheres refugiadas estavam sub-representadas no mercado de trabalho, em parte porque algumas vêm de tradições onde o trabalho fora de casa não é incentivado.
- 230** Inclusive por meio de doações monetárias ou em espécie, apoio público e ajuda ativa, como ministrar aulas de idiomas ou acompanhar refugiados a consultas médicas. O relatório foi encomendado pelo Ministério da Família, Idosos, Mulheres e Jovens. Rogers, 'Welcome to Germany' ['Bem-vindo à Alemanha']; Bundesministerium für Familie, Senioren, Frauen und Jugend, [Estudo mostra: Muitas pessoas se voluntariam para refugiados Studie zeigt: Viele Menschen](#) (alemão) (7 fevereiro 2018); Bundesministerium für Familie, Senioren, Frauen und Jugend, [Compromisso com os Refugiados](#) (alemão) (7 fevereiro 2018).
- 231** Sebastian Braun e Toman Omar Mahmoud, 'The Employment Effects of Immigration: Evidence from the Mass Arrival of German Expellees in Postwar Germany' ['Os efeitos da imigração no emprego: evidências da chegada em massa de alemães expulsos no pós-guerra Alemanha'], *The Journal of Economic History* 74, no. 1 (2014): pp. 69–72 (inglês). Entre as razões estava que os refugiados eram altamente qualificados e falavam a mesma língua. Para mais informações sobre esses movimentos, consulte: Philipp Ther, 'The Outsiders: Refugees in Europe since 1492' ['Os forasteiros: refugiados na Europa desde 1492'] (Princeton, NJ: Princeton University Press, 2019): ch. 3 (inglês).
- 232** Erik Mäkelä, 'The effect of mass influx on labor markets: Portuguese 1974 evidence revisited' ['O efeito do influxo de massa nos mercados de trabalho: evidências portuguesas de 1974 revisitadas'], *European Economic Review* 98 (2017): pp. 240, 242–243, 256–257, 260 (inglês).
- 233** Mette Foged e Giovanni Peri, 'Immigrants' Effect on Native Workers: New Analysis on Longitudinal Data' ['Efeito dos imigrantes sobre trabalhadores nativos: nova análise de dados longitudinais'], *American Economic Journal: Applied Economics* 8, No. 2 (2016): pp. 1–34 (inglês).
- 234** Veja, por exemplo: Sarit Cohen-Goldner e M. Daniele Paserman, 'The dynamic impact of immigration on natives' labor market outcomes: Evidence from Israel' ['O impacto dinâmico da imigração nos resultados do mercado de trabalho dos nativos: evidências de Israel'], *European Economic Review* 55, no. 8 (2011) (inglês); Francine D. Blau e Christopher D. Mackie (eds.), 'The Economic and Fiscal Consequences of Immigration' ['As Consequências Econômicas e Fiscais da Imigração'] (Washington, D.C.: National Academies of Sciences, Engineering, and Medicine (2017) (inglês).
- 235** ACNUR, 'Global Trends 2019' ['Tendências Globais 2019'], p. 19.

...PARTE IV: **Melhorando as Perspectivas de Vida...**

- 236** Sarzin, *'The impact of forced migration on the labor market outcomes and welfare of host communities'* [O impacto da migração forçada nos resultados do mercado de trabalho e no bem-estar das comunidades de acolhimento] (inglês).
- 237** Ver, por exemplo, as revisões de literatura de Sarzin, *'The impact of forced migration on the labour market outcomes and welfare of host communities'* [O impacto da migração forçada nos resultados do mercado de trabalho e no bem-estar das comunidades anfitriãs]; Verme and Schuettler, *'The Impact of Forced Displacement on Host Communities'* [O impacto do deslocamento forçado nas comunidades de acolhida] (inglês).
- 238** ACNUR, [Refugee Data Finder](#), (inglês).
- 239** Em 2016, os sírios foram autorizados a solicitar autorizações de trabalho. Don Murray, [Alto comissário dá as boas-vindas às autorizações de trabalho turcas para refugiados sírios](#), UNHCR News (18 janeiro 2016) (inglês). No entanto, a maioria dos trabalhadores sírios continua concentrada no setor informal. Luis Pinedo Caro, [Refugiados sírios no mercado de trabalho turco](#), Relatório, *International Labour Organization* (março 2020): p. 12.
- 240** Onur Altindag, Ozan Bakis, e Sandra V. Roza, *'Blessing or burden? Impacts of refugees on businesses and the informal economy'* [Bênção ou fardo? Impactos dos refugiados nas empresas e na economia informal], *Journal of Development Economics* 146 (2020): p. 17 (inglês); Ximena V. Del Carpio e Wagner Mathis, [O impacto dos refugiados sírios no mercado de trabalho turco](#), *Policy Research Working Paper* 7402, Banco Mundial (agosto 2015) (inglês); Evren Ceritoglu et al., [O impacto econômico dos refugiados sírios nos países de acolhida: evidências quase experimentais da Turquia](#), *IZA Journal of Labor Policy* 6, no. 5 (2017): p. 4 (inglês); Oğuz Esen e Ayla Oğuş Binatlı, *'The Impact of Syrian Refugees on the Turkish Economy: Regional Labour Market Effects'* [O Impacto dos Refugiados Sírios na Economia Turca: Efeitos do Mercado de Trabalho Regional], *Social Sciences* 6, no. 4 (2017): p. 11 (inglês); Semih Tumen, *'The Economic Impact of Syrian Refugees on Host Countries: Quasi-experimental Evidence from Turkey'* [O impacto econômico dos refugiados sírios nos países de acolhida: evidências quase experimentais da Turquia], *The American Economic Review* 106, no. 5 (maio 2016): p. 459 (inglês).
- 241** Yusuf Kenan Bağır, *'Impact of the Syrian refugee influx on Turkish native workers: An ethnic enclave approach'* [Impacto do afluxo de refugiados sírios nos trabalhadores nativos turcos: uma abordagem de enclave étnico], *Central Bank Review* 18, no. 4 (2018): p. 139 (inglês); Esen e Oğuş Binatlı, *'The Impact of Syrian Refugees on the Turkish Economy'* [O Impacto dos Refugiados Sírios na Economia Turca], p. 3 (inglês).
- 242** Bağır, *'Impact of the Syrian refugee influx on Turkish native workers'* [Impacto do afluxo de refugiados sírios nos trabalhadores nativos turcos], p. 139 (inglês); Ceritoglu et al., *'The impact of Syrian refugees on natives' labor market outcomes in Turkey'* [O impacto dos refugiados sírios nos resultados do mercado de trabalho dos nativos na Turquia], p. 5 (inglês); Tumen, *'The Economic Impact of Syrian Refugees on Host Countries'* [O impacto econômico dos refugiados sírios nos países de acolhida] (inglês).
- 243** Ceritoglu et al., *'The impact of Syrian refugees on natives' labor market outcomes in Turkey'* [O impacto dos refugiados sírios nos resultados do mercado de trabalho dos nativos na Turquia], p. 5 (inglês); Ege Aksu,

...PARTE IV: Melhorando as Perspectivas de Vida...

Refik Erzan, e Murat Güray Kırdar, [O impacto da migração em massa de sírios no mercado de trabalho turco](#), Documento para Discussão 12050, IZA *Institute of Labor Economics* (dezembro 2018): p. 34–35 (inglês). Del Carpio e Mathis, *'The Impact of Syrians Refugees on the Turkish Labor Market'* [O impacto dos refugiados sírios no mercado de trabalho turco], pp. 12–13 (inglês). Eles descobriram que aqueles com uma educação mais completa do que somente o ensino médio experimentou um aumento líquido em sua taxa de emprego, enquanto as “consequências líquidas negativas no mercado de trabalho” foram limitadas a “trabalhadores turcos com, no máximo, ensino médio”. Yusuf Emre Akgündüz e Huzeyfe Torun, *'Two and a half million Syrian refugees, tasks and capital intensity'* [Dois milhões e meio de refugiados sírios, tarefas e intensidade de capital], *Journal of Development Economics* 145 (2020): p. 12 (inglês). Os autores sugerem que trabalhadores com menor escolaridades podem ter sido menos capazes de fazer a transição para tarefas que eram complementares aos trabalhadores sírios, razão pela qual foram mais afetados negativamente.

- 244** Esen e Oğuş Binatlı, *'The Impact of Syrian Refugees on the Turkish Economy'* [O Impacto dos Refugiados Sírios na Economia Turca], p. 10 (inglês). Esses autores sugerem que mais estudos são necessários nessa área.
- 245** Economic Policy Research Foundation of Turkey, *'Syrian Entrepreneurship and Refugee Start-ups in Turkey'* [Empreendedorismo sírio e startups de refugiados na Turquia], p. 8 (inglês); Selen Ucak, Jennifer P. Holt, e Kavya Raman (*Building Markets*), [Outro lado da história: uma avaliação de mercado das PMEs sírias na Turquia](#), Relatório (20 junho 2017): p. 9 (inglês); Michael Clemens, Cindy Huang, e Jimmy Graham, referem-se a sírios que contratam mais de 56.000 pessoas em empresas formais, a maioria dos quais eram acolhedores, em [Os efeitos econômicos e fiscais da concessão de acesso formal ao mercado de trabalho aos refugiados](#), Resumo, *Center for Global Development and Tent*, (outubro 2018): p. 19 (inglês). Para mais informações sobre os empregos dos refugiados na Turquia, veja: *Turkish Red Crescent and World Food Programme*, [Refugiados na Turquia: resultados da pesquisa de meios de subsistência](#), Relatório, (25 julho 2019) (inglês).
- 246** Ucak, Holt, e Raman, *'Another Side to the Story'* [Outro Lado da História], p. 17 (inglês).
- 247** Apoiado por custos trabalhistas mais baixos. Particularmente nos setores da construção, restauração e hotelaria. Altındag, Bakis, e Rozo, *'Blessing or Burden?'* [Bênção ou fardo?], p. 3 (inglês).
- 248** Binnur Balkan e Semih Tumen, *'Immigration and prices: quasi-experimental evidence from Syrian refugees in Turkey'* [Imigração e preços: evidências quase experimentais de refugiados sírios na Turquia] *Journal of Population Economics* 29, issue 3, No 1 (2016): pp. 657–686 (inglês); Tumen, *'The Economic Impact of Syrian Refugees on Host Countries'* [O impacto econômico dos refugiados sírios nos países de acolhida], p. 459 (inglês).
- 249** Del Carpio e Mathis, *'The Impact of Syrians Refugees on the Turkish Labor Market'* [O impacto dos refugiados sírios no mercado de trabalho turco] (inglês). Esses autores descobriram que os salários médios turcos aumentaram, embora isso provavelmente ocorresse porque aqueles que teriam sofrido perdas salariais deixaram o mercado de trabalho, p. 19. Evren Ceritoglu et al., *'The Impact of Syrian Refugees on Natives'* Labor Market Outcomes in Turkey [O impacto dos refugiados sírios nos resultados do mercado de trabalho dos nativos na Turquia], p. 3 (inglês). Aqueles que permaneceram empregados experimentaram

...PARTE IV: **Melhorando as Perspectivas de Vida...**

um aumento marginal nos salários. Altindag, Bakis, e Roza, *'Blessing or burden?'* ['Bênção ou fardo?'], p. 2 (inglês); Tumen, *'The Economic Impact of Syrian Refugees on Host Countries'* ['O impacto econômico dos refugiados sírios nos países de acolhida'], p. 458 (inglês).

250 IMF, [Líbano: Relatório da Equipe de Consulta do Artigo IV de 2014](#), Relatório do país no. 14/237 (julho 2014) (inglês).

251 Anda David et al., *'The economics of the Syrian refugee crisis in neighbouring countries: The case of Lebanon'* ['A economia da crise dos refugiados sírios nos países vizinhos: o caso do Líbano'], *Economics of Transition and Institutional Change* 28, no. 1 (2020): p. 94 (inglês). Banco Mundial, *'The Fallout of War'* ['As consequências da guerra'], pp. 25–27 (inglês).

252 ACNUR, [Refugee Data Finder](#), (inglês).

253 Paolo Verme et al., *'The Welfare of Syrian Refugees: Evidence from Jordan and Lebanon'* ['Bem-Estar dos Refugiados Sírios: Evidências da Jordânia e do Líbano'] (Washington, D.C.: Banco Mundial, 2016): p. xvi (inglês).

254 David et al., *'The economics of the Syrian refugee crisis in neighbouring countries'* ['A economia da crise dos refugiados sírios nos países vizinhos'], p. 95 (inglês). Em 2014, 60% dos sírios estavam desempregados em comparação com 11% da população libanesa (para quem os números do desemprego só estavam disponíveis para 2011).

255 Ibid., p. 104.

256 Ibid., p. 107. O Mecanismo Global de Financiamento foi estabelecido pelas Nações Unidas, o Banco Islâmico de Desenvolvimento (IsDB) e o Banco Mundial e é discutido mais na Parte V. Veja também: Doreen Kibuka-Musoke e Zara Sarzin, [Financiamento para Situações de Deslocamento Forçado](#), Documento de Referência para 70º Aniversário da Convenção de Refugiados de 1951, ACNUR (outubro de 2021): pp. 23–25 (inglês).

257 ACNUR, [Síria: Resposta Regional aos Refugiados](#), Portal de Dados Operacionais (inglês). Isso representa sírios registrados no ACNUR.

258 De acordo com estatísticas do ACNUR, existem cerca de 700.000 refugiados sírios na Jordânia: ACNUR, [Jordânia: estatísticas para refugiados sírios registrados](#), Portal de Dados Operacionais (inglês). Os refugiados acampados estão localizados em Zaatari, Azraq e no campo dos Emirados da Jordânia. Estatísticas oficiais do governo da Jordânia sugerem que pode haver até 1,36 milhão de refugiados sírios na Jordânia, incluindo aqueles registrados no ACNUR. O Reino Hachemita da Jordânia Ministério do Planejamento e Cooperação Internacional, [Plano de Resposta da Jordânia para a Crise na Síria 2020–2022](#), p. 69 (inglês).

259 Ali Fakhri e May Ibrahim, *'The impact of Syrian refugees on the labor market in neighboring countries: empirical evidence from Jordan'* ['O impacto dos refugiados sírios no mercado de trabalho dos países vizinhos: evidências empíricas da Jordânia'], *Defence and Peace Economics* 27, no. 1 (2016): pp. 64–86 (inglês); Belal Fallah, Caroline Krafft, e Jackline Wahba, *'The impact of refugees on employment and wages in Jordan'* ['O impacto dos refugiados no emprego e nos salários na Jordânia'], *Journal of Development Economics* 139 (2019) (inglês).

...PARTE IV: Melhorando as Perspectivas de Vida...

- 260 Fakih e Ibrahim, *'The impact of Syrian refugees on the labor market in neighboring countries'* ['The impact of Syrian refugees on the labor market in neighboring countries'], p. 65 (inglês).
- 261 Banco Mundial, *'The Fallout of War'* ['As consequências da guerra'], pp. 3, 14, 18, 26, 108 (inglês).
- 262 Fakih e Ibrahim, *'The impact of Syrian refugees on the labor market in neighboring countries'* ['O impacto dos refugiados sírios no mercado de trabalho dos países vizinhos'], pp. 71, 83–84 (inglês); Fallah, Krafft, e Wahba, *'The impact of refugees on employment and wages in Jordan'* ['O impacto dos refugiados no emprego e nos salários na Jordânia'], p. 214 (inglês).
- 263 Banco Mundial, *'The Fallout of War'* ['As consequências da guerra'], pp. 115–21 (inglês). O relatório do Banco Mundial não encontra efeitos sistemáticos da presença de refugiados nos salários. No entanto, outro estudo sugere que os salários em declínio no setor informal foram associados a altas concentrações de refugiados, mas também observou que os refugiados sírios investiram milhões de dólares na economia jordaniana, "aumentando a produção doméstica e o emprego". Salem Ajluni e Dorsey Lockhart, [A crise dos refugiados sírios e seu impacto no mercado de trabalho jordaniano](#), Relatório, WANA Institute (março 2019): p. 23 (inglês).
- 264 Grupo Banco Mundial, [Plataforma de Investimento e Matchmaking para Refugiados \(RIMP\): Progresso, Resultados e Oportunidades](#), Relatório (15 janeiro 2021): p. 6 (inglês).
- 265 Nomeadamente o Banco Mundial e o Banco Europeu de Reconstrução e Desenvolvimento (BERD).
- 266 Governo da Jordânia, [O Pacto da Jordânia: Uma Nova Abordagem Holística entre o Reino Hachemita da Jordânia e a Comunidade Internacional para lidar com a Crise dos Refugiados Sírios](#), declaração proferida na conferência Apoiando a Síria e a Região realizada em Londres (4 de fevereiro de 2016); Banco Mundial, [Oportunidades econômicas para jordanianos e refugiados sírios – perguntas e respostas](#), Resumo, Banco Mundial, website (28 junho 2016).
- 267 Centro para o Desenvolvimento Global e Comitê Internacional de Resgate, [Pactos para Refugiados: Enfrentando a Crise de Deslocamento Prolongado](#), Relatório Final do Grupo de Estudo sobre Deslocamento Forçado e Desenvolvimento (18 de abril de 2017): p. 9 (inglês).
- 268 Para mais informações sobre o *Jordan Compact*, veja: Jennifer Gordon, [Refugiados e trabalho decente: lições aprendidas com os recentes pactos de empregos para refugiados](#), Documento de Trabalho sobre Empregabilidade 256, ILO (17 dezembro 2019): pp. 1–23 (inglês); Para detalhes sobre o Pacto, veja: Comissão Europeia, [Proposta Conjunta de Decisão do Conselho relativa à posição da União no Conselho de Associação instituído pelo Acordo Euromediterrânico que cria uma associação entre as Comunidades Europeias e os seus Estados-Membros, por um lado, e o Reino Hachemita da Jordânia, por outro, no que diz respeito à adoção das Prioridades da Parceria UE-Jordânia e do Compacto anexo](#) (19 setembro 2016), JOIN/2016/041 final-2016/0289 (NLE) (inglês).
- 269 Veronique Barbelet, Jessica Hagen-Zanker, e Dina Mansour-Ille, [O Pacto da Jordânia: Lições aprendidas e implicações para futuros pactos de refugiados](#), Resumo sobre políticas, Overseas Development Institute (fevereiro 2018): p. 2 (inglês); Cindy Huang e Kate Gough, [O Pacto da Jordânia: Três anos depois, onde estamos?](#), Centro para o Desenvolvimento Global, site (11 março 2019) (inglês).

...PARTE IV: Melhorando as Perspectivas de Vida...

- 270** 95% dos titulares de autorização sírios eram homens. Gordon, *'Refugees and decent work'* ['Refugiados e trabalho decente'], p. 12 (inglês).
- 271** Ibid., p. 13.
- 272** Ibid., p. 18.
- 273** Governo da Jordânia Ministério do Trabalho Unidade de Refugiados Sírios, [Relatório de Progresso de Permissões de Trabalho da Unidade de Refugiados Sírios de dezembro e anual de 2020](#) (janeiro 2021) (inglês).
- 274** OIT, [Lições aprendidas e boas práticas emergentes da resposta à crise da OIT na Síria na Jordânia e no Líbano](#), Relatório (2018): pp. 29–30 (inglês).
- 275** Gordon, *'Refugees and decent work'* ['Refugiados e trabalho decente'], p. 17 (inglês); Huang e Gough, *'The Jordan Compact'* ['O Pacto da Jordânia'] (inglês).
- 276** Gordon, *'Refugees and decent work'* ['Refugiados e trabalho decente'], p. 18 (inglês).
- 277** Em 2020, o programa do Banco Mundial para melhorar as oportunidades de emprego para jordanianos e refugiados sírios, que faz parte do Pacto da Jordânia, foi prorrogado por mais dois anos. Meriem Ait Ali Shlimane et al., [Novas oportunidades econômicas para jordanianos e refugiados sírios](#), Blog do Banco Mundial (29 julho 2020) (inglês).
- 278** Huang e Gough, *'The Jordan Compact'* ['O Pacto da Jordânia'] (inglês).
- 279** Barbelet, Hagen-Zanker, e Mansour-Ille, *'The Jordan Compact'* ['O Pacto da Jordânia'], p. 3 (inglês).
- 280** The O Reino Hachemita da Jordânia, Ministério do Planejamento e Cooperação Internacional [Plano de Resposta da Jordânia para a Crise na Síria 2016–2018](#) (2015) (inglês). Tem sido um exemplo positivo de melhoria dos resultados de proteção por meio de parcerias entre a comunidade internacional e os países anfitriões.
- 281** ACNUR, [Refugee Data Finder](#), (inglês). A Colômbia continua a registrar o maior número de deslocados internos, com 8,3 milhões no final de 2020, segundo estatísticas do governo. O Governo indicou a sua intenção de rever estes números com o apoio técnico do ACNUR e parceiros, uma vez que o grande número de deslocados internos registados provém do total acumulado no [Registro de Vítimas do Governo](#), que começou em 1985. ACNUR, *'Global Trends 2020'* ['Tendências Globais 2020'], p. 24 (inglês).
- 282** Valentina Calderón-Mejía e Ana María Ibáñez, *'Labour market effects of migration-related supply shocks: evidence from internal refugees in Colombia'* ['Efeitos no mercado de trabalho de choques de oferta relacionados à migração: evidências de refugiados internos na Colômbia'], *Journal of Economic Geography* 16, no. 3 (1 maio de 2016): pp. 695–713 (inglês). Este estudo analisa o período entre 2001 e 2005. Juan S. Morales, *'The impact of internal displacement on destination communities: Evidence from the Colombian*

...PARTE IV: Melhorando as Perspectivas de Vida...

conflict’ [‘O impacto do deslocamento interno nas comunidades de destino: evidências do conflito colombiano’], *Journal of Development Economics* 131 (2017): pp. 132–150 (inglês). Este estudo diz respeito a 1998–2005. Para saber mais sobre esses e outros estudos, veja: Sarzin, ‘*The impact of forced migration on the labor market outcomes and welfare of host communities*’ [‘O impacto da migração forçada nos resultados do mercado de trabalho e no bem-estar das comunidades de acolhimento’] (inglês).

- 283 Morales, ‘*The impact of internal displacement on destination communities*’ [‘O impacto do deslocamento interno nas comunidades de destino’], pp. 133, 142 (inglês).
- 284 ACNUR, [Tendências Globais 2020](#), p. 3 (inglês).
- 285 ACNUR, [Nota de orientação sobre considerações de proteção internacional para venezuelanos – Atualização I](#) (maio 2019) (inglês). Veja também: Dany Bahar e Meagan Dooley, [Crise de refugiados da Venezuela se tornará a maior e mais subfinanciada da história moderna](#), blog da *Brookings Institution* (9 dezembro 2019) (inglês).
- 286 German Caruso, Christian Gomez Canon, e Valerie Mueller, ‘*Spillover effects of the Venezuelan crisis: migration impacts in Colombia*’ [‘Efeitos e repercussões da crise venezuelana: impactos da migração na Colômbia’], *Oxford Economic Papers* 73, no. 2 (abril de 2021) (inglês).
- 287 Em 1º de março de 2021, o presidente Iván Duque assinou um decreto criando o Estatuto de Proteção Temporária (ETP em espanhol) para venezuelanos na Colômbia para facilitar sua inclusão socioeconômica. Os venezuelanos podem solicitar ao ETP para regularizar sua permanência no país por um período de 10 anos. República da Colômbia, Ministério das Relações Exteriores, ‘[Decreto No. 216](#)’ (Espanhol) (2021): p. 11. Andrew Selee e Jessica Bolter, [Uma recepção desigual: respostas da América Latina e do Caribe à migração venezuelana e nicaraguense](#), *Migration Policy Institute* (fevereiro de 2020): p. 16 (inglês).
- 288 Dany Bahar, Ana María Ibáñez, e Sandra V. Rozo, ‘*Give me your tired and your poor: Impact of a large-scale amnesty program for undocumented refugees*’ [‘Dê-me seus cansados e seus pobres: Impacto de um programa de anistia em larga escala para refugiados indocumentados’], *Journal of Development Economics* 151 (junho 2021): pp. 1–24 (inglês). Os autores consideram várias explicações, incluindo a possibilidade de que os venezuelanos possam ter aceitado a permissão para acessar os serviços em vez de procurar emprego. Eles desconsideram isso, dado que os salários no setor formal são relativamente altos, mas reconhecem que os venezuelanos podem ter dificuldade em encontrar emprego formal. Eles também consideram se os resultados do mercado de trabalho podem levar mais tempo para serem observados do que o período de 18 meses do estudo. Eles concluíram que, mesmo que fosse assim, os efeitos negativos observáveis seriam evidentes durante o período de estudo. Sua conclusão geral é que suas descobertas são consistentes com outros estudos que mostram pouco ou nenhum efeito dos fluxos de migrantes sobre os resultados do trabalho das populações nativas.
- 289 Sergio Olivieri et al., [Os efeitos do mercado de trabalho da migração venezuelana no Equador](#), Documento de Reflexão 13501, *IZA Institute for Labor Economics* (julho 2020): p. 7 (inglês).
- 290 Os cantões com renda 10% mais alta receberam 5% mais venezuelanos do que regiões semelhantes. *Ibid.*, p. 3.

...PARTE IV: **Melhorando as Perspectivas de Vida...**

- 291** Olivieri et al., *'The Labor Market Effects of Venezuelan Migration in Ecuador'* ['Os efeitos do mercado de trabalho da migração venezuelana no Equador'], pp. 1, 3–4, 19 (inglês).
- 292** Ibid., pp. 19–20.
- 293** ACNUR, [Alto Comissariado da ONU para Refugiados elogia a América Latina por seu compromisso com a inclusão de todos aqueles que precisam de proteção](#), Comunicado de imprensa (23 junho 2021) (inglês); Luc Cohen, [Equador iniciará novo "processo de normalização" para migrantes venezuelanos](#), *Reuters* (17 junho 2021) (inglês); Para o número daqueles cuja situação era irregular no momento do comunicado, ver: ACNUR, [Equador 'Atualização mensal do Equador: maio de 2021](#), p. 1 (inglês). Discutido na Parte III.
- 294** Todos os quais são abordados com mais detalhes em: Sarzin, *'The impact of forced migration on the labor market outcomes and welfare of host communities'* ['O impacto da migração forçada nos resultados do mercado de trabalho e no bem-estar das comunidades de acolhimento'] (inglês).
- 295** Para o número total de refugiados do Burundi e do Ruanda na Tanzânia durante este período, ver: ACNUR, [Refugee Data Finder](#), (inglês). Outros detalhamentos são fornecidos por Jean-François Maystadt e Gilles Duranton em: *'The development push of refugees: evidence from Tanzania'* ['O impulso de desenvolvimento dos refugiados: evidências da Tanzânia'], *Journal of Economic Geography* 19, no. 2 (março 2019): pp. 299–334 (inglês).
- 296** ACNUR, [Refugee Data Finder](#), (inglês).
- 297** Maystadt e Duranton, *'The development push of refugees'* ['O impulso de desenvolvimento dos refugiados'] (inglês). Até o final de junho de 2021, havia 253.040 refugiados e solicitantes de reconhecimento da condição de refugiado na Tanzânia, consistindo principalmente de burundineses e congoleses (RDC), a maioria deles localizados na região de Kigoma, noroeste da Tanzânia. A região de Kigoma é uma das regiões mais pobres da Tanzânia. Os campos de refugiados na região de Kagera já foram fechados. ACNUR, [Atualização operacional: República Unida da Tanzânia](#), Resumo (junho de 2021) (inglês). Para mais informações atualizadas, veja também: ACNUR, [Situações de refugiados: Tanzânia](#), Portal de Dados Operacionais (inglês).
- 298** Maystadt e Duranton, *'The development push of refugees'* ['O impulso de desenvolvimento dos refugiados'], p. 304 (inglês).
- 299** Ibid.; Chiara Kofol, e Maryam Naghsh Nejad, [Trabalho Infantil e a Chegada de Refugiados: Evidências da Tanzânia](#), Documento de Discussão 11242, *IZA Institute for Labor Economics* (dezembro 2017) (inglês); Isabel Ruiz e Carlos Varga-Silva, *'The impact of hosting refugees on the intra-household allocation of tasks: A gender perspective'* ['O impacto do acolhimento de refugiados na alocação de tarefas intrafamiliar: uma perspectiva de gênero'], *Review of Development Economics* 22, no. 4 (2018): pp. 1461–1488 (inglês).
- 300** Maystadt e Duranton, *'The development push of refugees'* ['O impulso de desenvolvimento dos refugiados'], p. 304 (inglês); Beth Elise Whitaker, *'Refugees in Western Tanzania: The Distribution of Burdens and Benefits Among Local Hosts'* ['Refugiados no oeste da Tanzânia: a distribuição de encargos e benefícios entre comunidade de acolhida local'], *Journal of Refugee Studies* 15, no. 4 (2002): pp. 342 (inglês).

...PARTE IV: Melhorando as Perspectivas de Vida...

- 301** Whitaker, 'Refugees in Western Tanzania' ['Refugiados no oeste da Tanzânia'], p. 348.
- 302** Ibid., p. 347 (inglês).
- 303** Kofol e Nejad, 'Child Labor and the Arrival of Refugees' ['Trabalho Infantil e a Chegada de Refugiados'], p. 24 (inglês).
- 304** Whitaker, 'Refugees in Western Tanzania' ['Refugiados no oeste da Tanzânia'], p. 342 (inglês).
- 305** De acordo com Maystadt e Verwimp, o efeito local disso é ambíguo, pois houve mais oportunidades, mas algumas foram aproveitadas por operadores comerciais de outras partes da Tanzânia, o que pode ter levado ao fechamento de algumas empresas locais. Jean-François Maystadt e Philip Verwimp, 'Winners and Losers among a Refugee-Hosting Population' ['Vencedores e Perdedores entre uma População de Acolhida e de Refugiados'], *Economic Development and Cultural Change* 62, no. 4 (julho 2014): p. 777 (inglês).
- 306** Maystadt and Verwimp, 'Winners and Losers among a Refugee-Hosting Population', pp. 776–777. Ruiz e Vargas-Silva, 'The impact of hosting refugees on the intra-household allocation of tasks', pp. 1463, 1479. Isto incluíam mulheres que sabiam ler e realizar operações matemáticas simples. No entanto, este estudo também descobriu que as mulheres eram menos propensas a buscar empregos externos do que os homens. Isso provavelmente ocorreu devido ao impacto ambiental dos refugiados, o que significava que as mulheres tinham que caminhar mais, gastando mais tempo para coletar lenha e buscar água. Whitaker, 'Refugees in Western Tanzania' ['Refugiados no oeste da Tanzânia'], pp.342–344, 347 (inglês).
- 307** No geral, as comunidades anfitriãs experimentaram um aumento em seu bem-estar medido por meio de seu consumo individual. Maystadt e Verwimp, 'Winners and Losers among a Refugee-Hosting Population' ['Vencedores e Perdedores entre uma População de Acolhida de Refugiados'], pp. 778, 803 (inglês); Maystadt e Duranton, 'The development push of refugees' ['O impulso de desenvolvimento dos refugiados'], p. 328 (inglês).
- 308** Maystadt e Verwimp, 'Winners and Losers among a Refugee-Hosting Population' ['Vencedores e Perdedores entre uma População de Acolhida e de Refugiados'], p. 803 (inglês); Kofol e Nejad, 'Child Labor and the Arrival of Refugees' ['Trabalho Infantil e a Chegada de Refugiados'], p. 23 (inglês).
- 309** ACNUR, [Refugee Data Finder](#), (inglês); ACNUR, [Quênia: Refugiados Registrados e Solicitantes de Reconhecimento da Condição de Refugiado](#), Portal de dados operacionais (31 julho de 2021) (inglês).
- 310** Jedediah Rooney Fix et al., [Entendendo as Condições Socioeconômicas dos Refugiados no Quênia](#), vol. A: 'Acordo de Kalobeyei: Resultados da Pesquisa de Perfil Socioeconômico de Kalobeyei de 2018', Relatório Conjunto, Grupo Banco Mundial e ACNUR (2019): p. x (inglês).
- 311** Apurva Sanghi, Harun Onder e Varalakshmi Vemuru ["Sim" no meu quintal? – A Economia dos Refugiados e Suas Dinâmicas Sociais em Kakuma, Quênia](#), Relatório Conjunto, ACNUR e Banco Mundial (2016): pp. 5–6 (inglês).

...PARTE IV: **Melhorando as Perspectivas de Vida...**

- 312** Jennifer Alix-Garcia et al., *'Do refugee camps help or hurt hosts? The case of Kakuma, Kenya'* ['Os campos de refugiados ajudam ou prejudicam aqueles que acolhem? O caso de Kakuma, Quênia'], *Journal of Development Economics* 130 (janeiro 2018): pp. 66–83 (inglês); Sanghi, Onder e Vemuru, *"Yes" In My Backyard?* ["Sim" no meu quintal?"] (inglês); ACNUR, *'Kenya: Registered Refugees and Asylum-Seekers'* ['Quênia: Refugiados Registrados e Solicitantes de Asilo'] (inglês).
- 313** ACNUR, [Quênia: Visão Geral](#), Portal de Dados Operacionais (inglês); Jennifer Alix-Garcia, Erhan Artuc, e Harun Onder, *'The Economics of Hosting Refugees: A Host Community Perspective from Turkana'* ['A economia do acolhimento de refugiados: uma perspectiva da comunidade de acolhimento de Turkana'], Banco Mundial (2017): p. 64 (inglês).
- 314** ACNUR, [Estatísticas Populacionais de Kakuma e Kalobeyei](#), Portal de Dados Operacionais, (31 dezembro 2020) (inglês).
- 315** Aqueles que trabalham tendem a envolver-se em pequenos comércios, têm pequenas ou médias empresas ou estão engajados como trabalhadores de incentivo. A renda também pode vir de remessas de dinheiro ao exterior. ACNUR, [Campo de Refugiados de Kakuma e Assentamento Integrado de Kalobeyei](#), website (inglês); Os refugiados expressaram suas frustrações com as barreiras para receber autorizações de trabalho. *Refugee Consortium of Kenya* [Consórcio de Refugiados do Quênia], [Refugiados e Solicitantes de Reconhecimento da Condição de Refugiado Lamentam Acesso Limitado a Licenças para Trabalho no Quênia](#), website (janeiro de 2019) (inglês); ACNUR, [Quênia: meios de subsistência](#), website (inglês).
- 316** Alix-Garcia et al., *'Do refugee camps help or hurt hosts?'* ['Os campos de refugiados ajudam ou prejudicam aqueles que acolhem?'], p. 68 (inglês). Sanghi, Onder e Vemuru, *"Yes" In My Backyard?* ["Sim" no meu quintal?"], pp. 3, 8, 10 (inglês).
- 317** Das árvores *Prosopis* invasoras. As árvores indígenas são protegidas contra o uso de carvão e lenha.
- 318** Sanghi, Onder e Vemuru, *"Yes" In My Backyard?* ["Sim" no meu quintal?], p. 11 (inglês).
- 319** Ibid., p. 54; Alix-Garcia et al., *'Do refugee camps help or hurt hosts?'* ['Os campos de refugiados ajudam ou prejudicam aqueles que acolhem?'], p. 76 (inglês).
- 320** Sanghi, Onder e Vemuru, *"Yes" In My Backyard?* ["Sim" no meu quintal?], pp. 29, 32 (inglês).
- 321** Isso pode incluir a aquisição de habilidades e apoio técnico para melhorar o cultivo agrícola e a produção de gado para um desenvolvimento mais sustentável. Alix-Garcia et al., *'Do refugee camps help or hurt hosts?'* ['Os campos de refugiados ajudam ou prejudicam aqueles que acolhem?'], p. 76 (inglês). Seria benéfico passar de um financiamento de emergência humanitária curto para um investimento de desenvolvimento mais a longo prazo. Sanghi, Onder e Vemuru, *"Yes" In My Backyard?* ["Sim" no meu quintal?], p. 55 (inglês). Uma pesquisa socioeconômica subsequente de 2019 do ACNUR-Banco Mundial com refugiados e acolhedores em Kakuma descobriu que, embora 62% dos anfitriões de Turkana estejam empregados em comparação com apenas 20% dos refugiados em idade ativa, ambos os grupos viviam em residências superlotadas com pouco acesso a eletricidade e saneamento inadequado. A frequência ao ensino médio foi baixa

...PARTE IV: Melhorando as Perspectivas de Vida...

para ambos os grupos e a insegurança alimentar alta. Recomenda investimentos direcionados para suprir essas deficiências, bem como investimentos em treinamento de habilidades para atender às necessidades do mercado e acesso facilitado a serviços financeiros para melhorar as perspectivas de emprego para refugiados e populações de acolhida. Utz Pape et al., [“Compreendendo as condições socioeconômicas dos refugiados no Quênia”, vol. B: Acampamento de Kakuma: Resultados da Pesquisa Socioeconômica de Kakuma de 2019](#), Relatório Conjunto, Grupo Banco Mundial e ACNUR (março de 2021) (inglês).

- 322** ACNUR, [Quênia: Assentamento de Kalobeyei](#), website (inglês). Os números de planejamento esperavam uma população de 20.000 membros da comunidade anfitriã e 60.000 refugiados. Em dezembro de 2020, a maioria dos moradores do assentamento eram refugiados (40.000). Veja: ACNUR, *Kakuma & Kalobeyei Population Statistics* [‘Estatísticas Populacionais de Kakuma e Kalobeyei’] (inglês); UN Habitat, [Kakuma e Kalobeyei: Perfil Espacial](#), Relatório (junho 2021): p. 50 (inglês).
- 323** Pascal Zigashane, um refugiado da República Democrática do Congo que lidera uma iniciativa liderada por refugiados, descreve as mudanças positivas em Kakuma. Exemplos incluem novas iniciativas, como empresas de fornecimento de alimentos dirigidas por mulheres, o fornecimento de ferramentas e sementes e a operação de uma estufa que beneficiou economicamente os refugiados e membros da comunidade de acolhida. Isso ajudou a promover a coesão social. Pascal Bahati Zigashane, [Fortalecimento do Capital Humano dos Refugiados em Deslocamento](#), Documento de Referência para 70º Aniversário da Convenção de Refugiados de 1951, ACNUR (outubro de 2021): p. 9. (inglês).
- 324** Alexander Betts, Naohiko Omata, e Olivier Sterck, *‘The Kalobeyei Settlement: A Self-Reliance Model for Refugees?’* [‘O Assentamento Kalobeyei: Um Modelo de Autossuficiência para Refugiados’], *Journal of Refugee Studies* 33, no. 1(março de 2020): pp. 189–223 (inglês). Zigashane, [Fortalecimento do Capital Humano dos Refugiados em Deslocamento](#), p. 10 (inglês).
- 325** Fix et al., *‘Understanding the Socioeconomic Conditions of Refugees in Kenya’* [‘Compreendendo as condições socioeconômicas dos refugiados no Quênia’], vol. A (inglês).
- 326** A estratégia de autossuficiência (SRS) foi introduzida em 1998 inicialmente para ajudar os refugiados sudaneses que estavam localizados principalmente em três distritos da região do Nilo Ocidental. Mais tarde, foi adotado como a principal estrutura política para assistência a refugiados no país. Em 2004, na sequência de uma revisão do SRS que revelou sucessos, mas também várias deficiências, começou a ser um programa de Assistência ao Desenvolvimento para Áreas de Acolhimento de Refugiados (DAR). Pouco depois, a Lei dos Refugiados de 2006 foi redigida, solicitando ao Comissário de Uganda para os Refugiados que “promova a autossuficiência entre os refugiados e o desenvolvimento sustentável nas áreas afetadas”. Uma década depois, a estratégia de Empoderamento da Comunidade de Refugiados e Anfitriões (ReHoPE) foi elaborada para novamente aproveitar as lições aprendidas com as abordagens anteriores e fortalecer ainda mais as perspectivas de autossuficiência de refugiados e comunidades anfitriãs. ACNUR, [Manual para Planejamento e Implementação de Programas de Assistência ao Desenvolvimento para Refugiados \(DAR\)](#) (2005): p. 25 (inglês); Grupo do Banco Mundial, [Uma avaliação da abordagem progressiva de Uganda para a gestão de refugiados](#) (maio 2016): pp. 20–25 (inglês); Governo de Uganda, [Lei dos Refugiados](#) (2006): Act 21, para. 44.4(b) (inglês).

...PARTE IV: Melhorando as Perspectivas de Vida...

- 327** ACNUR, [Refugee Data Finder](#), (inglês).
- 328** Gabinete do Primeiro-Ministro do Uganda e do ACNUR, [Plano Interagencial Revisado de Resposta aos Refugiados do País do Uganda, Julho de 2020–Dezembro de 2021](#) (agosto de 2020): p. 10 (inglês).
- 329** Veja, por exemplo: Alexander Betts et al., [Economias de Refugiados em Uganda: Que Diferença Faz o Modelo de Autossuficiência?](#), Relatório, *Refugee Studies Centre* (21 de janeiro de 2019): pp. 18, 36 (inglês). Apenas apoio muito limitado está disponível para refugiados vulneráveis em Kampala.
- 330** Merle Kreibbaum, 'Their Suffering, Our Burden? How Congolese Refugees Affect the Ugandan Population' ['O sofrimento deles, nosso fardo? Como os refugiados congolese afetam a população ugandense'], *World Development* 78 (fevereiro 2016): pp. 262–287 (inglês).
- 331** ACNUR, [Refugee Data Finder](#), (inglês).
- 332** A diminuição da pobreza foi evidenciada pelo aumento do consumo. Os serviços de educação melhoraram com a assistência de agências não governamentais e privadas assistidas pelo Governo. Kreibbaum, 'Their Suffering, Our Burden?' ['O sofrimento deles, nosso fardo?'], pp. 270, 272 (inglês).
- 333** Ibid., p. 271.
- 334** Ibid., p. 275. Um estudo publicado alguns anos depois descobriu que as empresas de refugiados eram valiosas no fornecimento de bens e serviços às comunidades anfitriãs. Por exemplo, no assentamento de Nakivale, próximo à fronteira com a Tanzânia, membros da comunidade anfitriã relataram comprar e vender bens e serviços no assentamento. Como encontrados em estudos anteriores, os benefícios não foram distribuídos igualmente, no entanto, com alguns trabalhadores locais lutando para competir com o trabalho de refugiados, enquanto outros se beneficiaram de sua demanda por bens e moradia específicos, e outros encontraram emprego em empresas ou residências administradas por refugiados. Betts et al., 'Refugee Economies in Uganda' ['Economias de Refugiados em Uganda'], pp. 29–33 (inglês).
- 335** Para todos os refugiados em Ruanda na época, veja: ACNUR, [Refugee Data Finder](#), (inglês). Para refugiados da República Democrática do Congo, ver: ACNUR, [Refugee Data Finder](#), (inglês).
- 336** Craig Loschmann, Özge Bilgili, e Melissa Siegel, 'Considering the benefits of hosting refugees: evidence of refugee camps influencing local labour market activity and economic welfare in Rwanda' ['Considerando os benefícios de acolher refugiados: evidências de campos de refugiados influenciando a atividade do mercado de trabalho local e o bem-estar econômico em Ruanda'], *IZA Journal of Development and Migration* 9, no. 1 (2019): pp. 5–6 (inglês).
- 337** Ibid., p. 6. O exemplo excepcional de escolarização em acampamentos é observado em um artigo separado do qual os mesmos estudiosos são coautores: Özge Bilgili et al., 'Is the Education of Local Children Influenced by Living near a Refugee Camp? Evidence from Host Communities in Rwanda' ['A educação das crianças locais é influenciada por morar perto de um campo de refugiados? Evidência das Comunidades de Acolhida em Ruanda'], *International Migration* 57, no. 4 (2019): p. 295 (inglês).

...PARTE IV: Melhorando as Perspectivas de Vida...

- 338** Loschmann, Bilgili, e Siegel, '*Considering the benefits of hosting refugees*' ['Considerando os benefícios de acolher refugiados'], p. 6 (inglês).
- 339** Ibid., p. 19.
- 340** Ibid., pp. 1, 3, 19.
- 341** Bilgili et al., '*Is the Education of Local Children Influenced by Living near a Refugee Camp?*' ['A educação das crianças locais é influenciada por morar perto de um campo de refugiados?'], pp. 305–306 (inglês).
- 342** Números de deslocados internos do ACNUR, [Refugee Data Finder](#), (inglês).
- 343** Jennifer Alix-Garcia e Anne Bartlett, '*Occupations under fire: the labour market in a complex emergency*' ['Ocupações sob fogo: o mercado de trabalho em uma emergência complexa'], *Oxford Economic Papers* 67, no. 3 (julho de 2015): p. 688 (inglês).
- 344** Ibid., pp. 687, 710.
- 345** Ibid., p. 710.
- 346** Ibid., p. 711.
- 347** Verme e Schuettler, '*The Impact of Forced Displacement on Host Communities*' ['O impacto do deslocamento forçado nas comunidades de acolhida'], pp. 11–12 (inglês).
- 348** Ibid., p. 13.
- 349** Ibid., p. 16. Os autores observam que a faixa em que resultados positivos e significativos são encontrados é de 12 a 20 por cento e a de resultados negativos e significativos de 22 a 25 por cento.
- 350** Os autores explicam que alguns dos resultados positivos podem ser consequência do "influxo de ajuda internacional e sua importância relativa em um país pobre" Ibid.
- 351** Ibid., pp. 16–17. Também observado na Parte III – isso pode esclarecer até que ponto os deslocados internos, por exemplo, alcançaram uma solução.
- 352** Clemens, Huang, e Graham, '*The Economic and Fiscal Effects of Granting Refugees Formal Labor Market Access*' ['Os efeitos econômicos e fiscais da concessão de acesso formal ao mercado de trabalho aos refugiados'], p. 20 (inglês).
- 353** Ibid., p. 15. No entanto, os autores observam que, em muitos países, a falta de educação, habilidades e normas sociais podem impedir as mulheres de trabalhar no setor formal, fazendo com que elas se beneficiem menos.

...PARTE IV: **Melhorando as Perspectivas de Vida...**

354 Ibid., p. 18.

355 Banco Mundial, *'Forcibly Displaced'* ['Deslocados à força'], p. 134 (inglês).

356 Isso está refletido nos par. 33–37 do Pacto Global sobre Refugiados, que observam a importância de envolver uma ampla coalizão de partes interessadas e o papel crítico dos atores do desenvolvimento e do apoio ao desenvolvimento.

PARTE V: **Superando a lacuna**

- 1 Banco Mundial – Missão de avaliação do ACNUR, junho de 2021.
- 2 Esse também inclui assistência na preparação e prevenção de crises provocadas pelo homem. Iniciativa da Boa Doação Humanitária, [24 Principles and Good Practice of Humanitarian Donorship](#) [24 princípios e Boas Práticas de Doação Humanitária], website.
- 3 As contribuições aumentaram 12% anualmente entre 2011 e 2019. Essas não aumentaram em 2020, apesar do aumento da necessidade em função da COVID-19. Iniciativas de Desenvolvimento, [Global Humanitarian Assistance Report 2021](#) [Relatório Global De Assistência Humanitária de 2021] (junho de 2021), pp. 33–35.
- 4 Ibid., pp. 49, 61–62. Nos últimos anos, os principais doadores governamentais foram os Estados Unidos, a Alemanha e o Reino Unido. Os 10 principais países beneficiados de 2019 a 2020 foram: Síria; Iêmen; Líbano; Sudão do Sul; República Democrática do Congo; Somália; Sudão; Etiópia; Turquia; e Iraque.
- 5 Ibid., p. 32.
- 6 Ibid., pp. 52–53. Especificamente para os anos de 2015 a 2019.
- 7 Elevou-se o número total de pessoas em necessidade para cerca de 244 milhões de pessoas em 75 países. Ibid., pp. 12–13, 33.
- 8 No passado, alguns países anfitriões tentaram apreender essa necessidade. Mas não foi estabelecida uma metodologia em acordo para fazê-lo. Em 2017, a Assembleia Geral das Nações Unidas solicitou ao ACNUR que “(...) coordenasse uma iniciativa para medir o impacto decorrente da hospedagem, proteção e assistência aos refugiados, com o objetivo de avaliar as lacunas na cooperação internacional e promover o compartilhamento do ônus e das responsabilidades que seja mais igualitário, previsível e sustentável, além de começar a relatar os resultados aos Estados Membros em 2018”. Assembleia Geral da ONU, (19 de dezembro de 2017), [Documento da ONU A/RES/72/150](#), parágrafo 20. Esse assunto foi retomado na AGNU, com o [Global Compact on Refugees](#) [Pacto Global sobre refugiados] (2 de agosto de 2018), Documento da ONU A/73/12 (Parte II), parágrafo 103. O ACNUR publicou seu primeiro relatório em 1º de julho de 2020. ACNUR, [Progress report: Measuring the impact of hosting, protecting and assisting refugees](#) [Relatório de progresso: medindo o impacto da hospedagem, proteção e assistência aos refugiados] (1 de julho de 2020).
- 9 Pacto Global sobre Refugiados (2018), parágrafo 32.
- 10 Conferência Humanitária Mundial, [“FAQ”](#) [Perguntas Mais Frequentes], website. Para saber mais sobre iniciativas anteriores do ACNUR para maior engajamento de respostas de desenvolvimento, consulte: Parte III. Um dos primeiros esforços foi realizado pelo Alto Comissário da ONU, Sadruddin Aga Khan, o qual também foi realizado por Altos Comissários subsequentes. Sadruddin Aga Khan, [Statement by Prince Sadruddin Aga Khan, United Nations High Commissioner for Refugees, to the Third Committee of the](#)

...PARTE V: **Superando a lacuna...**

[United Nations General Assembly at Its 1519th Meeting](#) [Declaração do Príncipe Sadruddin Aga Khan, Alto Comissário das Nações Unidas para os Refugiados, para o Terceiro Comitê da Assembleia Geral das Nações Unidas em sua 1519ª Reunião] (20 de novembro de 1967), website do ACNUR.

- 11 Painel de Alto Nível da ONU sobre Financiamento humanitário, [Report to the Secretary-General: Too important to fail: addressing the humanitarian financing gap](#) [Relatório ao Secretário-Geral: importante demais para falhar: abordando a lacuna de financiamento humanitário] (janeiro de 2016). O painel foi copresidido por Kristalina Georgieva, a então Comissária Europeia de Ajuda Humanitária e Gestão de Crises, e Sua Alteza Real, Sultan Nazrin Shah, Regente de Merak, Malásia. O Grande Acordo tem 63 signatários: 25 Estados-membros; 22 ONGs; 12 agências das Nações Unidas; 2 organizações intergovernamentais; e o Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV) e o Movimento Internacional da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho (FICV). Os signatários representam mais de 80% de todas as contribuições de doações humanitárias em 2019 e dois terços da ajuda humanitária recebida pelas agências. Comitê Permanente Interagências (IASC), [The Grand Bargain: A Shared Commitment to Better Serve People in Need](#) [O Grande Acordo: um Compromisso Compartilhado para Atender Melhor as Pessoas em Necessidade] (23 de maio de 2016).
- 12 AGNU, [New York Declaration for Refugees and Migrants](#) [Declaração de Nova York para Refugiados e Migrantes] (3 de outubro de 2016), un Doc A/RES/71/1, parágrafo 38.
- 13 Pacto Global sobre Refugiados (2018), parágrafo 32.
- 14 Victoria Metcalfe-Hough et al., [Grand Bargain annual independent report 2020](#) [Relatório independente anual do Grande Acordo de 2020], Relatório Comissionado do Grupo de Políticas Humanitárias, Instituto de Desenvolvimento Ultramarino (ODI) – (junho de 2020), p. 17.
- 15 Ibid.; Victoria Metcalfe-Hough et al., [Grand Bargain annual independent report 2020](#) [O Grande Acordo em cinco anos: uma revisão independente], Revisão Comissionada do Grupo de Políticas Humanitárias (HPG), ODI (junho de 2021), pp. 47, 49, 57, 109. Por exemplo, mais organizações estão investindo nas habilidades de correspondentes locais e nacionais, e os doadores adicionais têm fornecido financiamento flexível e previsível.
- 16 Metcalfe-Hough et al., 'Relatório anual independente do Grande Acordo de 2020', p. 18.
- 17 O financiamento destinado é fornecido para uma finalidade, programa e/ou local específicos. A agência não pode usar os fundos para outras finalidades, mesmo que para atender às necessidades mais priorizadas. Para obter mais informações sobre o papel do financiamento destinado e das sugestões de melhoria, consulte: Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico, [Earmarked funding to multilateral organisations: how is it used and what constitutes good practice?](#) [Financiamento destinado às organizações multilaterais: como é usado e o que constitui uma boa prática?], Resumo (outubro de 2020).
- 18 Metcalfe-Hough et al., 'Relatório anual independente do Grande Acordo de 2020', pp. 15, 18; Metcalfe-Hough et al., 'O Grande Acordo em cinco anos', p. 113. Em março de 2021, apenas nove dos 37 signatários que fornecem fundos para organizações internacionais ou para parceiros de implementação estavam usando o modelo de relatório comum como formato padrão.

...PARTE V: **Superando a lacuna...**

- 19 Barnaby Willitts-King e Alexandra Spencer, *Reducing the humanitarian financing gap: review of progress since the report of the High-Level Panel on Humanitarian Financing* [Redução da lacuna de financiamento de ajuda humanitária: revisão do progresso desde o relatório do Painel de Alto Nível sobre Financiamento Humanitário], Relatório comissionado do HPG, ODI (abril de 2020), p. 8.
- 20 Metcalfe-Hough et al., 'O Grande Acordo em cinco anos', p. 47.
- 21 Ibid., pp. 38, 79–80.
- 22 Ibid., pp. 59, 69–70; Metcalfe-Hough et al., 'Grand Bargain annual independent report 2020' [Relatório independente anual do Grande Acordo 2020], pp. 15, 34, 54–56, 68–71, 104. Esse será discutido mais à frente nessa parte, na seção sobre Parcerias.
- 23 Os Institutos Fiscais Independentes (IFIs) são estabelecidos por mais de um país e estão sujeitos às Leis Internacionais. O mais conhecido desses, o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, foram estabelecidos após a Segunda Guerra Mundial para ajudar na reconstrução da Europa. O maior IFI é o Banco Europeu de Investimentos. Consulte: Banco Europeu De Investimentos, [Who we are](#) [Quem nós somos], website.
- 24 Banco mundial, *Forcibly Displaced: Toward a Development Approach Supporting Refugees, the Internally Displaced, and Their Hosts* [Deslocados à força: rumo a uma abordagem de desenvolvimento que apoie os Refugiados, os Deslocados Internos e Seus Anfitriões] (Washington, EUA.: Banco Mundial, 2017).
- 25 No final do ano fiscal que termina em 30 de junho de 2021, "Os compromissos da AID totalizaram 36 bilhões de dólares, com cerca de 70% destinados à África". Site da Associação Internacional de Desenvolvimento, [What is IDA?](#) [O que é AID?].
- 26 AID, [Information Statement: International Development Association](#) [Declaração De Informação: Associação Internacional de Desenvolvimento], Relatório, Banco Mundial (24 de setembro de 2020): p. 5; AID, 'O que é AID?'.
- 27 Grupo Banco Mundial, [IDA18 Regional Sub-Window for Refugees and Host Communities](#) [Sub-janela Regional do AID18 para Refugiados e acolhida Comunidade], AID – website do Banco Mundial.
- 28 [Window for Refugees and Host Communities](#) [Janela para Refugiados e Comunidades de Acolhimento], AID – website do Banco Mundial. O financiamento do COVID-19 é inteiramente realizado em forma de subsídios.
- 29 De forma notável, a Corporação Financeira Internacional (CFI) e a Agência Multilateral de Garantia de Investimento (MIGA), as quais são discutidas na seção abaixo sobre financiamento do setor privado. Essas são duas das cinco instituições do Grupo do Banco Mundial. As outras três são: o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD); a Associação Internacional de Desenvolvimento (AID); e o Centro Internacional para Resolução de Disputas sobre Investimentos (CIRDI). O Grupo Banco Mundial (WBG) é composto por todas as cinco instituições, enquanto o Banco Mundial é composto pelo BIRD e a AID.

...PARTE V: **Superando a lacuna...**

- 30 AID, [IDA18 Retrospective: Investing in Growth, Resilience, and Opportunity through Innovation](#) [Retrospectiva AID18: Investindo em Crescimento, Resiliência e Oportunidade por meio da Inovação], Relatório, AID-Banco Mundial (abril de 2021), pp. 16, 66.
- 31 Ibid., p. 16. Discutido em mais detalhes na seção Aplicação.
- 32 Ibid. Os programas de proteção social incluem redes de assistência social ou de segurança, como transferências de dinheiro e assistência alimentar, bem como esquemas de seguro social, como aposentadoria para idosos e seguros de aposentadoria por invalidez e desemprego. Grupo Banco Mundial, [Resilience, Equity, and Opportunity: Social Protection and Labor Strategy 2012–2022](#) [Resiliência, equidade e oportunidade: Social Estratégia de proteção e trabalho 2012–2022] (2012), parte IV.
- 33 Entre 2016 e 2020, a proporção de refugiados e solicitantes de asilo, excluindo os Venezuelanos, e pessoas deslocadas no exterior em países de renda média caiu de 58% para 55%. No entanto, a proporção de todas as pessoas deslocadas transnacionais de responsabilidade do ACNUR, incluindo refugiados, solicitantes de asilo e venezuelanos deslocados no exterior, aumentou de 58% para 59%. [UNHCR Refugee Population Statistics Database](#) [Banco de dados de Estatísticas da População de Refugiados do ACNUR]. Os grupos de renda provêm da [World Bank List of Economies \(June 2020\)](#) [Lista de Economias do Banco Mundial (junho de 2020)].
- 34 Mecanismo Global de Financiamento Concessional (GCFF), [GCFF Annual Report 2018–2019](#) [Relatório Anual do GCFF de 2018–2019] (2019), p. 5; GCFF, [Progress Report: 1 July–31 December 2020](#) [Relatório de Progresso: 1º de Julho a 31 de Dezembro de 2020] (dezembro de 2020).
- 35 Os Bancos Multilaterais de Desenvolvimento (BMDs) são os seguintes: o Banco Islâmico de Desenvolvimento (BISD); o Banco Europeu de Reconstrução e Desenvolvimento; o WBG; e o Banco Europeu de Investimentos. Consulte: [GCFF website](#) [Website do GCFF].
- 36 GCFF, 'Relatório de Progresso: 1º de julho a 31 de dezembro de 2020', p. 9–10. Além disso, cerca de U\$130 milhões de dólares (USD) em subsídios oriundos países de apoio estavam disponíveis ou empenhados para novos projetos.
- 37 Discutido na parte IV. Consulte também: Doreen Kibuka-Musoke e Zara Sarzin, [Financing for Forced Displacement Situations](#) [Financiamento para Situações de Deslocamento Forçado], Documento de referência para o 70º Aniversário da Convenção de Refugiados de 1951, ACNUR (outubro de 2021).
- 38 Discutido na Parte II e na Parte III. Weiyi Wang e Ozan Cakmak, [Private Sector Initiatives in Forced Displacement Contexts: Constraints and Opportunities for a Market-Based Approach](#) [Iniciativas do Setor Privado em Contextos de Deslocamento Forçado: Restrições e Oportunidades para uma Abordagem Baseada No Mercado], Documento de referência para o 70º aniversário da Convenção de refugiados de 1951, ACNUR (outubro de 2021). ACNUR, [UNHCR's support to the Temporary Protection Status in Colombia](#) [O apoio do ACNUR ao Status de Proteção Temporária na Colômbia], Comunicado de Imprensa (12 de maio de 2021).

...PARTE V: Superando a lacuna...

- 39 O Equador é discutido na Parte III: Soluções. No Líbano, os desafios políticos e econômicos, assim como a pandemia do COVID-19, estagnaram o progresso na aprovação e na implementação do projeto. GCFF, 'Relatório de Progresso: 1º de julho a 31 de dezembro de 2020', pp. 15–19; GCFF, [Annual Report 2019–2020](#) [Relatório Anual 2019–2020] (2021), pp. 12–13, 19–21.
- 40 Os membros participantes do Fórum Global são os seguintes: o Banco Africano de desenvolvimento (BAD); Banco Asiático de Desenvolvimento (ADB); Banco Europeu para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BERD); Banco Europeu de Investimentos (BEI); Banco Interamericano de Desenvolvimento (IADB); o BISD e o WBG.
- 41 Grupo do Banco Africano de desenvolvimento et al., [Joint Commitments by the MDB Coordination Platform on Economic Migration and Forced Displacement](#) [Comprometimentos conjuntos da Plataforma de Coordenação do MDB sobre Migração Econômica e Deslocamento Forçado] Declaração, Fórum Global de Refugiados em Genebra, Suíça, 17–18 de dezembro de 2019.
- 42 Grupo Banco Mundial, [MDBs launch new platform to coordinate support for economic migration and forced displacement](#) [MDBs lançam nova plataforma para coordenar o apoio à migração econômica e deslocamento forçado], Comunicado de Imprensa (20 de abril de 2018).
- 43 OCDE, [60th Anniversary Timeline](#) [Linha do tempo do 60º Aniversário], website.
- 44 OCDE, [Development Assistance Committee \(DAC\)](#) [Comitê de Assistência ao Desenvolvimento (CAD)], website.
- 45 Comitê de Assistência ao Desenvolvimento (CAD) da OCDE – Rede Internacional sobre Conflitos e Situações de Fragilidade (INCAF), [INCAF Common Position on supporting comprehensive responses in refugee situations](#) [A Posição Comum do INCAF sobre o apoio às respostas abrangentes em situações de refugiados], Documento (2019). A posição comum do INCAF baseou-se no documento da OCDE: [Financing for refugee situations](#) [Financiamento para situações de refugiados], Documento de Política de Desenvolvimento nº 24 (dezembro de 2019).
- 46 Nibal Zgheib, 'Multilateral development banks stepping up support for refugees' [Bancos de Desenvolvimento Multilateral se envolvem no apoio aos refugiados], Notícias do Banco Europeu para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BERD) (16 de dezembro de 2019).
- 47 Em seu programa de resposta aos refugiados, o BERD "desempenha um papel significativo para o setor privado", a fim de impulsionar os empregos para países de acolhida e refugiados, além de estimular melhorias na infraestrutura, na vida urbana, no meio ambiente e na economia em geral. BERD, [Refugees: building host countries' resilience](#) [Refugiados: criando resiliência nos países de acolhida], website.
- 48 Senidu Fanuel, [Ethiopia: Jobs Compact Project](#), [Etiópia: Projeto Compacto de Empregos], Documento de Informação do Programa-para-Resultados, Banco Mundial (8 de julho de 2017): pp. 2–3, 7.

...PARTE V: **Superando a lacuna...**

- 49 Banco mundial, [Ethiopia: World Bank Pledges \\$202 Million to Provide Better Economic Opportunities for Refugees and Host Communities](#) [Etiópia: Banco Mundial Promete \$202 Milhões para Fornecer Oportunidades Econômicas Melhores para Refugiados e Comunidades de Acolhida], Comunicado de Imprensa (26 de junho de 2018); Ndiaye Jade Elena Garza, [Ethiopia Economic Opportunities Program](#) [Programa de Oportunidades Econômicas da Etiópia], Relatório sobre o Status de Implementação e os Resultados, Banco Mundial (4 de maio de 2021).
- 50 República Democrática Federal da Etiópia, [Refugees Proclamation](#) [Proclamação dos Refugiados] (27 de fevereiro de 2019), Proclamação N° 1110/2019; ACNUR, [UNHCR welcomes Ethiopia law granting more rights to refugees](#) [O ACNUR sauda a lei da Etiópia que concede mais direitos aos refugiados] Comunicado de Imprensa (18 de Janeiro de 2019).
- 51 Pacto Global sobre Refugiados, [Development Actors](#), website (15 de dezembro de 2020); BID, [IDB approves grant funds for countries receiving migrants in Latin America and Caribbean](#) [IDB aprova fundos para países que acolhem migrantes na América Latina e no Caribe], Notícias do BID (7 de maio de 2019).
- 52 Ibid.
- 53 Ibid.
- 54 BAD, [Transition Support Facility: About the Facility](#) [Entidade de Apoio a Transição], website (17 de abril de 2019). A instituição era previamente conhecida como Instituição dos Estados frágeis.
- 55 No entanto, por meio do Fundo de Desenvolvimento da África de propriedade da instituição, o banco forneceu financiamento concessional para países de baixa renda, incluindo aqueles com populações significativas deslocadas à força. Esse apoiou em termos de fornecimento de energia para a culinária e para a restauração ambiental em campos de refugiados no Burundi; meios de subsistência no Zimbábue; empoderamento das mulheres na África Oriental; e um grande projeto regional de apoio à COVID-19 nos países do G5 Sahel (Burkina Faso; Chade; Mali; Mauritânia; e Níger). [African Development Bank Group Data Portal](#) [Portal de Dados do Grupo do Banco de Desenvolvimento Africano], 2020.
- 56 Avaliação Independente do Desenvolvimento, [Evaluation of the AfDB's Strategy for Addressing Fragility and Building Resilience in Africa \(2014–2019\)](#) [Avaliação da Estratégia do BAD para adereçar a Fragilidade e Criar Resiliência na África (2014–2019)], Relatório resumido, Grupo BAD (junho de 2020), pp. 14, 28; Departamento de Apoio à transição (ORTS), [African Development Bank Group Strategy for Addressing Fragility and Building Resilience in Africa \(2014–2019\)](#) [Estratégia do Grupo do Banco de Desenvolvimento Aricano para adereçar a Fragilidade e Criar Resiliência na África (2014–2019)].
- 57 Kibuka-Musoke e Sarzin, *‘Financing for Forced Displacement Situations’* [Financiamento para Situações de Deslocamento Forçado], pp. 27–28. O financiamento desses programas provém do GCFF.
- 58 Veja, por exemplo: Banco Mundial, [Uganda Support to Municipal Infrastructure Development Program](#) [Uganda Apoia o Programa de Desenvolvimento de Infraestrutura Municipal], Projeto de Desenvolvimento, (2013); Banco Mundial, [Economic Opportunities for Jordanians and Syrian Refugees](#) [Oportunidades Econômicas para Refugiados Jordanianos e Sírios], Programa para projeto de Resultados, (2016); Banco

...PARTE V: **Superando a lacuna...**

Mundial, [Ethiopia Economic Opportunities Program](#) [Programa De Oportunidades Econômicas Da Etiópia], Projeto de Desenvolvimento, (2018); Banco Mundial, [Improving Quality of Health Care Services and Efficiency in Colombia](#) [Melhorando a qualidade dos serviços de saúde e eficiência na Colômbia], Projeto de Desenvolvimento, (2020).

- 59 Veja, por exemplo: Pacto Global sobre Refugiados (2018), parágrafos 32, 71; Painel de Alto Nível do Secretário-Geral da ONU sobre Deslocamento Interno, [Shining a Light on Internal Displacement: A Vision for the Future](#) [Esclarecendo Conceitos sobre o Deslocamento Interno: Uma Visão para o Futuro], Relatório (setembro de 2021): pp. 17, 24–27, 30.
- 60 Banco Mundial et al., [The Role of the Private Sector in Economic Integration of Refugees: Charter of Good Practice](#) [O Papel do Setor Privado na Integração Econômico dos refugiados: Cartilha de Boas Práticas] (2019).
- 61 Fórum Econômico Mundial, [Humanitarian Investing – Mobilizing Capital to Overcome Fragility](#) [Investimento Humanitário – Mobilizando Capital para Superar a Fragilidade], Artigo Técnico (setembro de 2019).
- 62 Ibid., pp. 4, 11, 14–15. Entre as áreas de foco, estão as seguintes: água e saneamento básico, agricultura e segurança alimentar, saúde, energia, emprego e educação, inclusão financeira e mercados de capitais e tecnologia.
- 63 Corporação Financeira Internacional (CFI) e o Grupo Bridgespan, [Private Sector & Refugees—Pathways to Scale](#) [Setor Privado e Refugiados – Caminhos para Escalonar], Relatório (2019), p. 8. Para o relatório, mais de 170 iniciativas do setor privado foram entrevistadas em contextos de deslocamento. Cerca de metade das iniciativas, para as quais as informações detalhadas foram disponibilizadas, investiram menos de US\$ 1 milhão (USD) e alcançaram um máximo de 10.000 refugiados, pp. 3, 7–8.
- 64 O Pacto da Jordânia é um exemplo discutido na Parte IV, como também mais à frente nessa Parte.
- 65 O ranking ‘*Ease of Doing Business*’ [‘Facilidade em Fazer Negócios’] do Banco Mundial classifica os países em categorias, como “assegurar o cumprimento de contratos”, “comercializar além das fronteiras”, “obter eletricidade”, “registrar uma propriedade” ou “adquirir crédito”. A pontuação mais alta é 1 e a mais baixa é 190. Dentre os 16 milhões de refugiados que vivem nos maiores países de acolhida ao final de 2019, quase 8 milhões viviam em países que obtiveram pontuações entre 108 à 182 no último índice. A situação é ainda pior em situações de deslocamento interno. Dentre os 35 milhões de deslocados internos que foram hospedados nos 10 maiores países de acolhida ao final de 2019, 27 milhões viviam em países que adquiriram pontuações entre 131–190, sendo que a maioria dos deslocados internos estão em países que ficaram nas últimas 25 posições da lista do ranking. Dados do: Banco Mundial, [Ease of Doing Business Rankings](#) [Rankings da Facilidade em Fazer Negócios], website; ACNUR, [Global Trends: Forced Displacement in 2019](#) [Tendências Globais: Deslocamento Forçado em 2019], Relatório (2019).
- 66 Ibid. Pp. 6, 10, 20, 22.
- 67 Wang e Cakmak, ‘*Private Sector Initiatives in Forced Displacement*’ [‘Iniciativas do Setor Privado no Deslocamento Forçado’].

...PARTE V: Superando a lacuna...

- 68 Ibid., pp. 7–8.
- 69 Veja, por exemplo, a situação em Dadaab, Quênia: ACNUR e OIT, [*Doing Business in Dadaab Report: Market Systems Analysis for Local Economic Development in Dadaab, Kenya*](#) [Relatório sobre a criação de negócios em Dadaab: Análise do Sistema de Mercado para o Desenvolvimento em Dadaab, Quênia], Relatório (janeiro de 2019): p. 17.
- 70 Muitas empresas de refugiados operam informalmente e, como não estão registradas junto às autoridades, não podem se envolver facilmente com empresas legais de médio ou grande porte. Wang e Cakmak, 'Private Sector Initiatives in Forced Displacement' [Iniciativas do Setor Privado sobre o Deslocamento Forçado], pp. 7–10.
- 71 Ibid., p. 7–10.
- 72 Ibid., p. 10.
- 73 Consulte: nota de fim nº 29.
- 74 IFC, [*Kakuma as a Marketplace – A consumer and market study of a refugee camp and town in northwest Kenya*](#) [Kakuma como um Mercado – Um consumidor e estudo de mercado de uma cidade e campo de refugiados no noroeste do Quênia], Relatório (abril de 2018).
- 75 Empresas que buscam maximizar os objetivos sociais e ambientais, bem como os lucros.
- 76 CFI, 'Kakuma as a Marketplace' ['Kakuma como um Mercado'], pp. 79–80.
- 77 BFA Global, ACNUR e AFR, [*Refugees and Their Money: The Business Case for Providing Financial Services to Refugees*](#) [Refugiados e o Dinheiro deles: o Caso de Negócios para Fornecer Serviços Financeiros aos Refugiados], Relatório (março de 2018): pp. 9–11. O estudo descobriu que os provedores de serviços financeiros provavelmente produzirão níveis semelhantes de lucro ao atender refugiados como quando atendem clientes ruandeses típicos de baixa renda. A demanda entre as comunidades de refugiados e o acesso ao setor bancário dispõem do potencial de melhorar as oportunidades de criação de renda por meio de opções de poupança e microcrédito. Recomendou-se que o Banco Nacional de Ruanda emitisse uma diretiva que expandisse a lista de documentos de identidade aceitáveis para reduzir as barreiras de acesso.
- 78 ACNUR e OIT, 'Doing Business in Dadaab' [Conduzindo Negócios em Dadaab], pp. viii, 17–19, 42, 59–60.
- 79 Irene Yuan Sun e Cindy Huang, [*Designing a Medium-Term Response to the Rohingya Refugee Crisis: Ideas for Bangladesh, the International Community, and the Private Sector*](#) [Projetando uma Resposta a médio prazo para a Crise de Refugiados de Rohingya: Ideias para Bangladesh, para a Comunidade Internacional e para o Setor Privado], Relatório, Centro para o Desenvolvimento Global (dezembro de 2019): pp. vii–x, 7–14, 21–24.
- 80 O número de refugiados somalis em Dollo Ado alcançou e ultrapassou 200.000 em 2014 e permaneceu nesse patamar até meados de 2019. ACNUR, [*Horn of Africa Somalia Situation*](#) [Situação da Somália no Nordeste da África], Portal De Dados Operacionais.

...PARTE V: **Superando a lacuna...**

- 81 Alexander Betts et al., [Building Refugee Economies: An evaluation of the IKEA Foundation's programmes in Dollo Ado](#) [Criando Economias de Refugiados, uma avaliação dos programas da Fundação IKEA em Dollo Ado], Relatório, Centro de Estudos sobre Refugiados (maio de 2020): pp. 23–24.
- 82 Ibid., pp. 10–14. O projeto de produção de renda favorável ao meio ambiente pretendia reduzir a dependência da lenha para produção de energia, culinária e renda. O objetivo era reduzir o impacto negativo no meio ambiente, reduzir os riscos para as mulheres, às quais tradicionalmente se atribui a função de coletar madeira de locais remotos, e estabelecer uma produção comercialmente viável de uma fonte de energia alternativa (Prosopis). No entanto, os resultados desta intervenção específica foram mistos.
- 83 As cooperativas funcionam em um esquema de autoemprego, no qual cada membro gera sua própria renda, mas deposita uma parte acordada em uma conta poupança conjunta. No entanto, as economias ainda não são suficientes para cobrir o custo dos insumos de produção para a cooperativa. Alexander Betts e Raphael Bradenbrink, [The IKEA Foundation and livelihoods in Dollo Ado: Lessons from the cooperatives model](#) [‘A Fundação Ikea e os meios de subsistência em Dollo Ado: Lições de um modelo de cooperativas’], Pesquisa RSC no Resumo nº 17 (dezembro de 2020): pp. 1, 4.
- 84 Betts et al., *Building Refugee Economies* [‘Criando Economias de Refugiados’], pp. 10–12, 50–52, 139–140; Wang e Cakmak, *Private Sector Initiatives in Forced Displacement Contexts* [‘Iniciativas do Setor Privado em Contextos de Deslocamento Forçado’], p. 19.
- 85 GSMA, [Mobile Is a Lifeline: Research from Nyarugusu Refugee Camp, Tanzania](#), [O Celular é um salva-vidas: Pesquisa do Campo de Refugiados de Nyarugusu, Tanzânia], Relatório (2017): p. 2.
- 86 ACNUR, [‘Tanzania Refugee Population Update’](#) [Atualização da População de Refugiados da Tanzânia], Ficha Informativa (30 de junho de 2021).
- 87 GSMA, *‘Mobile Is a Lifeline’* [Os celulares são salva-vidas], pp. 12–13; Serviço de Inovação do ACNUR, [How to Work With Mobile Network Operators – Lessons from Tanzania](#) [Como Trabalhar com Operadores de Redes Celulares – Lições da Tanzânia], website do ACNUR (10 de novembro de 2018). Para mais informações sobre a Vodacom, consulte: Vodacom, [About us](#) [Sobre nós], website.
- 88 Turkcell, [Corporate Social Responsibility: Refugees](#) [Responsabilidade Social Corporativa: Refugiados], website.
- 89 Banco mundial, [The World Bank Group’s Experience with the IDA Private Sector Window: An Early-Stage Assessment](#) [a Experiência do Grupo do Banco Mundial com a Janela do Setor Privado da AID: uma avaliação inicial], Relatório (julho de 2021). Resultados recentes apontam para: a possível necessidade de ajustar os termos em função do contexto do mercado; o potencial uso de abordagens alternativas para mitigar riscos não-financeiros; e a importância da assistência técnica ao setor privado na implementação de projetos.
- 90 Veja, por exemplo: OCDE, [Blended Finance](#) [Finanças miscigenadas], website.
- 91 O acrônimo FMO significa *‘Nederlandse Financierings-Maatschappij voor Ontwikkelingslanden N. V.’* [‘Empresa Holandesa de Financiamento para Países em Desenvolvimento’].

...PARTE V: **Superando a lacuna...**

- 92 FMO, [NASIRA: A new chance guaranteed](#) [NASIRA: uma nova chance assegurada], NASIRA/FMO News.
- 93 Investimento realizado em uma economia pelo residente de outra economia estrangeira, com o objetivo de estabelecer um interesse de gestão duradouro naquele local.
- 94 Agência Multilateral de Garantia de Investimentos (MIGA), [What We Do](#) [O que nós fazemos], website. Moeda forte refere-se aos Dólares dos Estados Unidos, ao Euro ou ao Iene. Incapacidade de transferência refere-se às situações resultantes de uma ação do governo ou da falha em agir.
- 95 Wang e Cakmak, *'Private Sector Initiatives in Forced Displacement Contexts'* [Iniciativas do Setor Privado em Contextos de Deslocamento Forçado], p. 18.
- 96 Grupo Banco Mundial, [Refugee Investment & Matchmaking Platform \(RIMP\): Progress, Results & Opportunities](#) [Investimento de Refugiados e Plataforma de Mediação (RIMP): Avanços, Resultados e Oportunidades], Relatório (15 de janeiro de 2021): pp. 6–9, 67, 70. Na Jordânia, a RIMP (Plataforma de Mediação e Investimento de Refugiados) estudou o status das empresas Sírias, suas contribuições para a economia jordaniana, como também o potencial de crescimento. Sua metodologia consiste em trabalhar em estreita colaboração com o governo na fase de preparação e em desenvolver habilidades locais para sustentar a iniciativa e melhorar a transparência e a responsabilidade das empresas conjuntas.
- 97 O Pacto da Jordânia é abordado em maior profundidade na Parte IV.
- 98 Kibuka-Musoke e Sarzin, *'Financing for Forced Displacement Situations'* [Financiamento para Situações de Deslocamento Forçado]; Heliodoro Temprano Arroyo, [Promoting Labour Market Integration of Refugees with Trade Preferences: Beyond the EU-Jordan Compact](#) [Promovendo a Integração do Mercado de Trabalho dos Refugiados com preferências comerciais: além do Pacto da União Europeia-Jordânia], Documentos de Trabalho do Instituto Universitário Europeu (EUI), RSCAS 2018/42, Instituto Universitário Europeu (2018): pp. 8–12, 25–27, 33; Kimberly Ann Elliott and Heliodoro Temprano Arroyo, [Using Trade Preferences to Support Refugees and their Hosts](#) [Usando preferências comerciais para apoiar refugiados e seus países de acolhida], Nota do CDG (dezembro de 2019): pp. 3, 11
- 99 Programa ACNUR Zakat, [Refugees: The Most in Need of Zakat Fund – Assessing How Zakat Can Drastically Improve the Lives of the World's Displaced Population](#) [Refugiados: os que mais necessitam do Fundo Zakat – Avaliando como o Zakat pode melhorar drasticamente as vidas dos deslocados internos do mundo], Relatório de lançamento (2019): p. 14.
- 100 Ibid., pp. 23–24. A *Sadaqah* também é uma forma de caridade Islâmica, envolvendo doações voluntárias, e o ACNUR adotou uma abordagem semelhante em relação ao potencial dessa.
- 101 Programa ACNUR Zakat, [About The Refugee Zakat Fund](#) [Sobre o Fundo Zakat para Refugiados], website.
- 102 ACNUR, [Islamic Philanthropy: Transforming the Lives of the World's Displaced](#) [Filantropia Islâmica: Transformando as vidas dos Deslocados do Mundo], Relatório Anual de Impactos (2021): p. 8.
- 103 Com base nas estimativas de 2020. Previsão de Dados de Mercado, [Global Crowdfunding Market Research Report: Segmentation by Product \(Awards-Based Crowdfunding, Crowdfunding Auctions, and](#)

...PARTE V: **Superando a lacuna...**

others), End-users (Cultural Industries, Technology, Product, Healthcare, Others), Industry Analysis, Size, Share, Growth, Trends & Forecast To 2026 [Relatório Global de pesquisa de mercado de Crowdfunding: Segmentação por produto (Crowdfunding baseado em prêmios, leilões de Crowdfunding e outros), usuários finais (Indústrias Culturais, Tecnologia, Produtos, Saúde e Outros), análise da indústria, Tamanho, Participação no Mercado, crescimento, tendências e previsão para 2026] (abril de 2021).

104 Ibid.

105 Business Wire, [Global Crowdfunding Market: Insights, Trends and Outlook 2020–2025 – ResearchAndMarkets.com](#) [Mercado global de Crowdfunding: Insights, tendências e perspectivas de 2020–2025 – ResearchAndMarkets.com], website (julho de 2020). Para exemplos e informações sobre campanhas de *crowdfunding* [financiamento coletivo] relacionadas à COVID-19, consulte: Sameh Nagui Saleh, Christoph U. Lehmann e Richard J. Medford, 'Early Crowdfunding Response to the COVID-19 Pandemic: Cross-Sectional Study' [Resposta Rápida de Financiamentos Coletivos à Pandemia de COVID-19], *Journal of Medical Internet Research* 23, no. 2 (fevereiro de 2021): p. E25429; Ann Danaiya Usher, 'Who Launches Crowdfund for COVID-19 Response' [Quem disponibiliza Financiamentos Coletivos para a Resposta à COVID-19], *lanceta* 395, no. 10229 (março de 2020): p. 1024; Autoridade da Grande Londres (GLA), [Mayor launches new fund to help local communities drive Covid recovery](#) [Prefeito lança novo fundo para ajudar as comunidades locais a impulsionar a recuperação da Covid], website (3 de dezembro de 2020).

106 Kiva, [World Refugee Day](#) [Dia Mundial do Refugiado], website; Kiva [Our Impact](#) [Nosso Impacto], website de Refugiados da Kiva.

107 Kiva, [Our Impact](#) [Nosso Impacto].

108 Business Wire, [Kiva to Scale Lending to Refugees with the Launch of the Kiva Refugee Investment Fund](#) [a Kiva escalonará empréstimos para refugiados com o lançamento do fundo de investimento para Refugiados da Kiva], website (20 de junho de 2019).

109 Kibuka-Musoke e Sarzin, 'Financing for Forced Displacement Situations' [Financiamento para Situações de Deslocamento Forçado], p. 31.

110 Camarões, Chile, Congo, Guiné, Madagascar, Mali, Maurícia, Níger e República da Coreia. Unitaid, [About us](#) [Sobre nós], site.

111 Unitaid, [French levy on airline tickets raises more than one billion euros for world's poor since 2006](#) [Taxa francesa sobre as passagens aéreas arrecada mais de um bilhão de euros para os pobres do mundo desde 2006], Notícias da Unitaid (25 de janeiro de 2013).

112 Allan Rock, [Using Frozen Assets to Assist the Forcibly Displaced: A Policy Proposal for Canada](#) [Usando ativos congelados para ajudar os deslocados à força: uma proposta de política para o Canadá], Documento de discussão, Conselho Mundial dos Refugiados (10 de abril de 2018); Selim Can Sazak, 'An Argument for Using Frozen Assets for Humanitarian Assistance in Refugee Situations' [Argumentação para a Utilização de Ativos Congelados para Assistência Humanitária em Situações de Refugiados], *Journal of International Affairs* 68, no. 2" (primavera/verão de 2015): pp. 305–318.

...PARTE V: Superando a lacuna...

- 113** Conselho de segurança da ONU, [Sanctions](#) [Sanções], website.
- 114** CSNU, Res. 778 (1992), Documento da ONU [S/RES/778](#); CSNU, Res. 721 (1991), Documento da ONU [S/RES/721](#); CSNU, Res. 706 (1991), Documento da ONU [S/RES/706](#). Para uma discussão sobre os poderes do Conselho de Segurança a este respeito, assim como o potencial para assegurar compensação financeira em outros meios não-testados, consulte: Guy s. Goodwin-Gill e Selim Can Sazak, 'Footing the Bill: Refugee-Creating States' Responsibility to Pay' [Custeando o Projeto de Lei: Estados Criadores de Refugiados], *Relações Externas* (29 de julho de 2015); Carta das Nações Unidas (1945), Capítulo VII, artigos 39, 41 e 42.
- 115** A Lei Global Magnitsky de Responsabilidade dos Direitos Humanos (2016) autoriza o Presidente dos EUA a impor sanções, como também negar a entrada, a estrangeiros que se envolveram em atos de corrupção significativa ou se envolveram direta ou indiretamente em violações graves de direitos humanos. Em 2003, os Estados Unidos confiscaram US\$ 1,7 bilhões (USD) em ativos iraquianos congelados para ajudar na reconstrução do Iraque. Para mais informações, consulte: Allan Rock, [Using Frozen Assets to Assist the Forcibly Displaced](#) [Usando ativos congelados para ajudar os deslocados à força], pp. 3–4, 9.
- 116** Phil Orchard, [International, Regional, and Domestic Mechanisms to Hold States to Account for the Causes of Forced Displacement](#) [Mecanismos internacionais, regionais e domésticos para responsabilizar os Estados pelas causas do deslocamento forçado], Documento de referência para o 70º aniversário da Convenção de Refugiados de 1951, ACNUR (outubro de 2021): p. 24; Conselho da União Europeia, [Concerning restrictive measures against serious human rights violations and abuse](#) [Referente às medidas restritivas contra violações graves de direitos humanos e abuso] (7 de dezembro de 2020), Decisão (PESC) 2020/1999; Conselho da União Europeia, [EU adopts a global human rights sanctions regime](#) [UE adota regime global de sanções aos Direitos Humanos], Comunicado de Imprensa (7 de dezembro de 2020).
- 117** Comitê Permanente sobre Relações Internacionais, Defesa e Comércio, [Criminality, corruption and impunity: should Australia join the Global Magnitsky movement?: An inquiry into targeted sanctions to address human rights abuses](#) [Criminalidade, corrupção e impunidade: a Austrália deve se juntar ao movimento global Magnitsky? Um inquérito sobre sanções direcionadas para lidar com abusos de direitos humanos], Relatório, Parlamento da Austrália (dezembro de 2020); Reuters, [Australia to adopt Magnitsky style sanctions law](#) [Austrália adota Lei de sanções ao estilo Magnitsky], website (5 de agosto de 2021).
- 118** Confederação Suíça, [Federal Act on the Freezing and the Restitution of Illicit Assets Held by Foreign Politically Exposed Persons](#) [Lei Federal sobre o congelamento e a restituição de ativos ilícitos detidos por pessoas politicamente expostas estrangeiras] (2015), SR 196.1, artigos 1–4 e artigo 17; François Membrez e Matthieu Hösli, [How to Return Stolen Assets: The Swiss policy pathway](#) [Como devolver ativos roubados: o caminho da Política Suíça] Relatório, Centro de Direitos Cívicos e Políticos e Iniciativa de Anticorrupção e Direitos Humanos (fevereiro de 2020); Conselho Mundial de Refugiados, [A Call to Action: Transforming the Global Refugee System](#) [Um apelo à ação: transformando o sistema global de refugiados], Relatório (janeiro de 2019), p. 64.
- 119** Ben Parker, [Saving lives and making money: Can humanitarian impact bonds marry the two?](#) [Salvar vidas e ganhar dinheiro: os títulos de impacto humanitário podem se casar com os dois?], *The New Humanitarian* (15 de agosto de 2019).

...PARTE V: **Superando a lacuna...**

- 120 Ibid. De acordo com os termos de um título do CICV para financiar centros médicos, se o projeto não cumprir com os seus objetivos, os financiadores dos resultados não deverão pagar juros e pagarão apenas 50% do capital do investidor, e o CICV deve restituir 10% a mais da participação original dos investidores. Veja também: Kibuka-Musoke e Sarzin, *'Financing for Forced Displacement Situations'* [Financiamento para Situações de Deslocamento Forçado], p. 36.
- 121 Segundo a *Brookings Institution*, apenas 19 dos 214 Títulos de Impacto contratados no mundo todo estavam em países em desenvolvimento. Emily Gustafsson-Wright e Sarah Osborne, ['Brookings Impact Bonds Snapshot: August 1, 2021'](#) [Retrato dos Títulos de Impacto da Brookings: 1º de agosto de 2021], Ficha Informativa, website da *Brookings Institution*. Para mais informações sobre títulos de impacto, consulte: Laboratório de resultados do Governo, [Impact bonds](#) [Títulos de Impacto], website.
- 122 Burton Bollag, [ICRC launches world's first Humanitarian Impact Bond](#) [CICV lança primeiro título de Impacto Humanitário do mundo], notícias da *Devex News*, (8 de setembro de 2017). Comitê Internacional da Cruz Vermelha, [The world's first "Humanitarian Impact Bond" launched to transform financing of aid in conflict-hit countries](#) [O primeiro "título de Impacto Humanitário" do mundo foi lançado para transformar o financiamento da ajuda em países atingidos por conflitos], Comunicado de Imprensa (6 de setembro de 2017); Parker, *'Saving lives and making money'* [Salvando vidas e Ganhando Dinheiro].
- 123 Kay Lau et al., [Findings from the second research wave of the Independent Evaluation of the FCDO Development Impact Bonds Pilot Programme](#), [Resultados da segunda onda de investigação da avaliação independente do programa piloto do FCDO de Títulos de Impacto de Desenvolvimento], Relatório, Ecorys (fevereiro de 2021).
- 124 Veja, por exemplo: Parker, *'Saving lives and making money'* [Salvando Vidas e Ganhando Dinheiro]. A avaliação dos mecanismos do CICV financiada pelo Reino Unido incluiu sugestões para reduzir os custos de transação, ao mesmo tempo em que reconheceu que alguns dos benefícios dos títulos de impacto poderiam ser alcançados por meio de outros subsídios bem definidos. Maria, et al., *'Findings from the second research wave of the Independent Evaluation of the FCDO Development Impact Bonds Pilot Programme'* [Constatações da segunda onda de pesquisa da Avaliação Independente do Programa Piloto de Títulos de Impacto de Desenvolvimento do FCDO], pp. 74, 87, 91; Kibuka – Musoke e Sarzin, *'Financing for Forced Displacement Situations'* [Financiamento para Situações de Deslocamento Forçado].
- 125 Rede De Investimento Para Refugiados, [Kois Invest](#) [A Koís Investe], website; Parker, *'Saving lives and making money'* [Salvando Vidas e Ganhando Dinheiro].
- 126 A Comissão para o Desenvolvimento Internacional investigou a eficácia da assistência ao desenvolvimento do Banco Mundial. Comissão para o Desenvolvimento Internacional, *'Partners in Development: Report of the Commission on International Development'* [Parceiros no Desenvolvimento: Relatório da Comissão sobre Desenvolvimento Internacional] (Londres: Pall Mall Press, 1969). Na década de 1990, como parte do Sistema revisado de Contas Nacionais, "o produto interno bruto (PIB) foi substituído pelo rendimento nacional bruto (RNB), um conceito equivalente". OCDE, [The 0.7% ODA/GNI Target – a History](#) [A Meta de 0,7% do AOD/RNB – uma História], website.

...PARTE V: Superando a lacuna...

- 127** AGNU, [International Development Strategy for the Second United Nations Development Decade](#) [Estratégia de desenvolvimento internacional para a segunda década de desenvolvimento das Nações Unidas], (1970): A/RES/262 (XXV), parágrafo 43.
- 128** Os países que o alcançaram em 1980 foram os seguintes: Dinamarca, Holanda, Noruega e Suécia. Posteriormente, a Finlândia o alcançou uma vez, Luxemburgo de forma mais contínua e, a partir de 2016, o Reino Unido o atingiu por um período. Mas a partir de 2016, “nenhum outro país do Comitê de Ajuda ao Desenvolvimento (CAD) atingiu a meta desde que essa foi estabelecida, e a média ponderada de assistência oficial ao desenvolvimento (AOD) dos membros do CAD nunca ultrapassou 0,4% do PIB”. CAD, [História do alvo da ODA](#), *DAC Journal* 3, nº 4 (2002): pp. III-9–III-11.
- 129** A Cúpula Mundial de 2005 se reuniu para tomar decisões nas áreas de desenvolvimento, segurança, direitos humanos, como também a reforma das Nações Unidas, e essa contou com a presença de 170 chefes de estado e atores governamentais. Em seu documento de resultados, a ambição de atingir 0,7% do PIB para assistência oficial ao desenvolvimento foi ratificada. Organização das Nações Unidas, ‘*The 2005 World Summit High-Level Plenary Meeting of the 60th session of the UN General Assembly*’ [A Reunião da Plenária de Alto-Nível da Convenção Mundial de 2005 da 60ª sessão da Assembléia Geral da ONU], realizada em Nova Iorque, de 14 a 16 de setembro de 2005; AGNU, [2005 World Summit Outcome](#) [Resultados da Convenção Mundial de 2005], (16 de setembro de 2005), Documento da ONU A/RES/60/1, parágrafo 23 (a), (b).
- 130** G8, [The Gleneagles Communiqué](#) [O Comunicado de Gleneagles], (2005): Anexo II.
- 131** OCDE, ‘[COVID-19 spending helped to lift foreign aid to an all-time high in 2020 but more effort needed](#)’ [Os gastos com COVID-19 ajudaram a aumentar a ajuda externa a uma alta histórica em 2020, mas mais esforço será necessário], Notícias da OCDE (13 de abril de 2021). A Turquia, que não está entre os doadores do CAD, informou que forneceu ajuda equivalente a mais de 1% do seu RNB.
- 132** Charley Coleman, [Reduction in the UK’s 0.7 percent ODA target](#) [Redução na meta de 0,7% de APD do Reino Unido], Biblioteca da Câmara dos Lordes [*House of Lords*], website (18 de junho de 2021).
- 133** Por exemplo, durante grande parte da última década, mais de 95% do financiamento humanitário foi doado por de 20 doadores, e três deles contribuíram com mais da metade do total. Kibuka-Musoke e Sarzin, ‘*Financing for Forced Displacement Situations*’ [Financiamento para Situações de Deslocamento Forçado], pp. 14–15, Iniciativas de Desenvolvimento, [Global Humanitarian Assistance Report 2021](#) [Relatório Global De Assistência Humanitária 2021], p. 49.
- 134** Da mesma forma, a maioria das análises sobre financiamento humanitário global é baseada em pedidos coordenados da ONU, que representam cerca de 66% de todos os pedidos internacionais de financiamento humanitário. Esses também fornecem apenas valores globais e não são específicos para contextos de deslocamento forçado. Esses também não incluem todos os doadores. Para mais informações sobre as limitações dos dados disponíveis, consulte: Kibuka-Musoke e Sarzin, ‘*Financing for Forced Displacement Situations*’ [Financiamento para Situações de Deslocamento Forçado], pp. 8–9, 14.

...PARTE V: Superando a lacuna...

- 135** Os dados são comparáveis, verificados pela OCDE e coletados regularmente (anualmente). OCDE, [In-donor refugee costs](#) [Custos de refugiados para os doadores], website.
- 136** OCDE, *'Financing for Refugee Situations'* [Financiamento para Situações de Refugiados]; OCDE, [COVID-19 spending helped to lift foreign aid to an all-time high in 2020 but more effort needed](#) [Os gastos com COVID-19 ajudaram a aumentar a ajuda externa a uma alta histórica em 2020, mas mais esforço será necessário]. O Apoio Oficial Total ao Desenvolvimento Sustentável (AOTDS) é projetado para monitorar todos os recursos oficiais que chegam aos países em desenvolvimento para o desenvolvimento sustentável desses, assim como recursos privados mobilizados por meios oficiais. Consulte: website do [TOSSD](#) [AOTDS], website.
- 137** Grupo de Trabalho de Estatísticas Financeiras de Desenvolvimento do CAD, [Adjusting Development Co-operation Modalities to Track Support to Refugees in Developing Countries and Refugees Returning to Their Countries of Origin](#) [Ajustar as modalidades de cooperação de desenvolvimento para monitorar o apoio aos refugiados nos países em desenvolvimento e aos refugiados que retornam aos seus países de origem], Documento, OCDE (novembro de 2020).
- 138** Os indicadores relevantes do Pacto Global sobre Refugiados são os seguintes: número de doadores que fornecem AOD para, ou para o benefício de, refugiados e comunidades de acolhida em países de acolhida de refugiados (1.1.2); proporção de AOD fornecida para, ou para o benefício de, refugiados e comunidades de acolhida, canalizada para atores nacionais em países de acolhida de refugiados (1.2.1); volume de AOD fornecida para, ou para o benefício de, refugiados retornados no país de origem (4.1.1); número de doadores que fornecem AOD para, ou para o benefício de, refugiados retornados no país de origem (4.1.2); ACNUR, [Global Compact on Refugees: Indicator Framework](#) [Pacto Global sobre refugiados: quadro indicadores], Relatório (julho de 2019), p. 10.
- 139** ACNUR, Elements of the oral update on UNHCR's coordination efforts to measure the impact arising from hosting, protecting and assisting refugees [Elementos da atualização oral sobre os esforços de coordenação do ACNUR para medir o impacto decorrente da acolhida, proteção e assistência aos refugiados], 81ª reunião do Comitê Permanente (5 a 7 de julho de 2021); ACNUR, Oral update on UNHCR's coordination efforts to measure the impact arising from hosting, protecting and assisting refugees [Elementos da atualização oral sobre os esforços de coordenação do ACNUR para medir o impacto decorrente da hospedagem, proteção e assistência aos refugiados], 78ª reunião do Comitê Permanente (7–9 de julho de 2020).
- 140** Iniciativas de desenvolvimento, Relatório Global de Assistência humanitária de 2021, p. 32.
- 141** Pacto Global sobre Refugiados (2018): parágrafos. 45–47, 58, 82.
- 142** Esse inclui registros, sistemas de rastreamento de movimento populacional, censos populacionais nacionais e escritórios populacionais, assim como métodos de amostragem e estimativa para produzir estatísticas quando dados apropriados e confiáveis sobre indivíduos não estiverem disponíveis. Conselho Econômico e Social da ONU, [Report of Statistics Norway and the Office of the United Nations High Commissioner for Refugees on Statistics on refugees and internally displaced persons](#) [Relatório de Estatísticas Noruega e do Gabinete do Alto Comissariado das Nações Unidas para os refugiados sobre estatísticas de refugiados e pessoas deslocadas internamente], (8 de dezembro de 2014), Documento da ONU e/CN.3/2015/9, pp. 6–7.

...PARTE V: Superando a lacuna...

- 143** O registro utiliza muitos recursos e muitos estados não têm recursos suficientes ou conhecimentos técnicos. Em tais situações, o ACNUR apoia o registro de refugiados. Esse é reconhecido nas Conclusões do Comitê Executivo do ACNUR. Veja, por exemplo: AGNU, [Report of the Fifty-second Session of the Executive Committee of the High Commissioner's Programme](#) [Relatório da 52ª Sessão do Comitê Executivo do Programa do Alto Comissariado], Conclusão do registro de refugiados e solicitantes de asilo (5 de outubro de 2001), Documento da ONU A/AC.96/959, III B. Alguns dos maiores Estados de acolhida de refugiados do mundo, como o Irã, o Paquistão e a Turquia, registram refugiados, mas muitos outros dependem do ACNUR.
- 144** A importância dos documentos de identidade também foi enfatizada pelo Comitê Executivo do ACNUR. Veja, por exemplo: AGNU, [Addendum to the Report of the United Nations High Commissioner for Refugees](#) [Adendo ao relatório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os refugiados], Conclusão do Comitê Executivo do programa do Alto Comissariado da ONU sobre os documentos de identidade dos refugiados (5 de novembro de 1984), Documento da ONU A/39/12/Add.1, Parte IV, parágrafo 87 (3).
- 145** ACNUR, '*Orientações sobre Registro e Gerenciamento de Identidade*', capítulo 3.2, [Design a registration strategy](#) [Projete uma estratégia de registros]. O sistema de gerenciamento de identidade biométrica (BIMS) do ACNUR é um banco de dados centralizado que armazena com segurança os dados de registro. Esse permite a consolidação e a verificação da identidade em tempo real em todas as operações do ACNUR. Ele provê uma forma rápida de verificar a identidade e o número de refugiados.
- 146** O valor dos sistemas nacionais de gerenciamento de dados, as lacunas atuais e as recomendações para remediá-los são discutidos no relatório do Painel de Alto Nível sobre o Deslocamento Interno. As recomendações incluem a priorização dos esforços liderados pelos Estados, a garantia da interoperabilidade entre os departamentos governamentais, o alinhamento nacional com as estruturas internacionais de relatórios e apoio financeiro aumentado da comunidade internacional. Painel de Alto Nível do Secretário-Geral da ONU sobre Deslocamento Interno, '*Shining a Light on Internal Displacement*' [Esclarecendo conceitos sobre o deslocamento interno], pp. 37–39.
- 147** Consulte: Parte II. Veja Também: Natalia Krynsky Baal, [Forced Displacement Data: Critical gaps and key opportunities in the context of the Global Compact on Refugees](#) [Dados de deslocamento forçado: lacunas críticas e principais oportunidades no contexto do Pacto Global sobre refugiados]. Documento de referência para o 70º aniversário da Convenção dos Refugiados de 1951, ACNUR (outubro de 2021): p. 8.
- 148** Em sua apresentação ao Painel de Alto Nível sobre Deslocamento Interno, o Banco Mundial comentou sobre a ambiguidade de definições e, mais especificamente, sobre as soluções. Um dos critérios é "as pessoas terem um padrão de vida adequado e acesso ao emprego". De acordo com o Banco Mundial, esse critério eleva tanto o nível que "é quase impossível alcançá-lo em muitos países em desenvolvimento", inclusive para aqueles que não são deslocados à força. O Banco Mundial recomendou uma solução duradoura, a ser definida como "o ponto em que os deslocados internos estão vivendo em condições similares ao resto da população, inclusive em Termos de progresso rumo aos principais ODS". Banco Mundial '[Issues for Consideration](#)', [Submission to the High-Level Panel on Internal Displacement](#) [Questões para a Consideração, Submissão ao Painel de alto nível sobre deslocamento interno], p. 4.
- 149** Necessidades específicas podem incluir: status legal; perda de ativos; trauma experimentado; bem como deficiências físicas e outras vulnerabilidades de saúde.

...PARTE V: Superando a lacuna...

- 150** Em algumas situações, pode não ser necessário ou possível coletar dados individuais com segurança devido a restrições de proteção, financeiras e/ou de tempo. Em tais situações, a coleta de dados detalhados de um subgrupo representativo da população deslocada pode fornecer informações relevantes sobre a população em geral. Para garantir que a amostra seja representativa, outros dados (por exemplo, do registro) também podem ser necessários. Krynsky Baal, 'Dados de deslocamento forçado', pp. 16–21.
- 151** Zara Sarzin, [Stocktaking of Global Forced Displacement Data](#) [Realizando um inventário dos dados globais de deslocamento forçado], Documento de Pesquisa Política nº. 7985, Banco Mundial (fevereiro de 2017): p. 8. Para exemplos sobre dados socioeconômicos podem assistir na programação, políticas, sensibilização e incidência baseada em evidências, consulte: ACNUR, [Using Socioeconomic Evidence for Action in Forcibly Displaced Contexts](#) [Usando evidências socioeconômicas para ação em contextos deslocados à força] volume 1, Relatório (junho de 2021).
- 152** As orientações do ACNUR fazem uma distinção entre os dados a serem coletados em caso de emergências, que são muito menos aprofundados do que os dados de um contexto estável. ACNUR, 'Guidance on Registration and Identity Management' ['Orientações sobre Registro e Gestão de Identidade'], Capítulo 3.4, [Define the data set](#) [Defina o grupo de dados].
- 153** O ACNUR também está adotando medidas para expandir os dados quando os refugiados vêm ao ACNUR em seguida ou quando o ACNUR é notificado sobre eventos significativos, como nascimentos, mortes e casamentos. Exercícios de verificação também fornecem oportunidades adicionais. Os exercícios de verificação têm a finalidade de determinar se essas pessoas originalmente registradas permaneceram no país, como também de atualizar os dados pessoas e determinar as necessidades desses em mais detalhes. Essas são atividades de registro atreladas ao calendário, conduzidas em uma área específica e/ou para uma população específica. Isso inclui a verificação e atualização dos registros, como também a coleta de informações adicionais, quando necessário, como o nível dos bens, de saúde, status empregatício e nível de acesso à água potável, saneamento básico e acomodações apropriadas. ACNUR, 'Guidance on Registration and Identity Management' ['Orientações sobre Registro e Gestão de Identidade'], Capítulo 8.3, [Verification exercises](#) [Exercícios de Verificação].
- 154** Discutido mais cedo nas Partes III e IV. Outros exemplos incluem avaliações interagências anuais sobre a vulnerabilidade de refugiados sírios no Líbano (VASyR) e Jordânia (VAF). A VASyR foi realizada a partir de 2013 e a VAF desde 2014. Os relatórios anuais estão disponíveis em: [The VASyR Hub](#) [O Hub VASyR] website; [VAF Working Group](#) [Grupo de Trabalho do VAF], disponível no Portal de Dados Operacionais do ACNUR.
- 155** Krynsky Baal, 'Forced Displacement Data' ['Dados sobre Deslocamento Interno'], p. 12.
- 156** Krynsky Baal, 'Forced Displacement Data' ['Dados sobre Deslocamento Interno'], p. 7.
- 157** IASC, 'The Grand Bargain' ['O Grande Acordo'], p. 8. Painel de Alto Nível do Secretário Geral da ONU sobre Deslocamento Interno, 'Shining a Light on Internal Displacement' ['Esclarecendo conceitos sobre o deslocamento interno'], pp. 38–39; Krynsky Baal, 'Forced Displacement Data' ['Dados sobre Deslocamento Interno'], p. 6.
- 158** IASC, 'The Grand Bargain' ['O Grande Acordo'], p. 7–9.

...PARTE V: **Superando a lacuna...**

- 159** No relatório anual de 2019–2020, o JDC também forneceu exemplos adicionais de trabalho colaborativo em pesquisas e estudos de bem-estar em Bangladesh, Etiópia e Mashreq, como também em vários outros países em relação ao impacto da COVID-19. Banco de Dados Compartilhado sobre Deslocamento Forçado (JDC) [Annual Report 2019–2020](#) (2021) [Relatório Anual de 2019–2020], pp. 4, 14–19, 22–23. O IASC desenvolveu uma “Estrutura Analítica Intersectorial Compartilhada (JIAF)”, que foi implementada em 28 países. O *feedback* recebido fornecerá mais dados de refinamento a essa. Consulte: IASC, [Workstream 5 on Joint Needs Analysis: Application of the Joint Intersectoral Analysis Framework underway](#) [Engajamento do ACNUR na Grande Acordo: Implementação em andamento da Estrutura Analítica Intersectorial Compartilhada], website (27 de janeiro de 2021).
- 160** Consulte: Parte III. Karen Jacobsen e Therese Bjørn Mason, [Measuring Progress Towards Solutions in Darfur](#) [Medindo o progresso para as Soluções em Darfur] Avaliação, Grupo de Trabalho da Assistência do Reino Unido (UK Aid) e Soluções Duráveis, (maio de 2020); Varalakshmi Vemuru, Aditya Sarkar e Andrea Fitri Woodhouse, [Impact of Refugees on Hosting Communities in Ethiopia: A Social Analysis](#) [Impacto dos Refugiados em Comunidades de Acolhida em Etiópia: Uma Análise Social], Relatório, Banco Mundial (2020); Utz Johann Pape e Ambika Sharma, [Informing Durable Solutions for Internal Displacement in Nigeria, Somalia, South Sudan, and Sudan vol. A: “Overview”](#), [Providenciando Soluções Duráveis para Deslocamento Interno na Nigéria, Somália, Sudão do Sul e Sudão, Volume. A, “Visão Geral”], Grupo Banco Mundial (2019).
- 161** Em 2018, os exercícios de perfis socioeconômicos de refugiados em Kalobeyei, Quênia, foram projetados para se alinhar com a pesquisa familiar nacional do Quênia. Isso foi importante pois possibilitou comparações com famílias Quenianas no Condado de Turkana. O exercício determinou que, proporcionalmente, existem mais crianças refugiadas matriculadas nas escolas do que as crianças da comunidade de acolhida do Condado de Turkana. Os dois grupos apresentavam níveis mais baixos de matrícula na escola e alfabetização do que a média nacional do Quênia. Em relação à atividade econômica, 35% dos residentes não-refugiados de Turkana estavam desempregados, em comparação à média nacional de 26%. Os refugiados estavam muito atrás dessa média, com 59% não envolvidos em atividades econômicas. O exercício de perfil foi importante para assistir os esforços humanitários e de desenvolvimento. Rooney Fix et al., [Understanding the Socioeconomic Conditions of Refugees in Kenya’, vol. A: “Kalobeyei Settlement: Results from the 2018 Kalobeyei Socioeconomic Profiling Survey”](#) [Entendendo as Condições Socioeconômicas dos Refugiados no Quênia, Volume A: “Assentamentos de Kalobeyei: Resultados da Pesquisa de Perfis Socioeconômicos de Kalobeyei de 2018”], Relatório Conjunto, Grupo do Banco Mundial e ACNUR (2019): p. 13–17.
- 162** Banco Mundial, [Informing the Refugee Policy Response in Uganda: Results from the Uganda Refugee and Host Communities 2018 Household Survey](#) [Informando a Resposta Política de Refugiados na Uganda: Resultados da Pesquisa Domiciliar dos Refugiados de Uganda e Comunidades de Acolhida de 2018], Ficha Informativa (2019).
- 163** Como parte de seu IDA 18 da Sublinha Regional (RSW) para refugiados e Comunidades de Acolhida, conforme discutido mais cedo. Para mais informações sobre alocação de verba nesse contexto, consulte: Kibuka- Musoke e Sarzin, *‘Financing for Forced Displacement Situations’* [‘Financiamento para Situações de Deslocamento Forçado’].
- 164** Centro de Dados Compartilhados e Divisão Estatística da ONU, [Written Submission for the High- Level Panel](#)

...PARTE V: Superando a lacuna...

[on Internal Displacement from the Expert Group on Refugee and IDP Statistics](#) [Submissão por Escrito para o Painel de Alto-Nível da Onu sobre Deslocamento Forçado pelo Grupo de Especialista sobre Refugiados e Estatísticas sobre Deslocados Internos], (fevereiro de 2021): p.4; Krynsky Baal, *'Forced Displacement Data'* [Dados sobre Deslocamento Interno].

- 165** Frequentemente, os refugiados também não têm acesso aos sistemas de registro civil.
- 166** Banco Mundial e OMS, [Global Civil Registration and Vital Statistics: Scaling up Investment Plan 2015–2024](#) [Registro Civil Global e Estatísticas Vitais: Escalonando Planos de Investimento de 2015–2024], (Maio de 2014, atualizado em 2018): pp. Xii, 8–9.
- 167** A necessidade de operacionalização interministerial é destacada pelo Painel de Alto Nível sobre Deslocamento Interno. Painel de Alto Nível sobre Deslocamento Interno do Secretário Geral da ONU, *'Shining a Light on Internal Displacement'* [Esclarecendo Conceitos sobre o Deslocamento Interno].
- 168** O Grupo de Especialistas sobre Refugiados e Estatísticas de Deslocado Internos (EGRIS) é composto por estatísticos especialistas de autoridades nacionais de aproximadamente 45 países e territórios e cerca de 25 organizações regionais e internacionais. Para mais informações sobre o trabalho do grupo e o Comitê Diretor, consulte: [World Bank's ongoing engagement through the Expert Group on Refugee and IDP Statistics \(EGRIS\)](#) [O engajamento em andamento do Banco Mundial por meio do Grupo de Especialistas sobre Refugiados e Estatísticas de Deslocados Internos (EGRIS)], Blog de Dados do Banco Mundial (15 de março de 2021).
- 169** EGRIS, [International Recommendation on Refugee Statistics \(IRRS\)](#) [Recomendações Internacionais sobre Estatísticas de Refugiados (IRRS)]; EGRIS, [International Recommendations on Internally Displaced Persons Statistics \(IRIS\)](#) [Recomendações Internacionais sobre Estatísticas de Deslocados Internos] (março de 2020).
- 170** Centro de Dados Compartilhados sobre Deslocamento Forçado, [Who We Are](#) [Quem somos], website.
- 171** Esse inclui a Armênia, a República Centro-Africana, a Colômbia, a Etiópia, o Quênia, o México, Marrocos, Somália, Uganda e Ucrânia. A região do Curdistão do Iraque também tomou essas medidas. *'Forced Displacement Data'* [Dados sobre Deslocamento Interno], p. 15. Centro de Dados Compartilhados e Divisão Estatística da ONU, *'Written Submission for the High-Level Panel on Internal Displacement'* [Submissão por escrito ao Painel de Alto Nível sobre Deslocamento Interno], p. 15.
- 172** Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 17: "Fortalecendo os meios de implementação e revitalização da Parceria Global para o Desenvolvimento Sustentável". Meta 17.18: notas para a necessidade de desagregação de dados "por renda, gênero, idade, raça, etnia, status de migração, necessidades especiais, localização geográfica e outras características relevantes em contextos nacionais". AGNU, [Transforming our world: The 2030 Agenda for Sustainable Development](#) [Transformando nosso mundo: A Agenda de 2030 para o Desenvolvimento Sustentável], Documento da ONU A/RES/70/1, (25 de setembro de 2015): pp. 14, 27. O Pacto Global de refugiados suscita o desenvolvimento de padrões harmonizados e interoperáveis para a coleta, análise e compartilhamento de dados não-agregados sobre idade, gênero, necessidades especiais e diversidade de refugiados e retornados. Pacto Global sobre Refugiados (2018), parágrafo 46. Consultem

...PARTE V: Superando a lacuna...

também: EGRIS e JIPS, [Building Capacity to Improve Statistics on Forced Displacement](#) [Desenvolvendo Habilidades para Aprimorar Estatísticas sobre Deslocamento Forçado], Relatório da Conferência (8 de setembro de 2020), p. 23.

- 173 Centro de Dados Compartilhados, Relatório Anual de 2019–2020, p. 30. Esse relatório fornece exemplos de tal apoio em uma vasta gama de países, incluindo a República Centro-Africana e a Etiópia.
- 174 Identificado como um obstáculo no Centro de Dados Compartilhados, Relatório Anual de 2019–2020, p. 8. Uma falta de conscientização sobre os potenciais benefícios também poderão desempenhar um papel nesse processo.
- 175 Ibid. P. 11. O Banco Mundial apoia a criação da Biblioteca de Microdados do ACNUR, por intermédio do Centro de Dados Compartilhados. Banco Mundial, [Microdata Library](#) [Biblioteca de Microdados]; ACNUR, [Microdata Library](#) [Biblioteca de Microdados].
- 176 Painel de Alto Nível do Secretário Geral da ONU sobre Deslocamento Interno, [Issues and Challenges before the Secretary-General's High-Level Panel on Internal Displacement](#) [Problemas e desafios perante o Painel de Alto Nível do Secretário Geral da ONU sobre Deslocamento Interno], Documento de Criação (12 de fevereiro de 2020), págs 3, 10–11. O Painel também reconhece e tenta considerar os deslocamentos múltiplos que afetam as mesmas pessoas, como também as vulnerabilidades e capacidades de populações deslocadas por meio da segregação de dados e de um entendimento compartilhado dos riscos e vulnerabilidades.
- 177 Painel de Alto Nível do Secretário Geral da ONU sobre Deslocamento Interno, *'Shining a Light on Internal Displacement'* [‘Esclarecendo Conceitos sobre o Deslocamento Interno’], pp. 7, 37–39.
- 178 Existem muitos tipos diferentes de avaliações de impacto. A mais rigorosa dessas é o Teste de Controle Randomizado (RCT). No RCT, um grupo selecionado para o programa dentre um grupo maior de indivíduos em situações similares. Esse serve para eliminar qualquer viés inconsciente durante a seleção. Para mais metodologias de avaliação de impacto, consulte: Nessa Kenny e Laura Benrey, [Filling the Forced Displacement Evidence Gap: Taking Stock on World Refugee Day](#) [‘Superando a Lacuna de Evidências sobre Deslocamento Forçado: Fazendo o Inventário sobre o Dia Mundial dos Refugiados’], *Innovations for Poverty Action blog* [Blog de ações de inovações contra a pobreza] (18 de junho de 2020).
- 179 Paola Elice, [Impact Evaluations in Forced Displacement Contexts: A Guide for Practitioners](#) [Avaliações de Impacto em Contextos de Deslocamento Forçado: um Guia para Praticantes], Documento de Referência para o 70º Aniversário da Convenção de Refugiados de 1951, ACNUR (outubro de 2021). Consulte, em particular: o Apêndice 3 desse documento de referência, o qual descreve várias avaliações de impacto em andamento e refere-se às revisões sistemáticas, as quais podem ser encontrada no seguinte: Iniciativa Internacional de Avaliação de Impactos (3ie), [Evidence Use](#) [Uso de Evidências], website.
- 180 Edward Miguel and Michael Kremer, *'Worms: Identifying Impacts on Education and Health in the Presence of Treatment Externalities'* [‘Parasitas: Identificando Impactos na Educação e na Saúde na Presença de Externalidades de Tratamento’], *Econometrica* 72, nº 1 (janeiro de 2004): pp. 159–217.
- 181 Para mais informações sobre o impacto da desparasitação em outros países, consulte: Evidências de Ação,

...PARTE V: **Superando a lacuna...**

[Deworm the World](#) [Eliminado os parasitas do Mundo], website.

- 182 Jessica Cohen e Pascaline Dupas, 'Free Distribution or Cost-Sharing?' 'Evidence from a Randomized Malaria Prevention Experiment' [Distribuição Grátis ou Compartilhamento de Custos? Evidências de um Experimento Randomizado de Prevenção da Malária], *The Quarterly Journal of Economics* 125 [Revista Trimestral de Economia 125], nº 1 (fevereiro de 2010): p. 1–45. 'The Abdul Latif Jameel Poverty Action Lab (J-PAL)' ['Laboratório de Ações de combate à Pobreza Abdul Latif Jameel (J-PAL)']; [Free bednets to fight malaria](#) [Mosquiteiros Grátis para combater a malária], website.
- 183 Elice, 'Impact Evaluations in Forced Displacement Contexts' ['Avaliações de Impacto em Contextos de Deslocamento Forçado'].
- 184 Os microempréstimos são um exemplo significativo, considerando a premissa inicial desses programas, muitos dos quais não tiveram os impactos desejados. Abhijit Banerjee, Dean Karlan, and Jonathan Zinman, 'Six Randomized Evaluations of Microcredit: Introduction and Further Steps' [Seis Avaliações Randomizadas de Microcrédito: Introdução e Passos Seguintes] (janeiro de 2015): pp. 1–21. Para outros exemplos de como as avaliações de impacto propiciaram mudanças em políticas e no programa, consulte: Elice, 'Impact Evaluations in Forced Displacement Contexts' ['Avaliações de Impacto em Contextos de Deslocamento Forçado']; Kirsten Schuettler e Laura Caron, [Jobs Interventions for Refugees and Internally Displaced Persons](#) [Intervenções em Empregos para Refugiados e Deslocados Internos], Documento de Trabalho sobre empregos nº 47, Grupo do Banco Mundial (2020).
- 185 Drew B. Cameron, Anjini Mishra e Annette N. Brown, 'The growth of impact evaluation for international development: how much have we learned?' ['O crescimento das avaliações de impacto para o desenvolvimento internacional: quanto nós aprendemos?'], *Journal of Development Effectiveness* 8, nº 1 (janeiro de 2016): pp. 1–21. Os autores documentaram 2259 casos entre 1981 e 2012, com uma aceleração significativa de 2008 em diante. Esses se concentraram no Sul da Ásia, América do Sul e América Central e no sudeste da Ásia, p. 1. Consulte: Elice, 'Avaliações de Impacto sobre Contextos de Deslocamento Forçado', pp. 8–10.
- 186 Kenny e Benrey, 'Filling the Forced Displacement Evidence Gap' ['Superando a Lacuna de Evidências sobre Deslocamento Forçado'].
- 187 Para uma discussão sobre os desafios com avaliações de impacto e alguns métodos para superá-los, consulte: Elice, 'Impact Evaluations in Forced Displacement Contexts' ['Avaliações de Impacto em Contextos de Deslocamento Forçado'].
- 188 Nomeadamente, o Reino Unido, os Estados Unidos e instituições financeiras como o Banco Mundial.
- 189 Elice, 'Impact Evaluations in Forced Displacement Contexts' [Avaliações de Impacto em Contextos de Deslocamento Forçado]. Para exemplos do Banco Mundial, consulte: Banco Mundial '[Building Evidence on Forced Displacement: Impact Evaluations](#)', website. Outras agências especializadas incluem o Laboratório Abdul Latif Jameel Poverty Action Lab (J-PAL), a Iniciativa para Ações Contra a Pobreza (IPA), a Equipe de Insights Comportamentais (BIT), a Iniciativa Internacional para Avaliação de Impactos (3ie) e a ALNAP, entre outros. O IRC, com apoio da Fundação LEGO, lidera um consórcio de programas para aprendizado baseado

...PARTE V: Superando a lacuna...

em jogos na África Oriental. A avaliação de impactos é parte da implementação dos trabalhos realizados como parte dessa parceria. BIT, '[BIT included in consortium to bring play to refugee children with \\$100 million grant from the LEGO Foundation](#)' [O BIT foi incluído no consórcio para trazer o lazer para crianças refugiadas com a concessão de \$100 milhões da Fundação LEGO], blog.

- 190 Kenny e Benrey, '*Filling the Forced Displacement Evidence Gap*' ['Superando a Lacuna de Evidências sobre Deslocamento Forçado']. De forma mais ampla, para avaliações de impacto em países de baixa e média renda, consulte: 3ie, '[Evidence use: Briefs](#)' [Uso de Evidências: Briefs (Resumos)], website.
- 191 Elice, '*Impact Evaluations in Forced Displacement Contexts*' [Avaliações de Impacto em Contextos de Deslocamento Forçado], Apêndice 3. Veja Também: inovações para a ação de pobreza, '[Published RCTs with Forcibly Displaced Populations in LMICs](#)' [RCTs Publicados com populações deslocadas à força em LMICs], Tabela; Banco Mundial, 'Impact Evaluations' [Avaliações de Impacto]. Também digno de nota é que, em 2017, o *Foreign Commonwealth Development Office* (FCDO) do Reino Unido encomendou o *Abdul Latif Jameel Poverty Action Lab* (J-PAL) e *Innovations for Poverty Action* (IPA) [Inovações de Ações Contra a Pobreza] para conduzir uma revisão de RCTs examinando estratégias para reduzir crime, violência e conflito. Em 2019, os resultados da revisão foram publicados, destacando as políticas efetivas da J-Pal, IPA e UKAid. A revisão é um documento vivo que é atualizado regularmente para refletir as mudanças recentes. J-Pal, IPA e UKAid, '[Governance, Crime and Conflict Initiative Evidence Wrap-Up: Lessons from randomized evaluations on managing and preventing crime, violence, and conflict](#)' [Governança, Crime e conflito Initiative Evidence Wrap-Up: lições de avaliações randomizadas sobre gestão e prevenção de crimes, violência e conflitos], Relatório (Junho de 2021).
- 192 Pacto Global sobre Refugiados (2018), artigo 3.1.
- 193 ACNUR, '[Agenda for Protection \(Third Edition\)](#)' [Agenda para a Proteção (terceira edição)] (outubro de 2003), Objetivo 3.4; '*Refugee communities empowered to meet their own protection needs*' ['Comunidades de refugiados empoderadas para atender às próprias necessidades']; AGNU, '[Outcome of the World Humanitarian Summit](#)' [Resultado da Convenção Global Humanitária] (23 de agosto de 2016), Documento da ONU A/71/353, parágrafos 28–32; Declaração de Nova Iorque para Refugiados e Migrantes (2016), parágrafos 15 e 31, Anexo I 12d e 12e; Pacto Global sobre Refugiados (2018), parágrafos 13, 51, 75, 77, 84, 106.
- 194 Consulte: Parte I.
- 195 Tristan Harley, '[Refugee Participation Revisited: The Contributions of Refugees to Early International Refugee Law and Policy](#)' [Participação dos Refugiados Revisitada: As contribuições dos Refugiados às Leis e Políticas Internacionais iniciais sobre Refugiados], Documento de Referência para o 70º aniversário da Convenção de Refugiados de 1951, ACNUR (outubro de 2021); Claudena Skran, '*Refugees in Inter-War Europe: The Emergence of a Regime*' ['Refugiados em uma Inter-guerra Européia: A Emergência de um Regime'] (Oxford: Clarendon Press, 1995): pp. 82–84; Peter Gatrell, '*A Criação do Refugiado Moderno*' (Oxford: Oxford University Press, 2013): p. 57; Paula Worby, '[Lessons Learned from UNHCR's Involvement in the Guatemala Refugee Repatriation and Reintegration Programme \(1987–1999\)](#)' [Lições Aprendidas do Envolvimento do ACNUR na Repatriação de Refugiados da Guatemala e Programa de Reintegração (1987–1999)], Avaliação, ACNUR (dezembro de 1999).

...PARTE V: Superando a lacuna...

- 196** Consulte: Parte I. Veja também: Harley, *'Refugee Participation Revisited'* ['Participação de Refugiados Revisitada'].
- 197** Um dos meios utilizados pelo ACNUR são as avaliações participativas. Consulte: ACNUR, [UNHCR Tool for Participatory Assessment in Operations](#) [Ferramenta do ACNUR para Operações em Avaliações Participativas], (maio de 2006).
- 198** Painel de Alto Nível do Secretário Geral da ONU sobre Deslocamento Interno, [Summary of Key Trends from Consultations with IDPs and Affected Communities](#) [Resumo das Principais Tendências de Consultorias com Deslocados Internos e Comunidades Afetadas], Documento (novembro de 2020): p 4. Um sentimento de exclusão era particularmente prevalente entre mulheres, jovens, indígenas, populações marginalizadas, membros de comunidades de acolhida, além de lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e pessoas intersexuais. Em seu relatório, o Painel de Alto Nível percebeu a necessidade de reconhecer os direitos e a agência de pessoas deslocadas como cidadãos e residentes de seus países. Isso inclui possibilitar a eles o envolvimento desses no estabelecimento de políticas relacionados ao deslocamento, Painel de Alto Nível do Secretário Geral da ONU sobre Deslocamento Interno, [Shining a Light on Internal Displacement](#) [Esclarecendo Conceitos sobre o Deslocamento Interno].
- 199** Para exemplos, consulte: Christa Kuntzelman e Robert Hazika, [Forging a new path, RLOs as Partners: Lessons from the Africa Refugee Leaders Summit](#) [Criando um novo caminho, RLOs como Parceiros: Lições da Convenção dos Líderes de Refugiados na África], Documento de Referência para o 70º aniversário da Convenção de Refugiados de 1951, ACNUR (outubro de 2021).
- 200** Convenção do Pacífico Asiático sobre Refugiados (APSOR), [Outcomes Report](#) [Relatório de Resultados] (fevereiro de 2019), p.6. Najeeba Wazefadost é a Diretora Executiva e uma dos membros fundadoras da Rede Global liderada por Refugiados (GRN) e o Grupo Global Independente de Líderes Mulheres Refugiadas (GIRWL).
- 201** Jacobsen e Bjørn Mason, *'Measuring Progress Towards Solutions in Darfur'* [Medindo os Avanços rumo às Soluções em Darfur].
- 202** Muitos estudos que incorporam essa metodologia são discutidos na Parte III.
- 203** Consulte, por exemplo, os seguintes documentos estratégicos, todos os quais referem-se à inovação como parte de seus esforços estratégicos, ACNUR, [UNHCR's Strategic Directions: 2017–2021](#) [Direções Estratégicas do ACNUR: 2017–2021] (janeiro de 2017); Programa Mundial Alimentar, [WFP Strategic Plan \(2017–2021\)](#) [Plano Estratégico do PMA (2017–2021)] (julho de 2017); UNICEF, [UNICEF Strategic Plan: 2018–2021](#) [Plano Estratégico da UNICEF: 2018–2021], Sumário Executivo (janeiro de 2018); Conselho de Refugiados Noruegueses (NRC), [NRC Global Strategy 2018–2020](#) [Estratégia Global do NRC 2018–2020] (dezembro de 2017).
- 204** O Laboratório de Localização é uma organização que apoia o desenvolvimento de tecnologias inovadoras para assegurar o acesso, segurança, alfabetização digital e anonimato de indivíduos buscando caminhos seguros para acessar informações online. Laboratório de Localização, [Homepage](#) [Página Inicial].

...PARTE V: Superando a lacuna...

- 205** Entre outros exemplos, existem aplicativos projetados durante a crise europeia de refugiados de 2015. Sobre esses e outros exemplos de desafios e lições aprendidas ao envolver os “usuários finais” em inovações, consulte: [Developments and Lessons Learned in Humanitarian Innovation for Forced Displacement](#) [Desdobramentos e Lições Aprendidas em Inovações Humanitárias para o Deslocamento Forçado], Documento de Referência para o 70º Aniversário da Convenção de Refugiados de 1951, ACNUR (outubro de 2021); Charles Martin-Shields, [Digitalization in Displacement Contexts: Technology and the implementation of the Global Compact on Refugees](#) [Digitalização em Contextos de Deslocamento: Tecnologia e a implementação do Pacto Global sobre Refugiados], Documento de Referência para o 70º Aniversário da Convenção de Refugiados de 1951, ACNUR (outubro de 2021).
- 206** Consulte, por exemplo: ACNUR, [Sexual and Gender-Based Violence \(SGBV\) Prevention, Risk Mitigation and Response: Promising practices](#) [Prevenção, Mitigação de Risco e Resposta à Violência sexual e baseada em gênero (SGBV): Práticas Promissoras], Relatório (dezembro de 2019): pp. 9, 26,37; ACNUR, [Action against Sexual and Gender- Based Violence: An Updated Strategy](#) [Ações de combate à Violência Sexual e Baseada em Gênero: Uma Estratégia Atualizada].
- 207** O fogão Lorena, criado pelo Laboratório D do MIT, é um dos exemplos. Esse foi criado com refugiados de Burkina Faso, os quais não foram capazes até então de se adaptar a um fogão elétrico, o qual tinha sido introduzido a eles sem consulta prévia e não atendia às suas necessidades. Dragana Kaurin, ‘Desdobramentos e Lições Aprendizadas em Inovações Humanitárias’, pp. 21–22. Para mais exemplos sobre a importância de entender as preferências dos usuários e contextos específicos em intervenções culinárias inovadoras, consulte: Laura Patel e Katie Gross, [Cooking in Displacement Settings: Engaging the Private Sector in Non-wood-based Fuel Supply](#) [Cozinhando em Contextos Deslocados: Engajando o Setor Privador no Fornecimento de Combustível sem utilização de Madeira], Documento de Pesquisa, Iniciativa da Energia em Movimento (janeiro de 2019); Samer Abdelnour, Crispin Pemberton-Pigott, and Dirk Deichmann, ‘Intervenções culinárias limpas: rumo a contextos focados no usuário do design de uso’, *Energy Research & Social Science* 70 (dezembro de 2020); Aliança Global para Fogões Limpos e D-Lab, [Handbook for Biomass Cookstove Research, Design, and Development: A Practical Guide to Implementing Recent Advances](#) [Manual para Pesquisa de Fogões de Biomassa, Design e Desenvolvimento: um Guia Prático para a Implementação de Avanços Recentes] (julho de 2017).
- 208** Esses também são conhecidos como Refugiados/Organizações Lideradas por Deslocados Internos ou Organizações de Comunidades de Refugiados.
- 209** Rede Global liderada por Refugiados, [Meaningful Refugee Participation As Transformative Leadership: Guidelines for Concrete Action](#) [Participação Significativa de Refugiados como Liderança Transformadora: Orientações para Ações Concretas] (2019): p.5. Sobre o valor das organizações lideradas por deslocados internos, consulte: Delina Abadi, [IDP-led Women’s Assistance: New Roles for Traditional Groups](#) [Assistência Feminina liderada por Deslocados Internos: Novos Papéis para Grupos Tradicionais], Artigo, Repensando a Plataforma de Refugiados (8 de outubro de 2021).
- 210** ACNUR, [Awards honour refugee-led response to COVID-19 pandemic](#) [Prêmio homenageia a Resposta liderada por refugiados à pandemia de COVID-19], Notícias do ACNUR (25 de março de 2021); Robert Hakiza et al., [Refugee groups fill gaps in COVID-19 response, and they need support](#) [Grupos de Refugiados soluciam as lacunas na Resposta à COVID-19 e eles precisam de apoio], *The New Humanitarian* (29 de

...PARTE V: **Superando a lacuna...**

abril de 2020); Laura Angela Bagnetto, [World Refugee Day: Grassroots groups support African refugees in COVID-19 struggle](#) [Dia Mundial dos Refugiados: Grupos de base apoiam refugiados africanos no combate à COVID-19], RFI (20 de junho de 2020); Anistia Internacional, [Refugee-led organizations need support and funding so they can continue their vital work](#) [Organizações lideradas por Refugiados precisam de Apoio e financiamento para que eles possam continuar seu trabalho vital], Notícias da Anistia Internacional (19 de agosto de 2020); Fernando Duarte, [The Burundian refugee soap maker who is fighting coronavirus in Kenya](#) [O refugiado do Burundi fabricante de sabonetes que está combatendo o coronavírus no Quênia], Serviço Global da BBC (9 de janeiro de 2021).

- 211 ACNUR, 'Prêmio homenageia a resposta liderada por refugiados à pandemia de COVID-19'; Kuntzelman e Hazika, 'Criando um Novo Caminho, os RLOs como Parceiros', p.3. Esses argumentam que os refugiados querem fazer contribuições similares aos programas regulares, como também contribuir com políticas em todas as etapas, "do projeto, à implementação, ao monitoramento e avaliação". Os deslocados internos também participaram nas respostas à pandemia – consulte, por exemplo, a obra da Associação para o Desenvolvimento Humanitário Jeel Albena, [Face Mask Making Project](#) [Projeto de Criação de Máscaras de Rosto], website.
- 212 Kuntzelman e Hakiza, '*Forging a New Path, RLOs as Partners*' [Criando um Novo Caminho, os RLOs como Parceiros], p. 12.
- 213 Ibid., p. 12; Kate Pincock, Alexander Betts e Evan Easton-Calabria, '*The Global Governed?: Refugees as Providers of Protection and Assistance*' [Os Governados Globais?: Os refugiados como fornecedores de Proteção e Assistência] (Cambridge: *Cambridge University Press*, 2020): pp. 110–111.
- 214 Essa era uma das recomendações na Convenção de Refugiados Africanos, que reuniu líderes refugiados em toda a África. Para mais informações, consulte: Kuntzelman e Hazika, '*Forging a New Path, RLOs as Partners*' [Criando um Novo Caminho, os RLOs como Parceiros], pp. 12–15. Kuntzelman e Hazika também apontam algumas ONGs que estão investindo na capacitação de organizações de refugiados, como a Oxfam e a Urban Refugees.
- 215 Essa foi uma recomendação feita por Pincock, Betts e Easton-Calabria, mas também é relevante para organizações lideradas por Deslocados Internos. Pincock, Betts e Easton-Calabria, '*The Global Governed?*' [O Global é Governado?], pp.119–120. Alguns comentaristas também perceberam a necessidade de se analisar mais de perto a representação, como também considerar como a liderança dessas organizações foram selecionados e a quem prestam contas. Will Jones, [RefugeeVoices](#) [Vozes de Refugiados], Documento de Pesquisa nº 8, Conselho Mundial de Refugiados (fevereiro de 2019): pp. 7–9.
- 216 Harley, '*Refugee Participation Revisited*' ['Participação de Refugiados Revisitada'], pp. 10–15.
- 217 Rede Global liderada por Refugiados, 'Participação Significativa de Refugiados como Liderança Transformadora: Orientações para Ações Concretas' (2019): p.6. A rede surgiu da Convenção Global sobre Refugiados de junho de 2018, a qual foi reunida pelo Comitê Nacional Australiano sobre Mulheres Refugiadas (ANCORW) e a Rede para Vozes de Refugiados (NRV). James Milner e Amanda Klassen, [Civil Society and the Politics of the Global Refugee Regime](#) [A Sociedade Civil e a Política do Regime Global de Refugiados], Documento de Referência para o 70º Aniversário da Convenção de Refugiados de 1951, ACNUR

...PARTE V: Superando a lacuna...

(outubro de 2021).

- 218** As ONGs contribuíram para o trabalho do Comitê Ad Hoc estabelecido pelo ECOSOC para a preparação da Convenção de 1951. Para mais informações sobre o papel da sociedade civil, consulte: Parte I. Consulte também: Skran, 'Refugiados na Europa Inter-guerra'; Gil Loescher, 'O ACNUR e a Política Global: Um Caminho Perigoso' (Oxford: *Oxford University Press*, 2001); Philipp Ther, 'Os Estrangeiros: Refugiados na Europa desde 1492' (Princeton, NJ: *Princeton University Press*, 2019); Gatrell, 'A Criação de um Refugiado Moderno'; Milner e Klassen, 'Sociedade Civil e a Política de um Regime Global de Refugiados'; Elizabeth G. Ferris, 'O Papel de Organizações Não-Governamentais do Regime Global de Refugiados'; Mark Gibney, Gil Loescher e Niklaus Steiner (editores), 'Problemas da Proteção: o ACNUR, Refugiados e os Direitos Humanos' (New York: Routledge, 2003): p. 117–137.
- 219** Para mais sobre as definições da sociedade civil, como também sugestões para defini-los de forma a distinguir entre aqueles trabalhando em prol do interesse coletivo e do bem e aqueles que podem ter o interesse de advogar em prol de um interesse político ou de um Estado, consulte: Milner e Klassen, 'A Sociedade Civil e a Política do Regime Global de Refugiados', pp. 2–3. Para mais informações sobre atores da sociedade civil na região do Pacífico Asiático, consulte, Alice M.Nah, 'Redes e empreendedorismo da norma entre atores locais da sociedade civil: desenvolvendo a proteção de refugiados na região do Pacífico Asiático', *The International Journal of Human Rights* 20, nº 2 (2016): pp. 223–240.
- 220** Pacto Global sobre Refugiados (2018), parágrafo 33.
- 221** O Conselho Internacional de Agências Voluntárias (ICVA) é uma rede global de 130 ONGs que protegem e assistem pessoas em emergências em 160 países, em nível global, regional, nacional e local. ICVA, [Annual Report 2020](#) [Relatório Global de 2020] (2021). Consulte também: Milner e Klassen, 'Civil Society and the Politics of the Global Refugee Regime' [Sociedade Civil e a Política do Regime Global de Refugiados], pp. 4–5, 10.
- 222** Por exemplo, a Rede de Resposta de Assistência Autorizada (NEAR) é uma iniciativa de organizações nacionais e locais, que trabalha nos campos humanitário, de desenvolvimento e promoção da paz. Criada em 2016, agora conta com uma rede de 96 organizações trabalhando em todo o Sul Global, advogando em prol de uma mudança sistemática nos sistemas internacionais de assistência humanitária e de desenvolvimento. NEAR, [Strategic Plan 2021–2023](#) [Plano Estratégico de 2021–2023] (2021): p. 3. A Rede de Direitos de Refugiados do Pacífico Asiático (APPRN) é composto por 200 organizações e mais de 200 membros individuais comprometidos com a luta em prol do direito de refugiados da região do Pacífico Asiático, APRRN, [Annual Report 2018](#) [Relatório Anual de 2018] (2019): p. 3; Nah, 'Redes e empreendedorismo da norma entre atores locais da sociedade civil: desenvolvendo a proteção de refugiados na região do Pacífico Asiático', pp. 10–16.
- 223** Milner e Klassen, 'Civil Society and the Politics of the Global Refugee Regime' [A Sociedade Civil e a Política do Regime Global de Refugiados], pp. 3–4; Nah, 'Networks and norm entrepreneurship amongst local civil society actors' [Redes e empreendedorismo da norma entre atores locais da sociedade civil: desenvolvendo a proteção de refugiados na região do Pacífico Asiático], pp. 5–6.
- 224** Conforme indicado na Parte I e referências que a acompanha, as evidências remontam até a idade antiga, com exemplos consistentes desde então. É importante notar também que o papel das cidades foi expressamente reconhecido no Plano de Ação do México de 2004, marcando o 20º aniversário da Declaração

de Cartagena, discutida na Parte II. Um dos três pilares do Plano, “Cidades Solidárias”, foi estabelecido para fomentar estratégias coerentes e cooperação, até para aprimorar a autossuficiência e integração local de deslocados internos. No 30º aniversário da Declaração de Cartagena, os estados reconheceram as Cidades Solidárias e a importância de incorporar lições aprendidas na promoção da prestação de serviços inclusivos e integração local. [Mexico Declaration and Plan of Action to Strengthen the International Protection of Refugees in Latin America](#) [Declaração do México e Plano de Ação para Fortalecer a Proteção Internacional de Refugiados na América Latina] (16 de novembro de 2004); [Brazil Declaration and Plan of Action: “A Framework for Cooperation and Regional Solidarity to Strengthen the International Protection of Refugees, Displaced and Stateless Persons in Latin America and the Caribbean”](#) [Uma Estrutura para Cooperação e Solidariedade Regional para Fortalecer a Proteção Internacional de Refugiados, Deslocados Internos e Pessoas Apátridas na América Latina e no Caribe] (3 de dezembro de 2014).

- 225** Estimativa do ACNUR, baseada nas informações demográficas disponíveis do relatório estatístico anual de 2020. Esse é consistente com tendências globais maiores rumo à urbanização crescente. Até 2050, estima-se que dois terços da população mundial viverão em contextos urbanos e periférico-urbanos. UNDESA, [World Urbanization Prospects: The 2018 Revision](#) [Perspectivas Globais de Urbanização: A Revisão de 2018], Relatório (2019), pp. xix, 10.
- 226** Essa foi a constatação da revisão de boas práticas publicada em 2016. Essa também constatou que as cidades e atores locais careciam de recursos e mecanismos de coordenação para responder adequadamente às crises. IMPACT e UCLG, [Consultations on Humanitarian Responses in Urban Areas: Perspectives from Cities in Crisis](#) [Consultorias em Respostas Humanitárias em Áreas Urbanas: Perspectivas de Cidades em Crise], Convenção Humanitária Mundial (maio de 2016): pp.3, 7–8.
- 227** Evan Easton-Calabria, [Urban Displacement, Local Engagement: Examining the past, current and future role of cities in forced displacement](#) [Deslocamento Interno, Engajamento Local: Examinando o papel passado, atual e futuro das cidades no deslocamento forçado], Documento de Referência para o 70º Aniversário da Convenção de Refugiados de 1951, ACNUR (outubro de 2021): pp. 4–5, 8. Uma das recomendações do Painel de Alto Nível sobre Deslocamento Interno é que os Estados devem alocar verba para soluções a partir de verbas domésticas, incluindo o apoio às autoridades locais e municipais, além de “assegurar que alocações de verba são baseadas em números populacionais regionais e municipais (incluindo os Deslocados Internos) e as necessidades de serviço distintas dos Deslocados Internos”. Painel de Alto Nível do Secretário Geral da ONU sobre Deslocamento Interno, ‘*Shining a Light on Internal Displacement*’ [Esclarecendo Conceitos sobre o Deslocamento Interno], pps. 17, 64.
- 228** Evan Easton-Calabria, ‘*Urban Displacement, Local Engagement*’ [Deslocamento Urbano, Engajamento Local], pp. 4–5, 8. Ela assinala que, por exemplo, algumas verbas municipais são determinadas com base em censos, os quais geralmente não contabilizam os refugiados. Para uma avaliação de vários exemplos das formas que cidades ao redor do mundo estão reagindo aos deslocados internos de uma maneira inclusiva, consulte: Edição especial de ‘[Cities and Towns](#)’ [Cidades e Municípios], *Forced Migration Review* 63 (fevereiro de 2020).
- 229** Bruce Katz e Luise Noring, [In Europe, integrating refugees falls to cities](#) [Na Europa, a integração de refugiados é responsabilidade das cidades], Blog da *Brookings Institution* (13 de junho de 2016).

...PARTE V: Superando a lacuna...

- 230** O Grande Acordo de 2016 tinha a ambição de ter 25% dos fundos humanitários alocados a parceiros nacionais e locais até 2020. Até 2020, o objetivo não tinha sido alcançado. Consulte: IASC, 'O Grande Acordo'; Metcalfe-Hough et al., 'The *Grand Bargain at Five Years*' [O Grande Acordo em Cinco Anos], p. 47. A OCDE também assinala que "Poucos atores canalizam ajuda por meio de governos de acolhida em contextos frágeis ou situações de refugiados", OCDE, [Financing for refugee situations](#) [Financiamento para situações de refugiados], Documento de Desenvolvimento de Políticas (dezembro de 2019): p.21.
- 231** OCDE, [Localising the Response: World Humanitarian Summit](#) [Localizando a Resposta: Convenção Global Humanitária], Documento de Políticas (2017): pp. 7–8.
- 232** A Cruz Vermelha e o movimento do Crescente Vermelho são uma rede de mais de 190 sociedades nacionais. Desde sua concepção, essa demarcou a importância da complementariedade entre respostas humanitárias internacionais, nacionais e regionais. Em 2015, o Conselho de Delegados concordou com uma resolução que incluía apoio para maior dependência de parceiros locais. Conselho de Delegados dos Movimentos Internacionais da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho, [Message to the World Humanitarian Summit](#) [Mensagem à Convenção Global Humanitária] (2015) Resolução CD/15/R3.
- 233** A Organização das Nações Unidas e as ONGs internacionais, sendo que ambas trabalham em muitos países ao redor do mundo.
- 234** AGNU, [Outcome of the World Humanitarian Summit](#) [Resultados da Convenção Global Humanitária], parágrafos 36, 37, 51, 52. Já em 2003, esse era um princípio fundamental da Doação Humanitária Global (um fórum de doadores informais e a rede): "Fortalecer a capacidade dos países e comunidades afetadas para prevenir, preparar, mitigar e responder às crises humanitárias, com o objetivo de assegurar que os governos e comunidades locais estejam mais preparados para cumprir com suas responsabilidades e coordenar em conjunção com parceiros humanitários de forma efetiva". Boas Doações Humanitárias, '24 Princípios e Boas Práticas da Doação Humanitária', Princípio 8.
- 235** Painel de Alto Nível da ONU sobre Financiamento Humanitário, '*Too Important to Fail*' ['Importante demais para falhar'], pp 3, 19.
- 236** Ibid., p. 20.
- 237** Ibid., p. 19.
- 238** IASC, 'O Grande Acordo', p. 5. A localização também é parte da Estratégia da Comissão Europeia. Comissão Europeia, [Communication from the Commission to the European Parliament, the Council, the European Economic and Social Committee and the Committee of the Regions: Action Plan on Integration and Inclusion 2021–2027](#) [Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, o Conselho, o Comitê Econômico e Social Europeu e o Comitê das Regiões: Plano de Ação sobre a Integração e a Inclusão de 2021–2027] (24 de novembro de 2020), COM(2020) 758 final, pp. 16–17, 19–20.
- 239** Metcalfe-Hough et al., '*The Grand Bargain at Five Years*' ['O Grande Acordo em Cinco Anos'], pp. 46–47. Os exemplos incluem orientações sobre aprimoramento de habilidades, financiamentos, parcerias, coordenação, igualdade de gêneros e o papel de intermediários, valendo-se de pesquisa, consultas de

...PARTE V: Superando a lacuna...

campo e boas práticas.

240 Ibid., pp. 18, 47.

241 Ibid., pp.52. Eles assinalaram que isso inclui a Assistência Cristã e a Instituição de Caridade Católica de Desenvolvimento Internacional (CAFOD), com 73% e 72%, respectivamente, de seus fundos humanitários canalizados para parceiros locais em 2020. Outros signatários são a ActionAid, a República Tcheca, o IRFC, a Nova Zelândia, o OCHA (para CBFs), a Eslovênia, o UNFPA, o ACNUR, o UNICEF e o PMA. Entretanto, eles assinalam que nem todos os signatários monitoram isso em seus sistemas financeiros e, entre aqueles que o fazem, existe uma falta de padronização.

242 Ibid., pp. 23–24. Eles assinalam bons exemplos, incluindo: uma estratégia de IRC promissora para aprimorar de forma significativa a escala e a qualidade de parceiros operacionais; práticas positivas fundadas pela Proteção Civil Europeia e Operação de Ajuda Humanitária (ECHO) e a Alemanha para iniciativas baseadas em comunidades na Turquia; e o trabalho do NRC por intermédio do grupo de especialistas NORCAP para aprimorar as habilidades de atores locais na Bacia do Lago Chad [*Lake Chad*]. O último inclui treinamento sobre monitoramento, avaliação, gestão financeira e de programas e, nas áreas de proteção, violência baseada em gênero e prestação de contas para as populações afetadas; Ibid., pp. 49–50.

243 Ibid., p. 51. Eles assinalam que algumas agências tinham políticas internas para padronizá-lo, como os Serviços de Apoio Católicos, o UNFPA, o ACNUR e o Regime de Recuperação Fiscal (RRF) do Reino Unido.

244 Ibid., p. 59. Os revisores também discutiram o uso e o potencial de fundos conjuntos, como aqueles gerenciados pelo OCHA para assistir na mitigação de riscos, p. 55. A Secretaria Nacional de Proteção Global também destacou a importância de aprimorar as habilidades em áreas como os recursos humanos, finanças e administração para melhorar a localização. Anthony Nola e Marie-Emilie Dozin, [Advancing the Localisation Agenda in Protection Coordination Groups](#) [Desenvolvendo a Agenda de Localização em Grupos de Coordenação de Proteção], Documento de Aprendizado, Secretaria Nacional de Proteção Global (abril de 2019): p. 20. Programas *Save the Children* [Salvem as crianças] e *Street Child* [Crianças de Rua], [Innovation for Localization: Exploring the impact of channelling unrestricted funding to NNGOs in Emergency Contexts](#) [Inovação para a Localização: Explorando o impacto da canalização de financiamentos ilimitados para ONGs em Contextos de Emergência], Relatório de Pesquisa (outubro de 2020): p. 7.

245 Liderado pelo ACNUR e o Consórcio de ONGs da Somália, o Subgrupo do Grupo 1 de Resultados do IASC está desenvolvendo as orientações. Metcalfe-Hough et al., *'The Grand Bargain at Five Years'* ['O Grande Acordo em Cinco Anos'], pp. 47–48. Desde 2021, atores humanitários nacionais e locais representaram 8% das lideranças de conglomerados/coordenação de setores em nível subnacional; isso é um aspecto exclusivo de mecanismos de coordenação para situações de refugiados. As orientações foram publicadas pelo IASC em julho de 2021. IASC, [Strengthening Participation, Representation and Leadership of Local and National Actors in IASC Humanitarian Coordination Mechanisms](#) [Fortalecendo a Participação, Representação e Liderança de Atores Nacionais e Locais nos Mecanismos de Coordenação Humanitária do IASC], Documento de Orientações (julho de 2021).

246 5º Fórum de Prefeitos sobre Mobilidade Humana, Migração e Desenvolvimento, [Marrakech Mayors](#)

...PARTE V: **Superando a lacuna...**

[Declaration: Cities Working Together for Migrants and Refugees](#) [Declaração dos Prefeitos de Marrakesh: Cidades Trabalhando em Conjunto para os Migrantes e Refugiados] (8 de dezembro de 2018).

- 247** Esse foi estabelecido inicialmente para progredir com o desenvolvimento das cidades e aprimoramento de favelas. O Reino Unido e o Banco Mundial faziam parte dos grandes doadores iniciais. Esse agora tem 29 membros que fornecem direções estratégicas, financiam o Fundo e se engajam em atividades operacionais, de sensibilização e de incidência. Grupo de Avaliação Independente, [Global Program Review: Cities Alliance](#) [Avaliação do Programa Global: Aliança das Cidades], Relatório (28 de junho de 2007); COWI, [Independent Evaluation of the Cities Alliance](#) [Avaliação Independente da Aliança das Cidades], Relatório Final (abril de 2012); Aliança das Cidades, [Who We Are](#) [Quem nós somos], website.
- 248** Cidades Unidas e Governos Locais (CGLU), [Join the #ItTakesACommunity global campaign for community-driven approaches to human mobility and diversity](#) [Junte-se à campanha global #ItTakesACommunity para abordagens baseadas em comunidades para a mobilidade humana e diversidade], Notícias do CGLU (23 de abril de 2021). Relatórios do CGLU trabalhando com mais de 240,000 “cidades, municípios e metrópoles regionais” e “175 associações de governo locais e regionais”. CGLU, [Who are We?](#) [Quem somos nós?], Ficha Informativa.
- 249** Eurocities, [Statement on asylum in cities](#) [Declaração sobre asilo nas cidades] (2015); Eurocities, [‘A better quality of life for all: strategic framework 2020–2030](#) [Uma melhor qualidade de vida para todos: estrutura estratégica 2020–2030], website; Eurocities, [About us](#) [Quem somos nós?], website.
- 250** Comissão Europeia, *‘Action Plan on Integration and Inclusion 2021–2027’* [‘Plano de Ação sobre a Integração e a Inclusão de 2021–2027’], pp. 16–17 e 19–20; Eurocities, [Cities rally for integration](#) [Cidades se unem para a integração], Notícias da Eurocities (16 de dezembro de 2020), website.
- 251** O setor inclui uma gama diversa de grupos, de cidadãos privados, fundações filantrópicas e fundos, até empresas comerciais com fins lucrativas, associações de negócios e coalizões. Existem muitos fatores que motivam os atores do setor privado a se engajarem e esses não são mutuamente exclusivos. Esses podem incluir: manter ou gerar vendas de bens e serviços; mercados em expansão; ampliação do reconhecimento de marcas e demonstração de boa cidadania global. Sobre o caso de negócios para trabalhar com refugiados e empregá-los, consulte: Câmara de Comércio Internacional, [Private Sector for Refugees \(PS4R\)](#) [o Setor Privado para Refugiados (PS4R)], website; Centro de Crises Globais PwC, [Managing the refugee and migrant crisis: The role of governments, private sector and technology](#) [Gerenciando a crise de migrantes e refugiados: o papel dos governos, do setor privado e da tecnologia], Relatório (2017): pp. 16, 30; Somini Sengupta, [Mark Zuckerberg Announces Project to Connect Refugee Camps to the Internet](#) [Mark Zuckerberg anuncia Projetos para Conectar Campos de Refugiados à Internet], *New York Times* (27 de setembro de 2015).
- 252** AGNU ‘Resultados da Convenção Global’ (2005), parágrafo 22(e). Esse articulou áreas, incluindo financiamento, investimento, inovação, prestação de serviços e apoio à infraestrutura, parágrafos 23(d), 23(e), 24(d), 25(c). Consulte também: ACNUDH, [Guiding Principles on Business and Human Rights: Implementing the United Nations “Protect, Respect and Remedy” Framework](#) [Princípios norteadores sobre Negócios e Direitos Humanos: Implementação da Estrutura da Organização das Nações Unidas “Proteger, Respeitar e Remediar”]. Fórum Econômico Mundial e o Escritório das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários (OCHA), [Guiding Principles for Public-Private Collaboration for Humanitarian Action](#)

...PARTE V: **Superando a lacuna...**

[Princípios Norteadores para Colaboração Público-Privado para Ações Humanitárias] (dezembro de 2007). E então, mais recentemente: Pacto Global da Organização das Nações Unidas, [Guidelines on a Principle-Based Approach to the Cooperation between the United Nations and the Business Sector](#) [Orientações para uma Abordagem baseada em Princípios para a Cooperação entre a Organização das Nações Unidas e o Setor de Negócios], Relatório (2015).

- 253 Stephen O'Brien, [Coming of age for humanitarians and the private sector](#) [Amadurecimento dos humanitários e do setor privado], Devex (5 de julho de 2016); AGNU, [One humanity, shared responsibility: Report of the Secretary-General for the World Humanitarian Summit](#) [Uma humanidade, responsabilidade compartilhada: Relatório do Secretário Geral para a Convenção Humanitária Global] (2 de fevereiro de 2016), Documento da ONU A/70/709.
- 254 Declaração de Nova Iorque para Refugiados e Migrantes (2016).
- 255 Incluindo as seguintes áreas: finanças; criação de empregos e empreendimentos comerciais; desenvolvimento de infraestrutura e uso de tecnologias inovadoras; acesso a serviços financeiros; monitoramento de riscos nacionais e medidas de preparação; expansão de caminhos complementares. Pacto Global sobre Refugiados (2018), parágrafos 3, 27, 32, 42, 53, 71, 79.
- 256 Incluindo as seguintes áreas: governança de migração; investimento em desenvolvimento sustentável e capital humano; compartilhamento de informações; correspondência de habilidades; promoção de condições decentes de trabalho; desenvolvimento de capacidades de autoridades nacionais; e facilitação do trabalho e aprendizado remoto; AGNU, [Global Compact for Safe, Orderly and Regular Migration](#) [Pacto Global para a Migração Segura, Ordenada e Regular] (19 de dezembro 2018), Documento da ONU A/RES/73/195, parágrafos 15(j), 18(d), 18(e), 19(e), 21(c), 22(e), 23(d), 34(e), 34(f), 34(h), 35(i), 35(j), 36, 39(d), 44.
- 257 ACNUR, [Private sector steps up for refugees as Global Refugee Forum opens in Geneva](#) [O Setor Privado redobra os esforços para os refugiados assim que o Fórum Global de Refugiados é inaugurado em Genebra], Comunicado de Imprensa (16 de dezembro de 2019); ACNUR, [‘Outcomes of the Global Refugee Forum’](#) [Resultados do Fórum Global de Refugiados], Relatório (2019).
- 258 Parceria da Tent para Refugiados, [Our Members](#) [Nossos membros], website.
- 259 Tent, [Resources](#) [Recursos], website.
- 260 Tülin Erdem et al., [How Helping Refugees Helps Brands: An Analysis of French, German, and Italian Consumer Perceptions](#) [Como Ajudar os Refugiados ajuda as Marcas: Uma Análise das percepções de consumidores italianos, alemães e franceses], Relatório, *NYU Stern e Tent* (junho de 2019): pp. 17–19.
- 261 Tent, [Airbnb.Org, DoorDash, IKEA, and Teleperformance recognized for their efforts to integrate refugees at first-ever awards](#) [Prêmio da Airbnb.org, DoorDash, Ikea e Teleperformance reconhecidos pelos seus esforços na integração de refugiados] Notícias da *Tent* (17 de junho 2021); Tent, [Major Dutch companies on track to fulfill commitments to support refugees](#) [Grandes empresas holandesas no caminho certo para cumprir com os compromisso de apoiar os refugiados], Notícias da *Tent* (8 de abril de 2021).

...PARTE V: Superando a lacuna...

- 262** Tent, [Tent joins Vice President Harris's Call to Action in Support of the Northern Triangle](#) [A Tent se une à chamada para ação do Presidente Harris em Apoio ao Triângulo do Norte], Notícias da *Tent* (27 de maio de 2021).
- 263** O Fórum Econômico Mundial é a "Organização Internacional para Cooperação Público-Privado", estabelecida em 1971. O grupo principal de stakeholders [partes interessadas] que essa reúne são as empresas, os governos e as organizações internacionais, além da sociedade civil, Líderes Jovens, as comunidades acadêmicas e científicas e a mídia. Fórum Econômico Mundial, [Our Mission](#) [Nossa Missão], website; Fórum Econômico Mundial, [A Platform for Impact](#) [Uma Plataforma para Impacto], Brochura (2019). Em 2016, o Relatório de Riscos Globais do Fórum Econômico Mundial (FEM) assinalou o deslocamento interno como o maior risco de afetar o mundo em termos de probabilidade e o quarto maior em termos de impacto em riscos relacionados à mudança climática, armas de destruição em massa e crises hídricas. Fórum Econômico Mundial, [The Global Risks Report 2016](#) [Relatório de Riscos Globais de 2016], Relatório de Insights (2016): pp. 11, 15–16.
- 264** Consulte, por exemplo: ACNUR et al., [Evaluation of UNHCR's Engagement with the Private Sector](#) [Avaliação do envolvimento do ACNUR com o Setor Privado] (dezembro de 2019); UNICEF, [UNICEF corporate partnerships](#) [Parcerias corporativas da UNICEF], website; Conselho de Refugiados da Noruega, [Corporate partnerships](#) [Parcerias corporativas], website; Conselho de Refugiados da Dinamarca, [Partner up](#) [Crie parcerias], website.
- 265** Como assinalado previamente, um estudo de consumidores europeus da Tent demonstrou que os consumidores, em particular os *millennials*, são mais propensos a comprar de companhias que apoiem os refugiados de formas diferentes, como na contratação desses, investindo em empresas de refugiados e prestando serviços para refugiados, Tülin Erdem et al., *'How Helping Refugees Helps Brands'* [Como Ajudar os Refugiados Ajuda as Marcas].
- 266** Cindy Huang, [Global Business and Refugee Crises: A Framework for Sustainable Engagement](#) [Empresas Globais e a Crise dos Refugiados: Uma Estrutura para o Engajamento Sustentável], Relatório, Centro para o Desenvolvimento Global e Fundação Tent (setembro de 2017): pp. 9–10; *The B Team* [O Time B], [Refugees and Migrants: An Opportunity for Humanity](#) [Refugiados e Migrantes: Uma Oportunidade para a Humanidade], Relatório (2016): p. 19; Marta Martinez, [More businesses commit to helping refugees thrive with new jobs, trainings, investment](#) [Mais empresas se comprometem a ajudar os refugiados a serem bem sucedidos em empregos, treinamentos e investimentos], Notícias do ACNUR (26 de setembro de 2018); Michael Levitin, [Investing in people: how brands are stepping up to the refugee crisis](#) [Investindo em pessoas: como as marcas estão investindo na crise de refugiados], *Reuters* (7 de agosto de 2019). Outros exemplos incluem: IKEA, [People & Planet Positive](#) [Pessoas e Planeta Positivo], Estratégia de Sustentabilidade da IKEA (agosto de 2020): pp. 16–17; Fundação UPS, [Humanitarian Relief & Resilience Program](#) [Programa de Ajuda Humanitária e Resiliência], Visão Geral (2019): pp. 2, 22–24; Starbucks, [2020 Global Environmental & Social Impact Report](#) [Relatório Global sobre o Meio Ambiente e Impacto Social] (abril de 2021): p. 9; Unilever, [Disasters and emergencies](#) [Desastres e emergências], website; Airbnb.Org, [Opening homes in times of crisis](#) [Oferecendo casas em tempos de crises], website.
- 267** ACNUR, [Procurement in UNHCR](#) [Aquisições no ACNUR], Brochura (2021): p. 22; ACNUR, [Global Report](#)

...PARTE V: **Superando a lacuna...**

[2020](#) [Relatório Global de 2020] (2021): p. 19. Em 2020, o gasto total do ACNUR totalizou U\$4.84 bilhões (USD).

- 268** O projeto da Rede de Escolas instantâneas foi estabelecido em 2013 pela Fundação Vodafone e pelo ACNUR. Desde agosto de 2021, o programa tinha alcançado mais de 126.456 estudantes e 1.638 professores em seis países africanos. Para mais informações, consulte: Vodafone, [Instant Network Schools](#) [Rede de Escolas Instantâneas], website.
- 269** Incluindo o Comitê Internacional de Resgate (IRC), Workshop Sesame, '*Education Cannot Wait*' [a Educação Não pode Esperar] e BRAC. A Fundação LEGO, [Humanitarian](#) [Humanitário], website. Em março de 2021, a fundação LEGO e o ACNUR se uniram para levar o aprendizado, por meio de jogos, a 37.500 crianças refugiadas e de comunidades de acolhida na Etiópia.
- 270** Fundação Mastercard, [Scholars Program](#) [Programa de Acadêmicos], website; Fundação Mastercard, [Mastercard Foundation Scholars Program Commitment to Education for Refugees](#) [O Comprometimento do Programa de Acadêmicos da Fundação Mastercard para a Educação de Refugiados], website (17 de dezembro de 2019).
- 271** Fundação Mastercard, [1,000 Entrepreneurs within Refugee Communities in Rwanda to Benefit from Economic Recovery Grants on World Refugee Day](#) [1000 Empreendedores nas Comunidades de Refugiados em Ruanda a se beneficiarem das Doações de Recuperação Econômica no Dia Mundial dos Refugiados], website (19 de junho de 2020).
- 272** *Netzwerk Unternehmen integrieren Flüchtlinge* pode ser traduzido como "Network Companies Integrate Refugees" [Rede de empresas integram os refugiados].
- 273** A rede facilita o compartilhamento de informações sobre leis relevantes, assim como práticas promissoras, como ensino de línguas, desenvolvimento de habilidades e tutorias em andamento. Eva Degler e Thomas Liebig, [Finding Their Way: Labour Market Integration of Refugees in Germany](#) [Encontrando seu Caminho: a Integração do Mercado de Trabalho de Refugiados na Alemanha], Relatório, OCDE (março de 2017): p.62; *NETZWERK Unternehmen integrieren Flüchtlinge* [Rede de empresas integram os refugiados], [Netzwerk](#) [Rede], (alemão), website.
- 274** O trabalho desse era focado na promoção de uma narrativa mais positiva para os refugiados, contratando os refugiados e encorajando seus funcionários a se engajar em atividades voluntárias para ajudar os refugiados. Irina Mosel et al., [Public narratives and attitudes towards refugees and other migrants: Germany country profile](#) [Narrativas públicas e atitudes para com os refugiados e outros migrantes: o perfil nacional alemão], Briefing, ODI(novembro de 2019): p.8; Angeli Mehta, [Refugee Crisis: German firms heed Merkel's plea for help](#) [Crise dos Refugiados: a Alemanha chama atenção para o pedido de ajuda de Merkel], *Reuters* (26 de junho de 2017); *Wir zusammen, Integrations-Initiativen der deutschen Wirtschaft* [Iniciativas de integração da economia alemã] (alemão), website.
- 275** Tent, '*Resources*' [Recursos].

...PARTE V: Superando a lacuna...

- 276** Ingka Group, *Annual Summary & Sustainability Report FY20* [Resumo Anual e Relatório de Sustentabilidade FY20] (2020): p. 92.
- 277** ACNUR, *Clean Energy Challenge* [Desafio da Energia Limpa], website do ACNUR.
- 278** Desde março de 2021, aproximadamente 2,7 milhões de refugiados foram registrado usando o IrisGuard, IrisGuard, *Iris biometrics facilitate change in aid sector worth hundreds of billions* [Biometria de íris facilita a mudança no setor de assistência no valor de centenas de bilhões], website (março de 2021); Alison Buckholtz e Andrew Raven, *Eyeyeing a More Secure Future for Refugees* [De olho em Futuro mais Seguro para os Refugiados], blogs do IFC (maio de 2019); Wang e Cakmak, *Private Sector Initiatives in Forced Displacement Contexts* [‘Iniciativas do Setor Privado em Contextos de Deslocamento Forçado’], pp. 13–14.
- 279** ACNUR, *IKEA Brighter Lives for Refugees Campaign raises 30.8 million euros for renewable energy sources for refugee families* [a Campanha Vidas Melhores para os Refugiados da Ikea levanta 30,8 milhões de euros para fontes de energia renováveis para famílias de refugiados], Notícias do ACNUR (18 de janeiro de 2016).
- 280** IKEA, *Power for a brighter future* [Energia para um Futuro Melhor] [Vídeo], YouTube, 2017.
- 281** ACNUR, *Join our TikTok challenge to show the world why #EveryoneCounts* [Junte-se ao nosso desafio TikTok para mostrar ao mundo por que #TodosSãoImportantes], Notícias do ACNUR (10 de dezembro de 2019); ACNUR, *Searching for Syria? Google and UNHCR offer answers to five top questions* [Procurando pela Síria? Google e ACNUR oferece respostas para cinco perguntas principais], Comunicado de Imprensa (22 de maio de 2017); Omer Elnaïem, *ACNUR X CAREEM: Together We Can Make a Difference* [ACNUR x CAREEM: Juntos podemos fazer a diferença], Careem blog (22 de abril de 2018); H&M Foundation, *‘\$3.3 Million to education for refugee children’* [\$3,3 Milhões para a educação de crianças refugiadas], website (24 de fevereiro de 2017).
- 282** Os parceiros do setor privado incluem a WeWork, Sierra Nevada e Caracol Televisión. Somos Panas Colombia, *Our Partners* [Nossos parceiros] (espanhol), website.
- 283** Para mais sobre caminhos complementares, consulte: Parte III.
- 284** A avaliação de 2019 sobre o engajamento do ACNUR com o setor privado determinou que, embora esse engaje mais de 250 entidades do setor privado em mais de 60 países com iniciativas destinadas a melhorar a proteção e o bem-estar geral de comunidades deslocadas à força, melhorar o engajamento para além de objetivos de angariação de fundos continua a ser um desafio. Para mais detalhes, consulte: ACNUR et al., *‘Avaliação do Engajamento do ACNUR com o Setor Privado’*. Um relatório do primeiro ano sobre a estratégia do PMA de 2020–2025 para parcerias com o setor privado e angariação de fundos demonstraram progresso em todos os objetivos chave e melhoraram os relacionamentos com os parceiros do setor privado. PMA, *Private-sector partnerships and fundraising strategy (2020–2025): Cooperation with the private sector, foundations and individuals for the achievement of zero hunger* [Parcerias com o setor privado e estratégia de angariação de fundos (2020–2025): Cooperação com o setor privado, fundações e indivíduos para alcançar a fome zero], Documento Estratégico (14 de novembro de 2019); PMA, *Quarterly report on private sector partnerships and fundraising strategy: Quarter 4: September to December 2020* [Relatório Trimestral

...PARTE V: Superando a lacuna...

sobre as parcerias com o setor privado e estratégia de angariação de fundos: 4º trimestre: setembro a dezembro de 2020], Consultoria Informal (março de 2021).

- 285** É importante notar que, embora muitas iniciativas digam que são destinadas ao benefício de deslocados internos, a maioria dos exemplos publicados são destinadas aos refugiados. Mais esforços para elevar o perfil desses poderiam contribuir para um melhor entendimento público da escala e impacto do deslocamento interno.
- 286** De 1990 a 1999, o número aproximado de pesquisas publicadas sobre o deslocamento forçado em cada uma das áreas de conhecimento foi: sociologia (700); antropologia (700), direito (500); e saúde (400). Filippo Dionigi e Domenico Tabasso, [Academic Trends in Forced Displacement](#) [Tendências Acadêmicas sobre o Deslocamento Forçado], Documento de Referência para o 70º Aniversário da Convenção de Refugiados de 1951, ACNUR (outubro de 2021): pp. 5–8, 32–34.
- 287** O aumento no número de estudos publicados sobre deslocamento forçado em cada uma dessas duas décadas, nesses campos de conhecimento, foi de aproximadamente: 1.500 a 2.700 para sociologia; 90 a 570 para economia; e 180 a 460 para educação. Ibid., p. 4-8.
- 288** Dionigi and Tabasso, *'Academic Trends in Forced Displacement'* [‘Tendências Acadêmicas no Deslocamento Forçado’], p. 8.
- 289** Ibid., p. 9.
- 290** Refugiados nas Cidades, [Refugees in Towns](#) [Refugiados nas Cidades], website; Refugiados nas Cidades, [What Facilitates Refugee Integration?](#) [O que Facilita a Integração de Refugiados], Relatório, Centro Internacional Feinstein (julho de 2020).
- 291** Consulte: Parte III.
- 292** Por exemplo, em 2018, o Conselho de Refugiados da Dinamarca (DRC) estabeleceu um Centro de Migração (MMC) como uma plataforma de coleta de dados, pesquisa e análise com o objetivo de contribuir com um entendimento mais balanceado e com nuances dos movimentos mistos, como também para contribuir para a criação de políticas baseada em evidências. O Centro também oferece uma bibliografia externa de publicações de pesquisa sobre movimentos mistos, Centro de Migração Mista, [About MMC](#) [Sobre o MMC], website.
- 293** Visões gerais disponíveis em: Sistema integrado de informações sobre saúde dos Refugiados, [iRHIS Home](#) [Página inicial do iRHIS], website. Consulte também: Parte IV.
- 294** Alguns de seus trabalhos foram assinalados na seção de Educação da Parte IV.
- 295** Uma revisão de literatura não publicada do ACNUR e parceiros de 2021 encontrou poucos estudos examinando o impacto específico da inclusão nas comunidades de acolhida.

...PARTE V: **Superando a lacuna...**

- 296** Dina Abu-Ghaida e Karishma Silva, [Educating the Forcibly Displaced: Key Challenges and Opportunities](#) [Educando os Deslocados Internos: Principais Desafios e Oportunidades], Documento de Referência para o 70º Aniversário da Convenção de Refugiados de 1951, ACNUR (outubro de 2021); Centro de Dados Compartilhados sobre o Deslocamento Interno, [Forced Displacement and Educational Outcomes: Evidence, Innovations, and Policy Indications](#) [Deslocamento Interno e Resultados Educacionais: Evidências, Inovações e Indicações de Políticas], *JDC Quarterly Digest* 20 (dezembro de 2020).
- 297** UNESCO, [Social and Emotional Learning \(SEL\) in and through education: taking stock for improved implementation](#) [Aprendizado Emocional e Social (SEL) dentro e por meio da educação: fazendo um inventário para uma implementação melhorada], Documento de Síntese (fevereiro de 2021).
- 298** Banco Mundial, [Building Evidence on Forced Displacement: Overview](#) [Criando evidências sobre o Deslocamento Interno: Visão Geral], website.
- 299** Dionigi e Tabasso, 'Academic Trends in Forced Displacement' ['Tendências Acadêmicas no Deslocamento Interno']. Esses incluem os seguintes: Rede de Pesquisa de Refugiados (RRN) e a Associação Internacional de Pesquisa da Migração Forçada (IASFM); Instituto de Pesquisa da Migração Internacional (Universidade de Georgetown); Centro de Pesquisa sobre Refugiados (Universidade de Oxford), Centro de Pesquisa sobre Migração e Refugiados (Universidade Americana no Cairo); Colóquio para Refugiados, Migrantes e pessoas Apátridas (Universidade Northwestern); Centro Kaldor do Direito Internacional dos Refugiados e Rede de Migração Forçada (Universidade de South Wales); Rede de Pesquisa de Engajamento de Refugiados Locais (LERRN) (Carleton University); e Centro de Pesquisa sobre Refugiados (Universidade de York). O Painel de Alto Nível sobre Deslocamento Interno convocou mais esforços para criar e expandir as redes de pesquisa sobre deslocamento interno, especialmente nos países afetados pelo deslocamento. Painel de Alto Nível do Secretário Geral da ONU sobre Deslocamento Interno, 'Shining a Light on Internal Displacement' ['Esclarecendo Conceitos sobre o Deslocamento Interno'], pp.5, 22–23.
- 300** Para reflexões sobre como melhorar a pesquisa ética e participativa do impacto de decisores políticos, praticantes e defensores, consulte: Susan McGrath e Julie E.E. Young (editoras), 'Mobilizing Global Knowledge: Refugee Research in an Age of Displacement' ['Mobilizando o Conhecimento Global: Pesquisa de Refugiados na Era do Deslocamento'] (Calgary: *Alberta University of Calgary Press*, 2019).
- 301** AZ Quotes, [Lidia Yusupova Quotes](#) [Citações de Lidia Yusupova], website. Yusupova foi a coordenadora do Escritório de Grozny de "Memorial", uma organização de direitos humanos sediada em Moscou. Ela recebeu o prêmio Martin Ennals em 2003, o Prêmio Rafto em 2005 e uma nomeação para o Prêmio Nobel em 2008. Para mais informações sobre ela, consulte: Prêmio Martin Ennals, [Lidia Yusupova](#), website; Fórum da Liberdade de Oslo, [Lidia Yusupova: Chechen lawyer and human rights activist](#) [Lidia Yusupova: Advogada Chechênia e ativista de direitos humanos], website; Prêmio Rafto, [2005 Laureate: Lidia Yusupova](#) [Laureada de 2005: Lidia Yusupova], website; Parlamento europeu, [Memorial human rights activist Lidia Yusupova on the "Virus" of fear](#) [Memorial da ativista de direitos humanos Lidia Yusupova sobre o "Vírus" do medo], Artigo, (16 de abril de 2010).
- 302** Esse não analisa a responsabilidade mais ampla daqueles cujas ações contribuem menos diretamente para o deslocamento forçado, a exemplo da venda de armas. Esse livro também não discorre sobre problemas

...PARTE V: Superando a lacuna...

relacionados à prevenção, manutenção da paz e justiça tradicional – todos esses são tópicos importantes e pesados, mas estão além do escopo desse livro.

- 303** [Convention relating to the Status of Refugees](#) [Convenção referente ao Status dos Refugiados] (adotada em 25 de julho de 1951) (Convenção da ONU de 1951), Documento da ONU A/CONF.2/108, artigo 1(f).
- 304** Centro Internacional para a Justiça Transitória, [What is Transitional Justice?](#) [O Que é Justiça Transitória?], website; Unidade de Pesquisa ICTJ e Projeto Brookings-LSE sobre Deslocamento Interno, [Transitional Justice and Displacement: Challenges and Recommendations](#) [Justiça Transitória e Deslocamento: Desafios e Recomendações], Relatório (junho de 2012).
- 305** Robert H. Jackson, [Opening Statement before the International Military Tribunal](#) [Discurso de Abertura perante o Tribunal Militar Internacional], Palácio da Justiça em Nuremberg], Alemanha (21 de novembro de 1945).
- 306** Estabelecido por um tratado inicial com a França, União Soviética, Reino Unido e os Estados Unidos subsequente à rendição incondicional da Alemanha. Outros aliados se uniram em sequência. William Schabas, *'Unimaginable Atrocities: Justice, Politics, and Rights at the War Crimes Tribunals'* [Atrocidades Inimagináveis: Justiça, Política e Direitos nos Tribunais de Crimes de Guerra] (Oxford: Oxford University Press, 2012): p. 10.
- 307** Esse não foi estabelecido por um tratado, mas sim pela proclamação do General Douglas MacArthur, Comandante Supremo dos Aliados no Pacífico. M. Cherif Bassiouni et al. (editores.), *'The Legislative History of the International Criminal Court: Second Revised and Expanded Edition'* [A História Legislativa do Tribunal Penal Internacional: 2ª Edição Revisada e Expandida] (Leiden: Brill Nijhoff, 2016): p. 29. Conforme explicaram os autores, os aliados também acordaram em julgar, nos termos de suas leis e procedimentos nacionais, pessoas que supostamente cometeram "crimes de guerra" e "crimes contra a humanidade" e que estavam dentro de suas zonas de ocupação respectiva. A França, a Rússia, o Reino Unido e os Estados Unidos julgaram um total de aproximadamente 15.000 pessoas. Providências similares foram tomadas no Extremo Oriente. Ibid.
- 308** Para mais informações sobre a Guerra Fria e outras razões para a falta de acordos de Estado para um tribunal permanente durante esse período, consulte: Schabas, *'Unimaginable Atrocities'* [Atrocidades Inimagináveis]. A limpeza étnica, embora não seja definida como um crime independente no direito internacional, inclui atos que são violações graves dos direitos humanos internacionais e do direito humanitário, os quais podem ser entendidos como crimes hediondos reconhecidos, particularmente como crimes contra a humanidade. ONU, [Framework of Analysis for Atrocity Crimes: A Tool for Prevention](#) [Estrutura de Análise para Crimes de Atrocidade: Uma Ferramenta para a Prevenção] (2014): p. 1.
- 309** ONU, [Charter of the International Military Tribunal – Annex to the Agreement for the prosecution and punishment of the major war criminals of the European Axis \(London Agreement\)](#) [Carta do Tribunal Militar Internacional – Anexo do Acordo para julgamento e punição dos grandes criminosos de Guerra do Eixo Europeu (Acordo de Londres)] (8 de agosto 1945): artigo 6; [Supreme Commander for the Allied Powers, Special Proclamation: Establishment of an International Military Tribunal for the Far East](#) [Comandante

...PARTE V: Superando a lacuna...

Supremo dos Aliados, Proclamação Especial: Estabelecimento de um Tribunal Militar Internacional para o Extremo Oriente] (19 de Janeiro de 1946): artigo 5.

- 310 Tribunal Militar Internacional, [*Trial of the Major War Criminals before the International Military Tribunal, Nuremberg, 14 November 1945–1 October 1946 vol. 1*](#) ([Julgamento dos Grandes Criminosos de Guerra perante o Tribunal Militar Internacional, Nuremberg, 14 de novembro de 1945 – 1º de Outubro de 1946 volume 1] (Nuremberg: IMT, 1947): pp. 179, 342, 365–367.
- 311 As acusações foram retiradas, pois um dos réus foi considerado mentalmente inapto e dois outros réus morreram de causas naturais durante o julgamento. Museu Nacional da 2ª Guerra Mundial (New Orleans), [*Tokyo War Crimes Trial*](#) [Julgamento dos Crimes de Guerra de Tóquio], website.
- 312 Doze pessoas receberam a pena de morte, incluindo Hermann Göring que cometeu suicídio antes da execução de sua sentença. IMT, '*Trial of the Major War Criminals before the International Military Tribunal*' [Julgamento dos Grandes Criminosos de Guerra perante o Tribunal Militar Internacional], pp. 6, 365–367. Tribunal Militar Internacional, [*Nuremberg Trial Archives. The International Court of Justice: Custodian of the archives of the International Military Tribunal at Nuremberg*](#) [Arquivos do Julgamento de Nuremberg. Tribunal de Justiça Internacional: Depositários dos arquivos do Tribunal Militar Internacional em Nuremberg], Livreto (2018): pp. 12–14, 86. Dos 25 homens condenados pelo IMTFE, sete foram executados, 16 foram condenados à prisão perpétua e dois foram condenados a sentenças mais leves. Edward Drea, "Introdução" em '*Researching Japanese War Crimes Records: Introductory Essays*' ['Pesquisando os Registros dos Crimes de Guerra Japoneses: Ensaio Introdutório'], (Washington, EUA: Arquivos Nacionais e Registros Administrativos dos Crimes de Guerra Nazistas e Registros do Grupo de Trabalho Interagências do Governo Imperial Japonês, 2006): p.6. Museu Nacional da 2ª Guerra Mundial, '*Tokyo War Crimes Trial*' ['Julgamento dos Crimes de Guerra Japoneses'].
- 313 AGNU, [*Extradition and Punishment of War Criminals*](#) [Extradição e Punição dos Criminosos de Guerra] (13 de fevereiro de 1946), Documento da ONU A/RES/3(II).
- 314 AGNU, [*The Crime of Genocide*](#) [O Crime de Genocídio] (1º de dezembro de 1946), Documento da ONU A/RES/96(II).
- 315 AGNU, [*Convention on the Prevention and Punishment of the Crime of Genocide*](#) [Convenção sobre a Prevenção e Punição do Crime de Genocídio] (9 de dezembro de 1948): UNT vol. 78, nº 1021, artigo II. Os crimes incluem qualquer um dos atos cometidos com a finalidade de destruir, total ou parcialmente, um grupo religioso, racial ou étnico nacional: matar membros do grupo; infligir danos graves, mental ou fisicamente, aos membros do grupo; infligir deliberadamente destruição física, total ou parcial, nas condições de vida do grupo; impor medidas destinadas a impedir nascimentos dentro do grupo; transferir à força crianças de um grupo a outro grupo.
- 316 Comitê Internacional da Cruz Vermelha, [*What Is International Humanitarian Law?*](#) [O que é Direito Humanitário Internacional?], Ficha Informativa (julho de 2004): p. 2.
- 317 CICR, [*Geneva Conventions of 1949 and Additional Protocols, and Their Commentaries*](#) [Convenções de Genebra de 1949, Protocolos Adicionais e seus respectivos comentários], Documentos Coletados, website

...PARTE V: Superando a lacuna...

do CICR.

- 318** Os três primeiros substituíram as convenções iniciais e o quarto complementou as provisões relevantes nas Convenções de Haia. CICR, *'Geneva Conventions of 1949 and Additional Protocols, and Their Commentaries'* [Convenções de Genebra de 1949, Protocolos Adicionais e seus respectivos comentários].
- 319** Por exemplo, a Quarta Convenção de Genebra inclui duas provisões para o benefício expresso dos refugiados. A primeira determina que refugiados não devem ser julgados como estrangeiros inimigos somente com base em suas nacionalidades. A segunda adereça a situação na qual o Estado do qual o refugiado fugiu ocupa o Estado de Asilo. Essa determina que os refugiados só podem ser presos, julgados, condenados ou deturpados pelo estado ocupante por crimes cometidos depois da deflagração de hostilidades, e que não podem ser punidos por atos, como crimes políticos, os quais podem ter sido a causa da fuga e reconhecimento do status de refugiados desses. O Protocolo Adicional I também determina que refugiados são "pessoas protegidas" dentro do significado da Quarta Convenção. Para uma análise mais aprofundada, consulte: Emanuela-Chiara Gillard, [Humanitarian Law, Human Rights and Refugee Law – Three Pillars](#) [Direito Humanitário, Direitos Humanos e Direito dos Refugiados – Três Pilares], Declaração, CICR (23 de abril de 2005).
- 320** Para mais informações sobre a Declaração Universal de Direitos Humanos e a Convenção de Refugiados de 1951, consulte: Parte I.
- 321** Schabas, *'Unimaginable Atrocities'* [Atrocidades Inimagináveis], pp. 2, 12–14.
- 322** "Incluindo registros de assassinatos em massa, detenção sistemática, organizada e massiva de mulheres, estupro de mulheres e a prática continuada de "limpeza étnica", incluindo para a aquisição e manutenção de um território". Conselho de Segurança da ONU, [Res. 827 \(1993\)](#) [Resolução 827] (1993) (25 de maio de 1993), Documento da ONU S/RES/827, p. 1.
- 323** Para uma análise da "justiça do vencedor" no Tribunal Militar Internacional, no Tribunal Militar Internacional para o Extremo Oriente, no Tribunal Militar Internacional para a antiga Iugoslávia, no Tribunal Militar Internacional para Ruanda e a seleção de situações no Tribunal Militar Internacional, consulte: Capítulo 3: *'Victor's Justice? Selecting Targets for Prosecution'* [Justiça do Vencedor? Selecionando Alvos para Julgamento], em Schabas, *'Unimaginable Atrocities'* [Atrocidades Inimagináveis], pp. 73–97.
- 324** CSNU, [Statute of the International Tribunal for the Former Yugoslavia](#) [Estatuto do Tribunal Internacional para a Antiga Iugoslávia], adotado pela Resolução do Comitê de Segurança nº 827 (1993) de 25 de maio de 1993 e retificado pelas resoluções do Conselho de Segurança nº 1166 (1998) de 13 de maio de 1998, 1329 (2000) de 30 de novembro de 2000, 1411 (2002) de 17 de maio de 2002 e 1431 (2002) de 14 de agosto de 2002; ONU, [Updated Statute of the International Criminal Tribunal for the Former Yugoslavia](#) [Estatuto Atualizado Tribunal Penal Internacional para a Antiga Iugoslávia] (setembro de 2009).
- 325** Philippe Sands, *'East West Street: On the Origins of "Genocide" and "Crimes against Humanity"'* [Rua Leste Oeste: Sobre as Origens do "Genocídio" e dos "Crimes Contra a Humanidade"] (Nova Iorque: Vintage Books, 2017): p. 363. Milosovic morreu em 2006 antes da conclusão de seu julgamento.

...PARTE V: **Superando a lacuna...**

- 326** ICTY, [ICTY Facts & Figures](#) [Fatos e números do ICTY], Infográfico.
- 327** ICTY, [About the ICTY](#) [Sobre o ICTY] e [ICTY Remembers: The Srebrenica Genocide](#) [O ICTY se Lembra: o Genocídio de Srebrenica], website.
- 328** CSNU, [Statute of the International Criminal Tribunal for Rwanda](#) [Estatuto do Tribunal Penal Internacional para Ruanda], conforme estabelecido pela Resolução do Conselho de Segurança nº 955 (1994) de 8 de novembro de 1994 e retificado pela última vez pela Resolução do Conselho de Segurança nº 1717 (2006) de 13 de outubro de 2006.
- 329** Mecanismo Internacional Residual para Tribunais Criminais, [About the ICTR](#) [Sobre o ICTR], website de legado do Tribunal Penal Internacional para Ruanda.
- 330** Ibid.
- 331** Mecanismo Internacional Residual para Tribunais Criminais. [Functions of the Mechanism](#) [Funções do Mecanismo], website do ICTR.
- 332** A CDI foi estabelecida pela Assembleia Geral da ONU em 1947 para a promoção do desenvolvimento progressivo e codificação do direito internacional. Essa é composta de especialistas jurídicos independentes, cujos número aumentaram de 15 para 34. AGNU, [Establishment of an International Law Commission](#) [Estabelecimento de uma Comissão de Direito Internacional] (17 de novembro de 1947), Documento da ONU A/RES/174(II), website. Esses são selecionados pela Assembleia Geral a cada cinco anos. CDI, [Membership](#) [Membros], website.
- 333** CDI, [Draft Code of Offences against the Peace and Security of Mankind](#) [Rascunho do Código Penal contra a Paz e Segurança da Humanidade], Anuário da Comissão de Direito Internacional vol. II (1954): pp. 408–412; ONU, [Report of the 1953 Committee on International Criminal Jurisdiction](#) [Relatório de 1953 do Comitê sobre Jurisdição Criminal Internacional] (27 de julho a 20 de agosto de 1953), Documento da ONU A/2645.
- 334** Bassiouni et al., *'The Legislative History of the International Criminal Court'*, [A História Legislativa do Tribunal Penal Internacional'], pp. 33–35.
- 335** ONU, [Report of the International Law Commission on the work of its forty-sixth session](#) [Relatório da Comissão de Direito Internacional sobre o trabalho de sua 46ª sessão] (2 de maio a 22 de julho de 1994), Documento da ONU A/45/10.
- 336** Comitê Ad Hoc para o Estabelecimento de um Tribunal Penal Internacional e Comitê Preparatório para o Estabelecimento de um Tribunal Penal Internacional; Bassiouni et al., *'The Legislative History of the International Criminal Court'* [A História Legislativa do Tribunal Penal Internacional'], pp. 39–40.
- 337** Sensibilização e Incidência de Direitos Humanos e a História dos Padrões do Direito Internacional, [Individual Criminal Accountability](#) [Responsabilidade Criminal Individual], website; *Coalition for the International Criminal Court*, [Coalisão para o Tribunal Penal Internacional] [About the Coalition](#) [Sobre a Coalisão], website; Heidi Nichols Haddad, *'The Hidden Hands of Justice: NGOs, Human Rights, and International*

...PARTE V: **Superando a lacuna...**

Courts' [‘As mãos escondidas da Justiça: ONGs, Direitos Humanos e Tribunais Internacionais’] (Cambridge: Cambridge University Press, 2018).

- 338** Sete países votaram contra: A China; Iraque; Israel; Líbia; Qatar; os Estados Unidos; e o Iêmen. Bassiouni et al., *‘The Legislative History of the International Criminal Court’* [‘A História Legislativa do Tribunal Penal Internacional’], pp. 101; ONU, [Rome Statute of the International Criminal Court](#) [Estatuto de Roma sobre o Tribunal Penal Internacional] (17 de julho de 1998), CSNU vol. 2187, nº 38544.
- 339** Estatuto de Roma de 1998. Tanto a Rússia quanto os Estados Unidos assinaram o Estatuto de Roma inicialmente, mas nenhum deles o ratificaram. Em 2002, os Estados Unidos notificaram oficialmente o Secretário Geral da ONU que não queriam fazer parte do estatuto. O subsecretário de Estado para Controle de Armas e Segurança Internacional John R. Bolton, [International Criminal Court: Letter to UN Secretary General Kofi Annan](#) [Tribunal Penal Internacional: Carta ao Secretário Geral da ONU Kofi Annan] (6 de maio de 2002). Em 2016, a Rússia também notificou formalmente o Secretário Geral do ocorrido. Ministério das Relações Exteriores da Federação Russa, [‘Statement by the Russian Foreign Ministry’](#) [Declaração do Ministério Russo das Relações Exteriores] (16 de novembro de 2016).
- 340** Estatuto de Roma (1998), artigo 70. Em 2016, cinco pessoas foram julgadas culpadas pelo TPI por crimes contra a administração da justiça. Os crimes desses incluíam a influência corrupta de testemunhas e a solicitação de testemunhos falsos em outro caso julgado pelo TPI. TPI, [Situation in the Central African Republic: The Prosecutor v. Jean-Pierre Bemba Gombo, Aimé Kilolo Musamba, Jean-Jacques Mangenda Kabongo, Fidèle Babala Wandu and Narcisse Arido](#) [Situação da República Centro-Africana: O Promotor contra Jean-Pierre Bemba Gombo, Aimé Kilolo Musamba, Jean-Jacques, Mangenda Kabongo, Fidèle Babala Wandu e Narcisse Arido], Ficha Informativa do Caso (setembro de 2018).
- 341** Centro Internacional pela Verdade e Justiça, [What Is Complementarity? National Courts, the ICC and the Struggle Against Impunity](#) [O que é Complementariedade? Tribunais Nacionais, o TPI e a Luta contra a Impunidade], website.
- 342** TPI, [Elements of Crimes](#), [Elementos dos Crimes], Documentos Coletados (2013).
- 343** Estatuto de Roma (1998), artigo 7(1).
- 344** TPI, *‘Elements of Crimes’* [Elementos dos Crimes], p. 3. Para mais comentários, consulte: Capítulo 13: “Parte II Jurisdição, Admissibilidade e Direito Aplicável: Competência, Receptividade e Direito Aplicável, artigo 10”, em Schabas, *‘O Tribunal Penal Internacional’*.
- 345** Estatuto de Roma (1998), artigo 8.
- 346** Ibid.
- 347** Ibid., artigos 12 e 13. Para uma visão geral explicativa, consulte também. Projeto ABA-TPI, [How the ICC Works](#) [Como o TPI funciona], website.

...PARTE V: **Superando a lacuna...**

- 348** TPI, [Situation in the People's Republic of Bangladesh/Republic of the Union of Myanmar](#) [Situação na República Popular de Bangladesh/ República da União de Myanmar] (14 de novembro de 2019), Câmara de Julgamento Preliminar III, Decisão, TPI -01/19.
- 349** Orchard, *'International, Regional, and Domestic Mechanisms to Hold States to Account for the Causes of Forced Displacement'* [‘Mecanismos Domésticos, Regionais e Internacionais para responsabilizar os Estados por Deslocamento Forçado’], pp. 10–11.
- 350** O Fundo Fiduciário para as Vítimas é independente do Tribunal e foi criado em 2004 pela Assembleia dos Estados Partes, em conformidade com o Artigo 79 do Estatuto de Roma. O Fundo Fiduciário para as Vítimas, [Providing reparative value for victims and survivors](#) [Fornecendo valor reparador para vítimas e sobreviventes], website.
- 351** TPI, [About the Court](#) [Sobre o Tribunal], website; TPI, [Defendants](#) [Réus], website.
- 352** Administração de crimes jurídicos são dispostos em: Estatuto de Roma (1998), artigo 70.
- 353** Lubanga foi liberado em 2020, tendo cumprido sua sentença, a qual incluía pena cumprida antes do sentenciamento. TPI, [Situation in the Democratic Republic of the Congo: The Prosecutor v. Thomas Lubanga Dyilo](#) [Situação da República Democrática do Congo: O Promotor vs Thomas Lubanga Dyilo], Ficha Informativa do Caso (julho de 2021).
- 354** Ibid.
- 355** Ibid.
- 356** Tribunal Penal Internacional, [Situation in the Republic of Mali: The Prosecutor v. Ahmad Al Faqi Al Mahdi](#) [Situação na República do Mali: O Promotor contra Ahmad Al Faqi Al Mahdi], Ficha Informativa do Caso (julho de 2021).
- 357** TPI, [Situation in Uganda: The Prosecutor v. Dominic Ongwen](#) [Situação em Uganda: O Promotor contra Dominic Ongwen], Ficha Informativa do Caso (julho de 2021).
- 358** Afeganistão, Bangladesh/Mianmar, Burundi, República Centro-Africana, República Centro-Africana II, Costa do Marfim, Sudão (Darfur), República Democrática do Congo, Geórgia, Quênia, Líbia, Mali, Estado da Palestina, Filipinas e Uganda. TPI, [‘Situations under Investigation](#) [Situações sob Investigação]’, website. Esse também estava conduzindo análises preliminares para determinar se uma investigação completa foi justificada na Bolívia, Colômbia, Guiné, Nigéria, Ucrânia e Venezuela. Para mais informações sobre esses, consulte: TPI, [Preliminary examinations](#) [Análises Preliminares], website.
- 359** TPI, [Cases](#) [Casos], website.
- 360** Incluindo Saif Al-Islam Gaddafi da Líbia, Omar al-Bashir, ex-presidente do Sudão e o líder rebelde ugandense Joseph Kony, do Exército de Resistência do Senhor. Para a lista completa de réus foragidos, consulte: TPI, [Defendants at large](#) [Réus Foragidos], banco de dados.

...PARTE V: **Superando a lacuna...**

- 361** Consulte, por exemplo: Schabas, 'Unimaginable Atrocities' ['Atrocidades Inimagináveis'], pp. 83–89; Geoff Dancy et al., 'What Determines Perceptions of Bias toward the International Criminal Court? Evidence from Kenya' ['O Que Determina uma Percepção de Viés perante o Tribunal Penal Internacional?'], *Journal of Conflict Resolution* 64, nº 7–8 (agosto de 2020): pp. 1443–1469; Chatham House, [Beyond the ICC: The Role of Domestic Courts in Prosecuting International Crimes Committed in Africa](#) [Além do TPI: o Papel dos Tribunais Domésticos no Julgamento de Crimes Internacionais Cometidos na África], Resumo da Reunião (30 de abril de 2010); Laurel Hart, [The International Criminal Court: biased or simply misunderstood?](#) [O Tribunal Penal Internacional: enviesado ou simplesmente incompreendido?], Associação da ONU do Reino Unido (28 de outubro 2018). Para informações sobre a resposta do TPI para essas alegações, consulte para exemplos: TPI, [Helping build a more just world: Understanding the International Criminal Court](#) [Ajudando a criar um mundo mais justo: Entendendo o Tribunal Penal Internacional], Livreto (Tribunal de Haia: TPI, 2020): p. 15.
- 362** Uma vez que o TPI emitiu mandados de prisão contra Al-Bashir em 2009 e 2010, ele viajou para vários países, incluindo Chade, República Democrática do Congo, Djibuti, Jordânia, Quênia, Malawi e Uganda. Apesar das várias notificações do TPI ao Conselho de segurança da ONU e à Assembleia dos Estados Partes ao estatuto de Roma, nenhum dos países visitados por esse o deteve. Consulte: TPI, [Non-Cooperation](#) [Falta de Cooperação], site. Em 2019, ele foi condenado no Sudão por corrupção e foi sentenciado à prisão. Desde então, o Sudão anunciou que o transferirá para o TPI. Nima Elbagir, Hamdi Alkhshali e Yassir Abdullah, [Sudan to hand Ex-President Omar al-Bashir to ICC](#) [Sudão entregará o ex-presidente Omar al-Bashir ao TPI], *CNN* (11 de agosto de 2021).
- 363** *The Prosecutor v. Uhuru Muigai Kenyatta* [O Procurador vs Uhuru Muigai Kenyatta] (2015), ICC, No. ICC-01/09-02/1. Em uma análise do caso, Daniel Mburu descreve que a campanha política no Quênia e regiões contra o TPI criou uma atmosfera hostil e intimidadora para testemunhas que levou à retirada desses do caso, de modo que as evidências coletadas não teriam sido suficientes para estabelecer o dolo além de uma dúvida razoável contra o novo presidente Kenyatta. Daniel M. Mburu, 'The Lost Kenyan Duel: The Role of Politics in the Collapse of the International Criminal Court Cases against Ruto and Kenyatta' ['O duelo Queniano perdido: o papel da política no colapso dos processos do Tribunal Penal Internacional contra Ruto e Kenyatta'], *International Criminal Law Review* 18, no. 6 (novembro de 2018): pp. 1041–1046.
- 364** Schabas, 'Unimaginable Atrocities' ['Atrocidades Inimagináveis'], p. 92.
- 365** Assembleia dos Estados Partes do TPI, [Review of the International Criminal Court and the Rome Statute system](#) ['Avaliação do Tribunal Penal Internacional e o sistema do Estatuto de Roma'] (6 de dezembro de 2019), TPI-ASP/18/Res.7.
- 366** *Known as the Independent Expert Review (IER)* [Conhecida como a Avaliação Independente de Especialistas (IER)], Assembleia dos Estados Partes do TPI, [Independent Expert Review of the International Criminal Court and the Rome Statute System](#) [Avaliação Independente de Especialistas do Tribunal Penal Internacional e o Sistema do Estatuto de Roma], Relatório Final (30 de setembro de 2020).
- 367** Mecanismo de Avaliação do TPI, [Proposal for a Comprehensive Action Plan for the assessment of the recommendations of the Group of Independent Experts, including requirements for possible further action](#) [Proposta para um Plano de Ação Abrangente para a avaliação das recomendações do Grupo de Especialistas

...PARTE V: **Superando a lacuna...**

Independentes, incluindo as exigências para possíveis ações adicionais], Nota de Introdução (30 de junho 2021). Os *stakeholders* [partes interessadas] incluíam os Estados Partes, o Promotor, a Associação da Ordem de Advogados do Tribunal Penal Internacional e as organizações da sociedade civil. Ibid., l(5).

- 368 ACNUR, [Refugee Data Finder](#) [Localizador de Dados de Refugiados]. Estimativas dos números de morte variam. Consulte, por exemplo: Fundação da Paz Mundial, 'Mass Atrocity Endings: [Sierra Leone](#)' ['Finais das Atrocidades em Massa: Serra Leoa'], website (8 de julho de 2015); Mary Kaldor e James Vincent, [Case Study: Sierra Leone – Evaluation of UNDB Assistance to Conflict-Affected Countries](#) [Estudo de Caso: Serra Leoa – Avaliação da Ajuda do Banco de Dados da ONU para Países Afetados Por Conflito], Gabinete de Avaliação da do PNUD (2006): p. 4; Jennifer Pagonis, [Refugee status for Sierra Leoneans to end](#) [Status de refugiados para cidadãos de Serra Leoa vai acabar], notícias do ACNUR (6 de junho de 2008).
- 369 Conselho Econômico e Social da ONU, [Situation of human rights in Sierra Leone: Report of the High Commissioner for Human Rights pursuant to Commission on Human Rights resolution 1999/1](#) [A Situação dos Direitos Humanos em Serra Leoa: Relatório do Alto Comissário para os Direitos Humanos em conformidade com a Resolução de Direitos Humanos 1999/1] (22 de dezembro 1999), Documento da ONU E/CN.4/2000/31; Rachel Kerr e Jessica Lincoln, [The Special Court for Sierra Leone: Outreach, Legacy and Impact](#) [O Tribunal Especial para Serra Leoa: Alcance, Legado e Impacto], Relatório Final, *King's College*, Londres (fevereiro de 2008): p. 4.
- 370 Serra Leoa e a Organização das Nações Unidas, [Agreement between the United Nations and the Government of Sierra Leone on the establishment of a Special Court for Sierra Leone](#) [Acordo entre a Organização das Nações Unidas e o Governo de Serra Leoa sobre o estabelecimento de um Tribunal Especial para Serra Leoa] (12 de abril de 2002), UNTS vol. 2178; CSNU, [Res. 1315](#) (2000), Documento da ONU S/RES/1315 (2000).
- 371 Limitado aos crimes cometidos após 30 de novembro de 1996, a data do primeiro acordo de paz, o Acordo de Paz Abidjan, que falhou. Tribunal Especial Residual para Serra Leoa, [Homepage](#) [Página Inicial].
- 372 O Tribunal também conduziu julgamentos para as acusações de desacato, as quais envolveram a administração de crimes de justiça, como manipulação e ameaça de testemunhas.
- 373 [Prosecutor v. Charles Ghankay Taylor](#) [Procurador contra Charles Ghankay Taylor] (2013), Tribunal Especial para Serra Leoa, Câmara de Recursos Jurídicos, SCSL-03-01-A.; [Prosecutor welcomes UN-backed court's decision to uphold Charles Taylor conviction](#) [O Promotor sauda a decisão do tribunal respaldada pela ONU de manter a condenação de Charles Taylor], Notícias da ONU (26 de setembro de 2013).
- 374 RSCSL, '[Homepage](#)' [Página Inicial].
- 375 O Gabinete do Alto Representante tem o status de uma missão diplomática. Esse é composto por diplomatas respaldados por governos do Conselho de Implementação da Paz (entidade internacional que guia o processo de paz) e cidadãos da Bósnia e Herzegovina, funcionários internacionais contratados diretamente, e funcionárias nacionais da Bósnia e Herzegovina. Gabinete do Alto Representante, [General Information](#) [Informações Gerais].

...PARTE V: Superando a lacuna...

- 376** Inicialmente, a Câmara de Crimes de Guerra foi responsável por julgar infratores de baixo a médio-nível, os quais foram referidos pelo ICTY, mas o mandato desse foi ampliado em seguida.
- 377** O Tribunal da Bósnia e Herzegovina, [Statistics on judgements of the Court of Bosnia and Herzegovina for the period of 2004–2020](#) [Estatísticas sobre julgamentos do Tribunal da Bósnia e Herzegovina no período de 2004–2020], website.
- 378** Joanna Korner, [Processing of War Crimes at the State Level in Bosnia and Herzegovina](#) [Processamento dos Crimes de Guerra em Nível Federal na Bósnia e Herzegovina], Relatório, Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (2016): pp. 16, 24–25, 29–33, 39–41, 44; Joanna Korner, [Improving War Crimes Processing at the State Level in Bosnia and Herzegovina: A Follow Up Report](#) [Melhorando o Processamento de Crimes de Guerra na Bósnia e Herzegovina: um Relatório de Acompanhamento], Embaixada Britânica em Sarajevo e Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (2020): p. 54.
- 379** Bogdan Ivanišević, [The War Crimes Chamber in Bosnia and Herzegovina: From Hybrid to Domestic Court](#) [A Câmara dos Crimes de Guerra na Bósnia e Herzegovina: do Tribunal Doméstico ao Híbrido], Relatório, Centro Internacional para a Justiça Transitória (2008): p. 1; James Meernik e Josue Barron, 'Fairness in National Courts Prosecuting International Crimes: The Case of the War Crimes Chamber of Bosnia-Herzegovina' [Justiça nos Tribunais Nacionais a Julgar Crimes Internacionais: o Caso da Câmara de Crimes de Guerra da Bósnia-Herzegovina], *International Criminal Law Review* 18, nº 4 (novembro de 2018): pp. 732–733.
- 380** Previamente conhecido com o Partido Comunista de Kampuchea (CPK). Esse período é discutido na Parte III, com referências de acompanhamento.
- 381** Editores da Enciclopédia Britânica, [Khmer Rouge](#), Enciclopédia Britânica online.
- 382** [Prosecutor v. Nuon Chea and Khieu Samphan](#) [o Procurador vs. Nuon Chea e Khieu Samphan] 02/01 (2014), Câmara de Julgamento, Câmara Extraordinária nos Tribunais do Camboja, nº 002/19-09-2007/ECCC/TC. Para mais informações sobre refugiados do Camboja durante esse período, consulte: Parte III. Os dados sobre refugiados podem ser acessado no seguinte endereço: ACNUR, [Refugee Data Finder](#) [Localizador de Dados de Refugiados].
- 383** A Lei sobre o Estabelecimento de Câmaras Extraordinárias nos Tribunais do Camboja para o Julgamento de Crimes Cometidos durante o Período da Kampuchea Democrática (2001) e o Acordo entre a Organização das Nações Unidas e o Governo Real do Camboja referente ao julgamento nos termos do Direito Penal do Camboja para crimes cometido durante o Período do Kampuchea Democrático (Acordo ECCC) (2003). Ambos estão disponíveis em: ECCC, [Legal Documents: Agreements](#) [Documentos Jurídicos: Acordos], Coletânea de Documentos.
- 384** Schabas, 'Unimaginable Atrocities' [Atrocidades Inimagináveis], p. 19.
- 385** 'O Promotor contra Nuon Chea e Khieu Samphan' 002/01, pp. 532, 556, 579; [Prosecutor v. Nuon Chea and Khieu Samphan](#) [O Procurador contra Nuon Chea e Khieu Samphan 002/02] (2018), Câmara de Julgamento, Câmara Extraordinária nos Tribunais do Camboja, Nº 002/19-09- 2007/ECCC/TC.

...PARTE V: **Superando a lacuna...**

- 386** Ieng Thirith, a qual havia servido como Ministra da Ação social no regime de Khmer Rouge, foi julgada como mentalmente inapta para julgamento e retirada dos trâmites jurídicos. O marido dela, Ieng Sary, o qual serviu como Ministro das Relações Exteriores, morreu em 2013, menos de um ano e meio desde o início do julgamento. Iniciativa da Justiça Social Aberta, [Performance and Perception: The Impact of the Extraordinary Chambers in the Court of Cambodia](#) [Performance e Percepção: o Impacto dos Câmaras Extraordinárias no Tribunal do Camboja], Relatório (2016): p. 23.
- 387** ECCC, [Accused/Charged Person: Ao An](#) [Pessoa Acusada/Indiciada: Ao An]; [Accused/Charged Person: Meas Muth](#) [Pessoa Acusada/Indiciada: Meas Muth]; [Accused/Charged Person: Yim Tith](#) [Pessoa Acusada/Indiciada: Yim Tith]; [Accused/Charged Person: Im Chaem](#) [Pessoa Acusada/Indiciada: Im Chaem], website.
- 388** ECCC, [Decision on international Co-Prosecutors' immediate appeal of the trial chamber's effective termination of case 004/2](#) [Decisão do recurso imediato internacional dos promotores para a rescisão efetiva do caso perante a câmara de julgamentos do caso 004/2] (outubro de 2020): nº E004/2/1/1/2.
- 389** Iniciativa da Justiça Social Aberta, [Recent Developments at the Extraordinary Chambers in the Courts of Cambodia: Deadlock Continues in Ao An Case](#) [Desdobramentos Recentes na Câmara Extraordinária nos Tribunais do Camboja: o Impasse continua no Caso de Ao Na], Documento de Briefing (janeiro de 2020); Howard Varney e Katarzyna Zduńczyk, [Advancing Global Accountability: The Role of Universal Jurisdiction in Prosecuting International Crimes](#) [Desenvolvendo a Responsabilização Global: o Papel da Jurisdição Internacional no Julgamento de Crimes Internacionais], Documento de Pesquisa, Centro Internacional para a Justiça Transitório (dezembro de 2020): p. 5.
- 390** Iniciativa da Justiça Social Aberta, *'Performance and Perception'* [Performance e Percepção], p.16.
- 391** Ignaz Stegmiller, 'Legal Developments in Civil Party Participation at the Extraordinary Chambers in the Courts of Cambodia' [Desdobramentos Jurídicos na Participação da Parte Civil nas Câmaras Extraordinárias nos Tribunais do Camboja], *Leiden Journal of International Law* 27, nº 2 (junho de 2014): p. 473; Ken Gee-kin Ip, *'Fulfilling the Mandate of National Reconciliation in the Extraordinary Chambers in the Courts of Cambodia (ECCC) – An Evaluation through the Prism of Victims' Rights'* [Cumprindo o Mandato de Reconciliação Nacional nas Câmaras Extraordinárias nos Tribunais do Camboja (ECCC) – Uma Avaliação pela Perspectiva dos Direitos das Vítimas], *International Criminal Law Review* 13, nº 4 (novembro de 2013): p. 886.
- 392** Tribunal de Crimes Internacionais, Bangladesh, [About ICT-BD](#) [Sobre o ICT-BD], website.
- 393** Ibid.; Morten Bergsmo e Elisa Novic, *'Justice after decades in Bangladesh: national trials for international crimes'* [Justiça depois de décadas em Bangladesh: julgamentos nacionais para crimes internacionais], *Journal of Genocide Research* 13, nº 4 (novembro de 2011): pp. 503–504; Caitlin Reiger, [Fighting Past Impunity in Bangladesh: A National Tribunal for the Crimes of 1971](#) [Lutando contra Impunidades Passadas em Bangladesh: um Tribunal Nacional para os Crimes de 1971], Documento de Briefing, Centro Internacional para a Justiça Transitória (julho de 2010): pp. 3–4.
- 394** Consulte: Parte III.

...PARTE V: **Superando a lacuna...**

- 395** Desde setembro de 2020, 74 casos foram investigados e a decisão foi proferida para 42 casos. Esses envolveram 70 sentenças. Seis execuções foram realizadas. ICT-BD, [Case Statistics](#) [Estadística do Caso], Tabela. Os exemplos incluem Mir Qasem Ali, um membro do grupo Jamaat-e-Islami, o qual foi sentenciado à morte pelo ICT em novembro de 2014 e Abdul Qader Mollah, outro líder do Jamaat-e-Islami, o qual foi sentenciado à prisão perpétua em fevereiro de 2013 por crimes de guerra e crimes contra a humanidade. Vigília de Direitos Humanos (doravante HRW), [Bangladesh: War Crimes Verdict Based on Flawed Trial](#) [Bangladesh: Veredito de Crimes de Guerra foram Baseados em um Julgamento Falho], notícias da HRW (22 de março de 2016); HRW, [Bangladesh: Death Sentence Violates Fair Trial Standards](#) [Bangladesh: Pena de Morte Viola Padrões de Julgamento Justo], notícias da HRW (18 de setembro de 2013).
- 396** HRW, [Letter to Prime Minister Sheikh Hasina Re: International Crimes \(Tribunals\) Act](#) [Carta ao Primeiro Ministro Sheikh Hasina Re: Ato de Crimes Internacionais (Tribunais)], Notícias da HRW (8 de julho de 2009); M. N. Schmitt, Louise Arimatsu, and T. McCormack, "Relatórios dos correspondentes" em 'Yearbook of International Humanitarian Law 2010' [Anuário do Direito Humanitário Internacional de 2010] (The Hague: T.M.C. Asser Press, 2011): p. 463; Anbarasan Ethirajan, [Bangladesh finally confronts war crimes 40 years on](#) [Bangladesh finalmente confronta os crimes de guerra cometidos há 40 anos atrás], notícias da BBC (20 de novembro de 2011); Lydia Polgreen, [Bangladesh Faces Atrocities of Its Independence Era](#) [Bangladesh Enfrenta as Atrocidades de sua Era Independente], *The New York Times* (3 de maio de 2002).
- 397** Abdus Samad, 'The International Crimes Tribunal in Bangladesh and International Law' [O Tribunal de Crimes Internacionais em Bangladesh e o Direito Internacional], *Criminal Law Forum* 27, nº 3 (2016): pp. 276–277, 280–281, 286, 290; Surabhi Chopra, 'The International Crimes Tribunal in Bangladesh: silencing fair comment' [O Tribunal de Crimes Internacionais em Bangladesh: silenciando os comentários justos], *Journal of Genocide Research* 17, nº 2 (junho de 2015): pp. 212–214; ONU, [UN Human Rights experts urge Bangladesh to ensure fair trials for past crimes](#) [Os especialistas de Direitos Humanos da ONU encorajam Bangladesh a assegurar julgamentos justos para crimes do passado], Notícias da ONU (2 de julho de 2013); Anistia Internacional, [Bangladesh: Fresh death sentences show urgent need to end executions](#) [Bangladesh: Penas de Morte recentes mostram a necessidade urgente de acabar com as execuções], Notícias da Anistia Internacional (3 de novembro de 2013); HRW, 'Bangladesh: War Crimes Verdict Based on Flawed Trial' [Bangladesh: Veredito de Crimes de Guerra foi baseado em um julgamento falho].
- 398** Iniciativa da Justiça Social Aberta, [Judging a Dictator: The Trial of Guatemala's Ríos Montt](#) [Julgando um Ditador: o Julgamento da Guatemala de Ríos Montt], (novembro de 2013); Superviso da Justiça Internacional, [Efraim Ríos Montt & Mauricio Rodríguez Sanchez: Background](#) [Efraim Ríos Montt & Mauricio Rodríguez Sanchez: Histórico], website; HRW, [Guatemala: Ríos Montt Convicted of Genocide](#) [Guatemala: Ríos Montt Condenado por Genocídio], notícias da HRW (5 de outubro de 2013); Hanna Bosdriesz e Sander Wirken, 'An Imperfect Success – The Guatemalan Genocide Trial and the Struggle against Impunity for International Crimes' [Um Sucesso Imperfeito – O Julgamento de Genocídio na Guatemala e a Luta contra a Impunidade de Crimes Internacionais], *International Criminal Law Review* 14, nº 6 (dezembro de 2014): pp. 1067–1094. Esses argumentam que o fato de que "o julgamento foi realizado pelo sistema de justiça nacional levou a um impacto social mais profundo do que qualquer julgamento internacional poderia ter causado". Para mais informações sobre o deslocamento resultante da guerra civil na Guatemala, consulte: Parte III.

...PARTE V: Superando a lacuna...

- 399** Essa ação foi supostamente levada em consideração em resposta a decisão do Senegal de julgar Hissène Habré no Chade, discutida em maior profundidade na seção de jurisdição universal nessa Parte.
- 400** Notícias da BBC, [Mahamat Djibrine: Chadians hail ex-police chief's arrest](#) [Mahamt Djibrine: Chadianos clamam pela prisão do ex-chefe de polícia] (16 de maio de 2013); HRW, [Q&A: The Case of Hissène Habré before the Extraordinary African Chambers in Senegal](#) [Perguntas e Respostas: o Caso de Hissène Habré perante a Câmara Africana Extraordinária no Senegal], notícias da HRW (3 de maio de 2016); HRW, [Chad: Alleged Habré Accomplices to Stand Trial](#) [Chade: Supostos Cúmplices de Habré serão Julgados], notícias da HRW (10 de novembro de 2014).
- 401** Theodor Meron, 'Closing the Accountability Gap: Concrete Steps Toward Ending Impunity for Atrocity Crimes' [Fechando a lacuna de Responsabilidade: Passos Concretos rumo ao Fim da Impunidade por Crimes de Atrocidade], *American Journal of International Law* 112, nº 3 (2018): p. 434. Para uma avaliação mais profunda das limitações, consulte, por exemplo: Antonio Cassese (editor), 'Part A: Major Problems of International Criminal Justice, IV International Criminal Trials, The Rationale for International Criminal Justice' [Parte A: Grandes Problemas na Justiça Penal Internacional, IV Julgamentos Penais Interacionais, A Lógica da Justiça Penal Internacional], *The Oxford Companion to International Criminal Justice* (Oxford: Oxford University Press, 2009): p. 125; Alex Obote-Odora, 'Transfer of cases from the International Criminal Tribunal for Rwanda to Domestic Jurisdictions' [Transferência de casos do Tribunal Penal Internacional de Ruanda para Jurisdições Nacionais], *African Journal of Legal Studies* 5, nº 2 (janeiro de 2012): pp. 154–159.
- 402** Orchard, 'International, Regional, and Domestic Mechanisms to Hold States to Account for the Causes of Forced Displacement' [Mecanismos internacionais, regionais e nacionais para tornar os Estados responsáveis pelas causas do deslocamento forçado], pp. 21–23. Máximo Langer e Mackenzie Eason, 'The Quiet Expansion of Universal Jurisdiction' [A expansão silenciosa da jurisdição Universal], *European Journal of International Law* 30 nº 3 (2019): pp. 779–817. Langer e Eason consideram um estado para julgamento que "não tenha interesses nacionais e territoriais ou vínculos com o crime no momento em que foi cometido" pode ter uma alegação jurisdicional "baseada em direito internacional consuetudinário ou tratado", p. 789, nota de rodapé 22. Para mais informações sobre a jurisdição universal em geral, consulte: Robert Cryer, Darryl Robinson, and Sergey Vasiliev, 'An Introduction to International Criminal Law and Procedure' [Uma Introdução ao Direito Penal Internacional e Procedimentos] (Cambridge: Cambridge University Press, 2019): pp. 278–281. Julgamento Internacional, [Evidentiary Challenges in Universal Jurisdiction Cases: Universal Jurisdiction Annual Review 2019](#) [Desafios em termos de Evidências em Casos de Jurisdição Universal: Avaliação anual da Jurisdição Universal de 2019] (março de 2019).
- 403** Em 1960, Eichman foi sequestrado por agentes Israelenses na Argentina, onde ele vivia e foi levado a Israel de forma secreta. A Argentina levantou a questão do sequestro ao Conselho de Segurança da ONU com base na violação de sua soberania. Israel afirmou que as ações dos indivíduos que apreenderam Eichmann tinham violado a lei Argentina, mas que essas não eram atos do Estado Israelense. Além disso, Israel ainda afirmou que o incidente deveria ser analisado por "uma perspectiva de caráter único e excepcional dos crimes atribuídos a Eichmann". Em 23 de junho de 1960, o CSNU adotou uma resolução na qual ele reconheceu a "preocupação das pessoas em todos os países de que Eichmann deveria ser julgado pela justiça apropriada", enquanto também afirmava que tais atos "afetam a soberania de um Estado Membro e, portanto, causa tensão internacional e pode, se repetido, colocar em risco a paz e a segurança internacional". O caso foi considerado encerrado depois de uma declaração conjunta publicada pelos dois países em 3

...PARTE V: Superando a lacuna...

de agosto de 1960. UNSC, [Question Relating to the Case of Adolf Eichmann](#) [A Questão Referente ao Caso de Adolph Eichmann (23 de junho de 1960), Documento da ONU S/RES/138 (1960); CSNU, [Chapter VIII: Consideration of Questions Considered by the Security Council under its Responsibility for the Maintenance of International Peace and Security](#) [Capítulo VIII: Considerando as Questões Consideradas pelo Conselho de Segurança sob sua Responsabilidade de Preservar a Segurança e a Paz Internacional], *Repertoire of the Practice of the Security Council* [Repertório das Práticas do Conselho de Segurança] (1959– 1963): p. 161; [Attorney General v. Adolf Eichmann](#) [A Procuradoria Geral contra Adolf Eichmann] (1962), Tribunal Distrital de Jerusalém, Israel nº 40/61.

- 404** Anistia Internacional, [Chile: 40 years on from Pinochet's coup, impunity must end](#) [Chile: 40 anos do golpe do Pinochet, a Impunidade deve acabar], Notícias da Anistia Internacional (9 de outubro de 2013).
- 405** ACNUR, *'The State of The World's Refugees 2000: Fifty Years of Humanitarian Action'* [O Estado dos Refugiados do Mundo 2000: Cinquenta anos de Ação Humanitária] (Oxford: Oxford University Press, 2000): pp. 126–127.
- 406** Poder Judiciário, Tribunais e Cortes do Reino Unido, [The Supreme Court](#) [O Supremo Tribunal], website.
- 407** AGNU, [Convention against Torture and Other Cruel, Inhuman or Degrading Treatment or Punishment](#) [Convenção contra a Tortura e Outros Tratamentos Cruéis, Desumanos e Degradantes] (10 de dezembro de 1984), UNTS volume 1465, nº 24841, artigos 2 e 5.
- 408** [Regina v. Bartle and Regina v. Evans](#) [Regina contra Bartle e Regina Contra Evans] (1999), Câmara dos Lordes (em recurso ao Tribunal Divisional da *Queen's Bench Division*). Consulte também: Robert Dubler SC e Matthew Kalyk, *'Crimes Against Humanity in the 21st Century: Law, Practice and Threats to International Peace and Security'* [Crimes contra a humanidade no século XXI: direito, prática e ameaças à paz e à segurança internacional] (Boston, MA: Brill, 2018): p. 1001–1002. Antes da promulgação da Lei de Reforma Constitucional de 2005 e a criação resultante da Suprema Corte do Reino Unido, os 12 juizes com mais tempo de magistratura, denominados Lordes dos Recursos em comum ou "Lordes da Lei" reuniram-se na Câmara dos Lordes, tornando a Câmara dos Lordes a mais alta corte de recursos no Reino Unido. Tribunais, Cortes e Judicário do Reino Unido, "a Suprema Corte".
- 409** Jonathan Power, *'The Pinochet Case'* ['O Caso Pinochet'], em *'Ending War Crimes, Chasing the War Criminals'* [Encerrando Crimes de Guerra: Perseguindo Criminosos de Guerra] (Leiden: Brill Nijhoff, 2017): p. 90–92.
- 410** HRW, *'Q&A: The Case of Hissène Habré'* [Perguntas e Respostas: O Caso de Hissène Habré].
- 411** [Ministère Public v Hisssein Habré](#) [O Ministério Público contra Hisssein Habré] (2016), Câmaras Extraordinárias Africanas. Um recurso subsequente foi indeferido em 2017 e o Tribunal ratificou o julgamento anterior. [The Prosecutor v Hisssein Habré](#) [O Promotor contra Hisssein Habré] (2017), Extraordinary African Chambers [Câmara Extraordinária Africana]. Habré morreu em agosto de 2021.
- 412** Isso inclui as reclamações iniciadas e os julgamentos finalizados.

...PARTE V: **Superando a lacuna...**

- 413** Langer e Eason, 'The Quiet Expansion of Universal Jurisdiction' [A Expansão Silenciosa da Jurisdição Internacional], p. 785. Houve 503 casos entre 1998 e 2007 e 342 casos entre 1988 e 1997.
- 414** Ibid. Trinta e quatro casos de jurisdição universal foram finalizados entre 2008 e 2017.
- 415** TRIAL International, [Universal Jurisdiction Annual Review 2021: A year like no other? The impact of coronavirus on universal jurisdiction](#) [Avaliação anual da Jurisdição Internacional de 2021: um ano como nenhum outro? O impacto do coronavírus na jurisdição universal] (abril de 2021): p. 13. Em termos de acusações: 81 foram acusações de crimes contra a humanidade; 76 por crimes de guerra; 40 por tortura; e 18 por genocídio. Por região de comissão, foram registrados 14 casos na África Central e Oriental, 11 no Leste da África, no Chifre da África (Nordeste Africano) e nos Grandes Lagos, três no Sul da África, três nas Américas, cinco na Ásia e no Pacífico, dois na Europa, 30 no Oriente Médio e Norte da África e um caso civil de jurisdição internacional julgado nos Estados Unidos (Nota: O caso de Mahamat Nouri inclui tanto o Chade eo Sudão como os "países de comissão").
- 416** Anistia Internacional, '[Universal jurisdiction: A preliminary survey of legislation around the world, 2012 update](#)' [Jurisdição Universal: uma pesquisa preliminar sobre a legislação ao redor do mundo, atualização de 2012], Relatório (2012): p.1. No entanto, algumas jurisdições impõem limitações, inclusive guardando a aplicação das leis exclusivamente para situações nas quais o Estado deve aplica-la por lei ou somente em circunstâncias nas quais o Estado no qual o crime foi cometido não deseja ou não pode julgar o caso. Kevin Jon Heller, '[What Is an International Crime? \(A Revisionist History\)](#)' [O Que é um Crime Internacional? (Uma História Revisionista)], *Harvard International Law Journal* 58, nº 2 (primavera de 2017): pp. 40–41.
- 417** Treze países ao redor do mundo têm programas especializados estabelecidos para investigar e julgar crimes de guerra, crimes contra a humanidade e genocídio, além de negar asilo aos infratores: Bélgica; Canadá; Croácia; Dinamarca; França; Alemanha; Holanda; Noruega; África do Sul; Suécia; Suíça; o Reino Unido; e os Estados Unidos. Devika Hovell, '[The Authority of Universal Jurisdiction](#)' [A Autoridade da Jurisdição Universal], *European Journal of International Law* 29, no. 2 (23 July 2018): p. 448; Orchard, '[International, Regional, and Domestic Mechanisms to Hold States to Account for the Causes of Forced Displacement](#)' [Mecanismos Nacionais, Regionais e Internacional para Responsabilizar os Estados pelas Causas do Deslocamento Forçado], p.22. Embora a configuração das unidades varie, algumas possuem unidades de polícia especializada, de julgamento ou de imigração, as quais se dedicam aos crimes interacionais. Em alguns casos, como a Dinamarca e o Reino Unido, funcionários específicos se dedicam a crimes internacionais graves. HRW, [The Long Arm of Justice: Lessons from Specialized War Crimes Units in France, Germany, and the Netherlands](#) [O Grande Braço da Justiça: Lições apreendidas das Unidades Especializadas de Crimes de Guerra na França, Alemanha e Holanda], Relatório (setembro de 2014).
- 418** Langer e Eason, '[The Quiet Expansion of Universal Jurisdiction](#)' [A Expansão Silenciosa da Jurisdição Universal], pp 781–782.
- 419** Ibid., pp. 781, 792–795.
- 420** Ibid., pp. 793–796; Time de Investigação para Promover a Responsabilização por Crimes Cometidos por Da'esh/ISIL (UNITAD), [Harnessing Technology to Deliver Justice for War Crimes, Crimes against Humanity and Genocide](#) [Aproveitando a Tecnologia para Aplicação da Justiça para Crimes de Guerra, Crimes contra a Humanidade e Genocídio].

...PARTE V: Superando a lacuna...

- 421** TRIAL International, 'Universal Jurisdiction Annual Review 2021' [Avaliação Annual da Jurisdição Internacional], pp. 46–51.
- 422** De acordo com Langer e Eason, a maior parte dos réus que foram julgados com base na jurisdição internacional solicitaram status de asilo no Estado que os julga antes do início do julgamento contra eles. Langer e Eason, 'The Quiet Expansion of Universal Jurisdiction' [A Expansão Silenciosa da Jurisdição Universal], p. 797.
- 423** TRIAL International, 'Universal Jurisdiction Annual Review 2019' [Avaliação Annual da Jurisdição Universal de 2019], p. 9.
- 424** Ibid., p. 7.
- 425** Jenna B. Russo, 'R2P in Syria and Myanmar: Norm Violation and Advancement' [R2P na Síria e Mianmar: Violação da Norma e Avanços], *Global Responsibility to Protect* 12, nº 2 (maio de 2020): p. 219; AGNU, [International, Impartial and Independent Mechanism to Assist in the Investigation and Prosecution of Persons Responsible for the Most Serious Crimes under International Law Committed in the Syrian Arab Republic since March 2011](#) [Mecanismo Independente, Imparcial e Internacional para Assistir na Investigação e Julgamento de Pessoas Responsáveis pelos Crimes Mais Graves nos termos da Lei Internacional cometidos na República Árabe da Síria desde março de 2011] (21 de setembro de 2016), Documento da ONU A/RES/71/248; IIIM, [International, Impartial and Independent Mechanism](#) [Mecanismo Independente, Imparcial e Internacional], website. Esse foi sustentado por uma votação de 105 contra 15, com 52 abstenções. Russo, 'R2P in Syria and Myanmar' [R2P na Síria e Mianmar], p. 219.
- 426** IIIM, [Mandate](#) [Mandato], website.
- 427** AGNU, 'International, Impartial and Independent Mechanism to Assist in the Investigation and Prosecution of Persons Responsible for the Most Serious Crimes under International Law Committed in the Syrian Arab Republic since March 2011' [Mecanismo Independente, Imparcial e Internacional para Assistir na Investigação e Julgamento de Pessoas Responsáveis pelos Crimes Mais Graves nos termos da Lei Internacional cometidos na República Árabe da Síria desde março de 2011], parágrafo 30. Essa foi a primeira investigação encomendada pela Assembleia Geral desde 1999, quando a Assembleia Geral solicitou ao Secretário Geral e ao Alto Comissário de Direitos Humanos da ONU que investigasse minuciosamente os relatórios de assassinatos em massa de prisioneiros de guerra e civis, de estupro e tratamento cruel no Afeganistão. AGNU, [Question of Human Rights in Afghanistan](#) [a Questão dos Direitos Humanos no Afeganistão] (29 de fevereiro de 2000), Documento da ONU A/RES/54/185.
- 428** O número de mortos aumentou na última década. De 2006 a 2010, o HRC autorizou sete comissões em quatro países/territórios. Ao longo da década seguinte, o HRC autorizou 32 comissões e missões para eventos em 18 Estados/territórios ou situações regionais. ACNUDH, [International Commissions of Inquiry, Fact-Finding Missions: Chronological List](#) [Comissões Internacionais de Inquértios e Missões de Averiguação de Dados: Lista Cronológica], ACNUDH, Biblioteca do Banco de Dados.

...PARTE V: Superando a lacuna...

- 429** Para mais informações sobre esses e documentos relatos, consulte: ACNUDH, [International Commissions of Inquiry, Fact-Finding Missions: Mandating Authority](#) [Comissões Internacionais de Inquértios e Missões de Averiguação de Dados: Autoridade Mandatária], ACNUDH, Biblioteca do Banco de Dados.
- 430** ACNUDH, [Independent Investigative Mechanism for Myanmar](#) [Mecanismo Investigativo Independente], website do HRC. O objetivo do Mecanismo existe é utilizar as informações fornecidas pela missão internacional de averiguação de dados em Mianmar autorizada previamente. A conexão explícita com os julgamentos entram em conflito com resoluções do HRC autorizando análises dos direitos humanos. Consulte, por exemplo: HRC, [Situation of human rights in Belarus in the run-up to the 2020 presidential election and in its aftermath](#) [a Situação dos Direitos Humanos na Bielorrússia na preparação da eleição presidencial de 2020 e as consequências dessa] (24 de março de 2021), Documento da ONU A/HRC/46/20.
- 431** CSNU, [Res. 2379](#) [Resolução 2379] (21 de setembro de 2017), Documento da ONU S/RES/2379 (2017).
- 432** Especificamente, os ataques contra a comunidade Yazidi na região de Sinjar e o assassinato em massa de cadetes e militares desarmados em 2014 na Academia Tikrit Air. CSNU, [Sixth Report of the Special Adviser and Head of the United Nations Investigative Team to Promote Accountability for Crimes Committed by Da'esh/Islamic State in Iraq and the Levant](#) [Sexto relatório do Conselheiro Especial e Chefe da Equipe de Investigação da ONU para promover a responsabilização por Crimes cometidos por Da'Esh/ Estado Islâmico no Iraque e no Levante] (3 de maio de 2021), Documento da ONU S/2021/419, p. 2. Em junho de 2021, Karim A. A. Khan tomou posse como promotor do TPI.
- 433** Incluindo tribunais individuais e juízes investigadores para fortalecer a capacidade nacional de armazenar e preservar as evidências e o desenvolvimento de arquivos do caso como uma base para ações penais futuras. *Ibid.*, pp. 15–17.
- 434** *Nadia's Initiative* [Iniciativa da Nadia], [Nadia Murad Addresses UN Security Council at UNITAD Briefing](#) [Nadia Murad Aborda o Conselho de Segurança da ONU no Briefing da UNITAD] [Vídeo] (10 de maio de 2021).
- 435** *Ibid.*
- 436** Essas são algumas das sugestões para melhorar a responsabilização, conforme sugerido por Theodor Meron, jurista renomado e ex-juiz dos tribunais internacional para ex-Iugoslávia e Ruanda. Meron, 'Closing the Accountability Gap' [Solucionando a lacuna de Responsabilização], pp. 434,440, 450–451.
- 437** *Ibid.*, p. 442.
- 438** *Open Society Foundations* [Fundações de uma Sociedade Aberta], [Talking Justice: The Long Road to the Extraordinary African Chambers](#) [Falando sobre Justiça: o Longo Caminho até as Câmaras Extraordinárias Africanas] [Podcast] (26 de abril de 2016).

CONCLUSÃO: Refletindo sobre o Passado e Olhando para o Futuro

- 1 Ela e seu marido tinham uma empresa de venda de frutas no atacado antes de fugir para o Líbano no início da guerra civil. Até 2014, eles tinham acabado com suas economias e estavam vivendo em um acampamento informal no *Bekaa Valley*. A casa deles, como a de muitos outros, era uma tenda com goteiras frequentes. Ela havia perdido a esperança de voltar e considerava a educação de seus filhos a maior das urgências. Conversa com o(a) autor(a), 2014. Eles não quiseram ser identificados por seus nomes.
- 2 Estados frágeis são aqueles que estão expostos aos riscos mas não tem capacidade suficiente de absorvê-los e gerenciá-los. Isso pode levar à violência, desigualdade, degradação ambiental, instabilidade política e deslocamento forçado. Em 2018, a AOD bilateral total em contextos frágeis totalizava \$76 bilhões, quase duas vezes o montante de investimento direto estrangeiro (FDI) e “dois-terços do valor das remessas”. Para os membros do CAD, 63% da AOD líquida passível de alocação de seu país foi gasta em contextos frágeis. OCDE, ‘*States of Fragility 2020*’ [‘Estados de Fragilidade de 2020’], Relatório (2020), Parte I: ‘The state of fragility in 2020’ [‘O estado da fragilidade em 2020’].
- 3 Discutido nas Partes IV e V.
- 4 Conversa com o(a) autor(a) no Fórum Global de Refugiados em Genebra, 16–18 de dezembro de 2019.

Índice

A

Abordagens abrangentes

- Plano de Ação Abrangente
- Primeira Conferência Internacional sobre refugiados da Indochina
- Conferência Internacional sobre Refugiados da América Central (CIREFCA)
- Conferências Internacionais sobre Assistência a Refugiados na África (ICARA I e ICARA II)
- Estrutura Regional de Proteção e Soluções Abrangentes (MIRPS)
- Segunda Conferência Internacional sobre refugiados da Indochina

Acadêmicos, parcerias

- Construindo Evidências sobre Deslocamento Forçado
- Colaboração, meios para melhorar
- Crescimento nos estudos acadêmicos
- Literatura sobre deslocamento forçado

Acordos de mobilidade

- Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento (IGAD), proposta 2020
- Paquistão, visto flexível proposto
- Protocolo relativo à livre circulação de pessoas, residência e estabelecimento da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO)
- Protocolos regionais de livre circulação, Caribe
- Reviver o passaporte Nansen

Acordos de Paz de Dayton 1995

Acordos de Paz de Evian

Acordos de Paz de Paris (1991)

Admissão, barreiras físicas para refugiados e migração

- Austrália
- Tribunal de Justiça Europeu
- Hungria
- Israel

Estados Unidos da América

Afganistão/Afegãos

- Fuga de refugiados para o Irã e Paquistão
- Deslocados internos
- Política nacional
- Taxas de reconhecimento de refugiados
- Refugiados

África

- Efeito dos refugiados nos meios de subsistência e bem-estar
- Deslocamento forçado
- Investigações do TPI
- ISIL e grupos afiliados
- Integração local
- Número de refugiados entre 1975 e 1990
- Migrações de história pré e antiga
- Regresso dos refugiados aos seus países na sequência das guerras civis pós-independência

África do Sul

África Subsaariana

Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados (UNRRA)

- Orçamento
- Morte
- Repatriação forçada de cidadãos soviéticos
- Mandato
- Vista dos Estados Unidos
- Repatriação voluntária, papel

Agência Multilateral de Garantia de Investimentos (MIGA)

Agenda para a Humanidade

Agenda para Proteção 2002

Agenda para a Proteção de Deslocados

- Transfronteiriços no Contexto de Desastres e Mudanças Climáticas

Agressão, crime de

Airbnb, programa Open Homes

- Ajuda externa, quantia dada por países de alta renda
- Ajuda humanitária de emergência
- Albaneses, voo do Kosovo
- Al-Bashir, Omar
- Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR)
 - Aga Khan, Príncipe Sadruddin
 - Goedhart, Gerrit Jan van Heuven
- Argélia, guerra de independência
- Alemanha
 - Requerentes de asilo e refugiados em 2015
 - Convenção sobre o Estatuto dos Refugiados vindos da Alemanha (1938)
 - Alemães étnicos, voo da Europa Oriental e Central para a Alemanha após a Segunda Guerra Mundial
 - Ministério Federal de Assuntos Econômicos e Energia
 - Fuga de refugiados judeus de Câmaras Alemãs de Indústria e Comércio (DIHK), Impacto no mercado de trabalho após a chegada de refugiados entre 2014 e 2015
 - Integração de refugiados na força de trabalho
 - Reassentamento de sobreviventes do Holocausto
- Alfabetização, entre crianças e jovens deslocados à força
- Allende, Salvador
- Al-Mahdi, Ahmed
- Alsácia-Lorena, deslocamento de francófonos, judeus e ciganos de
 - Al Shabab, Somália
- Alto Comissário para Refugiados
 - Liga das Nações
 - Nações Unidas
- Ambição 2030
- Américas, acordos de livre circulação nas
- América Central
 - 1984, Colóquio sobre a Proteção Internacional dos Refugiados em
 - Conflito
 - Iniciativa Nansen
 - Plataforma sobre Deslocamento em Desastres (PDD)
 - Retorno dos refugiados
 - Revoluções
 - Contrabando e tráfico de pessoas e drogas
- América do Norte
 - Iniciativa Nansen e o PDD
- América Latina,
 - Acolhimento de refugiados espanhóis
- Declaração de Cartagena (1984)
- Deslocamentos
- Educação para crianças refugiadas
- Efeito dos refugiados no mercado de trabalho local em
- Tradição asilar latino-americana
- Tratado de Direito Penal (1889)
- Reassentamento de refugiados após a Segunda Guerra Mundial
- Retorno de refugiados
- América do Sul. (Ver América Latina)
- Amin, Idi
- Anistia Internacional
- Anatólia (Turquia)
- Antigo Oriente Próximo
- Angola
 - Luta de descolonização
 - Guerra Colonial Portuguesa
- Apelos humanitários
- Apoio psicossocial, para pessoas deslocadas
- Argentina
 - Reassentamento de refugiados judeus na década de 1930
 - Reassentamento de refugiados após a Segunda Guerra Mundial
- Armênios
 - Expulsão da Turquia
 - Assentamento no Líbano e na Síria
- Aquecimento climático
- Ásia
 - Deslocamentos durante a Segunda Guerra Mundial
 - Rotas de migração para pessoas afetadas por desastres
 - Refugiados entre 1975 e 1990
 - Refugiados durante a década de 1990
- Assembléia Geral
- Assembleia Geral das Nações Unidas.
 - (Ver Assembleia Geral)
- Assimilação em novas comunidades nacionais
- Assistência humanitária
- Assistência Oficial ao Desenvolvimento (AOD)
- Assírios
- Assistência alimentar
- Assírio-caldeus
- Asilo
 - A Convenção de 1951 relativa ao Estatuto dos Refugiados
 - História antiga

- Ideais subjacentes definitivos
- Formas iniciais
- Tratados de extradição
- Pequena era do gelo
- Idade Média–Início da Era Moderna
- nacionalismo
- Perseguição. Ver perseguição
- Político
- Princípio de não repulsão
- Termos negociados pelos refugiados
- Políticas restritivas
- Direito de procurar
- Papel das instituições não governamentais
- Escravidão
- Aplicação irregular
- Associação Internacional de Desenvolvimento (AID)
- Ativos congelados
 - Aevolução de bens apreendidos ao país de origem
 - Como fonte de fundos para ajuda humanitária
- Austrália
 - Políticas de asilo
 - Processamento offshore de requerentes de asilo
 - Operação Fronteiras Soberanas
 - Reassentamento de refugiados após a Segunda Guerra Mundial
 - Vistos de trabalho e educação para ilhéus do Pacífico
- Áustria
 - Requerentes de asilo
- Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento (IGAD), Protocolo de Livre Circulação
- Avaliações. (Ver avaliações de impacto)
- Avaliações de impacto
 - Em contextos de deslocamento forçado
 - De programas humanitários
- Awami
- Azerbaijão
 - Trabalho autônomo entre refugiados e deslocados internos

B

- Baía de Guantánamo
- Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), Mecanismo de Apoio à Transição (TSF)
- Banco Europeu de Investimento (BEI), apoio ao Jobs Compact

- Banco Europeu de Reconstrução e Desenvolvimento (BERD)
- Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)
- Banco Islâmico de Desenvolvimento (IsDB)
- Bancos Multilaterais de Desenvolvimento (BMDs)
 - Plataforma de Coordenação sobre Migração Econômica e Deslocamento Forçado
 - Mecanismos para fornecer fundos
 - Promessas de financiamento para refugiados e comunidades anfitriãs
- Banco Mundial
 - Índice de Facilidade de Fazer Negócios
 - Mecanismo Global de Financiamento Concessional (GCFF)
- Programa Global sobre Deslocamento Forçado (GPFD)
- Doações e empréstimos
- Associação Internacional de Desenvolvimento (AID)
- Biblioteca de Microdados (MDL)
- Bangladesh
 - Estudo de mercado Cox's Bazaar
 - Tribunal Internacional de Crimes
 - Jamaat-e-Islami
 - Acusação de crimes de atrocidade
 - Refugiados Rohingya
 - Guerra entre leste e oeste do Paquistão
 - Programas de saúde do Banco Mundial para refugiados Rohingyas
- Ban Ki-moon
- Barqueiros vietnamitas
- Barreiras físicas
- Bélgica
- Belize
- Bem-estar
 - Impacto do deslocamento forçado
- Biden, Joe, Presidente
- Bósnia, conclusões do ICTY
- Bósnia-Herzegovina
 - Câmara de Crimes de Guerra
- Brasil
 - Reconhecimento dos venezuelanos como refugiados
 - Reassentamento de refugiados após a Segunda Guerra Mundial
- Bulgária
 - Turcos étnicos
 - Esquema de empréstimo para ajudar a resolução

de refugiados de guerra dos Balcãs 1926
 Taxas de reconhecimento de refugiados
 de requerentes de asilo afegãos

Birmânia

Burundi

Refugiados na Tanzânia

C

Camboja

Câmaras Extraordinárias nos Tribunais do
 Camboja (ECCC)
 Regime do Khmer Vermelho
 Processo criminal nacional
 Retorno dos cambojanos

Camarões

Campos de refugiados

Coleta de dados de saúde

Canadá

Critérios humanitários e compassivos para
 permitir a permanência de estrangeiros
 Naturalização de refugiados
 Reassentamento de refugiados após a
 Segunda Guerra Mundial
 Programas de patrocínio

Carta das Nações Unidas

Casamento forçado

Como crime de guerra

Católicos

Conexões de telefone celular

Conferência de Evian (1938)

Conselho Econômico e Social (ECOSOC)

Comitê Ad Hoc

Convenção de Refugiados, 1951. (Ver Convenção
 relativa ao Estatuto dos Refugiados (Convenção de
 1951))

Chade

Acusação de crimes de atrocidade

Chade, Lago

Efeito das mudanças climáticas

Condições climáticas extremas e deslocamento
 ao redor

Carta de Boas Práticas sobre o Papel do Setor

Privado na Integração Econômica de Refugiados
 (Câmara de Comércio Internacional)

Chile

Educação para crianças refugiadas

China

Guerra de fronteira entre o Vietnã e China

Deslocamentos durante a guerra sino-japonesa

Deslocamentos durante a Segunda Guerra Mundial

Chinês étnico no sul do Vietnã em 1977–1979

Invasão do Japão

bordagem preventiva aos cuidados de saúde

Reassentamento de refugiados judeus na década
 de 1930

China, República Popular da

China, República da

CIREFCA (Conferência Internacional sobre Refugiados
 da América Central) (1989)

Cidades

Cidadania

Clima, capacidades de adaptação, envolvimento
 das comunidades afetadas

Clima, conflito e manutenção da paz

Causa

Evidência

Mitigação de risco

Conselho de Segurança

Somália

Clima, deslocamento e desenvolvimento

Dados

Exemplos de

Caso do Comitê de Direitos Humanos

Cenários futuros potenciais

Efeitos de início lento

Desastres de início súbito

Coaligação para um Tribunal Penal Internacional (CICC)

Colômbia

Educação para crianças refugiadas

Educação dos venezuelanos

Efeito de deslocados forçados na participação no
 mercado de trabalho

Facilitação da criação de empregos e crescimento
 econômico

Deslocamento interno

Kiva (financiador coletivo) empréstimos a mutuários

Permissão Especial de Permanência (PEP)

Mudanças de política para venezuelanos
 deslocados

Refugiados

Somos Campanha Panas (Somos Amigos)

Status de proteção temporária para venezuelanos

Venezuelanos

Comissão Europeia, Plano de Ação sobre Integração
 e Inclusão 2021–2027

- Comissão de Mulheres Refugiadas (WRC)
- Comunidades de acolhida
 - Sistemas de gestão educacional
 - Efeitos do emprego de refugiados em salários e empregos
 - Impacto do deslocamento e conflito em
 - Desenvolvimento inclusivo em
 - Impedimentos legais à autossuficiência dos refugiados
- Capital humano de deslocados forçados e comunidades anfitriãs
 - Coleta de dados sobre populações deslocadas
- Comitê Consultivo Jurídico Asiático-Africano (AALCC)
- Comunismo
- Complementaridade, princípio de
- Conferência de Plenipotenciários
- Conferência de Yalta
- Conferência Sul-Americana sobre Migração 2018
 - Armado
 - Mudanças climáticas
 - Educação de crianças em países afetados por conflitos
 - Problemas de saúde
 - Impactos nas comunidades anfitriãs
- Conselho de Segurança
 - Sanções econômicas coletivas
- Conselho Europeu para Refugiados e Exilados (ECRE)
- Contras, os (contra-revolucionários)
- Controles de fronteira
- Convenção Contra a Tortura (CAT)
- Convenção da União Africana para a Proteção e Assistência a Pessoas Deslocadas Internamente na África (Convenção de Kampala)
- Convenções de Genebra
- Convenção de Genocídio
- Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC), Força-Tarefa sobre Deslocamento (TFD)
- Convenção sobre o Estatuto dos Refugiados vindos da Alemanha (1938)
- Convenção sobre a Prevenção e Punição do Crime de Genocídio (Convenção do Genocídio)
- Convenção sobre o Estatuto Internacional dos Refugiados (1933)
- Convenção relativa ao Estatuto dos Refugiados (Convenção de 1951)
 - e o Protocolo de 1967
- Definição de refugiado
- História do draft
- Ideais de
- Integração de refugiados
- Cooperação internacional
- Princípio de não-repulsão
- Obrigações dos Estados
- Realização progressiva de direitos
- Referência em quadros regionais
- Repatriação
- Interpretações restritivas
- Papel dos refugiados na elaboração
- Escopo
- Orientação sexual e/ou identidade de gênero, perseguição com base
- Limitações temporais e geográficas
- Papel de supervisão do ACNUR
- Coordenador de Ajuda de Emergência (ERC)
- Costa Rica
 - Educação para crianças refugiadas
- Conselho da Europa
- Conselho Econômico e Social (ECOSOC)
 - Comitê Ad Hoc
- Contra-Reforma
- Coreia do Sul, taxas de reconhecimento de refugiados
- COVID-19
 - acesso a serviços regulares de saúde
 - efeito sobre pessoas deslocadas à força e deslocamento
 - financiamento humanitário
 - Impacto na educação
 - Impacto nos países anfitriões
 - Implicações para o financiamento
 - Organizações de refugiados
- Crimes de atrocidade
- Croácia
 - Expulsão da minoria sérvia
- Cubanos
- Cúpula Humanitária Mundial (2016)
- Cúpula Mundial (2005)
 - Primeira Guerra Mundial e suas consequências
 - Colapso dos impérios
 - Limpeza étnica e expulsões em massa
 - Crescimento de agências de socorro
 - Regime de proteção internacional, surgimento de
 - Número de deslocados à força
 - Respostas ao deslocamento forçado

Retornos
Pessoas deslocadas à força e apátridas russas
Cruz Vermelha

D

Dados

Acessibilidade
Grupo de Especialistas de Refugiados e Pessoas Deslocadas Internamente (EGRIS)
Lacunas
Coleção harmonizada
Painel de alto nível em deslocamento interno
Biodados individuais
Centro Conjunto de Dados sobre Deslocamento Forçado (JDC)
Avaliações conjuntas de necessidades
Bibliotecas de microdados
Registo civil nacional e sistemas de estatísticas vitais
População
Registro
Responsabilidade
Socioeconômico
Fortalecimento das capacidades
Déby, Idriss
Declaração de Alma-Ata
Declaração de Cartagena sobre Refugiados (1984)
Afirmção da Convenção de Refugiados de 1951
Pedido aos venezuelanos
Contexto
Definição de refugiado
Precursor
Desafio de Energia Limpa
Descolonização resolução da Assembleia Geral 1960
Deslocados Internos (IDPs)
Induzida pelo clima
Estrutura de Soluções Duráveis para (Estrutura do IASC)
Desafios da educação
Exclusão da Convenção de 1951
Princípios Orientadores sobre Deslocamento Interno
Painel de alto nível sobre deslocamento interno
Comissão Independente sobre Questões Humanitárias Internacionais
Comitê Permanente Interinstitucional (IASC)

Coordenação internacional
Quadro normativo. (Ver Princípios Orientadores sobre Deslocamento Interno (1998)
Registro de
Representante do Secretário-Geral das Nações Unidas para os Direitos Humanos dos Deslocados Internos
Direitos
Soluções
Revisão de todo o sistema das Nações Unidas
Retorno
Deslocamento forçado
Literatura acadêmica
Chegada de refugiados na Europa em
Causas
Custos
Países em conflito
Abordagens centradas no desenvolvimento
Histórico de resposta
Impactos nas comunidades anfitriãs
Soluções
Análise de tendências
Tendências desde 2010
Deng, Francisco
Dinamarca
Confederação da Indústria Dinamarquesa
Efeito dos refugiados no emprego e nos salários dos trabalhadores nativos
Enviado Especial para Migração
Diretiva de Qualificação da União Europeia (2005)
Disposições de estadia sem visto da Comunidade do Caribe (CARICOM)
Doenças transmissíveis
Depressão, prevalência em refugiados
Desenvolvimento. (Ver também inclusão econômica; Educação; saúde)
Agenda 2030
Deslocados à força, inclusão em planos nacionais de desenvolvimento
Capital humano
Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
Financiamento do desenvolvimento. (Ver também Financiamento)
Banco Africano de Desenvolvimento (BAD)
Mecanismo de Apoio à Transição (TSF)
Aplicação de
Informações disponíveis sobre

Apoio ao orçamento
 Bulgária pós-guerras balcânicas
 Camarões
 Chade
 Colômbia
 Financiamento concessional. (Ver financiamento)
 Comitê de Ajuda ao Desenvolvimento (DAC)
 Educação
 Programa de Oportunidades Econômicas da Etiópia
 Banco Europeu para Reconstrução e o Desenvolvimento (BERD)
 Banco Europeu de Investimento (BEI)
 Mecanismo de Financiamento Concessional Global
 Programa Global sobre Deslocamento Forçado (GPDF)
 Grécia após a Guerra Greco-Turca (1920)
 Renda nacional bruta
 Cuidados de saúde
 Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)
 Mecanismos específicos da Associação Internacional de Desenvolvimento (AID)
 Financiamento de projetos de investimento
 Jordânia
 Líbano
 Mauritânia
 Plataforma de Coordenação do Banco Multilateral de Desenvolvimento
 Níger
 Rede Internacional da OCDE sobre Conflito e Fragilidade (INCAF)
 Impacto da política
 República do Congo
 Dados sistemáticos e comparáveis
 Uganda
 Grupo Banco Mundial
 Desastres
 estruturas de deslocamento
 Plataforma sobre Deslocamento em Desastres (PDD)
 Estrutura de Sendai sobre Redução de Risco de Desastres (2015)
 Início súbito
 Doadores bilaterais
 Doenças
 Transmissível
 Tastreamento epidemiológico de surtos de doenças
 Não transmissível

Prevenção de doenças transmissíveis
 Djibuti
 Djibrine, Mahamat
 Dominicanos afetados pelo furacão Maria (2017)
 Duque, Presidente

E

Édito de Alhambra, 1492
 Europa Oriental
 Equador
 Educação para crianças refugiadas
 Efeito dos venezuelanos deslocados no mercado de trabalho
 Educação
 Acesso
 Acreditação
 Estudos de caso, inclusão
 Certificados
 Coordenação, parceiros internacionais
 COVID-19, efeito
 Dados
 Taxas de abandono
 Casamento precoce e falta de
 Qualificações educacionais de refugiados e deslocados internos
 Fundo Educação Não Pode Esperar
 Sistemas de gestão educacional
 Programas de educação
 Taxas de matrícula, estatísticas comparativas
 Evolução em contextos de deslocamento forçado
 Financiamento. (Ver financiamento para o desenvolvimento e financiamento humanitário)
 Financiamento para educação inclusiva
 Coalizão Global para Proteger a Educação de Ataques
 Pacto Global sobre Refugiados
 Estratégia Global de Educação
 Programas de educação humanitária
 Financiamento humanitário
 Impacto do COVID-19
 Impacto nos lucros
 Impacto do deslocamento forçado
 Importância para o desenvolvimento humano
 Desafios de inclusão
 Suporte à inclusão
 Autoridade Intergovernamental para Desenvolvimento (IGAD), promessa de inclusão

- Mecanismo Financeiro Internacional para Educação
 - Resultados de aprendizagem
 - Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
 - Iniciativas lideradas nacionalmente
 - Parcerias
 - Pobreza, efeito na frequência e aprendizagem
 - Em campos de refugiados
 - Entrega remota
 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
 - Inclusão sustentável
 - Estratégia Global de Educação do ACNUR
 - Nações Unidas, Nosso Futuro Comum
 - Declaração Universal dos Direitos Humanos
 - Educação primária universal, progresso para
 - Egito
 - Educação para crianças refugiadas sírias
 - Fronteira fortificada entre Israel
 - Eichmann, Adolf
 - El Salvador
 - Conflito civil
 - Sistemas de proteção de refugiados
 - Retorno dos refugiados
 - Eritreia
 - Estados Unidos da América
 - Financiamento do IRO
 - Legislação de imigração
 - Medidas de interdição e processamento offshore no Caribe
 - Exercícios conjuntos com autoridades mexicanas para conter o fluxo de migrantes para os EUA e requerentes de asilo
 - “Operação Proporcionar Conforto”
 - Proteção para pessoas incapazes de voltar para casa após um desastre
 - Regularização de estrangeiros
 - Reassentamento de refugiados após a Segunda Guerra Mundial
 - Reassentamento de refugiados no século
 - Sanções contra estrangeiros acusados de violações de direitos humanos e corrupção
 - Suprema Corte dos EUA, sobre práticas de devolução dos Estados Unidos em alto-mar
 - Muro entre o México e os EUA
 - Estônia, sanções contra estrangeiros acusados de violações de direitos humanos e corrupção
 - Estratégia Global de Educação
 - Etiópia
 - Década de 1980
 - Conflito entre a Frente de Libertação Popular Tigray (TPLF) e o governo etíope
 - Mortes entre refugiados e deslocados internos
 - Campos de refugiados Dollo Ado
 - Educação para crianças refugiadas
 - Programa de Oportunidades Econômicas da Etiópia,
 - Integração de refugiados
 - Deslocamento interno
 - Investimento da IKEA Foundation nos campos de refugiados Dollo Ado
 - Compacto de Empregos
 - Ditadura de Mengistu Haile Mariam
 - Proclamação de refugiados, 2019
 - Refugiados
 - Avaliação socioeconômica de comunidades deslocadas e anfitriãs
 - Refugiados somalis
 - Tensões entre a região de Tigray e o governo central
 - Europa
 - Chegada de refugiados e migrantes em 2020
 - Chegada de refugiados em 2015
 - Exemplos de asilo do século XII ao XIX
 - Exemplos de asilo no início do século XX
 - Ede de cidades
 - Chegadas de refugiados das rotas do Mediterrâneo central e ocidental
 - Taxas de reconhecimento de refugiados,
 - Evidência, importância de responder ao deslocamento forçado. (Ver também dados)
 - Eventos climáticos extremos
 - Ex-Iugoslávia,
 - Crimes de atrocidade
 - Tribunal Penal Internacional para a antiga Iugoslávia (TPIJ)
 - Extremistas, grupos armados e gangues criminosas
 - Desafios colocados à prestação de ajuda humanitária
 - Expansão
 - Estado Islâmico do Iraque e do Levante (ISIL)
 - Extremo Oriente, Tribunal Militar Internacional para o Extremo Oriente (IMTFE)
- F**
- Fascismo
 - Financiamento(Ver também) financiamento do desenvolvimento; financiamento humanitário; investimento do setor privado)

Visão geral
 Financiamento misto
 Financiamento concessional
 Financiamento coletivo
 Financiamento, outros inovadores
 Ativos congelados
 Títulos de impacto
 Correspondência
 Financiamento de resultados
 Seguro de risco
 Impostos e taxas
 Preferências comerciais
 Financiamento humanitário. (Ver também Financiamento)
 Cúpula Humanitária Mundial de 2016
 Painel de Alto Nível sobre Financiamento Humanitário
 Impacto do COVID-19
 Falta de previsibilidade
 Nível de
 Principais doadores
 Reforma e “Grande Negociação”
 Uso de ativos congelados
 FMO (Banco de Desenvolvimento Holandês), programa NASIRA
 França
 Revolução de 1789
 Políticas de refugiados na década de 1930
 Tráfico de escravos
 “Taxa de solidariedade” nas passagens aéreas
 Fórum Global de Refugiados
 Promessas
 Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF)

G

Gardi, Rez
 Gangues criminosas, redes criminosas transnacionais
 Genocídio
 Como crime internacional
 Gaddafi, Muammar
 Gibraltar, sanções contra estrangeiros acusados de violação de direitos humanos e corrupção
 Goma, República Democrática do Congo (Zaire)
 Google
 Grande Barganha
 Grã Bretanha. (Ver Reino Unido)
 Grande Depressão
 Grande Guerra. (Ver a Primeira Guerra Mundial e suas

consequências)
 Grécia Antiga, grupos de refugiados
 Grupos armados
 Grupos da sociedade civil
 Grupo de Especialistas de Refugiados e Pessoas Deslocadas Internamente (EGRIS)
 Guerra árabe-israelense, 1948
 Guerras chechenas (1994–2009)
 Guerra da Bósnia
 Guerra da Independência dos Estados Unidos 1775–1783
 Guerras dos Balcãs
 Violência de gênero
 Guerra Fria
 Guerra Greco-Turca (1919–1922)
 Transferência de população
 Grã-Bretanha. (Ver Reino Unido)
 Grécia
 Controles de fronteira
 Guerra da Independência
 Guatemala
 Conflitos civis
 Acusação por abusos de direitos humanos
 Sistema de proteção de refugiados
 Retorno dos refugiados
 Guengueng, Souleymane
 Guiné-Bissau
 Luta de descolonização
 Naturalizações de refugiados senegaleses
 Guerra Colonial Portuguesa
 Guerra do Golfo (1990–1991)

H

H&M
 Habré, Hissène
 Acusação do Senegal
 Haitianos
 Chegada nos EUA nas décadas de 1970 e 1980
 Proteção temporária
 Hitler, Adolf
 HIV/AIDS, fundo para prevenir e tratar
 Honduras
 Conflitos civis
 Sistemas de proteção de refugiados
 Hong Kong, Território Britânico
 Huguenotes, fuga da França
 Humanidade, crimes contra

Hungria

Crise de 1956

Barreiras fronteiriças reforçadas



IDP. (Ver pessoas deslocadas internamente (IDPs))

Igreja Católica

IKEA, campanha Brighter Lives for Refugees (2014–15)

Ilhas Canárias, chegada de refugiados e migrantes

Império Austro-Húngaro

Inclusão econômica

Benefícios do emprego legal para refugiados,

Desafios,

Colômbia

Descobertas consolidadas

Equador

Efeito da participação no mercado de trabalho de
refugiados e deslocados internos

Taxas de emprego de refugiados reassentados

Lacunas de evidências

Alemanha

Pacto Global sobre Refugiados

Países de alta renda

História, registro

Israel

Jordânia

Quênia

Líbano

Impacto no mercado de trabalho local, países
de baixa e média renda

Impactos no mercado de trabalho

local, países de alta renda

Refugiados, barreiras legais e obstáculos
administrativos

Direito ao trabalho, instrumentos internacionais

Ruanda

Sudão

Tanzânia

Turquia

Uganda

Estados Unidos da América

Deslocamento venezuelano

Formação profissional e de competências

Trabalho, impacto na dignidade e segurança

Insegurança alimentar

Integração local

Advocacia para, história

Desafios enfrentados pelos deslocados internos

Canadá

Colômbia

Equador

Elementos de

Pacto Global sobre Refugiados

Guiné-Bissau

Países de alta renda

Naturalização

Nigéria

Quadros normativos

Regularização

Relutância dos estados anfitriões

Restrições para refugiados

Estatísticas sobre

Fortalecimento do capital humano

Tanzânia

Turquia

Uganda

Zâmbia

Investimento do setor privado

contexto, importância de

Cox's Bazaar, Bangladesh

Facilidade de fazer negócios

Pacto Global sobre Refugiados

Investimento Humanitário e de Resiliência (HRI)

Câmara de Comércio Internacional, Carta de Boas
Práticas

Corporação Financeira Internacional (CFI)

estudos de mercado

Ruanda

Turkcell

Vodacom

Índia

Fuga de refugiados do Paquistão Oriental

Partição

Operação de socorro durante o conflito entre
o Paquistão Ocidental e Oriental

Índia britânica, divisão em Índia e Paquistão

Indochina

Integração de refugiados e deslocados internos

Interdições

Austrália

Dinamarca

Desafios legais

Retorno à Líbia

Reino Unido

Estados Unidos da América

Irã

Refugiados afegãos

Iraque,

Acesso dos refugiados à educação

Da'esh/Estado Islâmico

Comitê de Cuidados Excepcionais

Educação primária e secundária gratuita de refugiados

Estado Islâmico

Ocupação do Kuwait

Retorno dos curdos ao norte do Iraque em 1991

Refugiados sírios

Transferência das receitas do petróleo para o fundo de compensação da ONU

Israel

Condenação de Adolf Eichmann de crimes contra a humanidade e crimes de guerra

Refugiados eritreus e sudaneses

Ex-refugiados e migrantes judeus da União Soviética

Fronteira fortificada entre o Egito e Israel

Itália

Ajuda para ajudar a Líbia a proteger as fronteiras

Caso contra requerentes de asilo da Eritreia e da Somália

Chegadas de refugiados entre 2016 e 2019

Chegadas de refugiados das rotas do Mediterrâneo central e ocidental

Regularização de migrantes

Recolocação de requerentes de asilo

J

Jamaat-e-Islami

Janssen, Geert

Japão

Conquista imperialista da Manchúria

Invasão da China

Taxas de reconhecimento de refugiados

Jersey, sanções contra estrangeiros acusados de violações de direitos humanos e corrupção

Jordânia

Fazenda solar do campo de refugiados de Azraq

Política de educação para jordanianos e refugiados

Efeito de estudantes refugiados sírios na educação local

Efeito dos refugiados sírios no mercado de trabalho local

Emprego de refugiados

Facilitação da criação de empregos e crescimento econômico

Subvenções do BERD para beneficiar refugiados e comunidades de acolhimento

Pesquisas de Acesso e Utilização da Saúde

Refugiados iraquianos

Jordan Compact

Plano Estratégico de Educação da Jordânia (2018–2022)

Jordan Enterprise Development Corporation

Jordan Exports (JE)

Comissão de Investimento da Jordânia

Refugiados sírios

Trabalho por RIMP

Apoio do Banco Mundial para os setores de energia e água

K

Kaing Guek Eav

Katanga, Germain

Kaurin, Dragana

Kenyatta, Uhuru

Khan, Karim A. A

Kibeho, Tanzânia

Kiribati

Kiva (financiador coletivo), Fundo de Investimento para Refugiados

Kois (empresa de investimento de impacto)

Kosovo

Doença crônica durante a década de 1990

Voo de albaneses

Kullman, Gustave

Kurdi, Alan

Kuwait, invasão e anexação pelo Iraque

L

Laos

Larsen, Knud

Letônia, sanções contra estrangeiros acusados de violação de direitos humanos e corrupção

Liga das Nações

Comissão de Assentamento de Refugiados

Resposta aos refugiados judeus em busca de segurança na década de 1930

Resultados de aprendizagem

Uso de tecnologia
 Líbano
 Educação para crianças refugiadas sírias
 Efeito dos refugiados sírios no mercado de trabalho
 loca
 Facilidade Global de Financiamento Concessional
 Subvenções do BERD para beneficiar refugiados
 e comunidades de acolhimento
 Kiva (financiador coletivo) empréstimos a mutuários
 Refugiados
 Pesquisas sobre acesso a serviços de saúde
 Refugiados sírios
 Banco Mundial, apoio à criação de empregos
 e crescimento econômico
 Lewin, Isaac, Rabino
 Libéria
 Deslocados Internos (IDPs)
 regularização de refugiados na Nigéria
 Taylor, Carlos
 Líbia
 Detenção de migrantes e refugiados
 Políticas de externalização, apoio externo para
 dissuadir partidas, interditar navios e retornar
 migrantes
 Governo de Unidade Nacional (GNU)
 Reassentamento de refugiados
 Retorno de refugiados e migrantes
 Limpeza étnica
 Lituânia, sanções contra estrangeiros acusados de
 violações de direitos humanos e corrupção
 Lituanos, reassentamento
 Lubanga, Thomas

M

McDonald, James G
 Magnitsky, Sergei
 Malária
 Malcolm, Neil, Senhor
 Mali
 Fundo do CICV para centros médicos
 Malta, chegadas de refugiados entre 2016 e 2019
 Mauritânia
 Mar Mediterrâneo, aumento do nível do mar
 Mecanismo de Financiamento Concessional Global
 (GCFF)
 Menonitas
 México
 Miami, refugiados cubanos
 Microfinanças para refugiados e deslocados internos
 Milošević, Slobodan
 Mortes
 Entre refugiados e deslocados internos
 Doenças transmissíveis
 Taxa de mortalidade de mulheres refugiadas
 Doenças não transmissíveis
 Montt, José Efraín Ríos
 Marrocos
 Repatriação de refugiados argelinos
 Apoio recebido para reforço das fronteiras
 Mourad, Nádia
 Moçambique
 Luta de descolonização
 Guerra Colonial Portuguesa
 Repatriação de refugiados
 Mujibur-Rahman, Sheik
 Mursili III (Urhi-Teshub, rei do Império Hitita)
 Mianmar
 Lei de Cidadania (1982)
 Fuga de refugiados Rohingya
 Mecanismo de Investigação Independente para
 Mianmar
 Atos desumanos cometidos contra a população
 rohingya
 Retorno de refugiados Rohingya

N
 Nações Unidas
 Dados e análises sobre pessoas deslocadas à força
 Departamento de Assuntos Humanitários
 Programa Conjunto das Nações Unidas sobre
 HIV/AIDS (UNAIDS)
 Nosso Futuro Comum
 Revisão de organizações que prestam assistência a
 refugiados, deslocados internos e repatriados
 Nansen, Fridtjof
 Napoleão III
 Nacionalismo
 Naturalização de refugiados
 Nauru
 Nova Zelândia
 Vistos de trabalho e educação para ilhéus do
 Pacífico
 Nicarágua
 Guerra civil

Retorno dos refugiados
 Frente Sandinista de Libertação Nacional
 Níger
 Política nacional para deslocados internos
 Nigéria
 Fundo do CICV para centros médicos
 Populações de deslocados internos e comunidades anfitriãs
 Regularização de refugiados liberianos e da Serra Leoa
 Avaliação socioeconômica de comunidades deslocadas e anfitriãs
 Norte da África
 Controles de fronteira
 Noruega
 Ntaganda, Bosco
 Numeramento entre crianças e jovens deslocados à força
 Nuon Chea



OCDE

Comitê de Ajuda ao Desenvolvimento (DAC)
 Rede Internacional sobre Conflito e Fragilidade (INCAF)
 Pesquisas sobre gastos com refugiados
 Ongwen, Dominic
 Oportunidades empresariais
 Organização Consultiva Jurídica Asiático-Africano (AALCO)
 Organização Internacional de Refugiados (OIR)
 Financiamento
 Mandato
 Princípio de não repulsão
 Posição da União Soviética
 Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO)
 Organização da Unidade Africana, Convenção que Rege os Aspectos Específicos dos Problemas dos Refugiados em África (Convenção da OUA) (1969)
 Aplicação
 Contexto, eventos que levaram a
 Definição de refugiado
 Reconhecimento de grupo
 Influência em outras regiões
 Ratificações
 Reconhecimento da Convenção de 1951

Relevância para o clima e deslocamento de desastres
 Soluções
 Organizações humanitárias
 Coleta de dados sobre populações deslocadas
 Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico. (Ver OCDE)
 Organização dos Estados Americanos
 Oriente Médio
 1950–1990 deslocamento forçado
 Conflitos e deslocamento forçado
 Efeito dos refugiados no mercado de trabalho local
 Retorno dos curdos ao norte do Iraque em 1991
 Uso de software de varredura biométrica de íris

P

Pacto Global para uma Migração Segura, Ordenada e Regular (GCM)
 Pacto Global para Refugiados (GCR) (2018)
 Conteúdo e objetivos
 Paineis de Alto Nível sobre Financiamento Humanitário
 Painel de alto nível em deslocamento interno
 Países de alta renda
 Montante gasto em ajuda externa
 Gastos com educação
 Efeito dos refugiados no mercado de trabalho local
 Repartição de encargos
 Países comunistas refugiados
 Países de baixa renda
 Registro civil e sistemas de estatísticas vitais
 Gastos com educação
 Efeito dos refugiados no mercado de trabalho local
 Avaliações de impacto
 Proporção de pessoas deslocadas à força
 Países de renda média
 Registro civil e sistemas de estatísticas vitais
 Efeito dos refugiados no mercado de trabalho local
 Avaliações de impacto
 Naturalização
 Proporção de pessoas deslocadas à força
 Países do bloco oriental
 Paquistão
 Refugiados afegãos
 Kiva (financiador coletivo) empréstimos a mutuários
 Retorno ao Afeganistão de refugiados afegãos
 Apoio do Banco Mundial para serviços de saúde

- Paquistão Oriental
 - Conflito entre o Paquistão Ocidental e Paquistão Oriental
 - Retorno de refugiados do Paquistão Oriental para Bangladesh
- Palestina Madato Britânico, reassentamento de refugiados judeus na década de 1930
- Palestina, Palestina Mandato Britânico
- Panamá
- Pandemia de COVID-19
 - Dados, disponibilidade
 - Efeito de deslocamento na saúde mental
 - Comitês de Cuidados Excepcionais
 - Financiamento para a saúde
 - Práticas de distribuição de alimentos e
 - Pacto Global sobre Refugiados
 - O Fundo Global de Combate à AIDS, Tuberculose e Malária (o Fundo Global)
 - Painel de alto nível em deslocamento interno, HIV/AIDS
 - Capital humano, relacionamento
 - Impacto na capacidade de trabalhar
 - Disposição inclusiva
 - Aprendizado, desafios
 - Saúde mental, serviços
 - Taxas de mortalidade, estatísticas comparativas
 - Doenças não transmissíveis
 - Fora dos sistemas nacionais
 - Modelo de atenção primária à saúde
 - Relação ao desenvolvimento humano
 - Abuso sexual e violência familiar
 - Cuidados especializados, tratamento
 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
- Papua Nova Guiné, detenção de requerentes de asilo
- Parcerias
- Pasha, Ahmed Cevat
- Passaporte Nansen
- Paz de Westphalia (1648)
- Peru, devolução de bens apreendidos
- Perseguição
- Pessoas deslocadas à força
 - Grupos da sociedade civil
 - Consulta e envolvimento após as Grandes Guerras do século XX, (Ver dados)
 - Projeto de pesquisas e avaliações socioeconômicas domiciliares
 - Dificuldades para encontrar trabalho e iniciar empresas
- Redação da Convenção de 1951
- Impacto econômico nas comunidades anfitriãs de
- Conclusões do Painel de Alto Nível sobre Deslocamento Interno
- Rede Global Liderada por Refugiados
- Barreiras legais e/ou burocráticas ao engajamento
- Como parceiros
- Prestação de cuidados de saúde
- Organizações de refugiados e deslocados internos
- Papel no uso da jurisdição universal
- Pinochet, Augusto
- Plataforma sobre Deslocamento em Desastres (PDD)
- Políticas de externalização
 - Austrália
 - Acordo União Europeia-Turquia
 - União Europeia/Estados Europeus e Norte de África
 - Estados Unidos da América
- Polônia
 - Deslocamentos durante a Segunda Guerra Mundial em
 - Revoltas contra a Rússia e a Prússia
- Pol Pot
- Portugal
 - Cidadãos portugueses que se deslocam das antigas colônias para Portugal durante as guerras coloniais dos anos 1970
- Processos criminais. (Ver responsabilidade por crimes internacionais)
- Programas de patrocínio privado
- Princípios de Bangkok sobre Status e Tratamento de Refugiados (1966)
- Princípios Orientadores sobre Deslocamento Interno (1998)
 - Cúpula Mundial de 2005, afirmação
 - Aplicação
 - Desafios para implementação
 - Afirmação do Conselho da Europa
 - Referências da Assembleia Geral
 - Painel de alto nível sobre deslocamento interno, recomendações
 - Endosso do Conselho de Direitos Humanos
- Protocolo sobre Livre Circulação de Pessoas, Direito de Residência e Estabelecimento da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO)

Q

Quadros climáticos e de deslocamento de desastres

Convenção de 1951

Agenda para a Proteção de Deslocados

Transfronteiriços no Contexto de Desastres e Mudanças Climáticas

Acordos de livre circulação da Comunidade do Caribe (CARICOM), conflito e manutenção da paz

Declaração de Cartagena

Protocolos de livre circulação, conflito e manutenção da paz

História da influência do clima na mobilidade, conflito e manutenção da paz

Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento (IGAD)

Iniciativa Nansen sobre Deslocamento

Transfronteiriço Induzido por Desastres

Leis nacionais para proteção de pessoas incapazes de voltar para casa após um desastre
OUA, no contexto das mudanças climáticas e desastres naturais

Plataforma sobre Deslocamento em Desastres (PDD)

Propostas para novo tratado

Estrutura de Sendai sobre Redução de Risco de Desastres

Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC)

Quênia

Programas de desparasitação

Impacto econômico dos refugiados

Educação para crianças refugiadas

Voo de Somalis

Campo de refugiados de Kakuma

Campo/assentamento de refugiados de Kalobeye

Refugiados no condado de Turkana

Aprendizado remoto

Refugiados no Quênia

Refugiados em Ruanda

Refugiados em Uganda

Refugiados ruandeses

Refugiados

Durante a década de 1990

Soluções duráveis

Contribuições econômicas

Inclusão nos planos nacionais de desenvolvimento

Desenvolvimento inclusivo

Proteção internacional

Movimento em rotas inseguras

Desenho do programa

Registro de

Repatriação e retorno

Restrições ao direito dos refugiados ao trabalho

Fortalecimento do capital humano

Refugiados argelinos, repatriamento da Tunísia e Marrocos

Refugiados cristãos, nos séculos XII a XVII

Refugiados judeus

Discriminação contra deslocados

Expulsão dos reinos de Castela e Aragão

Fuga de pogroms século XX

Números crescentes na década de 1930

Agências não governamentais

Reassentamento durante as décadas de 1930–1940

Relutância do Estado em receber

Terceiro Reich

Primeira Guerra Mundial

Segunda Guerra Mundial

Registro de refugiados

Repatriamento e retorno de refugiados.

(Ver também refugiados)

Afeganistão

Argélia

Áreas de retorno, desafios em,

Bangladeche

Bósnia-Herzegovina

Camboja

América Central

Etiópia

Iraque

Kosovo

Lições aprendidas

Baixas taxas de retorno, motivos

Moçambique

Mianmar

R

Ramsés II,

Repulsão

República Democrática do Congo (RDC)

Crimes de atrocidade

Conflito

Deslocamento forçado

Fundo do CICV para centros médicos

- Quadros normativos
- Promoção
- Deslocamento renovado
- Rússia, forçada pós-Segunda Guerra Mundial
- Ruanda
- Somália
- Processo escalonado ou parcial
- Sudão
- Suporte necessário
- Síria
- Uganda
- Voluntária, base legal
- Refugiados eritreus
- Representante do Secretário-Geral da ONU para os Direitos Humanos dos Deslocados Internos⁴
- República Centro-Africana (RCA)
- República Srpska
- Reassentamento de refugiados
 - Níveis anuais
 - Instalações de trânsito de emergência
 - Húngaro
 - Indo-Chinês
 - Assistência à integração, benefícios de
 - Unidade Multilateral de Estudos sobre Reassentamento (MFU)
 - Programa de Partida Ordenada
 - Processo
 - Ppoio público
 - Estratégia de reassentamento
 - Russo, anos entre guerras
 - Critérios de seleção
 - Estatísticas
 - Uso estratégico
 - Asiáticos de Uganda
 - Refugiados da Segunda Guerra Mundial
- Responsabilidade e divisão/transferência de encargos para proteção de refugiados
 - Plano de 10 pontos em ação
 - Convenção de 1951
 - Agenda para Proteção
 - Bloqueando a entrada. (Consulte as políticas de externalização; interdições; processamento offshore; barreiras físicas; vistos e sanções do transportador)
 - Conclusões do Comitê Executivo
 - Pacto Global para Migração Segura, Ordenada e Regular
 - Pacto Global sobre Refugiados
 - Países de alta renda
 - Países de baixa e média renda
 - Declaração de Nova York
 - Responsabilidade de Proteger (R2P)
 - Responsabilização por crimes internacionais
 - Tribunais Criminais Internacionais Ad Hoc
 - Crimes de atrocidade
 - Tribunal Internacional de Crimes de Bangladesh
 - Chade
 - Convenção sobre a Prevenção e Punição do Crime de Genocídio (Convenção do Genocídio)
 - Crime de agressão
 - Contra a humanidade
 - Djibrine, Mahamat
 - Câmaras Extraordinárias nos Tribunais do Camboja (ECCC)
 - Convenções de Genebra
 - Guatemala
 - Habré, Hissène
 - Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas (HRC)
 - Apuração independente de fatos
 - Tribunal Penal Internacional
 - Tribunal Penal Internacional para Ruanda
 - Tribunal Penal Internacional para a ex-Iugoslávia
 - Mecanismo Internacional Imparcial de Inquérito para a Síria (IIIM)
 - Tribunal Militar Internacional para o Extremo Oriente (IMTFE)
 - Tribunal Militar Internacional (TMIAID)
 - Dispositivos Internacionais para Tribunais Criminais (IRMCT)
 - Kaing Guek Eav
 - Khieu Samphan
 - Khmer Vermelho
 - Milošević, Slobodan
 - Montt, José Efraín Ríos
 - Nuon Chea
 - Pinochet, Augusto
 - princípio da complementaridade
 - Saleh Younous
 - Tribunal Especial para Serra Leoa
 - fortalecimento das capacidades de acusação nacional e regional
 - Taylor, Carlos
 - Equipe de Investigação das Nações Unidas para a Responsabilidade do Da'esh/ISIL (UNITAD)O
 - Jurisdição Universal

Conselho de Segurança da ONU
 Crimes de guerra
 Câmara de Crimes de Guerra Bósnia e Herzegovina
 Revoluções
 Século XVIII e XIX, deslocamento e asilo
 Revolução Americana 1775–1783, refugiados
 Revolução Francesa, refugiados
 Guerra da Independência Grega
 Revolução Polonesa 1830
 Revoluções de 1848
 Robinson, Jacob
 Rota do Mediterrâneo Oriental
 Refugiados Rohingya
 Voo de Mianmar
 Retornar a Mianmar de Bangladesh
 Romênia
 Rota do Mediterrâneo Central
 Rússia
 Refugiados gregos
 Refugiados russos
 Revolução Russa
 Ruanda
 Impacto econômico dos refugiados
 Educação para crianças refugiadas
 Impacto dos refugiados na educação
 Tribunal Penal Internacional para Ruanda (TPIR)
 Acusação de crimes de atrocidade
 Refugiados da República Democrática do Congo
 Refugiados na Tanzânia
 Retorno de refugiados (1994–1999)
 Frente Patriótica Ruandesa (RPF)
 Apoio dado pela Mastercard Foundation

S

Samphan, Khieu
 Sanções da transportadora
 Saúde e serviços de saúde
 Segunda Guerra Mundial e suas consequências
 Responsabilidade
 China
 Campos de deslocados
 Limpeza étnica durante e pós-guerra
 Deslocamento forçado durante e depois
 Repatriação forçada de cidadãos soviéticos
 Deslocados à força e deportados para a Ásia
 Deslocados à força na Europa
 Expulsões em massa pós-guerra

Reassentamento na conclusão
 Senegal
 Câmaras Extraordinárias Africanas
 Acusação de Hissène Habré
 Estatuto das Câmaras Extraordinárias Africanas
 Sérvia
 Sérvios, prevenção do regresso às zonas de origem no Kosovo
 Serra Leoa
 Populações deslocadas internamente
 Tribunal Especial para Serra Leoa
 Setor privado
 Accenture
 Advocacia
 Programa Open Homes do Airbnb
 Careem
 Deloitte
 Conferedação Alemã das Câmaras de Indústria e Comércio (DIHK)
 Pactos globais de refugiados e migração
 H&M
 Fundação IKEA
 Práticas de contratação inclusivas
 Investimentos em desenvolvimento de habilidades
 IrisGuard
 Criação de emprego. (Ver o investimento do setor privado)
 Kube
 Fundação LEGO
 Fundação Mastercard
 Mentoria de empreendedores
 Declaração de Nova York para Refugiados e Migrantes
 Promessas no Fórum Global de Refugiados
 Schneider Electric
 Somos Campanha Panas (Somos Amigos)
 Fornecimento de bens e serviços
 Apoio à inovação e advocacia
 Tenda de Parceria para Refugiados
 TikTok
 Twitter
 UNIQLO
 Fundação Vodafone
 Fórum Econômico Mundial
 Cúpula Humanitária Mundial
 Software de varredura biométrica de íris
 Solidariedade e apoio aos países que acolhem pessoas deslocadas à força

Soluções

1950–1990

Convenção de 1951

1990

Agenda para Proteção

Declaração de Cartagena

Compreensivo. (Ver abordagens abrangentes)

Movimentos cíclicos

Durabilidade

Pacto Global sobre Refugiados

Consultas Globais sobre Proteção Internacional

Princípios Orientadores sobre Deslocamento
Interno

Hierarquia de, para refugiados

Convenção de Campala

Lições aprendidas

Integração local de pessoas deslocadas à força. Veja
a integração local

Regimes de mobilidade. (Ver acordos de mobilidade)

Quadros normativos

OUA

Outros meios de imigração. (Ver caminhos
complementares)

Reintegração de deslocados internos

Repatriamento. (Ver repatriação e retorno
de refugiados)

Requisitos para deslocados internos

Requisitos para refugiados

Reassentamento de refugiados. (Ver reassentamento
de refugiados)Regresso de refugiados e deslocados internos.
(Ver refugiados, repatriação e retorno e pessoas
deslocadas internamente (IDPs))

Fortalecimento do capital humano, relação com

Somália

Al-Shabaab

Efeito do conflito e da seca

Deslocamento forçado

Populações de deslocados internos e comunidades
anfitriãs

Invasão da região de Ogaden da Etiópia

Avaliação socioeconômica de comunidades
deslocadas e anfitriãs

Sul da Ásia

Sudão do Sul

Referendo de independência de 2011,

Populações de deslocados internos e comunidades
anfitriãs

Refugiados

Refugiados no Quênia

Refugiados em Uganda

Avaliação socioeconômica de comunidades
deslocadas e anfitriãs

Sri Lanka

Sudão

Conflito

Região de Darfur

Deslocamento forçado

Populações de deslocados internos e comunidades
anfitriãs

Milícia Janjaweed

Refugiados

Retorno de refugiados após o fim da guerra civil

Avaliação socioeconômica de comunidades
deslocadas e anfitriãsQuartel General das Forças Expedicionárias Aliadas
(QGSFEA)

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

(Ver também desenvolvimento; educação, saúde
e serviços de saúde)

Suécia

Suíça

Devolução de bens apreendidos ao país de origem

Fórum Econômico Mundial (FEM)

Síria

Conflito

Deslocamento forçado

Comissão Internacional Independente de Inquérito
para a Síria (IIIM)

ISIL

T

Talento além dos limites

Talibã

Tameesuddin, Hafsar

Tanzânia

Alocação de terra para refugiados

Refugiados do Burundi e do Ruanda

Impacto dos refugiados nos meios de subsistência
e bem-estar

Tribunal Penal Internacional para Ruanda (TPIR)

Naturalização de refugiados do Burundi

Nyarugusu

Refugiados

Repatriação de refugiados ruandeses

Vodacom 3G
 Tártaros da Crimeia
 Taylor, Charles
 Tchecoslováquia
 Tecnologia, uso de
 Tailândia e retorno de refugiados cambojanos
 Terceiro Reich
 Tortura, Convenção Contra a Tortura (CAT)
 Tribunal de Recurso (Inglaterra e País de Gales)
 Tribunal Europeu de Direitos Humanos
 Tribunal de Justiça Europeu
 Tribunais penais internacionais
 Ad Hoc
 Tribunal Penal Internacional para a antiga Iugoslávia (TPIJ)
 Tribunal Especial para Serra Leoa
 Tribunal Penal Internacional (TPI)
 Tribunais militares internacionais
 Tribunal Militar Internacional para o Extremo Oriente (IMTFE)
 Tribunal Penal Internacional para Ruanda (TPIR)
 Trinidad e Tobago
 Trump, Presidente
 Tunísia
 Repatriação de refugiados argelinos
 Peru
 Convenção de Refugiados de 1951
 Refugiados armênios
 Transferência de população após a Guerra Greco-Turca
 Fundação de Pesquisa de Política Econômica
 Educação para crianças refugiadas sírias
 Efeito de estudantes refugiados sírios na educação local
 Efeito dos refugiados sírios no mercado de trabalho local
 Ajuda da UE para impedir a chegada de refugiados e migrantes da Turquia para a Grécia
 Subvenções do BERD para beneficiar refugiados e comunidades de acolhimento
 Como anfitrião de refugiados
 Curdos na fronteira turca
 Líbia
 Naturalização de refugiados sírios
 Retorno de refugiados sírios
 Refugiados sírios
 Cidadãos turcos na Europa
 Aplicativo de tradução móvel Turkcell

Crescente Vermelho Turco
 Refugiados tutsis
 Ambição 2030

U

Uganda
 Refugiados congolezes
 Impacto econômico dos refugiados
 Educação para crianças refugiadas em
 Fuga de refugiados
 Pesquisa domiciliar de refugiados e comunidades anfitriãs
 Integração local de refugiados
 Microfinanciamento para refugiados e deslocados internos
 Acusação de Dominic Ongwen por crimes contra a humanidade e crimes de guerra cometidos
 Reassentamento de residentes do sul da Ásia
 Ucrânia
 Ulukaya, Hamdi
 União Africana (UA)
 União Europeia (UE)
 Acesso das exportações da Jordânia
 Chegada de refugiados pelas rotas do Mediterrâneo Central e Ocidental
 Controles de fronteira na Grécia e no norte da África
 Negociar com a Turquia para reduzir as chegadas
 Iniciativas para conter o fluxo de refugiados
 Sanções contra estrangeiros acusados de violações de direitos humanos e Corrupção
 Apoio ao Jobs Compact
 Aumento de refugiados em 2015,
 União Europeia/Estados Europeus e Norte de África
 Urhi-Teshub, Rei do Império Hitita (Mursili III)

V

Vacinas, acesso a,
 Venezuela
 Impacto econômico dos venezuelanos deslocados nos países anfitriões
 Educação de crianças venezuelanas na Colômbia
 Exodo
 Reassentamento de refugiados após a Segunda Guerra Mundial
 Vias complementares
 Vistos de educação

- Vistos de família
 - Como ampliar
 - Compromissos internacionais
 - Passaporte Nansen
 - Patrocínio privado de refugiados
 - Uso em países da OCDE
- Vistos de trabalho e esquemas de mobilidade laboral

Vietnã

- Guerra de fronteira entre a China e o Vietnã
- Chinês étnico no sul do Vietnã

Violadores de direitos humanos, processos criminais

Vistos

- Processos de aplicação
- Sanções do transportador
- Uso atual
- História

W

Wazefadost, Najeeba

Y

Yazidis, ataques do ISIL

Younous, Saleh

Yusupova, Lídia

Z

Zaire (Ver República Democrática do Congo (RDC))

Zakat doações de caridade

Zâmbia

Lista de visualizações

1. Pessoas forçadas a fugir: 1990–2020, **24**
Populações deslocadas à força: 2010–2020, **24**
7. Principais países de acolhimento de refugiados, requerentes de asilo e venezuelanos deslocados no exterior: 2000, 2010 e 2020, **27**
3. Principais países de origem de refugiados, solicitantes de refúgio e venezuelanos deslocados no exterior: 2000, 2010, 2020, **32**
4. Pessoas deslocadas internamente: 2010, 2020, **36**
5. Convenção de Refugiados de 1951: Países Membros da Convenção de 1951 Relativa ao Estatuto dos Refugiados e/ou seu Protocolo de 1967, **80–81**
6. Convenção da OUA: Países Membros da Convenção da OUA de 1969 que Rege os Aspectos Específicos dos Problemas dos Refugiados na África, **93**
7. Convenção de Kampala: Países membros na Convenção da UA de 2009 para a Proteção e Assistência a Pessoas Deslocadas Internamente na África e/ou a Conferência Internacional de 2006 sobre o Protocolo da Região dos Grandes Lagos sobre a Proteção e Assistência a Pessoas Deslocadas Internamente, **122**
8. Elementos das Soluções: Leis e Políticas de Habilitação, **150**
9. Porcentagem de refugiados e deslocados internos que encontram uma solução: 2000–2020, **184**
Soluções para refugiados: 2000–2020, **185**
Retornos de pessoas deslocadas internamente: 2000–2020, **185**
10. Reassentamento de refugiados: 2000–2020, **189**
Principais populações de refugiados reassentados por país de origem: 2000–2020, **190**
Principais países de reassentamento que recebem refugiados: 2000–2020, **190**

